



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2017

NATAL (RN)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestado de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU N° 63/2010, das DN 161/2017 e 163/2017, das orientações do órgão de controle interno - Portaria 65-TCU de 28/02/2018.

Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral
Unidade responsável pela coordenação da elaboração do Relatório de Gestão 2017

NATAL (RN)

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES

REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

CHEFE DE GABINETE

Célia Maria da Rocha Ribeiro

PROCURADOR GERAL

Giuseppi da Costa

AUDITORA GERAL

Halcima Melo Batista

OUVIDOR

Joseleno Marques

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO

Érika dos Reis Gusmão de Andrade

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PESQUISA

Sibele Berenice Castellã Pergher

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rubens Maribondo do Nascimento

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fernanda Nervo Raffin

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Breno Guilherme de Araújo Tinoco Cabral

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Edmilson Lopes Junior

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Paulo Roberto Paiva Campos

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Mirian Dantas dos Santos

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS

Raquel Alves Santos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Anailson Márcio Gomes

PRÓ-REITORA ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria do Carmo Araújo de Medeiros

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

João Emanuel Evangelista de Oliveira

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Dantas de Melo

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Ione Rodrigues Diniz Morais

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERINSTITUCIONAIS

Márcio Venício Barbosa
SECRETÁRIO ADJUNTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERINSTITUCIONAIS
Aderson Farias do Nascimento
SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PROJETOS
Josué Vitor De Medeiros Júnior
SECRETÁRIO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO
Zilmar Rodrigues de Souza
SUPERINTENDENTE DE INFORMÁTICA
Apuena Vieira Gomes
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE INFORMÁTICA
Marcos César Madruga Alves Pinheiro
SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA
Marcelo Bezerra de Melo Tinoco (até 28 jan)
Cássio Câmara Freire (até 16 fev)
Luiz Pedro de Araújo (a partir de 17 fev)
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA
Cássio Freire Câmara
SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO
José Zilmar Alves da Costa
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO
Francisco de Assis Duarte Guimaraes
SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES
Stenio Gomes Silveira
SUPERINTENDENTE DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO
Kleber de Melo Morais (até 31 de Agosto)
Luiz Murillo Lopes de Britto (a partir de 01 de Setembro de 2017)
SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA
Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa
DIRETORA DA BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE
Magnólia de Carvalho Andrade
DIRETORA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA
Luis Alvaro Sgadari Passeggi
DIRETORA DO MUSEU CÂMARA CASCUDO
Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos (até 19 fev)
Everardo Araújo Ramos (a partir de 20 fev)
DIRETOR DO NÚCLEO DE PESQUISA EM ALIMENTOS E MEDICAMENTOS
Carlos José de Lima
DIRETORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE CONCURSOS
Magda Maria Pinheiro de Melo
DIRETORA DO NÚCLEO DE ARTE E CULTURA
Teodora de Araújo Alves
DIRETOR DO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL
José Ivonildo do Rêgo
DIRETOR DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE FÍSICA
Álvaro Ferraz Filho
DIRETORA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL
Selma Maria Bezerra Jerônimo
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
Djalma Ribeiro da Silva
VICE-DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Jeanete Alves Moreira
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
Hênio Ferreira de Miranda
VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
Antonio de Lisboa Lopes Costa
DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Maria das Graças Soares Rodrigues
VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
Sebastião Faustino Pereira Filho
DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Maria Arlete Duarte de Araújo
VICE-DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Maria Lussieu da Silva
DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
Márcia Maria Gurgel Ribeiro
VICE-DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
Jefferson Fernandes Alves
DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA
Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara Queiroz
VICE-DIRETORA DO CENTRO DE TECNOLOGIA
Carla Wilza Souza de Paula Maitelli
DIRETOR DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS
Graco Aurélio Câmara de Melo Viana
VICE-DIRETOR DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS
Jeferson de Souza Cavalcante
DIRETORA DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ
Sandra Kelly de Araújo
VICE-DIRETOR DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ
Alexandro Teixeira Gomes
DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE MÚSICA
Jean Joubert Freitas Mendes
VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM MÚSICA – ESCOLA DE MÚSICA
Valeria Lazaro de Carvalho
DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ
Júlio César de Andrade Neto
VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS - ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ
Gerbson Azevedo de Mendonça
DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI
Edvaldo Vasconcelos de Carvalho Filho
VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI
Dimitri Paulino Guedes
DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Douglas do Nascimento Silva
VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA – ESCOLA DE

CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

José Josemar de Oliveira Junior

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - INSTITUTO DO CÉREBRO

Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro

VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - INSTITUTO DO CÉREBRO

Kerstin Erika Schmidt

DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE SAÚDE

Edilene Rodrigues da Silva

VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE SAÚDE

Maria Lúcia Azevedo Ferreira de Macedo

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral

João Emanuel Evangelista de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral

Jorge Dantas de Melo

Comissão para elaboração do Relatório de Gestão

Portaria nº 2.599/17, de 28 de novembro de 2017

José Daniel Diniz Melo, Professor Associado - Matrícula 1202134

Alexandre Flávio Silva de Queiroz, Professor Adjunto - Matrícula 1149629

Aline Guerra Galvão, Administradora - Matrícula 1790797

Aline Soares Dantas, Engenheira - Matrícula 2693142

Anailson Márcio Gomes, Professor Associado- Matrícula 1149391

Andrea Karla Lima Duarte de Carvalho, Secretária Executiva - Matrícula 1856450

Apuena Vieira Gomes, Professora Associada – Matrícula3229319

Daniel Bessa de Menezes, Contador - Matrícula 1757028

Inauro Mano Evas, Economista –Matrícula 1569680

Joade Cortez Gomes, Engenheiro - Matrícula 1018253

João Emanuel Evangelista de Oliveira, Professor Associado - Matrícula 349734

Jorge Dantas de Melo, Professor Associado - Matrícula 350241

Equipe Técnica

Maria Pepita Vasconcelos de Andrade – Coordenação Geral

André Luis Veras de Sandes Freitas

Emmanuelle de Oliveira Ferreira

Evane Lopes Tavares

Fátima Pereira Gouvinhas

Heloiza Henê Marinho da Silva

Inauro Mano Evas

Marcelo de Oliveira Souza

Valeska Mariana Dias Melo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública
AD - Audiodiscrição
ADURN - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
AG - Total de alunos efetivamente matriculados na graduação
AGE - Alunos equivalentes da Graduação
AGECON - Agência de Comunicação
AGORA - Instituto de Línguas, Literatura e Cultura Modernas
AGTI - Número de alunos da graduação em tempo integral
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANVASUS - Ambiente virtual de aprendizagem do Sistema Único de Saúde
APG - Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)
APGTI - Número de alunos tempo integral da pós-graduação
APH - Adicional de Plantão Hospitalar
AR - Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica
ARTI - Número de alunos de residência médica
ASCON - Assessoria de Comunicação
AVA RH SUS - Plataforma virtual de aprendizagem a distância, vinculada a Plataforma Nacional de Recursos Humanos em Saúde
BCZM - Biblioteca Central Zila Mamede
BRASECO - Empresa que opera o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal.
BSI - Bacharelado de Sistemas de Informação
CAC - Coordenadoria de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas
CAENE - Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial
CAPAP - Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASE - Coordenadoria de Saúde do Estudante
CB - Centro de Biociências
CCET - Centro de Ciências Exatas e da Terra
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CD - Cargo de Direção
CE - Centro de Educação
CERES - Centro de Ensino Superior do Seridó
CGT - Coordenação de Gestão de Transportes
CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria Geral da União
CGU/MP - Controladoria Geral da União/Ministério Público
CGU/PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIENTEC - Semana de Ciências, Tecnologia e Cultura
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
COMPERVE - Núcleo Permanente de Concursos
COMUNICA - Superintendência de Comunicação
CONCURA - Conselho de Curadores
CONSAD - Conselho de Administração
CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI - Conselho Universitário
CONSEC - Conselho de Centro

COBIT - Prática do modelo de Governança e Gestão em Tecnologia da Informação
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPDI - Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRC/RN - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte
CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CT - Centro de Tecnologia
CTC - Conselho Técnico Científico
DAP - Departamento de Administração de Pessoal
DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCF - Diretoria de Contabilidade e Finanças
DDP - Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
DETACUSTO - Detalhamento de Custo
Diaup - Diretoria de Auditoria em Pessoal
DIMAP - Departamento de Informática e Matemática Aplicada
DMP - Departamento de Material e Patrimônio
DPC - Duração Padrão dos Cursos
EaD - Educação a Distância
EAJ - Escola Agrícola de Jundiá
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ECT - Escola de Ciências e Tecnologia
EDUFRN - Editora Universitária
EF - Ensino Fundamental
EM - Ensino Médio
EMCM - Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte
EMUFRN - Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
ES - Escola de Saúde
e-SIC - Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão
ESUFRN - Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ETE - Estação de Tratamento de Esgotos
ETIL - Prática do modelo de Governança e Gestão em Tecnologia da Informação
FACISA - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
FG - Função Gratificada
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FUNPEC - Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura
GAB - Gabinete
GEPG - Grau de Envolvimento com Pós-Graduação
GPE - Grau de Participação Estudantil
GRU - Guia de Recolhimento da União
GT - Grupo de Trabalho
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
HU - Hospital Universitário
HUAB - Hospital Universitário Ana Bezerra

HUOL - Hospital Universitário Onofre Lopes
HURA - Hospital Universitário Rodopiano Azevedo
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Instituto do Cérebro
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IGC - Índice Geral de Cursos
IIF - Instituto Internacional de Física
IMD - Instituto Metrópole Digital
IMG - Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação
IMT-RN - Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte
IN - Imprensa Nacional
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFRA - Superintendência de Infraestrutura
IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente
ITIL - Biblioteca de Infra-Estrutura de Tecnologia da Informação
IVG - Índice de crescimento das Vagas oferecidas para o ensino de Graduação
LA - Laboratório de Acessibilidade
LAIS - Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LNC - Levantamento de Necessidades de Captação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LSE - Legendagem para surdos e ensurdecidos
M - Mestrado
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCC - Museu Câmara Cascudo
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC - Ministério da Educação
MEIOS - Movimento de Integração e Orientação Social
MEJC - Maternidade Escola Januário Cicco
MPE - Micro e Pequenas Empresas
MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MS - Ministério da Saúde
NAC - Núcleo de Arte e Cultura
NBC - Norma Brasileira de Contabilidade
NBC T - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NBR - Norma de acessibilidade em edificações
NDI - Número de diplomados
NEE - Necessidades Educacionais Especiais
NEI - Núcleo de Educação da Infância
NEI/Cap - Núcleo de Educação da Infância / Colégio de Aplicação
Nepsa II - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas II
NESA - Núcleo de Ensino Superior do Agreste
NI - Número de Ingressantes
NUPLAM - Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos
OCI - Órgão de Controle Interno
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONU - Organização das Nações Unidas

PAAFEP - Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pós-graduação
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PADG - Programa de Assistência à Docência na Graduação
PARFOR - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCTAE - Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação
PCTIC - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações
PDA - Plano de Dados Abertos
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP - Parceria para o Desenvolvimento Produtivo
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PHE - Projeto de Extensão Hábitos de Estudo
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PJ - Pessoa Jurídica
PLS - Plano de Gestão da Logística Sustentável
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPA - Plano Plurianual
PPG - Pró-reitoria de Pós-Graduação
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PQI - Programa de Qualificação Profissional
PROAD - Pró-reitoria de Administração
PROAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROÁRVORE - Programa de Arborização
PROEX - Pró-reitoria de Extensão
PROGESP - Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRES - Programa de Gestão Integrada de Resíduos
PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPESQ - Pró-reitoria de Pesquisa
PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento e Coordenação Geral
PSSS - Plano de Seguridade Social do Servidor
QRSTA - Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
RH - Recursos Humanos
RIA - Repositório de Informação Acessível
RN - Rio Grande do Norte
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RPA - Relação Professor-Aluno
STN – Secretaria de Tesouro Nacional
RU - Restaurante Universitário
SAT - Setor de Administração de Transportes
SE/MEC - Secretaria Executiva / Ministério da Educação
SEB - Secretaria de Educação Básica
SECEX - Secretaria de Controle Externo
SEDIS - Secretaria de Educação a Distância
SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Pessoal / Tribunal de Contas da União
SEMSUR - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SESu - Secretaria de Educação Superior
SGP - Secretária de Gestão de Projetos
SGTES - Secretária de Gestão de Trabalho do Ministério da Saúde

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Convênios
SIDECA - Sistema de Divulgação de Compras
SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SIG/UFRN - Sistemas Institucionais Integrados de Gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGADMIN - Sistema de Administração dos Sistemas
SIGED - Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos
SIGPlan - Sistema Integrado de Gestão e Planejamento
SIGPP - Sistema Integrado de Planejamento e Projetos
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIN - Superintendência de Infraestrutura
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINFO - Superintendência de Informática
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISBI - Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPI/MP - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPIUNET - Sistema de Patrimônio Imobiliário da União.
SPO/MEC - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU - Superintendência do Patrimônio da União
SPUnet - Sistema de Gerenciamento de uso Especial da União
SRI - Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUB-RIPs - Sub-registro Imobiliário e Patrimonial
SUS - Sistema Único de Saúde
TED - Termos de Execução Descentralizada
TAE - Técnico Administrativo em Educação
TCE - Tomadas de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TCU/SECEX - Tribunal de Contas / Secretaria Executiva
TI - Tecnologia da Informação
TIL - Tradução interpretativa de libras
TIRÉSIAS - Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, gênero e direitos humanos
TMFS - Taxa de Matrícula Fora de Sede
TMN - Taxa de Matrícula Noturna
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSG - Taxa de Sucesso na Graduação
TVU - Televisão Universitária
UATR - Unidade de Armazenamento Temporário de Resíduos
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG - Unidade Gestora

UJ - Unidade Jurisdicionada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UPC - Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Lista de Tabelas

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS E RESULTADOS

Tabela 1- Evolução do número de Programas e cursos de Pós-graduação da UFRN avaliados nos últimos 10 anos

Tabela 2 - Evolução do número de Programas e cursos de Pós-graduação avaliados nos últimos 10 anos no Brasil

Tabela 3 – Execução dos Restos a Pagar Processados

Tabela 4 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Tabela 5 - Relação consolidada dos últimos três exercícios financeiros, evidenciando o volume de recursos transferidos dos instrumentos firmados.

Tabela 6 – Situação das prestações de contas em face aos prazos regulamentares nos últimos três exercícios.

Tabela 7 – Comportamento das análises das prestações de contas referentes aos três últimos exercícios.

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

Tabela 1 - Servidores que foram membros de Processos Disciplinares que tramitaram no ano de 2017 (separados por categoria)

Tabela 2 - Número de processos julgados em 2017

Tabela 3 - Processos Disciplinares que tramitaram no ano de 2017 (separados por ano de instauração)

Tabela 4 - Processos Disciplinares tramitados em 2017 (separados por espécie)

Tabela 5- Processos Disciplinares tramitados em 2017 (separados por unidade instauradora e por espécie)

Tabela 6 - Resultado das apurações dos Processos Disciplinares concluídos em 2017 (separados por unidade instauradora)

Tabela 7- Outros Desmembramentos decorrentes dos Processos Disciplinares concluídos em 2017 (separados por unidade instauradora)

Tabela 8 - Objeto de Apuração de Processos Disciplinares no ano de 2017 (separados por unidade instauradora)

Tabela 9 - Inserção de dados no Sistema CGU-PAD em 2017 (separados por ano de instauração, espécie e rito)

Tabela 10 - Processos instaurados em 2017, conforme Portaria n.º 1.043/07 (separados por unidade instauradora)

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Tabela 1- Principais Risco e Respostas

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Tabela 1 – Atendimento do Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Tabela 2 – Produção de material acessível (Ampliado, Braille e Áudio)

Tabela 3 - Levantamento de dados dos materiais acessíveis dos Cursos do AVASUS

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 1- Tabela de Vida Útil e Valor Residual dos Bens Móveis da UFRN

Lista de Quadros

3-VISÃO GERAL

- Quadro 1 - Resoluções 2017
- Quadro 2 - Taxa de analfabetismo no Brasil, por região
- Quadro 3 - Unidades Organizacionais
- Quadro 4 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
- Quadro 5 – Resumo Macroprocessos finalísticos

4-PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS E RESULTADOS

- Quadro 1- Quadro resumo das ações
- Quadro 2 - Identificação Ação 20GK - Fomento às Ações de Grad., Pós, Ensino, Pesquisa e Extensão
- Quadro 3- Identificação da Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
- Quadro 4- Identificação da Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
- Quadro 5 – Número de alunos matriculados e concluintes na UFRN em 2017
- Quadro 6 – Índice Geral de Cursos/IGC
- Quadro 7- GRUPO 1 – Resultados dos Conceitos ENADE - Ciclo verde
- Quadro 8- GRUPO 2- Resultados dos Conceitos ENADE- Ciclo amarela
- Quadro 9- GRUPO 3- Resultados dos Conceitos ENADE- Ciclo azul
- Quadro 10 - Identificação da Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação. Profissional e Tecnológica
- Quadro 11- Número de alunos por cursos das Unidades de EBTT
- Quadro 12 – Identificação da Ação 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica
- Quadro 13- Identificação da Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior
- Quadro 14- Identificação da Ação 8282- Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
- Quadro 15 - Identificação da Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
- Quadro 16 - Dados gerais sobre a execução orçamentária (Outras despesas correntes e Capital - Detalhamento por ação
- Quadro 17 - Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos
- Quadro 18 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 19 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.
- Quadro 20 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de execução descentralizada e de controles de repasse.
- Quadro 21 – Situação de análise de contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.
- Quadro 22– Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.
- Quadro 23- Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recursos
- Quadro 24 – Receita por Categoria Econômica
- Quadro 25 – Despesas totais por modalidade de contratação
- Quadro 26 – Despesas por grupo e elemento de despesa
- Quadro 27 – Concessão de Suprimento de Fundos
- Quadro 28 – Utilização de Suprimento de Fundos
- Quadro 29 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos
- Quadro 30 - Grupos de Indicadores

Quadro 31 - Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE nos anos 2004/2007/2010/2013/2016

Quadro 32 - Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU nº 408/2002

Quadro33 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

5 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Quadro 1 - Indicadores para distribuição dos recursos orçamentários

6-ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Quadro 1 - Força de Trabalho da UFRN

Quadro 2 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFRN

Quadro 3 – Número de Técnicos-Administrativo por Regime de Trabalho

Quadro 4 – Número de docentes por regime de Trabalho

Quadro 5 – Distribuição da lotação efetiva da UFRN.

Quadro 6 – Histórico de Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA)

Quadro 7 – Número de Servidores TAE por Nível e Área.

Quadro 8 – Resultado do Dimensionamento de Servidores TAE.

Quadro 9 – Previsão aposentadoria de servidores técnicos-administrativo em 2018.

Quadro 10 – Previsão de aposentadoria de servidores ocupantes de cargos que constam no Decreto 9.262/18.

Quadro 11- Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC

Quadro 12 – Perfil de Escolaridade por Carreira Docente.

Quadro 13– Quantitativo de competências.

Quadro 14 – Categorias das Competências.

Quadro 15 – Despesas do pessoal.

Quadro 16 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.

Quadro 17 - Evolução das quantidades e das despesas com estagiários

Quadro 18 – Quantidade de veículos disponíveis pertencentes à frota de veículos ativa da UFRN.

Quadro 19 – Quantidade de veículos vinculados ao contrato n.º. 55/2017

Quadro 20 – Quantidade de veículos vinculados ao contrato n.º. 18/2015

Quadro 21 – Deslocamento anual em quilômetros de veículos pertencentes à frota de veículos ativa da UFRN

Quadro 22 – Deslocamento anual em quilômetros de veículos vinculados ao contrato n.º 55/2017

Quadro 23 – Deslocamento anual em quilômetros de veículos vinculados ao contrato n.º 18/2015

Quadro 24 – Idade média dos veículos pertencentes à frota de veículos ativa da UFRN

Quadro 25 – Idade média dos veículos no Contrato n.º 18/2015

Quadro 26 – Idade média dos veículos no Contrato n.º 55/2017

Quadro 27 – Custo com os serviços de transporte por meio de contratos.

Quadro 28 – Despesas associadas à manutenção da frota (manutenção de veículos, fornecimento de combustíveis, licenciamento e seguro obrigatório)

Quadro 29 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro 30 – Atualizações do patrimônio imóvel nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Quadro 31 – Despesas do exercício 2017 referente às reformas, obras e manutenções em bens imóveis.

Quadro 32 – Demonstrativo da Cessão dos imóveis cedidos pela UFRN a órgãos e entidades públicas ou privadas (Antiga Escola Industrial)

Quadro 33 – Demonstrativo da Cessão dos imóveis cedidos pela UFRN a órgãos e entidades públicas ou privadas (Antiga Escola de Serviço Social)

Quadro 34 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros I

Quadro 35 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros II

Quadro 36 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros III

Quadro 37 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros IV

Quadro 38 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros V

Quadro 39 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros VI

Quadro 40- Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros VII

Quadro 41 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros VIII

Quadro 42 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros IX

Quadro 43 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros X

Quadro 44 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XI

Quadro 45 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XII

Quadro 46 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XIII

Quadro 47 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XIV

Quadro 48 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN a terceiros XV

Quadro 49 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Quadro 50 – Detalhamento dos imóveis de uso especial locados de terceiros no exercício de 2017

Quadro 51 - Quantitativo de pessoas e seus vínculos

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Quadro 1 - Atendimentos registradas – 2012 a 2017

Quadro 2 - Características dos pedidos de acesso à informação

Quadro 3 - Temas das solicitações (Top 10)

Quadro 4 – Média das avaliações pela escala hedônica – Ano 2017

Quadro 5 – Quantitativo de estudantes atendidos e de solicitações ao LA no período de 2016 e 2017

Quadro 6 – Orientações à pesquisa bibliográfica e normalização em 2016/2017

Quadro 7 – Visitas técnicas ao Laboratório de Acessibilidade da BCZM nos anos de 2016 e 2017

Quadro 8 - Quantitativo de Estudantes Tutorados por Curso e NEE em 2016 e 2017

Quadro 9 - Quantitativo de empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva nos anos de 2016 e 2017.

Quadro 10 - Levantamento dos materiais acessíveis dos cursos da EaD

Quadro 11 - Levantamento dos materiais acessíveis das curtas metragens

Quadro 12 – Distribuição comparativa dos procedimentos realizados pela equipe da CAENE no acompanhamento junto aos alunos com NEE no ano de 2016/2017.

Quadro 13 - Distribuição comparativa 2016/2017 por tipo de bolsa/auxílios vinculados à CAENE.

Quadro 14 - Dados quantitativos do programa Trilhas Brasil - Moçambique

Quadro 15 - Trabalhos Submetidos e Aprovados

Quadro 16 – Integrantes dos Trabalhos Apresentados

Quadro 17 – Equipe organizadora

Quadro 18 – Número de participações, por campi, na Mostra de Profissões de 2015 a 2017

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 1- Alocação de Recursos Próprios por Natureza de Despesa

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Quadro 1 – Caracterização da determinação/recomendação do TCU – com obrigação de informar sobre as providências no Relatório de Gestão Anual

Quadro 2- Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Quadro 3 – Despesas com Publicidade

Quadro 4 - Cursos de graduação que ofertam Libras como disciplina obrigatória

Lista de Figuras

3. VISÃO GERAL

Figura 1 - Mapa do RN com os campi UFRN

Figura 2 - Organograma UFRN

Figura03 - Cadeia de valor da UFRN

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Figura 1: Distribuição das notas das 40 IES com maior número de programas de pós-graduação

Figura 2: Distribuição dos Programas de Pós-graduação da UFRN avaliados em 2017 em função das notas obtidas (total de Programas avaliados = 82)

Figura 3: Indicadores da Pesquisa na UFRN ao final de 2017.

Figura 4- Evolução dos valores da LOA

Figura 5- Evolução dos valores executados

Figura 6 – Receita Prevista x Receita Realizada

Figura 7 – Receita Realizada por Categoria Econômica

Figura 8 – Despesas executadas por modalidade de licitação – exercício de 2017

Figura 9 – Despesas Executadas por Dispensa de Licitação – Por Fornecedor

Figura 10 – Despesas empenhadas 2017 vs 2016

Figura 11 – Despesas de capital – Por natureza de despesa

Figura 12 - Outras Despesas Correntes – Detalhamento Despesas Empenhadas

Figura 13 – Outras Despesas Correntes – Variação 2017 vs 2016

Figura 14- Percentual de Pagamento em Relação aos Valores Liquidados – 2017 vs 2016

Figura 15- Taxa de Sucesso na Graduação

Figura 16 - Índice de Qualificação do Corpo Docente

Figura 17- Índice de Matrículas na Graduação

Figura 18 - Relação Professor/Aluno

Figura 19 - Índice de crescimento das vagas oferecidas na Graduação

Figura 20 - Número de Grupo de Pesquisa

Figura 21- Grau de Participação Estudantil

Figura 22 - Grau de Envolvimento com a Pós- Graduação

Figura 23- Conceito CAPES

Figura 24 - Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa

Figura 25 - Número de Projetos de Pesquisa

Figura 26 - Taxa de Matrícula fora de Sede

Figura 27- Número de Acordos de Cooperação Acadêmica internacionais:

Figura 28 - Mobilidade Acadêmica Internacional

Figura 29 Taxa de Matrícula Noturna

Figura 30 - Percentual de vagas para Cotistas

Figura 31- Número de Bolsas e auxílios Concedidos

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Figura 1- Demonstrativo – Objeto de Apuração por assunto

Figura 2 - Demonstrativo dos Processos Disciplinares instaurados em 2017- Em relação ao sistema CGU-PAD

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Figura 1 – Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Ativos.

Figura 2 – Distribuição da Força de Trabalho – Docentes Efetivos.
Figura 3 – Distribuição dos Servidores Ativos por Campi.
Figura 4 – Distribuição da Força de Trabalho.
Figura 5 – Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Temporários.
Figura 6 – Evolução das taxas de crescimento entre a Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x QRSTA de 2012 à 2017 em relação a 2011.
Figura 7 – Modelo de Dimensionamento de Pessoal.
Figura 8 – Perfil dos servidores por faixa etária.
Figura 9 – Perfil dos servidores técnicos-administrativo por faixa etária.
Figura 10 – Perfil dos servidores docentes por faixa etária.
Figura 11 – Histórico de Aposentadoria.
Figura 12 – Previsão de aposentadoria em 2018.
Figura 13 – Percentual de docentes afastados com previsão legal de substituição.
Figura 14 – Percentual de técnico-administrativos afastados para capacitação e outras ausências.
Figura 15 – Perfil Escolaridade TAE
Figura 16 – Perfil Escolaridade Docente.
Figura 17 – Participações no PCQ – 2015 e 2017.
Figura 18 – Nota global atribuída às atividades de capacitação.
Figura 19 – Quantitativo de cursos de capacitação ofertados em 2017.
Figura 20 – Quantitativo de participações em cursos de capacitação em 2017.
Figura 21 – Origem e motivação do processo.
Figura 22 – Tipos de indícios de acumulação de cargos
Figura 23 – Atual situação de processo.
Figura 24 – Fluxo de procedimentos patrimoniais (Módulo Patrimônio Imóvel do SIPAC).
Figura 25 – Número de imóveis locados de terceiros nos anos 2015,2016 e 2017 pela UFRN.
Figura 26 – Tela inicial do REUSE

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Figura 1 – Postura profissional dos professores da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (% de notas)
Figura 2 – Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (%)
Figura 3 – Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (%)
Figura 4 – Atuação didática do professor da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (% de notas)
Figura 5 – Cumprimento das atribuições de professor da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (% de notas)
Figura 6 – Autoavaliação dos alunos da UFRN, em 2017.1 (% de notas)
Figura 7 – Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os alunos da UFRN, em 2017.1 (%)
Figura 8 – Autoavaliação do professor da UFRN quanto à postura profissional, em 2017.1 (% de notas)
Figura 9 - Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2017.1, segundo ele mesmo (%)
Figura 10 – Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo ele mesmo (%)
Figura 11 – Informação aos alunos sobre seus horários de atendimento fora do horário de aulas, segundo o professor da UFRN, em 2017.1 (%)
Figura 12 – Autoavaliação do professor da UFRN quanto à atuação didática, em 2017.1 (% de notas)
Figura 13 – Cumprimento das atribuições de professor da UFRN, em 2017.1, segundo ele mesmo

(% de notas)

Figura 14 – A turma, sob a ótica do professor da UFRN, em 2017.1 (% de notas)

Figura 15 – Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os professores da UFRN, em 2017.1 (%)

Figura 16 – Recursos didáticos necessários para apoiar a prática docente, segundo os professores da UFRN, em 2017.1 (%)

Figura 17 - Percentual de ex-alunos trabalhando, empregado ou com atividade autônoma.

Figura 18 - Percentual de ex-alunos, cursando Especialização (E), Mestrado (M) e Doutorado (D)

Figura 19 - Percentual de ex-alunos que considera a contribuição da UFRN Baixa, Média ou Alta para o desempenho no trabalho.

Figura 20 - Percentual de ex-alunos que considera a imagem da UFRN Baixa (ruim ou péssima), Média (regular) ou Alta (boa ou ótima).

Figura 21 - Percentual de ex-alunos que manifestou interesse em participar de atividades na UFRN

Figura 22 - Nota Global

Figura 23 - Aquisição de conhecimentos pelos participantes

Figura 24 - Aplicação do conhecimento aprendido pelos participantes

Figura 25 – Capacidade de propor mudanças.

Figura 26 - Cobertura de evento sobre Síndrome de Down

Figura 27 – Municípios Integrantes do Trilhas Potiguares

Figura 28 - Alunos Participantes do Trilhas Potiguares

Figura 29 - Cartaz de divulgação da XXIII CIENTEC 2017

Figura 30 - Cartaz da Mostra de Profissões do Campus de Natal - 2017

Figura 31 - Cartaz das Mostras de Profissões dos campi do interior - 2017

Figura 32 - Seminário de Educação em Direitos Humanos: compromisso e desafio das Universidades.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Figura 1 – Outras Despesas Correntes – Composição dos valores empenhados

Figura 2 - Modelo proposto para mapeamento DATACUSTO dos objetos de custos a serem trabalhados no âmbito da UFRN

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Figura 1 – Determinações TCU – UFRN/2017

Figura 2 - Recomendações da CGU pendentes de atendimento em 31/12/2017

Figura 3 – Modelo da planilha de controle da UPC

SUMÁRIO

1.	ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	
2.	APRESENTAÇÃO	2.1
3.	VISÃO GERAL	3.1
3.1	Finalidade e competências	3.1
3.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	3.2
3.3	Ambiente de Atuação	3.3
3.4	Organograma	3.4
3.5	Macroprocessos finalísticos	3.6
4.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	4.1
4.1	Planejamento organizacional	4.1
4.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício	4.3
4.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico	4.4
4.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	4.5
4.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	4.5
4.3	Desempenho orçamentário	4.7
4.3.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	4.7
4.3.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	4.40
4.3.3	Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	4.42
4.3.4	Restos a pagar de exercícios anteriores	4.43
4.3.5	Execução descentralizada com transferência de recursos	4.45
4.3.5.1	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	4.52
4.3.6	Informações sobre a realização das receitas	4.53
4.3.7	Informações sobre a execução das despesas	4.57
4.3.8	Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	4.64
4.4	Desempenho operacional	4.67
4.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	4.67
4.5.1	Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	4.78
5.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	5.1
5.1	Descrição das estruturas de governança	5.1
5.2	Atuação da unidade de auditoria interna	5.4
5.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	5.5
5.4	Gestão de riscos e controles internos	5.10
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	6.1
6.1	Gestão de Pessoas	6.1
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	6.1
6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	6.27
6.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	6.28
6.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	6.29
6.1.5	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	6.30
6.2	Gestão de patrimônio e infraestrutura	6.32
6.2.1	Gestão de frota de veículos	6.32
6.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	6.39

6.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	6.39
6.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	6.47
6.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	6.57
6.2.6	Informações sobre a infraestrutura física	6.58
6.3	Gestão de tecnologia da informação	6.59
6.3.1	Principais sistemas de informação	6.61
6.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	6.65
7.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	7.1
7.1	Canais de acesso do cidadão	7.1
7.1.1	Ouvidoria	7.2
7.1.2	Sites da Instituição	7.2
7.1.3	Redes Sociais	7.3
7.2	Carta de serviços ao cidadão	7.3
7.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	7.3
7.3.1	Avaliação da Docência	7.3
7.3.2	Acompanhamento de Egressos	7.11
7.3.3	Avaliação do cardápio do Restaurante Universitário	7.15
7.3.4	Avaliação de capacitação dos servidores	7.15
7.4	Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	7.18
7.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	7.19
7.6	Outras informações relevantes da gestão	7.31
8.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	8.1
8.1	Desempenho financeiro no exercício	8.1
8.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	8.2
8.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão	8.2
8.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	8.4
8.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	8.7
8.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	8.10
8.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	8.11
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	9.1
9.1	Tratamento de determinações e Recomendações do TCU	9.1
9.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	9.2
9.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	9.4
9.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	9.5
9.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	9.6
9.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	9.6
9.7	Demonstração de conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	9.7
10.	ANEXOS E APÊNDICES	
10.1	ANEXO	
	1- Resoluções 2017	

- 2- Unidades Organizacionais
- 3- Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
- 4 - Resumo dos Macroprocessos finalísticos
- 5 - Balanços Patrimonial, Contábil e Financeiro
- 6- Cursos de graduação que ofertam Libras como disciplina obrigatória

10.2

APÊNDICES

- 1- Relatório de Acompanhamento das Metas do SIGPP 2017

2 – APRESENTAÇÃO

O presente Relatório objetiva apresentar os resultados do desempenho da gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no exercício de 2017. Ressalta as atividades de ensino, pesquisa e extensão e os meios necessários para garantir o desempenho com qualidade da Instituição, no âmbito de sua missão definida no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2019. Foi organizado observando as orientações contidas na Portaria TCU nº 65/2018, de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN nº 161/2017 e nº 163/2017, bem como as orientações do órgão de controle interno.

Este documento encontra-se estruturado em 10 capítulos.

O primeiro capítulo contém os Elementos Pré-textuais, que constitui um conjunto de dados úteis à identificação do relatório de gestão.

O capítulo 2, que é esta Apresentação, fornece uma visão global do relatório.

O capítulo 3 Visão Geral reitera finalidade, competência, normas, ambiente de atuação, organograma e macroprocessos finalísticos da UFRN.

O capítulo 4 ressalta o Planejamento Organizacional e Resultados com realce para a demonstração da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da UFRN. Destaca-se a consolidação do processo de planejamento/avaliação institucional, comprovada pela maior utilização dos instrumentos de planejamento.

No capítulo 5, apresenta-se a estrutura de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos. Aqui, valores como Democracia, Pluralismo Político e Respeito à Diversidade são reiterados nos instrumentos institucionalizados como CPDI, CPPTAE e Modelo de Distribuição Orçamentária, que garantem transparência e objetividade aos processos. Merece ênfase a aprovação da Política e do Plano de Gestão de Riscos como forma de prevenção e mitigação dos eventos que possam afetar o alcance dos objetivos institucionais.

O capítulo 6 Áreas Especiais da Gestão trata da gestão de pessoas, da infraestrutura, tecnologia da informação e da sustentabilidade ambiental. Destacam-se a aprovação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho e a elaboração e implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFRN (PLS-UFRN).

No capítulo 7, são abordadas as ações pertinentes ao Relacionamento da Instituição com a sociedade.

O capítulo 8 traz o Demonstrativo do Desempenho Financeiro e Informações Contábeis. As dificuldades para a execução desse tópico decorrem, principalmente, dos contingenciamentos realizados, das limitações de gastos e da intempestividade dos ingressos financeiros.

O capítulo 9 trata da Conformidade da Gestão e Demanda dos Órgãos de Controle para melhor compreensão sobre demandas específicas oriundas da legislação, bem como dos órgãos de controle. Contém, ainda, a publicização eletrônica da planilha com a ordem cronológica dos pagamentos, bem como os respectivos normativos.

O capítulo 10 refere-se aos anexos e apêndices.

Neste Relatório de Gestão, a UFRN presta contas do uso dos recursos destinados ao desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão no exercício 2017, permitindo que a sociedade tome conhecimento dos principais resultados alcançados na busca por oferecer ao país uma educação superior de excelência acadêmica em cumprimento com sua missão institucional e sua responsabilidade social.

3. VISÃO GERAL

A UFRN é uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Como instituição pública, as universidades são compreendidas como instâncias legais privilegiadas para oferta de educação formal, como um bem público, direito social e centro de produção de conhecimentos científicos. A essas organizações cabe a missão de contribuir na formação acadêmica e profissional, realização de pesquisas, preservação e difusão da arte e da cultura, contribuindo para o desenvolvimento humano, a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania.

A UFRN está presente em 5 Campi, sendo um em Natal, o Campus Central, e quatro no interior: Campus de Caicó; Campus de Currais Novos; Campus de Macaíba e Campus de Santa Cruz, conforme Figura 1, com ensino de graduação e de pós-graduação, na modalidade presencial. A atuação da UFRN é ampliada com a oferta de educação a distância, desenvolvendo atividades em polos de apoio presenciais em todas as regiões do Rio Grande do Norte.

Figura 01- Mapa do RN com os campi UFRN



Fonte: PROPLAN – UFRN.

3.1 Finalidade e Competências

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2019 da UFRN, os objetivos gerais da Universidade estão centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade e na sua missão. Consoante o seu Estatuto, as finalidades da Instituição são as seguintes: i) ministrar educação em nível universitário; ii) desenvolver, de forma plural, um processo formativo em diferentes campos do saber; iii) contribuir para o progresso nos diversos ramos do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; iv) desenvolver e difundir o conhecimento; e v) desenvolver e difundir a pesquisa

científica. No cumprimento dessas finalidades, a Universidade não permite a superposição de meios para o alcance de fins idênticos ou equivalentes.

Quanto às competências institucionais, destaca-se que as universidades tornaram-se uma das mais importantes instituições sociais, ocupando uma posição estratégica nas condições de um mundo crescentemente globalizado, sendo responsáveis pela formação acadêmica e profissional de excelência e por parte expressiva da produção científica e tecnológica, bem como pela transferência de conhecimento aos processos produtivos. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988 (Artigo 207), gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A UFRN, atendendo as prerrogativas do Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior – SESu, executa as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão, desenvolve de forma plural um processo formativo nos diferentes campos do saber, difunde o conhecimento preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribui para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade. Além da preocupação com melhoria da qualidade acadêmica, mantém articulação com a rede básica de ensino e com a sociedade de um modo geral, conforme preconiza sua missão institucional de *“Educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania”*.

O ensino superior contribui para promover o desenvolvimento humano, econômico, ambiental e social, através da formação de cidadãos responsáveis e ativos na construção de sociedades orientadas a defender a paz, os direitos humanos e os valores da democracia. Assim, a UFRN assume, também, dentre as suas competências, a democratização do acesso ao ensino superior, à expansão das matrículas, à reposição do quadro docente, à adequação e ampliação da infraestrutura física e a melhoria das condições de permanência do estudante na Instituição, tendo como suporte o seu Plano de Gestão 2015-2019 e o seu PDI 2010-2019.

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN foi criada pela Lei Estadual nº 2.307, de 25 de junho de 1958, e federalizada por meio da Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com plano de reestruturação aprovado pelo Decreto nº 62.091, de 09 de janeiro de 1968, modificado pelo Decreto nº 74.211, de 24 de junho de 1974. A Instituição rege-se pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Regimento Interno da Reitoria;
- IV. Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos, das Unidades Acadêmicas Especializadas e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional;
- V. Demais normas emanadas dos Colegiados Superiores.

A UFRN tem sua estrutura funcional estabelecida por normas estatutárias e regimentais conforme resoluções emitidas pelos colegiados competentes. Caracteriza-se, em seus vários níveis hierárquicos, pela estrutura colegiada, própria da gestão pública universitária.

A estrutura organizacional é composta pelos Colegiados Superiores (Conselho Universitário – CONSUNI; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; Conselho de Administração – CONSAD; Conselho de Curadores – CONCURA) e pela Administração Superior, formada pela Reitoria, Pró-Reitorias, Centros Acadêmicos, Unidades Acadêmicas Especializadas, Unidades Suplementares e Hospitais Universitários, sendo que estes últimos são administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Dentre as normas oriundas dos Colegiados Superiores, destacam-se no ano de 2017, conforme anexo 1.

3.3 Ambiente de atuação

De acordo com dados da última estimativa da população residente na unidade da federação com data de referência em 1º de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 2017, realizada pelo IBGE, o **Rio Grande do Norte** possui uma população de 3.507.003 habitantes, distribuídos em 167 municípios.

Ainda conforme os dados do IBGE, o Estado possuía, em 2015, 129.452 jovens matriculados no ensino médio, considerando-se as matrículas privadas (17.792) e as matrículas públicas federais (9.873) e as estaduais (101.787).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2016, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em todas as regiões do país a taxa de analfabetismo caiu, com exceção da Região Centro-Oeste, onde ela se manteve em 5,7%. De acordo com os dados divulgados, a Região Nordeste continuou registrando a taxa mais alta de analfabetismo no país. O índice ficou em 14,8%, ante 16,2% na edição anterior da pesquisa. As taxas de analfabetismo no Brasil por região em 2016 ficaram assim distribuídas:

Quadro 02-Taxa de analfabetismo no Brasil, por região

REGIÃO	PORCENTUAL (%)
NORTE	8,5
NORDESTE	14,8
SUDESTE	3,8
SUL	3,6
CENTRO-OESTE	5,7

Fonte: IBGE/PNAD, 2016

A Pnad apontou também que a taxa de brasileiros considerados analfabetos funcionais – ou seja, que têm 15 anos ou mais de idade, mas tiveram menos de quatro anos de estudo formal, caiu de 17,1% em 2015 para 14,8% em 2016. Conforme já registrado, pode-se perceber que o índice caiu em quase todas as regiões, mantendo-se constante apenas na Região Centro-Oeste. As Regiões Norte e Nordeste exibiram os maiores percentuais de pessoas sem instrução.

Entre 2004 e 2016, os dados registram um crescimento de 20% na escolaridade média dos brasileiros com 25 anos ou mais de idade. O número médio de anos de estudo nessa faixa etária foi 8,0 anos. As Regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional, com 6,7 anos e 7,4 anos, respectivamente, enquanto as Regiões Sul (8,3 anos), Centro-Oeste (8,3 anos) e Sudeste (8,8 anos) situaram-se acima dessa média.

No Brasil, a Pnad 2016 revelou que 51,0% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 26,3% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 15,3%, o superior completo.

As maiores proporções de nível superior completo foram estimadas para as Regiões Centro-Oeste (17,4%) e Sudeste (18,6%), enquanto as Regiões Norte e Nordeste, as menores proporções (11,1% e 9,9%, respectivamente). Na Região Nordeste, 52,5% da população não alcançou o ensino fundamental completo, ao passo que na Região Sudeste 51,1% tinha pelo menos o ensino médio completo. Dentre os homens, 52,8% possuíam nível de instrução até o ensino fundamental

completo, enquanto entre as mulheres essa proporção foi 49,4%. As mulheres apresentaram proporções maiores que as dos homens para os níveis de instrução mais elevados: 16,9% delas possuíam nível superior completo, enquanto 13,5% deles haviam alcançado esse nível.

Considerando a cor ou raça, as diferenças no nível de instrução se mostraram ainda maiores: enquanto 7,3% das pessoas brancas não tinham instrução, 14,7% das pessoas pretas ou pardas estavam nesse grupo. Situação inversa ocorreu no nível superior completo: 22,2% das pessoas brancas o possuíam, ao passo que entre as pretas ou pardas a proporção era de 8,8%. Essa diferença no nível superior foi mais acentuada na Região Sudeste, onde se registrou 25,6% para as pessoas brancas e 9,0% para as pessoas pretas ou pardas. A Região Centro-Oeste apresentou a maior proporção de pessoas pretas ou pardas com o nível superior completo (12,9%).

Em nível da Educação Superior, no Rio Grande do Norte, segundo o Censo da Educação Superior 2016 (disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>) a oferta nesse grau de ensino foi realizada por 31 instituições sendo, três universidades públicas e uma particular; dois centros universitários particulares; um instituto federal de educação, ciência e tecnologia; e vinte e quatro faculdades particulares.

Dentre as instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte, a UFRN ocupa papel estratégico no desenvolvimento regional e nacional, sendo, inclusive, responsável por 75% da oferta de cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* no estado (a UFRN oferece 111 do total de 148 programas de pós-graduação, conforme Plataforma Sucupira, da CAPES, disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira> (acesso em 21 de janeiro de 2018).

No contexto das ameaças e oportunidades institucionais, a UFRN vivenciou durante alguns anos uma expansão significativa com o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, implantado em 2007. No entanto, no exercício de 2017 a restrição orçamentária não permitiu a continuidade da expansão. Diante desse cenário, a UFRN tomou a iniciativa de criar o Fórum de Reitores das IES Públicas do RN, composto pelo IFRN, UERN, UFERSA e a UFRN. O Fórum tem como objetivo articular ações de expansão e consolidação do ensino superior público do Rio Grande do Norte.

3.4 Organograma

As universidades dispõem de autonomia para conceber modelos organizacionais próprios devido à ausência de normas legais que disciplinem o tema. A UFRN, então, tem procurado adequar a sua estrutura organizacional de forma a permitir agilidade na prestação de serviços e flexibilidade para se adaptar às mudanças, o que culminou, inclusive, com a construção de um Organograma Funcional no ano de 2014, como poderá ser observado na figura 2.

Além do Organograma, estão desenhadas as estruturas de cerca de 60 (sessenta) unidades organizacionais da UFRN, conforme anexo 2, bem como as informações sobre áreas ou subunidades estratégicas, *vide* anexo 3.

Figura 02- Organograma UFRN



Fonte: PROPLAN-UFRN.

3.5 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou para o desempenho de uma atribuição da organização, ou ainda, como grandes conjuntos de atividades por meio dos quais a organização cumpre sua missão. Os macroprocessos finalísticos da UFRN são os pilares sobre os quais é gerida a instituição, quais sejam: ensino, pesquisa, e extensão, conforme estabelecido no art. 207 da Constituição Federal. Como instituição pública de ensino superior, as atividades finalísticas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte estão definidas no PPI (Projeto Pedagógico Institucional), parte integrante do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2019), bem como no Plano de Gestão 2015-2019.

Para o desenvolvimento das suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa, extensão, e de inovação tecnológica, a Universidade conta como parceira externa com apoio da FUNPEC – Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – na gestão administrativa e financeira. A Fundação contribui com a Universidade ao estimular, apoiar e gerenciar atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, promovendo a integração entre a UFRN e a Comunidade, através de parcerias com Instituições Públicas e Privadas.

Assim, os macroprocessos finalísticos da UFRN são o ensino, a extensão e a pesquisa, conforme Figura 3.

Figura 03 - Cadeia de valor da UFRN



Fonte: Secretaria de Gestão de Projetos, disponível no anexo da Resolução 73/2017 CONSAD.

No âmbito do macroprocesso finalístico de “Promover o Ensino”, o **ensino de graduação**, se desenvolve conforme estabelecido no Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação, aprovado pela Resolução nº 171/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, de 05 de novembro de 2013, que normatiza todas as etapas do processo, competências e obrigações, desde a criação de cursos até a diplomação do estudante, definindo normas sobre projeto pedagógico, registro e controle acadêmico, componentes curriculares, oferta de vagas, formas de ingresso e seleção, desenvolvimento de atividades e processo de avaliação da aprendizagem. Este Regulamento tem como base as macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que integra o PDI 2010-2019. Para garantir a implementação dos princípios e das macropolíticas relativas ao ensino de graduação, as etapas essenciais do processo - de aprovação do projeto pedagógico e criação de curso - são submetidas, obrigatoriamente, ao

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

O ensino de graduação é desenvolvido com a integração de duas instâncias administrativas: o departamento acadêmico e o colegiado de curso. Conforme definido no Estatuto e no Regimento da UFRN, de dezembro de 2008, o departamento acadêmico é a instância administrativa de lotação dos docentes, enquanto o colegiado de curso é o órgão deliberativo que acompanha as atividades pedagógicas do respectivo curso. A Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão responsável pelas ações de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades presenciais de ensino de graduação. A Secretaria de Educação a Distância — SEDIS, de mesma forma diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão responsável pelo planejamento, supervisão, coordenação e controle da educação à distância – EAD na oferta do ensino de graduação.

Em 2017, o acesso aos cursos de graduação presencial da UFRN foi efetivado mediante o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema Unificado de Seleção Unificada (SiSU), com a oferta de 100% das vagas (6.898 vagas em 2017). A adoção desse processo seletivo ENEM/SiSU amplia as oportunidades de acesso e está sendo utilizado por todas as universidades federais. A conclusão do curso de graduação ocorre após a integralização da estrutura curricular do curso escolhido.

Ainda no que diz respeito ao macroprocesso finalístico de “Promover o Ensino”, destaca-se o **ensino de pós-graduação**, regulado pela Resolução nº 197/2013-CONSEPE, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre normas dos programas e cursos de pós-graduação da UFRN. A criação e a autorização de programas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* são de responsabilidade do CONSEPE, após aprovação da proposta pelo Conselho de Centro ou da Unidade Acadêmica e pela comissão de pós-graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. A proposta é encaminhada na forma prevista no aplicativo da Agência de Acreditação da CAPES, complementada com outros documentos, em consonância com o PDI 2010-2019 da Instituição, com justificativa e objetivos do programa ou curso, indicando a relevância, a contribuição ao ensino e a pesquisa na área, bem como, as perspectivas futuras. O ingresso de candidatos aos cursos de pós-graduação sucede pela submissão em processos seletivos abertos para os cursos de mestrado e doutorado, os quais ocorrem mediante sistema oficial de registro e controle acadêmico, obedecendo ao edital disponibilizado no mesmo sistema, após aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

O ensino de pós-graduação se desenvolve, também, com a integração de duas instâncias administrativas: o departamento acadêmico e o colegiado de curso. Conforme definido no Estatuto e Regimento da UFRN, o departamento acadêmico é a instância administrativa de lotação dos docentes, enquanto que o colegiado de curso é o órgão deliberativo que acompanha as atividades pedagógicas do respectivo curso. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação — PPG, diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão de proposição, gestão, supervisão e avaliação das políticas de pós-graduação e de capacitação docente.

As atividades relacionadas ao macroprocesso finalístico da **extensão** universitária – “Promover a Extensão” - são reguladas por um conjunto de documentos normativos internos disponibilizados na página da Pró-Reitoria de Extensão — PROEX (www.proex.ufrn.br) em consonância com as políticas do Ministério da Educação. O principal documento é a Resolução 053/2008 CONSEPE, que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão universitária na UFRN. A referida Resolução e o conjunto de normas estão fundamentados nas macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2019. Em 2017 foi aprovada pelo CONSEPE a Resolução nº 77, dispondo sobre as modalidades e ações de extensão universitária na UFRN. O trâmite padrão do processo de extensão inicia-se com a elaboração de projeto por um docente ou servidor técnico-administrativo, cadastro no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, e aprovação no Departamento. Em seguida, o projeto é submetido a servidores cadastrados, que emitem pareceres a serem apreciados na Comissão de Extensão, localizada na PROEX, responsável pela aprovação e registro do projeto. Dependendo das diretrizes do edital, durante a execução do

projeto são solicitados relatórios parciais. Ao término da realização do projeto, os participantes devem apresentar relatório final.

O macroprocesso finalístico pertinente às atividades de **pesquisa** (“Promover a Pesquisa”) é regulado por um conjunto de documentos normativos internos disponibilizados na página da Pró-Reitoria de Pesquisa — PROPESQ (<http://www.propesq.ufrn.br>) em consonância com os órgãos e agências oficiais de fomento à pesquisa, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. O conjunto de normas relativas às atividades de pesquisa tem como base as macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do PDI 2010-2019 da UFRN.

O trâmite padrão dos processos de acesso do docente-pesquisador aos editais anuais de fomento à pesquisa oferecidos inicia-se com a elaboração de projeto pelo docente pesquisador e cadastro do mesmo no módulo de pesquisa do sistema informatizado Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA. O projeto pode ser oriundo, tanto de um docente-pesquisador, como de um grupo de pesquisa vinculado a uma linha de pesquisa de um programa de pós-graduação. Em seguida, o projeto é submetido a pesquisadores cadastrados oriundos do banco de dados de bolsistas de produtividade em pesquisa do sistema Lattes/CNPq, cujo vínculo é direto e em tempo real com o banco de dados da UFRN. Nos casos de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos ou animais-cobaia, os projetos deverão passar por um exame junto a um dos três comitês de ética para pesquisa com seres humanos ou o comitê de ética para pesquisa com animais, acreditados na UFRN. Ao término da realização do projeto, o pesquisador deve apresentar relatório final, incluindo os produtos associados: publicações em periódicos ou livros, apresentações em reuniões científicas (especialmente congresso de iniciação científica e tecnológica, para o caso de planos de trabalho de discentes, associados a projetos de pesquisa de orientadores-docentes), dentre outros.

O anexo 4 resume a descrição dos macroprocessos finalísticos, com produtos e serviços, beneficiários e unidades responsáveis.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento organizacional

O processo de planejamento da UFRN tem como referência o papel de uma universidade contemporânea, que precisa encontrar e elaborar respostas a um conjunto de novos desafios, que são incorporadas às funções assumidas e acumuladas historicamente - de preservar a cultura e o conhecimento universal, de propiciar formação acadêmica e profissional e de produzir ciência e tecnologia socialmente relevantes.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO em julho de 2009 em Paris, considerou que o ensino superior é um bem público de responsabilidade de todos os governos. A universidade constitui um imperativo estratégico para todos os níveis de ensino por desempenhar papel fundamental na pesquisa, inovação e criatividade nas sociedades contemporâneas, cabendo-lhe garantir a democratização do acesso para todos, aprimorar a qualidade acadêmica e engajar-se na luta por justiça social e democracia.

Nesta direção, a UFRN define os seus rumos a partir de um processo de planejamento constituído de três níveis.

No **nível estratégico** – O primeiro plano a nível estratégico foi elaborado pela UFRN para o período 1999-2008: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 1999-2008). No ano de 2009 a UFRN atendendo ao Decreto Nº 5.773/2006 desenvolveu um processo de avaliação para elaborar o seu segundo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2019) com vigência para 10 anos e aprovado pela Resolução nº 015/2010- CONSUNI. Este define os rumos da Instituição Universitária, explicita a missão e visão de futuro, os objetivos estratégicos e as metas globais, além do Projeto Pedagógico Institucional, orientador da política acadêmica da UFRN. O Plano se encontra a disposição da comunidade no seguinte endereço: <http://www.ufrn.br/resources/documentos/pdi/PDI-2010-2019-final.pdf>

- Os objetivos estratégicos da Universidade, conforme o PDI 2010-2019, estão centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade e na sua missão. Envolvem a formação de valores, introduzem suas ações na ordem moral, cultural, científica e tecnológica que buscam dar conta das transformações da sociedade. Suas intervenções têm como finalidades:

1. redimensionar as estratégias de operação do conhecimento, para que a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão sejam realizadas conforme as necessidades contemporâneas da formação técnico-científica e as exigências do novo sentido do conhecimento;

2. incorporar, às práticas docentes, uma visão epistemológica que dê conta da natureza complexa dos saberes formais e informais, científicos e tradicionais, e que promova o deslocamento do foco da atividade de ensino-aprendizagem para a compreensão do ato pedagógico como um processo de formação do educador e do educando;

3. potencializar o princípio da flexibilidade e preparar docentes, técnico-administrativos e discentes para interações multiculturais, necessárias à mobilidade interna e externa, mediante o aproveitamento de estudos e o trânsito entre cursos, programas e *campi* da UFRN, e de outras instituições de Ensino Superior, nacionais e

internacionais;

4. preparar docentes, técnico-administrativos e discentes para serem capazes de selecionar e de se apropriar das novas tecnologias de informação e de comunicação no processo de ensino-aprendizagem e nas atividades da pesquisa e da extensão;

5. fortalecer a atuação da UFRN em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, da região Nordeste e do País;

6. aperfeiçoar a gestão universitária, consolidando o processo de planejamento e avaliação e dos sistemas de informação, com tecnologia de última geração, para que atendam as áreas administrativa, acadêmica e de recursos humanos, com eficiência, eficácia e efetividade;

7. incorporar às práticas acadêmicas e às ações administrativas o princípio de sustentabilidade: ambientalmente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

- Em **nível tático** – O planejamento concretiza-se por meio do Plano de Gestão 2015-2019, coordenado pela Administração Superior, o qual tem o compromisso de manter os avanços conquistados mediante o Plano de Gestão anterior (2011-2015) e o desafio de estabelecer novas e duradouras conquistas, através de cinco Eixos Programáticos: Qualidade Acadêmica, Interiorização e Internacionalização; Gestão Eficiente, Participativa e Transparente; Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade; Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento; Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Institucional e Qualidade de Vida.

- Em **nível operativo**, o planejamento efetiva-se por meio de:
 - Planos de ação dos Centros Acadêmicos e das Unidades Acadêmicas Especializadas;
 - Planos Trienais dos departamentos acadêmicos;
 - Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação e residências médicas e multiprofissionais;
 - Projetos de pesquisa e de extensão.

Ressalta-se que o planejamento estratégico e o planejamento em nível tático da UFRN estão baseados na definição de metas de longo prazo estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de metas anuais são definidas a partir das linhas de ação dos eixos programáticos do Plano de Gestão, e são cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP). O acompanhamento e a avaliação dessas metas institucionais são realizados a partir de indicadores que aferem os resultados alcançados e o cumprimento dos objetivos institucionais. Os resultados do acompanhamento e da avaliação do cumprimento das metas institucionais são discutidos pela administração superior da UFRN em seminários semestrais de planejamento.

Com efeito, anualmente as unidades cadastram as metas, com suas atividades, ações e cronograma, no Sistema Integrado de Planejamento e Projetos – SIGPP, todos articulados às metas globais da Instituição e às suas políticas. Reitera-se que o modelo de planejamento adotado pela UFRN utiliza indicadores como instrumentos de medida para acompanhar e avaliar o cumprimento do Plano de Gestão e das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Quanto à necessidade de inclusão da Gestão de Risco no Planejamento Estratégico, ressalta-se que a gestão de risco iniciou-se efetivamente na UFRN em 2017, com a aprovação da Política e do Plano de Gestão de Risco. Atualmente este consta na etapa de identificação e mapeamento dos riscos. Dessa forma, entende-se que inclusão da

Gestão de Risco no Plano Estratégico, em obediência ao Decreto 9.203/2017 de 22 de novembro de 2017 só será concretizado em 2018.

Os sistemas de informação que dão suporte a todo o processo de planejamento e avaliação da UFRN são os seguintes:

- Censo da Educação Superior, realizado anualmente, coordenado pelo INEP/MEC;
- SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas;
- SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos;
- SIGPRH – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos;
- SIGAdmin – Sistema de Administração;
- SIGED – Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos;
- SIGPP – Sistema Integrado de Planejamento e Projetos.

Esses sistemas são utilizados de maneira abrangente na UFRN e fazem parte do dia a dia dos servidores e alunos. Da mesma forma, a Avaliação Institucional estabelecida pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é um processo de avaliação global e está integrada às atividades acadêmicas cotidianas da Universidade. Assim, a estrutura organizacional da UFRN e seus sistemas informacionais constituem-se o alicerce dos processos de planejamento e de avaliação que oferecem informações e subsidiam à tomada de decisão institucional.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

No tocante aos objetivos para o exercício de 2017, cumpre elucidar que a UFRN, conforme a sua metodologia de planejamento, define no seu plano tático – Plano de Gestão - os objetivos da Instituição para um período de 4 (quatro) anos. Para cada ano suas unidades acadêmicas e administrativas planejam e registram no SIGPP (Sistema Integrado de Gestão, de Planejamento e de Projetos) as metas a serem cumpridas, que devem estar articuladas e integradas com os objetivos previstos no Plano de Gestão. Nessa perspectiva, a Universidade não define objetivos anuais, mas metas a serem alcançadas, estabelecidas em consonância com os objetivos do Plano de Gestão.

Os objetivos do Plano de Gestão, portanto, se concatenam progressivamente, ano a ano, ciclo a ciclo, numa evolução progressiva do que a UFRN espera alcançar ao final do Plano. Reitera-se que, para o alcance dos objetivos, ano a ano são definidas metas no SIGPP, com etapas, cronograma e indicadores.

A pretensão de expandir com qualidade acadêmica a interiorização, a internacionalização, a inclusão social, e fortalecer a interdisciplinaridade, a integração, e a inovação científica e tecnológica, são desafios que permanecem no atual Plano de Gestão 2015-2019 (disponível no site www.ufrn.br, no link “Documentos”), como se pode observar nos objetivos elencados a seguir.

OBJETIVOS DO PLANO DE GESTÃO 2015-2019:

- a) Ampliar as ações de **inclusão social**, de respeito à diversidade e à pluralidade de ideias e visão de mundo, reforçando o conceito de universidade como espaço de convivência pacífica de múltiplas ideias e, ao mesmo tempo, reconhecendo a necessidade de propiciar o acesso de todos os estratos da sociedade.

- b) Desenvolver o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) tendo como base o princípio da **interdisciplinaridade** apoiando experiências inovadoras e estimulando novas formas de produção do conhecimento, garantindo a integração da formação teórica com a realidade social.
- c) Intensificar as ações de **interiorização** dentro da política de desenvolvimento institucional, promovendo a expansão acadêmica com qualidade, integrada às necessidades regionais, sem perder de vista o saber universal.
- d) Expandir as ações de **internacionalização** tendo como objetivo promover os processos de integração da dimensão internacional, intercultural e de intercâmbio institucional no ensino e na pesquisa tendo em vista a excelência acadêmica.
- e) Disseminar a cultura da **inovação tecnológica** e suas repercussões enquanto inovação social, inovação educacional e inovação nos processos de gestão.
- f) Fortalecer a modernização da gestão, intensificando a **integração** entre as atividades-fim e as atividades-meio, entre a administração superior e as demais instâncias administrativas, com participação e transparência, objetivando alcançar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O PDI da UFRN 2010-2019, plano estratégico da Instituição já consolidado, elaborado com base nas orientações do artigo 16 do Decreto nº 5773/2006, teve sua primeira avaliação, após dois anos de sua vigência, realizada pelo INEP/MEC no final de 2011, com vistas ao credenciamento da UFRN, cujo relatório se encontra no site: www.avaliacao.ufrn.br.

Posteriormente, no ano de 2015, foi realizada uma segunda avaliação do PDI pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em conjunto com a PROPLAN, oportunidade em que foi elaborado um relatório técnico de avaliação dos cinco primeiros anos de vigência do PDI, com destaque para as metas nele estabelecidas.

A Nota Técnica INEP/DAES/CNAES 65/2014 de 09 de abril de 2014, determina que a UFRN deverá a partir do ano de referência 2015 a março de 2018 apresentar um Relatório de autoavaliação, ao longo desses três anos, conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), a fim de identificar avanços, fragilidades e medidas. Neste processo de avaliação são 10 dimensões constantes no art. 3º da Lei do SINAES: (1) a missão e o plano de desenvolvimento institucional; (2) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; (3) a responsabilidade social da instituição; (4) a comunicação com a sociedade; (5) as políticas de pessoal; (6) a organização e gestão da instituição; (7) a infraestrutura física, biblioteca e recursos de informação; (8) o planejamento e avaliação; (9) as políticas de atendimento aos estudantes; (10) a sustentabilidade financeira.

A CPA terá que apresentar até o final de março os resultados do estágio de implementação em que se encontra o PDI 2010-2019 no período 2015/2016/2017. A metodologia de acompanhamento do estágio de implementação do PDI é a seguinte:

- Estudos dos documentos oficiais/resoluções acadêmicas que definem as políticas institucionais;

- Organização dos dados estatísticos referente aos três anos, em tabelas e gráficos de forma a permitir a visualização do desempenho da UFRN;
- Realização de reuniões e entrevistas com as unidades administrativas e acadêmicas que conduzem as políticas;
- Elaboração de relatórios parciais sobre: Responsabilidade Social, Política de extensão, Política do Ensino de graduação e pós-graduação e da Pesquisa;
- Consolidação do Relatório dos 5 eixos e apresentação à Reitora e seu staff para tomada de medidas.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Todos os planos da Universidade, inclusive os Planos de Gestão, são orientados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2019)-PDI que são articulados entre si até o nível operativo do planejamento da Instituição, que consiste dos Planos de Ação dos Centros Acadêmicos e das Unidades Acadêmicas Especializadas; Planos Trienais dos departamentos acadêmicos; Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação e residências médicas e multiprofissionais; Projetos de pesquisa e de extensão.

A vinculação dos planos da UFRN também respondem às competências institucionais - executar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão, desenvolver de forma plural um processo formativo nos diferentes campos do saber, difundir o conhecimento preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribuir para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade; além disso, democratizar o acesso ao ensino superior, trabalhar para a expansão das matrículas, a reposição do quadro docente, a adequação e ampliação da infraestrutura física e a melhoria das condições de permanência do estudante na Instituição - esta evidenciada em cada plano da Universidade, notadamente nos seus planos mais recentes - Plano de Gestão 2015-2019 e no seu PDI 2010-2019, disponíveis no site www.ufrn.br, no link "Documentos", conforme Estatuto da UFRN de 2008 com alterações na RESOLUÇÃO-nº 0021/2011- CONSUNI.

4. 2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

As formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos estão inseridos no processo de avaliação institucional desenvolvido pela UFRN.

A Comissão Própria de Avaliação da UFRN (CPA) é a instância legal responsável pelo desenvolvimento do projeto de autoavaliação da Instituição (aprovado mediante a Resolução nº 79/2004 – CONSEPE, de 21/12/2004) no sentido de mobilizar e organizar os diferentes segmentos acadêmicos (docentes, discentes, técnico- administrativos, dirigentes e representantes da sociedade) para pensar coletivamente a UFRN no que ela faz, construindo uma rede que articule os sujeitos no processo de reflexão/ação para:

- Produzir conhecimentos sobre a Instituição;
- Definir e assumir compromissos coletivos;

- Definir propostas de ação e caminhos alternativos para o acompanhamento e aperfeiçoamento do PDI;
- Organizar e coordenar subcomissões para avaliar cada uma das dimensões delineadas pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Lei nº 10.861/2004).

Desde o início dos seus trabalhos em 2004, a CPA segue algumas diretrizes que continuam a orientar a autoavaliação da UFRN. Uma delas é a compreensão da autoavaliação como um processo contínuo, educativo, significando qualificar, promover o autoconhecimento para transformar, melhorar a qualidade do trabalho acadêmico. O diagnóstico dos pontos fortes, que devem ser reforçados e dos pontos fracos que dificultam alcançar as metas estabelecidas, ajuda a orientar a tomada de decisões, o planejamento e replanejamento das ações e o estabelecimento de prioridades. Identificando as fragilidades e as potencialidades da Instituição nas dimensões previstas na Lei do SINAES (nº 10.861/2004), a autoavaliação é, portanto, um importante instrumento para a tomada de decisão; desse processo resultam relatórios contendo análises, críticas e sugestões.

A UFRN monitora a execução e os resultados dos planos por meio de grupos focais, questionários, entrevistas, reuniões e fóruns, e pelo registro das metas no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP). Nesse sistema também se registra os percentuais de cumprimento se extrai relatórios com resultados de cada Unidade acadêmico-administrativas da Instituição.

A avaliação interna (ou autoavaliação) na UFRN vem sendo entendida como uma prática indispensável ao processo de planejamento de suas ações e das metas a serem alcançadas, na busca por qualidade e excelência no âmbito acadêmico e da gestão.

A seguir são apresentadas as etapas de monitoramento da execução do Plano de Gestão/Metas do ano de 2017:

1. Cadastramento das metas das Unidades da Administração Central no SIGPP;
2. Levantamento das metas cadastradas e apresentação da primeira análise (reunião de staff);
3. Análise dos resultados parciais e apresentação à Administração Central (reunião de staff);]
4. Análise dos resultados finais e apresentação à Administração Central (reunião de staff);
5. Elaboração de Relatório Anual de Análise do SIGPP e a apresentação em formato Power Point feita para o Staff, conforme apêndice 1.

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei de Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Em seu orçamento anual, a UFRN executa ações com metas físicas e financeira dos seguintes Programas Temáticos de Governo:

Quadro 1- Quadro resumo das ações

AÇÃO	
Programa 2080 - Educação de Qualidade para Todos	
20GK	Fomento às ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
Programa 2015-Fortalecimento do Sistema Único de Saúde	
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Fonte: PROPLAN

Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Quadro 2 - Identificação Ação 20GK - Fomento às Ações de Grad., Pós, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20GK		Tipo: Atividade			
Título	Fomento às Ações de Grad., Pós, Ensino, Pesquisa e Extensão					
*Iniciativa						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	Educação de Qualidade Para Todos		Código:	2080	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26243					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.126.413,00	2.126.413,00	2.094.532,49	1.120.258,93	1.095.358,93	24.900,00	974.273,56

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada	Realizada
Iniciativa apoiada		Unidade	1.722		2.251
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
767.165,49	374.034,05	168.240,56	Iniciativa apoiada	Unidade	1.251

Fonte: Tesouro gerencial

As ações integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFRN, no exercício de 2017 foram desenvolvidas pela comunidade acadêmica por meio de atividades nas modalidades de projetos, cursos e eventos, entre outras ações.

Ressalta-se que o aumento na quantidade de ações desenvolvidas foi gerado em razão do aprimoramento no registro das ações acadêmicas no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas – SIGAA, permitindo que ações que outrora não eram registradas pudessem ser contabilizadas nos relatórios institucionais.

A indissociabilidade da extensão ao ensino e à pesquisa e a inserção curricular das atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos, também contribuíram para que a meta prevista fosse ultrapassada em 529 ações.

Sobressai como ação integrada a Semana do Meio Ambiente da UFRN cujo tema foi “Integrando Saberes para a Sustentabilidade”. O evento teve como foco a discussão sobre os problemas ambientais e a importância da preservação dos recursos naturais. A programação contou com rodas de conversa, oficinas, mesas-redondas e circuito ambiental com caminhada e passeio ciclístico por diversos setores da instituição, envolvendo docentes, técnicos e discentes que desenvolvem ações acadêmicas relacionadas à temática.

Destacam-se a seguir alguns projetos integrados relacionados à temática:

- Agroecologia e Desenvolvimento da agricultura familiar e que tem como objeto de estudo a Recuperação do Bioma Caatinga, participando desse projeto um intercâmbio de conhecimentos entre alunos de diferentes cursos de graduação, pós-graduação e agropecuaristas familiares do Seridó Potiguar ações que almejam o desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica nas comunidades rurais do semiárido do RN. A representatividade do projeto reside na ampla articulação entre diferentes grupos de pesquisa e de extensão, com o envolvimento de docentes, técnicos e discentes de graduação e pós-graduação, além de:
 - difusão de tecnologias sociais: reutilização da água servida e desenvolvimento de sistemas de irrigação, produção de adubo orgânico, construção de cisternas calçadão;
 - recuperação do bioma da caatinga por meio da construção de renques, barramentos e a sua revegetação com plantas de sementes de plantas nativas e exóticas (Moringa Oleífera) e frutíferas (umbu, cajá, maracujá do mato e seriguela) produzidas no viveiro comunitário.

- Reutilização da Água do Esgoto em Cidades de Clima Semiárido: Economia da Água por meio da Educação, Monitoramento e Usos Múltiplos: Projetos como

esse, voltados à gestão sustentável de água no semiárido brasileiro, tem por objetivo principal monitorar e realizar práticas de reuso de águas residuárias no município do interior do RN. Nesse sentido, uma equipe multidisciplinar da UFRN, em parceria com as prefeituras de São Fernando, Currais Novos, Acari, Parelhas, Cruzeta, Caicó e Jardim do Seridó irá desenvolver trabalhos propostos nesse projeto através do monitoramento da qualidade da água e posterior reuso. Os projetos também incluem ações de educação sobre o reuso da água numa perspectiva de instruir a população quanto ao monitoramento e uso econômico deste bem. Também as ações educativas terão o objetivo de mostrar à população beneficiada que as águas do esgoto por ela produzido, após tratamento e com um uso final adequado, poderão diminuir consideravelmente a vulnerabilidade socioambiental diante de períodos de estiagem e seca.

- Qualificação e Orientação para o Uso das Águas Subterrâneas na Zona Rural da Cidade de Santa Cruz/RN: Esse projeto de ações integradas tem, como objetivo geral, produzir um documento orientativo para os usuários dos poços tubulares, quanto ao uso adequado destas águas captadas do aquífero cristalino, e consequentemente otimizar a gestão dos recursos hídricos em um município que sofre os severos impactos da escassez hídrica. Será qualificada a água quanto aos aspectos físico-químicos, microbiológicos e biológicos além da realização do cadastro dos poços tubulares, usuários e as possíveis fontes de contaminação. Espera-se com este estudo traçar diretrizes para criar uma gestão adequada para o uso de águas subterrâneas da zona rural do município de Santa Cruz – RN.

Outra ação integrada que a UFRN desenvolve é a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CIENTEC acontece todos os anos, expondo os principais fundamentos das atividades científicas, tecnológicas e culturais da Universidade, buscando, dessa forma, uma interface com a sociedade.

Ademais, a programação cultural da CIENTEC promoveu a apresentação de uma grande quantidade de espetáculos de dança, música, corais e cinema, compondo a moldura artístico-cultural desse evento de grande relevância para uma interação entre a Universidade, seus parceiros e a sociedade em geral. Com essa organização, propôs-se a articulação das diferentes unidades de produção de ciência, tecnologia e cultura, evidenciando o que a UFRN tem desenvolvido de forma articulada no Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção Cultural. Esta ação se encontra detalhada na Ação 20RK.

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Quadro 3- Identificação da Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial				
Código		20RI Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica				
*Iniciativa						
Objetivo		Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público.				
Programa		Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26243				
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
299.516,00	299.516,00	299.510,04	122989,44	122.989,44	-	176.520,60
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	386		382	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
52.605,92	33.745,98	-	Estudante matriculado	Unidade	382	

Fonte: Tesouro Gerencial

A manutenção e o funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica desenvolvem-se por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento, de modo a atender adequadamente às demandas e especificidades dos alunos dessas instituições.

Compreende a assistência ao educando; a aquisição, a elaboração, a produção e a distribuição de material didático-pedagógico e especializado, a aquisição de material de consumo e permanente; a elaboração de processos para contratação de pessoas físicas e jurídicas; o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; as atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias,

passagens, realização e participação de eventos, os investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observando os limites da legislação vigente.

A ação é desenvolvida pelo Núcleo de Educação da Infância/Colégio de Aplicação – UFRN (NEI/CAP – UFRN), Unidade Suplementar do Centro de Educação, que tem como objetivo a formação, o aprendizado e o desenvolvimento da criança no contexto escolar e social, cumprindo o papel político e pedagógico assumido pela Instituição. É um espaço onde se coadunam teoria e prática, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na formação docente inicial e continuada oferecida pela Universidade. Dedicar-se à Educação Infantil (creche e pré-escola) e ao Ensino Fundamental (ciclo de alfabetização), atendendo a crianças dos 11 meses aos 11 anos de idade.

Quanto às instalações físicas, o NEI está contemplado em 03 prédios, nos quais estão disponíveis em salas de aulas, bem como outros espaços como: biblioteca, brinquedoteca, sala de multimídia, parques, quadra, jardins, solários, cozinha experimental, sala do repouso (creche) e refeitório (creche).

Em 2017 tinha-se como meta para essa ação matricular 386 alunos, sendo atingido o número de 382, o que representa 98,8% da meta. Quando comparado à 2016, em que foram matriculados 340 alunos, 2017 representou um aumento de 12,35%. Quanto ao não cumprimento integral da meta cabe relatar que tal fato ocorreu em virtude de três famílias terem optado por não renovar as matrículas de seus filhos que iriam para o 5º ano do Ensino Fundamental em 2017. Convém ressaltar que uma das famílias era responsável por crianças gêmeas, por isso, o número de quatro desistências. As desistências ocorreram pelos seguintes motivos: 1- Os pais das crianças gêmeas foram contemplados com um significativo desconto nas mensalidades para que elas pudessem estudar em uma conceituada escola da rede privada de ensino da cidade, na qual os filhos mais velhos já estudavam; 2. As outras duas famílias não renovaram as matrículas por questões de adequação às necessidades familiares.

Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior 2017

Quadro 4- Identificação da Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial
Código	20 RK Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
*Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior. Código:
Programa	Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:
Unidade Orçamentária	26243
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras
Lei Orçamentária do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	
Dotação	Despesa Restos a Pagar do

					exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
152.416.634,00	157.065.036,00	143.272.906,11	113.851.516,10	111.594.080,30	2.257.435,80	29.421.390,01
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	34.415		29.176,50	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
43.193.725,04	34.061.791,15	3.252.665,82	Estudante matriculado	Unidade	29.176,50	

Fonte: Tesouro Gerencial

A meta da UFRN no SIMEC prevista para a ação em epígrafe foi de 34.415 alunos matriculados na educação superior – em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade presencial, no ano de 2017. Não obstante, a meta executada foi de 29.176,50 (23.240,50¹ na graduação e 5.936,00 na pós-graduação).

Dois fatores, em especial, têm contribuído para o não atendimento integral da meta prevista. O primeiro refere-se à alteração da metodologia de cálculo para os alunos matriculados. A UFRN utilizava, até 2015, o número de alunos matriculados no segundo semestre, somados ao número de alunos concluintes no primeiro semestre, para a contagem dos alunos matriculados no ano. Em 2016 e 2017, passou-se a utilizar como base as orientações do TCU, e o número de alunos matriculados foi calculado a partir da soma dos alunos matriculados no primeiro semestre com os alunos matriculados no segundo semestre, dividido por dois.

Outro aspecto que tem contribuído para o não atendimento à meta prevista de alunos matriculados é a utilização do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como processo seletivo para oferta integral das vagas dos cursos de graduação da UFRN, exceto para aqueles que necessitam de Teste de Habilidade Específica – Dança-licenciatura; Música–Canto, bacharelado; Música–Instrumento, bacharelado; Teatro-licenciatura; e Letras–Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A Universidade não preencheu todas as vagas ofertadas no SiSU em 2017.1, o que foi minimizado com a publicação do Edital de Vagas Residuais para a ocupação das vagas não preenchidas, que resultou no preenchimento de 97,2% das vagas ociosas.

¹ Tal número representa uma média dos alunos matriculados no primeiro e no segundo semestre, (1 sem + 2 sem)/2, calculado conforme orientação do TCU.

Cumpra esclarecer que na descrição da Ação Orçamentária em tela, consta o “Apoio à gestão administrativa, financeira e técnica, ao desenvolvimento de ações para o funcionamento dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão das Instituições Federais de Educação Superior, bem como definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional nas modalidades presencial e à distância (grifo nosso).” No entanto, a Universidade considera que para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância há um financiamento específico e por isso, os alunos matriculados nessa modalidade de ensino não são computados nessa Ação.

Na educação superior, as ações de ensino, pesquisa e extensão são atividades finalísticas da UFRN. Essas ações se articulam com os Programas Temáticos que compõem o orçamento da União e com o Plano de Gestão 2015-2019 da UFRN, que conta com metas detalhadas anualmente no SIGPP – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos -, integradas às atividades finalísticas no âmbito da competência da Instituição.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN está presente em 5 *Campi*, sendo 1 em Natal – *Campus* Central - e 4 *campi* no interior: *Campus* de Caicó; *Campus* de Currais Novos; *Campus* de Macaíba e *Campus* de Santa Cruz. No âmbito da educação a distância, atua em 16 polos de apoio presenciais localizados no Rio Grande do Norte. Conta com 09 unidades acadêmicas especializadas e 08 centros acadêmicos. Está estruturada acadêmica e administrativamente conforme previsto nos seus Estatuto e Regimento Geral.

Desde 2013 a Universidade firmou contratos com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, que passou a administrar os 3 (três) hospitais da Universidade: Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), Maternidade Escola Januário Cicco (MEJEC), e Hospital Maternidade Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz.

Além dos 3 (três) hospitais como unidades suplementares, a UFRN conta também com mais 10 (dez) unidades suplementares, dentre as quais destaca-se a Superintendência de Comunicação (COMUNICA) que propõe-se a integrar, através dos seus veículos, as ações na área de comunicação, visando otimizar e implementar a política de comunicação interna e externa da Universidade. A COMUNICA é compreendida pela Rádio FM Universitária, pela TV Universitária (TVU) e pela Agência de Comunicação (AGECOM), sendo esta última o órgão responsável pela publicação e divulgação de notícias, eventos, projetos e pesquisas da UFRN. Os dois primeiros veículos evidenciam o compromisso da Instituição com a informação e a cultura, e desempenham um papel importante na formação complementar e crítica de ouvintes e telespectadores. Destaca-se que a Unidade fornece, também, apoio à formação complementar curricular e extracurricular de graduandos e pós-graduandos de cursos da UFRN, com o acolhimento anual de centenas de alunos em diversas atividades.

A COMUNICA informou o desenvolvimento de ações no exercício de 2017, dentre as quais destaca-se a implantação da Política de Comunicação da UFRN, por meio da aprovação de Resolução pelo CONSEPE e instalação de Comitê Gestor – Resolução nº 182/2017 CONSEPE, com os seguintes objetivos: a) sistematizar processos e fluxos que permeiam as práticas de comunicação da UFRN, associando-os à missão, aos valores, aos

objetivos, às diretrizes gerais e específicas da Instituição; b) orientar o desenvolvimento de ações e estratégias de comunicação, tendo em vista o relacionamento da UFRN com diversos públicos e o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); c) constituir-se referência indispensável à elaboração de planos, projetos e ações de comunicação no âmbito da Universidade.

A UFRN oferece 102 cursos de **graduação** na modalidade presencial, com 23.240,50 com a média alunos matriculados. No exercício de 2017 foram ofertadas 7.838 novas vagas nesses cursos.

Na modalidade a distância, em nível de graduação, a Instituição oferta 10 cursos (1 bacharelado e 9 licenciaturas), com 2.239 alunos matriculados.

A UFRN oferece ainda 2 cursos de graduação em convênio com a CAPES no Programa PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) e 2 cursos em convênio com o MEC no âmbito do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

A Secretaria de Relações Internacionais (SRI) da UFRN registrou que no exercício de 2017, em nível de graduação, 24 estudantes chegaram à UFRN em mobilidade nacional, e 18 estudantes da UFRN foram encaminhados para outras instituições de educação superior também em mobilidade nacional. Em nível internacional, 30 estudantes estrangeiros foram recebidos pela Universidade; já os estudantes da UFRN no exterior somaram 39 alunos. No tocante aos acordos de cooperação acadêmica internacionais, houve um acréscimo de apenas 5 (cinco) acordos em relação a 2016, totalizando no exercício de 2017, 225 (duzentos e vinte e cinco) parcerias.

Na **pós-graduação**, a Instituição oferece 90 Programas *stricto sensu*, totalizando 127 cursos, sendo 61 em nível de mestrado acadêmico, 25 em nível de mestrado profissional e 41 em nível de doutorado, perfazendo 5.936 alunos matriculados. No ano de 2017 foram realizadas 1.380 defesas: 360 teses de doutorado e 1.020 dissertações de mestrado. A UFRN oferta, também, 115 cursos de pós-graduação *lato sensu*: 68 cursos de especialização, 38 residências médicas, 1 residência bucomaxilofacial e 8 residências multiprofissionais; foram expedidos 1.551 certificados de especialistas no exercício de 2017.

O número total de estudantes regularmente matriculados no Sistema de Pós-graduação da UFRN durante o ano 2017 foi de 5.936 (cinco mil novecentos e trinta e seis) alunos.

Nesse nível de ensino se sobressai a participação da Universidade no desenvolvimento da Plataforma Sucupira, uma parceria da CAPES com a UFRN. A Plataforma foi lançada em 2014 pela CAPES e representa uma mudança de paradigma em relação aos sistemas anteriormente utilizados na Pós-graduação, pois traz avanços concretos quanto à transparência dos dados para toda a comunidade acadêmica, redução de tempo, esforços e imprecisões na execução de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) bem como maior facilidade no seu acompanhamento. Com isso, há maior confiabilidade, precisão e segurança das informações e um controle mais eficiente. Destaca-se que **a avaliação quadrienal 2017** foi a primeira realizada após o

desenvolvimento da Plataforma Sucupira, agilizando a obtenção de relatórios pelos Comitês de Área e qualificando o processo de avaliação.

Durante o ano de 2017, a CAPES realizou a avaliação quadrienal, referente aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, do Sistema Nacional de Pós-graduação - SNPG, do qual fazem parte os Cursos de Mestrado e Doutorado da UFRN. O resultado final, após fase de análise dos recursos encaminhados ao Conselho Técnico Consultivo (CTC) da CAPES, foi divulgado em 20 de dezembro de 2017.

No caso específico da UFRN, que teve 82 (oitenta e dois) dos atuais 90 (noventa) Programas de Pós-graduação avaliados, os resultados da avaliação apontam para a evolução dos cursos de uma maneira geral confirmando a trajetória de expansão e melhoria da qualidade adquirida ao longo dos anos. No quadriênio 2013-2016, a UFRN apresentou um crescimento quantitativo em seus cursos de Mestrado e Doutorado de 39,5%.

As tabelas 1 e 2 apresentam respectivamente o crescimento do Sistema de Pós-graduação da UFRN e brasileiro na última década. Observa-se que a expansão da Pós-graduação da UFRN foi, em muito, superior à evolução ocorrida no país, com destaque para o crescimento dos cursos de Doutorado, cuja taxa foi quase o dobro na UFRN em comparação ao Brasil, e dos Mestrados Profissionais, que cresceram cerca de 7 vezes mais que no país. Portanto, em 2007, os Programas de Pós-graduação da UFRN representavam 1,64% do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), chegando a 2,16% do total em 2017. Com relação aos Mestrados Profissionais, a proporção saltou de 0,64% em 2007 para 3,56% em 2017.

Tabela 1: Evolução do número de Programas e cursos de Pós-graduação da UFRN avaliados nos últimos 10 anos

UFRN	2007	2017	CRESCIMENTO
PROGRAMAS	37	90	143%
CURSOS	53	127	140%
Mestrado Acadêmico	36	61	69%
Doutorado	16	41	156%
Mestrado Profissional	1	25	2.400%

Fonte: capes.gov.br

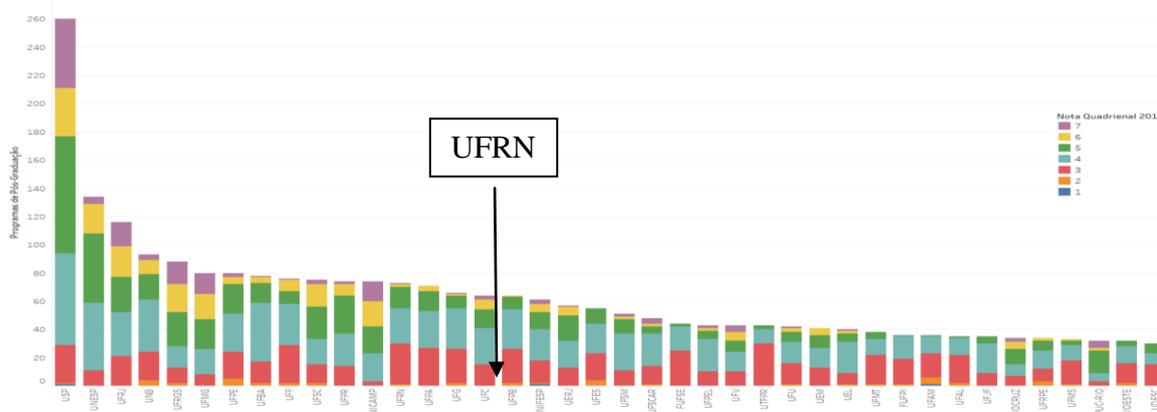
Tabela 2: Evolução do número de Programas e cursos de Pós-graduação avaliados nos últimos 10 anos no Brasil

BRASIL	2007	2017	CRESCIMENTO
PROGRAMAS	2.256	4.175	85%
CURSOS	3.394	6.303	86%
Mestrado Acadêmico	2.061	3.398	65%
Doutorado	1.177	2.202	87%
Mestrado Profissional	156	703	351%

Fonte: capes.gov.br

Destaca-se especialmente o crescimento dos cursos de Doutorado, uma vez que representa não apenas uma expansão, mas é um indicador de evolução na qualidade dos Programas, uma vez que somente aqueles que alcançam no mínimo a nota 4 podem submeter propostas de cursos de Doutorado. É certo que a evolução do sistema não se deu apenas no quantitativo de cursos. Há que se registrar a evolução das notas. A UFRN teve avaliados 82 (oitenta e dois) Programas conforme já registrado, dos quais 18 (dezoito) subiram de nota e 7 (sete) caíram, os demais permaneceram nos mesmos patamares. Esse resultado coloca a Instituição em 13º lugar entre as 40 (quarenta) IES com os maiores sistemas de Pós-graduação, conforme a Figura 1.

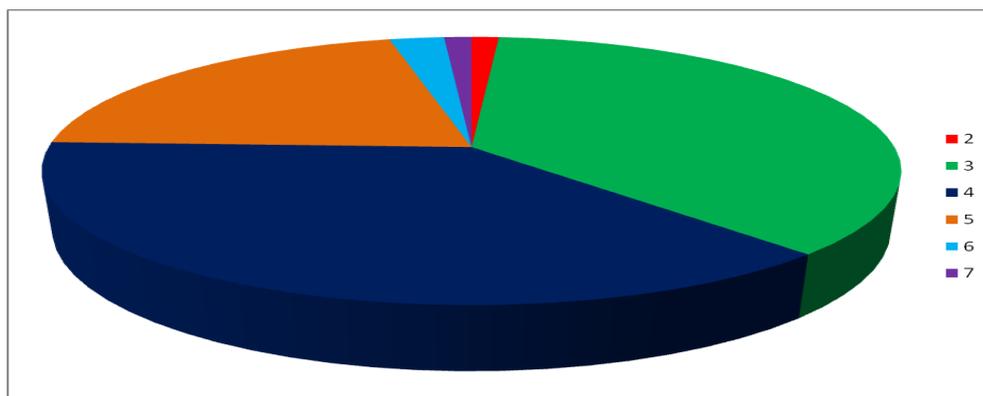
Figura 1: Distribuição das notas das 40 IES com maior número de programas de pós-graduação



Fonte: capes.gov.br

A Figura 2 apresenta a distribuição relativa dos Programas da UFRN avaliados em função das notas obtidas.

Figura 2: Distribuição dos Programas de Pós-graduação da UFRN avaliados em 2017 em função das notas obtidas (total de Programas avaliados = 82)



Fonte: capes.gov.br

Ressalta-se, para o entendimento da avaliação, que os programas avaliados recebem notas em uma escala de 1 a 7: as notas 1 e 2, descredenciam o curso e suspendem o funcionamento; 3 significa desempenho regular, com padrão mínimo de qualidade; 4 é considerado um bom desempenho e 5 é a nota máxima para programas com apenas curso de mestrado. As notas 6 e 7 indicam alto padrão internacional. Para se chegar a estes níveis, são analisados e levados em consideração: o projeto pedagógico do curso (proposta do curso), a infraestrutura, o corpo docente, corpo discente, teses/dissertação, a produção intelectual e a inserção social. Para atribuição das notas 6 e 7, são avaliados parâmetros adicionais, como internacionalização, nucleação e solidariedade. O processo de avaliação adota o critério da comparação entre os cursos de uma mesma área.

O crescimento da UFRN não é apenas quantitativo, mas qualitativo também. Da análise da Figura 2, alguns aspectos ressaltam:

- **Pela primeira vez, um Programa da UFRN obteve nota máxima (7): Ciência e Engenharia dos Materiais**, criado em 1998 com um curso de Doutorado, ampliado depois para Mestrado, que obteve nota 7 exatamente 10 anos após alcançar a nota 6. Esse fato é de grande importância, considerando que até 2016 só havia um único Programa avaliado com nota 7 na região Nordeste. Após a avaliação quadrienal de 2017, a região Nordeste passou a ter 9 (nove) Programas com nota máxima, enquanto na região Sudeste o número permaneceu praticamente o mesmo, porém bastante superior (138), prova da enorme assimetria ainda existente.

- Os demais Programas da UFRN avaliados como de excelência, receberam nota 6: Psicobiologia, mantendo a avaliação anterior, e Ecologia, pela primeira vez. O Programa de Física, avaliado em 2010 e 2013 com nota 6, obteve nota 5 em 2017, mesmo apresentando bons indicadores, o que demonstra a dificuldade em manter-se no grupo de referência.

- Em 2017, a UFRN teve 17 Programas avaliados com nota 5, o que corresponde ao conceito "Muito Bom", ampliando significativamente o grupo com possibilidades de alcançar as notas de excelência nas próximas avaliações. Esse número havia reduzido entre 2004 e 2010, quando vários Programas tiveram suas notas reduzidas de 5 para 4. Nesta avaliação, muitos recuperaram a nota 5, a saber: Educação, Engenharia Elétrica,

Engenharia Química, Geodinâmica e Geofísica; e alguns obtiveram essa nota pela primeira vez: Antropologia Social, Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado da UFRN e Doutorado em rede), Estudos da Linguagem, Geografia.

- A UFRN consolida-se com um Sistema de Pós-graduação em evolução, majoritariamente nota 4, o que corresponde ao conceito "Bom", mas também com muitos cursos novos a consolidar, o que explica o crescimento do grupo de Programas nota 3.

- Dos Programas avaliados em todo território nacional, 2,4% receberam notas 1 e 2. A UFRN não teve nenhum Programa fechado, uma vez que o Programa avaliado como nota 2 se trata do Doutorado em Filosofia em rede, coordenado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do qual a UFRN se retirou após a conclusão dos alunos sob sua responsabilidade. No entanto, dois Programas caíram de nota 4 para 3, tendo seus cursos de Doutorado recebido nota 2, o que acarreta o descredenciamento desses dois cursos – Ciências Sociais e Engenharia Mecânica.

Dentre as realizações no âmbito da Pós-graduação no exercício de 2017, destaca-se o Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pós-graduação – PAAFEP, que se desdobra em 3 linhas de ação: Apoio a grupos emergentes para a criação de Programas de Pós-Graduação; Consolidação de Programas acadêmicos com o curso de Mestrado com notas 3 e 4; e Construção da excelência para Programas com curso de Doutorado. Assim, as políticas serão orientadas para:

- Expansão planejada do sistema em consonância com o PDI;
- Consolidação dos Programas em situação de risco (aqueles que receberam nota 3 nas últimas 3 avaliações da CAPES, ou nota 4 nas 4 últimas avaliações, são considerados estagnados pela agência);
- Ampliação do número de cursos de Doutorado;
- Aumento do número de Programas de excelência (notas 6 e 7);
- Aumento do número de Programas nota 5 (correspondente a Muito Bom).

Os compromissos assumidos pela gestão da UFRN, pela coordenação e pelo corpo docente dos Programas de Pós-Graduação que aderem ao PAAFEP são estabelecidos por meio de edital, sendo que a Resolução nº 181/2017-CONSEPE, de 14 de novembro de 2017, que trata da política de melhoria da qualidade dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação oferecidos pela UFRN, absorveu as duas principais exigências:

- o planejamento estratégico, contemplado no Plano de Ação Quadrienal (PAQPG), propondo estratégias para enfrentamento das fragilidades e encaminhamentos de melhorias dos indicadores contemplando dois períodos de avaliação;
- realização, a cada início de período de avaliação, de credenciamento de docentes, a partir de normas estabelecidas com base no documento de área da Capes.

Dessa forma, o PAAFEP é o principal instrumento para a indução da melhoria da qualidade acadêmica da Pós-graduação e os Programas de Pós-graduação que não cumprem os requisitos da norma não podem se candidatar a receber recursos dos editais do PAAFEP.

Como se observa, em nível de Pós-graduação, a UFRN apresenta-se num cenário marcado pelos avanços obtidos nos últimos anos, contabilizando uma expansão com qualidade, inserção social consolidada, características de uma Universidade

comprometida com o desenvolvimento do Estado e da Região onde se insere. Do resultado da Avaliação Quadrienal 2017 da CAPES, emerge uma Universidade mais forte, com áreas de pesquisa consolidadas e referência nacional na formação de recursos humanos altamente qualificados. Despontam ainda alguns Programas com perfil comparável a centros internacionais de referência na área. É inegável a evolução na qualidade acadêmica da Pós-graduação nos últimos dez anos, que compreende três ciclos avaliativos. Isso só aumenta o desafio da Instituição.

O Quadro 5 apresenta uma síntese das informações sobre o número de alunos na UFRN no exercício 2017.

Quadro 5 – Número de alunos matriculados e concluintes na UFRN em 2017

Nível de ensino	Nº de alunos matriculados 2017	Nº de alunos concluintes 2017
Graduação presencial	27.843	3.854
Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	6.048	1.380
Graduação a distância	2.239	413
TOTAL	36.130	5.647

Fonte: PROPLAN/SIGAA

No total, somando os alunos matriculados em todos os níveis de ensino da educação superior, nas modalidades presencial e a distância, a Universidade tinha **36.130** alunos matriculados em 2017. Tal desempenho é decorrente, principalmente, do compromisso e responsabilidade social da Instituição em formar profissionais com qualidade para a sociedade, conforme comprovam todas as avaliações externas do MEC/INEP e o indicador de qualidade IGC (Índice Geral de Cursos) mais recente (2016) – IGC “4”.

Na **área de Inovação, Ciência e Tecnologia**, em termos de iniciativas estruturadoras, destaca-se o esforço de aperfeiçoamento do quadro de pessoal do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) que permitiu a consecução, em 2017, de duas Cartas-patente (terceira e quarta) da UFRN; e do alcance da marca de 188 pedidos de patentes de invenção submetidas, além de 122 programas de computador concedidos até o final de 2017 (<http://www.ufrn.br/destaques/12875/inovacao-das-universidades-para-o-setor-productivo>). Em 2017 tiveram continuidade os esforços de adequação da pesquisa e inovação na UFRN às novas demandas e possibilidades abertas pelo Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei no. 13.243/2016), que permitiu avanços no processo de disponibilização de tecnologias da UFRN para licenciamento. Nesse sentido, foi iniciado processo de revisão global, atualização e unificação de todo o sistema de regimento da pesquisa na UFRN, e intensificados esforços no sentido de se estabelecerem interlocuções com o setor produtivo da região, como foi o caso do workshop internacional promovido pela Instituição e voltado para a pesquisa aplicada aos biocombustíveis e, especificamente, bioquerosene, realizado em novembro/2017.

Também no âmbito de ações estruturadoras da gestão da pesquisa aplicada na UFRN cabe mencionar a plena instalação, no ano de 2017, do Parque Tecnológico MetrÓpole Digital, cumprindo a missão do Instituto MetrÓpole Digital, em parceria com a gestão da inovação e do empreendedorismo a cargo desta Propesq, de promover a criação

e o fortalecimento de um polo de desenvolvimento em TI no Rio Grande do Norte (<https://portal.imd.ufrn.br/portal/parque-tecnologico>). O Parque Tecnológico Metr pole Digital foi formalmente criado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no dia 2 agosto de 2017, com o objetivo de fomentar, apoiar e desenvolver atividades relacionadas   ciência, tecnologia, empreendedorismo e inova o, integrando a sinergia entre Academia, Governo e Empresas, por meio de atividades orientadas para a gera o e/ou uso intensivo de Ciência e de Tecnologia da Informa o e Comunica o.

O Instituto Metr pole Digital (IMD), unidade acadêmica criada com objetivos estratégicos de complementar as atividades de ensino, pesquisa e extensão que a UFRN já desenvolvia na área de Tecnologia da Informa o, foi construído com um perfil institucional diferenciado dos centros e departamentos acadêmicos, com uma estrutura organizacional que busca promover o desenvolvimento, a inova o, a integra o e a interdisciplinaridade em um sentido amplo.

Dentre as atividades do Instituto Metr pole Digital durante o ano de 2017 destacam-se aquelas desenvolvidas pela Inova Metr pole, incubadora do IMD que oferece suporte negocial em gestão, contabilidade, tecnologia, marketing e desenvolvimento humano e organizacional, bem como, suporte de infraestrutura física e tecnológica. Em 2017, foi criado o Parque Tecnológico Metr pole Digital, com aprova o pelo CONSUNI e credenciamento pela Prefeitura do Natal. Em 2018, diversos projetos estão sendo iniciados para a implanta o do Parque até o seu completo funcionamento.

De forma a atingir seus objetivos o IMD vem desenvolvendo diversos projetos institucionais e programas estratégicos, dentre os quais destaca-se o **Projeto Rede Giga Metr pole** que tem por escopo implantar a infraestrutura de conectividade às escolas públicas municipais, postos de saúde e delegacias e estaduais localizadas na região metropolitana de Natal, ampliando as oportunidades de inclusão social e acessibilidade aos conteúdos educacionais.

A **pesquisa** na UFRN em 2017 contou com 347 grupos e 1.957 projetos. Conforme já mencionado, no período observou-se um esforço significativo da UFRN no âmbito do registro de patentes e da prote o da propriedade intelectual, com o assentamento de 188 pedidos de patentes de inven o, a consecui o da terceira e quarta Cartas-patente, além de 122 programas de computador concedidos até o final de 2017. Os indicadores da Pesquisa na UFRN, referentes ao exercício de 2017, estão apresentados na Figura 3 abaixo.

Figura 3: Indicadores da Pesquisa na UFRN ao final de 2017.

INDICADOR	QUANTIDADE
GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS NO CNPq	347
PROJETOS DE PESQUISA	1957
ALUNOS DE INICIA�O CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (bolsistas e voluntários)	1670
BOLSISTAS DE INICIA�O CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1191
ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS (2017) – BASE DE DADOS SCOPUS	1347
ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS (2016) – BASE DE DADOS SCOPUS	1566
BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE	173

Fonte: PROPESQ

A aparente queda de produção de artigos científicos, que registrou 1.566 unidades de produção em 2016, e 1.347 em 2017, deve ser considerada à luz do aperfeiçoamento dos critérios de registro e busca de produção, que passou a depurar fontes de erro como duplo registro (devido a variação de indicação de nomes de autores) ou indicação inadequada de unidade de produção – como texto completo em evento científico - como artigo. O aperfeiçoamento desses critérios tem repercussão positiva na averiguação da efetiva produção, e auxilia igualmente no fortalecimento do sistema de pós-graduação, que tem na produção dos docentes-participantes elemento crucial nas avaliações periódicas dos programas.

As atividades de **extensão** no exercício de 2017 compreenderam 2.213 ações que resultaram no desenvolvimento de programas, projetos, cursos, eventos e produtos, com a participação de docentes, técnico-administrativos e estudantes. Essas ações priorizaram a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de contribuir para uma formação que privilegia a articulação dos conhecimentos com a prática, buscando o cumprimento da responsabilidade social da Instituição.

Nessa área foram executados 4 programas, 775 projetos, 301 cursos, 1.076 eventos e contabilizados 57 produtos.

Além disso, no ano de 2017 foram lançados 10 editais para financiamento de ações de extensão; ao todo foram financiadas 305 ações de extensão. O lançamento desses editais é um dos fatores que explica a ampliação da participação da comunidade acadêmica nas ações de extensão. Tendo como referência o universo de docentes, discentes e técnicos administrativos, foi verificado que 39,9% dos 27.843 discentes de graduação, 24,08% dos 3.075 técnicos administrativos e 69,9% dos 2.145 docentes ativos do quadro participaram das 2.213 de ações de extensão em 2017. Tais percentuais devem ser notabilizados na comparação com anos anteriores e com outras universidades.

Destaca-se a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CIENTEC, que acontece todos os anos, expondo os principais fundamentos das atividades científicas, tecnológicas e culturais da Universidade, buscando, dessa forma, uma interface com a sociedade.

O Programa Trilhas Potiguaras é estratégico e desenvolvido pela Universidade há mais de 20 anos. Em sua metodologia o Programa tem como premissa a importância do levantamento de demandas sociais existentes nos municípios a serem atendidos. Com os dados em mãos, professores e técnicos administrativos formam equipes com alunos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação da UFRN, para que desenvolvam estudos, oficinas, treinamentos e capacitações para os habitantes dos municípios trabalhando com públicos como idosos, gestantes, usuários de drogas, conselheiros tutelares, professores, cuidadores de idosos, agricultores, servidores públicos e estudantes da rede pública de ensino em uma perspectiva de aplicação de ações sustentáveis que possam contribuir para o desenvolvimento da população. O referido Programa proporciona impacto na formação dos estudantes da UFRN, proporcionando uma formação acadêmica e cidadã vinculada às necessidades da sociedade, além do impacto social e econômico para o município, uma vez que possibilita o apoio da academia com seu conhecimento científico aplicado em prol da tentativa de resolução de problemas nos municípios.

No âmbito do Programa Trilhas Potiguares, a participação dos municípios cresceu, culminando com a adesão de 24 municípios no ano de 2017. Em sua história pela primeira vez o Programa alcançou esse número, o que provavelmente resultou em um impacto social maior. A importância do programa é evidenciada na sua forma de execução, articulando a Universidade e a sociedade no desenvolvimento de ações que contribuem para o desenvolvimento local, qualificando e impactando diretamente na formação dos estudantes da UFRN.

Também pela primeira vez na história do Programa, o Trilhas Potiguares desenvolveu uma ação internacional. A ação foi realizada em parceria com a Universidade Pedagógica do Maxixe, em Moçambique, permitindo que 12 estudantes e dois professores de nossa instituição pudessem desenvolver as atividades do programa, em parceria com uma equipe local, no país africano.

Para garantir a permanência e o sucesso dos alunos matriculados, a Universidade conta com **infraestrutura física** adequada composta, entre outros, de laboratórios, hospitais, salas de aula e bibliotecas. Dispõe, assim, de potencialidade física e organizacional para cumprir com excelência sua missão e seus objetivos institucionais.

Suas instalações acadêmicas e administrativas estão organizadas em 01 Reitoria, 08 Centros Acadêmicos, 09 Unidades Acadêmicas Especializadas, 01 Biblioteca Central e 02 Restaurantes Universitários. A cada Centro e Unidade Acadêmica Especializada estão ligados setores de salas de aulas, laboratórios, núcleos de pesquisa e bibliotecas setoriais. As atividades de ensino, pesquisa, extensão e artístico-culturais são desenvolvidas também em auditórios distribuídos nesses espaços acadêmicos.

Para o desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFRN dispõe de mais de 670 laboratórios. Entre eles, laboratórios específicos (por área ou disciplina) e laboratórios multidisciplinares, todos com espaço e equipamentos adequados às atividades desenvolvidas. Destacam-se, entre outros, os seguintes: Laboratório de Automação em Petróleo, Laboratório de Geologia e Geofísica do Petróleo, Laboratório de Epidemiologia Clínica e Fisioterapia Geriátrica, Laboratório de Engenharia Ambiental e Controle de Qualidade, Laboratório de Metrologia, Laboratório de Monitoração de Produtos sobre Vigilância Sanitária, e o Laboratório de Realidade conectado à rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

A Universidade dispõe também de 03 Museus (Museu Câmara Cascudo, Museu de Ciências Morfológicas e Museu do Mar), 01 Núcleo de Produção de Alimentos e Medicamentos– NUPLAM, 01 Emissora de TV educativa em canal aberto e 01 rádio FM em frequência modulada.

Conta, ainda, com um Centro de Convivência no qual estão instalados: um restaurante, lanchonetes, farmácia-escola, livrarias, serviços bancários e de correios. Nesse espaço está igualmente alojado o Núcleo de Arte e Cultura – NAC, Ouvidoria, bem como salas de exposição de vídeo. As Unidades Acadêmicas (Centros e Setores de Aula) dispõem, em geral, de cantinas, lanchonetes e espaços de convivência para docentes, discentes e técnicos administrativos. A infraestrutura para a prática de esportes é composta por dois ginásios poliesportivos, piscinas e campo de futebol com pista de atletismo.

Para a promoção da arte e da cultura, a Instituição dispõe de um amplo anfiteatro aberto, situado na praça cívica do Campus Central próximo à Capela do Campus, espaço próprio para as manifestações religiosas na Universidade. Conta, também, com um Teatro Multiuso, tipo arena, que pode ser organizado de acordo com o espetáculo ou peça, com capacidade para 300 pessoas.

Na área de Arte e Cultura destacam-se as seguintes ações em 2017: 14 exposições de 14 artistas/expositores, realizadas na Galeria Conviv'art, com o total de 4.410 visitantes; a III Exposição de Trabalhos dos Alunos dos Cursos de Desenho e Pintura e a IV Exposição de Trabalhos dos Alunos, ambas no âmbito do Atelier de Artes do NAC (Núcleo de Artes e Cultura), contemplando pinturas e desenhos a partir de uma demanda inicial dos próprios alunos, permitindo valorizar e divulgar os trabalhos, bem como estreitar os laços da Universidade com a comunidade em geral.

A UFRN dispõe de uma política de acessibilidade definida no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2010-2019), com dois objetivos principais: um que diz respeito ao apoio pedagógico aos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE); e o outro referente à infraestrutura de acessibilidade.

Em relação ao atendimento dos alunos com NEE, a UFRN oferece apoio social, programa de tutoria inclusiva, produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis, repositório de informação acessível (RIA), treinamento e empréstimo de tecnologia assistiva, disponibilização de intérpretes de libras e capacitação de recursos humanos para atendimento aos estudantes com NEE.

Nesse ano de 2017, registra-se uma ação muito importante relacionada ao RIA: a proposta de formação de uma Rede Cooperativa formadas por Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem acervos adaptados no Brasil, com objetivo de cooperação técnica, pesquisa e acesso as coleções adaptadas.

A UFRN convidou a UNB, UFC e UNICAMP para integrar o grupo de trabalho que discutiu sobre os critérios da Rede Cooperativa Acessível nas IES. Foram realizadas 5 reuniões via videoconferência pelo aplicativo Skype. Dentre as deliberações do grupo de trabalho houve a escolha e aceitação de todos os membros sobre o nome a que será denominada a rede. As instituições decidiram pela denominação: Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA).

Destaca-se que durante a programação do II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica, promovido pela Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais - CAENE/UFRN, em novembro de 2017, houve uma reunião técnica com o grupo fundador da REBECA (exceto representante da UNICAMP) com outras IES, com o objetivo de tornar público a formação da Rede e convidar as demais IES a participarem do Grupo. Nessa reunião foi destacado a importância e impacto que a REBECA pode ter no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, além de outros benefícios: redução de custos e tempo de produção dos setores produtores, aumento das opções de pesquisa e rapidez no recebimento textos pelos discentes. Na ocasião estiveram presentes 12 Instituições (UFPR; IFRN; UFBA; IFF; UFERSA; UFG; UFPE; IFRO; UFRPE; UFC; UNB e UFRN).

Atuando como suporte informacional ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a produção científica da Instituição, a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) é o órgão central executivo do Sistema de Bibliotecas da UFRN (SISBI), responsável pela coordenação, padronização e assistência técnica às 22 (vinte e duas) outras bibliotecas setoriais que compõem o SISBI.

Em dezembro de 2017, o SISBI dispunha de um total de 429.465 volumes; destes, 274.562 são livros e 129.156, periódicos.

A BCZM permite, por meio de sua página (www.bczm.ufrn.br), acesso aos acervos digitais de todas as unidades do Sistema de Bibliotecas da UFRN. Entre outros títulos, esses acervos englobam 3.716 livros digitais e 12.282 Teses e Dissertações. Além disso, as unidades do SISBI oferecem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, Hemerotecas Digitais e Fotografias.

Na BCZM destacam-se as atividades técnicas de produção de materiais informacionais, desenvolvidas no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca (LA), em formato acessível (Ampliado, Braille e Áudio), para permitir o adequado desenvolvimento acadêmico e social dos alunos da Universidade com baixa visão, cegueira, dislexia, entre outros, garantindo a permanência desses alunos e a conclusão dos respectivos cursos.

Também como forma de assegurar o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, a UFRN dispunha em dezembro de 2017 de um quadro de pessoal composto de 5.425 servidores, sendo 2.350 docentes efetivos e 3.075 técnico-administrativos. Do total de docentes efetivos, 2.145 pertencem ao quadro permanente do Ensino Superior e 205, ao quadro de docentes permanentes da Educação Básica.

No magistério superior e na educação básica, dos 2.350 docentes efetivos, 79,67% (1.872) são doutores, 14,25% (335) mestres, 5,66% (133) especialistas e 0,42% (10) graduados.

Além da força de trabalho descrita acima, a Universidade conta com a colaboração de pessoal terceirizado por meio de empresas prestadoras de serviços para desempenhar funções de cargos extintos desde 1998. Ademais, dispõe de pessoal contratado diretamente pela Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC para apoiar os projetos acadêmicos.

A UFRN tem demonstrado a existência de plenas condições para garantir o seu funcionamento, bem como para cumprir o compromisso de formar profissionais qualificados para os diferentes setores da sociedade. Esse entendimento é corroborado pelos resultados de todas as avaliações externas do MEC/INEP, bem como pelos resultados obtidos no indicador de qualidade IGC (Índice Geral de Cursos) mais recente - 2016, publicado em novembro de 2017, cujo conceito obtido foi “4”, numa escala de “1” a “5”. Destaca-se que desde a primeira edição do IGC a UFRN tem mantido o conceito “4” no indicador.

Para o cálculo do IGC são considerados, dentre outros indicadores, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (de cursos de graduação), bem como os resultados da avaliação (antes trienal e agora quadrienal) realizada pela CAPES, dos cursos de Pós-Graduação oferecidos pela Instituição.

O ENADE integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Avalia cada área do conhecimento de acordo com o ciclo avaliativo, que é trienal. Tem a finalidade de aferir o aproveitamento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos curriculares, habilidades e competências.

Os últimos resultados aqui demonstrados foram divulgados pelo INEP/MEC em novembro de 2017 e são referentes ao Exame realizado em 2016. Os quadros que seguem abaixo apresentam os resultados da Universidade obtidos por meio da participação dos alunos dos cursos em todas as áreas do ENADE. Para estabelecer um comparativo e auxiliar a compreensão da avaliação, encontram-se registrados os resultados anteriores dos cursos de todas as áreas. Da mesma forma que no IGC, os conceitos do ENADE variam na escala de “1” a “5”.

INDICADOR INSTITUCIONAL DA UFRN – ÍNDICE GERAL DOS CURSOS – IGC

O Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade de instituições de educação superior que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (Conceito Preliminar de Curso) e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Nota Capes. O resultado final está em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5). Desde a sua criação, a UFRN obteve os seguintes resultados:

Quadro 6 – Índice Geral de Cursos/IGC

2011		2012		2013		2014		2015		2016	
IGC contínuo	IGC faixas										
3,66	4	3,68	4	3,67	4	3,66	4	3,59	4	3,61	4

Fonte: INEP/ENADE.

Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE no período 2004/2016, por grupos definidos pelo INEP/MEC. Os ciclos avaliativos são trienais.

Quadro 7- GRUPO 1 – Resultados dos Conceitos ENADE - Ciclo verde

Curso	Ano da Avaliação				
	2004	2007	2010	2013	2016
Biomedicina	-	5	5	4	4
Educação Física - Bacharelado ²	5	4	4	5	4
Enfermagem (Natal)	5	4	5	5	5
Enfermagem (Santa Cruz)	-	-	SC	4	3
Farmácia	5	4	5	4	4
Fisioterapia (Natal)	4	SC	2	4	5
Fisioterapia (Santa Cruz)	-	-	S/C	4	4
Nutrição (Natal)	4	4	4	4	4
Nutrição (Santa Cruz)	-	-	S/C	4	4

² O curso de Educação Física (Licenciatura) foi avaliado separado da modalidade Bacharelado apenas no ano de 2011, com conceito 5.

Medicina	4	-	5	5	4
Odontologia	5	5	5	5	4
Serviço Social	4	4	4	4	5
Zootecnia (Macaíba)	2	3	3	3	4
Agronomia	*	*	-	SC	4
Fonoaudiologia	*	*	SC	4	3
Gestão Hospitalar	*	*	*	5	5

Fonte: INEP/ENADE.

SC – Sem Conceito - Cursos sem concluintes.

* Cursos não existentes nos anos em referência.

Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE no período 2005/2014

Quadro 8- GRUPO 2- Resultados dos Conceitos ENADE- Ciclo amarela

Curso	Ano da Avaliação			
	2005	2008	2011	2014
Arquitetura e Urbanismo	5	4	5	5
Ciências Biológicas - Bacharelado	4	4	4	4
Ciências Biológicas – Licenciatura	-	-	5	4
Ciências Sociais - Bacharelado	4	3	5	3
Ciências Sociais – Licenciatura				3
Ciências da Computação	SC	SC	4	4
Sistemas de Informação	-	-	-	4
Engenharia Civil	4	5	4	4
Engenharia da Computação	3	5	4	4
Engenharia Elétrica	3	3	4	3
Engenharia de Alimentos	-	SC	4	
Engenharia de Materiais	4	2	3	3
Engenharia de Produção	3	2	4	4
Engenharia Química	4	3	3	3
Engenharia Mecânica	3	3	3	3
Engenharia Têxtil	SC	1	-	3
Filosofia - Bacharelado	3	2	4	4
Filosofia – Licenciatura	-	-	3	2
Física - Licenciatura	4	3	3	3
Física – Bacharelado	-	-	2	4
Geografia – Natal - Bacharelado	4	4	5	3
Geografia – Licenciatura – Natal	4	4	4	4
Geografia – Licenciatura- Caicó	4	3	5	4
Geografia – Bacharelado- Caicó(Início em 2009)	-	-	-	2
História – Bacharelado - Natal	5	4	5	3
História –Licenciatura – Natal	5	4	5	4
História – Bacharelado – Caicó (iniciou em 2009)	-	-	-	2
História –Licenciatura – Caicó	4	4	4	3
Letras – Português - Natal	3	4	4	4
Letras – Português e Inglês - Natal	-	-	-	5
Letras – Português e Espanhol - Natal	-	-	-	3
Letras – Português – Currais Novos	SC	3	-	3
Letras – Português e Espanhol – Currais Novos (Início em 2009)	-	-	-	2
Pedagogia – Natal	4	5	5	5
Pedagogia – Caicó	4	4	5	4
Química – Licenciatura	3	3	3	3
Química – Bacharelado	3	3	4	2
Matemática – Licenciatura - Natal	3	3	3	3
Matemática –Bacharelado- Natal	3	3	3	2
Matemática – Licenciatura - Caicó	3	2	2	3

Fonte: INEP/ENADE

Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE no período 2006/2009/2012/2015.

Quadro 9- GRUPO 3- Resultados dos Conceitos ENADE- Ciclo azul

Curso	Ano da Avaliação				
	2006	2009	2011	2012	2015
Administração - Natal	5	5	-	4	5
Administração – Currais Novos	-	4	-	3	4
Biblioteconomia	3	3	-	-	-
Ciências Contábeis – Natal	5	4	-	4	4
Ciências Contábeis – Caicó	4	3	-	3	3
Ciências Econômicas	3	3	-	2	2
Comunicação social - RADIALISMO	5	3	-	-	-
Comunicação social - JORNALISMO	4	4	-	4	4
Comunicação social – PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-	-	-	5	4
Design	-	-	-	-	4
Direito - Natal	5	5	-	5	5
Direito - Caicó	4	4	-	5	5
Educação Artística - Natal	-	5	-	-	-
Estatística	-	2	-	-	-
Música	4	3	3	-	-
Psicologia	5	5	-	5	5
Teatro	SC	5	-	-	-
Turismo - Natal	-	4	-	3	3
Turismo – Currais Novos	-	SC	-	3	2

Fonte: INEP/ENADE

SC – Sem Conceito - Cursos sem concluintes

Como se observa a área de enquadramento utilizada na aplicação do ENADE 2016 pelo INEP (grupo 1), no ciclo avaliativo trienal, foi composta pelos cursos da área de Saúde. Os resultados dos cursos participantes da UFRN para essa área são bastante satisfatórios à medida que 87, 5% dos cursos avaliados obtiveram conceito 4 (bom) ou 5 (excelente). Apenas os cursos de Enfermagem do Município de Santa Cruz, e Fonoaudiologia em Natal ficaram com conceito 3 (satisfatório). Apesar dos resultados 4 e 5 em 2016, quando se compara com os resultados observados em 2013 nota-se a queda nos conceitos em 5 cursos, o aumento de conceito em apenas 3 e a manutenção dos demais, sendo a área verde (grupo 1) a que tem apresentado melhor resultado dos três grupos de cursos avaliados. Essa queda de desempenho tem sido observada de forma mais intensa nas outras duas áreas avaliadas pelo INEP (ciclo amarelo e ciclo azul). Esta queda de qualidade principalmente nos cursos com Conceito 2 (insatisfatório), conforme quadros acima, despertou na Instituição uma discussão que resultou na criação da Política de Melhoria da Qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação da UFRN (Resolução 181/2017 CONSEPE), que propõe um conjunto de ações e medidas visando à melhoria da qualidade acadêmica.

No contexto da avaliação institucional, além da avaliação externa, destaca-se o processo de avaliação interna ou autoavaliação, desenvolvido continuamente pela UFRN, e que desde 2004 está fundamentado na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861/2004). Esse processo fornece apoio às

atividades acadêmicas da Instituição e é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) – caracterizada no capítulo 4, item 4.2 deste Relatório, conforme previsto na mencionada Lei. Abrange a avaliação das dez dimensões definidas na Lei nº 10.861, atualmente agrupadas em cinco eixos por meio da Nota Técnica nº 14/2014 do INEP/MEC.

O processo de autoavaliação na UFRN identifica as fragilidades e as potencialidades institucionais nas dimensões previstas na supracitada Lei, se caracterizando num importante instrumento para a tomada de decisão; desse processo resultam relatórios contendo análises, críticas e sugestões. No exercício de 2017 a CPA conduziu o processo de autoavaliação do curso de Medicina Multicampi e de Engenharia Elétrica além de concluir o processo de autoavaliação institucional da Política de Responsabilidade Social, da Política de Infraestrutura e da Política de Organização e Gestão.

Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 10 - Identificação da Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação. Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		20RL Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento de Inst.Federais de Ed. Profissional e Tecnológica				
*Iniciativa						
Objetivo		Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.				
Programa		Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26243				
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.236.807,00	8.236.807,00	8.232.984,52	6.003.288,13	5.915.021,05	88.267,08	2.229.696,39
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	1.450		1.456	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.080.192,61	1.251.450,27	241.796,34	Estudante matriculado	Unidade	1.456	

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito da **Educação Profissional**, a Universidade atua com a oferta de cursos técnicos de nível médio nas seguintes Unidades Acadêmicas: Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Escola de Saúde (ESUFRN), Escola de Música (EMUFRN).

A EAJ tem concentrado suas atividades administrativas e acadêmicas voltadas para o campo das ciências agrárias na formação e profissionalização de jovens e adultos oriundos dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (RN), promovendo cursos técnicos em agropecuária, agroindústria, informática e aquicultura.

A ES/UFRN tem desenvolvido ações para promover a profissionalização dos educandos, preparando-os para atuar nos diversos níveis de atenção à saúde, de forma integral e crítica, considerando os princípios ético, técnico, político e humano, na perspectiva de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população, mediante a oferta dos cursos técnico em enfermagem, técnico em vigilância da saúde, técnico em

registro e informações em saúde e técnico em práticas integrativas e complementares em saúde.

A EMUFRN oferece no âmbito da educação profissional cursos técnicos de nível médio em música, cujo objetivo principal é a formação de profissionais na área de instrumento, canto, regência e gravação musical (processos fonográficos), com a finalidade de prepará-los para atuar no mundo do trabalho. Tal formação tem contribuído para capacitar jovens e adultos advindos da capital, do interior do RN, e de outros Estados do Brasil, para o exercício profissional como músicos instrumentistas, regentes de banda e corais, cantores e técnicos em gravação musical.

O total geral de alunos matriculados nas Unidades de Educação Básica, Técnica e Tecnológica da UFRN, em 2017, foi 1.456, ultrapassando a meta em 0,5 % (1.450), o que indica uma otimização dos recursos aplicados. Quando comparado com 2016 (1.353) a meta realizada representou um aumento de 7,6%.

Quanto à contribuição de cada unidade para realização da meta, tem-se que a Escola de Saúde contribuiu com 536 estudantes matriculados, a Escola de Música com 286 e a Escola Agrícola de Jundiá com 634. Já os alunos concluintes somaram 369, sendo 162 da Escola de Saúde, 50 da Escola de Música, 157 da Escola Agrícola de Jundiá, conforme quadro abaixo.

Quadro11: Número de alunos por cursos das Unidades de EBTT

UNIDADE	CURSO	MATRIC	CONC
ESCOLA DE SAÚDE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	234	79
	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80	26
	TÉCNICO EM REGISTRO E INFORMAÇÕES EM SAÚDE	34	0
	TÉCNICO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE	32	33
	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	83	24
	TÉCNICO EM MASSOTERAPIA	73	0
	TOTAL	536	162
ESCOLA DE MÚSICA	TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL	243	41
	TÉCNICO DE CANTO	22	07
	TÉCNICO DE REGÊNCIA	13	02
	TÉCNICO EM PROCESSOS FONOGRÁFICOS	08	0
	TOTAL	286	50
ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDAÍ	TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA (INTEGRADO)	99	23
	TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA (SUBSEQUENTE)	71	16
	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA (INTEGRADO)	102	24
	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA (SUBSEQUENTE)	111	30
	TÉCNICO EM AQUICULTURA (INTEGRADO)	107	29
	TÉCNICO EM AQUICULTURA (SUBSEQUENTE)	56	17
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA (INTEGRADO)	88	18
	TOTAL	634	157
TOTAL GERAL	1.456	369	

Fonte: Informações coletadas via formulário, preenchido por cada Unidade.

Os recursos recebidos através da ação 20RL têm possibilitado a manutenção e o custeio das unidades acadêmicas que ofertam a Educação Profissional, garantindo assim as condições de trabalho aos servidores, professores e alunos. Além do que, têm sido de extrema importância para o desenvolvimento dos cursos no tocante à aquisição de instrumentos musicais, acervo bibliográfico, materiais eletro-acústico, material de

processamento de dados, aquisição de mobiliário em geral, bem como para manutenção permanente de máquinas, equipamentos agrícolas e dos transportes (tratores e máquinas pesadas, ônibus escolares, veículos etc). Isto tem possibilitado a oferta regular dos cursos e a ampliação de novas vagas, contribuindo para a melhoria do desenvolvimento das atividades acadêmicas no nível da Educação Profissional.

Ação 2994 – Assistência ao Estudante de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 12 – Identificação da Ação 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial				
Código		2994 Tipo: Atividade				
Título		Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica				
*Iniciativa						
Objetivo		Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.				
Programa		Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26243				
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.385.176,00	2.385.176,00	2.385.176,00	2.226.193,13	2.226.193,13	-	158.982,87
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício Concedido		Unidade	900		1.769	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.127.986,15	982.075,05	127.029,42	Benefício concedido	Unidade	1.255	

Fonte: Tesouro Gerencial

A Ação de Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica na UFRN contempla as unidades da Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Escola de Música (EMUFRN) e a Escola de Saúde (ESUFRN). Nestas unidades os alunos são contemplados com benefícios, tais como: auxílio transporte, auxílio creche, auxílio óculos, auxílio moradia, auxílio alimentação, bem como com o acesso a assistência social e psicológica objetivando a permanência e o bom desempenho dos discentes.

A Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ) hospeda em suas instalações 362 alunos em regime de internato demandando uma atenção maior quanto à alimentação, moradia, assistência médica, odontológica e assistência social e psicológica. Os alunos são abrigados em alojamentos (masculino e feminino), atendendo satisfatoriamente os aspectos de conforto, higienização e espaços para leitura. Além disso, a EAJ conta, também, com 233 alunos no regime semi-interno, o qual também dispõe de um restaurante onde são servidas 06 (seis) refeições/dia para os alunos internos e 03 (três) refeições/dia para os alunos semi-internos.

Em relação à ESUFRN, a unidade hospeda, também, 42 alunos em regime de internato e mantém 123 estudantes no regime semi-interno. Além dos alunos que estudam em regime de internato, os demais, em regime externo, são contemplados, mediante pecúnia, por diferentes formas de benefícios, tais como auxílio transporte, auxílio creche, auxílio óculos, auxílio moradia, auxílio alimentação e bolsas de apoio técnico e administrativo, bem como o acesso a assistência social e psicológica.

Por sua vez, a EMUFRN viabiliza a igualdade de oportunidades ao conceder bolsas nas seguintes modalidades: moradia, transporte, refeições, bolsas de apoio técnico e administrativo e auxílio financeiro a estudantes/eventos. Vale destacar que o auxílio financeiro citado anteriormente é de expressiva importância para a formação profissional dos estudantes, uma vez que os eventos artísticos (seminários, máster classes, festivais de inverno, etc), são espaço de permuta de conhecimentos e contato com renomados profissionais nacionais e internacionais no campo musical.

Ao total foram concedidos 1.769 benefícios, superando em 96,5% a meta prevista, a qual era de 900. As instituições são frequentadas, em sua maioria, por pessoas em situação de alta vulnerabilidade social; logo, há uma alta demanda em relação à quantidade de alunos matriculados que necessitam de apoio financeiro para a sua permanência no âmbito dos cursos técnicos de nível médio. Por não serem os benefícios excludentes e estarem num contexto de alta vulnerabilidade social, justifica a concessão, em alguns casos, de mais de um benefício ao mesmo aluno, o que permite aumentar o número de benefícios significativamente.

As escolas técnicas realizaram um excelente trabalho na racionalização da distribuição dos benefícios, contemplando um número maior de estudantes, de maneira que a meta realizada superou a previsão inicial.

Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Educação Superior

Quadro 13- Identificação da Ação 4002-Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial				
Código		4002 Tipo: Atividade				
Título		Assistência ao Estudante de Ensino Superior				
*Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
Programa		Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26243				
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.213.739,00	24.213.739,00	27.520.013,87	24.389.311,63	23.797.216,48	592.095,15	3.130.702,24
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício Concedido		Unidade	16.980		25.848	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.325.001,63	4.619.160,73	699.216,43	Benefício concedido	Unidade	1.625	

Fonte: Tesouro Gerencial

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

As ações de assistência estudantil executadas pela UFRN em 2017 foram custeadas com recursos do PNAES e também com recursos orçamentários da Instituição. No que diz respeito aos recursos do PNAES, instituído através do Decreto-Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010, conforme o seu artigo 5º, os recursos são destinados ao atendimento prioritário de estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. Na UFRN, a Resolução que trata de auxílio a estudantes considera como alunos em vulnerabilidade socioeconômica aqueles provenientes de famílias cuja renda per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo oficial (Resolução 026/2009 – CONSAD, de 20 de agosto de 2009). Essa situação foi alterada com a aprovação da nova política de alimentação (consubstanciada na Resolução 020/2016 – CONSAD, de 16 de junho de 2016), a qual redefiniu a faixa de beneficiários da isenção no Restaurante Universitário para estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Vale destacar, ainda, que de acordo com o Artigo 3º do Decreto 7.234, o PNAES deverá ser desenvolvido de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. No parágrafo 1º ficou estabelecido que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Em 2017, os recursos oriundos do PNAES foram complementados por recursos do orçamento da Instituição e outros advindos de convênios e projetos. Assim, houve uma ampla oferta de bolsas, auxílios e serviços. O monitoramento das ações realizadas no âmbito do PNAES é concretizado por meio das avaliações anuais de desempenho dos beneficiários, pois, a continuação do recebimento de uma bolsa ou benefício está condicionada à demonstração do alcance de rendimento acadêmico estabelecido em cada edital. Os estudantes com baixo rendimento têm que apresentar justificativa, em forma de processo, a qual será analisada pela Comissão de Assuntos Estudantis (CAE), constituída por gestores, assistentes sociais. Essa Comissão possui representantes das Pró-Reitoria de Graduação e de Administração, representantes estudantis dos residentes universitários e do Diretório Central de Estudantes. Durante o ano de 2017, a UFRN criou um sistema eletrônico de gestão das bolsas, o qual passou a funcionar a partir de janeiro de 2018.

Para o enfrentamento dos déficits de aprendizagem, além de programas específicos, realizados pelas próprias unidades nas quais são ofertados os cursos que apresentam maiores índices de repetência e evasão, a UFRN tem um projeto específico, capitaneado por profissionais da psicologia, com o fito de lidar com essa realidade. Trata-se do Programa Hábitos de Estudo (PHE) que tem como objetivo identificar as situações de insucesso e promover atividades direcionadas à sua superação. Para tanto, têm sido realizadas ações preventivas e de acompanhamento aos discentes ao longo do ano, tais como: Plantão de Orientações de Estudo, Grupo de Habilidades Acadêmicas, Oficinas temáticas, apresentação de trabalhos em eventos científicos. Em 2017, foram realizados 686 atendimentos para 277 estudantes com dificuldades de aprendizagem.

As Ações de Permanência operacionalizam os programas e as ações de assistência estudantil da UFRN, buscando contemplar as linhas de ação previstas no PNAES. A política se traduz na oferta das seguintes bolsas e auxílios:

Bolsa alimentação: A Bolsa Alimentação objetiva a concessão de refeições (desjejum, almoço e/ou jantar) aos estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica que se enquadram nos critérios de estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD e que têm necessidade acadêmica de se manter em turnos consecutivos na Instituição. Em Natal, os estudantes são assistidos no Restaurante Universitário (RU) do Campus Central e no refeitório do Centro de Ciências da Saúde (CCS); nos *campi* de Caicó e Currais Novos (CERES), onde não há restaurante universitário funcionando, esse apoio é feito através da concessão de dois tipos de bolsas. A primeira bolsa, a qual consiste no valor de R\$ 150,00, destina-se a estudantes que, ou já recebem bolsa moradia, ou residem em cidades próximas e têm necessidade de permanecer em mais de um turno na Instituição; a segunda, no valor de R\$ 400,00, é concedida aos estudantes moradores das residências universitárias. Além do atendimento com gratuidade, o RU também atende alunos pagantes, no valor de R\$ 3,00, para almoço ou jantar, uma vez que o café da manhã é exclusivo dos moradores das residências universitárias. Com a identificação do preço do custo (Resolução 020/2016 – CONSAD), o qual foi fixado em R\$ 7,00 (sete reais) para almoço e R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) para jantar, os pagantes passaram a se distribuir entre duas faixas de renda com preços diferenciados: com renda média familiar per capita entre 1,5 e 3 salários mínimos, preço subsidiado de R\$ 3,00 (três reais); com renda superior a 3 salários mínimos, preço de custo sem subsídio de R\$ 7,00 (sete reais). Em 2017, o Restaurante Universitário serviu 820.335 refeições, o que se traduz em uma média mensal de 68.361 refeições servidas. Desse total, 70% foram fornecidas com gratuidade completa e 30% pagas aos valores de R\$ 3,00 e R\$ 7,00, o que implica, no primeiro caso, em um subsídio de quase R\$ 4,00 por refeição, dado que o valor médio de custo foi de R\$ 7,00. O lugar de centralidade da política de alimentação na assistência estudantil se traduz não apenas nos números brutos e nos valores aplicados, mas no total de beneficiários. Em 2017, tivemos 1.731 estudantes beneficiários de gratuidade nos dias de aula (nos *campi* Central, EAJ e FACISA) aos quais se somam os 1.843 moradores de residências e bolsistas de moradia (que têm gratuidade garantida inclusive nos feriados e finais de semana). Já os beneficiários de auxílio financeiro para a alimentação foram 583, e aqueles que tiveram aprovado o pagamento de preço subsidiado no Restaurante Universitário foram 231.

Bolsa Moradia: Através do programa Bolsa Moradia, a UFRN visa assegurar moradia aos estudantes que se encontram dentro dos critérios socioeconômicos estabelecidos pela Resolução 026/2009 – CONSAD, procedentes de cidades diferentes daquelas onde tem os *campi* da UFRN e de outros estados e que necessitam desta modalidade de apoio para permanecer e concluir sua formação superior. Atualmente a UFRN dispõe de 12 Residências Universitárias, sendo 11 imóveis próprios e apenas um alugado, com capacidade para 774 alunos. Desse total, 07 Residências de Graduação estão em Natal, 02 no CERES (nos *Campi* de Currais Novos e Caicó) e 01 na FACISA (Campus Santa Cruz), totalizando 10 Residências de Graduação e 02 Residências de Pós-Graduação localizadas em Natal. As residências de pós-graduação são mantidas com recursos próprios da UFRN, uma vez que o PNAES só pode ser usado para atender alunos de graduação presencial. Além da Bolsa Residência, a UFRN concede aos estudantes que não são contemplados com vagas nas residências um auxílio-moradia no valor de R\$ 250,00.

Bolsa de Apoio Técnico e Administrativo: A Concessão de Bolsas de apoio Técnico e Administrativo é disponibilizada aos alunos que atendem aos critérios socioeconômicos da Resolução 026/2009 – CONSAD e que estão aptos a inserir-se nos programas da assistência estudantil. A bolsa é utilizada, pela UFRN, como estratégia de subsidiar este aluno na permanência e conclusão de seu curso. Estas são disponibilizadas pelos centros e para o aluno ter acesso, ele necessita, como contrapartida, desenvolver de

12 a 20 horas de atividades de trabalho, estabelecidas de acordo com especificidade e o objetivo de cada setor.

Bolsa Acessibilidade: Essa é uma ação afirmativa que a UFRN desenvolveu com o objetivo de atender a estudantes com deficiência física, sensorial, intelectual, pessoa com transtorno do espectro autista ou múltipla além da situação de vulnerabilidade socioeconômica. A bolsa é um auxílio para o aluno arcar com despesas referentes a deslocamento, aquisição de instrumentos pessoais indispensáveis e de apoio aos estudos.

Auxílio-Creche: O Auxílio Creche objetiva custear despesas referente à manutenção da creche e/ou serviço similar para os filhos de alunos da UFRN que fazem a primeira graduação. Para tanto, as crianças necessitam estar com idade entre 0 a 6 anos e também legalmente sob responsabilidade do aluno. Este atendimento realiza-se através da disponibilização de recurso financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) durante os meses correspondentes ao período acadêmico de aulas, no total de 100 bolsas por semestre. Para as estudantes com dois filhos, a concessão é de uma bolsa mensal de R\$ 200,00.

Auxílio-Transporte: O Auxílio Transporte objetiva o apoio financeiro, no valor de R\$ 100,00, aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD. Atualmente, os Campi que contam com este auxílio são: Santa Cruz, Caicó, Currais Novos e Macaíba.

Auxílio-Atleta: O Auxílio Atleta objetiva incentivar a participação de atletas de alto rendimento esportivo e em vulnerabilidade socioeconômica nas seleções da UFRN, através da disponibilização de recurso financeiro mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Em 2017, tivemos 17 estudantes beneficiários (as).

Bolsas acadêmicas: Na UFRN, bolsas de pesquisa, extensão, monitoria e ações integradas (ensino, pesquisa e extensão) também são apoiadas com recursos da assistência estudantil. Essas bolsas são repassadas para as pró-reitorias acadêmicas que as distribuem a docentes através de editais de apoio a projetos nas dimensões acima elencadas. O valor mensal de cada uma dessas bolsas é de R\$ 400,00. Aqui indica-se apenas aquelas que foram custeadas com recursos do PNAES. Além das bolsas e auxílios acima identificados, cuja concessão é condicionada à concorrência em edital, a UFRN, em fluxo contínuo, através do atendimento da Diretoria de Assistência ao Estudante da PROAE com o apoio técnico do Serviço Social da CAPAP, providenciou as seguintes ações de apoio à permanência estudantil:

Auxílio óculos: O auxílio óculos objetiva atender aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD, em primeira graduação, e que necessitem de subsídio para aquisição de óculos ou lentes corretivas, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses entre cada solicitação. O atendimento acontece por meio da disponibilização de recurso financeiro no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Auxílio Instrumental Acadêmico: Trata-se de um recurso financeiro disponibilizado para auxiliar os alunos do curso de odontologia na aquisição de seus instrumentos, pois são materiais de alto custo e, sem esse apoio, pelo menos 10% dos estudantes trancariam o curso.

Apoio para a participação estudantil em eventos científicos, acadêmicos e culturais. Essa modalidade de apoio, concedida prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade social, objetiva apoiar a participação de alunos da UFRN em eventos regionais, nacionais e, excepcionalmente, internacionais.

Para além desses apoios, através de auxílios, bolsas ou ofertas de alimentação e/ou moradia, a UFRN também oferta um conjunto de programas e ações contínuas. Dentre estas, em 2017, destacam-se as seguintes:

Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante: Tem como foco atuar no acolhimento em saúde para os estudantes através da escuta clínica, realizar aconselhamento, orientação e/ou intervenção psicológica na resolução de problemas de natureza afetivo-emocional, ajudar os estudantes a superar as dificuldades de relacionamento afetivas e adaptativas que estejam interferindo no desempenho acadêmico. Visa, também, contribuir para a permanência no curso e melhorar o aproveitamento acadêmico, através da promoção de ações. O Programa atende somente alunos identificados como prioritários de acordo com os critérios do PNAES, dada grande procura e a existência de poucos profissionais efetivos. Em 2017, foram realizados 9.990 atendimentos e exames que beneficiaram 3.291 estudantes, sendo 1.171 do sexo masculino e 2.120 do sexo feminino.

Plantão Psicológico: Oferece ao estudante atendimento breve com fim de acolhimento a demandas pontuais, tanto no âmbito pessoal, quanto no âmbito acadêmico. Realiza, quando necessário, o encaminhamento adequado para cada caso. Os atendimentos são de fluxo contínuo e ocorrem no horário das 7:30h às 19:30h nos dias de semana.

Grupos de Apoio Terapêutico: Trata-se da oferta de grupos de psicoterapia para estudantes realizando atividades terapêuticas, dinâmicas de grupo, vivências, dentre outras para minimizar os conflitos vivenciados.

Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE): Tem como foco ajudar os universitários a refletir sobre seu processo de aprendizagem, auxiliando na construção de estratégias e métodos de estudo que facilitem a vida acadêmica, e assim, promover o sucesso profissional e pessoal dos estudantes. O projeto atua sob a coordenação de uma psicóloga e uma equipe de alunos bolsistas e voluntários nas áreas de psicologia e pedagogia que atendem graduandos da UFRN, independente de classe socioeconômica. Este projeto específico propiciou 686 atendimentos a 302 estudantes.

Em 2017, de forma mais ampla, a Coordenadoria de Saúde do Estudante (CASE), vinculada à PROAE/UFRN, realizou a triagem e foram beneficiados 3.291 estudantes para atendimento médico, odontológico ou ambulatorial. Os alunos receberam um total de 5.582 de consultas e exames no Campus Central e 249 nos campi do interior.

Quanto à meta prevista (16.980 benefícios concedidos) os números apresentados se situam acima do planejado, ou seja, 25.848. Essa diferença ocorre por 03 motivos básicos: 1) A demanda efetiva, nos últimos anos, tem sempre superado as expectativas quanto ao planejamento da aplicação dos recursos, o que tem se traduzido na reorientação de objetivos e metas para beneficiar o maior número de estudantes possível; 2) A PROAE desenvolve um trabalho de rigorosa auditagem da situação socioeconômica dos(as) beneficiários(as), refletindo em aumento e melhora do atendimento; 3) Dada a racionalização das despesas com os Restaurantes Universitários, fruto da redefinição da legislação interna que regula o acesso à alimentação, foi possível alocar mais recursos para bolsas e auxílios.

Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Quadro 14- Identificação da Ação 8282- Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		8282 Tipo: Atividade				
Título		Reestrut. e Expansão de Instit. Federais de Ensino Superior				
*Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
Programa		Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26243				
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
48.240.297,00	45.588.702,00	31.340.542,90	4.100.700,98	4.053.649,05	47.051,93	27.239.841,92
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		Unidade	24		33	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
36.912.260,32	24.942.005,12	5.544.893,59	Projeto viabilizado	Unidade	18	

Fonte: Tesouro Gerencial

No ano de 2017, foram apoiados projetos de construção, reforma, adequação e ampliação da infraestrutura física da UFRN, distribuída em seus cinco campi: Natal, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz e Macaíba. Pode-se classificar esses projetos em três categorias principais, a saber:

1. Obras iniciadas em 2017, com destaque para as construções do Laboratório de Análise de Produção Eólica, do edifício de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, dos Laboratórios de Pós-graduação e da Casa de Vegetação do Centro de Biociências, do Núcleo Integrado de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica, do Auditório das Novas Engenharias, do Laboratório de Plastinação, de novas salas para estudo

individualizado da Escola de Música, do Anexo da Biblioteca Central para instalação do Núcleo de Arte e Cultura, dentre outras. É importante ressaltar que a quantidade de projetos viabilizados ultrapassou a meta inicialmente prevista. Uma vez que os projetos dependem de fatores como capacidade de trabalho da Diretoria de Projetos da Superintendência de Infraestrutura, da agilidade dos processos licitatórios etc. E estes, somados foram capazes de contribuir para a que meta fosse ultrapassada.

2. Também foram concluídas e inauguradas durante o ano de 2017 a ampliação do Departamento de Informática e Matemática Aplicada, implantada a Rede GigaMetrópole e o edifício do Instituto Ágora de Línguas, Literaturas e Culturas Estrangeiras Modernas.
3. Por fim, vários processos licitatórios foram também iniciados, mas a contratação das obras ainda não foi levada a termo, pela não conclusão a tempo dos procedimentos. Dentre esses projetos, pode-se destacar: o bloco de salas de aulas na Escola Agrícola de Jundiá, subestação elétrica abrigada do campus de Caicó, a Unidade de Tratamento de Resíduos Químicos do campus Central, do Laboratório Integrado de Sistemas Complexos do Centro de Ciências Exatas e da Terra, prédio da Escola Multicampi de Ciências Médicas em Caicó, guarita e cercamento do campus de Currais Novos, dentre outras.

Da mesma forma, foram investidos recursos na compra de equipamentos e material permanente para alguns dos projetos acima referidos. Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação, pode-se destacar a atuação da Superintendência de Infraestrutura da UFRN na elaboração dos projetos técnicos e o desempenho do Departamento de Material e Patrimônio da Pró-Reitoria de Administração nos processos licitatórios. Já no âmbito dos fatores que dificultaram a execução da ação, destacam-se principalmente as indefinições orçamentárias existentes durante o ano no que tange aos limites disponíveis, e os repasses do financeiro, retardando, ainda que parcialmente, os processos administrativos.

Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Quadro 15 - Identificação da Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial
Código	2522 Tipo: Atividade
Título	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
*Iniciativa	
Objetivo	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva
Programa	Fortalecimento do Sist. Único de Saúde Código: 2015 Tipo:
Unidade Orçamentária	26243
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras
Lei Orçamentária do exercício	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
695.968,00	695.968,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Unidade farmacêutica produzida		milhar	1.400		0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
32.149,53	903,42	31.246,11	Um. farmacêutica produzida	Milhar	0	

Fonte: Tesouro Gerencial

O Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamento – NUPLAM, órgão complementar da UFRN, é a unidade responsável pela concretização da ação 2015.252226243.0024 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos.

Objetivando precipuamente ampliar o acesso da população a produtos estratégicos e diminuir a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), foram criadas as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo – PDP envolvendo a cooperação mediante acordo entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas, para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos, para atendimento às demandas do SUS.

Dessa forma, considerando as PDP como parte da política de acesso a alguns medicamentos, o NUPLAM assinou pareceria com o Ministério da Saúde (MS) para produção do medicamento OLANZAPINA, conforme acordo 2436571000011608.

Em 2017, foi entregue ao MS a quantidade de 9.363.200 comprimidos de OLANZAPINA de 5 mg e 10.787.308 de 10 mg. Esclarece-se que por se tratar de um processo contínuo, parte dessa produção foi viabilizada com recursos orçamentários já previamente integralizados na produção dos anos anteriores. Face aos novos cenários de financiamento, a utilização dos recursos provenientes do MS permitiu que os limites orçamentários alocados nessa ação fossem utilizados para apoio à estruturação do parque fabril do NUPLAM.

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O atual cenário de recessão econômica, trouxe indefinições quanto ao repasse de recursos durante o ano de 2017, frente às expectativas de possíveis contingenciamentos ou diminuição dos repasses (tanto dos limites de empenho quanto do financeiro) mensais. O elevado déficit público, associado aos procedimentos de gestão orçamentária do MEC, fez com que, somente ao final do exercício foram garantidos os valores integrais previstos na LOA, com liberação de recursos ao final do ano fiscal. Isso trouxe dificuldades no processo de tomada de decisão quanto à execução orçamentária, uma vez

que os processos de aquisição/contratação demandam um tempo maior do que aquele disponível para a utilização dos recursos.

Da mesma forma, vimos observando uma diminuição nos recursos destinados ao financiamento das atividades na UFRN. Tomando-se os valores publicados nas LOAs e aqueles disponíveis no Tesouro Gerencial, observa-se que os valores corrigidos (IPCA-IBGE) têm decrescido entre 2014 e 2017, como mostrado nas figuras a seguir, nos grupos de despesa destacados.

Figura 4- Evolução dos valores da LOA



Fonte: PROPLAN

Figura 5- Evolução dos valores executados



Fonte: PROPLAN

Entretanto, é importante ressaltar que, ao final do exercício, a dotação orçamentária inicial prevista na rubrica Outras Despesas Correntes da LOA 2017 foi acrescida em 0,80%, com destaque para as ações 20RK (acréscimo de 3,05%) e 8282 (decréscimo de -5,50%). De maneira geral, verifica-se que os recursos disponibilizados foram empenhados na sua quase totalidade, conforme quadro abaixo:

Quadro 16 - Dados gerais sobre a execução orçamentária (Outras despesas correntes e Capital - Detalhamento por ação

Ação	Dotação		Empenhado	Porcentagem	Acréscimo
	Inicial	Atualizada			
20GK	2.126.413,00	2.126.413,00	2.094.532,49	98,50%	0,00%
20RI	299.516,00	299.516,00	299.510,04	100,00%	0,00%
20RK	152.416.634,00	157.065.036,00	143.272.906,11	91,22%	3,05%
20RL	8.236.807,00	8.236.807,00	8.232.984,52	99,95%	0,00%
2522	695.968,00	695.968,00	0	0,00%	0,00%
2994	2.385.176,00	2.385.176,00	2.385.176,00	100,00%	0,00%
4002	34.213.739,00	34.213.739,00	27.520.013,87	80,44%	0,00%
8282	48.240.297,00	45.588.702,00	31.340.542,90	68,75%	-5,50%
Total	248.614.550,00	250.611.357,00	215.145.665,93	85,85%	0,08%

Fonte: Tesouro Gerencial

Face a situação econômica exposta, diversos esforços foram empreendidos para enfrentar os problemas presentes na execução orçamentária, destacando a ordenação das prioridades dos gastos através da seletividade das compras e compromissos a pactuar, numa visão sustentável que permitiu uma melhor eficiência na aplicação dos recursos públicos. Esse trabalho foi feito a custo, evidentemente, de replanejamento de compromissos com viagens, eventos e tantas outras ações que foram reprogramadas ou tiveram seus prazos alongados enquanto a situação não se estabiliza.

A Universidade, como se vê desde 2015, continua mobilizada no sentido de executar um orçamento definido em um momento de grandes dificuldades econômicas, buscando manter sua responsabilidade no processo de desenvolvimento do Estado e do país, sem perder as linhas prioritárias gestadas especificamente para o fortalecimento da Instituição no próximo período.

4.3.3 – Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

O quadro a seguir apresenta os passivos reconhecidos pela UFRN por insuficiência de créditos e/ou recursos.

Quadro 17 - Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.1.4.1.98.00	Outros Encargos Sociais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2016	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2017
153103	00.394.460/0409-50	853.466,78	-	-	853.466,78
Fonte: SIAFI					

Conforme demonstrado no quadro acima, o saldo ao final de 2016 foi o mesmo que ao final de 2017, sem novas movimentações no exercício. A inscrição no valor de R\$ 853.466,78 na Conta Contábil 2.1.1.4.1.98.00 – Outros Encargos Sociais, trata-se de valores devidos a título de obrigação patronal previdenciária junto ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS, conforme Acórdãos nº 1888/2007 (Prestação de Contas da UFRN, exercício de 2002), e 2311/2007 (prestação de Contas da UFRN, exercício de 2004).

Historicamente, o Ministério da Educação inscreveu em orçamento os valores correspondentes aos precatórios, conforme informado pelo Poder Judiciário. No entanto, não havia previsão orçamentária para fazer face às despesas referentes à obrigação previdenciária decorrente do pagamento desses precatórios. Então, ao promovermos os pagamentos dos precatórios, procedemos às retenções previdenciárias e aos devidos recolhimentos, através de DARF eletrônico.

Em não havendo crédito orçamentário específico, contudo, a outra parcela do custeio da previdência, ou seja, a parcela referente à obrigação do empregador, não foi recolhida, gerando a dívida ora referenciada.

De maneira a corrigirmos essa falha, para a ocorrência do que esta Universidade em nada contribuiu, em várias ocasiões formalizamos pleito à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, solicitando a necessária dotação orçamentária.

Em 2012, através do Ofício nº 126/2012-GAB/SPO/SE/MEC a SPO se pronunciou informando que ainda em 2011 havia aberto a possibilidade para a liquidação

dessa dívida, conforme Ofício-Circular nº 027/2011-GAB/SPO/SE/MEC, porém, a Pró-reitoria de Planejamento desta Universidade, à época, entendeu não se enquadrar no caso vivenciado pela UFRN. Daí a permanência desse saldo. Até o encerramento do exercício não foi encontrada solução para o caso.

4.3.4 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

A seguir apresenta-se os dados referentes à inscrição e execução dos Restos a Pagar de exercícios anteriores e ainda vigentes. O quadro a seguir demonstra a situação dos Restos a Pagar no início e no final do exercício.

Quadro 18 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2017	Pagos		Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	5.770.911,32	4.762.310,26		123.328,05	885.273,01
2015	2.524.111,98	1.366.591,70		24.739,85	1.132.780,43
2014	3.133.205,16	2.368.291,17		2.767,81	762.146,18
2013	147.918,09	31.775,79		59.738,25	56.404,05
2012	52.460,47	0,00		52.460,47	-
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	102.478.834,97	85.794.653,57	85.726.812,11	772.375,29	15.979.647,57
2015	11.900.004,27	2.345.885,51	2.234.515,85	3.325.575,78	6.339.912,64
2014	8.211.034,12	863.015,44	817.159,05	5.619.519,39	1.774.355,68
2013	1.500.678,28	254.286,68	254.286,68	1.244.574,60	1.817,00
2012	4.730,00	-	-	4.730,00	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação aos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores destaca-se que, primeiramente, não foi gerado impacto na gestão financeira dessa UPC no exercício de referência decorrente desses pagamentos, uma vez que esses valores são devidamente inscritos em Recursos a Receber / Liberar nessa unidade e na respectiva Setorial Financeira responsável pela liberação desses recursos.

Os Restos a Pagar se dividem em duas categorias: Processados e Não Processados. Os Restos a Pagar Processados – RPP são todas as despesas que foram empenhadas e liquidadas na época própria, não ocorrendo apenas o estágio do pagamento até o final do exercício. Já os Restos a Pagar Não Processados – RPNP as despesas foram apenas empenhadas, restando passar ainda pelos estágios da liquidação e pagamento.

Destacam-se os esforços dessa Instituição na realização dos pagamentos dos valores inscritos em Restos a Pagar. Nos valores correspondentes aos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados, por exemplo, pode-se ver pela análise da tabela abaixo o grande percentual de pagamento sobre os valores inscritos:

Tabela 3 – Execução dos Restos a Pagar Processados

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2017	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	5.770.911,32	82,52%	2,14%	15,34%
2015	2.524.111,98	54,14%	0,98%	44,88%
2014	3.133.205,16	75,59%	0,09%	24,32%
2013	147.918,09	21,48%	40,39%	38,13%
2012	52.460,47	0,00%	100,00%	0,00%
Total		73,34%	2,26%	24,39%

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos valores totais inscritos como Restos a Pagar Processados e RPNP liquidados, pode-se ver que 73,34% foram pagos durante o exercício de 2017, 2,26% foi objeto de cancelamento e 24,39% ficou de saldo no final do exercício. O baixo percentual de cancelamentos é decorrente da própria natureza dos RPPs, tendo em vista que se trata de serviços e/ou materiais já entregues.

O maior percentual de pagamento foi dos RPPs inscritos em 2016, com 82,52%. Já o maior percentual de cancelamento foi dos restos a pagar processados de 2012, cancelados totalmente. Esses cancelamentos ocorreram por problemas na entrega de mercadorias e em decorrência do prazo prescricional dos restos a pagar processados.

Os empenhos com ano de inscrição em 2014 apresentaram o segundo maior percentual de pagamento, com 75,59% de todos os valores inscritos. Quanto aos valores a pagar ao final de 2017, referente aos Anos de 2013 e 2014, serão analisados ao longo de 2018 se ainda haverá a obrigação de pagamento.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados também destacamos um grande percentual de execução dos valores inscritos, conforme tabela a seguir:

Tabela 4 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	102.478.834,97	83,72%	83,65%	0,75%	15,59%
2015	11.900.004,27	19,71%	18,78%	27,95%	53,28%
2014	8.211.034,12	10,51%	9,95%	68,44%	21,61%
2013	1.500.678,28	16,94%	16,94%	82,93%	0,12%
2012	4.730,00	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total		71,93%	71,75%	8,84%	19,42%

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados 71,75% foi objeto de pagamento, 8,84% foram cancelados e 19,42% ficou de saldo ao final de 2017. O maior percentual de pagamento foi dos empenhos inscritos em 2016, com 83,65%, seguido pelos de 2015 com 18,78%.

Durante o exercício de 2017 foi realizada a análise dos empenhos inscritos em RPNP para verificar os passíveis de cancelamento. Mesmo permanecendo vigentes, em decorrência das exceções do parágrafo 3º, Art. 68 do Decreto nº 93.872/86, vários empenhos inscritos foram cancelados. Os empenhos de 2012 foram totalmente cancelados, seguido pelos de 2013 com 82,93% do saldo cancelado e 2014 com 68,44%.

Frisa-se a necessidade e a importância de proceder, em todos os anos, a uma análise abrangente das obrigações orçamentárias inscritas em restos a pagar para identificar possíveis saldos inscritos que não apresentam mais a necessidade de manutenção do seu saldo.

Informa-se que para a inscrição dos Restos a Pagar são observados os preceitos legais contidos no Decreto nº 93.872/96, mas especificamente na sua Seção VIII. Os Restos a Pagar Processados prescrevem em cinco anos e serão cancelados caso não sejam pagos até o prazo legal.

Já os Restos a Pagar Não Processados são válidos até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, com algumas ressalvas que são estabelecidas pelo parágrafo 3º, incisos I e II, do artigo 68 do referido decreto.

A maior parte dos RPNP nessa condição está enquadrada na alínea “c” do inciso II, que são despesas relativas *“do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”*.

Informa-se ainda que, conforme estabelece o decreto, findo o prazo de validade a Secretaria do Tesouro Nacional - STN efetua o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Caso os empenhos bloqueados estejam enquadrados nas ressalvas do parágrafo 3º do artigo 68, a unidade solicita o desbloqueio para ser utilizado, caso contrário a STN providenciar o posterior cancelamento no SIAFI dos saldos que permanecerem bloqueados.

Durante o exercício de 2017 a STN procedeu ao bloqueio dos empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados e não enquadrados nos casos previstos no parágrafo 3º, incisos I e II, do artigo 68 do Decreto nº 93.872/96, relativos ao ano de 2015. Findo o exercício de 2017 os empenhos não desbloqueados foram cancelados automaticamente e estão computados nos valores apresentados na Tabela 4 acima.

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

A presente seção evidencia as informações quanto à execução descentralizada com transferência de recursos, as quais a Universidade Federal do Rio Grande do Norte se configura como concedente e/ou unidade descentralizadora. De forma a ilustrar tal panorama no exercício de 2017, apresenta-se os quadros abaixo, de acordo com as instruções sugeridas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por meio das orientações nos itens de referência deste relatório.

Quadro 19 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Valor em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						
UG/GESTÃO: 153103/15234						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-	-	0,00	0,00	758.261,40
Termo de Execução Descentralizada	0	6	1	3.277.566,63	1.357.089,32	5.541.996,26
Totais	0	6	1	3.277.566,63	1.357.089,32	6.300.257,66

Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.

Quadro 20 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de execução descentralizada e de controles de repasse.

Valor em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				
UG/GESTÃO: 153103/15234				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativo e Montante Repassado		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termos de Execução Descentralizada
Exercício do Relatório de Gestão 2017	Contas Prestadas	Quantidade	0	*4
		Montante Repassado	0	1.948.971,46
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	** 6
		Montante Repassado	0	9.789.079,64
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0

Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.

* Prestações de Contas Finais vencidas no exercício de 2017, exceto 1 (uma) com vencimento em out/16, recebida em 2017.

** Prestações de Contas Finais vencidas no exercício de 2017, porém com valores inscritos em Restos a Pagar a liberar.

Quadro 21 – Situação de análise de contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Valor em R\$ 1,00.

Unidade Concedente ou Contratante			
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			
UG/GESTÃO: 153103/15234			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Termos de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	4
	Quantidade reprovada	0	0
	Quantidade de TCE instaurada	0	0
	Montante repassado (R\$)	0	1.948.971,46
Contas não analisadas	Quantidade	0	0
	Montante Repassado (R\$)	0	0
Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.			

Quadro 22– Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Unidade Concedente ou Contratante					
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN					
UG/GESTÃO: 153103/15234					
Instrumentos da Transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Termos de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-
Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.					

Análise Crítica sobre Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

No primeiro momento, cabe registrar que os dados contemplados nos quadros 1, 2, 3 e 4 concernem à execução descentralizada com transferência de recursos por meio de instrumentos firmados nas modalidades de Convênios e Termos de Execução Descentralizada. Nesses instrumentos firmados, a UFRN, conforme citado previamente, atua como Concedente e/ou Unidade Descentralizadora, respectivamente.

Ressalta-se também, a existência de 74 (setenta e quatro) Instrumentos Contratuais vigentes no exercício de referência ao relatório ora apresentado, denominados Contratos Acadêmicos, devidamente identificados e registrados no item específico sobre projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio regidas pela Lei 8.958/1994.

Ademais, as informações sugeridas pelo Tribunal de Contas da União por meio das orientações relativas aos itens de referência neste relatório, sugere que as informações nele registradas deverão contemplar abordagens que a Unidade considere relevante, bem como as demais enumeradas a seguir:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente.

Em relação ao exercício de 2017, não foi constatado, até o dia 31/12/2017, nenhum registro de inadimplência em sistemas de controle do Governo Federal motivado pela não prestação de contas das transferências realizadas por esta Universidade em quaisquer de seus instrumentos.

Para consecução dos objetivos propostos formalizados na execução descentralizada com transferência de recursos, a UFRN tem como medidas adotadas para sanar os possíveis atrasos na apresentação das prestações de contas pelos recebedores dos recursos: (1) envio de notificações por meio de ofícios direcionados a unidade conveniente, com limitação ao prazo de até 30 dias, para o saneamento das pendências, permitida sua prorrogação mediante solicitação formal de dilação de prazo, a qual será concedida após a análise de sua justificabilidade perante a unidade concedente e; (2) adoção de medidas regulares junto aos envolvidos nos projetos como reuniões informais, telefonemas e e-mails, tendo em vista o acolhimento das informações que venham a resultar no atendimento dos prazos estabelecidos por parte dessa universidade.

- Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios.

De acordo com o SAC – Setor de Administração de Convênios, a UFRN não possui nenhum instrumento formalizado de execução descentralizada com transferência de recursos no exercício de 2017 que figure como concedente. Nesse contexto, a Tabela 1 apresenta uma relação consolidada dos últimos três exercícios financeiros, evidenciando o volume de recursos transferidos: (1) quantidade de instrumentos firmados; (2) quantidade de instrumentos vigentes e; (3) montante de recursos transferidos em cada exercício independente do ano de celebração.

Tabela 5 - Relação consolidada dos últimos três exercícios financeiros, evidenciando o volume de recursos transferidos dos instrumentos firmados.

Exercício	Quantidade de Instrumentos Firmados	Quantidade de Instrumentos Encerrados	Quantidade de Instrumentos Vigentes	Montante de Recursos Transferidos em cada Exercício Independente do ano de Celebração.
2017	0	(**)2	(***)9	3.277.566,63
2016	6	(*)1	11	1.357.089,32
2015	1	0	6	6.300.257,66

(*) O instrumento encerrado refere-se ao TED 4573/2014 com vigência até 04/07/2015.

(**) Os instrumentos encerrados referem-se ao TED 004/2015 e ao Convênio 233/2010 com vigência até 31/10/2016 e 21/06/2016, respectivamente.

(***) Todos os instrumentos vigentes no exercício de 2017 referem-se à modalidade de Termo de Execução Descentralizada e possuem vigências de até 31/12/2017.

Fonte: PROAD (2018)

Os dados da Tabela acima consistem em demonstrar uma síntese dos instrumentos firmados em cada exercício financeiro de referência, relacionando-os também com os

instrumentos encerrados em cada um deles, assim, indicando o quantitativo dos instrumentos vigentes nos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

Nessa perspectiva, durante o exercício de 2015, a UFRN possuía seis instrumentos vigentes, sendo um na modalidade convênio e cinco na modalidade de termo de execução descentralizada. No exercício de 2016, além dos seis instrumentos vigentes em 2015, foram firmados mais seis instrumentos e encerrado apenas um, assim, totalizando onze instrumentos vigentes no exercício de 2016. No exercício de 2017, conforme citado anteriormente, não foi firmado nenhum instrumento com a presença desta instituição como concedente, desse modo, têm-se os onze instrumentos vigentes em 2016, deduzidos de dois instrumentos encerrados, neste caso, totalizando nove instrumentos vigentes no exercício de 2017.

Ao analisar a referida tabela, observa-se um acréscimo no montante dos recursos transferidos no exercício de 2017 em relação ao de 2016, em razão da quantidade de instrumentos firmados em 2016 com data de celebração perto do encerramento do exercício. Sendo assim, a maioria das transferências desses recursos financeiros passou para o próximo exercício, uma vez que a UFRN adota como política, o condicionamento do repasse financeiro mediante as liquidações das despesas, ou seja, no momento da entrega do produto e/ou do serviço prestado.

Cabe ressaltar, que a ausência de convênios nos últimos anos ocorreu em virtude da celebração de instrumentos jurídicos na modalidade de Contratos Acadêmicos com a Fundação de apoio, instituição privada sem fins lucrativos, a partir de meados de 2009. Tal instrumento jurídico tem o objetivo de apoiar na execução dos Projetos Acadêmicos, os quais estão devidamente identificados e registrados no item específico sobre projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio regidas pela Lei 8.958/1994.

- Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte preceitua pelo bom controle e cumprimento dos prazos fixados para as prestações de contas, obedecendo e aplicando as normas e leis vigentes sobre o assunto. A tabela abaixo apresenta a situação das prestações de contas nos últimos três exercícios, demonstrando o seu comportamento no âmbito da instituição.

Tabela 6 – Situação das prestações de contas em face aos prazos regulamentares nos últimos três exercícios.

Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Vencidas no Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Prestadas no Prazo Regulamentar	Quantidade de Prestações de Contas Prestadas Fora do Prazo	Quantidade de Prestações de Contas Vencidas e não Prestadas no Exercício
2017	07	03	00	04
2016	02	00	00	02
2015	04	00	00	04

Fonte: PROAD (2018)

Ao analisar a tabela acima, observa-se que no exercício de 2017 existem sete prestações de contas vencidas no exercício, das quais três foram apresentadas em seu prazo regular e quatro encontram-se como vencidas e não apresentadas no exercício de 2017. Ressalta-se que das quatro prestações de contas vencidas e não apresentadas no exercício de 2017, uma foi apresentada em 08 de janeiro de 2018 relativa ao TED

003/2016 e para as demais já foram expedidas notificações, bem como aplicados os procedimentos de rotina para que as prestações de contas sejam apresentadas o mais breve possível. Destaca-se ainda que no exercício de 2017, ocorreram as prestações de contas referente ao TED 004/2015 e ao Convênio 233/2010, cuja vigência foi até 31/10/2016 e 21/06/2016, respectivamente.

Em relação aos exercícios anteriores, no exercício de 2016 as duas prestações de contas vencidas e não apresentadas no exercício de 2016, relacionadas ao convênio 233/2010 e ao TED 004/2015, tiveram suas apresentações em 12/01/2017 (convênio 233/2010) e 07/06/2017 (TED 004/2015). No exercício de 2015, das quatro prestações de contas vencidas e não apresentadas no exercício de 2015, três tiveram aditivos de prazos até 31/07/2017 (TED 001/2014, TED 002/2014 e TED 003/2014) e uma foi apresentada em 30/03/2016 (TED 4573/2014).

Ratificando mais uma vez o posicionamento desta Universidade no cumprimento às normas legais e regulamentares, a UFRN continua se empenhando em realizar de maneira satisfatória o controle e acompanhamento das transferências, com atenção ao cumprimento dos prazos impostos para as análises das contas prestadas com vistas à verificação da boa e regular aplicação dos recursos, bem como da averiguação do cumprimento da finalidade do objeto pactuado. No entanto, apesar de todo esforço realizado, constata-se intempestividade na conclusão de algumas análises e aprovação das contas, tendo em conta as peculiaridades de cada projeto.

Enfatiza-se que além do parecer financeiro emitido com base na análise financeira realizada no Setor de Administração de Convênios - SAC, o processo segue aos setores competentes para verificação e emissão de parecer técnico quanto ao cumprimento dos objetivos/metastas e resultados acadêmicos propostos (Pró-reitoria de Planejamento – PROPLAN), e no caso de obras segue para emissão de parecer relativo aos serviços de engenharia executados (Superintendência de Infraestrutura).

Em relação ao prazo de análise previsto na legislação vigente, ou seja, de noventa dias contados da data do recebimento, o exercício dessa atividade na instituição revela que de acordo com as particularidades de cada análise de prestação de conta, torna-se insuficiente o prazo para a adequada finalização.

Entretanto, ainda que os prazos para apresentação, análise e conclusão das prestações de contas sejam extrapolados, a UFRN afirma não haver omissão do dever de prestar contas nem do dever de analisar essas contas, resguardado a boa e regular aplicação dos recursos.

- Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto.

Diante disso, cabe informar que o exercício de 2017 apresentou-se atípico para UFRN em relação à análise das prestações de contas, uma vez que ao final do exercício de 2016 houve uma reestruturação da força de trabalho, a qual implicou na redução da estrutura de pessoal, que somente começou ser realocada na segunda quinzena de fevereiro de 2017. Também houve a substituição da Chefia do setor responsável pela análise das prestações de contas, em virtude do falecimento da servidora responsável. Nesse contexto, a tabela abaixo mostra o comportamento das análises das prestações de contas referentes aos três últimos exercícios.

Tabela 7 – Comportamento das análises das prestações de contas referentes aos três últimos exercícios.

Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Recebidas no Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Analisadas e Aprovadas no Prazo	Quantidade de Prestações de Contas Analisadas e Aprovadas Fora do Prazo	Quantidade de Prestações de Contas Recebidas com Prazo de Análise a Vencer no exercício de 2018
2017	06	05	-	-
2016	01	01	-	-
2015	01	00	01	-

Fonte: PROAD (2018)

Na averiguação da tabela acima, constata-se que até o dia 31 de dezembro de 2017 foram apresentadas seis prestações de contas, sendo quatro referentes ao exercício 2017 e duas fora prazo, relativas ao exercício de 2016. Dessas seis prestações de contas recebidas no exercício de 2017, cinco se encontram com a situação de aprovadas e concluídas e uma com a situação em atraso, devido a sua complexidade e montante de recursos financeiros envolvidos, além dos motivos expostos anteriormente.

A tabela apresenta um número reduzido no que diz respeito à evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências de recursos nos últimos exercícios, haja vista que o grande volume de instrumentos firmados com Fundação de Apoio estar contemplado no item específico sobre informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio nos termos de Lei 8.958/1994.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte dispõe de normas internas, fundamentadas em legislações vigentes, as quais são constantemente averiguadas e modificadas, caso necessário, para que se preservem adequadas ao cenário atual. Além dos regulamentos normativos, a UFRN desfruta de sistema de controle e gerenciamento dos procedimentos administrativos de diversas áreas funcionais, denominado de Sistema SIG.

Todavia, o módulo destinado ao registro de projetos e instrumentos jurídicos firmados em parceria com outras instituições, não se encontra convenientemente integrado com os procedimentos de controle relativo às etapas de repasses, prestações de contas e análises financeiras, sendo necessária uma maior atenção e dedicação das áreas de interesse para que o mais breve possível essa questão seja sanada, mediante o aperfeiçoamento do Módulo Projetos - SIPAC.

Em relação à tempestividade na análise das contas enviadas pelos recebedores de recursos, há que se considerar o trâmite dos processos por diversas instâncias, bem como o volume da documentação em análise e possíveis problemas detectados, os quais geram diligências com prazos determinados para atendimento. Destaca-se ainda, que os prazos para atendimento das diligências são prorrogáveis, quando solicitados e considerados

pertinentes pelo repassador, até que sejam exauridas todas as possibilidades para atendimento das pendências. Não obstante, apesar de algumas vezes os prazos para análise sejam extrapolados, não há evidências de omissão ou descaso da incumbência de analisar as prestações de contas recebidas e assegurar a regular aplicação dos recursos.

- Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Por fim, a UFRN ver as transferências de recursos realizadas como instrumentos de suma importância, em razão de que de forma descentralizada colabora na execução e cumprimento de parte dos programas e das políticas públicas sob a responsabilidade da instituição, tanto na promoção da sua organização interna, quanto na atuação junto à sociedade.

4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

O Setor de Administração de Convênios - SAC, subordinado a Diretoria de Contabilidade e Finanças, é o setor responsável pelos repasses e pela análise financeira das prestações de contas dos instrumentos firmados com esta instituição envolvendo a transferência de recursos. As competências do SAC estão descritas no art. 103 da Resolução nº20/2015-COSUNI, de 04 de novembro de 2015.

Quanto à estrutura de pessoal, o SAC possui atualmente um número insuficiente de servidores para executar as prerrogativas de maneira mais eficaz e eficiente sobre a gestão desses instrumentos jurídicos, sejam os Termos de Execução Descentralizada ou Contratos Acadêmicos.

Devido às novas atribuições e/ou exigências recomendadas em acordãos, normativas que regem a matéria e demais legislações vigentes, torna-se mais evidente essa carência acerca desse gerenciamento, fazendo-se necessária de pelo menos mais (2) dois servidores, com qualificação adequada para exercerem de forma eficaz e eficiente as atribuições de competência regimental, resultando assim numa maior qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Em relação à estrutura física, o setor para análise das prestações de contas (SAC) conta com um ambiente amplo e agradável para o desempenho das atividades pertinentes. Além disso, são disponibilizados acesso a ferramentas e sistemas de controle, proporcionando aos servidores lotados no local, uma maior facilidade no exercício de suas atribuições.

4.3.6 – Informação sobre a realização das receitas

A seguir, apresentam-se os quadros “Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recursos” e “Receita por Categoria Econômica”.

Quadro 23 - Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Receita	Fonte SOF	Previsão Inicial da Receita		Previsão Atualizada da Receita		Receita Orçamentária (Bruta)		Deduções da Receita		Receita Orçamentária (Líquida)	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
16100111 - Serv. Administrat. E Comerciais Gerais - Princ.	0250	18.226.882,00	17.187.822,00	18.226.882,00	17.187.822,00	15.595.489,42	24.049.719,79	(178.275,65)	(188.783,27)	15.417.213,77	23.860.936,52
13210011 - Remuneração de Depósitos Bancários	0280	4.747.751,00	4.130.507,00	4.747.751,00	4.130.507,00	5.314.404,55	5.144.591,95	-	-	5.314.404,55	5.144.591,95
16100211 - Inscrição em Concursos e Proc. Seletivos	0250	3.017.743,00	2.144.872,00	3.017.743,00	2.144.872,00	3.570.906,24	3.634.080,18	(5.373,50)	(9.913,56)	3.565.532,74	3.624.166,62
13100111 - Aluguéis	0250	4.147.054,00	4.481.476,00	4.147.054,00	4.481.476,00	1.761.314,99	2.909.078,05	(2.493,11)	(1.655,07)	1.758.821,88	2.907.422,98
Outras Receitas	0250	242.577,00	1.396.197,00	242.577,00	1.396.197,00	2.484.379,60	1.494.274,80	(8.790,46)		2.475.589,14	1.494.274,80
Outras Receitas	100	-	-	-	-	466.179,20	378.312,90	-	-	466.179,20	378.312,90
Outras Receitas	112	-	-	-	-	238.739,32	0,00	-		238.739,32	
Outras Receitas	263	156.919,00	-	156.919,00	-	10.050,00	12.335,00	(10.050,00)	(12.335,00)	-	-
Total		30.538.926,00	29.340.874,00	30.538.926,00	29.340.874,00	29.441.463,32	37.622.392,67	(204.982,72)	(212.686,90)	29.236.480,60	37.409.705,77

Fonte: Tesouro Gerencial e Siasi Operacional

Quadro 24 – Receita por Categoria Econômica

Valores em R\$ 1,00

Categoria Econômica	Previsão Inicial da Receita		Previsão Atualizada da Receita		Receita Realizada	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receitas Correntes	30.382.007,00	29.340.874,00	30.382.007,00	29.340.874,00	29.236.480,60	37.259.605,77
Receita Patrimonial	8.935.151,00	8.788.893,00	8.935.151,00	8.788.893,00	7.228.663,74	8.229.135,32
Receita de Serviços	21.350.052,00	20.314.671,00	21.350.052,00	20.314.671,00	20.737.659,19	28.377.898,15
Outras Receitas Correntes	96.804,00	237.310,00	96.804,00	237.310,00	1.270.157,67	652.572,30
Receitas de Capital	156.919,00	0,00	156.919,00	0,00	0,00	150.100,00
Alienação de Bens	156.919,00	0,00	156.919,00	0,00	-	150.100,00
Total	30.538.926,00	29.340.874,00	30.538.926,00	29.340.874,00	29.236.480,60	37.409.705,77

Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

Foi apresentado no item 4.3.7 – Informações sobre a realização das receitas a composição das receitas da UPC no exercício de 2017 e no imediatamente anterior, para fins de comparação, sobre 02 (duas) óticas: Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recursos e Receita por Categoria Econômica.

Segundo o Manual Técnico de Orçamento – MTO, elaborado e publicado todo ano pelo MPOG, as receitas podem ser do tipo Extraorçamentárias ou Orçamentárias. As Extraorçamentárias são os recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a LOA. O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

Já as Orçamentárias são recursos que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público, ou seja, aumentam o saldo financeiro e, via de regra, por força do princípio da universalidade, estão previstas na LOA.

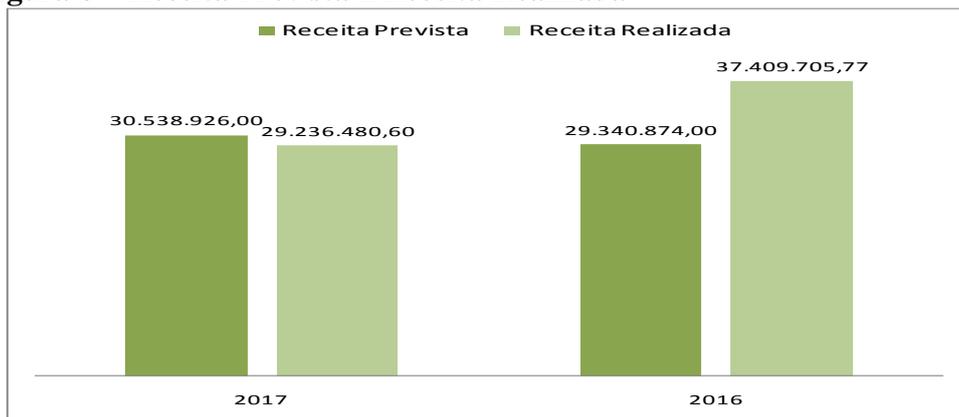
As Receitas Orçamentárias, assim como as despesas, também têm uma classificação obrigatória, que é segregada em: natureza de receita; fonte de recursos; indicador do resultado primário e esfera orçamentária.

Assim é apresentado o Quadro 23 - Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recursos, com o objetivo de demonstrar o comportamento das receitas orçamentárias por sua classificação.

Para o exercício de 2017 a LOA previa uma arrecadação total de R\$ 30.538.926,00 contra uma previsão de R\$ 29.340.874,00 para 2016, um acréscimo de aproximadamente 4% de um ano para o outro. A natureza de receita com maior representatividade na previsão de 2017 foi a 16100111 – Serv. Administrativos e Comerciais Gerais – Principal, com 59,68%.

Analisando os valores Previstos x Realizados (receita líquida) no exercício de 2017, nota-se que houve uma frustração de receita em relação ao previsto, ou seja, a Receita Realizada foi inferior em 4,26% a Previsão Atualizada. Importante destacar que a Receita, por ser prevista, pode ser arrecada a maior ou a menor, diferentemente das Despesas, que por ser fixada, só pode ser realizada até o valor autorizado.

Figura 6 – Receita Prevista x Receita Realizada



Fonte: Tesouro Gerencial

Do montante total realizado em 2017, 52,73% foi relativa à natureza de receita 1610011 - Serv. Administrativos e Comerciais Gerais, seguida pela natureza 13210011 – Remuneração de Depósitos Bancários com 18,18% e 16100211 – Inscrição em Concursos e Proc. Seletivos com 12,20%.

No comparativo da receita realizada em 2017 x 2016, houve uma queda na arrecadação de 21,85%, que representa um montante financeiro de R\$ 8.173.225,17. Os principais fatores que impactaram negativamente as receitas no exercício de 2017 foram:

- I. Queda de 35,39% na natureza de receita 16100111 - Serv. Administrativos e Comerciais Gerais. No exercício de 2016 houve uma Receita não recorrente referente à devolução do montante de R\$ 6.470.656,89 do Contrato Acadêmico de Número 3023.21.1411, firmado entre esta Universidade e a Fundação de Apoio do RN – FUNPEC. Esse contrato destinava-se a Implantação do Instituto de Medicina Tropical no Rio Grande do Norte – IMT, construção que seria realizada pela Funpec, mas acabou a própria UFRN realizando, gerando a devolução desses valores que foram enviados com essa finalidade;
- II. Queda de 39,51% nas receitas com aluguéis. Houve no exercício de 2016 o pagamento de valores em atraso por parte da Câmara Municipal de Natal no montante de R\$ 1.151.023,44, aumentando a base de comparação de 2016. Excluindo essa arrecadação, a receita de aluguéis teria se mantido estável, com um leve aumento de 0,14% em relação a 2016;

Ou seja, excluindo os fatos acima mencionados, a receita de 2016 teria sido de R\$ 29.788.025,44, em linha com os valores arrecadados no exercício de 2017. Como ponto positivo, destacamos o esforço do Núcleo Permanente de Concursos da UFRN – Comperve na captação e realização de diversos concursos de Estados e Municípios, gerando um excesso de arrecadação de 18,15% no comparativo entre a Receita Realizada x Previsão.

O Art. 11 da Lei nº 4.320/64 diz que as Receitas se classificam em 02 (duas) categorias econômicas, sendo elas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. As Receitas Correntes, segundo o MTO, “*são arrecadadas dentro do exercício, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido, e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações correspondentes às políticas públicas.*”

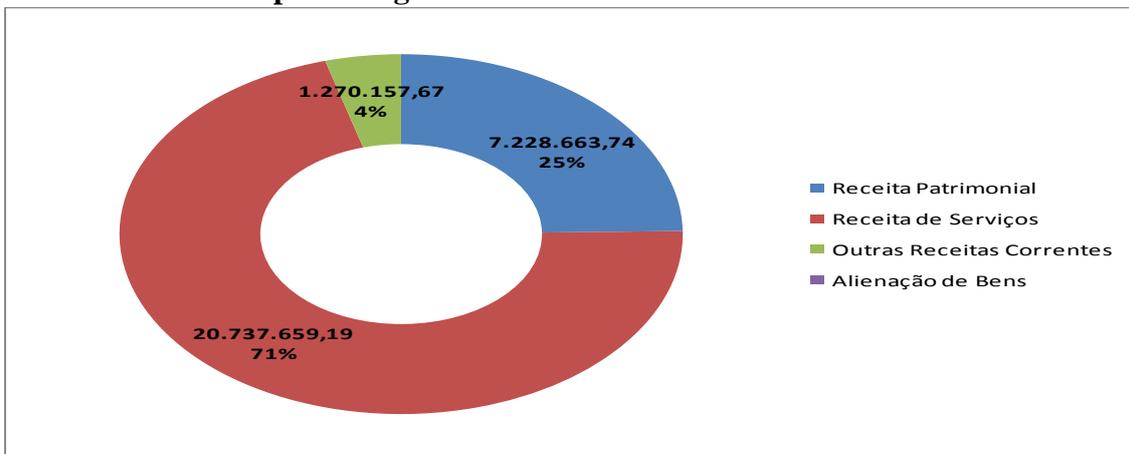
São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas

de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

Quanto à composição da Receita Realizada, por categoria econômica, no exercício de 2017, conforme figura 7 abaixo, fica evidente que a maior parcela das Receitas Realizadas foi decorrente de Serviços, seguido pelas Receitas Patrimoniais e Outras Receitas correntes.

Figura 7 – Receita Realizada por Categoria Econômica



Fonte: Tesouro Gerencial

As Receitas de Serviços são compostas principalmente pelas naturezas de receita 16100111 - Serv. Administrativos e Comerciais Gerais e 16100211 – Inscrição em Concursos e Proc. Seletivos. Já a Receita Patrimonial é composta pela natureza 13210011 – Remuneração de Depósitos Bancários e 13100111 – Aluguéis. Ao contrário de 2016, não houve no exercício de 2017 arrecadação de Receitas de Capital.

4.3.7 – Informação sobre a execução das despesas

A seguir apresentam-se os quadros “Despesas Totais por Modalidade de Contratação” e “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa” com o objetivo de demonstrar, de formar consolidada, a execução das despesas da UFRN.

Quadro 25 – Despesas totais por modalidade de contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	145.801.210,88	7%	153.554.469,54	9%	86.437.455,76	5%	91.206.585,41	6%
a) Convite	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
b) Tomada de Preços	-	0%	90,00	0%	-	0%	-	0%
c) Concorrência	-	0%	271.211,96	0%	-	0%	271.211,96	0%
d) Pregão	123.831.129,07	6%	136.309.396,14	8%	84.344.026,75	5%	85.957.533,77	6%
e) Concurso	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
f) Consulta	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	21.970.081,81	1%	16.973.771,44	1%	2.093.429,01	0%	4.977.839,68	0%
2. Contratações Diretas (h+i)	285.427.727,50	15%	102.563.430,95	6%	92.507.884,14	5%	70.853.050,09	5%
h) Dispensa	284.076.146,85	14%	100.308.233,47	6%	91.658.196,58	5%	69.589.220,24	5%
i) Inexigibilidade	1.351.580,65	0%	2.255.197,48	0%	849.687,56	0%	1.263.829,85	0%
3. Regime de Execução Especial	50.452,02	0%	45.829,41	0%	50.452,02	0%	45.829,41	0%
j) Suprimento de Fundos	50.452,02	0%	45.829,41	0%	50.452,02	0%	45.829,41	0%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.414.113.986,09	72%	1.259.817.281,71	76%	1.414.110.274,82	83%	1.259.769.603,01	82%
k) Pagamento em Folha	1.410.730.229,49	72%	1.256.934.748,76	76%	1.410.730.229,49	83%	1.256.888.774,02	82%
l) Diárias	3.383.756,60	0%	2.882.532,95	0%	3.380.045,33	0%	2.880.828,99	0%
5. Outros	120.980.438,92	6%	131.065.502,32	8%	112.969.022,83	7%	116.921.699,72	8%
6. Total (1+2+3+4+5)	1.966.373.815,41	100%	1.647.046.513,93	100%	1.706.075.089,57	100%	1.538.796.767,64	100%

Fonte: Tesouro e Siafi Gerencial

Quadro 26 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Pessoal	1.410.730.229,49	1.256.934.748,76	1.410.730.229,49	1.256.934.748,76	-	-	1.410.730.229,49	1.256.888.774,02
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	701.043.972,53	632.530.423,91	701.043.972,53	632.530.423,91	-	-	701.043.972,53	632.489.768,36
Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	453.838.373,02	388.691.831,42	453.838.373,02	388.691.831,42	-	-	453.838.373,02	388.691.831,42
Demais elementos do grupo	255.847.883,94	235.712.493,43	255.847.883,94	235.712.493,43	-	-	255.847.883,94	235.707.174,24
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	470.604.839,71	327.329.730,65	292.089.762,19	266.579.096,15	178.515.077,52	60.750.634,50	287.534.815,59	261.196.551,68
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	271.175.931,41	119.645.004,15	109.068.178,90	84.202.880,09	162.107.752,51	35.442.124,06	107.815.776,54	81.308.963,18
Locação de Mão de Obra	57.813.080,73	55.077.049,49	54.098.918,32	50.288.421,68	3.714.162,41	4.788.627,81	51.447.852,16	49.027.154,85
Auxílio Alimentação	28.289.891,12	29.061.843,57	28.289.891,12	29.061.843,57	-	-	28.289.891,12	29.061.843,57
Auxílio Financeiro a Estudantes	22.949.029,16	29.208.894,63	21.225.172,75	23.036.081,23	1.723.856,41	6.172.813,40	21.224.592,75	22.856.981,23
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	21.283.788,43	18.986.477,65	20.407.520,85	17.307.925,79	876.267,58	1.678.551,86	20.393.264,85	17.303.935,79
Demais elementos do grupo	69.093.118,86	75.350.461,16	59.000.080,25	62.681.943,79	10.093.038,61	12.668.517,37	58.363.438,17	61.637.673,06
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	85.038.746,21	62.782.034,52	7.866.487,23	21.053.834,05	77.172.258,98	41.728.200,47	7.810.044,49	20.711.441,94
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	41.149.121,00	10.455.949,29	813.195,00	4.343.004,59	40.335.926,00	6.112.944,70	813.195,00	4.343.004,59
Equipamentos e Material Permanente	24.112.287,84	35.943.622,41	5.757.442,95	12.321.298,94	18.354.844,89	23.622.323,47	5.701.000,21	11.978.906,83
Obras e Instalações	19.589.946,48	16.381.127,82	1.184.571,81	4.388.195,52	18.405.374,67	11.992.932,30	1.184.571,81	4.388.195,52
Demais elementos do grupo	187.390,89	1.335,00	111.277,47	1.335,00	76.113,42	-	111.277,47	1.335,00
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

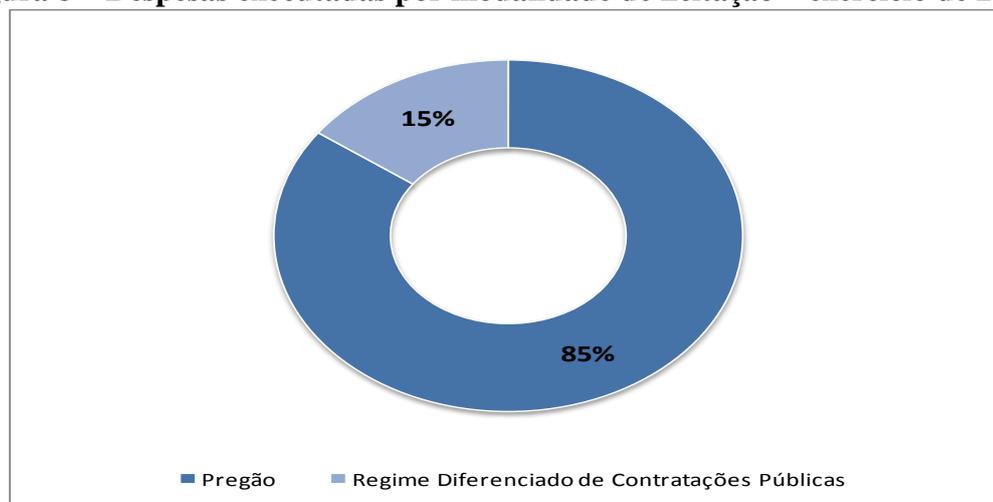
Fonte: Tesouro Gerencial

Essa seção do relatório tem a finalidade de demonstrar de forma clara e objetiva toda a execução orçamentária dessa UPC no exercício de 2017 e no imediatamente anterior. As informações foram demonstradas sob as seguintes perspectivas: o primeiro quadro apresenta as despesas por modalidade de licitação ou contratação e o segundo por grupo e elemento de despesa.

No Quadro denominado “Despesas totais por modalidade de contratação”, pode-se ver que a modalidade Pagamento de Pessoal (Não se aplica) respondeu, sozinha, por 72% das despesas executadas em 2017, seguido pelas Contratações Diretas com 15% e Modalidades de Licitação com 7%.

Dentre as modalidades de licitação, no exercício de 2017 as despesas executadas se concentraram apenas em duas modalidades: pregão e regime diferenciado de contratações públicas – RDC.

Figura 8 – Despesas executadas por modalidade de licitação – exercício de 2017



Fonte: Tesouro Gerencial

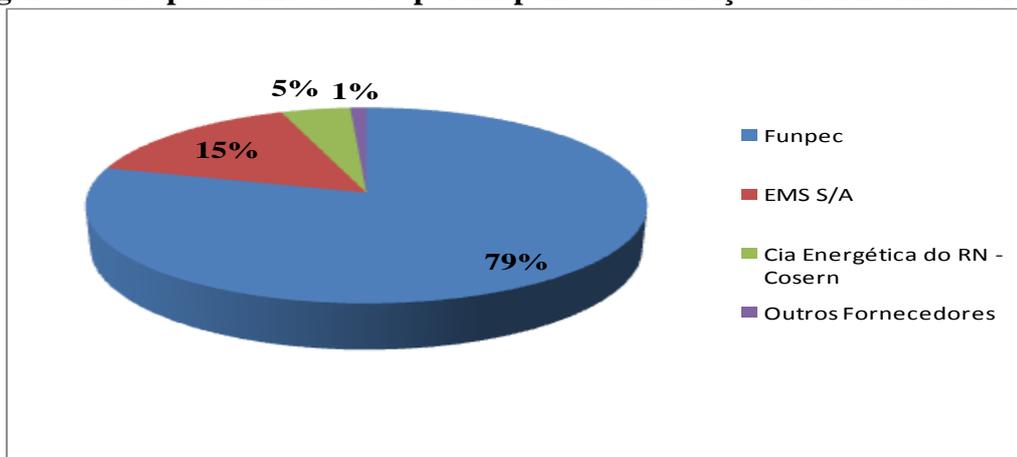
Conforme figura acima, o Pregão respondeu por 85% das despesas executadas em 2017 e o RDC por 15%. Neste contexto, consideram-se relevantes os resultados apresentados tendo em vista que a modalidade Pregão resulta em maior transparência, agilidade e eficiência das aquisições de bens e serviços adquiridos, assim como, na maximização dos recursos geridos por esta Universidade.

Em comparação com o exercício anterior, o montante financeiro executado pela modalidade Pregão apresentou uma queda de 9,15% ao passo que os RDC's apresentaram um aumento de 29,44%.

O segundo item com maior destaque nas despesas executadas foram as Contratações Diretas, mas especificamente em relação às dispensas de licitações. Somente as Dispensas de Licitações representaram 14% do total das despesas executadas em 2017, contra 6% de representatividade em 2016, ou seja, houve um aumento de 8 p.p e uma variação positiva de 183,20% no comparativo.

A maior parcela das Despesas Executadas através da modalidade Dispensa de Licitação em 2017, a exemplo do ano anterior, refere-se a contratos celebrados com a Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura – Funpec, fundação de apoio aos projetos acadêmicos desta Universidade, com base na Lei nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII, combinado com a Lei nº 8.958/94, a qual dispõe sobre as relações de Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as Fundações de Apoio, conforme figura abaixo:

Figura 9 – Despesas Executadas por Dispensa de Licitação – Por Fornecedor



Fonte: Tesouro Gerencial

O elevado aumento verificado de 2016 para 2017 nas dispensas de licitação, principalmente para a Funpec, decorreu do recebimento de dois grandes Termos de Execução Descentralizada – TED do Ministério da Saúde:

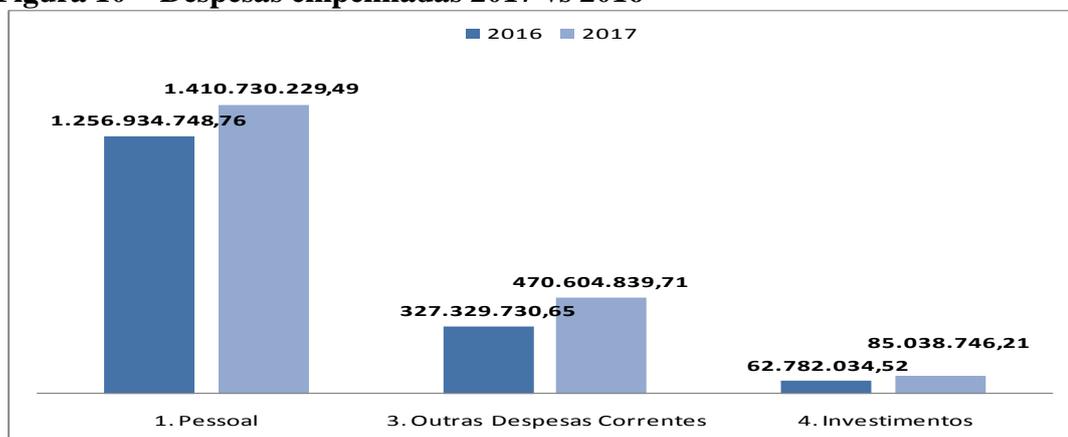
- I- TED nº 54/2017 no valor de R\$ 110.000.000,00 e o TED nº 111/2017 no valor de R\$ 55.533.021,00, ambos com o objetivo de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (Prevenção, controle e tratamento de doenças negligenciadas para estudo e pesquisa em vigilância em saúde com foco no fortalecimento da rede de resposta rápida à sífilis, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS).

Sendo assim, para a execução dos referidos termos, foi realizada uma dispensa de licitação no valor de R\$ 165.533.021,00, com base no Inciso XIII, Artigo 24 da Lei Nº 8.666/1993, gerando o contrato acadêmico de número 6186.21.1417, com vigência de 29/12/2017 a 28/12/2020, entre a UFRN e a Funpec.

Já com relação ao quadro denominado “Despesa por Grupo e Elemento de Despesa”, notamos que praticamente em todos os grupos de despesa houve aumento na Despesa Executada no comparativo ao exercício anterior.

O grupo de despesa “1 – Pessoal” foi responsável por 71,74% das despesas executadas em 2017, seguido pelo grupo “3- Outras Despesas Correntes” com 23,93% e por fim o grupo “4- Investimentos” com 4,32%. Em comparação ao exercício anterior, esses grupos apresentaram variações positivas de 12,24%, 43,77% e 35,45%, respectivamente.

Figura 10 – Despesas empenhadas 2017 vs 2016



Fonte: Tesouro Gerencial

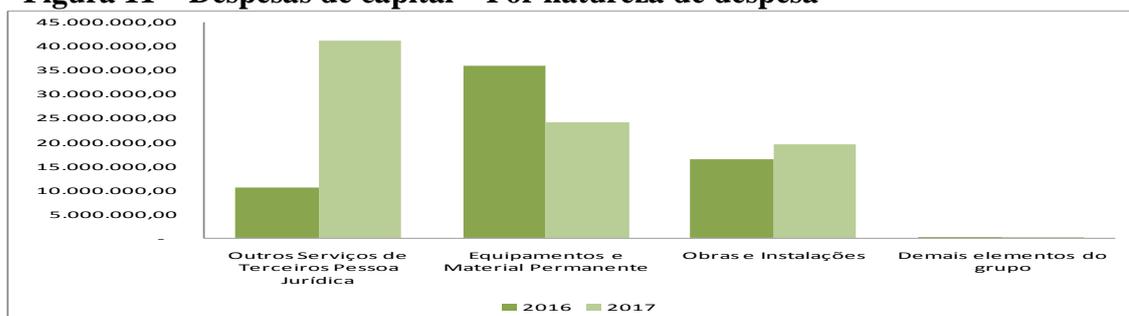
O acréscimo em relação ao exercício de 2016 de 12,24% do grupo “1-Pessoal” decorrente, principalmente, de reajuste salarial, bem como da continuidade da política de recomposição do quadro permanente de servidores desta Instituição, que vem ocorrendo gradativamente objetivando o preenchimento de vagas oriundas de aposentadorias e outras situações.

Já os aumentos verificados nos grupos “3- Outras despesas correntes” e “4- Investimentos” decorrem do grande volume de recursos recebidos por Termos de Execução Descentralizada – TEDs, já citado anteriormente.

Importante destacar que no grupo “4- Investimentos”, apesar do aumento verificado no comparativo, decorrente exclusivamente da execução de TEDs, foi realizado contingenciamento orçamentário por parte do Ministério da Educação, ou seja, do orçamento aprovado na LOA de 2017, da fonte tesouro para os investimentos, só foi liberada autorização de empenho correspondente a 65% do aprovado, o que acabou frustrando algumas licitações que estavam em andamento.

Ainda em relação ao grupo “4- Investimentos”, a natureza 449039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica apresentou uma variação positiva de 293,55% quando comparado a 2016, seguido pela ND 449051 – Obras e instalações com um acréscimo de 19,59% e 449052 – Equipamentos e material permanente com um declínio de 32,92%.

Figura 11 – Despesas de capital – Por natureza de despesa

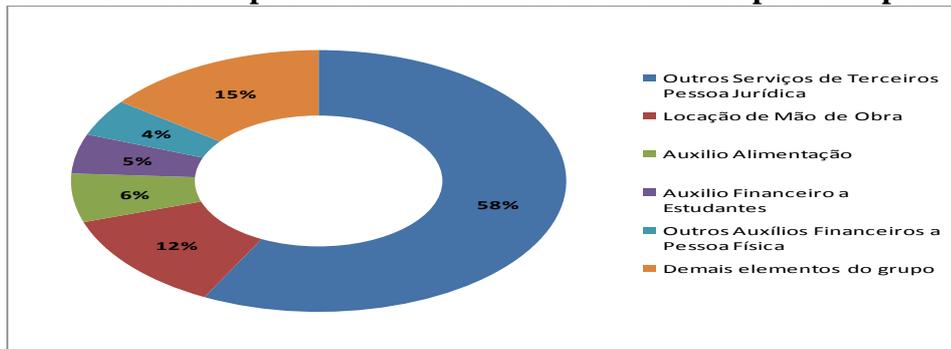


Fonte: Tesouro Gerencial

O aumento verificado na natureza “Outros serviços de terceiros pessoa jurídica” é decorrente do recebimento do TED nº 111/2017 do Ministério da Saúde, já citado anteriormente, pois uma grande parcela desses recursos foram enviadas em capital para aquisição de equipamentos diversos ao longo da execução do projeto na Funpec.

Já no grupo “3 – Outras Despesas Correntes” a despesa com Serviços de Pessoas Jurídicas continuou sendo responsável pela maioria dos montantes empenhados, com 57,62% do total, seguido por gastos com Locação de Mão de Obra com 12,28%. Abaixo apresentamos a figura 12 com todos os dados.

Figura 12 - Outras Despesas Correntes – Detalhamento Despesas Empenhadas

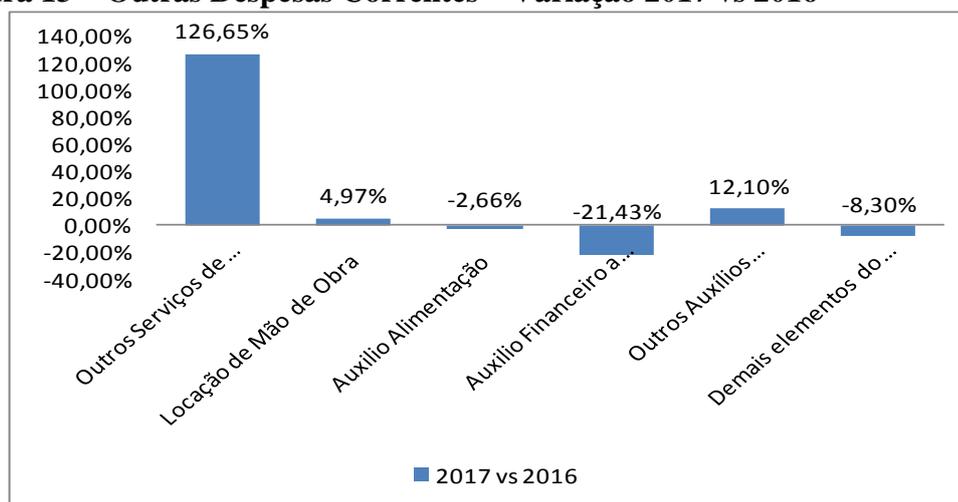


Fonte: Tesouro Gerencial

Pode-se ver pela análise da figura acima, que 85,32% dos valores empenhados no grupo das Despesas Correntes estão concentrados em apenas 05 (cinco) elementos de despesa, com maior destaque para os grupos Outros Serviços de Terceiros PJ, Locação de Mão de Obra e Auxílio Financeiro a Estudantes.

O grupo 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica além de apresentar a maior representatividade, com 58%, também foi o grupo que apresentou a maior variação no comparativo com o exercício anterior, conforme figura abaixo:

Figura 13 – Outras Despesas Correntes – Variação 2017 vs 2016



Fonte: Tesouro Gerencial

O principal motivo para a variação de 126,65% no grupo 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica decorre do recebimento dos TEDs nº 54 e 111/2017, do Ministério da Saúde, já citado nessa seção, tendo em vista que os recursos que são repassados para o contrato nº 6186.21.1417, em favor da Funpec, serem repassados nessa rubrica de despesa.

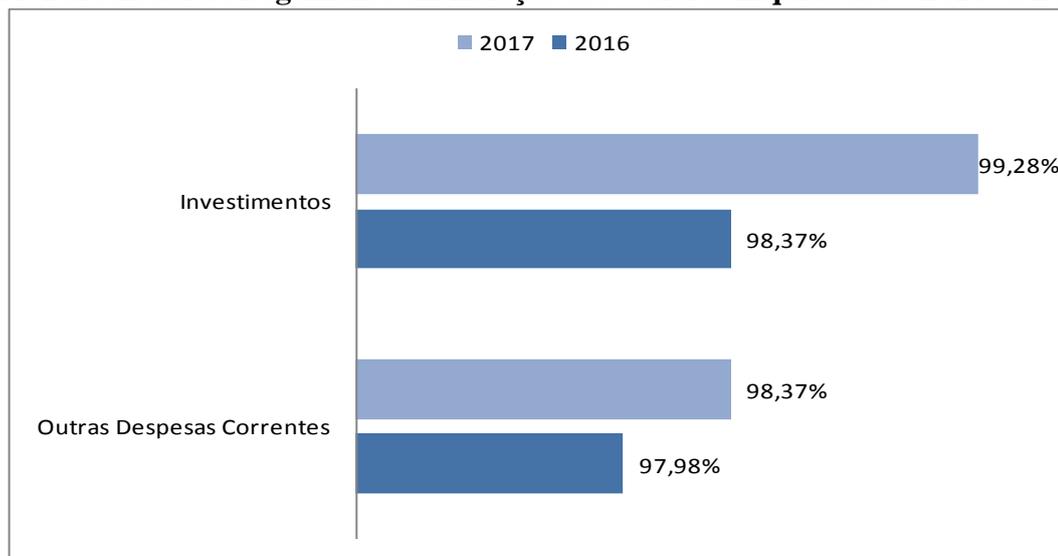
A pequena variação da natureza 339037 – Locação de Mão de Obra decorre dos reajustes contratuais realizados anualmente em decorrência dos reajustes salariais das varias convenções coletivas existentes, tendo em vista a gama variada categorias de empregados.

Já o maior declínio foi verificado no grupo 339018 – Auxílio financeiro a estudantes, com queda de 21,43%. O menor volume de despesas empenhadas em 2017 nessa rubrica está relacionada ao recebimento de TEDs do FNDE para financiamento dos cursos do programa Pronatec, que com o encerramento de várias turmas ao longo do ano também houve o encerramento das respectivas bolsas.

Outro ponto importante com relação ao desempenho Orçamentário e Financeiro do exercício diz respeito às liberações dos recursos financeiros para pagamento das Despesas Liquidadas a Pagar. Ao longo de todo exercício as liberações de recursos financeiros ocorreram geralmente ao final de cada mês, nem sempre na totalidade dos valores a pagar, gerando maior tempo de pagamento aos fornecedores em relação à data da liquidação da despesa.

Mas sentimos que esse cenário vem melhorando gradativamente, uma vez que de 2015 para 2016 já havia apresentado uma melhora, e no exercício de 2017 também houve uma pequena melhora nos indicadores no comparativo com 2016. Para ilustrar tal situação, apresentamos a figura abaixo que faz um comparativo entre o percentual que foi pago nos exercícios de 2017 e 2016, comparados aos Valores Liquidados a Pagar.

Figura 14- Percentual de Pagamento em Relação aos Valores Liquidados – 2017 vs 2016



Fonte: Tesouro Gerencial

Ou seja, da análise da figura acima, fica evidenciado que do total das Despesas Liquidadas em Investimento, em 2017 99,28% foram pagas, contra o percentual de 98,37% em 2016, um acréscimo de 0,91 p.p. Já na natureza Outras Despesas Correntes o percentual pago em 2017 foi de 98,37%, contra 97,98% de 2016, uma diferença de 0,39 p.p.

Esse pequeno aumento percentual de pagamento no exercício de 2017 tem um impacto positivo na gestão orçamentária e financeira da UPC, uma vez que reduz os valores inscritos em Restos a Pagar Processados e diminuir o tempo de pagamento para o fornecedor entre a entrega do produto/serviço e o efetivo pagamento.

4.3.8 – Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal.

A seguir apresentamos os quadros “Concessão de Suprimento de Fundos”, “Utilização de Suprimento de Fundos” e “Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos”, com o objetivo de dar uma visão gerencial sobre a concessão de Suprimento de Fundos da UFRN em 2017.

Quadro 27 – Concessão de Suprimento de Fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2017	153103	UFRN	5	28.000,00	7.000,00
	153107	CCS	8	45.000,00	6.000,00
2016	153103	UFRN	4	21.800,00	8.000,00
	153107	CCS	7	49.189,00	6.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI operacional e Sistema Auto-Atendimento Setor Público - AASP do Banco do Brasil.

Quadro 28 – Utilização de Suprimento de Fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	153103	UFRN	4	1.580,00	6.771,94	8.351,94
	153107	CCS	0	0,00	42.100,08	42.100,08
2016	153103	UFRN	4	1.020,00	6.399,91	7.419,91
	153107	CCS	0	0,00	38.409,50	38.409,50

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional

Quadro 29 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Valores em R\$ 1,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153103	UFRN	339030 - Material de Consumo	07 - Generos de Alimentação	3.740,77
			16 - Material de Expediente	19,80
			21 - Material de Copa e Cozinha	122,31
			24 - Material p/ Manut. De Bens Imóveis/Instalações	1.638,25
			25 - Material p/ Manut. De Bens Móveis	793,66
			39 - Material p/ Manutenção Veiculos	24,05
			42 - Ferramentas	47,70
			99 - Outros Materiais de Consumo	310,80
			339039 - Serviços P. Juridica	19 - Manutenção e Conserv. De Veiculos
		51 - Serviços de Analises e Pesquisas Cientificas		74,60
		63 - Serviços Gráficos e Editoriais		460,00
		99 - Outros Serviços de Terceiros - PJ		700,00
		153107	CCS	339030 - Material de Consumo
16 - Material de Expediente	1.116,52			
17 - Material de TIC - Material de Consumo	1.150,61			
21 - Material de Copa e Cozinha	1.032,51			
22 - Material de Limpeza e Prod. De Higienização	1.281,70			
24 - Material p/ Manut. De Bens Imóveis/Instalações	3.005,95			
25 - Material p/ Manut. De Bens Móveis	2.129,10			
26 - Material Eletrico e Eletrônico	3.562,27			
39 - Material p/ Manutenção Veiculos	200,00			
339039 - Serviços P. Juridica	05 - Serviços Técnicos Profissionais			850,00
	17 - Manut. E Conserv. De Máquinas e Equip.			1.550,00
	57 - Serviços Técnicos Profissionais de TI			1.300,00
	95 - Manut.Cons.Equip. de Processamento de Dados			800,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica sobre Suprimento de Fundos

A administração da UFRN fez o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF ao longo de 2017 para atender demandas da Instituição quanto às despesas imprescindíveis em que seria inviável o atendimento pelas vias normais. Durante o exercício de 2017 apenas duas Unidades Gestoras - UG tiveram a necessidade de fazer o uso do CPGF, como demonstrado no Quadro 28 acima.

A UG 153103 – UFRN teve 02 (dois) suprimentos e 05 (cinco) concessões ao longo de 2017. O suprimento Vanessa Teixeira de Lima Oliveira teve 02 (duas) concessões em 2017, para atender as demandas com a aquisição de gêneros alimentícios de maneira a viabilizar a realização de aulas práticas do curso de Nutrição no município de Santa Cruz/RN. As aulas práticas utilizam um quantitativo de gêneros alimentícios que se caracteriza por ser de pequena quantidade, tendo em vista que a utilização desses ocorre em caráter experimental, para atender diversas disciplinas da estrutura curricular do curso, inviabilizando a entrega pelo fornecedor, tendo em vista a pequena quantidade e por se localizar no interior do Estado do RN.

O suprido George Dantas de Azevedo recebeu 03 (três) concessões em 2017 com o objetivo de atender demandas diversas da Escola Multicampi de Ciências Médicas – EMCM da UFRN, com sede na cidade de Caicó/RN, que envolve atividades também nos municípios de Currais Novos/RN e Santa Cruz/RN, todos situados no interior do Rio Grande do Norte. A EMCM compreende o curso de Medicina Multicampi e as Residências Médicas e Multiprofissionais, com atividades práticas integralmente desenvolvidas nos serviços de saúde dos três municípios citados.

Pela própria distância física em relação à Natal e pela natureza das atividades desenvolvidas no curso de graduação em Medicina e nas Residências, é freqüente a necessidade de materiais específicos e serviços não disponíveis nos registros de preço vigentes e/ou que não são prontamente acessíveis no interior do Estado. Tais despesas quando não atendidas prontamente comprometem significativamente, quando não inviabilizam totalmente, o desenvolvimento das ações acadêmicas, sendo necessária a adoção de mecanismo mais ágil para sua aquisição ou contratação.

A UG 153103 autorizou durante o exercício de 2017 a utilização da opção de Saque para o suprido George Dantas. Essa autorização foi concedida dadas as circunstâncias excepcionais que não poderiam ser realizadas na forma do art. 2º, do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005. O valor máximo que poderia ser utilizado nessa modalidade era de 20% do valor total concedido ao suprido e cada saque realizado sujeita o seu titular a apresentar justificativa quanto à impossibilidade de utilização do pagamento via CPGF, que é anexada no momento da apresentação da regular prestação de contas.

Além disso, o saque só pode ser realizado no valor exato da despesa. Se o valor do saque exceder ao da despesa a ser realizada, o valor excedente deverá ser devolvido, por intermédio da GRU, código de recolhimento 68808-8 anulação de despesa no exercício, no prazo máximo de três dias úteis a partir do dia seguinte da data do saque, diminuindo o valor do suprimento a ser utilizado.

A Unidade Gestora 153107 - Centro de Ciências da Saúde também apresentou necessidade do uso do CPGF em 2017. No total foram 02 (dois) supridos com 08 (oito) concessões ao longo do exercício. O suprido Erika Paula Silva Freitas recebeu 05 (cinco) concessões para atender demandas de gêneros alimentícios para o laboratório de Técnica Dietética, no qual são ministradas aulas práticas das disciplinas de Técnica Dietética, Introdução à Gastronomia, Análise Sensorial, Educação Alimentar e Nutricional, Tópicos Avançados em Gastronomia, Tecnologia dos Alimentos, Sistema Alimentar Sustentável, Dietoterapia I e II, Nutrição e Dietética III.

O suprido José Abdon Bezerra obteve 03 (três) concessões para atender demandas diversas da Administração do CCS, devido à necessidade de aquisição de materiais e serviços de pronto pagamento cuja utilização se faz urgente, sob pena de paralisação das atividades docentes e/ou administrativas.

Para tanto, cada unidade destacada mantém controle interno administrativo no sentido de apenas permitir a aquisição via CPGF após verificar que o material / serviço solicitado não está disponível em estoque, nos pregões ou nos contratos da Instituição. Além disso, a unidade demandante ainda é orientada a expedir justificativa detalhada que ampare a aquisição.

No tocante a comparação com o exercício anterior, na concessão podemos ver um aumento de aproximadamente 28,4% para a UG 153103 e uma diminuição de 8,5% para a UG 153107.

No quesito utilização do suprimento de fundos ambas UGs apresentaram um leve aumento. A UG 153103 utilizou em 2017 o montante de R\$ 8.351,94 contra R\$ 7.419,91 de 2016, um aumento aproximado de 12,5%. A UG 153107 saiu de R\$ 38.409,50 em 2016 para um montante de R\$ 42.100,08 em 2017, um acréscimo de 9,6%.

Com relação à classificação dos gastos, do total gasto de R\$ 50.452,02 em 2017, aproximadamente 87,8% foram com Materiais de Consumo (339030) e 12,2% com Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039). Do montante de R\$ 44.297,42 gastos em consumo, 62,9% foram relativos à aquisição de gêneros alimentícios (33903007), seguido pelos gastos com Manutenção de Bens Imóveis com 10,5%.

Já nos gastos com Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039), as despesas com a Manutenção de Máquinas e Equipamentos (33903917) responderam por 25,2% do total, seguido por Serviços Técnicos com Profissionais de TI com 21,1%.

No exercício de 2017 a concessão de suprimento de fundos teve representação insignificante em relação ao total das despesas correntes executadas durante o exercício.

Registre-se, por fim, que todos os Suprimentos de Fundos concedidos em 2017 tiveram suas prestações de contas apresentadas dentro do exercício e todas foram devidamente aprovadas.

4.4 Desempenho Operacional

A abordagem do desempenho operacional foi tratada neste capítulo no item 4.3.1 - Execução e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade, o qual contém os resultados descritivos dos Quadros Ações relacionadas a Programas Temáticos do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.

4.5 Apresentação e análise dos Indicadores de Desempenho

Para analisar o seu desempenho a UFRN utiliza o conjunto de indicadores apresentados no quadro abaixo:

Quadro 30 - Grupos de Indicadores

Grupos	Fonte
Indicadores do TCU	TCU
Indicadores Institucionais	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (SIGPP) Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH).
Indicadores Externos	Censo da Educação Superior Avaliação INEP/ENADE Avaliação CAPES

Fonte: PROPLAN

Os indicadores são instrumentos utilizados para acompanhar e medir o alcance dos objetivos institucionais definidos no Plano de Gestão da UFRN (2015-2019), quais sejam, **Qualidade Acadêmica, Interiorização, Internacionalização e Inclusão social**. Embora estabelecidos para um período de 5 anos, os objetivos são aferidos anualmente por meio dos indicadores.

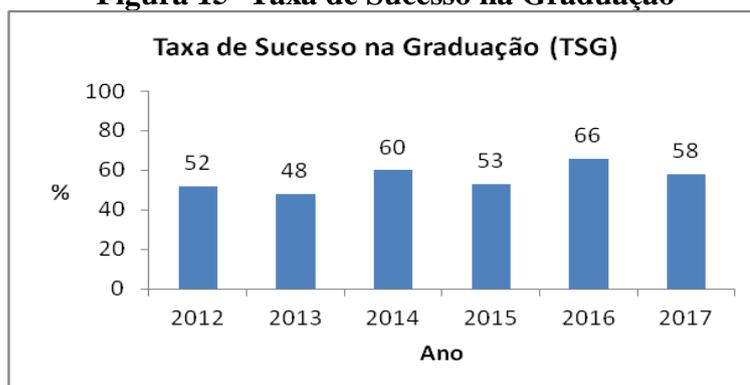
Ressalta-se que a Universidade não estabelece metas anuais específicas para os indicadores de desempenho, não obstante, dispõe de políticas que contemplam tais eixos. Nesse sentido, a UFRN prevê metas anuais por suas Unidades no SIGPP que são acompanhadas e avaliadas sistematicamente. A seguir são apresentados os indicadores do TCU, bem como os indicadores de desempenho utilizados para acompanhar cada objetivo do Plano de Gestão, os respectivos resultados e análise crítica.

INDICADORES

1-Taxa de Sucesso na Graduação (TSG): Indicador definido pela Decisão nº 408/202-TCU. Para a UFRN, a Taxa de Sucesso na Graduação indica o número de alunos de concluem os cursos no tempo médio previsto no Projeto Pedagógico. A partir da TSG, o curso pode identificar eventuais problemas tais como, retenção, evasão, transferência, mudança de curso e reprovação. A TSG é calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{TSG} = \frac{\text{Número de alunos diplomados}}{\text{Nº total de alunos ingressantes}}$$

Figura 15- Taxa de Sucesso na Graduação



Fonte: PROPLAN/CPA

Em 2017 a TSG da UFRN recuou em 8%. Esse indicador costuma sofrer oscilações anuais, aumentando num ano e regredindo no ano seguinte. Isso acontece porque os estudantes que ficaram retidos e que, portanto não concluíram seu curso no tempo previsto (Redução da TSG) acabam se formando no ano seguinte e, portanto se somando àqueles que estão concluindo no tempo previsto e aumentando a TSG nesse ano. O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN prevê uma meta de 70% para a Taxa de Sucesso até 2019.

2-Índice de Qualificação do Corpo Docente: Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. Mede o nível de qualificação dos professores com vistas à mensuração da eficiência do corpo docente e da qualidade das atividades acadêmicas da UFRN.

$$\text{IQCD} = (5D + 3M + 2E + G) / D + M + E + G$$

Onde D = nº de doutores, M = Nº de mestres, E= especialista e G= número de graduados

Figura 16 - Índice de Qualificação do Corpo Docente



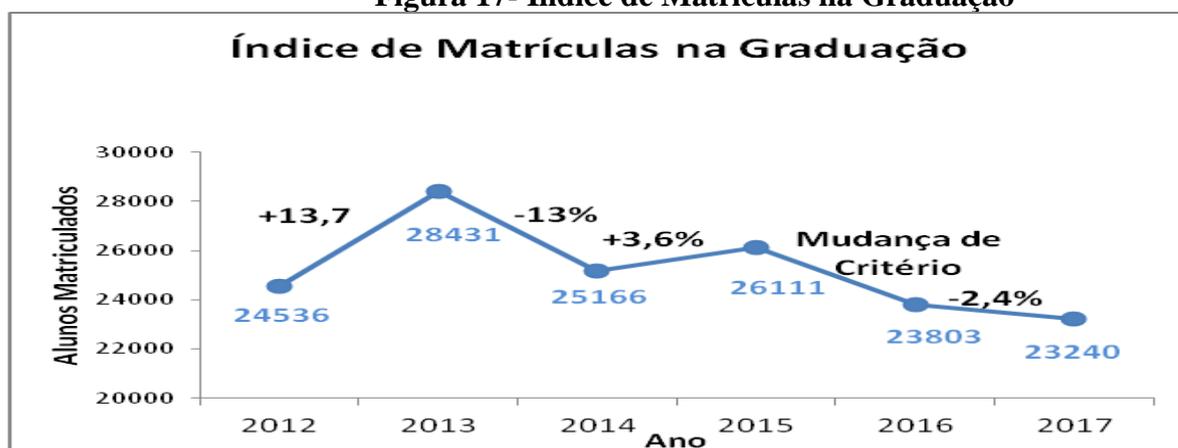
Fonte: PROPLAN/CPA

A UFRN tem investido, especialmente na última década, na qualificação do seu corpo docente. Como demonstrado na figura acima, nos anos de 2016 e 2017 o índice de qualificação do corpo docente se destaca quando comparado com a média dos anos anteriores. Em 2015 a UFRN contava com 1712 docentes com titulação em nível de doutorado, enquanto que em 2017 esse número se eleva para 1872, o que corresponde a um aumento de 9% e uma proporção de 83% de professores com título de doutor. Somando-se a este número o quantitativo de professores com título de mestre (12%) a UFRN possui 95% do seu quadro permanente de docentes com titulação *stricto sensu*.

3-Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação (IMG) – Indicador que expressa a evolução do número de matrículas nos cursos de graduação no ano corrente, em relação ao ano anterior, conforme fórmula a seguir:

$$\text{IMG} = 100 - \frac{\text{Número de matrículas no ano 2016} \times 100}{\text{Número de matrículas em 2017}}$$

Figura 17- Índice de Matrículas na Graduação



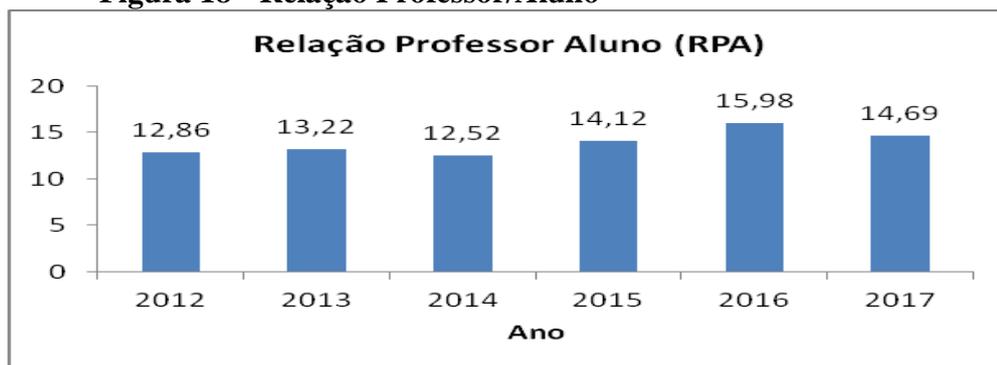
Fonte: PROPLAN/CPA

Até 2015, a UFRN utilizava o número de alunos matriculados no segundo semestre, somados ao número de alunos concluintes no primeiro semestre, para a contagem dos alunos matriculados no ano. Em 2016, esse cálculo passou a considerar as orientações do TCU, e o número de alunos matriculados foi calculado a partir da soma dos alunos matriculados no primeiro semestre com os alunos matriculados no segundo semestre, dividido por dois. Isso implicou em uma redução no índice de crescimento das matrículas na graduação de 3,6% para 1,4%. Em 2017 o índice de matrículas na graduação não sofreu nenhuma variação significativa quando comparado com 2016.

4-Relação professor aluno (RPA): Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. É um indicador que mede a proporção do número de alunos de cursos de graduação em tempo integral, em relação ao número de professores equivalentes da Instituição, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{RPA} = \frac{\text{Número de alunos em tempo integral}}{\text{Número professores equivalentes}}$$

Figura 18 - Relação Professor/Aluno



Fonte: PROPLAN/CPA

A Resolução 171/2013 do CONSEPE que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação prevê em seus artigos 319 e 320 o cancelamento do programa dos estudantes com insuficiência de desempenho acadêmico. A partir do primeiro período de 2017 a UFRN passou a desligar os estudantes com desempenho acadêmico insuficiente. Considerando que não houve alteração importante do número de professores, a RPA sofreu uma redução de 1,29. Com isso, a UFRN se afasta da meta prevista no seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e no PNE (Plano Nacional de Educação) que estabelece a relação de 1 professor para cada grupo de 18 alunos em 2019.

5-Conceito ENADE: é um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). É divulgado anualmente para os cursos que tiveram estudantes concluintes participantes do ENADE. O seu cálculo, no entanto, não é necessariamente realizado por curso, mas por Unidade de Observação que consiste no conjunto de cursos que compõe uma área de enquadramento específica do ENADE de uma Instituição de Educação Superior em um determinado município. O conceito ENADE varia de 1 a 5. O Exame é aplicado desde 2004. Cada curso é avaliado trienalmente. Os resultados estão disponíveis para download no site do INEP. Os resultados do ENADE 2016 da UFRN que corresponde a área verde (saúde e outros) foram divulgados pelo INEP/MEC em novembro de 2017, estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 31 - Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE nos anos 2004/2007/2010/2013/2016

Curso	Ano da Avaliação				
	2004	2007	2010	2013	2016
Biomedicina	SC	5	5	4	4
Educação Física - Bacharelado	5	4	4	5	4
Enfermagem (Natal)	5	4	5	5	5
Enfermagem (Santa Cruz)	SC	SC	SC	4	3
Farmácia	5	4	5	4	4
Fisioterapia (Natal)	4	SC	2	4	5
Fisioterapia (Santa Cruz)	SC	SC	SC	4	4
Nutrição (Natal)	4	4	4	4	4
Nutrição (Santa Cruz)	SC	SC	SC	4	4
Medicina	4	SC	5	5	4
Odontologia	5	5	5	5	4
Serviço Social	4	4	4	4	5
Zootecnia (Macaíba)	2	3	3	3	4
Agronomia*	*	*	-	SC	4
Fonoaudiologia*	*	*	SC	4	3
Gestão Hospitalar*	*	*	*	5	5

*: Cursos que não existiam nos anos de referência

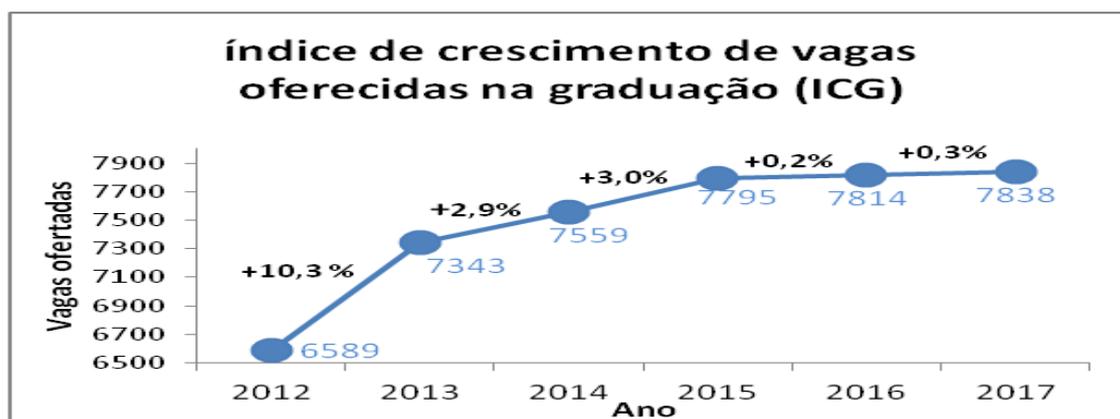
SC: Sem Conceito (Sem alunos concluintes)
Fonte: INEP/ENADE

Como se observa a área de enquadramento utilizada na aplicação do ENADE 2016 pelo INEP no ciclo avaliativo trienal foi composta pelos cursos da área de Saúde. Os resultados dos cursos participantes da UFRN para essa área são bastante satisfatórios à medida que dos 16 cursos avaliados 14 ficaram com conceito 4 (bom) ou 5 (excelente). Apenas os cursos de Enfermagem do Município de Santa Cruz, e Fonoaudiologia em Natal obtiveram com conceito 3 (satisfatório). Apesar dos resultados 4 e 5 em 2016, quando se compara com os resultados observados em 2013 nota-se a queda nos conceitos em 5 cursos, o aumento de conceito em apenas 3 e a manutenção dos demais, sendo a área verde a que tem apresentado melhor resultado dos três grupos de cursos avaliados. Essa queda de desempenho tem sido observada de forma mais intensa nas outras duas áreas avaliadas pelo INEP (ciclo amarelo e ciclo azul). Esta queda dos conceitos despertou na Instituição ampla discussão ao longo do ano de 2017, envolvendo a reitoria, pró-reitorias acadêmicas, CPA, coordenadores de cursos, assessores acadêmicos dos centros e unidades acadêmicas especializadas. Também foi realizado um fórum com a presença de especialista em avaliação e ex-integrante do INEP. A partir dessas discussões criada a política de melhoria da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação da UFRN (Resolução 181/2017 CONSEPE) que propõe um conjunto de ações e medidas visando à melhoria da qualidade acadêmica. Tais ações já estão sendo executadas em 2018.

6-Índice de Vagas Oferecidas para o Ensino de Graduação (IVG) – Indicador que expressa à evolução do número de vagas oferecidas no ano corrente em relação ao ano anterior, conforme fórmula a seguir:

$$IVG = 100 - \frac{\text{Número de vagas no ano 2016} \times 100}{\text{Número de vagas em 2017}}$$

Figura 19 - Índice de crescimento das vagas oferecidas na Graduação



Fon
te:
PROPL

AN/CPA

O índice das vagas oferecidas na graduação está diretamente relacionado à criação de novos cursos pela Instituição (que gera a oferta de novas vagas), bem como à ampliação de vagas nos cursos já existentes. No exercício de 2017 não houve criação de novos cursos, mas foram criadas 24 novas vagas distribuídas em diversos cursos.

7-Número de Grupos de Pesquisa: Indicador que mede a quantidade de grupos de pesquisa em atuação na Instituição, conforme definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. Expressa o nível de integração e trabalho em equipe no âmbito da pesquisa científica.

Figura - 20 Número de Grupos de Pesquisa



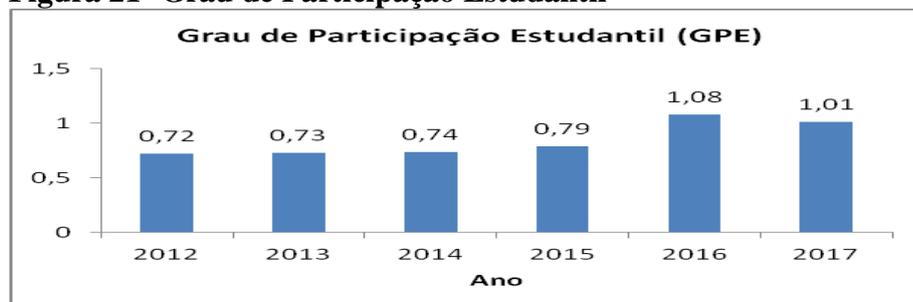
Fonte: PROPLAN/CPA

Até 2016 houve um aumento progressivo do número de grupos de pesquisa da UFRN chegando a 30% quando comparado com 2012, demonstrando o compromisso institucional com o estímulo permanente à organização e formação de novos grupos de pesquisa. Em 2017 a Pró-Reitoria de Pesquisa realizou um trabalho de depuração e identificação de possíveis fontes de erro, tal como duplo registro; além disso, adotou medidas para o aperfeiçoamento dos critérios de caracterização dos grupos de pesquisa, isso resultou na redução de 47 grupos.

8-Grau de Participação Estudantil (GPE): Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. Avalia a participação dos alunos nas atividades acadêmicas por meio da proporção do número de alunos em tempo integral em relação aos demais alunos. O GPE é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{GPE} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos da graduação em tempo integral}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados na graduação}}$$

Figura 21- Grau de Participação Estudantil



Fonte: PROPLAN/CPA

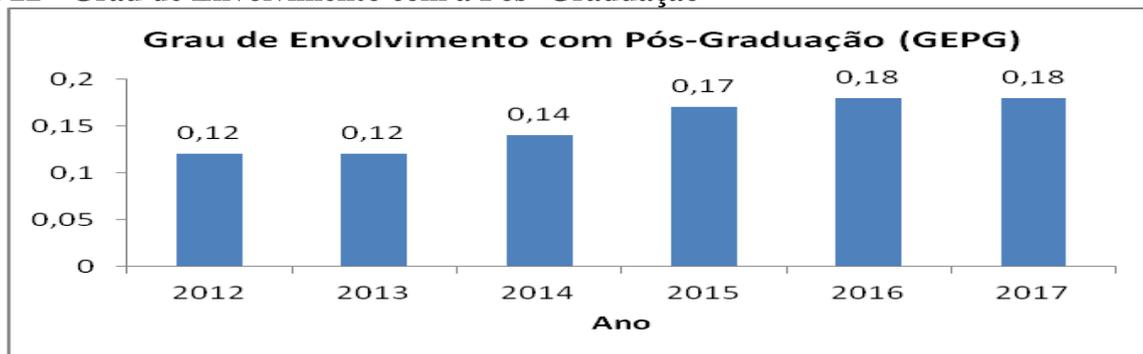
No ano de 2017 a participação dos alunos nas atividades acadêmicas da Instituição teve uma pequena queda, quando compara com 2016.

9-Grau de envolvimento com Pós-Graduação (GEPG): Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. Mede o grau de envolvimento discente com a Pós-Graduação. O GEPG é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{GEPG} = \frac{\text{APG}}{\text{AG} + \text{APG}}$$

Onde: APG= Número de alunos de Pós-Graduação; AG = Número de alunos de graduação.

Figura 22 - Grau de Envolvimento com a Pós- Graduação



FONTE: PROPLAN/CPA

O grau de envolvimento discente com a Pós-graduação não tem sofrido grandes alterações desde 2015.

10-Conceito CAPES: Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. O Conceito CAPES é definido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior para mensurar a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado das instituições. Este conceito é obtido conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Conceito CAPES} = \frac{\text{Somatório dos conceitos dos programas de pós-graduação}}{\text{Número de programas de pós-graduação}}$$

Figura 23-Conceito CAPES



Fonte: PROPLAN/CPA

Até 2015, o cálculo do Conceito CAPES da Instituição era realizado considerando a relação entre o somatório dos conceitos dos cursos de pós-graduação, e o número de cursos de pós-graduação. A partir de 2016 passou-se a utilizar o somatório dos conceitos dos programas e o número de programas (e não mais dos cursos) na referida relação. Em razão disso observou-se uma redução do Conceito CAPES da UFRN nesse ano. Em 2017 a Pós-graduação da UFRN teve significativas melhorias nos conceitos dos cursos em relação a 2016. Pela primeira vez a UFRN teve um programa com conceito 7 e 17 programas receberam conceito 5.

INDICADOR DE PESQUISA

11-Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa (PPPP): Este indicador mede a proporção de professores da Instituição que estão envolvidos em projetos de pesquisa e é calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{PPPP} = \frac{\text{Número de professores envolvidos em projetos de pesquisa} \times 100}{\text{Número total de Professores do quadro permanente}}$$

Figura 24 - Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa



Fonte: PROPLAN/CPA

A proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa no ano de 2017 aumentou 3,4% em relação ao ano anterior.

12-Número de Projetos de Pesquisa: Este indicador expressa a quantidade absoluta de projetos de pesquisa realizados na UFRN e registrados junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Portal de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Figura 25 - Número de Projetos de Pesquisa



Em 2017 o número de projetos de pesquisa na UFRN cresceu 26% em relação ao ano de 2016.

INDICADOR DE INTERIORIZAÇÃO

13-Taxa de matrícula fora de sede (TMFS): Indicador de medida de ampliação e interiorização da oferta do ensino de graduação na UFRN. Indica a proporção de alunos matriculados em cursos fora de sede, em relação ao número total de alunos matriculados na UFRN, conforme fórmula a seguir:

$$TMFS = \frac{\text{Número de matrículas fora de sede}}{\text{Número total de matrículas na UFRN}}$$

Figura 26 - Taxa de Matrícula fora de Sede



Fonte: PROPLAN/CPA

Em 2017 houve um discreto acréscimo de vagas e consequente aumento de matrículas em cursos da sede (Natal) de modo que a proporção de alunos matriculados fora da sede sofreu discreta redução comparada ao ano de 2016. Conforme demonstrado na figura acima, essa taxa se mantém em torno de 11%; não variou significativamente nos últimos 6 anos.

INDICADORES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

14-Número de Acordos de Cooperação Acadêmica internacionais: Este indicador revela o esforço da Instituição em se internacionalizar a partir da quantidade de acordos de cooperação internacional. A internacionalização tem sido entendida no Brasil como uma forma de melhorar a imagem da IES por meio de intercâmbio de professores e estudantes com outras Instituições de fora do país e o desenvolvimento de ações acadêmicas, de pesquisa e de extensão em parceria com instituições de outros países. A internacionalização também visa a incorporação dos princípios da globalização, isto é, inserir a IES no mundo global, quebrando as barreiras do regionalismo e participando de alianças e cooperações em que ambas as partes se beneficiam.

Figura 27- Número de Acordos de Cooperação Acadêmica internacionais:

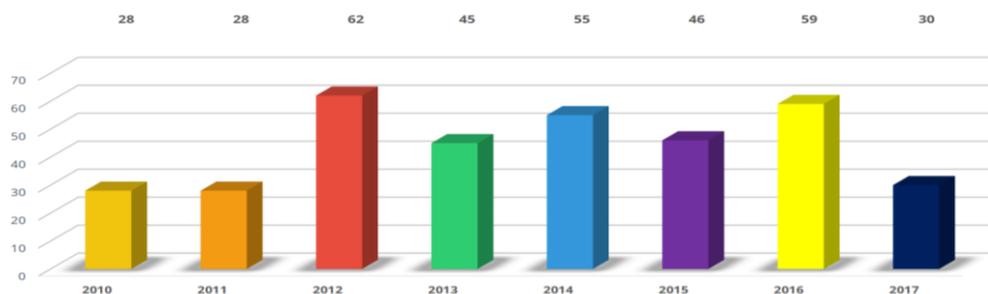


Fonte: SRI/UFRN

O número de programas e acordos de cooperação em nível internacional firmados pela UFRN em 2017 se manteve estável quando comparado ao ano anterior havendo um incremento de apenas 5 novos acordos em relação a 2016.

15-Mobilidade de Acadêmica dos estudantes estrangeiros na UFRN: Indicador que expressa o número de estudantes estrangeiros que desenvolveram atividades acadêmicas na UFRN.

Figura 28 - Mobilidade Acadêmica Internacional
Mobilidade Acadêmica Internacional Estudantes Estrangeiros



Fonte: SRI/UFRN

A UFRN recebeu somente 30 alunos estrangeiros no ano de 2017. Isso representa 29 alunos a menos quando comparado ao ano de 2016. Acredita-se que a diminuição do interesse dos estudantes estrangeiros em 2017 se deu em função da crise econômica pela qual passa o país.

INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL

16-Taxa de matrícula noturna (TMN) - Indicador representativo do compromisso social da UFRN para com o estudante trabalhador e compõe um dos itens da matriz orçamentária do MEC para a educação superior. Indica a proporção de alunos matriculados nos cursos noturnos em relação ao total de alunos matriculados na UFRN, conforme fórmula a seguir.

$$TMN = \frac{\text{Número total de matrículas em cursos noturnos} \times 100}{\text{Número total de matrículas na UFRN}}$$

Figura 29- Taxa de Matrícula Noturna

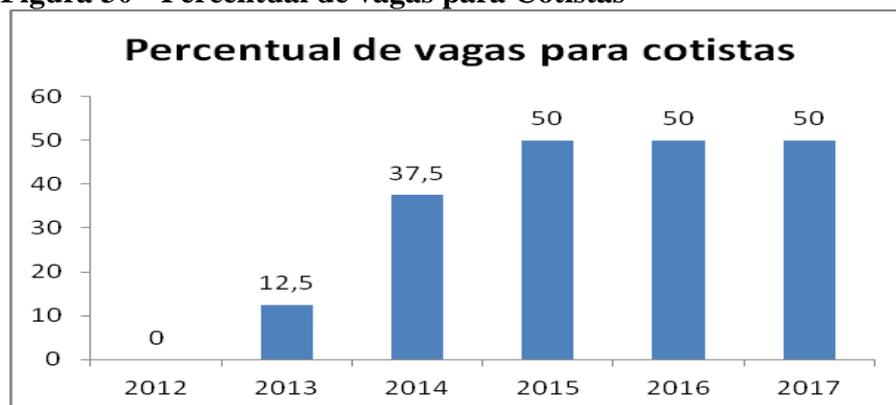


Fonte: PROPLAN/CPA

A Resolução 171/2013 do CONSEPE que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação prevê em seus artigos 319 e 320 o cancelamento do programa dos estudantes com insuficiência de desempenho acadêmico. A partir do primeiro período de 2017 a UFRN passou a desligar os estudantes com desempenho acadêmico insuficiente. Aproximadamente 1.000 alunos foram desligados somente no período noturno. Um quantitativo proporcionalmente elevado quando comparado aos dos demais períodos. Por essa razão a Taxa de Matrícula Noturna reduziu 5% quando comparada ao anos anteriores.

17-Percentual de vagas para cotistas: Indicador que expressa o esforço da Instituição no sentido de ofertar parte das vagas para cotistas com o intuito de ampliar o ingresso de alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e índios.

Figura 30 - Percentual de vagas para Cotistas

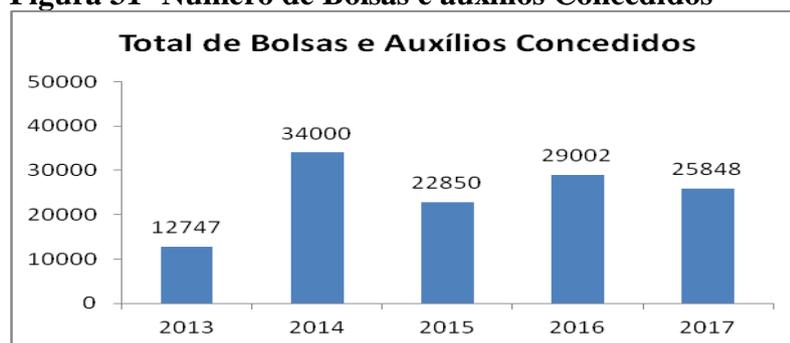


Fonte: PROPLAN/CPA

A meta da Instituição de oferecer 50% das vagas para cotistas nos cursos de graduação foi atingida desde o exercício de 2015 e deve permanecer nos anos seguintes.

18-Número de Bolsas e auxílios de apoio à permanência: Indicador que expressa o esforço institucional em apoiar a permanência do estudante no ensino de graduação por meio da concessão de auxílios e bolsas.

Figura 31- Número de Bolsas e auxílios Concedidos



Fonte: PROPLAN/CPA

Em 2017 o número de benefícios concedidos pela UFRN sofreu uma redução de 10% em relação ao ano anterior. Apesar dessa redução o quantitativo concedido em 2017 (25.848) superou a meta prevista para o ano que era de 16.980 benefícios. Essa diferença entre o previsto e o executado foi possível devido à reorientação de objetivos e metas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para beneficiar o maior número de estudantes possível; ao aperfeiçoamento na auditoria socioeconômica dos beneficiários; e à racionalização das despesas com Restaurante Universitário.

4.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de contas da União.

Quadro 32– Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU nº 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU nº 408/2002				
	2013	2014	2015	2016	2017
Custo Corrente incluindo 35% das despesas dos Hospitais Universitários - HU(s)	830.238.515,65	890.143.557,32	937.228.450,63	1.093.833.221,90	1.217.040.932,20

Custo corrente excluindo as despesas dos Hospitais Universitários - HU(s)	752.927.369,63	820.086.928,41	767.823.260,56	1.093.833.221,90	1.170.183.116,43
Número de professores equivalentes	2.212,00	2.331,00	2.407,50	2.401,50	2.570,50
Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos Hospitais Universitários	3,090,25	4.901,50	4.501,00³	4.355,25	4.205,50
Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos Hospitais Universitários	2.184,00	3.480,50	3.719,50	3.545,75	3.561,75
Total de alunos efetivamente matriculados na graduação (AG)	28.460	26.784	27.865	23.803,00	23.240,50
Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , (mestrado e de doutorado) (APG)	4.062,00	4.384,00	5.604,00	5.233,00	5.936
Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica (AR)	232	257	321	390	506
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	20.655,15	19.909,60	22.143,32	25.786,60	23.499,90
Alunos equivalentes da Graduação (AGE)	33.926,64	33.266,09	36.922,97	44.917,00	40.866,00
Número de alunos Tempo Integral da pós-graduação (APGTI)	8.124,00	8.768,00	25.786,6	11.784,00	11.872,00
Número de alunos de residência médica (ARTI)	464,00	514,00	642,00	794,00	1012,00

Fonte:SIGAA, PROGESP E SIAFI

Quadro 33 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002					
	2013	2014	2015	2016	2017
Custo Corrente / Aluno equivalente tempo integral (incluindo os 35% das despesas dos HU(s))	19.511,77	20.920,88	19.216,14	19.024,78	22.642,82
Custo Corrente / Aluno Equivalente em tempo Integral (excluindo as despesas dos HU(s))	17.694,85	19.274,36	15.742,80	19.024,78	21.771,04
Aluno Tempo Integral / Número de Professores Equivalente	13,22	12,52	14,12	15,98	14,15
Aluno Tempo Integral / Número de Funcionário Equivalente (incluindo funcionários a serviço nos HU(s))	9,46	5,96	11,49	8,81	8,65
Aluno Tempo Integral / número de funcionário equivalente (excluindo funcionários a serviço nos HU(s))	13,39	8,39	9,14	10,82	10,22

³ Por equívoco, o número apresentado no Relatório de Gestão referente ao ano de 2015 era 2.959,00. Sendo o mesmo corrigido para o número 4.501,00, conforme apresentado.

Funcionário equivalente / número de professores Equivalentes (incluindo funcionários a serviço nos HU(s))	1,40	2,1	1,23	1,81	1,64
Funcionário equivalente / número de professores equivalente (excluindo funcionários a serviço nos HU(s))	0,99	1,49	1,54	1,48	1,39
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,73	0,74	0,79	1,08	1,01
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,12	0,14	0,17	0,18	0,20
Conceito CAPES	4,05	4,06	4,08	3,76	3,95
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,04	4,04	4,09	4,27	4,42
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	46,0	60,0	53,15	65,56	58,29

Fonte: SIGAA, PROGESP E SIAFI

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das Estruturas de Governança

A organização e a gestão da UFRN, especialmente no que diz respeito ao funcionamento e representatividade dos colegiados e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios, tem por base os seguintes instrumentos normativos:

I. Estatuto;

II. Regimento Geral;

III. Regimento Interno da Reitoria;

IV. Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos, das Unidades Acadêmicas Especializadas e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional;

A administração universitária é feita por órgãos colegiados deliberativos e por órgãos executivos, em níveis da administração central, acadêmica e suplementar, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

Em nível deliberativo da administração superior, são quatro os Conselhos Superiores da UFRN:

- Conselho Universitário – CONSUNI: órgão máximo da Universidade, com funções normativas, deliberativas e de planejamento.
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão superior com funções, normativas, deliberativas e consultivas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, cultural e artística.
- Conselho de Administração – CONSAD: órgão superior com funções normativas, deliberativas e consultivas sobre matéria administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de política de recursos humanos, ressalvada a competência do Conselho de Curadores.
- Conselho de Curadores – CONCURA: órgão superior de acompanhamento e fiscalização das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da Universidade.

Já em nível de colegiados deliberativos na administração acadêmica, tem-se:

- Conselho de Centro e de Unidade Acadêmica Especializada: cada Centro Acadêmico tem seu Conselho de Centro - CONSECC, órgão com funções deliberativas, normativas e consultivas sobre matéria acadêmica, científica, cultural e artística, e sobre matéria administrativa, orçamentária, financeira, e de recursos humanos;
- Plenário de cada Departamento: é o colegiado deliberativo e consultivo, constituído por todos os docentes lotados no Departamento, em efetivo exercício na UFRN, e por representações dos corpos discente e técnico-administrativo, na forma definida no Regimento Interno do Centro ao qual está vinculado o Departamento.
- Colegiado de cada curso: o Colegiado de Curso de Graduação é o órgão deliberativo que acompanha as atividades pedagógicas do respectivo Curso e se constitui na forma estabelecida por este Regimento Geral. Tem a seguinte constituição: Coordenador de curso, vice-coordenador de curso, representantes docentes de Departamentos ou de Unidades Acadêmicas Especializadas, representantes do corpo discente, até o máximo de 20% (vinte por cento) do número de professores. Art.58 e 59 do Regimento Geral – UFRN.

Em nível executivo, a administração da UFRN é composta pela Reitoria, Centros Acadêmicos, Unidades Acadêmicas Especializadas e Unidades Suplementares, estruturada em 5 *campi*, distribuídos no Campus Central em Natal, Campus de Macaíba, Campus de Santa Cruz, Campus de Caicó e o Campus de Currais.

A Reitoria é o órgão executivo superior, ao qual compete dirigir, administrar, planejar, coordenar, estabelecer parcerias e fiscalizar as atividades da universidade. É composta por 08 (oito) pró-reitorias (Graduação; Pós-Graduação; Pesquisa; Extensão; Assuntos Estudantis; Planejamento e Coordenação Geral; Administração e Gestão de Pessoas); 04 (quatro) Secretarias (Educação a Distância; Relações Internacionais e Interinstitucionais; Educação Básica, Técnica e Tecnológica; e Gestão de Projetos), 03 (três) Superintendências (Infraestrutura; Informática; e Comunicação), 02 (duas) Assessorias (Acompanhamento das Ações dos Hospitais e de Comunicação) e 01 (uma) Ouvidoria.

Ainda no nível executivo, têm-se os Centros Acadêmicos, órgãos coordenadores, supervisores e articuladores das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A UFRN é composta por 08 (oito) centros acadêmicos: Biociências (CB); Ciências Exatas e da Terra (CCET); Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Ciências da Saúde (CCS); Educação (CE); Tecnologia (CT) e Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Há o total de 77 departamentos acadêmicos.

Quanto às Unidades Acadêmicas Especializadas, a UFRN contava em 2017, com 09 (nove) Unidades, que na estrutura hierárquica se assemelham aos centros acadêmicos. Segundo o Regimento Geral da UFRN, em seu Art. 81: “Às unidades acadêmicas especializadas cabem as funções previstas no Estatuto e as regulamentadas no Regimento Interno de cada unidade”, as Unidades são: Escola de Música (EMUFRN) Escola Agrícola de Jundiá – Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias (EAJ), Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), Escola de Ciências e Tecnologia (ECT), Instituto do Cérebro (Ice), Instituto Metrôpole Digital (IMD), Instituto de Química (IQ2), Escola Multicampi de Ciências Médicas (EMCM), Escola de Saúde (ESUFRN).

A UFRN possui quatro Unidades Acadêmicas que ofertam a Educação Profissional, em seus diversos níveis e modalidades: Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Escola de Saúde (ESUFRN), Escola de Música (EMUFRN) e Instituto Metrôpole Digital (IMD). Conta, ainda, com um Colégio de Aplicação – Núcleo de Educação da Infância (NEI) – o qual oferta educação infantil e ensino fundamental conforme disposto na Lei nº 9.394/96.

Quanto à biblioteca, a UFRN possui um Sistema de Bibliotecas (SISBI), diretamente subordinada à Reitoria, regulamentada pelas normas constantes no seu Regimento Interno. Atualmente, o SISBI é constituído pela Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) e por 20 bibliotecas setoriais. Tais unidades funcionam nos Centros Acadêmicos, Institutos, Unidades Suplementares e Unidades Acadêmicas Especializadas, localizadas no Campus Central em Natal e nos campi no interior do Estado. A BCZM é a responsável por coordenar esse sistema de bibliotecas da Instituição.

Para apoio e divulgação das suas atividades, a UFRN conta, também, com uma Editora Universitária (EDUFRN), a qual tem a incumbência de coordenar a edição e publicação de livros e periódicos de natureza técnico-científica, artística e cultural.

A UFRN possui, ainda, uma Superintendência de Comunicação (COMUNICA), a qual se propõe a integrar, através dos seus veículos, as ações na área de comunicação, visando otimizar e implementar a política de comunicação interna e externa da Universidade. A COMUNICA é compreendida pela Rádio FM Universitária, pela TV Universitária (TVU) e pela Agência de Comunicação (AGECOM), sendo esta última o órgão responsável pela publicação e divulgação de notícias, eventos, projetos e pesquisas da UFRN. Os dois primeiros veículos evidenciam o compromisso da Instituição com a informação e a cultura, e desempenham um papel importante na formação complementar e crítica de ouvintes e telespectadores. A Unidade fornece, também, apoio

à formação complementar curricular e extracurricular de graduandos e pós-graduandos de cursos da UFRN, com o acolhimento anual de centenas de alunos em diversas atividades.

No que diz respeito aos hospitais, desde 2013 a UFRN firmou contratos com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, a qual passou a administrar os 03 (três) hospitais da Universidade: Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), Maternidade Escola Januário Cicco (MEJEC) e Hospital Maternidade Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz. Para acompanhar as ações junto aos hospitais, há a Assessoria de Acompanhamento das Ações dos Hospitais Universitários, esta, administrativamente vinculada à Reitoria.

No campo da extensão universitária, artes e cultura, a UFRN possui o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), o Museu Câmara Cascudo – MCC e o Núcleo de Arte e Cultura – NAC.

Dispõe, também, da Ouvidoria, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento institucional em defesa dos direitos dos usuários e no cumprimento da responsabilidade social da Instituição.

Em relação ao monitoramento interno, a UFRN conta com a Auditoria Interna, a qual possui responsabilidades de assessoria, orientação e análise da regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, cuja estrutura e funcionamento estão descritos no item seguinte (5.2 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna), deste Capítulo.

Em cumprimento à Lei Nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a UFRN dispõe de Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua como instância autônoma na avaliação institucional interna e externa. Formada por professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade, a CPA coordena os processos de avaliação da Universidade, contribuindo para a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios de uma gestão democrática e autônoma, consolidando a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da Instituição.

A UFRN, como forma de garantir maior transparência e impessoalidade nos processos da política de pessoal, constituiu duas comissões: Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI) que estabelece os procedimentos e critérios para a distribuição de vagas de docentes do Magistério Superior na UFRN; bem como a Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação – CPPTAE, a qual cabe aprovar normas de gerenciamento do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFRN e estabelecer critérios para distribuição de vagas.

Sendo a Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI), que analisa em demanda resultante de editais públicos, as atividades desenvolvidas por todas as unidades acadêmicas. A CPDI busca dimensionar as necessidades de reposição e ampliação de pessoal docente, para executar as políticas institucionais de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão universitária. Essa Comissão é responsável, também, pela análise das solicitações de progressão dos docentes na carreira do magistério superior.

Quanto a Política de Gestão de Pessoas, é sabido que a força de trabalho relativa aos cargos efetivos das IFES é composta por duas carreiras distintas, a saber: Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (Lei nº. 12.772/2012) e Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE (Lei nº. 11.091/2005). Tais carreiras têm seus cargos específicos e possuem características que lhes são próprias, devido à natureza das respectivas funções desempenhadas na Instituição.

Como forma de garantir o bem gerir e organizar os recursos públicos com lisura e transparência, a UFRN instituiu através da Resolução nº 060/2014 - CONSAD, um modelo para distribuição dos recursos orçamentários de custeio entre os Centros Acadêmicos e as Unidades Acadêmicas Especializadas. O modelo utiliza-se, além dos parâmetros norteadores de distribuição dos recursos de custeio do MEC para as IFES de todo o país, um conjunto de 07 (sete) indicadores que procuram contemplar outros componentes de grande impacto nas despesas de custeio das unidades acadêmicas. No estabelecimento dos indicadores buscou-se aliar à sua representatividade,

uma fácil compreensão e amplas condições para permitir sua auditoria. Os indicadores utilizados são apresentados a seguir:

Quadro 01 - Indicadores para distribuição dos recursos orçamentários

Indicador	Descrição	Peso
1	Número de alunos atendidos	0,45
2	Área construída	0,20
3	Carga horária de departamentos ou unidades acadêmicas especializadas	0,05
4	Atividades de extensão	0,05
5	Atividades de pós-graduação	0,10
6	Atividades de graduação	0,10
7	Atividades de pesquisa	0,05

Fonte: PROPLAN

A Resolução nº 060/2014 - CONSAD estabeleceu, também, a Comissão Permanente de Auditoria e a Comissão de Avaliação do Modelo de distribuição dos recursos orçamentários de custeio. À primeira compete emitir parecer sobre a validade dos dados a serem utilizados antes de cada aplicação do modelo; à outra cabe discutir e submeter à aprovação do CONSAD propostas de alterações ao modelo, visando aprimorá-lo e/ou atualizá-lo.

5.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna da UFRN é uma unidade de assessoramento responsável pela auditoria interna da instituição, com a finalidade de exercer orientação, acompanhamento, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos da UFRN.

O objetivo geral da unidade de Auditoria Interna é avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

A atuação da Auditoria Interna da UFRN está prevista do Capítulo XVII do Regimento Interno da Reitoria, disponível em <http://www.ufrn.br/resources/documentos/regimentos/RegimentoInternoDaReitoria.pdf>.

De acordo com o art. 330 desse normativo, a Auditoria Interna está diretamente subordinada à Reitoria e sua estrutura administrativa está disposta no art. 331, a seguir transcrito:

Art. 331 [...]

I – Gabinete do Auditor Geral;

II – Assessoria Técnica;

III – Coordenadoria de Planejamento e Monitoramento;

IV – Coordenadoria de Auditoria e Controle;

V – Secretaria Administrativa.

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna é devidamente submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União, conforme estabelece o §5º do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000.

Apesar de integrar a estrutura administrativa da UFRN, a Auditoria Interna vincula-se tecnicamente à Controladoria-Geral da União, conforme dispõe o art. 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. Essa vinculação se caracteriza pela supervisão técnica e orientação normativa. Nesse sentido, o art. 5º da Instrução Normativa nº 24, de 17 de dezembro de 2015, estabelece que a proposta do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) seja submetida à análise prévia do respectivo órgão de controle interno.

A unidade de Auditoria Interna está estruturada de modo que todo o seu corpo técnico (05 servidores) está lotado no Campus Central. A composição organizacional da unidade teve uma pequena adequação em virtude da remoção de uma servidora ocupante do cargo de assistente em administração para outro setor da UFRN e a chegada de uma nova servidora ocupante do cargo de técnico em secretariado. Além dessa servidora, a unidade de Auditoria Interna possui três auditores e uma contadora em seu corpo técnico, todos coordenados pela auditora-geral.

As ações de auditoria são selecionadas tendo como base uma matriz de risco, levando-se em consideração aspectos como materialidade, criticidade e relevância. A definição do escopo, com o local de realização dos trabalhos, ocorre no momento do planejamento de cada ação, de acordo com a temática a ser trabalhada, bem como o histórico (seja de ações ou de problemas pretéritos) daquela unidade, além da disponibilidade de tempo e de diárias, quando se trata das unidades localizadas em outros municípios, ou ainda, por solicitação da reitoria.

Ao final de cada trabalho de auditoria, é realizada uma reunião de busca conjunta de soluções com o responsável pela unidade, reunião essa que a Reitora, ou seu representante, é convidado a participar. Nessa reunião são discutidas as constatações identificadas no decorrer dos trabalhos e as recomendações propostas com vistas ao aperfeiçoamento dos controles e a eliminação/mitigação dos riscos envolvidos nos fatos constatados.

Além disso, mensalmente realiza-se o “monitoramento” das recomendações de Auditoria, em atendimento ao art. 17, §1º da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.

Durante o período de “monitoramento”, são solicitadas às unidades as providências adotadas para o atendimento das recomendações ainda pendentes de atendimento. A Auditoria Interna, por sua vez, analisa a resposta enviada pela unidade e emite uma Nota Técnica contendo a análise da providência informada, bem como, a posição atual de cada uma das recomendações pendentes de atendimento.

Além da Nota Técnica, durante o monitoramento também é emitido um Relatório Gerencial, encaminhado à Reitora com sugestão de encaminhamento ao Conselho de Administração (CONSAD), demonstrando a atual situação das recomendações da Auditoria Interna.

5.3 Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos

O Sistema de Correição desta Universidade abrange a apuração de indícios, denúncias e representações sobre fatos e condutas em desacordo com o regime disciplinar do servidor e do discente, e pelo controle de dados e atos atinentes aos processos disciplinares.

Para apuração, a Instituição possui uma equipe de servidores aptos a integrar comissões processantes de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar. No ano de 2017, entre esses servidores, 07 (sete) técnicos administrativos se dedicaram exclusivamente à função processante, atuando em 43 (quarenta e três) processos instaurados, seja como membro e Presidente, membro e secretário, apenas membro ou apenas como secretário. Esses 07 (sete) técnicos administrativos constituem duas Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares, e são lotados no Gabinete da Reitora, enquanto que outros exercem essa atividade e outras atribuições acadêmicas e administrativas e são lotados em outras unidades da Instituição.

No total, tendo como referência o ano de 2017, 193 (cento e noventa e três) servidores distribuídos em toda a instituição atuaram em comissões, sendo 60 (sessenta) técnicos administrativos e 133 (cento e trinta e três) docentes. Desse quantitativo de 193 (cento e noventa e três) servidores pode-se discorrer, também, que, 68 (sessenta e oito) exerceram, nas comissões, a função de presidente de comissão, dentre os quais 59 (cinquenta e nove) ocupam, nesta Instituição, o cargo de docente e 09 (nove), o de técnico-administrativo.

Tabela 01 - Servidores que foram membros de Processos Disciplinares que tramitaram no ano de 2017 (separados por categoria)

Categoria	Qtde. total	Atuaram como Presidentes
Docentes	133	59
Técnicos Administrativos	60	09
Total	193	68

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

A regência normativa dos processos disciplinares varia de acordo com o sujeito investigado. Caso este seja docente, o procedimento pauta-se pelo Regimento Geral da UFRN; sendo servidor, por esse Regimento e pela Lei n.º 8.112/90. No entanto, apesar dessa variação, a Lei n.º 9.784/99 também incide em todos os procedimentos.

Quanto ao controle de dados e atos relativos à atividade correccional, esse é realizado no âmbito da Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitora e abrange abertura de processos, emissão de portarias de designação, prorrogação, (re) designação, sobrestamento e suspensão de sobrestamento relativo às Comissões Processantes, análise dos processos quanto a necessidade de inserção e atualização de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), vez que apenas procedimentos disciplinares envolvendo servidores são cadastrados no referido sistema, e a compilação de dados e informações para a gestão da informação demandada por outras unidades da Instituição no decorrer do ano. A partir dessa gestão de dados, foi possível elaborar as seguintes tabelas:

Tabela 02-Número de processos julgados em 2017

Mês	Qtde	Gabinete da Reitora	Centros/Unidades Acadêmicas
Janeiro	7	4	3
Fevereiro	4	3	1
Março	5	3	2
Abril	5	4	1
Mai	4	4	0
Junho	5	3	2
Julho	7	2	5
Agosto	3	0	3
Setembro	1	1	0
Outubro	5	2	3
Novembro	19	13	6
Dezembro	3	0	3
Total	68	39	29

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

Tabela 03 - Processos Disciplinares que tramitaram no ano de 2017 (separados por ano de instauração)

Ano	Qtde	Gabinete da Reitora	Centros/Unidades Acadêmicas
2014	1	1	0
2015	2	2	0
2016	31	21	10
2017	85	49	36
Total	119	73	46

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

Tabela 04-Processos Disciplinares tramitados em 2017 (separados por espécie)

TIPOS DE PROCESSOS	
Sindicâncias	47
Processos Administrativos Disciplinares	72
Total	119

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

Tabela 05- Processos Disciplinares tramitados em 2017 (separados por unidade instauradora e por espécie)

Unidade	Processos Administrativos Disciplinares	Sindicâncias	Total por Unidade
Centro de Biociências (CB)	1	1	2
Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET)	0	1	1
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)	5	3	8
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	3	5	8
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)	1	6	7
Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES)	3	2	5
Centro de Tecnologia (CT)	3	5	8
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA)	0	2	2
Escola de Ciência de Tecnologia (ECT)	0	1	1
Instituto do Cérebro (ICe)	1	0	1
Instituto Metrópole Digital (IMD)	0	3	3
Gabinete da Reitora	55	18	73
Total	72	47	119

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

Tabela 06- Resultado das apurações dos Processos Disciplinares concluídos em 2017 (separados por unidade instauradora)

Punições/ Penalidades	Qtde	Autoridade Instauradora Gabinete da Reitora	Autoridade Instauradora Centros/Unidades Acadêmicas
Advertência	10	3	7
Suspensão	7	3	4
Suspensão convertida em Multa	1	1	0
Demissão	1	1	0
Ressarcimento ao Erário	1	0	1
Repreensão	3	0	3
Exclusão	3	2	1

Outros Desmembramentos	66	47	19
------------------------	----	----	----

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

Quanto ao total apontado como outros desmembramentos dos resultados dos Processos Disciplinares, segue o detalhamento abaixo:

Tabela 07-Outros Desmembramentos decorrentes dos Processos Disciplinares concluídos em 2017 (separados por unidade instauradora)

Outros desmembramentos	Qtde	Gabinete da Reitora	Centros/Unidades Acadêmicas
Arquivamento	44	29	15
Instauração de outro Processo	4	3	1
Envio de cópia ao Ministério Público	16	15	1
Envio de cópia à Polícia Federal	17	16	1
Perda da progressão vertical	1	0	1

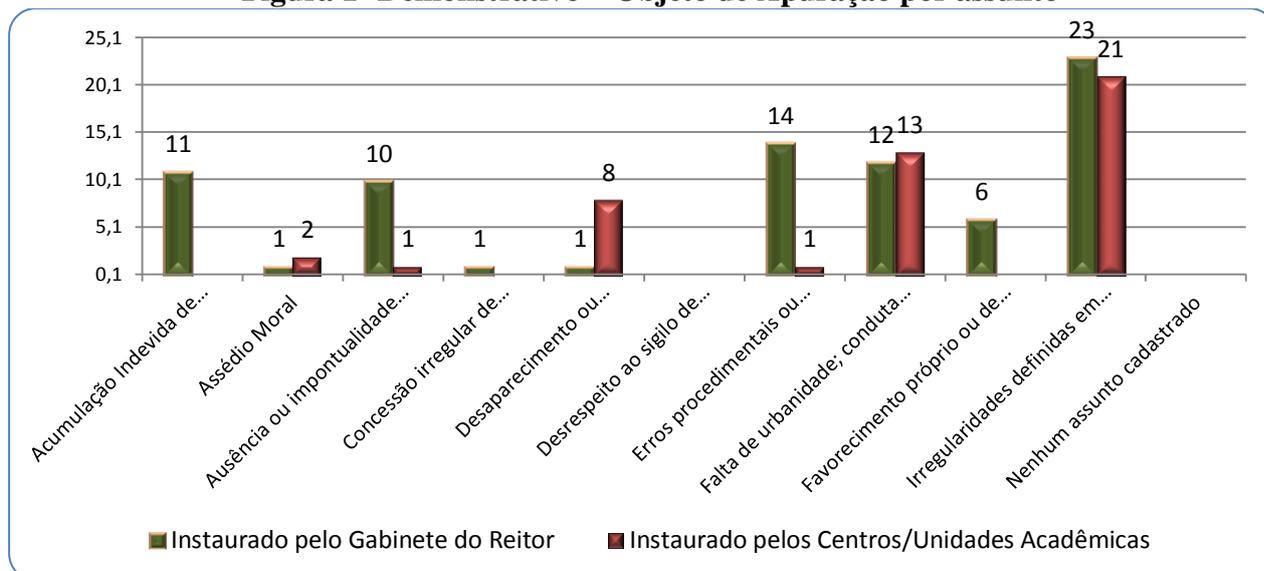
Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

Tabela 08- Objeto de Apuração de Processos Disciplinares no ano de 2017 (separados por unidade instauradora)

	Qtde	Instaurado pelo Gabinete do Reitor	Instaurado pelos Centros/Unidades Acadêmicas
Acumulação Indevida de Cargos	11	11	0
Assédio Moral	3	1	2
Ausência ou impontualidade ao serviço	11	10	1
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	1	1	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	9	1	8
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	15	14	1
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	25	12	13
Favorecimento próprio ou de terceiros	6	6	0
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	44	23	21
Total	125	79	46

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

Figura 1- Demonstrativo – Objeto de Apuração por assunto



Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017

Em relação ao cumprimento da Portaria n.º 1.043/07-CGU, esclarece-se que o cadastramento dos processos no Sistema CGU-PAD é uma atividade permanente, a qual, como dito acima, ocorre no âmbito da Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitora. No entanto, quanto ao prazo previsto na citada portaria (30 (trinta) dias para esse cadastramento), foi realizado um levantamento, o qual apontou que, no ano de 2017, foram instaurados 85 (oitenta e cinco) processos disciplinares.

Dos 85 (oitenta e cinco) processos, 30 (trinta) não foram cadastrados no Sistema CGU-PAD, em função dos envolvidos não serem servidores. Dos 55 (cinquenta e cinco) processos restantes: i) 43 (quarenta e três) foram inseridos dentro do prazo previsto na Portaria-CGU n.º 1.043/07; ii) 12 (doze) foram inseridos fora desse prazo - todos instaurados nos centros ou unidades acadêmicas, enquanto nenhum dos processos instaurados pelo Gabinete do Reitor teve cadastro fora do prazo.

A partir desse dado, é possível inferir que a própria estrutura descentralizada da Universidade, inclusive no que tange à competência para instauração dos procedimentos disciplinares, demanda um tempo maior até o cadastramento do processo no Sistema CGU-PAD, vez que são necessárias diligências físicas para a remessa do processo ou de cópia dos autos à Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitora, local em que é realizado referido cadastramento.

Quanto a essa questão, convém mencionar que, com o escopo de dar publicidade da necessidade de celeridade no encaminhamento dos autos, foi editada a Resolução n.º 036/2016-CONSAD, a qual, especificamente, estipula em seu art. 23 que:

“Os procedimentos disciplinares, quando instaurados, devem ser imediatamente noticiados ao Gabinete do Reitor, bem como as respectivas movimentações no que diz respeito às Portarias que sucederem ao ato de designação, e, quando encerrado o feito, deverá o processo ser encaminhado ao Gabinete do Reitor após julgamento pela autoridade que o instaurou.”

Além disso, ressaltamos que a Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitora, dentro de sua rotina permanente, solicita o encaminhamento dos autos ou de cópia deles para análise e, se for o caso, inclusão no Sistema. Ainda quanto à inserção de dados no Sistema CGU-PAD, essa Secretaria elaborou os seguintes detalhamentos:

Tabela 09- Inserção de dados no Sistema CGU-PAD em 2017 (separados por ano de instauração, espécie e rito)

Ano de Instauração	Qtde	Sindicância	PAD - Rito Ordinário	PAD - Rito Sumário
2006	2	2	0	0
2007	2	2	0	0
2016	8	5	3	0
2017	49	16	33	0
Total	61	25	36	0

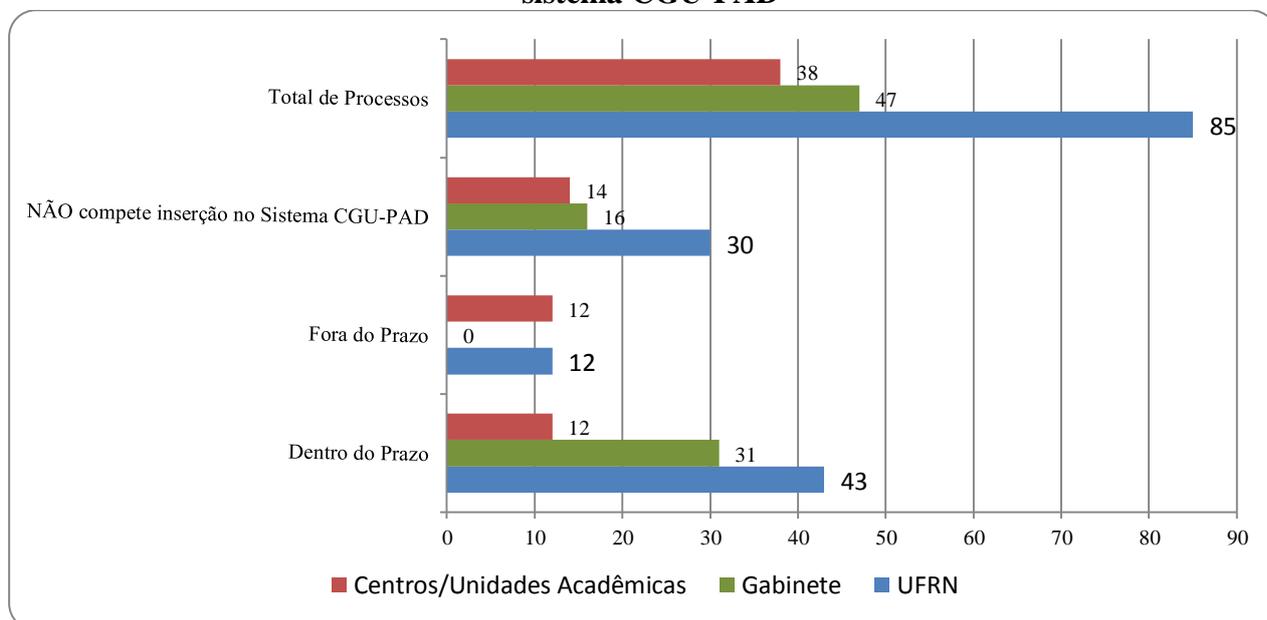
Fonte: CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (Consulta PAD-Emissão de Relatório - filtro por Data de Cadastramento - período 01/01/2017 a 31/12/2017)

Tabela 10 - Processos instaurados em 2017, conforme Portaria n.º 1.043/07 (separados por unidade instauradora)

Situação em relação ao Sistema CGU-PAD	Qtde	Gabinete	Centros/Unidades Acadêmicas
Dentro do Prazo	43	31	12
Fora do Prazo	12	0	12
Não compete inserção no Sistema CGU-PAD	30	16	14
Total de Processos	85	47	38

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Figura 2 - Demonstrativo dos Processos Disciplinares instaurados em 2017- Em relação ao sistema CGU-PAD



Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.

5.4 Gestão de riscos e controles internos

Como forma de adotar mecanismos contínuos de prevenção e mitigação de eventos que possam afetar o alcance dos objetivos institucionais, o Conselho de Administração (CONSAD) da

Universidade aprovou por meio da Resolução nº 016/2017 – CONSAD, de 04 de maio de 2017, a Política de Gestão de Riscos, normativo que fundamenta diretrizes norteadoras para implantação de técnicas e ferramentas de gestão de riscos nos principais processos da instituição. Além disso, o documento define responsabilidades de agentes públicos e cria instância deliberativa, no âmbito da organização, para gestão integrada dos riscos identificados.

Ainda em 2017, o CONSAD aprovou o desdobramento da Política de Gestão de Riscos em um plano de execução denominado Plano de Gestão de Riscos, aprovado pela Resolução nº 076/2017-CONSAD, de 21 de dezembro de 2017. Tal plano tem caráter quinquenal, vigente para o período 2018-2022 e especifica, dentre outros temas, o cronograma de adoção da gestão de riscos, método de identificação dos riscos, constructo normativo e teórico, além da metodologia de gestão de riscos, cujo mapeamento simplificado é detalhado a seguir.

Baseada na ABNT/ISO 31000 e com adaptações no processo de avaliação do risco residual, em que se emprega uma técnica trazida pela Portaria Segecex-TCU nº 9, de 2017, o processo de gerenciamento de riscos da Universidade é iniciado pela identificação e detalhamento dos riscos, com realização de oficinas apoiadas por facilitadores, além da análise dos fluxos de processos nas unidades a serem mapeadas. Com o aumento do nível de maturidade da organização, pretende-se, em um segundo momento, que as equipes sejam capacitadas no tema e possuam autonomia para identificação de potenciais riscos nas atividades da UFRN. Nesta etapa, também são realizadas uma análise do fluxo do processo com a perspectiva de levantar os principais eventos de risco em cada processo. O produto deste estágio é a elaboração de um mapa de riscos, que subsidiará a etapa de análise.

Após essa fase inicial, parte-se para a análise e a avaliação dos riscos, que envolve a identificação de causas, consequências, probabilidade, potenciais impactos, além do risco inerente. Desta forma, os riscos podem ser priorizados conforme o seu grau de impacto e probabilidade (nível de risco). Com o risco mapeado e identificado, parte-se para as estratégias de enfrentamento e tratamento dos riscos com base em seu nível de aceitabilidade, que serão definidas pela instância deliberativa constituída pela Resolução nº 016/2017 - CONSAD. Aqui, são definidos, também, os níveis de confiança atribuídos às atividades de controle – em gradação que varia de “controle inexistente” ao “forte”. Com a estratégia estabelecida, segue-se para o monitoramento, que pode ser semestral ou anual, de acordo com a classificação do risco. A última fase, denominada “Comunicação e Consulta”, pretende incorporar as práticas de gestão de riscos na rotina de trabalho dos servidores da instituição, através da comunicação – reporte – de todo o corpo de servidores sobre potenciais riscos que possam ocorrer nas unidades acadêmicas e administrativas.

Para apoiar as unidades competentes na implantação do processo de gerenciamento de riscos e facilitar a adoção de suas práticas, a Secretaria de Gestão de Projetos (SGP) da Universidade iniciou, em 2017, um programa de implantação da política de gestão de riscos, cujas iniciativas iniciais foram concluídas em 2017. O programa resultou na identificação dos macroprocessos da Universidade como forma de subsidiar a gestão da universidade – instância deliberativa definida na Resolução nº 016/2017-CONSAD – sobre quais macroprocessos devem ser priorizados. A função da SGP, nesse cenário, é apoiar a equipe de implantação da gestão de riscos na adoção de práticas de gestão de projetos e processos com a finalidade precípua de garantir a execução e o cumprimento das práticas definidas nos normativos sobre gestão de riscos da instituição.

Como o Plano de Gestão de Riscos foi aprovado em dezembro de 2017, o processo de gerenciamento de riscos será efetivado, *de facto*, no ano de 2018, por meio do cronograma de aplicação definido no item 2 do Plano de Gestão de Riscos, cuja primeira meta é o monitoramento de 14 processos com riscos gerenciados no exercício de 2018. Tais processos já começaram a ser mapeados, através do programa para implantação de uma governança em aquisições, em atendimento ao Acórdão 2749/2015, do Tribunal de Contas da União, onde os riscos dos processos de contratações (material) e aquisições (serviços) executados pela Diretoria de Material e Patrimônio da universidade foram identificados e classificados.

Tendo em vista as preocupações da administração da UFRN com a necessidade de controles internos bem definidos e implantados para mitigação dos riscos, que potencialmente possam comprometer suas metas estratégicas, foi criada, pela Resolução nº 020/2015 - CONSAD, de 04 de novembro de 2015, a Secretaria de Gestão de Projetos, unidade diretamente vinculada à Reitoria e responsável, dentre outros aspectos, pela promoção e disseminação de melhores práticas na gestão de projetos e de melhoria dos processos organizacionais na instituição.

Desse modo, a Secretaria de Gestão de Projetos tem como uma de suas responsabilidades alinhar atividades relacionadas à melhoria dos processos organizacionais com a gestão de riscos, de maneira que os controles internos para mitigá-los sejam resultantes desta abordagem.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

▪ *Composição da força de trabalho*

Considerando as orientações para elaboração do item de informação “estrutura de pessoal da unidade” do TCU, em seu item 5: “sempre que possível, a UPC deve retratar a posição de 31 de dezembro do exercício...”. Considerando o calendário da folha da UFRN, regulamentado pelo MPOG, que definiu o fechamento da folha para alterações na primeira quinzena de Dezembro, não foi possível retratar a situação no período sugerido. Dessa forma, foi utilizado como referência para elaboração dos Quadros 01, 02 e 03, os dados da Fita Espelho do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) correspondente à folha de pagamento do mês de dezembro.

Quadro 01 – Força de Trabalho da UFRN.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5766	5449	267	382
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5766	5449	267	382
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5766	5425	267	382
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	23	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	513	374	259	269
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	7	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	6279	5830	526	651

Fonte: SIAPE/Dez 2017.

Quadro 2 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFRN.

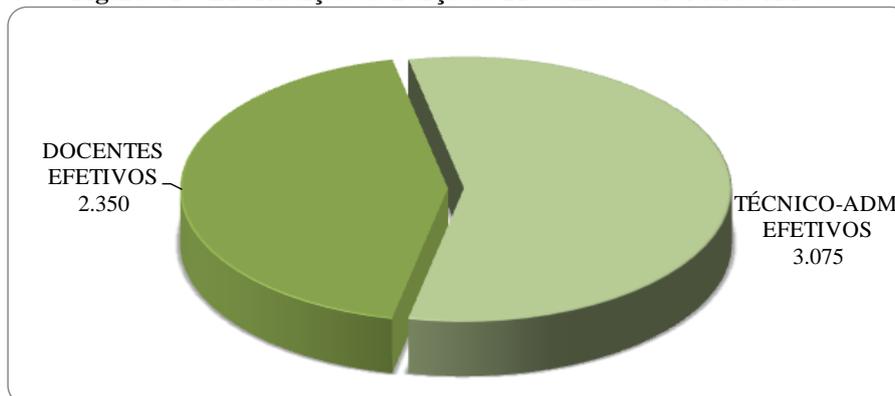
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	103	103	12	9
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	103	103	12	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	96	12	9
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	7	-	-
2. Funções Gratificadas	627	574	206	139
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	573	206	139
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	1	0	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	730	677	218	148

Fonte: SIAPE/Dez 2017.

- *Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas.*

Do total de servidores efetivos, 42% servidores são da carreira do Magistério Federal e 58% são da carreira de Técnicos-Administrativos em Educação (TAE), conforme indicado na Figura 01.

Figura 01 – Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Ativos.



Fonte: SIAPE/Dez 2017.

Quanto ao quadro de servidores técnico-administrativos em educação, 74% encontra-se localizados na UFRN e 26% nos Complexos Hospitalares, que atualmente é administrado pela EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), conforme apresentado no Quadro 03.

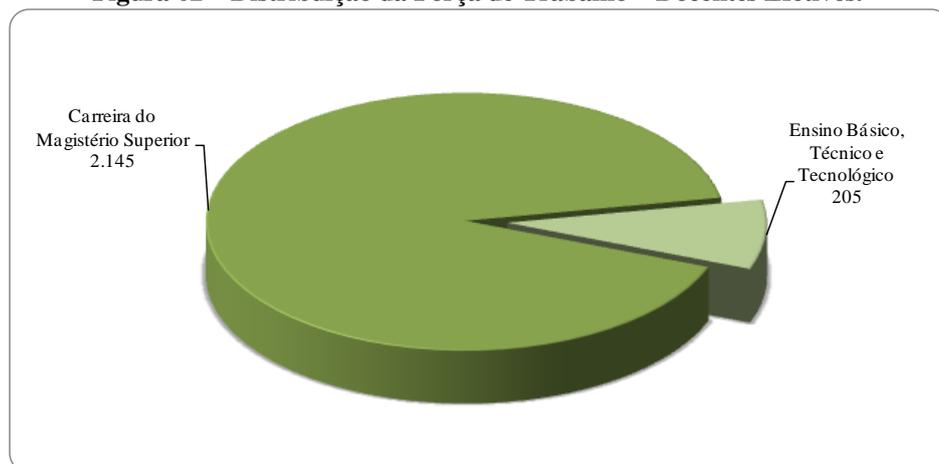
Quadro 03 – Número de Técnico-Administrativo por Regime de Trabalho.

Carga Horária (CH) Semanal	Complexo Hospitalar	UFRN	TOTAL	Percentual por CH
20 h	116	19	135	4,4%
24 h	19	1	20	0,7%
25 h	0	25	25	0,8%
30 h	12	55	67	2,2%
40 h	651	2.177	2.828	92,0%
TOTAL	798	2.277	3.075	100%
Percentual por Localização	26%	74%	100%	

Fonte: SIAPE/Dez 2017.

O quadro de servidores da carreira do Magistério Federal efetivos é composto por a) Docentes do Magistério Superior e b) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sendo distribuído conforme Figura 02 e Quadro 04.

Figura 02 – Distribuição da Força de Trabalho – Docentes Efetivos.



Fonte: SIAPE/Dez 2017.

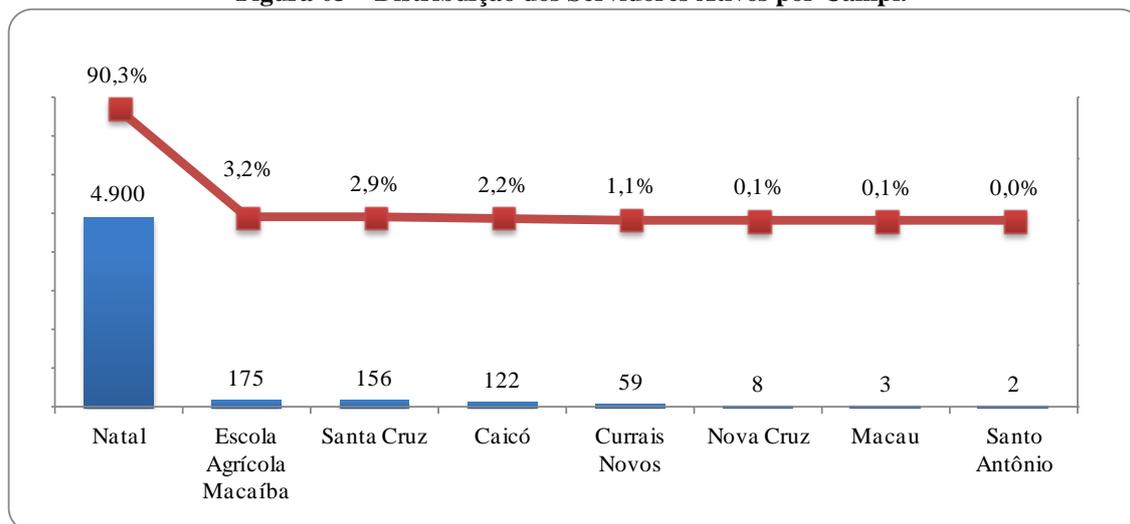
Quadro 04 – Número de Docentes por Regime de Trabalho.

Carga Horária	Professor do Magistério Superior	Professor do Ensino Básico, Técnico e	Total	Percentual por CH
20 h	200	2	202	9%
40 h	97	5	102	4%
40 h (Dedicação Exclusiva)	1848	198	2046	87%
Total	2145	205	2350	

Fonte: SIAPE/Dez 2017.

A UFRN está presente em oito cidades do Estado do RN, conforme lotação demonstrada na Figura 03.

Figura 03 – Distribuição dos Servidores Ativos por Campi.

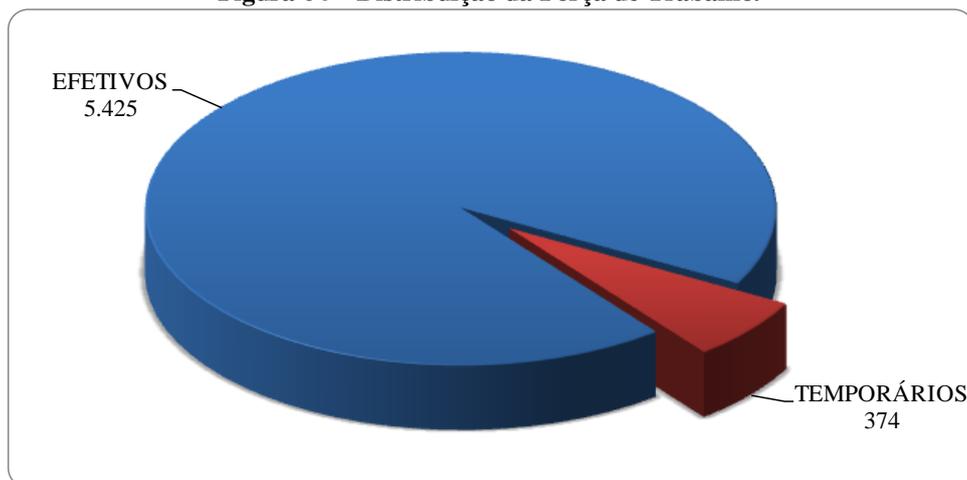


Fonte: SIAPE/Dez 2017.

▪ **Relação entre servidores efetivos e temporários.**

O quadro de pessoal da UFRN é de 5.799 servidores, distribuídos entre efetivos (94%) e temporários (6%), conforme Figura 04.

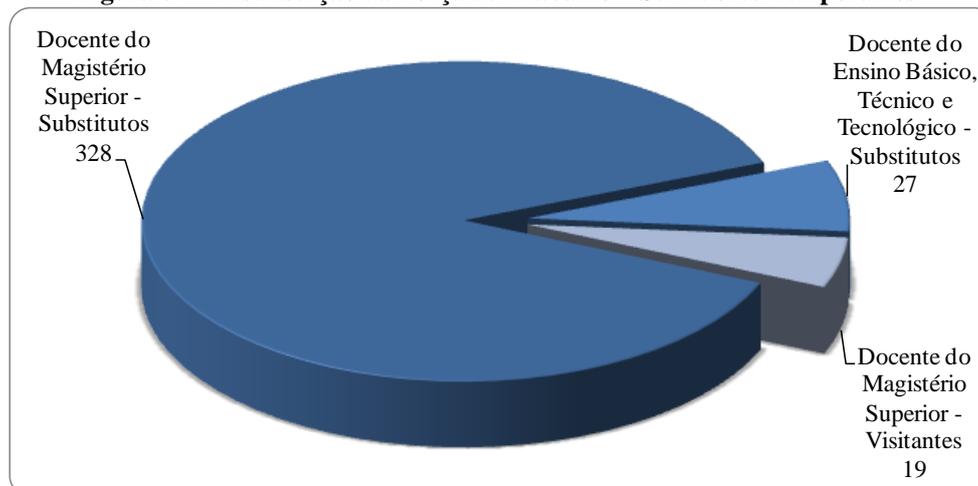
Figura 04 – Distribuição da Força de Trabalho.



Fonte: SIAPE/Dez 2017.

O quadro de servidores efetivos é composto por 5.425 pessoas, distribuídos entre docentes e técnicos-administrativo, conforme Figura 01. Já o quadro de servidores temporários é composto por docentes substitutos e visitantes, distribuídos conforme o Figura 05.

Figura 05 – Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Temporários.



Fonte: SIAPE/Dez 2017.

- ***Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.***

De acordo com a área finalística, é estabelecido como critério de classificação em área meio ou área fim da força de trabalho da UFRN da seguinte forma: todos os docentes desenvolvem seus trabalhos na área fim; os técnico-administrativos que estão lotados nas Unidades Administrativas (Pró-Reitorias e respectivas diretorias, Superintendências e outras unidades administrativas) são considerados na Área Meio, já os técnico-administrativos que estão lotados nas áreas acadêmicas são considerados na área fim, com exceção daqueles envolvidos com trabalhos administrativos ou de suporte.

Considerando esses critérios, a UFRN conta com 56% da força de trabalho lotado na Área Fim e 44% na Área Meio, conforme Quadro 05 abaixo:

Quadro 05 – Distribuição da lotação efetiva da UFRN.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2.573	2.876
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.573	2.876
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.562	2.863
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	10	13
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	374
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	7	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.580	3.250

Fonte: SIAPE/Dez 2017.

- *Análise Crítica - A análise dos dados apresentados de outros aspectos que interferem diretamente na força de trabalho deve dispor sobre as seguintes questões, entre outras que a UPC entender relevantes.*

- A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade

A UFRN cresceu significativamente nos últimos anos quanto ao número de vagas ofertadas nos cursos de graduação. Da mesma forma, o Banco de Equivalentes evoluiu proporcionalmente frente às necessidades que o aumento de alunos gera (conforme dados da Quadro 06). No entanto, a demanda de servidores técnico-administrativos, principalmente na área Fim, cujo quantitativo já é reduzido, não vem sendo atendida satisfatoriamente, diminuindo a qualidade nos serviços prestados, como mostra a Quadro 07.

Quadro 06 – Histórico de Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA).

	Oferta de Vagas Graduação	Banco de Equivalentes	QRSTA
2011	6455	3299,81	3077
2012	6589	3493,61	3077
2013	7620	3627,91	3124
2014	7593	4093,98	3142
2015	7965	4133,46	3142
2016	7729	4133,46	3142
2017	7838	4133,46	3142

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFRN / Dez 2017.

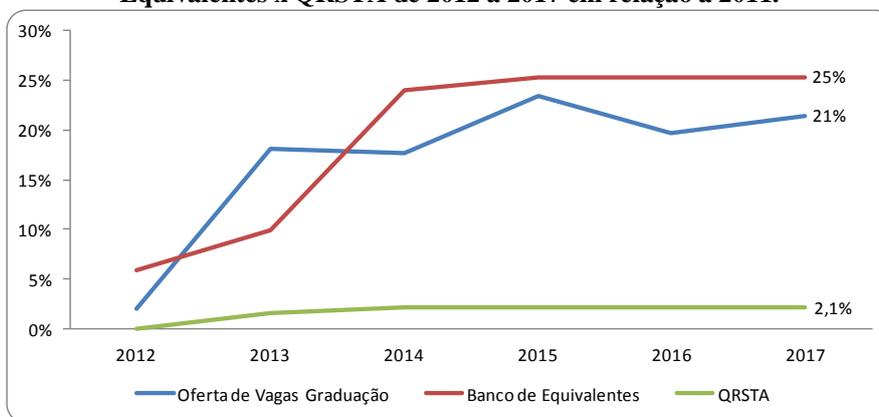
Quadro 07 – Número de Servidores TAE por Nível e Área.

Classe	Número de Servidores Ativos		
	Área Meio	Área Fim	Hospitais
Nível A	54	0	21
Nível B	36	25	28
Nível C	240	73	221
Nível D	1028	194	152
Nível E	406	221	376
Total	1764	513	798

Fonte: SIAPE/ Dez 2017.

O Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos – QRSTA – de 2012 a 2017 demonstra que o crescimento da oferta de vagas nos cursos de graduação é muito superior quando comparado ao do número de servidores (Figura 06). Quando se analisa o percentual de crescimento de 2017 versus 2011, observa-se que a oferta de vagas de graduação cresceu 21%, enquanto que o QRSTA apresentou crescimento de apenas 2,1% (que se mantém constante desde 2014). Atualmente, do total de 3075 técnico-administrativos, 798 estão lotados nos Hospitais Universitários, os quais estão à disposição da EBSERH, prestando assistência às atividades de saúde.

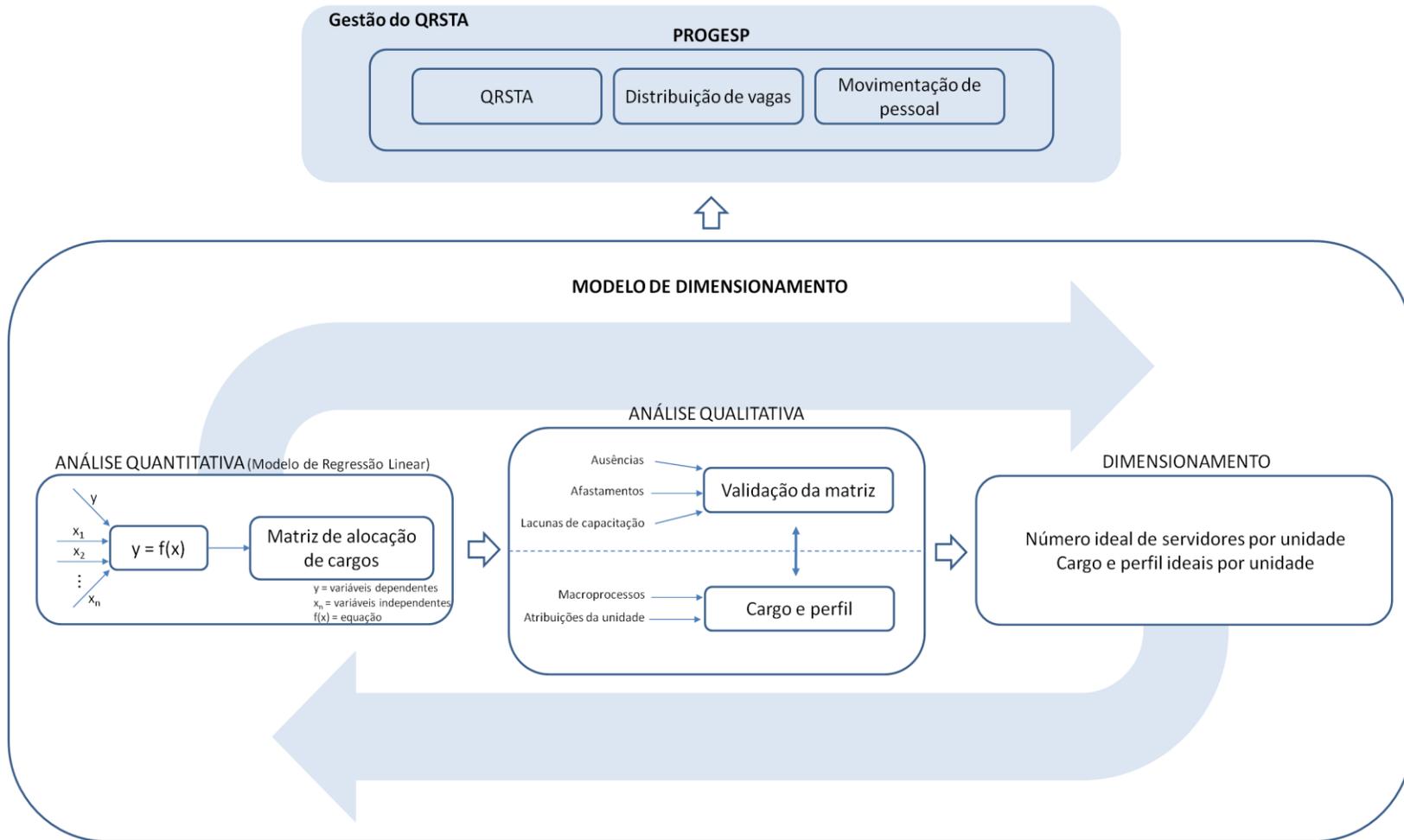
Figura 06 – Evolução das taxas de crescimento entre a Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x QRSTA de 2012 à 2017 em relação a 2011.



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFRN / Dez 2017.

De acordo com o Decreto 5.825/06, o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal dar-se-á mediante “a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; a análise dos processos e condições de trabalho.” Diante disso, além das análises quantitativa e qualitativa, a estrutura organizacional da instituição foi atualizada nos sistemas informacionais de forma a garantir uma maior eficácia nos resultados do quadro ideal da UFRN. Ressalta-se que o modelo (Figura 07) vem passando por atualizações do resultado concluído em 2014 desde o início do exercício 2015.

Figura 07 – Modelo de Dimensionamento de Pessoal.



Fonte: Assessoria Técnica – PROGESP.

Na análise quantitativa, a instituição utilizou o método estatístico de Regressão Linear onde são estudadas variáveis explicativas e de resposta para gerar uma equação cujo resultado é o número ideal de servidores em cada unidade.

Com o intuito de definir o cargo e perfil ideais de cada setor, foram analisadas as atribuições e os macroprocessos de cada um. Além disso, questões inerentes à força de trabalho atual, como ausências e necessidades de capacitação, foram observadas a fim de validar os resultados das duas análises.

Atualmente, os resultados do dimensionamento são utilizados para a tomada de decisão da gestão, principalmente no que diz respeito à gestão do QRSTA, à distribuição de vagas e à movimentação de pessoal.

De acordo com o dimensionamento concluído em 2014, a UFRN apresenta uma necessidade de 323 servidores evidenciada na Análise Quantitativa e de 446 na Análise Qualitativa quando comparadas à Força de Trabalho atual das unidades estudadas (quadro 08).

Quadro 08 – Resultado do Dimensionamento de Servidores TAE.

Unidade (Unidades estudadas Dimensionamento 2014)	Força de Trabalho	Análise Quantitativa	Análise Qualitativa
Área Meio	464	591	581
Área Fim	955	1.151	1.284
TOTAL	1.419	1.742	1.865

Fonte: Siape e Matriz de Dimensionamento / Dez 2016.

Em 2016, foi concluída a análise qualitativa das unidades administrativas dos centros acadêmicos. Em 2017, o processo de análise quantitativa e qualitativa deu-se nas áreas administrativas, totalizando em 21 unidades. As unidades contempladas foram: Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PPG), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Auditoria Interna (AUDIN), Biblioteca Central ZilaMemede (BCZM), Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), Complexo de Esportes e Eventos (COESPE), Editora Universitária (EDUFRN), Gabinete do Reitor, Núcleo de Arte e Cultura da UFRN (NAC), Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamento (NUPLAN), Secretaria de Gestão de Projetos (SGP), Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (SRI), Núcleo Permanente de Concursos (COMPERVE), Ouvidoria e Secretaria de Ensino à Distância (SEDIS).

Cabe ressaltar que no estudo qualitativo foi identificado como perfil ideal, para as unidades avaliadas, alguns cargos que foram contemplados no decreto 9.262/2018, que extingue e/ou suspende o provimento de tais cargos.

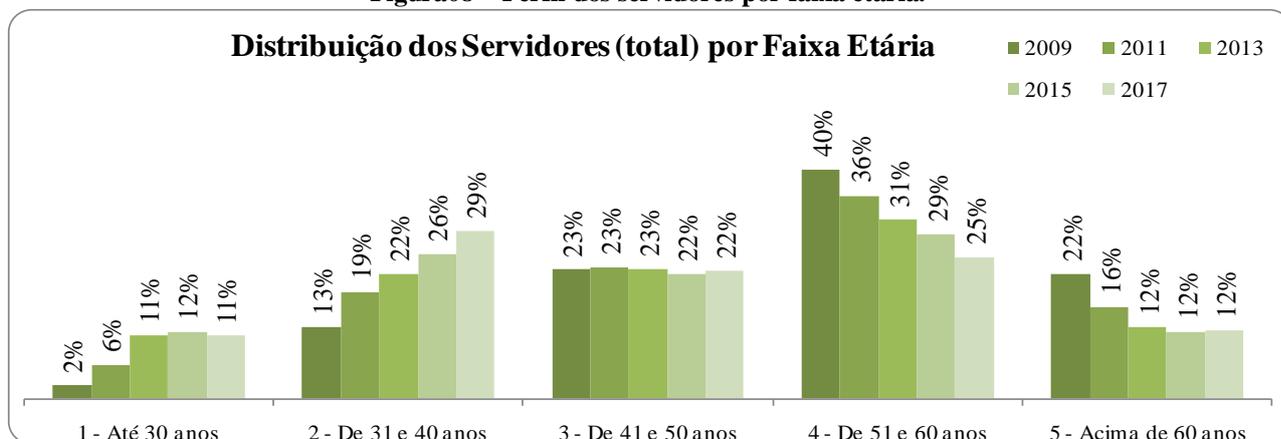
- Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados.

De acordo com o quadro de funções da Universidade, 677 servidores ocupam Cargo de Função (Direção, Assessoramento ou Função Gratificada), representando apenas 12% do quadro total de servidores.

- Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento aposentadoria.

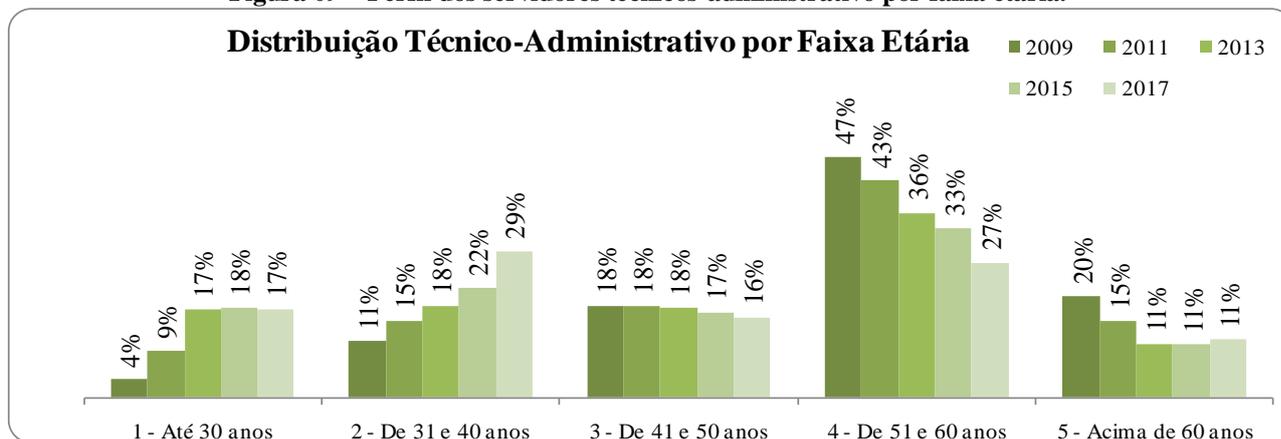
Quanto a faixa etária, segue nas Figuras abaixo a evolução entre 2009 e 2017 da distribuição do quadro de servidores da instituição (Docentes e Técnico-Administrativos):

Figura08 – Perfil dos servidores por faixa etária.



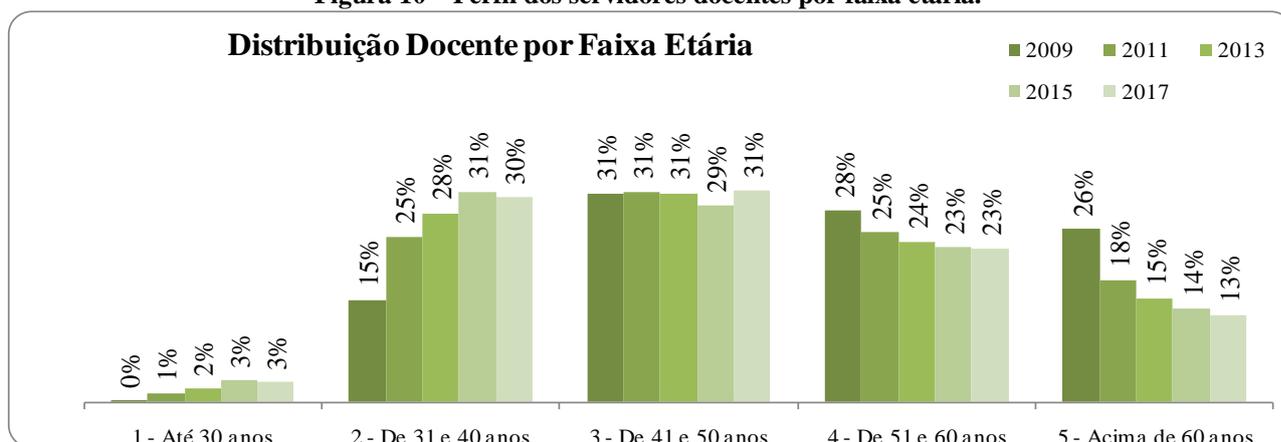
Fonte: SIAPE/Dez 2009 à Dez/2017.

Figura 09 – Perfil dos servidores técnico-administrativo por faixa etária.



Fonte: SIAPE/Dez 2009 à Dez/2017.

Figura 10 – Perfil dos servidores docentes por faixa etária.



Fonte: SIAPE/Dez 2009 à Dez/2017.

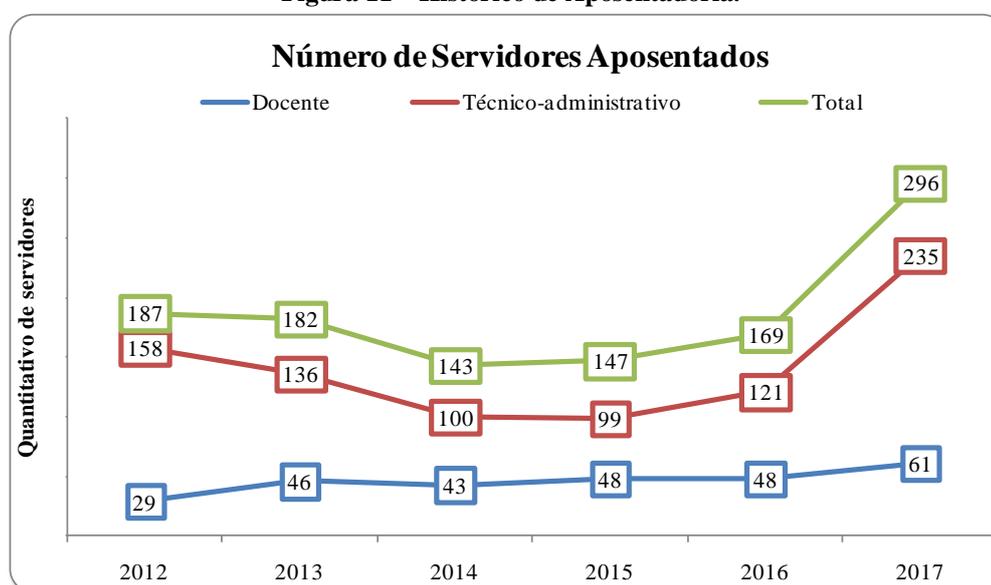
Verifica-se que, nos últimos exercícios, houve uma evolução gradativa da distribuição da faixa etária dos servidores, significando uma crescente renovação da força de trabalho desta Universidade. No entanto, a força de trabalho quanto à faixa etária, no geral está equilibrada, não havendo predominância expressiva de uma faixa etária sobre outra.

Esse panorama, é importante reiterar, deu-se, especialmente, em decorrência da quantidade de novos servidores a partir das admissões propiciadas pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, bem como a partir da possibilidade de reposição do cargo vago com o Banco de Equivalência dos Docentes (Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014) e o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010).

Percebe-se, ainda, que a faixa etária dos servidores da categoria Docente revela-se de forma predominante mais madura na faixa dos 41 a 50 anos, uma vez que tende a ingressar no serviço público com mais idade, após concluir os cursos de mestrado e/ou doutorado, bem como uma tendência a se aposentar mais tardiamente. Por sua vez, a categoria dos servidores técnico-administrativos apresenta um significativo crescimento na faixa etária até 40 anos, revelando uma tendência para ingresso no serviço público com menos idade.

No que tange às aposentadorias ocorridas na instituição, apresenta-se abaixo figura referente ao período de 2012 a 2017 dos servidores Docentes e Técnico-Administrativos:

Figura 11 – Histórico de Aposentadoria.



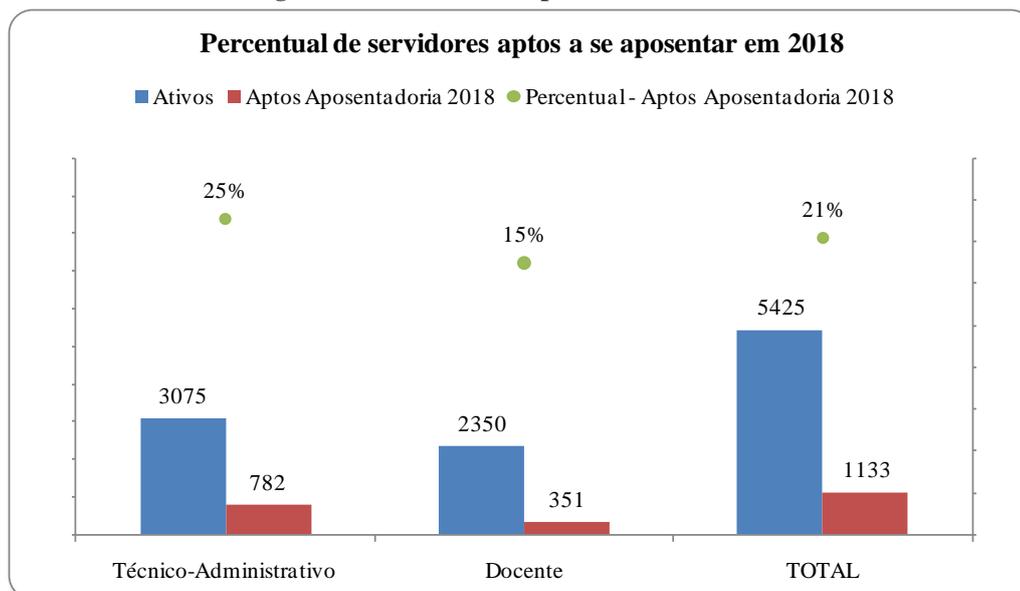
Fonte: Boletim de Gestão de Pessoas – ASTEC/PROGESP - Jan 2018.

No ano de 2017, das 296 aposentadorias ocorridas, 235 foram de Técnico-administrativos e 61 de Docentes (Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico).

Percebe-se, claramente, que houve um aumento significativo (crescimento de 75%) de aposentadorias em 2017, quando comparado aos anos anteriores. Tal fato foi decorrência, em especial, das propostas de alteração da legislação previdenciária que ficaram em evidência no último ano, fazendo com que muitos servidores, receosos do impacto com as alterações vindouras, antecipassem a decisão quanto à aposentadoria, tendo em vista o seu direito adquirido.

A figura 12 abaixo mostra as previsões de aposentadoria para 2018, considerando, com as regras ainda vigentes atualmente, os servidores (docentes e técnico-administrativos) que completam os requisitos para aposentadoria até 31/12/2018:

Figura 12 – Previsão de aposentadoria em 2018.



Fonte: SIAPE/Dez 2017.

Não obstante, 21% da força de trabalho está apta a se aposentar em 2018, constata-se, a partir dos dados relativos aos últimos anos, que na UFRN as aposentadorias ocorreram em um patamar bem inferior ao previsto.

De toda sorte, é importante ressaltar que, até 31/12/2017, 968 servidores técnico-administrativos estavam aptos a se aposentar, totalizando 30% da força de trabalho técnica. Desses, 235 se aposentaram em 2017, o que representa 24,3% dos técnicos aptos à aposentadoria na referida data. Por sua vez, quanto à categoria docente, até 31/12/2017, havia 421 docentes com previsão de aposentadoria, o que correspondia a 18% da força de trabalho docente. Desses, apenas 61 se aposentaram em 2018, isto é, 14,5% dos docentes aptos.

Com base nos dados apresentados, bem como diante do atual contexto de alterações normativas que causam impacto na rotina das instituições públicas, é possível fazer algumas inferências, considerando as peculiaridades de cada carreira e cada cargo para esta Universidade, sobretudo em razão de ter se mantido, por um período bem determinado, um padrão, havendo alteração expressiva do número de aposentadoria em 2017.

A força de trabalho das Universidades Federais é composta por duas carreiras distintas – Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (Lei nº. 12.772/2012) e Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE (Lei nº. 11.091/2005). Tais carreiras têm seus cargos específicos e possuem características que lhes são próprias, devido à natureza das respectivas funções desempenhadas na Instituição. Nessa perspectiva, eventual análise de possíveis aposentadorias na força de trabalho devem levar em consideração essas peculiaridades.

De modo geral, verifica-se, ainda, que com o advento das novas tecnologias, muitos dos servidores mais antigos não procuraram se atualizar ao longo dos anos, em especial por que a ênfase no incentivo funcional para cursos de capacitação começou a ocorrer recentemente a partir da reestruturação dos planos de cargos e carreira. Nesse sentido, a falta de incentivo funcional por várias décadas acabou tornando parte dos servidores mais acomodados, sem fazer atualização e capacitação necessárias para acompanhar as novas técnicas de trabalho, o que também impacta na relação entre as gerações de servidores ativos e nas possibilidades de aposentadoria.

No que diz respeito à carreira do Magistério Federal, é importante registrar que, em decorrência da realização de atividades bem específicas, há maior possibilidade de que os docentes tornem-se, ao longo dos anos, referência na respectiva área de pesquisa, retardando a decisão pela

aposentadoria. Dessa forma, o advento da aposentadoria do docente pode gerar impactos na pesquisa e na extensão.

Nessa perspectiva, no tocante à carreira do Magistério Federal, o maior impacto de eventuais aposentadorias situa-se nas atividades relacionadas à pesquisa e extensão, haja vista que a vaga originada da aposentadoria é facilmente, até o presente momento, repostada em virtude do Banco de Equivalência (Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014), mantendo as atividades de ensino. Porém, quanto às atividades de pesquisa e extensão, em diversas situações, é praticamente impossível substituir o perfil do docente, o qual leva consigo a sua experiência e conhecimento na sua área de atuação.

Por outro lado, a carreira dos técnico-administrativos em educação sofreu profundas alterações nos últimos anos, com a possibilidade de maior valorização por meio da capacitação profissional e incentivos funcionais voltados para qualificação formal, o que acaba também por gerar impactos nas solicitações de aposentadoria, haja vista que parte dos servidores passa a decidir pela aposentaria apenas depois de ter adquirido as referências ou concluir determinado curso.

No entanto, com os possíveis adventos das alterações da legislação previdenciária, esse quadro tende a mudar, conforme se constatou a partir do significativo aumento do número de aposentadorias ocorridas em 2017. De fato, com a evidente tendência de reforma previdenciária, inúmeros servidores têm procurado antecipar a sua aposentadoria, a fim de não serem atingidos pelas novas regras.

Diante deste cenário, o impacto de possíveis aposentadorias de servidores técnico-administrativos revela a necessidade de preocupação com o planejamento da instituição, sobretudo por que a depender do cargo não é possível efetuar a nomeação de novo servidor (Classes A e B, do PCCTAE estão extintas) ou há enorme dificuldade de efetuar a troca de vagas (Classe C do PCCTAE que apresentam alguns cargos em extinção), que, em diversas situações, demora mais de 01 (um) ano de providências junto ao Ministério da Educação.

Acrescente-se, ainda, o fato de que, com o advento do Decreto 9.262, de 09 de janeiro de 2018, foi estabelecido uma limitação de admissão pela natureza do cargo, isto é, vedou-se por prazo indefinido a abertura de concurso público e o provimento de vagas em quantitativo superior ao estabelecido em edital vigente para diversos cargos das Instituições Federais de Ensino, em especial das Classes C, D e E. Ressalte-se, por oportuno, que tais cargos são atualmente utilizados pelas IFEs para adequar o dimensionamento de pessoal às suas necessidades específicas, bem como apresentam parcela significativa de servidores aptos a se aposentar já em 2018, senão vejamos:

Quadro 09 – Previsão aposentadoria de servidores técnicos-administrativo em 2018.

Classe Técnico-Administrativo	Servidores Aptos 2018	Percentual
A	41	5%
B	55	7%
C	213	27%
D	312	40%
E	161	21%
TOTAL	782	

Fonte: SIAPE/Dez 2017.

Quadro 10 – Previsão de aposentadoria de servidores ocupantes de cargos que constam no Decreto 9.262/18.

Classe	Servidores
Classe A	2
Vestiarista	2
Classe B	24
Auxiliar de Laboratório	11
Montador-Soldador	3
Auxiliar de Farmácia	3
Auxiliar de Nutrição E Dietética	2
Auxiliar de Anatomia E Necropsia	2
Atendente de Enfermagem	2
Atendente de Consultório-área	1
Classe C	148
Auxiliar de Enfermagem	87
Auxiliar em Administração	44
Assistente de Laboratório	6
Telefonista	5
Sonoplasta	2
Operador de Maquinas Agrícolas	1
Auxiliar de Saúde	1
Operador de Caldeira	1
Fotografo	1
Classe D	100
Vigilante	96
Desenhista-Projetista	2
Técnico em Secretariado	1
Técnico em Arquivo	1
Classe E	4
Secretario Executivo	3
Diretor de Imagem	1
Total	278

Fonte: SIAPE/Dez 2017.

É fato inconteste que os servidores mais antigos trazem consigo as vivências e experiências dos anos e a memória da instituição, mormente em face da inexistência de sistemas ou políticas que viabilizassem, à época, a formação e gerenciamento de um banco de dados com todas essas informações institucionais. Assim, o advento da aposentadoria desses servidores pode causar um impacto significativo na transmissão do conhecimento organizacional, em especial relacionado aos cargos técnico-administrativos.

Ademais, com o advento da Emenda Constitucional nº. 95/2016, a qual limitou os gastos públicos, os impactos de eventuais aposentadorias tendem a ser maiores, haja vista que orçamento da instituição diminuiu, mas tem que continuar abranger a folha de pagamento do servidores aposentados.

Diante desse panorama de crescimento do número de aposentadorias e da impossibilidade de reposição imediata dos vagos, vislumbram-se significativos impactos das aposentadorias na força de trabalho da instituição, mormente em face da redução do número de servidores ativos, vindo a comprometer de forma considerável a continuidade da prestação do serviço público (tanto em atividades-fim quanto em atividades-meio) no decorrer dos anos.

Quadro 11-Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC.

Ocorrências de afastamento	Qtd de servidores			Qtd de dias			Média de dias por servidor		
	Técnico-administrativo	Docente	Total	Técnico-administrativo	Docente	Total	Técnico-administrativo	Docente	Total
LICENCA TRATAMENTO DA PROPRIA SAUDE	1539	260	1799	45385	9447	54832	29	36	30
LICENCA POR MOTIVO DE DOENCA EM PESSOA DA FAMILIA (-60 dias)	313	41	354	3306	588	3894	11	14	11
FALTA	124	31	155	518	280	798	4	9	5
LICENCA PARA CAPACITACAO	26	109	135	1413	8119	9532	54	74	71
CESSAO EBSERH	94	27	121	31722	9339	41061	337	346	339
LICENÇA À GESTANTE	65	53	118	8827	5584	14411	136	105	122
AFASTAMENTO PARA DOUTORADO-NO PAIS	41	69	110	10605	18959	29564	259	275	269
AFASTAMENTO PARA POS-DOUTORADO-FORA DO PAIS	1	59	60	98	11323	11421	98	192	190
AFASTAMENTO PARA POS-DOUTORADO-NO PAIS	1	42	43	212	8179	8391	212	195	195
LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES	20	21	41	4288	4927	9215	214	235	225
LICENCA PREMIO POR ASSIDUIDADE	19	12	31	1357	1073	2430	71	89	78
AFASTAMENTO PARCIAL	30	0	30	3672	0	3672	122	---	122
AFASTAMENTO PARA MESTRADO-NO PAIS	19	8	27	2913	1618	4531	153	202	168
LICENCA POR ACIDENTE EM SERVICO	21	6	27	490	66	556	23	11	21
CESSÃO	17	8	25	4088	1709	5797	240	214	232
AFASTAMENTO PARA DOUTORADO- FORA DO PAIS	7	12	19	1175	3648	4823	168	304	254
AFASTAMENTO PARA PRESTAR COLABORACAO	6	7	13	909	1624	2533	152	232	195
EXERCICIO PROVISORIO	7	5	12	2452	913	3365	350	183	280
COOPERACAO CIENTIFICA	0	10	10	0	570	570	---	57	57
LICENÇA ADOTANTE	0	6	6	0	834	834	---	139	139
AFASTASTAMENTO ESTUDO OU MISSAO NO EXTERIOR-SEM ONUS	2	2	4	132	112	244	66	56	61
AFASTAMENTO PARA MESTRADO-FORA DO PAIS	3	1	4	415	365	780	138	365	195
SUSPENSAO	1	3	4	5	77	82	5	26	21
LICENCA PARA ACOMPANHAR CONJUGE	0	2	2	0	730	730	---	365	365
AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMACAO SEM OPCAO	0	1	1	0	169	169	---	169	169
AFAST P/ PRESTAR COLABORACAO A OUTRA ICT-LEI 10973	1	0	1	365	0	365	365	---	365
AFASTAMENTO ORGANISMO INTERNACIONAL	0	1	1	0	365	365	---	365	365
Total	2.357	796	3.153	124.347	90.618	214.965	---	---	68

Fonte: SIGRH/Jan à Dez 2017.

O quadro funcional da UFRN, composto por cargos da carreira docente e técnico-administrativa, apresenta diversas ocorrências de afastamentos em conformidade com o previsto nas Leis nº 8.112/90, 11.091/2005 e 12.772/2012, além das Resoluções internas, editadas pelos Colegiados Superiores da Instituição.

As referidas previsões legais proporcionam a segurança para que o servidor tenha possibilidade de usufruir das ausências no decorrer da sua vida funcional. Nesse contexto, é válido ressaltar que, uma parte considerável dos afastamentos ficam a critério da administração, momento que deve ser analisado o impacto para o funcionamento da Unidade e posteriormente decidido se ocorrerá a concessão da ausência

Baseando-se nos amparos legais e nos respectivos registros dos afastamentos, foram elaborados os dados a partir das ausências que compreendem os maiores impactos na força de trabalho do Órgão, durante o ano de 2017. Nesse sentido, verifica-se que a concessão de licenças e afastamentos, para os quais não é possível a contratação de substituto, gera um maior impacto no andamento das atividades da instituição.

A realidade da UPC é que os impactos ocasionados pelas ausências, têm o seu respectivo peso de acordo com a carreira a ser analisada e o tipo do afastamento. Tal fato se deve, principalmente, pela questão da previsão legal da contratação temporária, prevista somente para as carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com base na Lei nº 8.745/93. É desta forma que os impactos com eventuais ausências na área do ensino são minimizados. Por outro lado, na Carreira dos Técnico-administrativos o impacto nas atividades é maior, mormente em face da inexistência de contratação temporária para suprir a ausência. No entanto, é imperioso observar que, em se tratando de afastamento para qualificação profissional (Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado) ou capacitação profissional, mesmo ante a impossibilidade de contratação de servidor substituto, não se pode olvidar a importância da concessão do afastamento, haja vista o benefício institucional adquirido com a capacitação e qualificação de servidores.

Perante os dados apresentados no ano de 2017, verifica-se que as licenças para tratamento da própria saúde representam maior participação entre os afastamentos selecionados, no que diz respeito à quantidade de dias e também do número de servidores com este tipo de ocorrência.

Nesse contexto das licenças médicas, é importante ressaltar que a Instituição adota no seu planejamento de gestão de pessoas a política de Qualidade de Vida, através dos Programas gerenciados por uma Coordenadoria específica. Para elaboração das atividades se utiliza de parcerias na própria Instituição, tais como: trabalho em conjunto com o Departamento de Educação Física, Nutrição, dentre outras. Essas ações buscam atuar na saúde mental e física dos servidores para colaborar, tanto com a vida laboral, quanto com a pessoal desses indivíduos. Além disto, os servidores podem ter acompanhamento médico, através dos exames periódicos, disponíveis na Diretoria de Atenção ao Servidor

Outra análise importante dos dados é referente às cessões para EBSERH, retratadas como a 5ª maior ocorrência, no que se diz respeito à concentração de servidores. Consta, também, como dado importante, a quantidade de dias no ano de 2017. Vale ressaltar que uma parte considerável deste montante já integrava o quadro de pessoal dos Hospitais Universitários da UFRN e que estão com a ocorrência da cessão desde os primeiros anos de criação da EBSERH atuando nos variados cargos de gestão daquela Empresa.

É importante ressaltar o impacto nas atividades da IFE relacionado às requisições por parte do TRE, considerando que existem servidores que continuam em exercício naquele Órgão, por um longo período, contrariando a Nota Técnica Consolidada nº. 02/2014/CGNOR/DENOP/SEGEO/MP e o Acórdão TCU nº. 199/2011-Plenário.

Destaca-se, ainda, a discussão sobre a ocorrência dos afastamentos para cursar Doutorado no País e fora do País, que aparece com dados relevantes de 129 servidores com este tipo de ausência. Este fato pode ser considerado como característica da política de formação

continuada da Instituição, que por sua vez ocorre com bastante frequência, mesmo considerando que os docentes, na sua maioria, já ingressam possuindo o título de Doutor.

Nos dias atuais, percebe-se que a categoria dos técnico-administrativos está cada vez mais a procura de qualificação e, portanto, pleiteiam os afastamentos para cursar mestrado ou doutorado. Porém, conforme mencionado anteriormente, não há previsão legal para substituição da mão-de-obra técnica, situação esta que pode ocasionar dificuldades laborais para a Instituição.

Diante deste fato, a IFE criou um comitê gestor para auxiliar nas estratégias desses tipos de afastamentos, tendo como um dos objetivos o de minimizar o impacto no momento das concessões e assim poder conciliar essa necessidade dos servidores com o bom andamento das atividades. Ainda no contexto das soluções de minimizar os impactos na força de trabalho, existe a previsão legal do afastamento parcial, na qual o servidor técnico tem a possibilidade de atuar com carga horária reduzida sem que ocorra prejuízos das atividades.

Mediante os fatos relatados, entende-se que é importante discriminar as ausências por categorias de docente e técnico-administrativo para melhor entendimento dos impactos na força de trabalho. Nesse sentido, optou-se em demonstrar os afastamentos dos professores que têm a possibilidade legal de substituição, verificando-se, portanto, que dos 796 docentes afastados, 322 tiveram a previsão legal de demandar substitutos conforme Figura 13.

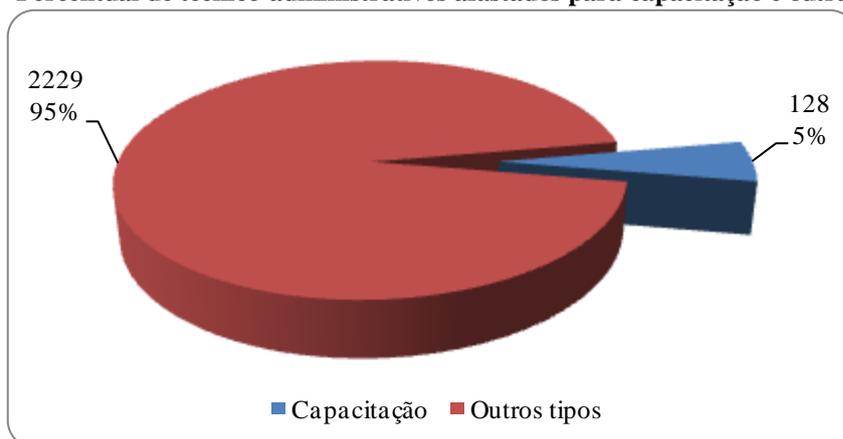
Figura 13 – Percentual de docentes afastados com previsão legal de substituição.



Fonte: SIGRH/2017.

Por sua vez, a análise para a categoria Técnico-Administrativo considera como contribuição para o Órgão os afastamentos decorrentes de capacitação, que envolve 128 dos 2.229 servidores afastados em 2017 conforme a Figura 14.

Figura 14 – Percentual de técnico-administrativos afastados para capacitação e outras ausências.

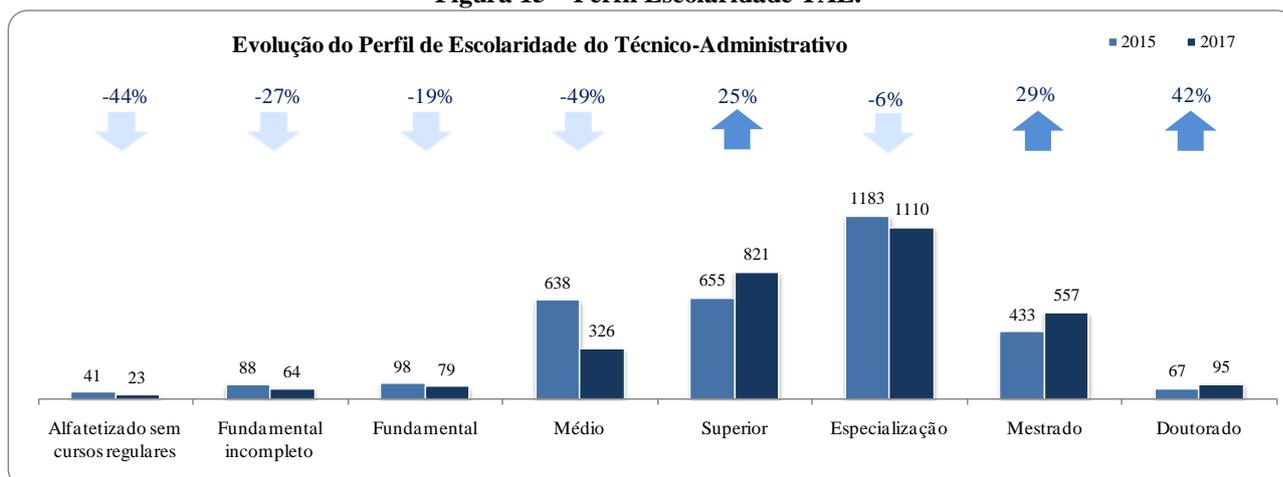


Fonte: SIGRH/2017.

- *Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.*

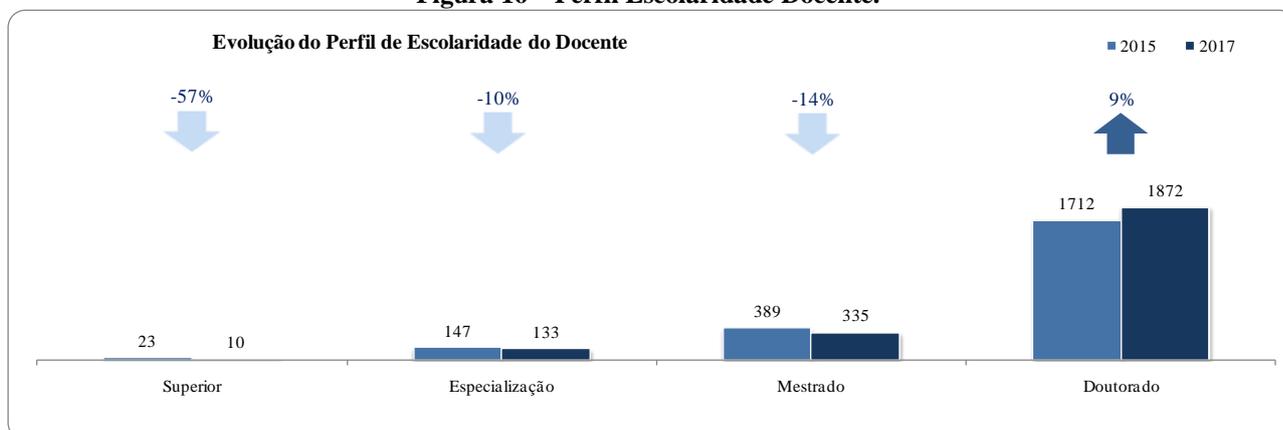
Quanto ao perfil de escolaridade, segue demonstrativo do quadro efetivo de técnico-administrativos e docentes:

Figura 15 – Perfil Escolaridade TAE.



Fonte: SIAPE/Dez 2015 e 2017.

Figura 16 – Perfil Escolaridade Docente.



Fonte: SIAPE/Dez 2015 e 2017.

Quadro 12 – Perfil de Escolaridade por Carreira Docente.

Carreira Docente	ANO	Ensino Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	2015	4,74%	15,17%	41,23%	38,86%
	2017	1,95%	14,15%	39,02%	44,88%
Professor do Magistério Superior	2015	0,63%	5,58%	14,66%	79,13%
	2017	0,28%	4,85%	11,89%	82,98%

Fonte: SIAPE/Dez 2015 e 2017.

A partir dos dados apresentados nas figuras acima, verifica-se que houve um aumento significativo no perfil de qualificação dos servidores da universidade. Destaca-se o percentual de servidores técnicos com qualificação mínima de nível superior (84%) e o número de docentes com doutorado (80%).

O significativo número de servidores que estão se qualificando em cursos nos níveis de Especialização, Mestrado (acadêmicos e profissionais) e Doutorado, não somente representa o desenvolvimento pessoal dos servidores nas suas respectivas carreiras, mas, especialmente, possibilita a construção de conhecimentos científicos, produtos e projetos provenientes de pesquisas e estudos acadêmicos e profissionais, que acarretam, desta forma, o desenvolvimento profissional dos servidores e no aperfeiçoamento dos processos de trabalho difundidos na instituição.

Política de capacitação e treinamento do pessoal.

A promoção de capacitação dos servidores, orientada à realização de políticas, objetivos e metas institucionais, são delineadas, sobretudo, através do instrumento do LNC (Levantamento de Necessidades de Capacitação); das demandas específicas apresentadas pelos gestores; e das atividades exigidas por leis. Descreve-se, a seguir, cada um dos parâmetros/instrumentais citados como fonte de estruturação das atividades de capacitação e as principais inovações nas ações de aperfeiçoamento da força de trabalho da UFRN.

Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC- Gamificado)

Embasado na gestão por competência e realizado anualmente por meio do SIGRH, o LNC é um instrumento *gamificado*, de preenchimento claro e dinâmico, que tem a finalidade de identificar as lacunas de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores (gestores, técnico-administrativos e docentes) para gerar as competências necessárias ao melhor desempenho das unidades e à consecução dos objetivos estratégicos da UFRN, bem como as demandas de cursos de Educação Formal e de atividades de capacitação.

Outras fontes de capacitação: Demandas Específicas; Política de Desenvolvimento de Pessoas e Obrigações Legais

O Programa de Capacitação e Qualificação dos servidores (PCQ) foi reformulado por meio da Resolução 025/2017 – CONSAD de 29 de junho de 2017. Este documento contempla diversas ferramentas e metodologias de formação para o servidor docente e técnico, propiciando os instrumentos necessários ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, ao passo que possibilita que o servidor programe, anualmente, um plano individual de capacitação específico que atenda suas necessidades profissionais e da unidade, permitindo, desta forma, a sua progressão, o seu desenvolvimento integral, bem como otimizar o desempenho institucional.

Para que o PCQ alcance os seus resultados, ele contempla diversos programas acoplados:

- I – Programa de Integração ao Serviço Público para os Servidores técnico-administrativos em Educação ingressantes;
- II – Programa de Integração ao Serviço Público para os Servidores Docentes ingressantes;

Com o objetivo de propiciar o acesso às principais informações institucionais, a socialização e ambientação dos servidores, bem como o planejamento inicial do desenvolvimento na carreira, os Seminários de Integração ocorrem presencialmente, mas desde 2016 vem sendo desenvolvida a modalidade à distância com tutores e auto-instrucional.

III – Programa de Atualização Pedagógica – PAP;

Destinada a formação continuada com vistas ao desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino de graduação na UFRN, no PAP são ofertados (mini) cursos, seminários, palestras e oficinas para professores e também para servidores de nível “E” que desenvolvem assessoria pedagógica aos cursos de graduação.

IV – Programa de Incentivo à Capacitação em Línguas Estrangeiras;

Com o objetivo de contribuir com o processo de internacionalização da UFRN por meio da oferta de cursos de capacitação que visam o aperfeiçoamento dos conhecimentos de línguas, literaturas e culturas estrangeiras, com a publicação de editais para a concessão de bolsas de estudo aos servidores efetivos do quadro permanente da UFRN nas turmas do Instituto Ágora – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN.

V – Programa de Formação de Gestores;

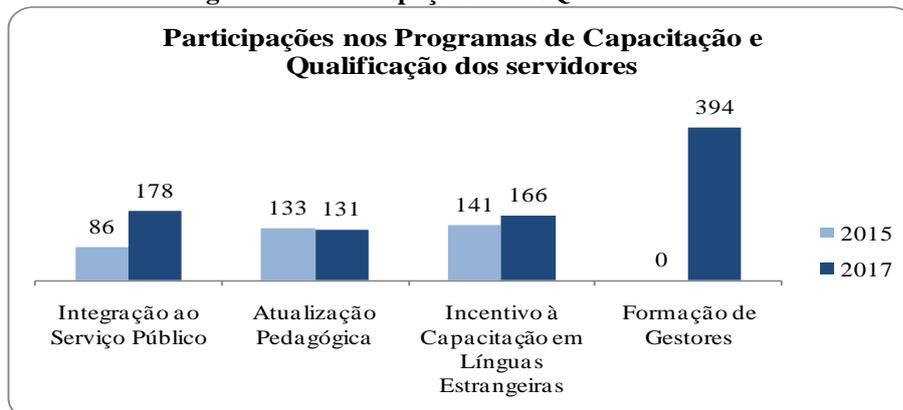
São ações de capacitação específicas para os gestores universitários alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRN que apresenta o aperfeiçoamento da gestão universitária como um dos seus objetivos.

VI – Programa de Qualificação Institucional – PQI.

O PCQ visa promover o desenvolvimento da qualificação acadêmica e profissional dos servidores através do estímulo da participação dos servidores efetivos do quadro permanente da UFRN nos cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado oferecidos pelos Programas de Pós-Graduação da UFRN. Para subsidiar essa política, existe a Resolução 197/2013 do CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) de 10 de dezembro de 2013, que reserva 10% das vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação da UFRN para servidores da instituição. Além disso, houve investimento em Mestrados Profissionais, proporcionando uma formação mais específica para os servidores técnico-administrativos, alavancando a participação na educação formal.

A Figura 17 apresenta os resultados das participações nos programas de integração, atualização pedagógica, incentivo à capacitação em línguas estrangeiras e formação de gestores, nos anos de 2015 e 2017. A formação dos corpos docente e técnico-administrativos está representada pelas figuras 15 e 16.

Figura 17 – Participações no PCQ – 2015 e 2017.

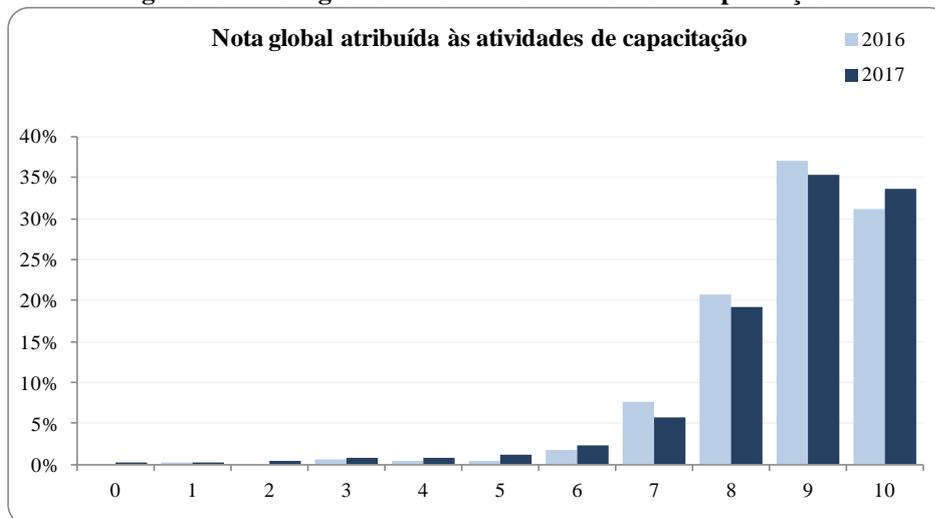


Fonte: Coordenadoria de Capacitação e Educação Profissional.

Após o término dos cursos de capacitação, é realizada uma avaliação para identificar as necessidades de melhoria do planejamento, logística e dos materiais e métodos de instrução adotados nos cursos, bem como se a reação dos servidores participantes foi positiva e satisfatória

em relação às capacitações ofertadas. A nota global atribuída às atividades de capacitação nos anos de 2016 e 2017 pode ser vista na Figura 18.

Figura 18 – Nota global atribuída às atividades de capacitação.

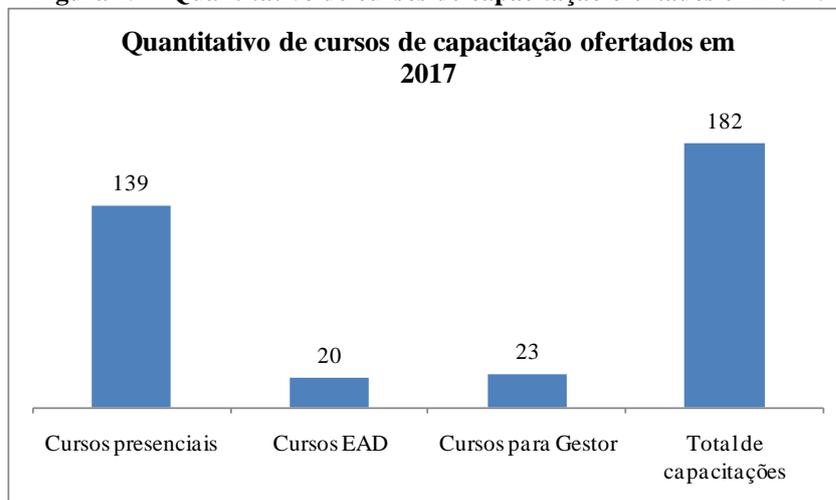


Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – SIGRH.

Resultados quantitativos das atividades de capacitação:

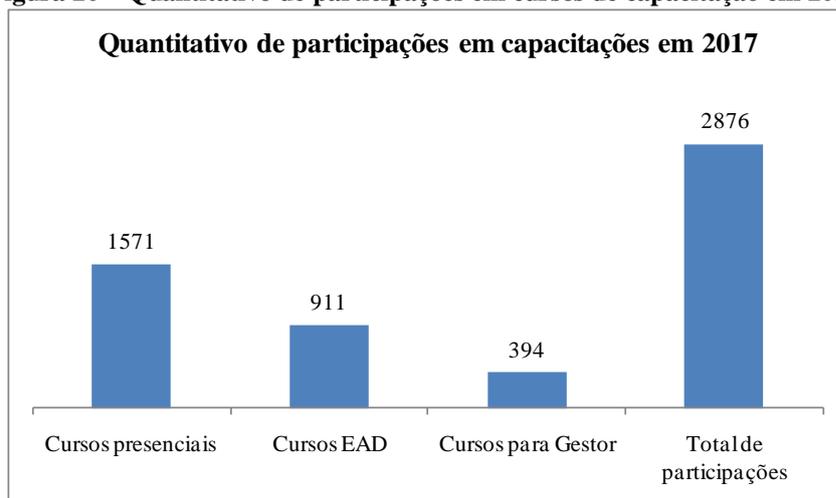
O PCQ da UFRN obteve em 2017, por meio de cursos internos ou parcerias com outras instituições, a participação de 2.876 pessoas (docentes, técnico-administrativos e gestores), nas modalidades presencial e a distância, em 182 cursos ofertados, como demonstrado nas Figuras 19 e 20.

Figura 19 – Quantitativo de cursos de capacitação ofertados em 2017.



Fonte: Coordenadoria de Capacitação e Educação Profissional.

Figura 20 – Quantitativo de participações em cursos de capacitação em 2017.



Fonte: Coordenadoria de Capacitação e Educação Profissional.

Entre os cursos ofertados, destaca-se aqueles relacionados às áreas que envolvem Cidadania e Direitos Humanos. Entre 2012 e 2017 foram ofertadas nessa área 110 turmas, contemplando 1.413 servidores (técnicos, docentes, gestores). No total, foram 1.498 horas de carga horária dedicada a esses temas, que inclui: Assédio Moral; Discutindo a diversidade no ambiente de trabalho; Gestão e Diversidade na UFRN; (Con)Viver com as diferenças; Orientação Sexual e Identidade de Gênero: Entender para respeitar, incluir e melhor servir; A Pessoa com Deficiência no Contexto Brasileiro; Universidade Inclusiva; Conhecendo e Aprendendo a Lidar com a Pessoa com Deficiência; Libras; Administrando as emoções no ambiente de trabalho; Adaptações curriculares e a diversidade em sala de aula: em foco alunos com necessidades educacionais especiais.

Dentre os citados, cabe ainda ressaltar o resultado das capacitações com a temática Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que até 2017 já formou 374 servidores, entre turmas presenciais e EAD. Esse número representa 6,89% do quadro de servidores ativos da instituição. Além de superar a previsão legal de 5%, estabelecida por meio do Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, estamos projetando alavancar esse resultado para 10% até 2020, conforme previsto no Plano de Logística Sustentável da UFRN. Com isso, a instituição vem contribuindo para a implementação de um atendimento de excelência na instituição, alinhada com a perspectiva de inclusão das pessoas com deficiência.

Novo sistema de avaliação de desempenho

O novo sistema de avaliação de desempenho da UFRN continuará seguindo o método de “avaliação 360º”, no qual diferentes perspectivas de análises (autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação da chefia) compõem o conceito final de desempenho do servidor. Entretanto, esse formato foi modificado de forma a gerar um instrumento mais resumido: em vez de formulários personalizados para cada servidor, o que exigia um tempo maior de preenchimento, foi elaborado um formulário único que contempla as diferentes competências esperadas de todos os servidores da Instituição.

Outro aspecto importante desse novo modelo é o processo de *gamificação* (resultado do mesmo projeto do Escritório de Ideias que reestruturou o LNC) pelo qual seu *layout* passou a ser, ampliando as possibilidades de interação do usuário com o sistema, oportunizando, assim, uma experiência mais ergonômica à prática do registro de avaliação de desempenho humano, cadastro e gestão das informações.

Além disso, o novo sistema de avaliação de desempenho aproveitará as localizações dos servidores e as permissões a partir do dimensionamento realizado por suas respectivas chefias, simplificando, desta maneira, os processos de avaliações de desempenho posteriores e conferindo

maior autonomia às unidades. Após o primeiro cadastro no novo sistema, o plano de ação gerencial e o plano individual de trabalho (pré-requisitos para a realização da avaliação) também serão automaticamente reaproveitados para as avaliações de desempenho posteriores, podendo ser atualizados, caso haja a necessidade, a qualquer momento.

O cadastro de “processos” e “metas” na etapa de planejamento do sistema de avaliação são inovações implementadas para melhor reproduzir as atividades que os servidores executam no seu cotidiano, situando-os nos processos de trabalho e vinculando-os às metas traçadas para o desenvolvimento do setor. Busca-se, assim, fazer um retrato mais fiel da realidade de trabalho do servidor.

O formulário de avaliação também passou por modificações qualitativas, tornando-se mais objetivo e com a estrutura unívoca para as diferentes categorias de servidores. Além disso, os conceitos presentes nas escalas também foram alterados de forma a permitir uma avaliação cognitiva, não afetiva. As novas escalas passaram a ter como conceitos máximos “atende” (ao se avaliar conhecimentos, habilidades e metas) e “apresenta” (quando avaliados os aspectos comportamentais e atitudinais). Entretanto, o conceito final de desempenho poderá se elevar, atingindo o conceito oculto de “Supera”, apenas nos casos em que o servidor apresentar excelente desempenho nos itens avaliados e tiver desempenhado funções que, de fato, estejam além de suas obrigações enquanto servidor, como participar de comissões e realizar capacitações, informações que podem ser recuperadas pelo próprio sistema ou alimentadas pelo servidor através de certificados.

A possibilidade de sugestão de capacitação específica para os avaliados é outra inovação que poderá ser utilizada a partir do novo modelo de avaliação de desempenho, que auxiliará a instituição a fornecer uma proposta de qualificação mais próxima das reais necessidades dos trabalhadores, com base nas sugestões cadastradas.

Foi adicionada uma nova etapa ao processo de avaliação: a avaliação institucional. Trata-se de uma oportunidade para que os servidores da UFRN avaliem diversos aspectos dos principais processos institucionais, oferecendo um feedback para a própria instituição. Tal avaliação gerará dados importantes para o contínuo aprimoramento da universidade no que tange a diferentes aspectos institucionais.

Por fim, cumpre enfatizar que as modificações supracitadas poderão melhorar a experiência de avaliação de desempenho dos servidores da UFRN, influenciando quantitativa e qualitativamente a vivência dos usuários no mapeamento de competências e contribuindo para o desenvolvimento da instituição.

Mapeamento das competências institucionais

A UFRN iniciou a implementação da gestão baseada em competências de forma gradual por meio de três grandes etapas: mapeamento e descrição das competências institucionais; das competências das unidades; e das competências individuais (servidor técnico-administrativo, docente e gestor).

Como resultado da etapa mapeamento e descrição das competências institucionais, foram construídos onze competências institucionais (Cidadania e Responsabilidade Social, Comunicação, Ensino, Ética, Extensão, Gestão Estratégica, Gestão de Pessoas, Inovação e Tecnologia, Interiorização e Internacionalização, Pesquisa, Sustentabilidade) que subsidiam o planejamento e os subsistemas da área de gestão de pessoas (seleção, movimentação, avaliação de desempenho e formação) e a consecução da estratégia organizacional.

A partir das competências a serem obtidas pela proposta, será possível alimentar as políticas de capacitação, seleção, movimentação, sucessão e avaliação de desempenho, bem como contribuir na construção de metodologias para mapeamento de competências nas IFES, oferecendo uma alternativa inovadora, bem embasada teoricamente e facilmente adaptável para diferentes contextos de trabalho e públicos.

O quantitativo e a categoria das competências mapeadas podem ser vistos abaixo (Quadros 13 e 14):

Quadro 13– Quantitativo de competências.

CATEGORIAS	QUANTITATIVO DE COMPETÊNCIAS
Diretor de Centro	17
Chefe de Departamento	19
Coordenador de Graduação	21
Coordenador de Pós-Graduação	17

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas – DDP/2017.

Quadro 14 – Categorias das Competências.

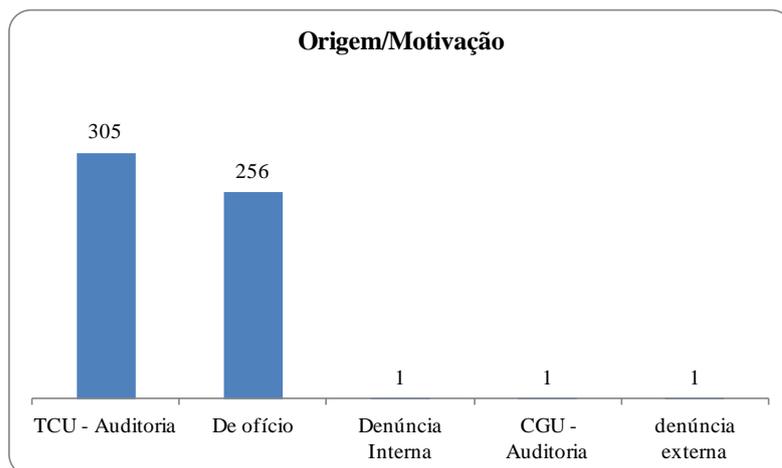
DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DAS COMPETÊNCIAS	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	Esse grupo de competências diz respeito àquelas que envolvem capacidades voltadas para o planejamento, acompanhamento e avaliação das estratégias para o alcance de resultados, utilizando ferramentas gerenciais, considerando a relação de interdependência entre as unidades da instituição, contribuindo para o bom desempenho dos processos de trabalho sob sua gestão.
GESTÃO DAS RELAÇÕES	Esse grupo de competências diz respeito àquelas que envolvem a gestão de pessoas, o relacionamento interpessoal e pessoal, bem como a gestão das emoções.
GESTÃO DAS DECISÕES	Esse grupo de competências diz respeito àquelas que envolvem o empreendedorismo e a geração de novas ideias, a equalização de conflitos, a negociação e gerenciamento de recursos materiais, financeiros, tecnológicos e pessoais.
GESTÃO DAS INFORMAÇÕES	Esse grupo de competências diz respeito àquelas que envolvem o acesso, o tratamento e a disseminação da informação atualizada de forma eficaz, promovendo a interação na sua unidade de trabalho e entre as demais unidades, alinhada com a estratégia da instituição.

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas – DDP/2017.

- *Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.*

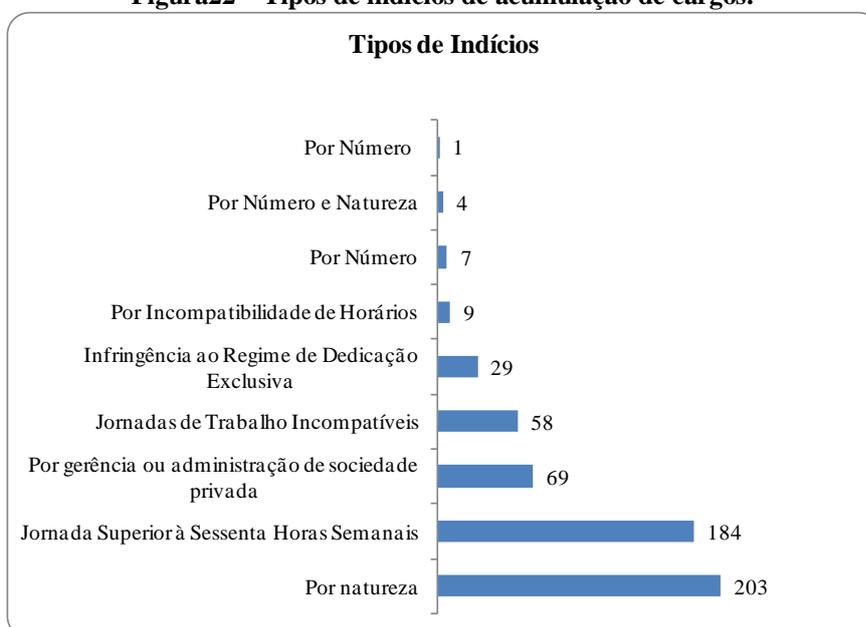
Em 2017 foram analisados 564 processos referentes à acumulação de cargos, bem como concernente à apuração de indícios de exercício de outras atividades em desacordo com a Constituição e a legislação infraconstitucional pertinente ao assunto, decorrentes de investigações internas levadas a cabo pela Coordenadoria de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas (CAC/PROGESP), em razão de nomeações/posses de novos servidores e contratação temporária de pessoal, e de auditorias internas e externas, estas oriundas dos órgãos públicos de controle (Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União etc), bem como dos entes federativos (Estados e/ou Municípios), conforme dados das figuras abaixo:

Figura 21 – Origem e motivação do processo.



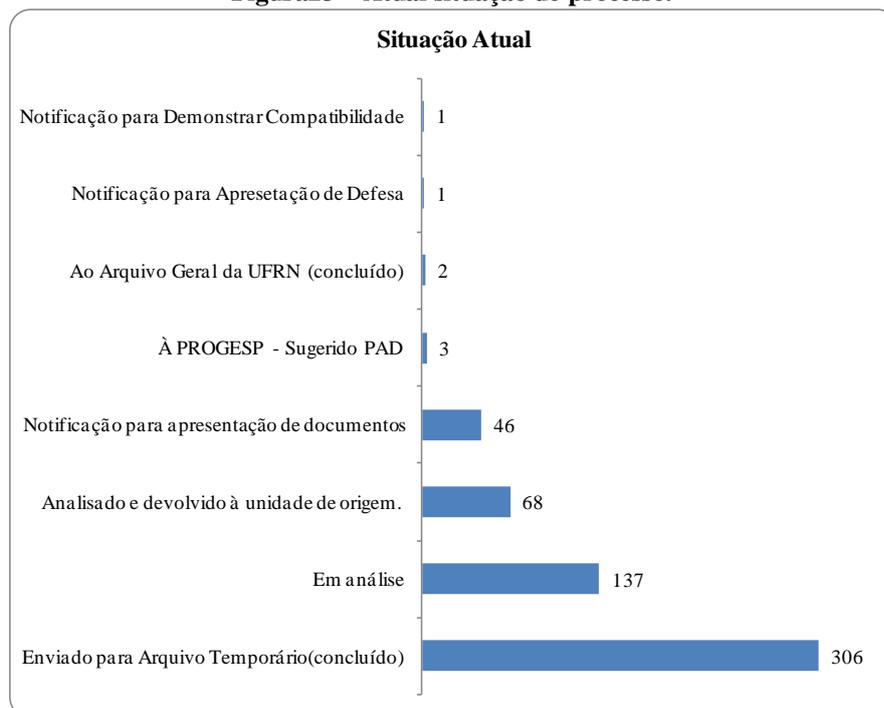
Fonte: Coordenadoria de Acumulação de Cargos .

Figura22 – Tipos de indícios de acumulação de cargos.



Fonte: Coordenadoria de Acumulação de Cargos.

Figura23 – Atual situação de processo.



Fonte: Coordenadoria de Acumulação de Cargos.

Em 2017 foram priorizadas as seguintes ações:

No tocante especificamente às auditorias originárias do Tribunal de Contas da União (TCU), cumpre anotar que a Coordenadoria de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas da UFRN deu prosseguimento à instrução e análise dos processos referentes ao **Acórdão nº 603/2016-TCU-Plenário** Ofício 0250/2016-TCU-SECEX-RN, de 23/3/2016, através de um **plano de ação** criado para atender a essa demanda. Ressalte-se que a instrução e análise dos processos concernentes ao Acórdão nº 2.315/12-TCU-Plenário – objeto de monitoramento daquele Acórdão – está em andamento através do outro plano de ação desta Coordenadoria de Acumulação de Cargos, ainda em execução.

Outrossim, deu-se prosseguimento aos processos instaurados visando à perquirição relativa aos casos enviados pelo TCU, através do **Ofício nº 278-143/2016-TCU/SEFIP/Diaup**, de **13/10/2016**, pelo qual esse Órgão informou a realização de um trabalho de fiscalização para fins de apuração de indícios de irregularidade nas folhas de pagamentos das entidades sob sua jurisdição fiscalizatória, juntamente com planilhas eletrônicas contendo os supostos indícios, num total de **1.039** situações, sendo **823** referentes à acumulação de cargos, e **216** acerca de participação em administração ou gerência de empresa (Art. 117, X, da Lei nº 8.112/90).

Em relação à análise de acumulação de cargos na etapa de provimento de cargo e contratação por tempo determinado, cabe informar que a Coordenadoria vem seguindo o mesmo fluxograma do ano anterior.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à movimentação processual. A partir de 2017, os processos passaram a ser instruídos e analisados no âmbito desta Coordenadoria, tornando-se desnecessário o envio dos autos à unidade de lotação do(a) servidor(a) interessado, para fins de notificação/intimação ou qualquer diligência a ser cumprida. Esta iniciativa resultou em celeridade do processo.

Aliado a essa providência, todos os documentos que integram os autos dos processos físicos que tramitam na CAC/PROGESP são digitalizados e inseridos no respectivo processo virtual no SIPAC, bem assim, os Despachos que são proferidos, de forma a permitir consulta virtual, bem

como facilitar os serviços de impressão dos autos, ressaltando-se os documentos protegidos pelo sigilo.

O sistema SAPIENS, o qual passou a ser utilizado no âmbito da CAC/PROGESP, como consulta para fins de investigação de possível participação de servidor na administração ou gerência de sociedade privada, está sendo de muita valia na elucidação dos casos envolvendo servidores que integram quadro social de pessoa jurídica. Eis, assim, mais uma ferramenta tecnológica que veio melhorar a qualidade da investigação acerca da existência de outras atividades de natureza privada pelo servidor, em concomitância com o exercício do cargo público nesta Instituição.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com Pessoal

Quadro 15–Despesas do pessoal.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	337.305.480,66	9.414.318,40	80.948.709,88	273.240.732,88	35.348.485,50	26.505.937,16	318.055,44	3.302.057,57	8.737.267,17	775.121.044,66
	2016	307.878.267,11	8.393.806,71	76.201.220,07	240.601.483,73	35.501.435,18	26.316.303,11	346.182,12	2.664.640,72	8.805.737,65	706.709.076,40
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	12.923,28	4.017,07	39.474,22	0,00	3.522,90	4.300,52	29.551,01	0,00	93.789,00
	2016	0,00	39.074,72	5.013,52	37.704,06	0,00	4.212,60	0,00	0,00	0,00	86.004,90
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	19.717.811,66	572.377,92	74.653,15	17.230,02	10.992,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	20.417.064,75
	2016	15.522.434,75	587.960,22	74.183,65	15.711,85	24.397,20	0,00	0,00	0,00	24.000,00	16.248.687,67
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	11.000.016,29	0,00	2.174.503,87	6.078.726,72	171.093,54	808.845,65	0,00	103.132,36	278.578,45	20.614.896,88
	2016	9.497.016,85	0,00	1.885.616,80	5.199.693,35	180.913,08	775.236,36	0,00	70.493,97	297.684,85	17.906.655,26
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	16.745.107,30	0,00	1.855.198,31	529.388,72	1.504.232,79	0,00	0,00	12.776,44	0,00	20.646.703,56
	2016	17.948.239,25	0,00	1.887.749,48	621.798,83	1.916.836,62	0,00	0,00	19.127,93	0,00	22.393.752,11
Aposentados e Pensionistas											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558.186.560,99	0,00	1.025.774,95	0,00	559.212.335,94
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482.901.508,03	0,00	2.266.335,76	0,00	485.167.843,79

Fonte: SIAPE/Dez 2017.

Em relação ao quadro de despesas de pessoal, todas as informações do ano de 2016 e 2017 foram estratificadas conforme a classificação do grupo de servidores solicitada.

Na coluna “Retribuições”, foram consideradas as rubricas relacionadas à gratificação de CD (Cargo de Direção) e FG (Função Gratificada) e na coluna “Gratificações”, as referentes à gratificação natalina, gratificação por encargo de curso ou concurso e Retribuição por Titulação. Na coluna “Adicionais”, foram consideradas aquelas relacionadas ao adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviço extraordinário; adicional noturno; adicional de férias; APH (Adicional de Plantão Hospitalar); Sobre Aviso; Adicionais de Qualificação; outros relativos ao local ou à natureza do trabalho. Na coluna “Indenizações”, foram consideradas as rubricas relacionadas a auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, ajuda de custo e diárias. Na coluna “Benefícios Assistenciais e Previdenciários”, foram consideradas as rubricas relacionadas à assistência médica, auxílio natalidade e abono permanência. Na coluna “Demais Despesas Variáveis” foram consideradas as rubricas relacionadas a substituição.

Em relação ao valor total da despesa com pessoal, em 2017 houve um acréscimo de 11,82% em relação à 2016, pois além do reajuste concedido em janeiro para os técnicos administrativo e docentes e em agosto para os docentes, houve natural aumento vegetativo, como progressões, pagamento extraordinário de despesa com exercício anterior, dentre outros.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Com base nos riscos mapeados em 2016, a UFRN desenvolveu instrumentos para gerenciar os planos de ações dos processos de Gestão de Pessoas.

Diante disso, foi definido um cronograma para que pudesse ser gerenciado, semestralmente, 100% dos eventos de riscos dos processos mapeados. Com base no mesmo, analisou-se 42 (quarenta e dois) eventos de riscos presentes em todos os processos iniciados e finalizados no primeiro semestre de 2017, e com isso, pôde-se verificar se o plano de ação e de contingência descritos estavam sendo executados, bem como se estavam sendo eficazes para a minimização dos riscos dos eventos.

Em 2017, os planos de ação de 28 desses eventos foram executados e concluídos, enquanto 14 eventos estão com suas ações iniciadas ou em desenvolvimento.

Dessa forma, a Universidade está direcionando esforços para que os eventos de riscos sejam gerenciados de maneira cada vez mais efetiva, proporcionando uma melhoria contínua nos processos de gestão de pessoas.

Além das providências adotadas no gerenciamento de riscos dos processos de Gestão de Pessoas, a Universidade avançou em 2017 na área de gestão de riscos, implementando a Política de Gestão de Riscos (Resolução nº 016/17 do CONSAD – Conselho de Administração) por meio do Plano de Riscos, aprovado pela Resolução nº 076/2017-CONSAD.

Assim, em 2018, o desafio é alinhar a metodologia de gestão de riscos atualmente aplicada à gestão de pessoas ao Plano de Riscos da Universidade. Assim, ampliando o escopo de análise a todos os processos de gestão de pessoas, será possível identificar os principais riscos atrelados a essa área e posteriormente geri-los por meio de medidas mitigadoras definidas para esse fim.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

A força de trabalho terceirizada, conforme detalhada no quadro abaixo, destina-se hoje na UFRN exclusivamente às atividades que, nos termos do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, podem ser objeto de execução indireta, como atividades acessórias, instrumentais ou complementares, quais sejam: atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações e, que, considerando a Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, foram considerados cargos extintos ou em extinção na carreira. Assim, nos termos dos contratos de terceirização celebrados pela UFRN, informa-se que as atividades terceirizadas são essencialmente acessórias, não havendo terceirização de atividade fim desta Instituição.

Em termos de proporção da força de trabalho terceirizada em relação à força de trabalho total da UFRN, a terceirização hoje corresponde a 20% da força total de trabalho, totalizando 1.402 funcionários dos 7.201 funcionários que laboram nesta Universidade (Docentes efetivos e substitutos, Técnico-administrativos e terceirizados).

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS (REGULAR)

Quadro 16 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.

Unidade Contratante						
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						
UG/Gestão:153103 / 15234						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2016	Locação de mão de obra para prestação de serviços de limpeza e higienização nas áreas internas e externas.	03.149.159/0001-28	01/08/2016	31/07/2018	Ensino fundamental	Ativo Prorrogado
2013	Serviços de limpeza e conservação nas áreas urbanas do entorno do Campus Universitário.	06.982.630/0001-95	25/11/2013	24/11/2017	Ensino fundamental	Não Prorrogado
2016	Prestação de serviços de locação de mão de obra para atender atividades de apoio administrativo, técnico e operacional.	07.783.832/0001-70	01/09/2016	31/08/2018	Ensino fundamental, ensino médio e curso Técnico	Ativo Prorrogado
2016	Prestação de serviços de locação de mão de obra para atender atividades de categorias Funcionais voltadas à Construção Civil	07.783.832/0001-70	01/09/2016	31/08/2018	Ensino fundamental e Médio	Ativo Prorrogado
2016	Serviço de vigilância armada, desarmada e motorizada	04.008.185/0001-28	01/09/2016	31/08/2018	Ensino fundamental e Médio	Ativo Prorrogado

Fonte: Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos/UFRN.

Não houve nenhum registro de despesa com estagiário no ano de 2017. Contudo, apresenta-se a seguir o Quadro 17 representando a evolução das quantidades e das despesas referente aos estagiários nos anos de 2014 a 2017.

Quadro 17 - Evolução das quantidades e das despesas com estagiários

ANO	VALORES	QUANTIDADE DE BOLSAS
2014	R\$ 201.066,00	48
2015	R\$ 155.740,00	38
2016	R\$ 46.658,67	20
2017	R\$ 0,00	0

Fonte: SIAPE

6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais não contratou e nem intermediou, até o presente, nenhum serviço de consultoria no âmbito dos acordos de cooperação internacionais firmados pela UFRN.

Entretanto, dada a importância desse tipo de serviço e a necessidade latente que se tem de sua contratação, uma vez que isso poderá ser exigido por um parceiro estrangeiro a qualquer momento, é preciso ter bem definidas as diretrizes para a solicitação e operacionalização da contratação de consultores.

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS

A UFRN possui o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – Viver em Harmonia cujas ações buscam contemplar as diretrizes previstas em sua Política (aprovada por meio da Resolução 011/2017 – CONSAD de 06 de Abril de 2017), bem como propor ações pensadas e desenvolvidas de acordo com os eixos norteadores dessa mesma política (promoção da saúde e segurança no trabalho, desenvolvimento de pessoas, lazer e vida social, práticas de gestão do trabalho).

A Universidade, em 2017, promoveu 918 ações que visam contribuir para o favorecimento e manutenção dos mais elevados níveis de bem-estar físico, mental e social dos servidores, totalizando 28.795 participações. Cabe ressaltar que a periodicidade das ações ocorreu de acordo com a peculiaridade de sua natureza e/ou demanda. Além disso, é comum uma pessoa se envolver em mais de uma ação.

De acordo com os eixos previstos na Política de Qualidade de Vida no Trabalho da UFRN, as ações realizadas em 2017 foram:

- a) Ações vinculadas à promoção da saúde e segurança do trabalho: contribui para o favorecimento e manutenção dos mais elevados níveis de bem-estar físico, mental e social dos servidores.
 - Ação para gestantes;
 - Atividades físicas, esportivas e de lazer;
 - Ginástica laboral integrativa;
 - (Re)Avaliação Integrada de Saúde (Física/ Nutricional/Clinica);
 - Pilates na Bola;
 - Oficinas Culinárias;
 - Projeto de prevenção à Hipertensão e Diabetes – HIPERBETES;
 - Projeto de Enfrentamento ao Sobrepeso e à Obesidade – PESO;
 - Grupo Terapêutico para Depressão;

- Grupo de Enfrentamento à Ansiedade Social;
 - Campanha de Estímulo-premiação para os servidores que realizam atividades físicas;
 - Nutrição e Qualidade de Vida;
 - Projeto anti Tabagismo- Mais Saudável sem cigarros;
 - Projeto de prevenção as doenças imunopreveníveis - PRO-VACINA;
 - Tenda Social - DAS itinerante;
 - Projeto de prevenção a Saúde Bucal – PROSAB;
 - Projeto de Nutrição – PRONUTRI;
 - Projeto Vida com Maturidade (Atenção ao envelhecimento saudável e planejamento para aposentadoria);
 - Grupo de Apoio ao Dependente do álcool – GADA;
 - Grupo de Apoio aos familiares dependentes do álcool – ALANON;
 - Projeto de Integração e Valorização de Talentos artesanais dos servidores da UFRN (PROTALENTOS);
 - Exames Periódicos;
 - Projeto DAS Inclusivo – PRODASIN;
 - Programa de Aconselhamento em Saúde (Orientação sexual, distribuição de insumos e testagem rápida em HIV, Sífilis e Hepatites B e C);
 - Plantão Psicossocial;
 - Cursos de Promoção da Segurança do Trabalho para Servidores Docentes e Técnicos Administrativos nos ambientes laborais;
 - Conscientização dos Servidores Recém admitidos através da palestra “Noções Gerais Sobre Segurança do Trabalho” ofertada semestralmente no Seminário de Integração com novos servidores da UFRN;
 - Cursos de Prevenção de Incêndios para Servidores Docentes e Técnicos Administrativos nos ambientes laborais;
 - Inspeções nos ambientes laborais e avaliações das atividades desenvolvidas pelos servidores;
 - Análise dos Acidentes em Serviço, de forma a mitigar o problema e evitar ocorrências de mesma natureza;
 - Campanhas de saúde (Zero discriminação, Janeiro branco, Abril verde, Setembro amarelo, Outubro rosa, Novembro azul, Dezembro vermelho, Higienização dos alimentos, Mês do Servidor - doação de sangue).
- b) Ações vinculadas ao desenvolvimento de pessoas: promove o desenvolvimento pessoal e profissional permanente do servidor público, adequando as suas competências aos objetivos da instituição, orientado pelas políticas de Gestão de Pessoas e pela identidade institucional, comprometido com a função social da UFRN.
- Navegos Círculos de Leitura;
 - Portfólio de Cultura da Paz;
 - PROGESP Itinerante;
 - Interiorização das ações da CQVT;
 - Microdiagnóstico Ergonômico de QVT;
 - Comitê Gestor de QVT;
 - Comitê Técnico de QVT.
- c) Ações vinculadas ao lazer e vida social: fenômeno moderno e necessário às necessidades dos seres humanos, caracterizando-se por períodos de vivências lúdicas, culturais e, até mesmo, relaxantes.

- Teatro, Educação Física e Cultura Popular;
 - Práticas de Relaxamento;
 - Aula de Canto;
 - Curso de Fotografia Digital;
 - Datas comemorativas;
 - Harmonias Sonoras no Trabalho;
 - Olimpíadas dos Servidores.
- d) Ações vinculadas a práticas de gestão do trabalho: objetiva incentivar e desenvolver nos servidores o comprometimento, a motivação e a humanização no contexto do trabalho.
- Portfólio das Ações de Reconhecimento;
 - Portfólio da Cultura de Paz;
 - Programa de Capacitação para Gestores.
 - Cartilha de Assédio Moral (<http://www.progesp.ufrn.br/hotsite/assedio/>)
 - Revista Gente (<http://www.progesp.ufrn.br/revista.php>)
 - Escritório de Ideias (<http://www.escritoriodeideias.ufrn.br/>)

6.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão de frotas de veículos

Nesta seção são apresentadas informações relacionadas à gestão de frotas de veículos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em observância as instruções sugeridas pelo Tribunal de Contas da União por meio das orientações nos itens de referência deste relatório.

a) Legislação aplicável e forma de utilização das frotas de veículos

No tocante a legislação aplicável à gestão de frotas de veículos no âmbito da UFRN para o exercício de suas atividades, ressalta-se a observância da Lei n.º 1.081/1950 e Lei n.º 9.327/1996, além das orientações dispostas nos Decretos n.º 6.403/2008 e 99.658/1990. Todavia, apesar da ausência de normativos internos formais acerca do assunto, a administração dispõe de um sistema de gestão, denominado de SIPAC, mais especificamente o módulo de transporte-SIPAC, utilizado como ferramenta de gestão e padronização de rotinas no âmbito da gestão de frotas de veículos. Complementarmente, são observadas as cláusulas dispostas nos contratos n.º 18/2015 e 55/2017, relativas à prestação de serviço de locação de veículos, em caráter eventual, para apoio a serviços externos no interesse da universidade.

Cabe ressaltar, ainda, que o gerenciamento da frota de veículos da UFRN é realizado por meio da Coordenadoria de Gestão de Transportes, setor vinculado à Pró-reitoria de Administração, cujas atribuições estão previstas no regimento interno da Reitoria. Dentre outras atribuições, incumbe a esse setor sistematizar a gestão da frota de veículos de uso comum e de uso institucional de acordo com a legislação que regula o uso de veículos oficiais. Além disso, a Coordenadoria de Gestão de Transportes é responsável por promover a gestão pessoal (tanto do quadro da UFRN como de prestadores de serviços terceirizados) e patrimonial, assim como a execução física e respectiva fiscalização dos contratos de fornecimento de combustíveis e de manutenção dos veículos.

Na UFRN, para gestão e operacionalização do serviço de transporte, são empregados tanto servidores do quadro de pessoal como terceirizados, com predominância da terceirização nas atividades operacionais, sobretudo na condição de motoristas, amparados pelo Decreto n.º 2.271/1997. Com relação aos motoristas, a UFRN tem seu gerenciamento distribuído na

Administração Central (veículos destinados às atividades de natureza administrativa), na Administração dos Centros Acadêmicos e nas Unidades Acadêmicas Especializadas (ECT, EAJ, EM).

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A UFRN possui diversas atividades necessárias para o funcionamento da instituição que são executadas fora de seu ambiente interno. Nesse contexto, o serviço de transporte apresenta-se de suma importância, uma vez que colabora para o desempenho de tais atividades por meio do deslocamento de pessoas, objetos e documentos, impactando diretamente no alcance de sua missão institucional.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade, bem como sua totalização por grupo geral.

A utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional é regida pelo Decreto n.º 6.403/2008. Segundo o Decreto, os veículos são classificados conforme os “fins de utilização”. Sendo assim, na UFRN os veículos estão enquadrados apenas nos incisos III (veículos de transporte institucional) e IV (veículos de serviços comuns) do art. 2º do mencionado decreto, e estão destinados ao atendimento das demandas de naturezas administrativas e acadêmicas vinculadas às atividades das diversas unidades da UFRN.

No que diz respeito à classificação dos veículos constante do Decreto n.º 6.403/2008, visando atender às instruções do TCU sobre a abordagem do assunto na elaboração do relatório de gestão, a partir do ano de 2013, a Superintendência de Informática vem aprimorando o módulo de transporte-SIPAC, o qual faz parte do sistema de controle de transporte da UFRN, ao mesmo tempo em que a Coordenadoria de Gestão de Transporte vem se aperfeiçoando no lançamento das informações relacionadas aos deslocamentos dos veículos. Sendo assim, neste relatório serão demonstradas as informações considerando a classificação dos veículos vigente no módulo de transporte-SIPAC bem como as dispostas nos contratos firmados para prestação de serviço de locação de veículos.

Quadro 18 – Quantidade de veículos disponíveis pertencentes à frota de veículos ativa da UFRN

Classificação	Fins de Utilização	Caráter	Total
Veículo do tipo motocicleta	Rota de Segurança	Permanente	15
Veículo do tipo automóvel	Transporte de pessoas**	Permanente	85*
Veículo do tipo micro-ônibus	Transporte de pessoas**	Permanente	19
Veículo do tipo ônibus	Transporte de pessoas**	Permanente	22
Veículo do tipo camioneta***	Transporte de pessoas**	Permanente	10
Veículo do tipo caminhonete	Transporte de materiais	Permanente	40
Veículo do tipo caminhão	Transporte de materiais	Permanente	23
Veículo do tipo trator de rodas	Transporte de materiais	Permanente	7
Veículo do tipo trator misto	Transporte de materiais	Permanente	1
Veículo do tipo reboque	Transporte de materiais	Permanente	1
Total de veículos pertencentes à frota ativa da UFRN			223

* Do total dos 85 veículos classificados em “veículo do tipo automóvel”, 4 (quatro) estão enquadrados como “veículos de transporte institucional”, conforme o art.2º do Decreto n.º 6.403/2008.

** Considera-se o transporte de pessoas, o deslocamento a serviço da instituição de estudantes, autoridades, colaboradores e materiais visando atender as demandas da UFRN.

*** Os veículos classificados como camioneta pela UFRN, atualmente são todos do modelo “KOMBI”.

Fonte: Módulo de transporte-SIPAC

Quadro 19 – Quantidade de veículos vinculados ao contrato n°. 55/2017

Classificação	Fins de Utilização	Caráter	Total
Veículo do tipo executivo	Transporte de pessoas*	Eventual	De acordo com a demanda
Veículo do tipo popular	Transporte de pessoas*	Eventual	De acordo com a demanda
Veículo do tipo pick-up	Transporte de pessoas*	Eventual	De acordo com a demanda
Veículo do tipo minivan	Transporte de pessoas*	Eventual	De acordo com a demanda
Veículo do tipo Van	Transporte de pessoas*	Eventual	De acordo com a demanda

* Considera-se o transporte de pessoas, o deslocamento a serviço da instituição de estudantes, autoridades, colaboradores e materiais visando atender as demandas da UFRN.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 20 – Quantidade de veículos vinculados ao contrato n°. 18/2015

Classificação	Fins de Utilização	Caráter	Total
Veículo tipo ônibus	Transporte de pessoas*	Eventual	De acordo com a demanda
Veículo tipo micro-ônibus	Transporte de pessoas*	Eventual	De acordo com a demanda
Veículo tipo passeio	Transporte de pessoas*	Eventual	De acordo com a demanda

*Considera-se o transporte de pessoas, o deslocamento a serviço da instituição de estudantes, autoridades, colaboradores e materiais visando atender as demandas da UFRN.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

d) Média mensal de quilômetros rodados e deslocamento anual em quilômetros, por grupos de veículos, de acordo com a classificação dos veículos supramencionados

Quadro 21 – Deslocamento anual em quilômetros de veículos pertencentes à frota de veículos ativa da UFRN

Classificação	Quantidade	Média em KM mensal por veículo	Média em KM mensal de todos os veículos	Deslocamento anual em quilômetros
Veículo do tipo motocicleta	15	577	8.662	103.940
Veículo do tipo automóvel	85	666	56.638	679.657
Veículo do tipo micro-ônibus	19	1.176	22345	268.136
Veículo do tipo ônibus	22	4.245	93.400	1.120.803
Veículo do tipo camioneta	10	984	9837	118.048
Veículo do tipo caminhonete	40	807	32.282	387.388
Veículo do tipo caminhão	23	968	22.270	267.234
Veículo do tipo trator de rodas*	7	-	-	-
Veículo do tipo trator misto*	1	-	-	-
Veículo do tipo reboque*	1	-	-	-

* Os veículos do tipo trator de rodas, trator misto e reboque não possuem hodômetro, assim não auferindo resultados de km rodados.

Fonte: Módulo de transporte-SIPAC

Quadro 22 – Deslocamento anual em quilômetros de veículos vinculados ao contrato n°. 55/2017

Classificação	Quantidade de diárias anuais	Deslocamento anual em quilômetros
Veículo do tipo executivo	1	665
Veículo do tipo popular	4	880
Veículo do tipo pick-up	-	-
Veículo do tipo minivan	5	1.247
Veículo do tipo Van	17	6.005

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 23 – Deslocamento anual em quilômetros de veículos vinculados ao contrato n°. 18/2015

Classificação	Quantidade de diárias anuais	Deslocamento anual em quilômetros
Veículo - tipo ônibus	Não se aplica	23.389
Veículo - tipo micro-ônibus	Não se aplica	1.200
Veículo - tipo passeio	Não se aplica	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

e) Idade média da frota, por grupo de veículos.

Quadro 24 – Idade média dos veículos pertencentes à frota de veículos ativa da UFRN

Classificação	Fins de Utilização	Caráter	Idade média dos veículos
Veículo do tipo motocicleta	Rota de Segurança	Permanente	7,73 anos
Veículo do tipo automóvel	Transporte de pessoas	Permanente	8 anos
Veículo do tipo micro-ônibus	Transporte de pessoas	Permanente	7,21 anos
Veículo do tipo ônibus	Transporte de pessoas	Permanente	7,32 anos
Veículo do tipo camioneta	Transporte de pessoas	Permanente	9,53 anos
Veículo do tipo caminhonete	Transporte de materiais	Permanente	9,05 anos
Veículo do tipo caminhão	Transporte de materiais	Permanente	8,52 anos
Veículo do tipo trator de rodas	Transporte de materiais	Permanente	13,57 anos
Veículo do tipo trator misto	Transporte de materiais	Permanente	10 anos
Veículo do tipo reboque	Transporte de materiais	Permanente	22 anos

Fonte: Módulo de transporte-SIPAC

Quadro 25 – Idade média dos veículos no Contrato n.º 18/2015

Classificação	Fins de Utilização	Caráter	Idade média dos veículos
Veículo do tipo ônibus	Transporte de pessoas	Eventual	Até 5 anos*
Veículo do tipo micro-ônibus	Transporte de pessoas	Eventual	Até 5 anos*
Veículo do tipo passeio	Transporte de pessoas	Eventual	Até 3 anos*

* Conforme contrato n.º 18/2015, todos os veículos disponíveis devem ter ano de fabricação mínima de até 5 e 3 anos, respectivamente, do ano corrente ao contrato, conforme objeto.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 26 – Idade média dos veículos no Contrato n.º 55/2017

Classificação	Fins de Utilização	Caráter	Idade média dos veículos
Veículo do tipo executivo	Transporte de pessoas	Eventual	Até 2 anos *
Veículo do tipo popular	Transporte de pessoas	Eventual	Até 2 anos*
Veículo do tipo pick-up	Transporte de pessoas	Eventual	Até 2 anos*
Veículo do tipo minivan	Transporte de pessoas	Eventual	Até 2 anos*
Veículo do tipo Van	Transporte de pessoas	Eventual	Até 2 anos*

* Conforme contrato n.º 55/2017, todos os veículos disponíveis devem ter ano de fabricação mínima 2015/2016.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

No exercício de 2017, levando-se em conta todos os tipos de veículos agregados a frota ativa da UFRN, assim como as referidas alienações realizadas em exercícios anteriores, estão incorporados ao patrimônio da UFRN 223 veículos. Ainda em relação ao detalhamento da frota de veículos, compete evidenciar que a UFRN não dispõe de frota terceirizada, apenas utiliza-se de motoristas terceirizados para dirigir os veículos de sua própria frota.

No entanto, considerando que em muitos casos a frota de veículos torna-se insuficiente para atender as demandas da instituição, sobretudo da área acadêmica, foram realizadas (2) duas licitações visando à contratação da prestação de serviço de locação de veículos, abrangendo tanto a locação do veículo, como também a disponibilização de motorista, seguro e combustível (limitado à franquia). Essas licitações resultaram nos contratos 18/2015 e 55/2017, sendo o primeiro contrato para locação de veículos do tipo locação de ônibus e micro-ônibus, além de veículo do tipo passeio destinado apenas na cidade de Brasília-DF e o segundo contrato para locação de veículos do tipo executivo, popular, pick-up, minivan e Van, ou seja, veículos de pequeno porte, ambos destinados ao transporte de professores, estudantes e servidores à serviço da UFRN.

No exercício de 2017, as despesas com os contratos de prestação de serviço de locação de veículos totalizaram R\$ 133.497,03, implicando numa redução de 42% em relação ao exercício de 2016 conforme mostra o quadro a seguir:

**Quadro 27 – Custo com os serviços de transporte por meio de contratos.
Valor em R\$1,00**

Objeto	Exercício de 2016		Exercício de 2017	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Locação de ônibus e micro-ônibus, para transporte de professores, estudantes e servidores da UFRN.	18/2015	189.764,39	18/2015	114.361,33
Serviços de locação de veículo, em caráter eventual, para transporte de servidores, professores, alunos e colaboradores eventuais, em serviço, com serviços de motorista, combustível e seguro total.	51/2012	40.257,09	55/2017	19.135,70
Despesa Total com serviço de transporte	230.021,48		133.497,03	

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Concerne ressaltar, entretanto, no caso do contrato nº 51/2012, para veículos de pequeno porte, que a Administração Central juntamente com a comunidade acadêmica e administrativa não foi favorável à sua renovação. Foi constatado que sua execução estava sendo onerosa, sobretudo para atendimento às solicitações das unidades e centros acadêmicos do interior do estado, uma vez que, na forma como o contrato foi projetado, a empresa contratada incluía no seu custo o deslocamento da sede (capital) até a cidade de origem da viagem e vice-versa. Por essa razão, a decisão da Administração foi de não renovação do referido contrato e, conseqüentemente, a realização de um novo procedimento licitatório que atendesse tal demanda de forma mais econômica.

O novo processo licitatório resultou no contrato nº. 55/2017, o qual está sendo executado de forma mais econômica do que o contrato anterior. Neste caso, infere-se que a Administração está sempre em alerta para casos que necessitem serem analisados visando uma maior economia de recursos, considerando o interesse da Universidade.

f) Despesas associadas à manutenção da frota

No tocante as despesas associadas à manutenção da frota, a UFRN dispõe de contratos para(1) a manutenção da frotae para (2) o fornecimento de combustíveis, ambos para a frota de veículos ativa. Ressalta-se que o fornecimento de combustíveis nos contratos de prestação de serviço de locação de veículos está incluso no valor da diária, limitados a franquia disposta nos contratos, sendo arcadas tais despesas pela UFRN somente quando ultrapassar o limite disposto. Os gastos com combustíveis vinculados a tais contratos encontram-se contemplados nos valores dos contratos executados em 2017, citados no quadro anterior.

Ainda em tempo, em relação aos contratos de manutenção e fornecimento de combustíveis para a frota de veículos ativa, informa-se que tais serviços também são viabilizados mediante a contratação de terceiros, sendo disponibilizados para os usuários (unidades acadêmicas/administrativas) dois contratos de manutenção, um para veículos de porte médio ou pequeno (combustível álcool ou gasolina) e outro para veículos de médio ou grande porte (combustível óleo diesel).

De acordo com o relatado no tópico atinente, às considerações sobre a gestão da frota, às solicitações referentes ao abastecimento de veículos, bem como o acompanhamento e cronograma para a manutenção dos veículos, são conduzidos por meio da Coordenadoria de Gestão de Transportes, a quem compete o controle e o respectivo registro de tais solicitações. Salienta-se que, o fornecimento de combustíveis pela empresa contratada é gerido por meio de sistema de gerenciamento de cartões de crédito, cuja administradora deve assegurar à UFRN uma rede de postos de abastecimento compatível com as necessidades da universidade.

O Quadro a seguir apresenta os dados sintéticos das despesas no exercício de 2017 com os contratos de fornecimento de combustíveis e manutenção dos veículos, observando-se que tais

contratos destinam-se tanto para a frota de veículos ativa nos termos apresentados neste relatório, como também para outros tipos de equipamentos (máquinas, geradores). Neste quadro também estão contemplados os custos referentes às taxas de licenciamento e seguro obrigatório, conforme valores definidos pelo Departamento de Trânsito local no exercício de 2017.

Observa-se que no ano de 2017 houve acréscimo nas despesas associadas à manutenção da frota, sobretudo àquelas relativas aos contratos de manutenção, e, para esse ponto, ressaltamos que, dentro das diretrizes definidas pelo Ministério de Planejamento nos dois últimos exercícios (2016 e 2017), através das Portarias nº 67-MPOG, de 1º de março de 2016 e nº 234-MPDG, de 19 de julho de 2017, as quais vedaram, de forma genérica, a aquisição de veículos, houve um envelhecimento natural da frota desta UFRN, o qual provocou maiores despesas com a sua manutenção, bem como levou a gestão à investir na melhoria da mesma, para correções de desgastes físicos (lanternagem, pintura e capotaria) e também mecânicos/elétricos.

Quadro 28 – Despesas associadas à manutenção da frota (manutenção de veículos, fornecimento de combustíveis, licenciamento e seguro obrigatório)

Objeto	Exercício de 2016		Exercício de 2017	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Gerenciamento informatizado de decombustíveis com utilização de cartão eletrônico e magnético, envolvendo a implantação do sistema e fornecimento (gasolina, álcool e diesel), visando atender aos veículos pertencentes à UFRN.	10/2015	1.849.727,33 501.618,4 Litros	10/2015	1.709.709,79 505.846,6 Litros
Serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, capotaria e estofaria, em veículos de portes médios e grandes e motocicletas, pertencentes ao patrimônio da UFRN, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção e funilaria, bem como serviço de reboque.	10/2014	1.046.030,79	10/2014	1.254.299,18
Serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, lanternagem, em veículos de portes pequenos e médios, pertencentes ao patrimônio da UFRN, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção e funilaria, bem como serviço de reboque.	15/2014	421.367,37	15/2014	624.073,09
Serviços de lanternagem, pintura e capotaria em veículos de portes pequenos e médios, pertencentes ao patrimônio da UFRN, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção e funilaria, bem como serviço de reboque.	20/2014	23.657,42	20/2014	97.267,50
Taxas de Licenciamento e Seguro Obrigatório	DETRAN - RN	51.539,20	DETRAN - RN	34.987,97
Total de Despesas associadas à manutenção da frota		3.392.322,11		3.771.876,73

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos e DCF/UFRN

Importante ressaltar, por oportuno, que a legislação específica sobre veículos de transporte e as informações solicitadas no relatório de gestão são incompatíveis para tratar os veículos que têm importância nas despesas globais com manutenção e consumo de combustível, já que muitos não são utilizados na perspectiva de transporte de pessoas ou de cargas (muitos sequer possuem hodômetro), como é o caso de tratores agrícolas ou de serviços de terraplenagem, escavação (retroescavadeiras).

g) Planejamento das Aquisições e substituição da frota

A substituição da frota ocorre de forma planejada, conforme os procedimentos de rotina adotados pela instituição. Dessa maneira, consoante já apresentado em relatórios anteriores, o planejamento das aquisições de veículos sucede em regime anual, considerando a execução descentralizada do orçamento, de acordo com a disponibilidade de cada unidade.

A operacionalização desse planejamento inicia-se com a coleta das demandas das unidades para a realização da licitação anual. O calendário anual aprovado pelo CONSAD estabelece o prazo limite para a coleta das demandas, o qual, em regra, costuma ser em abril do ano corrente.

Ao apresentar a demanda, a unidade informa o perfil do veículo a ser adquirido bem como se a aquisição implica em substituição de veículo antigo ou de incremento na frota da unidade. A partir da consolidação das demandas, é realizado um estudo de análise, por meio da Coordenadoria de Gestão de Transporte em conjunto com a Administração Central, quanto à necessidade de substituição e/ou incremento daquele veículo na unidade. A consolidação das demandas possibilita o planejamento da licitação para as aquisições de veículos, bem como para a licitação de alienações.

Quanto aos veículos vinculados aos contratos, os mesmos são substituídos conforme a vigência do contrato e/ou renovação, de forma que se mantenham as mesmas condições iniciais do contrato tanto qualitativamente quanto economicamente.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Recentemente, a UFRN realizou uma análise para averiguar qual alternativa seria mais vantajosa: (1) investimento em frota de veículos ativa ou (2) prestação de serviço de locação de veículos. Após analisar os gastos de algumas das atividades da UFRN envolvendo o serviço de transporte, constatou-se, entre outros aspectos, que, para as viagens diárias com pequenos deslocamentos, principalmente para entrega de material/documento, a frota própria se mostrava mais eficiente e econômica, uma vez que conseguia realizar diversos serviços sem a necessidade de pagamento de várias diárias.

No entanto, para viagens longas, onde é necessário o pernoite, os custos da locação de veículos se apresentaram mais viáveis. Assim, a UFRN adotou por bem um regime híbrido, o qual periodicamente é averiguado.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A Coordenadoria de Gestão de Transporte da UFRN, visando assegurar uma gestão eficiente e econômica dos serviços de transportes, dispõe de um sistema de gerenciamento administrativo, denominado SIPAC, mais especificamente, módulo de transporte-SIPAC. O módulo de transporte-SIPAC vem desde 2012 passando por readequações em sua concepção original de modo a viabilizar o fornecimento de dados/informações contidas nos normativos do TCU relativos aos relatórios de gestão, bem como aperfeiçoar suas funcionalidades para os usuários.

Sob a perspectiva do usuário – unidades acadêmicas e/ou administrativas - as regras de uso (solicitação de transporte/viagens), também sem normativo formal, mas fundamentadas na legislação federal, estão implementadas na Requisição de Transporte/Viagem do SIPAC, acessível por meio do Portal Administrativo. A partir dessas requisições são geradas as informações básicas que alimentam a base de dados do SIPAC para a realização da despesa com a viagem/veículo (alocação do veículo pela Coordenadoria de Gestão de Transporte, autorização do abastecimento, entre outros). Cumpre ressaltar que a frota de veículos é avaliada periodicamente quanto a sua situação e que todos os gastos são supervisionados pela Coordenadoria de Gestão de Transporte.

No âmbito dos contratos de prestação de serviço de locação de veículos, o serviço é solicitado via requisição no sistema de gestão administrativo da universidade, o SIPAC. Existe também o acompanhamento na prestação do serviço por parte do fiscal do contrato, verificando-se o cumprimento das cláusulas contratuais vigentes.

Conclusões e perspectivas para o ano de 2018

Em face dos novos desafios que são postos à gestão pública, sobretudo no que diz respeito ao gerenciamento de riscos, é imprescindível que os controles estabelecidos atualmente no SIPAC sejam normatizados e publicizados para a comunidade usuária da frota de veículos, evidenciando maior transparência dos gastos realizados. Além disso, se faz necessário a normatização interna sobre a utilização e organização dos serviços de transporte na UFRN.

Ademais, em conformidade com o que já foi apresentado no tópico “razões de escolha da aquisição em detrimento da locação”, está em realização um estudo de viabilidade da renovação da frota própria ativa desta universidade. Inclusive, essa ação é uma meta do “Plano de Ação de Deslocamento de Pessoal” do PLS/UFRN para o ano de 2018. A meta tem por justificativa a análise de viabilidade da utilização da frota própria ativa da UFRN em relação ao uso de frota terceirizada, agenciamento de táxi por meio de aplicativo, cooperativa de táxi e de frota híbrida, garantindo que estejam em circulação veículos menos poluentes e com menor custo.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações sobre veículos nessas condições

Em relação à política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, ressalta-se que não há disposição ou norma interna sobre a destinação de veículos inservíveis ou fora de uso regulamentada pela UFRN. Apesar disso, a UFRN adota as orientações contidas no Decreto nº 99.658/90.

Sendo assim, na medida em que um veículo se enquadra na classificação de antieconômico ou inservível, são tomadas as providências relativas à sua alienação. A alienação de tais bens inservíveis ocorre por meio de leilão, sendo o último realizado no ano de 2015. Normalmente, como esses veículos estão fora de circulação, as despesas relativas aos mesmos se limitam às taxas de licenciamento e seguro obrigatório pagas junto ao Departamento de Trânsito local, conforme valores estabelecidos na resolução específica desse departamento (DETRAN/RN).

6.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

As informações apresentadas nesse tópico seguem as instruções sugeridas pelo Tribunal de Contas da União por meio das orientações nos itens de referência deste relatório, bem como as adequações para melhor apresentação dos dados da instituição.

Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada

A gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade da UFRN, atualmente, é exercida pela Pró-reitoria de Administração, por meio da Diretoria de Material e Patrimônio (DMP), conforme Resolução n.º 20/2015 – CONSUNI.

À DMP compete exercer o controle imobiliário de forma centralizada, sendo responsável pela realização de controles e registros relacionados ao patrimônio nos sistemas informatizados de gestão interna da UFRN (SIPAC), inclusive quanto à compatibilidade dos dados contábeis

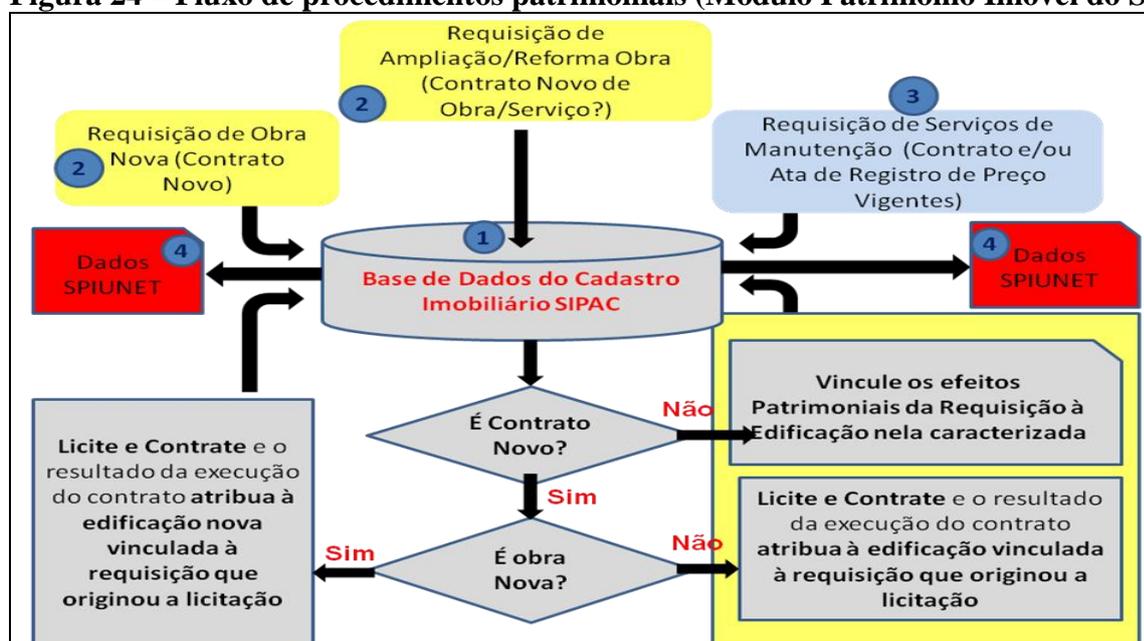
registrados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e com o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

No que concerne à estrutura de pessoal direcionada a gestão patrimonial, ressalta-se que a mesma ensejaria em um maior número de servidores, bem como realinhamento das atribuições no setor para melhor gerenciamento dos bens imóveis no âmbito da UFRN.

Cabe esclarecer, ainda, conforme exposto nos relatórios de gestão dos exercícios anteriores, o desafio da UFRN na área de gestão do patrimônio imóvel referente à alimentação da base de dados imobiliários registrados no SIPAC e sua compatibilização com os dados e atualização do patrimônio imobiliário no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), sob a responsabilidade dessa UPC.

Nesse sentido, visando um aprimoramento dos controles patrimoniais, está sendo desenvolvido um fluxo dos procedimentos patrimoniais, além de novas ferramentas para uso dos servidores nesse controle, junto à Superintendência de Informática. Para ilustrar tal estrutura de controle e gestão do patrimônio no âmbito da UFRN, demonstra-se a seguir o fluxo dos procedimentos patrimoniais (Módulo Patrimônio Imóvel do SIPAC), ilustrado na Figura abaixo:

Figura 24 – Fluxo de procedimentos patrimoniais (Módulo Patrimônio Imóvel do SIPAC).



Fonte: PROAD

Em consequência das medidas adotadas quanto à implantação do fluxo de procedimentos patrimoniais, bem como o aperfeiçoamento de ferramentas, a UFRN espera obter como resultados:

- 1) Realizar o controle/gerenciamento do patrimônio para as novas edificações e ou reformas em edificações existentes (implantação das atividades 1 e 2 da Fig.24, as quais já estão em uso);
- 2) Concluir a atualização patrimonial dos imóveis avaliados e promover o respectivo lançamento dos dados decorrentes dessa avaliação na base de dados do SIPAC, SIAFI e no SPIUNET, cujos lançamentos ocorrem de forma tempestiva, exceto nos casos em que há pendência nas informações cujos campos são de preenchimento obrigatório no SPIUNET;
- 3) Assegurar o controle/gerenciamento das despesas com manutenção do patrimônio armazenado na base de dados do SIPAC e associá-los à determinada edificação, para que, a partir dos relatórios gerenciais gerados, a administração tenha subsídios para a gestão de riscos e para o processo de tomada de decisão no que diz respeito ao patrimônio imóvel (já em curso).

No tocante ao processo de atualização das avaliações dos imóveis sob a responsabilidade da UFRN, informa-se que foram realizadas as avaliações dos imóveis da UFRN (Natal e interior), estando em fase de implementação a atualização desse patrimônio junto aos sistemas (SIPAC/SPIUnet e SIAFI).

Distribuição Geográfica dos imóveis da União

O Quadro a seguir apresenta a distribuição geográfica dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, evidenciando o quantitativo que estava sob a responsabilidade da UPC ao final dos exercícios de 2016 e 2017, contemplando o quantitativo de imóveis, bem como sua localização geográfica.

Quadro 29 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2017	Exercício 2016
BRASIL	UF RN	35	34
	Caicó	3	3
	Currais Novos	1	1
	Nova Cruz*	1	1
	Extremoz	1	1
	Macaíba	1	1
	Macau	2	2
	Natal*	19	19
	Santa Cruz*	4	3
	Santo Antônio	2	2
	Tangará	1	1
	UF DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		36	35
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		36	35

* Municípios com situações de imóveis em processo de transferência para UFRN.

Fonte: Dados SIPAC

Em relação aos imóveis em processo de transferência para UFRN, cabe esclarecer que a UFRN vem se esforçando ao longo dos anos no intuito de regularizar tais situações, e que, muitas vezes, tais situações ocorrem em virtude de fatos inerentes à administração da UFRN, a qual fica submetida às questões burocráticas provocadas por cartórios e órgãos participantes, como apresentaremos a seguir.

O imóvel denominado ‘Campus de Nova Cruz’ encontra-se em processo de regularização cartorial entre a Superintendência do Patrimônio da União – SPU/RN e o Cartório daquele Município. O mesmo já foi avaliado, conforme processo nº 23077/041910/2015-49, e encaminhada cópia do respectivo laudo à SPU/RN, através do Ofício nº 066/2017 – DMP, considerando que esse imóvel é de propriedade da União e encontra-se cadastrado na UG daquela SPU/RN, conforme informações recebidas da Superintendência do Patrimônio da União. Depois de concluído o processo de regularização cartorial, os devidos registros nos sistemas operacionais serão realizados.

Os imóveis denominados Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL e Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC, ambos situados em Natal/RN, passaram a compor o patrimônio desta Universidade a partir da sua federalização, por força da Lei 3.849/60. Permanecem em nome da União, porém em processo de transferência para o patrimônio da UFRN, tramitando na Superintendência do Patrimônio da União – SPU/RN desde 1999, sob os números 11.591.000393/99-32 e 11.591.000394/99-03, respectivamente. Toda a parte documental necessária ao andamento desses processos já foi providenciada pela UFRN. Conforme informações da SPU/RN, esses processos estão em fase de análise técnica, junto à Divisão de Cadastro e Destinação de Imóveis daquela SPU/RN. Depois de finalizado os processos de transferência, serão formalizados os termos de cessão desses imóveis para **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH**.

Na mesma situação dos imóveis acima, se encontra o imóvel denominado Residência Universitária - Mipibu, identificado sob o RIP 1761.00017.500-7, situado em Natal/RN. O Envio do laudo de avaliação à SPU/RN foi providenciado por meio do Ofício nº 005/2016-DMP, de 18/01/2016, restando àquela Superintendência concluir o processo de doação do referido imóvel.

Ainda em processo de regularização cadastral nos sistemas, encontram-se os seguintes imóveis: i) Lotes 1-5, quadra 4 – Loteamento Canaã; e ii) terreno às margens da BR-226 na cidade Santa Cruz, ambos em processo de levantamento de dados para cadastramento no SPIUnet.

Gerenciamento e Atualização Patrimonial

Em relação ao gerenciamento e atualização patrimonial na UFRN, é considerável a evolução nos últimos exercícios. Conforme citado no Relatório de Gestão do exercício de 2016, desde 2015 a UFRN vem reavaliando todos os bens imóveis sob a sua responsabilidade, tendo concluído tais avaliações no exercício de 2017.

Entretanto, é importante ressaltar que a atualização cadastral dessas avaliações nos sistemas SIPAC, SIAFI e SPIUnet ainda está em fase de conclusão, haja vista que a análise individual dos respectivos laudos de avaliações, trabalho realizado pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução dos Contratos – Superintendência de Infraestrutura, necessitou de maior tempo em virtude das peculiaridades na execução desse trabalho.

Dentre as peculiaridades na execução desse trabalho, pode-se citar a ausência de consenso entre a Comissão designada para acompanhar e fiscalizar o contrato e as empresas contratadas para reavaliação dos bens imóveis, acerca dos laudos emitidos para alguns imóveis, bem como algumas inconsistências já registradas pela SPU.

Sendo assim, o resultado da atualização imobiliária pode ser observada no quadro a seguir e contempla o trabalho realizado nos anos de 2015, 2016 e 2017. No total foram concluídas as avaliações de 38 imóveis, cujo resultado apresenta acréscimo de **R\$ 63.928.976,70** no immobilizado da UFRN já registrado no SIAFI.

Quanto aos imóveis denominados EAJ – Escola Agrícola de Jundiá, Residência Universitária Praça Pedro Velho, Museu Câmara Cascudo, Campus UFRN – Área I, Campus UFRN – Área II, Anexo da SINFO, FACISA – Santa Cruz/RN, Residência Universitária – Santa Cruz/RN e Escritório em Brasília/DF informa-se que a ausência de registros no SIAFI ocorreu em virtude de dúvidas quanto aos cálculos demonstrados nos respectivos laudos, submetendo-se tais

laudos a processo de validação entre as empresas contratadas e a Comissão de Avaliação e Fiscalização do referido contrato.

Por outro lado, os imóveis denominados Túmulos Cemitério Nova Descoberta, Campus de Nova Cruz/RN, Terrenos às margens da BR 226 – Santa Cruz/ e Lotes 1-5, quadra 4 - Loteamento Canaã (transf. SPU x UFRN),justifica-se a ausência de registro em razão da escassez de instrumentos contratuais que respaldem a inclusão de novas utilizações no SPIUNET, conforme orientações da SPU.

Quadro 30 – Atualizações do patrimônio imóvel nos anos de 2015, 2016 e 2017.

ITEM	IMÓVEL	RIP	VALOR ANTERIOR	VALOR REAVALIADO	DATA DE AVALIAÇÃO	ENVIO AO SIAFI
1	CERES Caicó	1639.00236.500-5	21.582.928,55	18.762.000,00	18/12/2015	-2.820.928,55
2	Museu do Seridó - Caicó	1639.00237.500-0	96.502,20	395.691,05	30/11/2015	299.188,85
3	Estação Sismográfica de Caicó	1639.00246.500-0	50.429,76	123.007,14	31/10/2015	72.577,38
4	Fazenda Santa Mônica - Extremoz	1671.00002.500-6	283.903,00	4.467.458,64	30/01/2016	4.183.555,64
5	EAJ - Escola Agrícola de Jundiá	1741.00016.500-7	89.663.486,62	86.335.159,07	30/09/2015	-
6	Núcleo de Ens. Superior Macau	1743.00010.500-0	2.171.036,77	2.328.036,77	30/10/2015	157.000,00
7	Terreno "Macauzinho"	1743.00011.500-6	10.000,00	145.000,00	30/10/2015	135.000,00
8	Res. Univers. - Pça. Pedro Velho	1761.00303.500-1	159.942,46	1.292.172,76	31/10/2016	-
9	Câmara Municipal de Natal	1761.00304.500-7	688.192,90	8.917.879,98	31/10/2015	8.229.687,08
10	Museu Câmara cascudo	1761.00309.500-4	1.724.217,30	14.397.912,02	30/09/2017	-
11	NHH	1761.00310.500-0	243.212,82	2.075.035,65	10/03/2016	1.831.822,83
12	Faculdade de Odontologia	1761.00311.500-5	2.426.081,31	13.902.825,95	10/03/2016	11.476.744,64
13	Antiga Faculdade de Direito	1761.00352.500-9	328.662,12	2.022.011,64	16/05/2016	1.693.349,52
14	Res. Univers. Aderbal Figueiredo	1761.00359.500-7	828.185,72	4.229.868,06	26/10/2016	3.401.682,34
15	Antiga Fac. Farmácia (Semut)	1761.00395.500-3	740.108,41	2.258.797,20	13/10/2015	1.518.688,79
16	Campus IFRN Cidade Alta	1761.00446.500-0	1.401.612,13	5.507.961,74	27/10/2016	4.106.349,61
17	Campus UFRN - Área I	1761.00463.500-2	24.397.067,41	54.243.240,85	22/09/2016	-
18	Campus UFRN - Área II	1761.00464.500-8	301.244.440,00	533.397.916,24	15/06/2017	-
19	Depto. Oceanografia - Área I	1761.00465.500-3	422.488,20	2.774.163,53	28/07/2016	2.351.675,33
20	Anexo da Sinfo	1761.00553.500-1	1.000.000,00	1.580.000,00	30/09/2017	-
21	IMT - Instituto de Medicina Tropical	1761.00581.500-4	748.600,00	1.923.201,11	20/05/2016	1.174.601,11
22	Terreno (Talento) San Valle	1761.00655.500-6	0	270.000,00	21/10/2015	270.000,00
23	HUAB - Santa Cruz/RN	1823.00029.500-6	4.530.939,67	4.504.939,67	30/11/2015	-26.000,00
24	FACISA - Santa Cruz/RN	1823.00034.500-3	7.873,20	6.404.778,63	30/11/2015	-
25	Res. Universitária - Santa Cruz/RN	1823.00046.500-9	999.201,14	1.061.864,19	30/11/2015	-
26	HURA - Santo Antônio/RN	1829.00004.500-9	539.741,45	2.577.066,38	21/10/2015	2.037.324,93
27	Res. Universitária - Santo Antonio/RN	1829.00006.500-0	73.374,44	899.845,78	21/10/2015	826.471,34
28	Matem. Santa Terezinha - Tangará/RN	1877.00017.500-0	1.324.770,56	1.293.405,40	30/10/2015	-31.365,16
29	Escritório em Brasília/DF	9701.22173.500-5	57.995,58	241.212,60	10/03/2016	-
30	Tumulos Cemitério N.Descoberta		-	20.000,00	31/03/2017	-
31	CERES Currais Novos/RN	1661.00038.500-5	13.669.330,73	14.427.000,00	18/12/2015	757.669,27
32	MEIC	1761.00307.500-3	4.136.296,68	23.013.876,10	19/10/2015	18.877.579,42
33	Depto. Oceanografia - Área II	1761.00360.500-2	4.401.149,13	5.592.459,31	13/10/2015	-
34	Resid. Universitária - Mipibu	1761.00378.500-0	682.268,56	4.088.570,89	19/10/2015	3.406.302,33
35	HUOL	1761.00394.500-8	63.723.398,99	58.829.182,52	19/10/2015	-
36	Campus de Nova Cruz/RN	Processo de transferência	-	6.960.000,00	01/10/2015	-
37	Terreno às Margens BR 226 - Sta.Cruz	Processo de Transferência	-	1.400.285,00	31/05/2017	-
38	Loteam. Canaã (Transf. SPUxUFRN)	Processo de Transferência	-	386.000,00	30/10/2015	-
TOTAL			544.357.437,81	893.049.825,87		63.928.976,70

Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio - DMP

Ainda em tempo, a UFRN manteve sob sua gestão, no exercício de 2017, um montante de 43 imóveis, sendo 05 pertencentes à União, 30 de propriedade da UFRN - contabilizados pelo critério de RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) e 08 imóveis de particulares, registrados nos sistemas competentes de controle (SIPAC e SPIUnet).

Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimentos com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação.

As informações descritas em negrito acima estão contempladas nos itens 6.2.4, “Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas” e 6.2.5, “Informações sobre imóveis locados de terceiros”, deste relatório.

Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

No exercício de 2017, as despesas de manutenção com bens imóveis sob a responsabilidade da UFRN totalizaram R\$ 31.693.743,02, sendo R\$ 6.345.330,25 com reformas (instalações), R\$ 23.954.578,58 com obras (construções) e R\$ 1.393.834,19 com manutenções. O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses valores correlacionando com os respectivos imóveis.

Quadro 31 – Despesas do exercício 2017 referente às reformas, obras e manutenções em bens imóveis.

RIP	Nome do Imóvel	Despesas do Exercício (2017)		
		Com Reformas (Instalações)*	Com Obras (Construção)**	Com Manutenção***
1761.00553.500-1	ANEXO DA SINFO - SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA			R\$ 116.283,19
1761.00304.500-7	ANTIGA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL)			R\$ -
1761.00446.500-0	ANTIGA ESCOLA INDUSTRIAL (CAMPUS IFRN CIDADE ALTA)			R\$ -
1761.00352.500-9	ANTIGA FACULDADE DE DIREITO (ANTIGO GRUPO ESCOLAR AUGUSTO SEVERO)			R\$ -
1761.00395.500-3	ANTIGA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA			R\$ -
1761.00463.500-2	CAMPUS UNIVERSITÁRIO - ÁREA I	R\$ 50.948,43	R\$ 556.288,47	R\$ 56.796,14
1761.00464.500-8	CAMPUS UNIVERSITÁRIO - ÁREA II	R\$ 6.128.481,82	R\$ 19.430.874,25	R\$ 1.153.668,65
1639.00236.500-5	CERES CAICÓ			R\$ 3.094,56
1761.00465.500-3	DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA E LIMNOLOGIA - ÁREA I			R\$ 153,36
1741.00016.500-7	EAJ - ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ		R\$ 3.967.415,86	R\$ 7.903,50
9701.22173.500-5	ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA - UFRN			R\$ -
1639.00246.500-0	ESTAÇÃO SISMOGRÁFICA DE CAICÓ			R\$ -
1823.00034.500-3	FACISA - FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRÍ			R\$ -
1761.00311.500-5	FACULDADE DE ODONTOLOGIA			R\$ 1.846,98
1671.00002.500-6	FAZENDA SANTA MÔNICA - EXTREMOZ/RN	R\$ 165.900,00		R\$ 12.979,46
1823.00029.500-6	HUAB - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA			R\$ -
1829.00004.500-9	HURA - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO RODOPIANO AZEVEDO			R\$ -
1761.00581.500-4	IMT - INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL			R\$ 2.356,85
1877.00017.500-0	MATERNIDADE SANTA TEREZINHA			R\$ -
1761.00309.500-4	MUSEU CAMARA CASCUDO			R\$ 10.978,09
1639.00237.500-0	MUSEU DO SERIDÓ			R\$ -
1761.00310.500-0	NHH - NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA			R\$ 188,39
1743.00010.500-0	NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DE MACAU			R\$ -
1761.00359.500-7	RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA - ADERBAL FIGUEIREDO			R\$ 23.277,22
1823.00046.500-9	RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE SANTA CRUZ/RN			R\$ 704,06
1761.00303.500-1	RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA - PRAÇA PEDRO VELHO			R\$ 3.603,74
1829.00006.500-0	RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA - SANTO ANTÔNIO/RN			R\$ -
1743.00011.500-6	TERRENO MACAUZINHO			R\$ -
1761.00655.500-6	TERRENO SAN VALLE			R\$ -
TOTAL		R\$ 6.345.330,25	R\$ 23.954.578,58	R\$ 1.393.834,19

* Despesa com manutenção: ND 3.3.90.37.04 e 3.3.90.39.16

** Despesa com obras (construções): conta contábil 1.2.3.2.1.06.01 ou ND 4.4.90.51.91

*** Despesas com reformas (instalações): ND 4.4.90.51.92

Fonte: Dados da Superintendência de Infraestrutura da UFRN

A UFRN, conforme citado nos relatórios de gestão de exercícios anteriores, detectou, após uma análise no controle de gastos com imóveis, a necessidade de aprimoramento no sistema informatizado de gestão e controle interno (SIPAC), a qual já está sendo efetivada e pode ser observada no ponto 3da figura 24 referente ao fluxo de procedimentos patrimoniais, citada anteriormente.

Cabe ressaltar que tais aperfeiçoamentos vêm sendo realizados desde o exercício de 2014, tais como a inserção no Portal Administrativo (aba requisições) “Requisição de Infraestrutura”, a qual possibilita o cadastramento de uma requisição de obra nova, reforma ou manutenção em prédio já existente e a extração de relatórios gerenciais com informações detalhadas sobre as despesas com manutenção em cada imóvel da UFRN.

Por fim, no que diz respeito qualidade dos registros contábeis relacionados aos imóveis, informa-se que contabilmente o SIAFI já faz a distinção e contabilização dos gastos com manutenção (ND 3.3.90.37.04 e 3.3.90.39.16), obra (ND 4.4.90.51.91) e reforma (ND 4.4.90.51.92) conforme as respectivas naturezas de despesas associadas aos gastos, sendo evidenciados nos imóveis por meio dos relatórios gerenciais elaborados no SIPAC.

Riscos relacionados à gestão de imóveis, dificuldades, limitações e expectativas para o exercício de 2018.

Em relação aos riscos inerentes a gestão de imóveis na UFRN, ressalta-se que a Universidade aprovou, no ano de 2017, a sua Política de Gestão de Riscos (Resolução nº 16/2017-CONSAD), bem como o Plano de Gestão de Riscos (Resolução nº 076/2017-CONSAD), a partir dos quais cada Pró-Reitoria deverá sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos. Outro ponto a ser destacado refere-se à demora no cadastro de avaliação/reavaliação dos imóveis no SPIUnet, muitas vezes por pendências nas informações cujos campos são de preenchimento obrigatório. Por fim, não menos importante, evidencia-se a falta e publicidade de informações em sítio oficial da instituição pertinentes aos imóveis de responsabilidade da UPC.

Nessa perspectiva, a UFRN, com o objetivo de mitigar os riscos relacionados à gestão de imóveis, vem realizando a priorização do tema junto ao Comitê de Governança, Riscos e Controle, como um processo prioritário para gerenciamento de riscos.

Quanto à avaliação/reavaliação dos imóveis no SPIUnet, a administração da UFRN já detectou os problemas relacionados a ausência de registros no sistema e espera com o findo das avaliações dos imóveis realizadas pelos contratos 68/2015 e 69/2015 a regularização dos registros, bem como sua compatibilidade com o sistema SIAFI e SIPAC.

Já em relação à publicidade das informações pertinentes aos imóveis de responsabilidade da UPC, a UFRN, no final do exercício de 2017, inaugurou a página oficial da Pró-Reitoria de Administração no sítio da instituição e pretende, o mais breve possível, contemplar tais informações, uma vez que proporcionará ao público externo uma visão geral das ações desenvolvidas sobre a gestão patrimonial da Universidade.

Ainda em tempo, conforme já discutido em relatórios anteriores, é incontestável a evolução do gerenciamento do patrimônio imóvel sob a responsabilidade da UFRN, principalmente quanto ao aperfeiçoamento Módulo Patrimônio Imóvel do SIPAC, o qual é responsável pelo controle dos bens imóveis na UFRN no âmbito interno.

A partir desse aprimoramento será possível para a alta gestão da UFRN prever as necessidades/demandas, capacidade orçamentária e financeira, despesas de custeio e/ou capital, fluxo das licitações, estabelecer prioridades e, se for o caso, revisá-las de acordo o fluxo de trabalho no âmbito da Superintendência de Infraestrutura.

Portanto, tão logo seja concluído o aprimoramento nesse módulo, a administração terá subsídios e mecanismos suficientes para programar uma gestão de imóveis de forma mais efetiva e eficiente.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no exercício de 2017, manteve dois imóveis cedidos a órgãos públicos. Os quadros a seguir apresentam os dados referentes aos imóveis de propriedade da UFRN cedidos em sua fração total a órgãos públicos por meio de contratos de cessão. Ressalta-se que o imóvel denominado “**Antiga Escola de Serviço Social**” é objeto de contrato de cessão onerosa. Em contrapartida, o imóvel denominado “**Antiga Escola Industrial**” foi cedido por meio de contrato de cessão gratuita. Essa cessão concedeu-se com a intermediação da Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

No tocante ao imóvel denominado “**Antiga Escola de Serviço Social**”, destaca-se que a ocupação, por parte da cessionária Câmara Municipal de Natal, vem ocorrendo desde a década de

80. Ressalta-se, ainda, que estão sendo realizadas tratativas administrativas entre a UFRN e o Município de Natal visando à realização de um novo instrumento com base na avaliação do referido imóvel. Uma vez que até o momento não houve concordância da Câmara Municipal com o valor do laudo apresentado pela UFRN e nem houve a concordância da UFRN com o laudo apresentado pela CMN, o pagamento tem-se realizado nos autos de Ação Judicial. Apesar disso, como ressaltado, os dois órgãos têm atuado juntos, discutindo tecnicamente os laudos apresentados. A expectativa é que o valor acordado seja homologado na referida ação judicial.

Conforme destacado nos quadros abaixo, a outorga de uso de espaço físico desta Universidade em prol de terceiros é precedida de processo prévio de Licitação, Dispensa ou Inexigibilidade, conforme for o caso, nos termos da legislação aplicável, com especial destaque para a Lei nº 8.666/93, Decreto nº 3.725/2001 e Lei nº 9.636/98 e ainda nas Resoluções do Conselho de Administração desta UFRN, a exemplo da Resolução nº 016/2009-CONSAD, de 18 de junho de 2009; e Resolução nº 17/2013-CONSAD, de 25 de abril de 2013, alterada pela Resolução nº 020/2014-CONSAD, de 17 de julho de 2014).

Quadro 32 – Demonstrativo da Cessão dos imóveis cedidos pela UFRN a órgãos e entidades públicas ou privadas (Antiga Escola Industrial)

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00446.500-0
	Endereço	Av. Rio Branco 743, Cidade Alta – Natal/RN.
	Nome do Imóvel	Antiga Escola Industrial
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.877.412/0013-00
	Razão Social	IFRN (Campus Cidade Alta)
	Atividade	Estabelecimento de Ensino
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de cessão de uso sob a forma de utilização gratuita (DOU, EM 20/12/2007, seção 3, pág. 78).
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas e acadêmicas do IFRN.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 20/12/2007 a 20/12/2027
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel onde funcionou a Antiga Escola Industrial, composto por uma área construída de 3.398,66 m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	Não se Aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se Aplica
	Rateio dos Gastos quando cessão parcial	Não se Aplica
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica	

Fonte: Dados do SIPAC

Quadro 33 – Demonstrativo da Cessão dos imóveis cedidos pela UFRN a órgãos e entidades públicas ou privadas (Antiga Escola de Serviço Social)

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00304.500-7
	Endereço	Rua Jundiáí 546, Tirol – Natal/RN
	Nome do Imóvel	Antiga Escola de Serviço Social
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.456.899/0001-63
	Razão Social	Câmara Municipal de Natal
	Atividade	Atos Legislativos do Município de Natal
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa.
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da Câmara Municipal de Natal.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/08/2009 a 01/08/2014
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel onde funcionou a Antiga Escola de Serviço Social, composto por uma área construída de 3.679,00 m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$ 57.636,01*.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Depósito Judicial.
	Rateio dos Gastos quando cessão parcial	Não se Aplica
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.	

*Os recolhimentos estão sendo realizados via depósito em juízo, em virtude de alegação pelo cessionário sobre o valor de avaliação do imóvel pela UFRN.

Fonte: Dados do SIPAC

Ainda em relação ao uso dos benefícios auferidos com a cessão desses espaços, informa-se que os gastos com manutenções e/ou reformas desses imóveis, contratualmente, são de responsabilidade dos cessionários. No que diz respeito ao tratamento contábil da cessão onerosa, o recolhimento da GRU é vinculado a Unidade Gestora 153103, por meio do código 28.802-0, específico para efetivação das receitas de aluguéis.

A seguir são apresentados os quadros referentes à cessão de espaços físicos em diversos imóveis sob a responsabilidade da UFRN. Ademais, ressalta-se que os rateios dos gastos são realizados por meio de instalação de medidores de água e energia nos locais, sendo o consumo ressarcido à instituição por meio de GRU, quando necessário, uma vez que diversos contratos possuem tais custos embutidos na taxa de aluguel.

Quadro 34 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros I

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.138.455/0001-29
	Razão Social	CREDSUPER
	Atividade	Cooperativa de economia e créditos, para atendimento aos seus associados.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. IN 13/2015. Contrato 56/2015
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da CREDSUPER.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 03/11/2015 a 02/11/2020.
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência – Sala 04 -110m².
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$ 890,62.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 35 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros II

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN
Identificação do Cessionário	CNPJ	000.004.411-39
	Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade	Serviços Bancários.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. IN 07/2013. Contrato 67/2013
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas do BANCO DO BRASIL.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/10/2013 a 30/09/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência – duas áreas com 243 m² e 1,5 m², respectivamente.
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$ 25.534,16.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 36 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros III

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00394.500-8
	Endereço	Av. Nilo Peçanha, 620 – Petrópolis, Natal – RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	000.004.411-39
	Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade	Serviços Bancários.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. IN 06/2013. Contrato 65/2013
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas do BANCO DO BRASIL.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/10/2013 a 30/09/2018. (O contrato foi rescindido amigavelmente em março/2017)
	Caracterização do espaço cedido	HUOL – três áreas com 150 m ² , 1,5m ² e 1,5 m ² , respectivamente.
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$ 7.923,39.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15° de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 37 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros IV

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.172.353/0001-02
	Razão Social	CAURN
	Atividade	Cooperativa de assistência saúde, para atendimento aos seus associados.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. IN 14/2015. Contrato 57/2015
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da CAURN.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 03/11/2015 a 02/11/2020
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência – área com 150m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$ 1.511,37.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15° de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 38 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros V

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Razão Social	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
	Atividade	Serviços Bancários.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. IN 05/2013. Contrato 66/2013
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da CAIXA ECONOMICA FEDERAL.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/10/2013 a 01/10/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência – área com 243m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$ 15.042,37.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 39 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros VI

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Razão Social	BANCO SANTANDER
	Atividade	Serviços Bancários.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. IN 04/2013. Contrato 60/2013
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas do BANCO SANTANDER.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/10/2013 a 30/09/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência – com área de 298m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$ 20.057,09.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 40- Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros VII

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.704.888/0001-22
	Razão Social	APURN
	Atividade	Serviço representativo para associados.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. IN 12/2015. Contrato 55/2015
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da APURN.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 03/11/2015 a 07/10/2020.
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência – área com 430m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$2.321,03.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.	

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 41 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros VIII

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.391.591/0001-87
	Razão Social	COOPERATIVA CULTURAL UNIVERSITARIA DO RN
	Atividade	Serviço gráfico e papelaria.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. IN 15/2015. Contrato 58/2015
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da COOPERATIVA CULTURAL UNIVERSITARIA DO RN
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 03/11/2015 a 03/11/2020.
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência – área com 254m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$685,51.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.	

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 42 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros IX

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	039.482.834-86 / 21.042.393.0001-76
	Razão Social	BIANCA PIMENTEL
	Atividade	Lanchonete e Restaurante.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. PR20/2014.
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da BIANCA PIMENTEL.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/10/2014 a 01/10/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Cantina – área com 300m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$1.528,63.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 43 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros X

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	14.517.683/0001-63
	Razão Social	JL DE OLIVEIRA
	Atividade	Lanchonete e Restaurante.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. PR20/2014. Contrato 62/2014
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da JL DE OLIVEIRA.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/10/2014 a 01/10/2019.
	Caracterização do espaço cedido	Cantina – área com 240m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$1.501,85.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 44 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XI

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CNPJ	14.133.181/0001-39
	Razão Social	M DE LOURDES
	Atividade	Lanchonete e Restaurante.
	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. PR20/2014.
	Finalidade do Uso do Imóvel	Utilizado para as instalações administrativas da M

espaço cedido	Cedido	DE LOURDES.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/10/2014 a 01/10/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Cantina – área com 200m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$2.191,85.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 45 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XII

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CPF	777.896.524-00
	Razão Social	MÁRCIA ADRIANA
	Atividade	Lanchonete e Restaurante.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. PR20/2014. Contrato 73/2014
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da MÁRCIA ADRIANA.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 01/10/2014 a 01/10/2017.
	Caracterização do espaço cedido	Cantina – área com 200m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$1.636,70.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 46 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XIII

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1761.00463.500-2
	Endereço	UFRN – Campus Universitário – Lagoa Nova – Natal/RN.
Identificação do Cessionário	CPF	058.471.584-67
	Razão Social	AGDA DE SOUZA
	Atividade	Lanchonete e Restaurante.
Caracterização do	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. PR78/2014. Contrato 07/215
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da AGDA DE SOUZA.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 02/02/2015 a 02/02/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Cantina – área com 300m ² .
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$2.240,34.

espaço cedido	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 47 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XIV

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1639.00236.500-5
	Endereço	R. Joaquim Gregório, s/n - Penedo, Caicó - RN
Identificação do Cessionário	CPF	074.096.444-51
	Razão Social	EDUARDO DE ARAÚJO
	Atividade	Lanchonete e Restaurante.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. PR93/2016. Contrato 70/2016
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da EDUARDO DE ARAÚJO.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 02/02/2015 a 02/02/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Cantina Caicó – área com 49m².
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$2.240,34.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 48 - Demonstrativo da Cessão de espaço físico em imóvel sob responsabilidade da UFRN à terceiros XV

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1661.00038.500-5
	Endereço	R. Manoel Lopes Galvão - Valfredo Galvão, Currais Novos - RN
Identificação do Cessionário	CPF	084.891.114-80
	Razão Social	MARISTELA LUIS
	Atividade	Lanchonete e Restaurante.
Caracterização do espaço cedido	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato com cessão onerosa. PR16/2017.
	Finalidade do Uso do Imóvel Cedido	Utilizado para as instalações administrativas da MARISTELA LUIS.
	Prazo da Cessão	Conforme instrumento firmado com início em 15/06/2017 a 15/06/2018.
	Caracterização do espaço cedido	Cantina Currais Novos – área com 12m².
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido.	A Cessionária deve efetuar o pagamento da taxa mensal de cessão no valor de R\$111,60.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A Cessionária recolhe o valor da taxa de ocupação até o 15º de cada mês, mediante Guia de Recolhimento da União.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida.

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

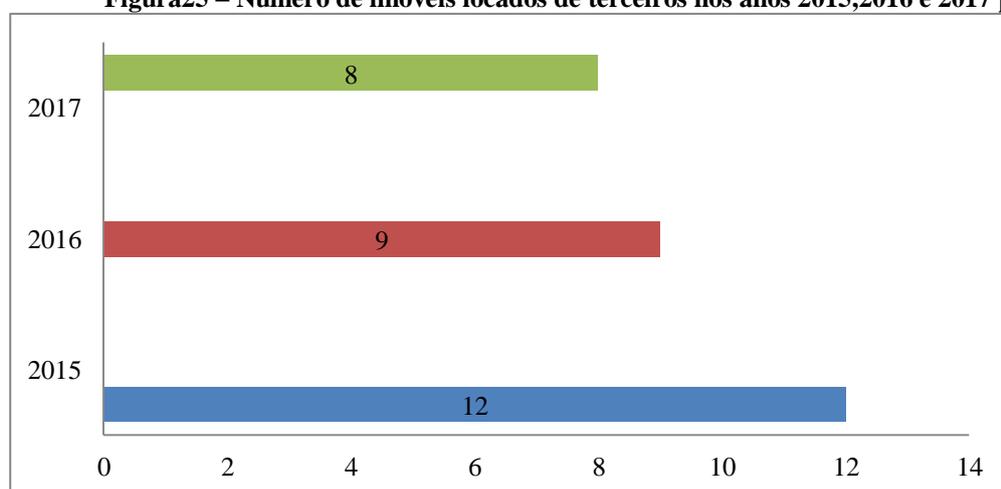
6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

A UFRN, durante o exercício de 2017, manteve nove unidades alugadas para cumprimento de sua missão institucional. Considerando as expansões acadêmicas e administrativas vivenciadas na UFRN, sobretudo na última década, os imóveis sob a propriedade desta Universidade foram insuficientes para abranger toda essa expansão, de maneira que a locação de imóveis de terceiros por muito tempo foi, e ainda continua sendo, uma necessidade na UFRN.

Não obstante, considerando que toda essa expansão também foi acompanhada de novos investimentos ao longo dos últimos anos, foram construídas novas edificações, de modo que há uma significativa redução no número de imóveis locados de terceiros para uso nas atividades administrativas e/ou acadêmicas da UFRN, conforme se apresenta na figura a seguir.

Cabe ressaltar que a UFRN é responsável por todas as despesas ordinárias do imóvel locado, tais como água, luz, seguro do imóvel, limpeza, conservação, pintura e manutenção das instalações, além do pagamento do respectivo aluguel no mês de competência.

Figura25 – Número de imóveis locados de terceiros nos anos 2015,2016 e 2017 pela UFRN



Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

*Um dos contratos vigentes no ano de 2017 foi rescindido durante o exercício orçamentário, razão pela qual contabilizamos ao final do ano o quantitativo de 08 imóveis locados

Quanto à distribuição **espacial dos imóveis de uso especial locados de terceiros**, o quadro apresentado a seguir identifica a quantidade e os municípios onde os mesmos estão sediados:

Quadro 49 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Localização geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros pela UJ		
		Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2017
BRASIL	UF – RN	12	09	08
	Natal	8	07	06
	Parnamirim	2	0	0
	Caicó	1	1	1
	Santa Cruz	1	1	1
Subtotal Brasil		12	09	08
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	09	08

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

Quadro 50 – Detalhamento dos imóveis de uso especial locados de terceiros no exercício de 2017

Nº. de Contrato	Localização	Finalidade do imóvel	Despesa Mensal	Despesa no exercício de 2017
-----------------	-------------	----------------------	----------------	------------------------------

52/2012	Locação do imóvel situado na rua Dra. Nívea Madruga 2055, Lagoa Nova – Natal/RN.	SEDIS	1.945,28	23.343,36
18/2014	Locação do imóvel situado na Avenida Nascimento de Castro 2151, Lagoa Nova – Natal/RN.	INST. CÉREBRO	10.443,16	125.317,92
81/2013	Locação do imóvel situado na Avenida Gustavo Guedes 1880, Cidade Jardim – Natal/RN.	CRUTAC	7.987,85	95.854,20
20/2016	Locação do imóvel situado na Rua Xavier da Silveira 688, Tirol–Natal/RN.	NEUROCIÊNCIA	16.262,12	195.145,44
09/2013	Locação do imóvel situado na Rua Sinai 1828, Lagoa Nova – Natal/RN.	EC&T	3.485,00	41.820,00
59/2016	Locação do imóvel situado na Avenida Dr. Carlindo de Souza Dantas 540, Centro – Caíco/RN.	ESCOLA DE MEDICINA MULTICAMPI	40.900,00	490.800,00
53/2015	Locação do imóvel situado na Rua Trairi 07 – Santa Cruz/RN.	FACISA	2.000,00	20.000,00
38/2017	Locação de imóvel situado a Rua Antonio Barros Cavalcanti, 2873 Cidade Jardim, Natal-RN	DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	2.900,00	20.300,00
04/2017	Locação do imóvel situado na Rua Odilon Gomes de Lima 1722, Cidade Jardim – Natal/RN.	IMD	8.000,00	96.000,00
Despesas Totais			93.923,41	1.108.580,92

Fonte: Diretoria de Gestão de Contratos

No tocante às despesas com eventuais reformas, alterações e manutenções dos imóveis locados de terceiros, destaca-se que, contratualmente, elas são assumidas pela locatária nos casos em que tais alterações sejam necessárias ao fim a que se destina o imóvel, sobretudo nos casos em que tais imóveis são utilizados na área acadêmica da instituição, os quais, por sua natureza, a exemplo da Escola de Medicina Multicampi, requerem intervenções e adequações para a finalidade a que se destinam. Ademais, conforme previsão nos contratos de locação celebrados com a UFRN, as benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a sua locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

6.2.6 Informações sobre infraestrutura física

Em 2017 a UFRN realizou diversas obras e/ou intervenções na sua infraestrutura objetivando aumentar a capacidade da Instituição de oferecer uma estrutura física adequada às suas ações de ensino, pesquisa e extensão, sem desconsiderar áreas comuns, assim como ambiente de trabalho. Destaca-se que essas ações foram executadas de maneira sustentável e com a devida preocupação com o meio ambiente.

Realizou-se 33 contratações de obras e serviços de engenharia, dentre elas, destacam-se:

- Construção do Auditório das Novas Engenharias – CT/UFRN;
- Construção de Laboratórios para a Pós-Graduação do CB/ UFRN;
- Construção do Edifício para Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Departamento Arquitetura e Urbanismo – CT/ UFRN;
- Construção do Laboratório de Análise de Produção de Energia Eólica – LAPEE;
- Construção da Casa de Vegetação do CB/UFRN;
- Construção do Laboratório Integrado de Sistemas Complexos do CCET;

- Construção de um bloco de salas de aulas na Escola Agrícola de Jundiá – EAJ;
- Ampliação do anexo da Biblioteca Central Zila Mamede para instalação do Núcleo de Artes e Cultura;
- Reforma e Ampliação do Almoxarifado Central;
- Construção do Refeitório da Área 03 do Campus Central;
- Reforma das cantinas dos setores de aulas I, II, III e IV do Campus Central da UFRN.

No mesmo período foram inauguradas, no Campus Central, as seguintes obras:

- Reforma e Ampliação do Prédio do Departamento de Informática e Matemática Aplicada;
- Ampliação dos Laboratórios de Estudo do Movimento Humano do Departamento de Fisioterapia;
- Implantação da Rede Giga Metrópole;
- Laboratório Sismológico - LABSIS;
- Construção do Instituto Ágora – línguas, literaturas e culturas estrangeiras modernas;
- Unidade de cuidados intensivos e semi-intensivos neonatal– HUAB.

Em relação às áreas comuns, realizaram-se diversas melhorias no Campus Central, dentre elas: construção/adequação/complementação de rotas acessíveis, execução das praças de convivência da BCZM com 769,00 m² – parcialmente concluída, faltando apenas instalação dos pisos táteis e guarda corpos; execução da praça servidor, nomeada Servidor José Wilson de Souza (na Reitoria) com 450,00 m² e a praça do DEART, com 422,30 m², a qual está quase concluída; foram 21 (vinte e uma) vagas criadas de estacionamento no estacionamento da Reitoria com passeios acessíveis, sendo 3 (três) para cadeirantes e 2 (duas) para pessoas com mobilidade reduzida; foram executados 711 metros de passeios acessíveis na Escola Agrícola de Jundiá.

Quanto à acessibilidade, foram instaladas plataformas de percurso vertical na Diretoria de Assistência a Saúde ao Servidor DAS, no Departamento de Nutrição, no Departamento de Saúde Coletiva e no Museu Câmara Cascudo; em Caicó (CERES), no bloco de salas de aulas “D”, e no Laboratório de História; em Santa Cruz na FACISA e no restaurante universitário.

Dando continuidade ao trabalho realizado em 2016, estão sendo instalados novos espaços de alimentação em 05 (cinco) contêineres (tipo quiosques) de produtos de alimentos - sendo eles: no CB, NTI, CE, Bloco I Setor V e Setor I.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

Os avanços da tecnologia no tratamento da informação colocam a área de TI numa posição de grande importância dentro das instituições. Constata-se, nos últimos anos, uma tendência ao aumento da necessidade de mecanismos de Governança de TI em todas as esferas do setor público. Esses instrumentos orientam o planejamento e o controle das atividades e possibilitam decisões consistentes e efetivas, resultando em maior padronização dos processos, serviços e projetos organizacionais de tecnologia da informação.

Nesse sentido, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI é uma ferramenta organizacional que possibilita maior clareza quanto às prioridades da área de TI de um órgão público, sendo, portanto, essencial para que mecanismos de governança bem-sucedidos sejam implantados. O plano permite, ainda, o acompanhamento das prioridades em alinhamento com a estratégia da organização pública.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação da UFRN foi elaborado no ano de 2015 e aprovado através da Resolução N° 008/2016-CONSAD, de 03 de março de 2016, abrangendo um período de dois anos – 2016 e 2017, e objetiva sua efetiva avaliação, acompanhamento e revisão. O

PDTI pode ser visualizada íntegra através do seguinte endereço no portal da UFRN: <http://www.ufrn.br/resources/documentos/planodiretordeti/PDTI 2016-2017.pdf>.

Um dos grandes desafios apresentados aos gestores da área da informação e da Instituição em geral é atender às necessidades prioritizadas durante a elaboração do PDTI. Para tanto, o primeiro dos compromissos assumidos foi promover o alinhamento entre a TI e os objetivos e diretrizes estratégicas definidas no PDI 2010-2019 da UFRN.

As ações a seguir descrevem o alinhamento entre o Plano Estratégico de TI e o Plano Diretor:

- Implantação de um novo modelo de governança de TI baseado nas melhores práticas (COBIT e ITIL);
- Investimentos no aumento da produtividade, usabilidade, acessibilidade e otimização dos recursos de TI;
- Garantia do atendimento de qualidade aos usuários;
- Melhoria contínua da infraestrutura de TI;
- Garantia de segurança da informação;
- Aprimoramento qualitativo e quantitativo dos Recursos Humanos da área de TI da UFRN;
- Aperfeiçoamento do processo de planejamento de TI e o funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- Disponibilidade e integridade das informações;
- Aprimoramento da integração dos sistemas de informação da Instituição aos processos e outros sistemas do Governo Federal;
- Fortalecimento à participação da TI na área de planejamento;
- Melhoria no relacionamento da TI com as áreas de negócios da instituição;
- Melhoria contínua do processo de contratação e execução dos serviços de TI;
- Aperfeiçoamento dos sistemas SIG/UFRN.

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)

O Comitê Gestor de TI UFRN é um órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva e de caráter permanente, instituído pela Resolução no 056/2011-CONSAD, de 15 de dezembro de 2011 e alterado pela RESOLUÇÃO No 023/2016-CONSAD, de 16 de junho de 2016. O Comitê é responsável pelo planejamento institucional na área de Tecnologia da Informação. Sua composição é assim descrita: 01 (um) representante titular e seu suplente da Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral, que presidirá o CGTI; 01 (um) representante titular e seu suplente escolhidos no âmbito das Pró-Reitorias de Administração, Gestão de Pessoas e de Assuntos Estudantis; 01 (um) representante titular e seu suplente escolhidos no âmbito das Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão Universitária; 01 (um) representante titular e seu suplente da Secretaria de Educação a Distância; 02 (dois) representantes titulares e seus suplentes da Superintendência de Informática; 01 (um) representante titular e seu suplente da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE); 01 (um) representante titular e seu suplente da Secretaria de Gestão de Projetos e 04 (quatro) representantes da área acadêmica e seus respectivos suplentes, preferencialmente com formação na área de informática, atuação nas áreas de sistemas de software, redes de computadores, infraestrutura de comunicação de dados e segurança da informação.

A homologação, indicação e convalidação de ato de designação de servidores integrantes do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da UFRN aconteceram através da RESOLUÇÃO N° 044/2016-CONSAD, de 08 de setembro de 2016.

Em 2017 foram realizadas 6 reuniões (19/06, 10/08, 17/08, 25/08, 11/09 e 10/10). Essas reuniões trataram, com prioridade, a discussão sobre a minuta da política de Segurança da

Informação da UFRN que foi instituída pela RESOLUÇÃO nº 070/2017-CONSAD, de 07 de dezembro de 2017.

6.3.1 Principais sistemas de informação

Principais Sistemas de Informação:

A UFRN possui três sistemas principais SIGAA (Sistema de Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), SIPAC (Sistema de Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos) e SIGRH (Sistema de Integrado de Gestão de Recursos Humanos). Todos os sistemas têm por responsável técnico o Diretor de Sistemas da SINFO, e responsáveis negociais, pelos sistemas Administrativos, os seguintes membros: Pró-Reitor de Administração, Pró-Reitor de Planejamento, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e pelo sistema acadêmico, com a Pró-Reitora de Graduação, Pró-Reitor de Pós Graduação, Pró-Reitor de Pesquisa, Pró-Reitor de Extensão e Pró-Reitor de Assuntos Estudantis.

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas:

O SIGAA informatiza os procedimentos, na área fim da instituição, da área acadêmica através do ensino de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino médio e infantil. Além dos procedimentos citados, também é incumbido da submissão e controle de projetos e bolsas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle de projetos de ensino (monitoria e inovação), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino à distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.

SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos:

O SIPAC dispõe de operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UFRN. O sistema integra a área administrativa desde a requisição de material, diárias, passagens, material informacional, dentre outras operações, até o controle do orçamento distribuído internamente. Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla e gerencia: compras, licitação, boletins de serviços, liquidação de despesas, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do campus, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e controle de veículos, memorando eletrônico, dentre outras funcionalidades. Esse sistema representa grande avanço para administração da universidade, permitindo o controle efetivo dos procedimentos administrativos.

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos:

O SIGRH tem por objetivo informatizar os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculo de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimento on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o SIAPE (Sistema de Âmbito Nacional).

Plano de Capacitação de Pessoal de TI

O Plano de Capacitação de TI, em 2017, desenvolveu a qualificação técnica necessária para atender algumas das demandas dos setores da Superintendência de Informática nas áreas relacionadas ao desenvolvimento humano e técnico por meio de palestras, oficinas e cursos.

Em específico, foi criado um programa de Capacitação em Liderança com foco no desenvolvimento humano. O programa desenvolveu os seguintes temas: autodesenvolvimento e gestão do conhecimento, comunicação, relacionamento interpessoal, gestão de desempenho e feedback, orientação para resultados, tomada de decisão e cultura da qualidade.

Ademais, foram realizadas capacitações nos cursos descritos a seguir:

- 05 servidores capacitados no curso: IPV6 Básico. (Carga horária: 40h). Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;
- 03 servidores capacitados no curso: BPMS. (Carga horária: 40h). Superintendência de Informática, UFRN, Brasil;
- 01 servidor capacitado no curso de Gestão de Serviços de TI. (Carga horária: 40h). Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;

Pessoas que compõe a força de trabalho de TI:

Quadro 51 - Quantitativo de pessoas e seus vínculos

Vínculos	Quantitativo
Servidores UFRN	38
Bolsistas de apoio administrativo e técnico	24

Fonte: PROAD – UFRN

Processos de gerenciamento de serviços de TI

Os processos de gerenciamentos de tecnologia da informação são realizados pela equipe de suporte responsável pelos atendimentos de todas às solicitações da comunidade acadêmica. Desta forma, compete a SINFO: identificar o erro e encaminhar a solução; avaliar as sugestões ou nova funcionalidade; auxiliar o usuário na utilização dos sistemas e solucionar possíveis problemas; abertura de tarefas para registro das demandas; fazer o controle de qualidade.

A equipe de suporte mantém atualizado o sistema docs (<https://docs.info.ufrn.br/doku.php>) e o de redes (wiki.info.ufrn.br), ferramentas on-line que constam os questionamentos e as informações referentes aos sistemas. Os registros das demandas atendidas foram realizadas através do Iproject (<http://www.iproject.ufrn.br/>), o qual constitui-se uma ferramenta de gerenciamento e controle das solicitações atendidas.

Ações e Resultados alcançados em 2017

Durante o ano de 2017 foram alcançados resultados que estão alinhados com o Plano Estratégico 2015-2019 com apoio à meta 17 - modernização da gestão universitária. Estes resultados partem de ações realizadas nas áreas de aprimoramento dos sistemas de informação e de infraestrutura e redes. A UFRN possui uma família de sistemas de informação na área de gestão acadêmica e gestão da administração pública (SIG-UFRN), mantidos pela Superintendência de Informática, que são referências em todo o Brasil. Atualmente os SIG-UFRN são usados por aproximadamente 63.000 usuários na UFRN, sem contar com os usuários das demais instituições parceiras, que atualmente são mais de 50 no país. Um dos motivos para a adoção de tais sistemas por outras instituições em todo o Brasil está na competência da UFRN em implementar, adaptar, evoluir tais sistemas. Para manter este sucesso e continuar sendo apontado como uma solução de referência na gestão pública, faz-se necessário o constante investimento no aprimoramento das funcionalidades existentes e desenvolvimento de inovações relacionadas aos SIG-UFRN. Desta forma, apenas em 2017, os seguintes resultados, provenientes dos investimentos realizados, foram alcançados:

- Aprimoramentos no **SIGAA - Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas**
 - Gestão dos cursos de Residência Médica
 - Cadastro de Laboratórios de Pesquisa
 - Melhorias na Gestão de Componentes Curriculares
 - Melhorias nos Portais do docente, coordenador e discente
 - Melhorias na Gestão de Bolsas
 - Melhorias nos fluxos da Gestão da Pesquisa
 - Melhorias nos Processos Seletivos

- Aprimoramentos no **SIGRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos**
 - Refinamento do controle de horário de trabalho
 - Evolução do módulo de Concursos
 - Refinamento dos fluxos de Segurança do Trabalho
 - Melhorias relacionadas ao Ponto Eletrônico
 - Implementação de protótipos para integração com sistemas estruturantes
 - Melhorias no módulo de Avaliação de Desempenho
 - Refinamento dos fluxos de comissões

- Aprimoramentos no **SIPAC – Sistema de Patrimônio, Almoxarifado e Contratos**
 - Gestão de Bens Intangíveis
 - Gestão de Bolsas e Auxílios à estudantes
 - Melhorias na Submissão de Projetos
 - Melhorias da Gestão de Contratos
 - Melhorias do módulo de Processo Eletrônico
 - Otimização dos controles de almoxarifado relacionadas à Infraestrutura
 - Melhorias na gestão do Restaurante Universitário
 - Melhorias na Gestão de Patrimônio Móvel

- Aprimoramentos na plataforma **Sucupira**
 - Melhorias no módulo Qualis
 - Melhorias na importação das produções
 - Desenvolvimento de algoritmo de desambiguação
 - Desenvolvimento de módulo de glosa

- Desenvolvimento do sistema para registro de frequência de servidores
- Desenvolvimento de aplicativo móvel para gestão da comunicação entre os usuários dos SIG-UFRN
- Evolução da Solução de Integração com os SIG-UFRN, através da solução da API.Sistemas
- Evolução do Sistema de Gestão de Eventos – SIGEventos
- Evolução da Solução para Dados Abertos

Para apoiar tais desenvolvimentos em TI, a UFRN tem firmado um contrato acadêmico com a Funpec, para executar um projeto de desenvolvimento institucional-pesquisa, que implicou numa despesa de R\$ 11.369.254,76 (onze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos) no exercício de 2017.

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Como solução para mitigar dependências tecnológicas, a Superintendência de Informática da UFRN desenvolve soluções de sistemas, infraestrutura e redes por meio de sua equipe, não contando com empresas terceirizadas para prestação de serviços de TI. A SINFO realiza, ainda, capacitação de seus funcionários para manter-se apta a oferecer serviço eficiente e eficaz para toda comunidade universitária.

Manutenção dos sistemas de informação da UFRN

A manutenção dos sistemas é realizada pelas próprias equipes de desenvolvimento/suporte da SINFO (em nível de sistemas) e pela equipe de infraestrutura para manutenção dos servidores. Os principais riscos e respostas identificados em relação à manutenção foram as seguintes:

Tabela 01 – Principais Riscos e Respostas

RISCOS	RESPOSTA
Sistema indisponível por erros de código para muitos usuários	Rapidez na resolução destes incidentes pela alocação de desenvolvedores especialistas e <i>scripts</i> de correção pré-definidos. Além disso, a informação da indisponibilidade é automaticamente enviada para equipe de desenvolvimento quando ocorre.
Sistema indisponível por grande quantidade de acesso	No caso de Serviços de Redes, a Equipe de Serviços, em conjunto com a de Segurança, tenta identificar a origem da sobrecarga de acessos. Em caso de ataque DOS, são tomadas medidas contingenciais tanto no firewall como nos switches. Em caso de sobrecarga não ligada a ataque, a equipe de Datacenter eleva os recursos de processamento, memória e, até mesmo, novas máquinas virtuais para atender à demanda.
Sistema indisponível devido ao rompimento de enlaces de fibra ótica do backbone da rede	A implantação de enlaces redundantes de fibra ótica em pontos críticos da rede, bem como de protocolos de roteamento dinâmico, como o BGP e o OSPF, proporcionam um mecanismo de resposta automática a essa situação, onde a própria rede se reconfigura automaticamente. Para os casos onde ocorram problemas neste procedimento de reconfiguração automática, a equipe de conectividade identifica a origem do problema e realiza manutenção.
Sistema indisponível por invasões	A equipe de resposta à incidentes de segurança inicia procedimentos de contingência, tentando identificar e bloquear a origem do ataque, e, simultaneamente, toma medidas para reverter possíveis alterações nos sistemas. Posteriormente é realizada verificação do <i>modus operandi</i> do ataque e estudo com objetivo de elevar o nível de segurança do sistema

Fonte: SINFO

Todos os riscos descritos na tabela acima são aqueles de alta probabilidade de ocorrência e alto impacto.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A UFRN possui práticas e ações de sustentabilidade ambiental bem consolidadas e em constante processo de melhoria. Para desenvolvimento das atividades essenciais à gestão ambiental, a UFRN conta, dentro de sua estrutura organizacional, com uma Diretoria de Meio Ambiente, sendo esta ligada à Superintendência de Infraestrutura. Neste panorama, estão consolidadas atividades de monitoramento da qualidade e uso racional da água; controle de zoonoses e insetos vetores; limpeza pública e gestão integrada de resíduos sólidos domésticos, perigosos e da construção civil; arborização urbana e ornamental; tratamento de efluentes e reuso de esgoto tratado para irrigação e compactação de solo; eficiência energética; contratações sustentáveis; além de educação ambiental aplicada de modo transversal a cada atividade desenvolvida.

É importante destacar que, para cada um dos eixos citados acima, existem profissionais envolvidos no planejamento, desenvolvimento, avaliação, e estabelecimento de protocolos e tecnologias mais adequadas, em processo de melhoria contínua e de forma multidisciplinar e multisetorial. Ademais, a UFRN é fiscalizada externamente pelos órgãos ambientais e de vigilância competentes, sempre à luz da legislação vigente.

Em se tratando da qualidade da água, a Superintendência de Infraestrutura realiza periodicamente a análise de diversos parâmetros (cloro livre, sólidos totais dissolvidos, turbidez, PH, nitrato, coliformes totais, coliformes fecais etc.) em pontos de coleta distribuídos pelo Campus Central, Campus Saúde e unidades isoladas. Nos pontos de captação própria de água, a UFRN possui um sistema de tratamento e desinfecção por dosagem de hipoclorito de cálcio em pastilhas, além de contrato com empresa especializada para limpeza e desinfecção periódica dos reservatórios, de modo a garantir condições adequadas da água distribuída à comunidade universitária. Contudo, faz-se necessário registrar que, durante o ano de 2017, o monitoramento da qualidade da água foi comprometido pela inexistência de vigência de contrato com empresa especializada em análise laboratorial e que, atualmente, existe um processo em andamento para nova contratação.

Contribuindo para a proteção ambiental e o uso racional da água, a UFRN possui coleta e tratamento universal de esgotos domésticos no Campus Central e adota o reuso destes efluentes para irrigação dos campos de futebol do parque poliesportivo e da vegetação no entorno de sua Estação de Tratamento de Esgotos - ETE. A instituição possui rede de distribuição de água de reuso para irrigação dos jardins do campus central com potencial para gerar uma economia de mais de 300.000 m³ de água potável ao ano. Registre-se que, devido às dificuldades operacionais, a previsão para a referida rede funcionar plenamente foi adiada para o ano de 2018.

As atividades de controles de zoonoses e pragas consistem na identificação e dedetização de pragas urbanas (baratas, escorpiões, cupins etc.), no monitoramento e controle da superpopulação de felinos no campus central, na inspeção rotineira e destruição de coleções de água e criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. Essas atividades estão associadas à limpeza urbana, manutenção predial e ações de educação ambiental, além da cooperação nas atividades propostas pelo Centro de Controle de Zoonoses do município de Natal e Parnamirim.

No tocante à gestão dos resíduos, a UFRN possui um Programa de Gestão Integrada de Resíduos denominado PROGRES através do qual todos os resíduos produzidos nas atividades desenvolvidas na UFRN são monitorados. Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, a UFRN possui a Coleta Seletiva Solidária que segrega e encaminha anualmente mais de 100 toneladas de resíduos sólidos recicláveis a uma cooperativa e a uma associação de catadores de materiais recicláveis do município de Natal. Ainda em 2017, foram doadas aproximadamente 103 toneladas de material reciclável da UFRN gerando emprego e renda às famílias associadas. Já os resíduos não recicláveis são coletados e encaminhados ao aterro sanitário da BRASECO que atende a região metropolitana de Natal. Ao total foram coletados e encaminhados ao aterro sanitário aproximadamente 1008 toneladas de resíduos sólidos comuns.

A logística empregada na gestão dos resíduos perigosos, resíduos químicos laboratoriais e lâmpadas fluorescentes consiste na solicitação formal do laboratório/unidade acadêmica, via sistema eletrônico SIPAC, para coleta dos resíduos produzidos após identificação e acondicionamento adequados. A coleta é realizada em veículo próprio e exclusivo para esta

finalidade e armazenado na Unidade de Armazenamento Temporário de Resíduos – UATR para posterior destinação através de empresa especializada e devidamente licenciada. No caso das lâmpadas fluorescentes, há ainda uma rotina implantada na Diretoria de Manutenção da Superintendência de Infraestrutura na qual as lâmpadas substituídas são encaminhadas diretamente à UATR para o mesmo fim. No ano em questão foram destinadas 10 toneladas de resíduos químicos e 39.000 unidades de lâmpadas fluorescentes.

Os resíduos de serviços de saúde são separados e acondicionados em cada unidade produzida, onde são devidamente coletados por empresa especializada e licenciada para incineração.

Na UFRN também são produzidos resíduos classificados como resíduos da construção civil, os quais são devidamente encaminhados à empresa especializada e licenciada para reciclagem deste material. Os resíduos oriundos das atividades da Diretoria de Manutenção da Superintendência de Infraestrutura são encaminhados para usina contratada pela UFRN, enquanto que aqueles produzidos nas obras acompanhadas pela Diretoria de Projetos e Obras da Superintendência de infraestrutura são encaminhados a usinas de reciclagem de resíduos da construção civil pelas empresas construtoras contratadas, que devem apresentar comprovante de destinação por ocasião do pagamento das medições dos serviços. No ano de 2017, a UFRN encaminhou à usina de reciclagem de resíduos da construção civil 451 m³ de material oriundo dos serviços de manutenção predial.

Quanto aos resíduos de podas e capinagem produzidos na UFRN, destaca-se que uma pequena parcela é atualmente reaproveitada para produção de adubo orgânico mediante processo de compostagem e/ou proteção e enriquecimento do solo mediante aplicação de mulch, ou seja, uma camada de material orgânico colocada sobre a zona radicular das plantas. No ano de 2017, a UFRN reaproveitou aproximadamente 120m³ de material vegetal.

No tocante à arborização urbana e ao paisagismo, a UFRN possui um Horto florestal para produção de mudas nativas da Mata Atlântica e Caatinga norte-riograndense, e seu posterior plantio e manutenção. A ação aumenta a área verde existente e melhora a qualidade ambiental percebida de acordo com seu Programa de Arborização – PROÁRVORE. Além disso, a arborização é sujeita à manutenção da fitossanidade (extração de pragas), harmonização de conflitos com a infraestrutura urbana e acessibilidade universal (rede elétrica, rede hidrossanitária, passeios e edificações) e segurança (espécies tóxicas, risco de quedas e sinistros). Ao final do ano de 2017, o Campus Central da UFRN possuía cerca de 100.000 m² de jardins e 10.000 árvores plantadas. Foram realizadas mais de 1.652 podas e registradas 7 ocorrências de acidentes, sendo 4 por tombamento e 3 por queda de galhos de árvores. Acrescenta-se, ainda, que no ano de 2017 foi iniciada a implantação do plano de arborização do campus central.

A UFRN aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), tendo uma comissão gestora designada pela Portaria nº 166/14-R, de 28 de janeiro de 2014, e recebido o “Selo Verde” do Ministério do Meio Ambiente, estando na lista divulgada através do link: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10320-selo-a3p-lista-do-selo-verde>. No ano de 2016 foi elaborada uma cartilha temática da A3P específica.

Alinhada ao primeiro eixo da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que trata do Uso Racional dos Recursos e Bens Públicos, a Universidade disponibilizou, em 2017, a plataforma REUSE (<https://reuse.ufrn.br>). O REUSE nasceu como uma solução para otimizar o processo de gestão de patrimônio da instituição. É uma ferramenta online (figura 26) que possibilita aos servidores adotarem algumas práticas sustentáveis em seu dia-a-dia, divulgar na rede aqueles materiais que não utilizam mais para que outros servidores, carentes desses materiais, possam reutilizá-lo.

Figura 26 – Tela inicial do REUSE



Fonte: <https://reuse.ufrn.br>

Um destaque da plataforma REUSE é a sua vinculação ao módulo de gestão de materiais e patrimônio da Universidade. Esse elo possibilita a automatização do processo de movimentação do bem entre os responsáveis de forma eletrônica e sem necessidade de papel. Por esse motivo, o acesso ao REUSE é exclusivo aos servidores com acesso ao SIPAC.

O REUSE foi lançado oficialmente à comunidade universitária em outubro de 2017. A página foi visitada 1.761 vezes a partir de novembro, quando começou a ser monitorado. Nesse período, 109 pessoas demonstraram interesse nos itens publicados e um total de 24 bens foram reutilizados, tais como: mesas, cadeiras, projetores, estabilizadores, armários, entre outros.

Em 2017 a Universidade regulamentou a elaboração e implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFRN (PLS-UFRN), mediante a Resolução nº040/2017 – CONSAD. O mesmo foi aprovado pela Resolução 077/2017- CONSAD, estabelecendo sua vigência para o período 2018-2020. O plano é constituído por um conjunto de 9 (nove) Planos de Ação (PA), cada um contendo metas gerais que abrangem todos os campi e metas específicas compatíveis com a realidade de cada campus direcionadas para a implantação, monitoramento e avaliação de práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços. Os 9 (nove) temas destacados acima são (1) água e esgoto; (2) coleta seletiva; (3) compras públicas sustentáveis; (4) deslocamento de pessoal; (5) energia elétrica; (6) material de consumo; (7) obras públicas sustentáveis; (8) qualidade de vida no ambiente de trabalho; e (9) arborização urbana. (https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf).

Cumprir destacar que a UFRN tem adotado diversos critérios, práticas e diretrizes para a promoção da sustentabilidade na sua gestão. Além das iniciativas anteriormente mencionadas, existe o aperfeiçoamento na coordenação de fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, de modo a considerar a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado. Citam-se a racionalização, inventário físico, compra compartilhada, reutilização de bens, programa de qualidade de vida no trabalho etc.

A UFRN mantém atualizado seu inventário de bens e materiais, buscando aperfeiçoar as especificações para aquisições de produtos similares que possuam menor impacto ambiental. Cita-se como exemplo as especificações dos equipamentos de T.I. que seguem diretrizes RoHS (Restriction of Hazardous Substances) e EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool). Na aquisição de mobiliário é exigida a comprovação de procedência da madeira através de apresentação de Certificado Florestal de Cadeia de Custódia, emitida pelo fabricante da madeira utilizada, ou documento de origem florestal emitido pelo IBAMA, do selo madeira legal, ou ainda, outros certificados emitidos por órgãos de controle ambiental. Os aparelhos condicionadores de ar tipo split são adquiridos com exigência de classificação INMETRO de eficiência energética maior possível de modo a não infringir a competitividade dos certames licitatórios.

No quesito construções sustentáveis, a UFRN adota diversos critérios, práticas e diretrizes para a promoção da economia e uso inteligente da energia elétrica, atenta ao desenvolvimento econômico equilibrado, dentre os quais citam-se:

- Os projetos elaborados para as edificações da UFRN contemplam diversas variáveis de eficiência e conforto ambiental tais como: envoltória de arquitetura, uso de torneiras automáticas e/ou antivandalismo, lâmpadas e luminárias eficientes, dentre outras;

- É comumente prevista a utilização de materiais com especificações técnicas que visam garantir a qualidade e a durabilidade da edificação além de serem passíveis de reutilização (ex.: esquadrias de alumínio, cobertura com perfis metálicos etc.);

- As edificações possuem projetos arquitetônicos que contemplam as variáveis de orientação e proteção das fachadas, além da cobertura com material termo acústico e declividades de tal modo que permitem uma maior eficiência energética (envoltória de arquitetura) e o aproveitamento das águas pluviais;

- As instalações elétrica das edificações são dotadas de circuitos devidamente dimensionados e divididos em quadros de distribuição que contemplam o fornecimento de energia para o consumo essencial e não-essencial (climatização), as luminárias, lâmpadas e reatores especificados são mais eficientes, permitindo um melhor gerenciamento e menor consumo de energia;

- As especificações utilizadas para os revestimentos, bancadas e divisórias são definidas com a utilização de materiais da região, nos termos do art. 12, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, e § 1º do art.4º da IN nº 01/10, da SLTI;

- As empresas deverão utilizar obrigatoriamente agregados reciclados nas obras e/ou serviços de engenharia sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior aos agregados naturais nos termos do § 3º do art. 4º da IN nº 01/10, da SLTI, exceto em peças estruturais.

Ainda com relação às aquisições e contratações sustentáveis, com fundamento no Decreto nº 7.746/2012, informa-se que já são exigidos critérios de sustentabilidade em licitações na modalidade Pregão, a exemplo das licitações de Tratamento, coleta, transporte e destinação final de resíduos da saúde; Tratamento, coleta, transporte e destinação final de resíduos químicos; Aquisição de Cartuchos e Toners; Terceirização de Vigilância Armada; Terceirização de Limpeza; Aquisição de mobiliário; Aquisição de aparelhos de ar condicionados.

Além disso, há a exigência, também, para as licitações de obras e serviços de engenharia, de que as licitantes apresentem a Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte materializa suas ações de “Relacionamento com a Sociedade” por meio de mecanismos ou procedimentos que garantem à coletividade, a disponibilidade dos serviços de acessibilidade para o cidadão, a identificação da natureza dos serviços ofertados e a transparência das informações relevantes.

Para melhor atender o cidadão, a UFRN dispõe de ouvidoria, portal institucional, *sites* específicos das unidades acadêmicas e administrativas e mantém, também, nas redes sociais digitais canais abertos para solicitações, reclamações, denúncias e sugestões.

Por meio de sua Carta de Serviços, a Universidade informa à sociedade quais os serviços prestados e como acessá-los, reforçando o compromisso da instituição com o aperfeiçoamento na gestão de seus serviços e a garantia de um atendimento mais acessível ao cidadão. Como forma de avaliar o grau de satisfação do usuário com a prestação dos seus serviços, realiza pesquisas e avaliações que subsidiam a revisão dos planos e o aprimoramento de políticas institucionais.

Em relação às medidas tomadas pela UFRN para garantir a acessibilidade aos usuários, especialmente, aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, a UFRN oferece uma rede de apoio pedagógico e psico-social, além do oferecimento de tecnologia assistiva e material didático acessível, disponíveis para empréstimo ou uso na própria instituição.

A seguir, são desenvolvidos os itens que compõem o conjunto das informações referentes ao “Relacionamento da UFRN com a Sociedade”.

7.1 Canais de Acesso ao Cidadão

7.1.1 Ouvidoria

Dentre os canais de acesso ao cidadão destaca-se a Ouvidoria, via pela qual são feitas solicitações, reclamações, denúncias e sugestões em favor da comunidade universitária e da sociedade. As manifestações podem ser feitas por telefone, site www.ouvidoria.ufrn.br, SIGAA, e-mail: ouvidoria@ufrn.br ou pessoalmente na sede do órgão, o qual está situado no Centro de Convivência Djalma Marinho – Campus Universitário da UFRN – Natal-RN, telefone (84) 3215-3883.

Os dados gerenciais e estatísticos referentes à 2017 demonstram que o serviço de Ouvidoria da UFRN obteve avanços com o aumento na efetivação de registros no SIGAA, em relação ao ano de 2016, e com o processo de implantação o sistema E-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), que permitirá o atendimento ao usuário com maior exatidão e agilidade. Além disso, em 2017, foram proferidas 12 palestras informativas voltadas à comunidade acadêmica sobre o uso da Ouvidoria-UFRN e a Lei de Acesso à Informação/LAI.

No exercício de 2017, a Ouvidoria da UFRN registrou 1.564 atendimentos, das quais cerca de 884 (56,5%) foram respondidas de forma satisfatória. A seguir os quadros expressam o detalhamento das manifestações registradas tanto em 2017, quanto no período de 2012 a 2017:

Quadro 1 - Atendimentos registradas – 2012 a 2017

Ano	Presencial	Sistema SIGAA
2012	633	1.114
2013	707	1.383
2014	634	989
2015	446	1.010
2016	292	1.420
2017	360	1.204

Fonte: Ouvidoria UFRN

Para atender à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Ouvidoria da UFRN dispõe do Serviço de Informação ao Cidadão/SIC-UFRN com o objetivo de avançar na publicização do acesso às informações institucionais.

Em 2017, o SIC-UFRN contabilizou 344 pedidos de informações, sendo 316 deles respondidos. Seguem informações adicionais para sobre os pedidos de acesso à informação:

Quadro 2 - Características dos pedidos de acesso à informação

Total de perguntas	992
Total de solicitantes	234
Perguntas por pedido	3,14
Maior número de pedidos feitos por um solicitante	40
Solicitantes com um único pedido	195

Fonte: E-SIC Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>. Acesso em: 27/02/2018.

Quadro 3 - Temas das solicitações (Top 10)

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	259	75,29%
Educação - Educação superior	31	9,01%
Economia e Finanças – Finanças	4	1,16%
Trabalho - Profissões e ocupações	4	1,16%
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	3	0,87%
Justiça e Legislação - Legislação e jurisprudência	2	0,58%
Educação - Gestão escolar	2	0,58%
Saúde - Alimentação e nutrição	2	0,58%
Trabalho - Legislação trabalhista	2	0,58%
Meio ambiente – Águas	1	0,29%

Fonte: E-SIC Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>. Acesso em: 27/02/2018.

7.1.2 Sites da Instituição

A UFRN mantém um portal institucional (www.ufrn.br) e *sites* específicos de pró-reitorias, superintendências, setores, programas e projetos da Instituição, dentre outros. Nesses *sites*, são disponibilizadas informações sobre a estrutura, funcionamento, serviços e demais dados úteis para os usuários.

7.1.3 Redes Sociais

A UFRN também está presente nas redes sociais digitais, promovendo a divulgação de ações da Instituição através do *YouTube*, *Twitter* e *Facebook*.

Canal do *YouTube*: www.youtube.com/TVAgecom

Perfil do *Twitter*: twitter.com/UFRN_AGECOM

Página do *Facebook*: facebook.com/ufrnoficial

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009 e modificada pela Lei Nº 13.460, de 26 de junho de 2017, é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos¹.

Com a sua Carta de Serviços, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte reforça seu compromisso com a população, uma vez que oferece mais informação e transparência sobre os seus serviços, possibilitando maior controle social e permitindo aprimorar a qualidade e a presteza do atendimento prestado pela Instituição.

A Carta de Serviços ao Cidadão da UFRN está disponível no site www.cartadeservicos.ufrn.br e no Portal da UFRN, acessível pelo caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos.

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A UFRN dispõe de mecanismos sistemáticos de avaliação institucional, da gestão e da prestação de serviços que subsidiam a revisão do planejamento da gestão e a formulação de políticas institucionais, dentre eles destacam-se o processo de Avaliação da Docência e o Acompanhamento de Egressos da UFRN. Além disso, no ano de 2017, a UFRN realizou Pesquisa de satisfação do Restaurante Universitário e Avaliação das Ações de Capacitação.

Cabe ressaltar, ainda, que a UFRN obtém mensagens de críticas, elogios e sugestões que são recebidas através dos diversos canais de acesso da instituição (e-mails, telefones, mídias sociais e rádio). Os comentários são utilizados para identificar o nível de satisfação dos usuários e subsidiam a análise crítica da gestão, possibilitando a identificação de deficiências e, conseqüentemente, a implantação de melhorias na Instituição.

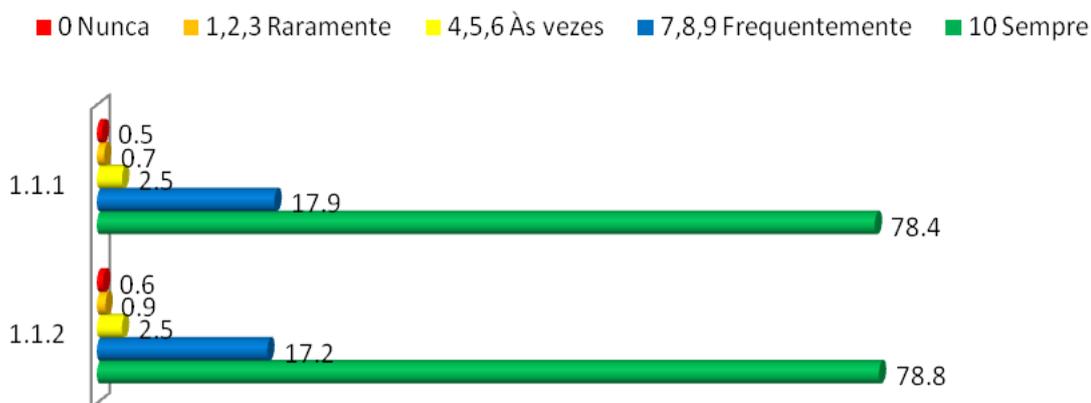
¹ Antes mesmo da publicação do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que revogou o Decreto nº 6.93/99. A UFRN buscou junto às suas unidades, a atualização dos serviços oferecidos pelas mesmas, para inserí-los na sua Carta de Serviços. Alguns aspectos preconizados pela nova norma legal, tais como o padrão de qualidade do atendimento, encontram-se programados para serem definidos durante o ano de 2018, por meio das unidades deliberativas da UFRN.

7.3.1 Avaliação da Docência

A Avaliação da Docência é um processo sistemático desenvolvido periodicamente (a cada semestre letivo), que analisa a docência no ensino de graduação com vistas à melhoria da qualidade acadêmica. Este processo é realizado por meio do SIGAA, propiciando o levantamento de informações junto ao aluno e professor, sobre a atuação didática e postura profissional do professor, a turma e a infraestrutura da Instituição.

Seguem abaixo os principais resultados obtidos da Avaliação da Docência da UFRN, referente a 2017:

Figura 1 – Postura profissional dos professores da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (% de notas)



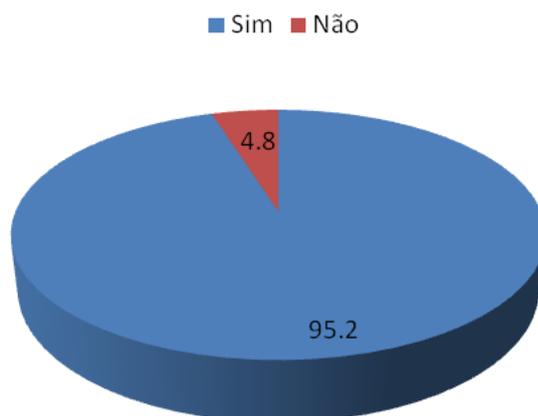
Legenda:

1.1.1 - O professor comparece às aulas?

1.1.2 - O professor cumpre integralmente o horário de aula?

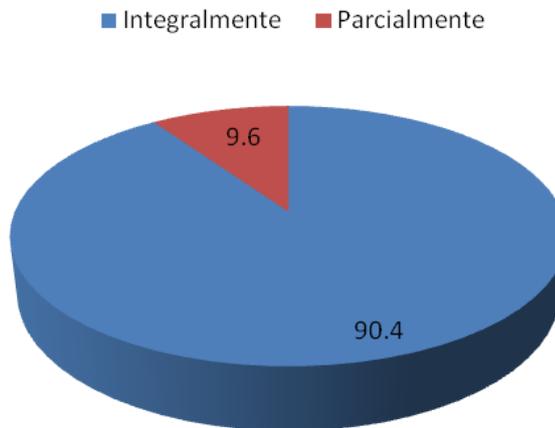
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 2 – Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (%)



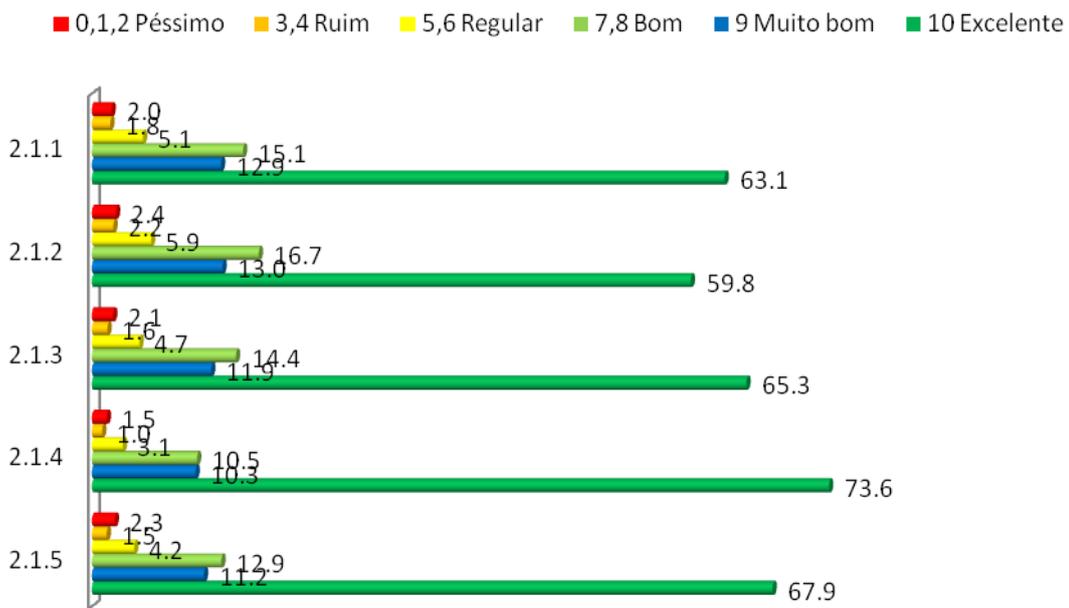
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 3 – Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 4 – Atuação didática do professor da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (% de notas)

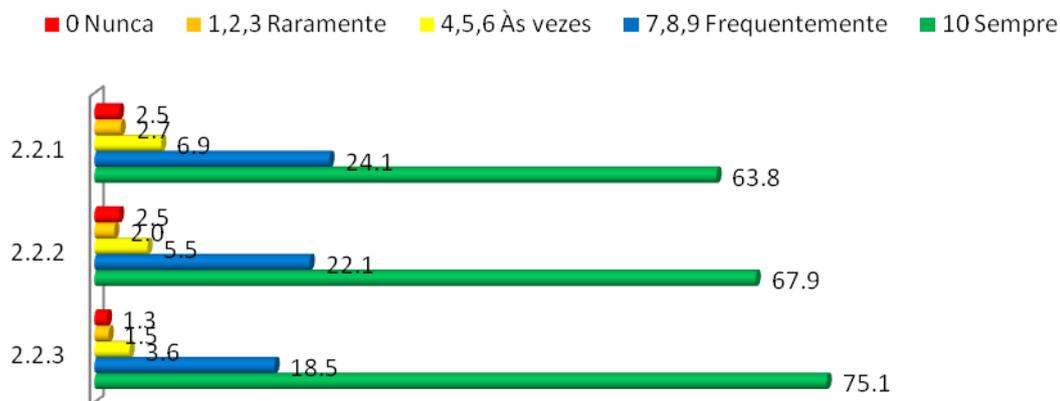


Legenda:

- 2.1.1. Clareza na apresentação do conteúdo
- 2.1.2. Metodologias que favoreçam o aprendizado
- 2.1.3. Incentivo à participação do aluno nas aulas
- 2.1.4. Disponibilidade para tirar dúvidas em sala de aula
- 2.1.5. Relacionamento professor-aluno

Fonte: CPA / Avaliação da docência

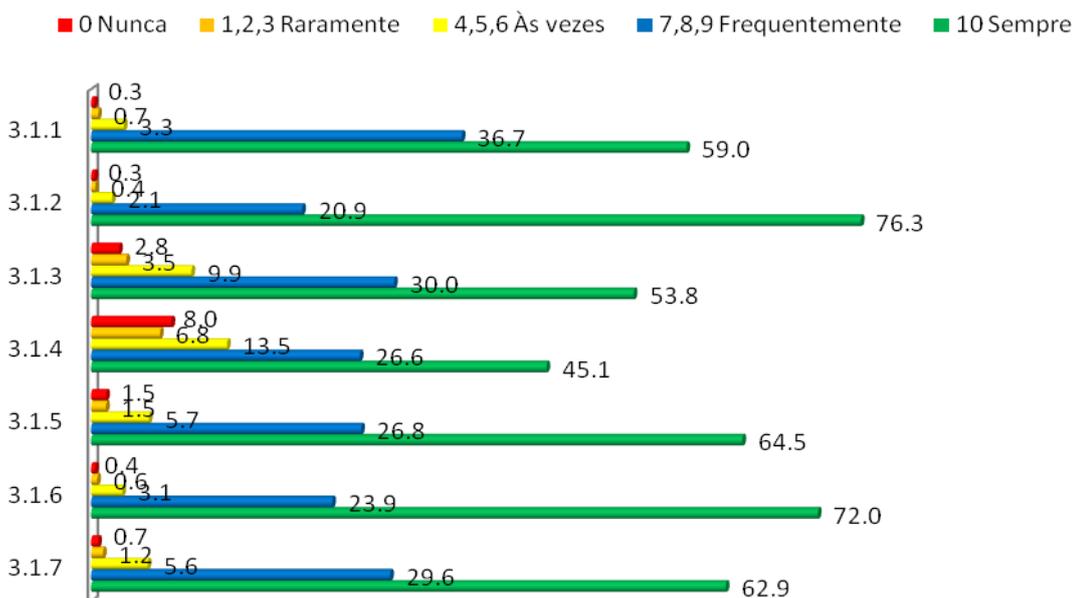
Figura 5 – Cumprimento das atribuições de professor da UFRN, em 2017.1, segundo os alunos (% de notas)



Legenda:

- 2.2.1. O professor divulga as notas até 3 dias úteis antes da avaliação seguinte?
 - 2.2.2. O professor discute os resultados das avaliações esclarecendo suas dúvidas?
 - 2.2.3. O professor utiliza o SIGAA ou outro meio eletrônico para manter contato com o aluno?
- Fonte: CPA / Avaliação da docência

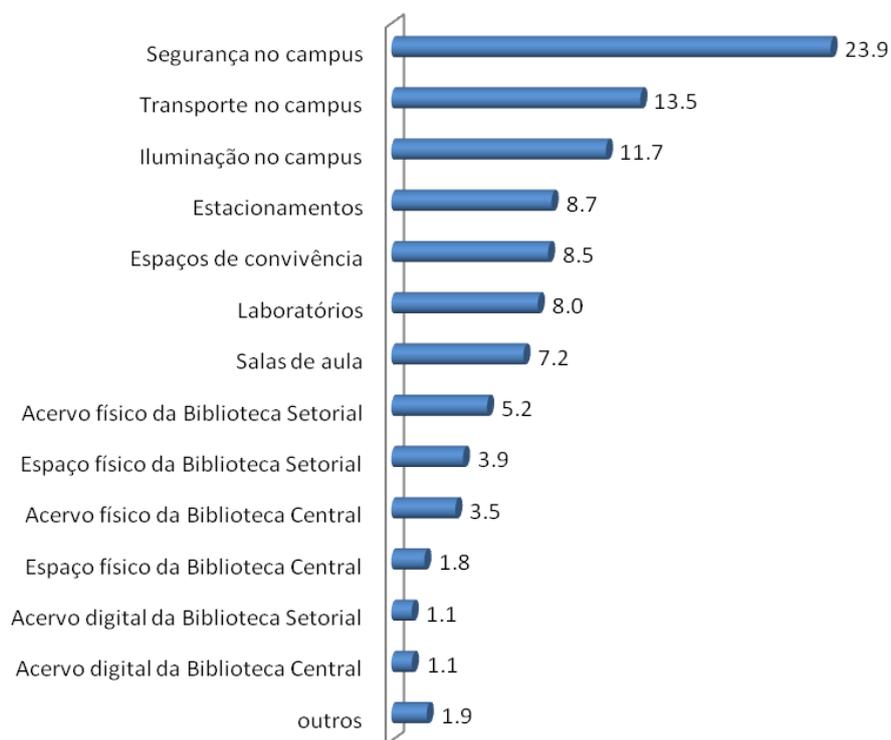
Figura 6 – Autoavaliação dos alunos da UFRN, em 2017.1 (% de notas)



Legenda:

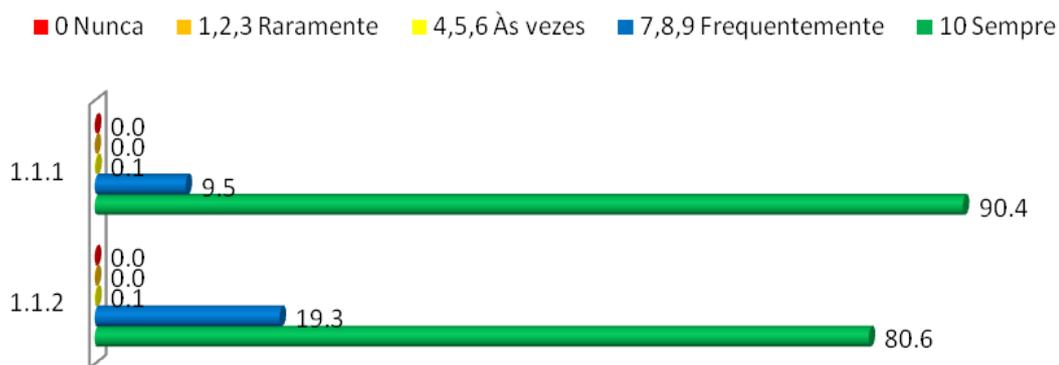
- 3.1.1. Você comparece às aulas?
 - 3.1.2. Você permanece nas aulas do início ao fim?
 - 3.1.3. Você tira dúvidas com o professor durante as aulas?
 - 3.1.4. Você procura tirar dúvidas fora do horário de aula?
 - 3.1.5. Você utiliza a bibliografia sugerida pelo professor?
 - 3.1.6. Você cumpre as atividades solicitadas pelo professor?
 - 3.1.7. Você estuda os conteúdos fora do horário de aula?
- Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 7 – Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os alunos da UFRN, em 2017.1 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 8 – Autoavaliação do professor da UFRN quanto à postura profissional, em 2017.1 (% de notas)



Legenda:

1.1.1. Você comparece às aulas?

1.1.2. Você cumpre integralmente o horário de aula?

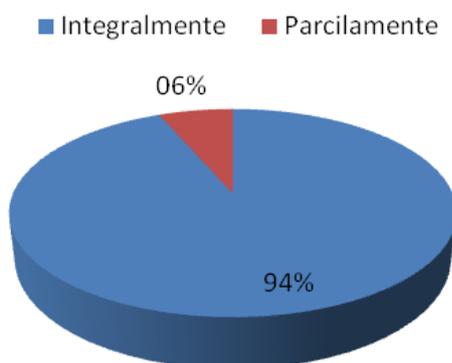
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 9 - Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2017.1, segundo ele mesmo (%)



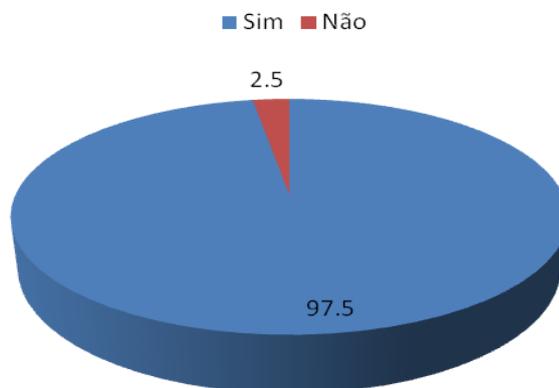
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 10 – Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo ele mesmo (%)



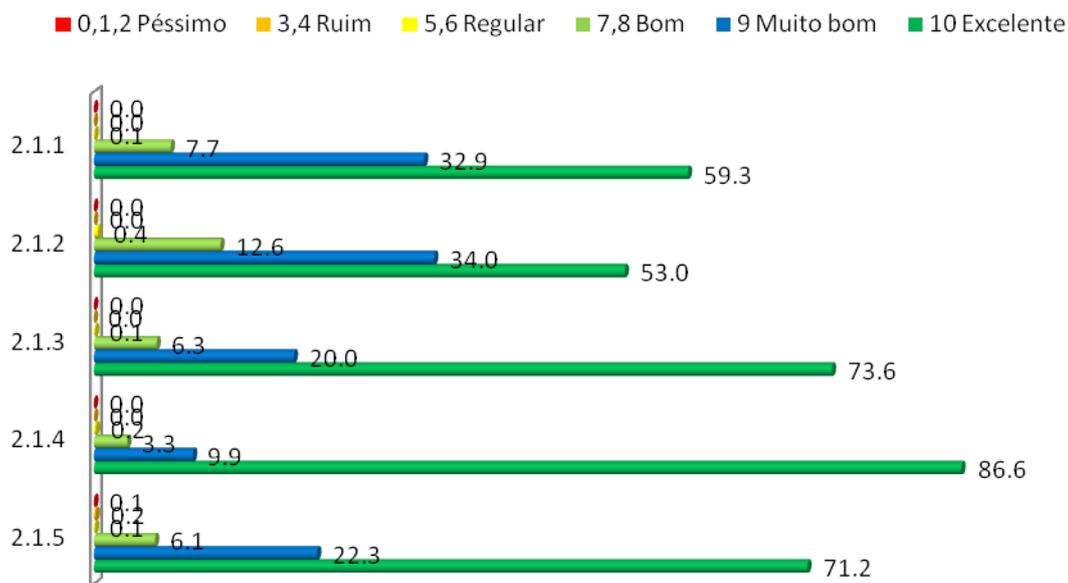
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 11 – Informação aos alunos sobre seus horários de atendimento fora do horário de aulas, segundo o professor da UFRN, em 2017.1 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 12 – Autoavaliação do professor da UFRN quanto à atuação didática, em 2017.1 (% de notas)

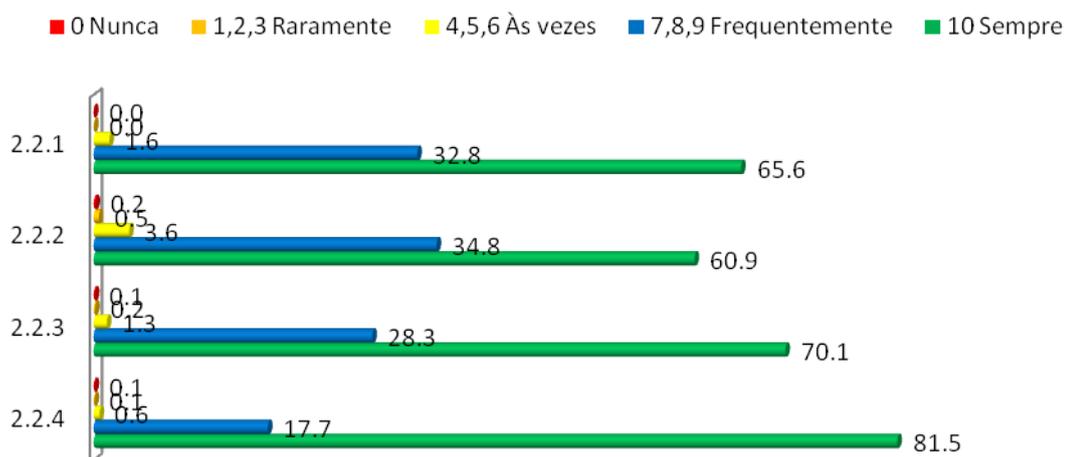


Legenda:

- 2.1.1. Clareza na apresentação do conteúdo
- 2.1.2. Metodologias que favoreçam o aprendizado
- 2.1.3. Incentivo à participação do aluno nas aulas
- 2.1.4. Disponibilidade para tirar dúvidas em sala de aula
- 2.1.5. Relacionamento professor-aluno

Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 13 – Cumprimento das atribuições de professor da UFRN, em 2017.1, segundo ele mesmo (% de notas)

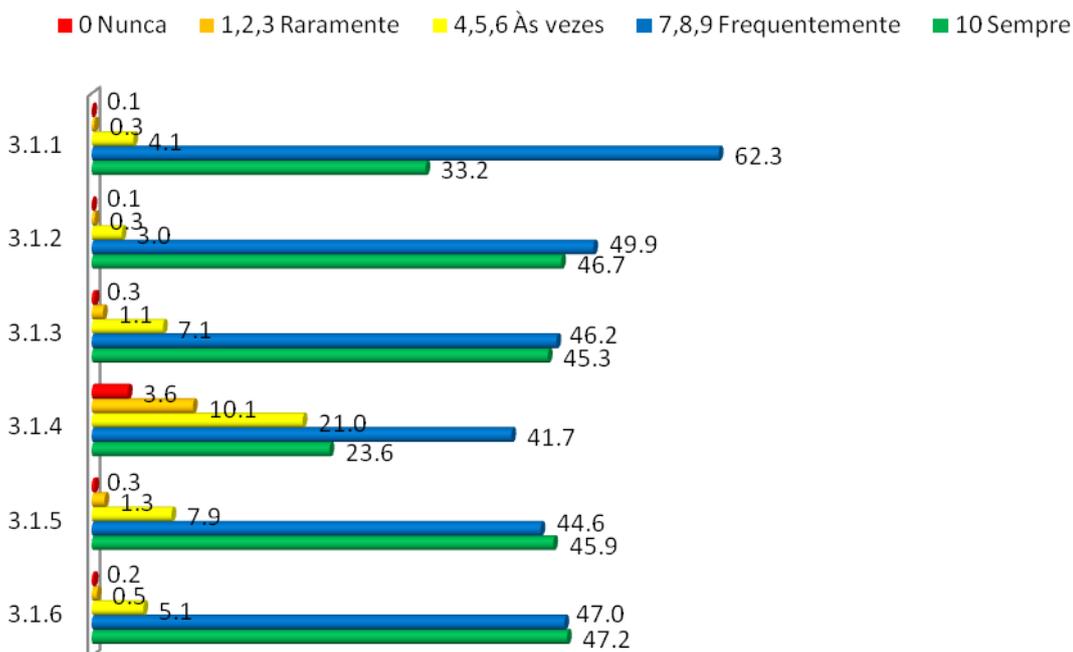


Legenda:

- 2.2.1. Tem disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aula?
- 2.2.2. Divulga as notas até 3 dias úteis antes da avaliação seguinte?
- 2.2.3. Discute os resultados das avaliações esclarecendo as dúvidas dos alunos?
- 2.2.4. Utiliza o SIGAA ou outro meio eletrônico para manter contato com os alunos?

Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 14 – A turma, sob a ótica do professor da UFRN, em 2017.1 (% de notas)



Legenda:

- 3.1.1. Os alunos comparecem às aulas?
- 3.1.2. Os alunos permanecem nas aulas do início ao fim?
- 3.1.3. Os alunos procuram tirar dúvidas durante as aulas?
- 3.1.4. Os alunos procuram tirar dúvidas fora do horário de aula?
- 3.1.5. Os alunos utilizam a bibliografia sugerida por você?
- 3.1.6. Os alunos cumprem as atividades solicitadas?

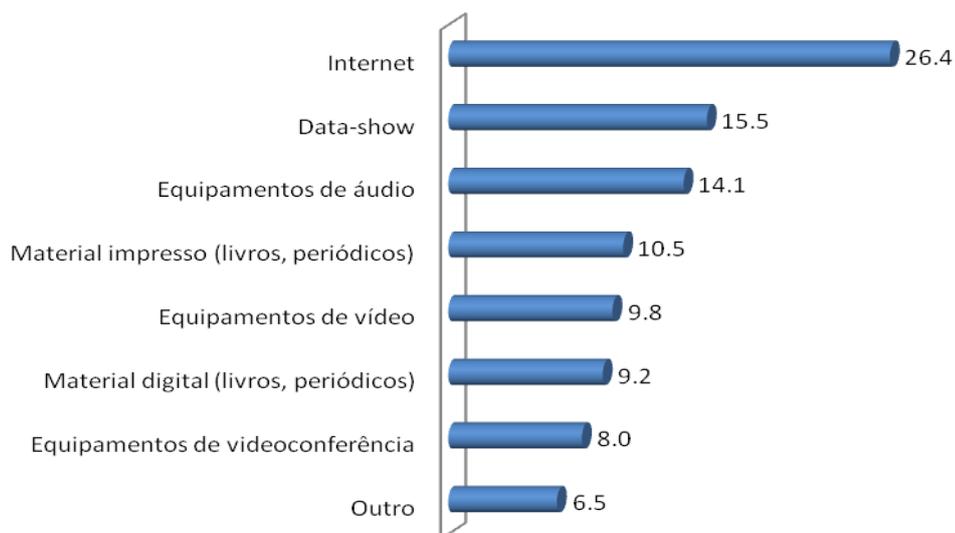
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 15 – Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os professores da UFRN, em 2017.1 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Figura 16 – Recursos didáticos necessários para apoiar a prática docente, segundo os professores da UFRN, em 2017.1 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Diante dos dados apresentados, pode-se afirmar que a avaliação feita por alunos e professores tem resultados, de uma forma geral, positivos. Assim, afirma-se que há, em sua maioria, uma postura de comprometimento do corpo docente e discente da instituição. Vale ressaltar que os casos que exigem providências em relação aos professores são direcionados às instâncias competentes para as ações necessárias, e as demandas por equipamentos e infraestrutura estão sendo devidamente encaminhadas.

7.3.2 Acompanhamento de Egressos

Desde 2013 a UFRN adotou como prática para acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação a coleta de informações por meio de consulta estruturada aplicada ao conjunto de seus ex-alunos. Na primeira pesquisa, cuja coleta de dados foi realizada ainda em 2013, foram consultados os ex-alunos que concluíram seus cursos de graduação no período compreendido entre 2008 e 2012. Os resultados foram amplamente divulgados na comunidade acadêmica, especialmente junto às coordenações de cursos e às chefias de departamento. No sítio <http://portaldoeGRESSO.ufrn.br/index.php> é possível acessar as apresentações, onde são apresentados os dados globais (de toda UFRN) e também o seu detalhamento por unidade acadêmica (centros ou unidades acadêmicas especializadas). As pesquisas com egressos da graduação são realizadas na UFRN a cada 2 anos, sempre nos anos ímpares.

A segunda pesquisa teve início com a coleta de dados realizada nos meses de setembro a outubro de 2015 através do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas - SIGAA, tendo como público-alvo os concluintes dos últimos 5 anos (2010 a 2014).

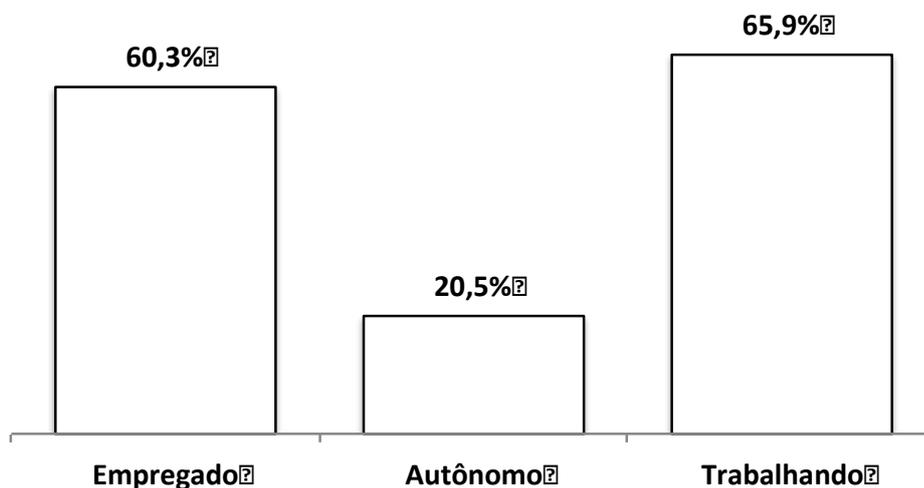
O instrumento de consulta incluiu questões sobre (1) dados pessoais (idade, sexo, moradia, trabalho, estudo), (2) conteúdos que considerou mais importantes na formação, (3) sugestões de conteúdos para melhorar a formação, (4) atividades que gostaria de realizar na UFRN (cursos, pesquisa, extensão, cultura, lazer, esporte, etc.), (5) avaliação da formação profissional na UFRN, (6) avaliação da imagem da UFRN e (7) comentários livres.

Do universo de 17.810 ex-alunos, 4.045 (22,7%) responderam o questionário, sendo 50,7% mulheres e 59,3% homens. A idade média dos respondentes foi de 29,3 anos e, dentre estes, 98,7% são residentes no Brasil, sendo 90,4% no Rio Grande do Norte e 56,6% na cidade de Natal. Estes

respondentes estão residindo em 19 países, sendo que aqueles residentes no Brasil estão distribuídos 24 estados e 219 cidades brasileiras.

Em relação à ocupação, 65,9% afirmaram estar trabalhando, 60,3% se declararam empregados e 20,5% afirmaram ter atividade autônoma, conforme pode ser visto na Figura 17. Considerando os que declararam estar trabalhando, 72,8% afirmaram que o trabalho era relacionado à sua formação na UFRN.

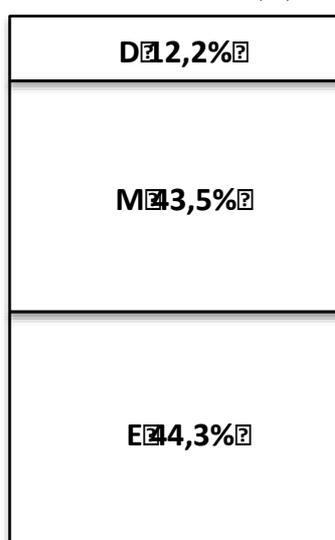
Figura 17 - Percentual de ex-alunos trabalhando, empregado ou com atividade autônoma.



Fonte: PROPLAN

Considerando, ainda, o total de respondentes, 20,6% declararam estar cursando outra graduação, e, deste percentual, 86,5% realizam a segunda graduação na UFRN.

Figura 18 - Percentual de ex-alunos, cursando Especialização (E), Mestrado (M) e Doutorado (D)

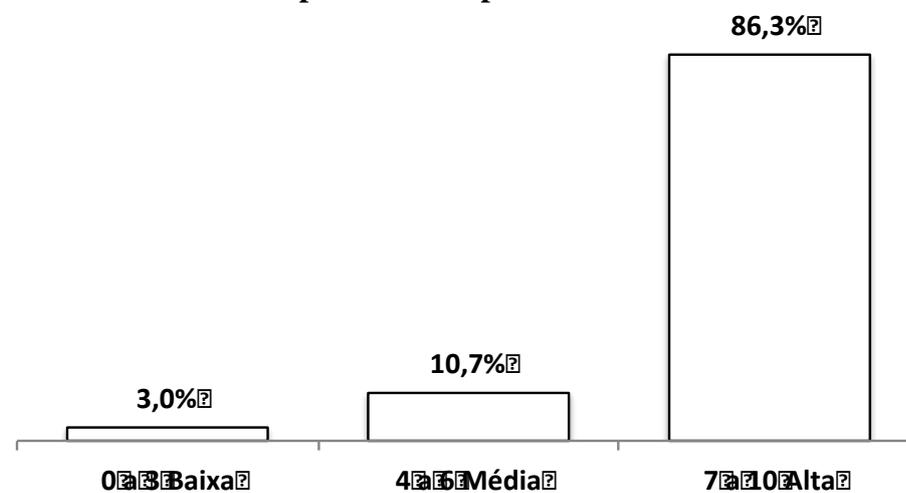


Fonte: PROPLAN

A Figura 18 acima mostra os resultados em relação à pós-graduação. Do total, 46,1% dos respondentes declararam estar frequentando algum curso. Destes, 44,3% afirmaram estar cursando especialização, 43,5% mestrado e 12,2% cursando doutorado. Entre os que declararam frequentar

especialização, 38,6% disseram ser na UFRN. Em relação aos que estão frequentando mestrado, 87,2% cursam na UFRN e, entre os que realizam doutorado, 72,4% afirmaram ser na UFRN.

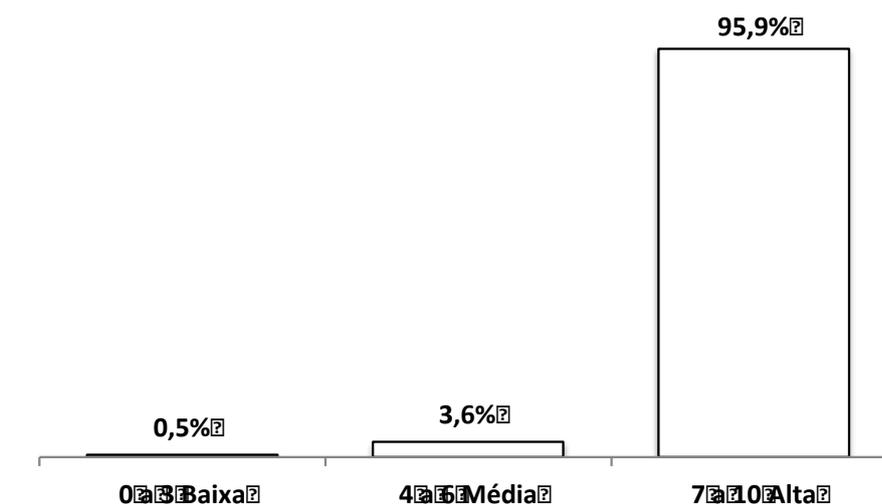
Figura 19 - Percentual de ex-alunos que considera a contribuição da UFRN Baixa, Média ou Alta para o desempenho no trabalho.



Fonte: PROPLAN

Os ex-alunos foram convidados a opinar sobre a *contribuição da formação profissional recebida na UFRN para o desempenho no mercado de trabalho*, usando uma escala de 0 a 10, conforme pode ser visto na Figura 19 acima. Os resultados mostram que 86,3% dos respondentes atribuíram conceitos 7, 8, 9 ou 10 (alta contribuição) para esta contribuição; 10,7% atribuíram conceitos 4, 5 ou 6 (média contribuição) e 3,0% atribuíram conceitos 0, 1, 2 ou 3 (baixa contribuição).

Figura 20 - Percentual de ex-alunos que considera a imagem da UFRN Baixa (ruim ou péssima), Média (regular) ou Alta (boa ou ótima).

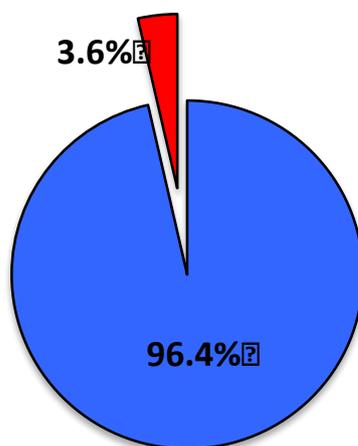


Fonte: PROPLAN

Os ex-alunos foram também convidados a opinar sobre a *imagem da UFRN*, usando a escala de 0 a 10 (vide Figura 20). Do total de respondentes, 95,9% atribuíram conceitos 7, 8, 9 ou 10 (boa ou ótima imagem; Alta); 3,6% atribuíram conceitos 4, 5, ou 6 (imagem regular; Média) e 0,5% atribuíram conceitos 0, 1, 2 ou 3 (péssima ou ruim; Baixa).

Em referência ao interesse em voltar a ter algum tipo de atividades na UFRN (Figura 21), 96,4% dos ex-alunos responderam positivamente e 3,6% afirmaram não ter interesse, sendo que, dentre aqueles que manifestaram interesse, 6,9% declararam não ter condições de realizar as atividades.

Figura 21 - Percentual de ex-alunos que manifestou interesse em participar de atividades na UFRN



Fonte: PROPLAN

Perguntados quais atividades teriam interesse em participar, 52,0% manifestaram interesse em cursar especialização, 66,9% em cursar mestrado e 56,0% em cursar doutorado. Em relação ao interesse em participar de atividades de pesquisa e extensão, os percentuais foram 79,9% e 73,6% respectivamente. Em relação a atividades culturais, esportivas e de lazer, os resultados foram 61,1%, 43,6% e 64,6%, respectivamente.

A coleta de dados da 3ª pesquisa foi realizada no 2º semestre de 2017, nos meses de outubro, novembro e dezembro. O questionário foi basicamente o mesmo das 2 pesquisas anteriores, acrescentando algumas questões sobre internacionalização, empreendedorismo e inovação.

No primeiro semestre de 2018, os dados da 3ª pesquisa serão tabulados, computados e analisados. A coleta de dados da 1ª pesquisa com egressos dos cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) será realizada em 2018 e repetida sempre nos anos pares.

7.3.3 Avaliação do Cardápio Restaurante Universitário

Com o objetivo de melhorar a qualidade das refeições ofertadas pelo Restaurante Universitário e de diminuir o desperdício de alimentos, a partir do mês de agosto de 2017 foi iniciada uma campanha de avaliação do cardápio diário. Para tal, foi afixado no refeitório do RU do campus central um quadro com três opções da escala hedônica: gostei, não gostei e indiferente.

Dessa forma, após realizar sua refeição, o aluno ao se dirigir para a saída passava pelo quadro e tinha a opção de avaliar o cardápio daquela refeição. Ao final da distribuição, os estagiários extracurriculares de nutrição se dirigiam ao quadro para contar o número de avaliações e calcular o respectivo percentual.

A partir destes valores, foram elaboradas planilhas com as avaliações do almoço e do jantar de cada dia e calculadas as médias, as quais estão expostas no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Média das avaliações pela escala hedônica – Ano 2017

ALMOÇO		
Gostei	Indiferente	Não gostei
84,9%	4,7%	10,4%
JANTAR		
Gostei	Indiferente	Não gostei
81,4%	4,2%	14,4%

Fonte: Refeitório Universitário da UFRN – 2017

Os resultados da pesquisa demonstram que a maioria dos alunos estão satisfeitos com a qualidade das refeições ofertadas no Restaurante Universitário da UFRN. No entanto, é um desafio à atual gestão do restaurante trabalhar nos pontos de menor satisfação, a fim de buscar aprimoramento contínuo dos serviços prestados. Os dados obtidos são importantes para o maior conhecimento da percepção da clientela sobre o restaurante, permitindo planejar melhorias úteis que possam beneficiar diretamente os usuários.

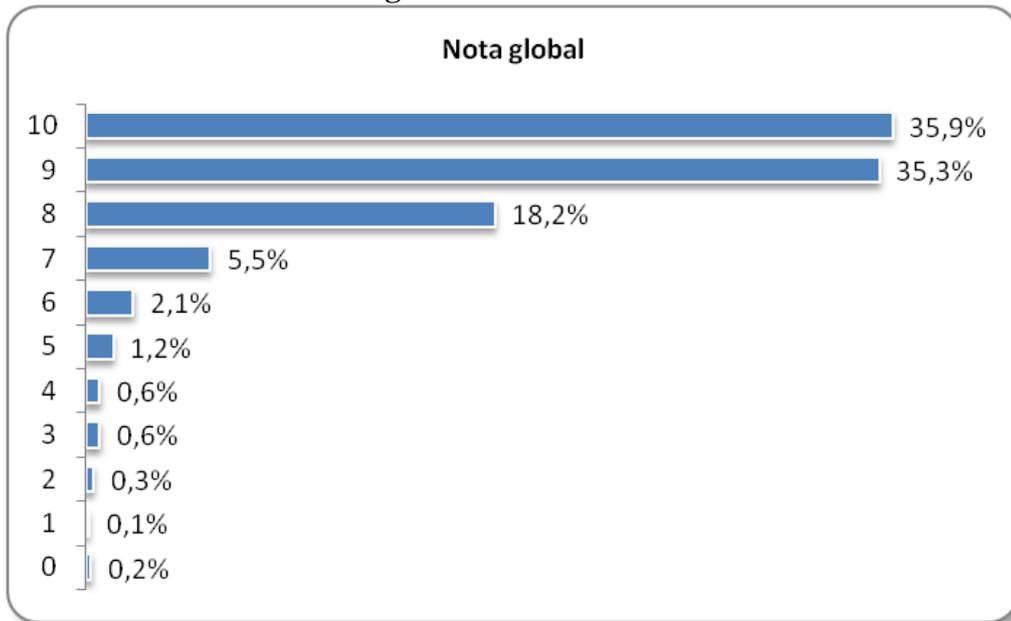
7.3.4 Avaliação da capacitação dos servidores

O processo de avaliação dos cursos de capacitação objetiva coletar a opinião dos alunos sobre os cursos e seus instrutores para quantificar o grau de satisfação deles e nortear a melhoria do serviço.

A avaliação do curso fica disponível para todos os servidores que participaram de turmas de cursos de capacitação já encerradas através de dois instrumentos presentes no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH. O primeiro é a “Avaliação de reação”, a qual busca analisar o nível de satisfação dos participantes em relação aos seguintes aspectos da atividade: instrutor, apoio logístico, conteúdo e autoavaliação da participação do aluno. Essa avaliação é realizada logo após a efetivação da atividade. Já o segundo instrumento é a “Avaliação de impacto” que busca analisar os efeitos produzidos com a capacitação no ambiente de trabalho, ou seja, avalia se a atividade de fato gerou impacto no desempenho do servidor.

Conforme Figura 22 abaixo, é possível observar a nota geral atribuída às atividades de capacitação:

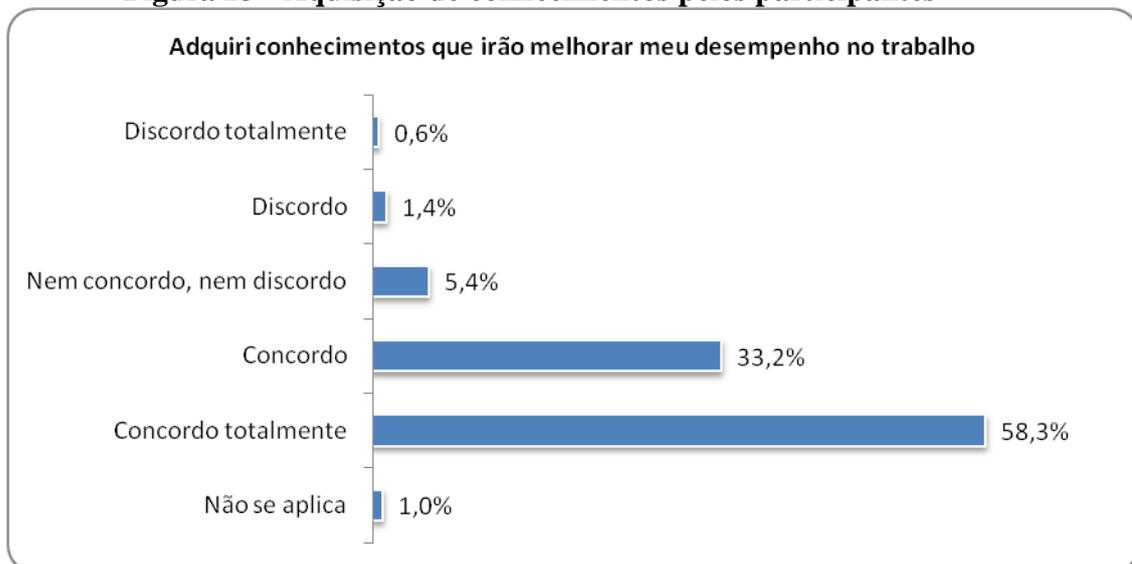
Figura 22 - Nota Global



Fonte. SIGRH/2017

Os participantes declararam que através das atividades de capacitação foi possível adquirir conhecimentos que irão melhorar o desempenho no trabalho:

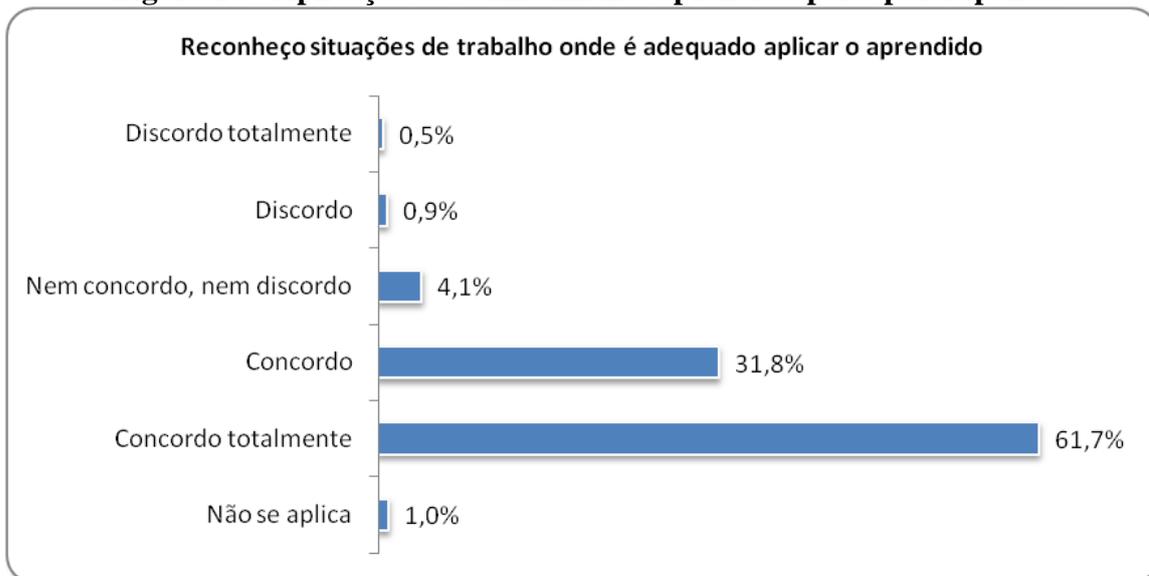
Figura 23 - Aquisição de conhecimentos pelos participantes



Fonte. SIGRH/2017

Além disso, os participantes conseguiram perceber situações que são possíveis aplicar o conhecimento aprendido, bem como propor mudanças no ambiente de trabalho. Com isso, é possível perceber o impacto positivo dessas ações na atuação dos servidores.

Figura 24 - Aplicação do conhecimento aprendido pelos participantes



Fonte. SIGRH/2017

Figura 25 – Capacidade de propor mudanças.



Fonte. SIGRH/2017

7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O Portal da UFRN (www.ufrn.br) oferece acesso a diversos conteúdos e documentos que fortalecem o compromisso com a publicização e a maior *accountability* da Instituição. Segue abaixo, o detalhamento dos caminhos de acesso às informações pertinentes à atuação da Universidade:

Acórdãos do TCU

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Acórdãos do TCU.
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Concursos

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Concursos.
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/concursos

Compras e licitações

- Caminho: www.ufrn.br / Serviços / Compras/Licitações.
- Link direto: www.sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf

Dados Abertos

- Caminho: www.ufrn.br / Ícone “Portal de Dados Abertos”.
- Link direto: dados.ufrn.br

Matérias Especiais

- Caminho: www.ufrn.br / Imprensa / Matérias Especiais.
- Link direto: www.ufrn.br/imprensa/materias-especiais

Notícias

- Caminho: www.ufrn.br / Imprensa / Notícias.
- Link direto: www.ufrn.br/imprensa/noticias

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Plano Diretor de TI (PDTI)

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Plano Diretor de TI (PDTI).
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Plano de Gestão

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Plano de Gestão.
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Portal de Acesso à Informação

- Caminho: www.ufrn.br / Logo “Acesso à Informação” (canto inferior direito da página).
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/acessoainformacao

Portal da Transparência

- Caminho: www.ufrn.br / Ícone “Portal da Transparência”.
- Link direto: www.ufrn.br/transparencia

Relatórios de Gestão

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Relatórios de gestão.
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A UFRN dispõe de uma política de acessibilidade definida no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2010-2019), com dois objetivos principais: um que diz respeito ao apoio pedagógico aos estudantes; e o outro referente à infraestrutura.

A inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na UFRN insere-se em resposta aos dispositivos legais do país, atendendo particularmente às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), à Lei Nº 10.098/2000, o Decreto Nº 5.296/2004, a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) ratificada no Brasil pelos Decretos Nº 186/2008 e Nº 6.949/2009, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto Nº 7.611/2011 e a Nº Lei 13.146/2015.

Em relação ao atendimento dos alunos com NEE, a UFRN oferece apoio social, programa de tutoria inclusiva, produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis, repositório de informação acessível (RIA), treinamento e empréstimo de tecnologia assistiva, disponibilização de intérpretes de libras e capacitação de recursos humanos para atendimento aos estudantes com NEE.

Escola de Música da UFRN - EMUFRN

A Escola de Música da UFRN, por meio de ações de extensão, promove a oferta de cursos para comunidade externa, atendendo a pessoas com síndrome de Down, autismo e deficiência visual, além de cursos de capacitação para educadores musicais nas áreas de Libras e de Musicografia Braille.

Visando possibilitar o acesso de deficientes visuais e pessoas de visão reduzida ao material musical escrito (textos, transcrição de partitura para o formato Braille), a EMUFRN dispõe do Laboratório de Musicografia Braille. Dispondo de equipamentos para alunos com deficiência visual, o Laboratório é o setor responsável pela adaptação de material didático para os alunos com deficiência visual.

Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM)

O Laboratório de Acessibilidade (LA), setor integrante da Coordenadoria de Apoio ao Usuário (CAU) da BCZM, tem por objetivo promover a inclusão informacional através do gerenciamento e da oferta de produtos de informação acessível no atendimento das demandas dos usuários com NEE, visando a sua inclusão acadêmica e social.

Os usuários atendidos pelo LA são, em sua maioria, pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) e alunos com dificuldades de aprendizagem (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade/TDAH e Dislexia).

O LA dispõe de um acervo digital com 4.887 unidades de textos adaptados de livros, capítulos de livros, artigos de revistas e apostilas. O número de páginas por unidade de material é variável e estes são produzidos em diversos formatos acessíveis (doc, HTML, txt ou pdf) de acordo

com a solicitação do usuário. A evolução do acervo está condicionada às demandas de materiais bibliográficos acadêmicos adaptados para os alunos atendidos no LA.

Em 2017, deu-se continuidade à orientação aos usuários com NEE no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos por servidores devidamente capacitados ou que atuam no Laboratório de Acessibilidade. O LA atende alunos com necessidades educacionais especiais e os professores e cursos que possuem esses alunos, com as suas solicitações de transformação do material que será utilizado em sala de aula em formato acessível. A Tabela 1 abaixo demonstra o quantitativo de atendimentos realizados pelo Laboratório no ano em questão.

Tabela 1 – Atendimento do Laboratório de Acessibilidade da BCZM

MESES													
TIPO DE USUÁRIO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Alunos	1	5	11	10	11	10	4	8	11	7	5	4	87
Prof.	1	9	20	20	19	17	7	17	15	10	7	4	146
Cursos	1	4	9	8	10	9	4	7	10	6	5	4	77

Fonte: Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Ainda a respeito do material acessível, o LA realiza atividades técnicas de produção de material (ampliado, braille e áudio) para maximizar o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos da UFRN que possuem baixa visão, cegueira, surdez, dislexia, entre outros, garantindo assim, a sua permanência na universidade, bem como a conclusão de seus cursos.

Assim, o Laboratório vem produzindo uma série de materiais informacionais em formato acessível para promover uma maior igualdade das pessoas com NEE. Abaixo estão expostos os quantitativos dessa produção em 2017:

Tabela 2 – Produção de materiais em formato acessível (Ampliado, Braille e Áudio)

MESES													
TIPO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	St.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Páginas ampliadas	-	612	2.674	1.507	3.044	1.753	708	2.585	3.109	2.048	1.931	884	20.855
Páginas adaptadas	146	513	2.733	1.518	2.568	2.420	1.481	3.820	2.413	1.999	1.621	690	21.922
Páginas no formato doc.	158	685	2.515	1.832	2.986	2.966	1.897	3.658	2.437	2.304	2.043	923	24.404
Páginas em Braille	-	-	-	33	148	-	-	-	-	-	544	-	725
Textos em MP3	-	29	43	2	2	51	60	30	10	6	2	3	238

Fonte: Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Gradativamente, o material produzido pelo Laboratório de Acessibilidade da BCZM está sendo armazenado no Repositório de Informação Acessível (RIA) da UFRN. Este repositório tem a finalidade de reunir, integrar e disponibilizar, em um portal, os textos produzidos pelo Laboratório; bem como permitir acesso do estudante com NEE dos cursos de Graduação e Pós-Graduação ao material de estudo e pesquisa necessários à sua formação acadêmica.

O material disponibilizado no RIA é destinado, exclusivamente, à pessoa com deficiência e representa uma tentativa de promoção à igualdade de condições no acesso ao conhecimento. Em dezembro de 2017, tinham-se disponíveis, no RIA, 583 materiais informacionais acessíveis, inclusive, com a descrição das imagens, o que aumenta as possibilidades de acesso dos alunos com

NEE. Houve um aumento de 12,77% do número de registro de materiais informacionais acessíveis no RIA da UFRN em 2017, tendo sido 517 títulos em 2016.

O Laboratório realizou, também, capacitações quanto ao uso das Tecnologias Assistivas utilizadas por pessoas com NEE, tendo sido totalizados 15 treinamentos de acessibilidade voltados para pessoas com NEE. Tal apoio oferecido à comunidade universitária com NEE garante um maior alcance aos materiais informacionais utilizados pelos cursos, contribui com o ingresso desses estudantes ao ensino superior e garante a sua permanência e conclusão de seus cursos.

Em 2017, houve 885 solicitações para adaptação de materiais informacionais. No ano de 2016, esse número foi de 479. Entre os anos de 2016 e 2017, observa-se um crescimento de 84,76%, conforme demonstrado na Tabela 3. Já em relação ao número de estudantes atendidos, quando comparado ao ano de 2016, houve um decréscimo de 10,53%. Consta-se que esse decréscimo se deve à influência de fatores, tais como: a conclusão de curso (estudantes cegos e com baixa visão), a capacitação no uso de tecnologias assistivas, o que contribui como meio alternativo de acesso mais rápido aos materiais, e a pesquisa retrospectiva que possibilita o resgate de arquivos já produzidos pelo LA em anos anteriores através do Repositório de Informação Acessível (RIA). Já acerca do número de cursos atendidos, obteve-se um acréscimo de 7,14% em relação à quantidade de cursos atendidos em 2016. Destaca-se, também, em relação ao ano de 2016, um decréscimo de 24,80% no número de disciplinas solicitantes em 2017, e em contra partida, um acréscimo de 47,06% no número de professores solicitantes. Isto se justifica pelo fato de que neste ano os estudantes atendidos cursaram algumas disciplinas que foram ministradas concomitantemente por mais de um professor.

Quadro 5 – Quantitativo de estudantes atendidos e de solicitações ao LA no período de 2016 e 2017

Estudantes atendidos/ solicitações	Ano		Comparativo (%)
	2016	2017	
Estudantes atendidos	19	17	-10,53%
Cursos atendidos	14	15	7,14%
Disciplinas solicitantes	125	94	-24,8%
Professores solicitantes	51	75	47,06%
Solicitações de materiais informacionais para serem adaptados	479	885	84,76%

Fonte: Laboratório de Acessibilidade da BCZM

O LA oferece, ainda, orientação aos alunos com NEE para a realização de pesquisa bibliográfica em bases de dados online, bem como orienta sobre como normalizar os seus trabalhos acadêmicos obedecendo às normas técnicas de documentação da ABNT. Em 2017, houve um total de 11 orientações à pesquisa bibliográfica e normalização, 10 na Pós-graduação na área de Humanas, e 1 na Graduação na mesma área. Em 2016, houve 13 orientações, o que caracteriza, em 2017, uma diminuição relativa de 15% na procura por orientações dessa natureza. O Quadro 6 a seguir ilustra os dados acerca dessa orientação.

Quadro 6 – Orientações à pesquisa bibliográfica e normalização em 2016/2017

Área	Usuário	Ano		Comparativo (%)
		2016	2017	
Humanas	Graduação	-	1	+100%
	Pós-graduação	11	10	-9%
Tecnológica	Graduação	-	-	-
	Pós-graduação	1	-	-100%
Saúde	Graduação	-	-	-

	Pós-graduação	1	-	-100%
Exatas	Graduação	-	-	-
	Pós-graduação	-	-	-
TOTAL		13	11	-15%

Fonte: Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Ademais são realizadas visitas técnicas ao LA, as quais constituem-se em um serviço oferecido tanto para a comunidade interna (da própria instituição), como para a externa. A partir das visitas, as pessoas tem o conhecimento sobre a missão do LA, os serviços prestados e as instalações, além de trocar experiências com as instituições externas à UFRN. Em 2017, no âmbito da UFRN, passaram por visita técnica os Cursos de Fisioterapia e de Pedagogia, a EAJ e o IMD. Externamente à UFRN: Comissão do Ministério da Educação (MEC) para reconhecimento de curso, Escola Municipal Prof. Ulisses de Gois (EMPUG), UFPE, UERN, CAP/RN, UFC, UnB, UFPR, UFRRJ e UFRR.

O total do número de visitas foi de 190, o que caracteriza aumento de 24,2% no número de participantes de visitas técnicas em relação a 2016. Observa-se, em 2017, um aumento de 40% nas visitas externas. O Quadro 7 abaixo explana as visitas técnicas realizadas em 2016 e 2017 com base em seu público:

Quadro 7 – Visitas técnicas ao Laboratório de Acessibilidade da BCZM nos anos de 2016 e 2017

Público Visitante	Ano		Comparativo (%)
	2016	2017	
UFRN	128	155	+21,1%
Externo a UFRN	25	35	+40%
TOTAL	153	190	+24,2%

Fonte: Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Destaca-se, também, que o serviço de consultoria realizado pelo LA atendeu a várias solicitações por parte da comunidade acadêmica interna e externa. As atividades desenvolvidas relacionadas ao serviço de consultoria são: atendimento sobre questões de acessibilidade comunicacional; dados para elaboração de trabalhos de disciplinas e de conclusão de cursos; consultorias a servidores com NEE; consultoria sobre audiodescrição para a SEDIS; treinamentos sobre adaptação de material; consultoria sobre acessibilidade de sites para o programa de Pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento/UFRN; capacitações sobre documentos acessíveis para a PROGESP, CERES, FACISA, EAJ, SISBI; treinamento sobre o setor para bibliotecários do SISBI/UFRN; treinamento sobre acesso à base de dados com leitor de tela; orientação de estágio supervisionado do Curso de Biblioteconomia/UFRN; adaptação de provas para concursos públicos elaborados pela COMPERVE; apoio ao Museu da UFRN na visita do Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do RN (IERC); orientação para atendimento a estudantes com deficiência visual; conhecimento da estrutura e funcionamento do setor, entre outras.

Para manter o padrão de consultoria, os servidores do LA estão se qualificando permanentemente. Em 2016 e 2017 os produtos e serviços do LA cresceram qualitativamente considerando a capacitação dos servidores, constando 3 pesquisas de mestrado. Em 2016, foram duas: a primeira com o RIA como objeto de mestrado profissional em Gestão de Processos Institucionais (MPGPI), onde foi realizada a avaliação de usabilidade e acessibilidade da interface na visão da pessoa com a deficiência visual com aplicabilidade direta das melhorias ao RIA. A segunda, ainda em desenvolvimento, no mesmo programa de pós-graduação, com objeto de pesquisa relacionado a produção de materiais informacionais didáticos acessíveis. A terceira,

aprovada em 2017, com objeto voltado para acessibilidade no SIGAA no mestrado profissional em Inovação em Tecnologias Educacionais.

Concursos - Assistência aos candidatos com deficiência

Já em relação aos concursos realizados, a assistência prestada aos candidatos com deficiência é realizada em todos os concursos e processos seletivos, cuja responsabilidade é do Núcleo Permanente de Concursos (Comperve), sendo prevista em Edital. O atendimento a esses candidatos segue orientação da legislação em vigor: Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Em resposta às solicitações, são analisados os requerimentos desses candidatos e, uma vez comprovada a condição especial requerida, observados os critérios de viabilidade e de razoabilidade. Deferem-se, assim, as solicitações, havendo a garantia da acessibilidade dos espaços físicos e do acompanhamento adequado da aplicação das provas e da correção delas.

Em 2017 a CAENE, em parceria com a COMPERVE, participou de 17 seleções, sendo 4 concursos públicos; 8 processos seletivos de naturezas diversas e 5 processos seletivos de pós-graduação (em Saúde Coletiva, em Educação, em Inovação em Tecnologias Educacionais, em Ciências Biológicas e Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS). No ano de 2016 constam 16 participações, sendo 6 concursos públicos; 8 processos seletivos de naturezas diversas, um Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS e um Processo seletivo de Pós-Graduação em Psicobiologia. A Universidade vem mantendo, portanto, fortalecido o atendimento aos concursos e processos seletivos que demandam acessibilidade.

Vale salientar que, com a vigência da Lei Nº 13.409, a UFRN passou a realizar as bancas de validação para candidatos que concorrem às cotas para pessoas com deficiência. Desse modo, em 2017, profissionais capacitados da instituição participaram como integrantes das bancas dos seguintes processos seletivos: processo seletivo para ingresso no curso de Letras-Libras; processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação na modalidade EaD; processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos da Escola de Música da UFRN.

Capacitações

No ano de 2017, a instituição ofereceu diversas atividades formativas. Por meio da CAENE, foram realizadas 45 ações relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência voltadas para formação continuada, sendo: 5 cursos, 8 oficinas, 31 palestras e 1 Congresso Nacional. Em 2016 esse quantitativo foi 54 ações. Desse modo, com relação a 2016, houve decréscimo de 16,6% no número de formações ofertadas. No entanto, um fator que incidiu sobre esse decréscimo foi a organização de um evento nacional (II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica) pela UFRN, que ocorreu no segundo semestre de 2017.

As formações ofertadas em 2017 contemplaram um público total de 1554, sendo 373 docentes, 226 técnicos, 676 discentes e 279 externos. No ano de 2016 houve o total de 1499 participantes, sendo 335 docentes, 231 técnicos, 748 discentes e 185 externos. Logo, houve aumento de 3,66% no número geral de participantes, com crescimento de 11,3% na participação de docentes e de 50,8% do público externo; e diminuição de 2,16% na participação de técnicos e de 9,6% na de discentes.

Já sobre o Programa de Tutoria Inclusiva (PTI), no ano em questão, sucedeu continuidade ao disposto no edital CAENE/PROGRAD 001/2016. Houve renovação das 13 bolsas de 2016.

Em 2017, a distribuição entre tutores e tutorados foi feita levando-se em consideração a área de cada tutor e tutorado, de modo a serem atendidas as necessidades específicas trazidas pelos estudantes acompanhados. A depender de tais especificidades, cada tutor acompanhou de um a três estudantes tutorados respeitados o limite máximo de 12h semanais de dedicação.

Quadro 8 - Quantitativo de Estudantes Tutorados por Curso e NEE em 2016 e 2017

Curso	Ano			
	2016		2017	
	Número de estudantes Tutorados	Tipo de NEE	Número de estudantes Tutorados	Tipo de NEE
Artes Visuais	01	Outras Necessidades	00	-----
Biomedicina	01	Transtorno específico da aprendizagem	01	Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade - TDA/H
Biblioteconomia	01	Outras Necessidades	02	Outras Necessidades
Ciência da Computação	01	Outras Necessidades	00	-----
Ciências Biológicas	01	Outras Necessidades	01	Outras Necessidades
Ciências Contábeis	01	Deficiência Física	01	Deficiência Física
Ciências Sociais	00	-----	01	Síndrome de Asperger
Ciências e Tecnologia	02	Outras Necessidades/Transtorno Específico da Aprendizagem	05	Transtorno Específico de Aprendizagem / Outras Necessidades
Comunicação Social	01	Outras Necessidades	00	-----
Design	01	Outras Necessidades	00	-----
Engenharia de Alimentos	01	Deficiência auditiva	01	Transtorno do Espectro do Autismo
Engenharia de Computação	00	-----	01	Síndrome de Asperger
Engenharia de Produção	01	Transtorno específico da Aprendizagem	00	-----
Engenharia civil	00	-----	01	Outras Necessidades
Engenharia Elétrica	01	Outras Necessidades	00	-----
Engenharia Mecânica	00	-----	02	Transtorno Específico de Aprendizagem/Outras Necessidades
Farmácia	02	Deficiência Auditiva/Outras Necessidades	03	Deficiência Auditiva/Outras Necessidades/Deficiência Visual - baixa visão
Física	01	Outras Necessidades	01	Transtorno do Espectro do Autismo
Fisioterapia	01	Outras Necessidades	00	-----
Fonoaudiologia	01	Transtorno Específico de Aprendizagem	02	Transtorno Específico de Aprendizagem/Outras Necessidades
Gestão Hospitalar	01	Deficiência Visual – Cegueira	00	-----
História	01	Outras Necessidades	01	Outras Necessidades
Letras Espanhol – CERES Currais Novos	00	-----	01	Deficiência Visual – Baixa Visão

Fonte: CAENE

Observa-se, nas edições de 2016 e 2017 do PTI, um total de 54 estudantes tutorados², sendo 24 em 2016 e 30 em 2017, o que revela um aumento percentual de 25%. Este número de estudantes foi distribuído em 22 diferentes cursos de graduação da UFRN em 2016, e em 19 cursos de graduação da UFRN em 2017, de modo que, embora tenha aumentado o número de estudantes beneficiados pelo PTI, houve, com relação a 2016, um decréscimo de 13,6% na variedade de cursos atendidos pelo PTI, considerando a matrícula dos tutorados.

No que diz respeito às NEE atendidas, tem-se em comum nos três anos: transtorno específico de aprendizagem, outras necessidades, deficiência física e deficiência visual. Destaca-se a participação em 2017 de estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA. Desse modo, o PTI, em 2017, apresentou como resultado o aumento do envolvimento, da autonomia e do rendimento acadêmico dos tutorados.

Vale destacar ainda que, no ano de 2017, a Comperve realizou dois cursos de capacitação por meio de projetos de extensão, em parceria com a CAENE:

1. Curso de capacitação para atuação como leitor, transcritor e audiodescritor junto a candidatos com deficiência em processos seletivos/concursos. O curso foi realizado nos dias 13, 20 e 27 de setembro e 04 de outubro de 2017, com carga horária de 16 horas, e envolveu na organização e realização 2 docentes, 2 técnicos-administrativos e 2 colaboradores externos. As vagas foram disponibilizadas para servidores e discentes da UFRN e público externo. 23 pessoas concluíram o curso.
2. Capacitação para atuação como transcritor junto a candidatos com deficiência que fazem uso de Tecnologias Assistivas em processos seletivos/concursos. O curso foi realizado nos dias 14 e 15 de dezembro de 2017, com carga horária de 16 horas, e envolveu na organização e realização 2 docentes, 2 técnicos-administrativos e 2 colaboradores externos. As vagas foram disponibilizadas para discentes e servidores da UFRN e, também, para o público externo. 15 pessoas concluíram o curso.

Por fim, informa-se que foram realizados, pela SEDIS, três cursos de capacitação para atendimento da pessoa com deficiência: locução, com carga horária de 20h, participação de 1 discente e 11 servidores; legendagem para surdos e ensurdecidos, com carga horária de 16h, participação de 10 servidores e 9 participantes da comunidade externa; formação para atendimento aos alunos com deficiência, com carga horária de 8h e participação de 25 servidores.

Infraestrutura

Em relação às áreas comuns, foram realizadas diversas melhorias no Campus Central, dentre elas: construção/adequação/complementação de rotas acessíveis, execução da praça do servidor, nomeada Servidor José Wilson de Souza (na Reitoria) com 450,00 m² e da praça do DEART, com 422,30 m², ambas com pisos táteis e direcionais; foram 21 (vinte e uma) vagas criadas de estacionamento no estacionamento da Reitoria com passeios acessíveis, sendo 3 (três) para cadeirantes e 2 (duas) para pessoas com mobilidade reduzida (parcialmente concluída, faltando apenas a instalação da sinalização vertical); foram executados 711 metros de passeios acessíveis na Escola Agrícola de Jundiá; conclusão da reforma para prover acessibilidade dos seis vestiários do Ginásio Poliesportivo I; ponto de ônibus (Reitoria-TVU), o qual contempla 269,80 m² com pisos táteis e direcionais.

Foram instaladas plataformas de percurso vertical na Diretoria de Assistência a Saúde ao Servidor - DAS; no Departamento de Nutrição, no Departamento de Saúde Coletiva; no Museu Câmara Cascudo; em Caicó (CERES) no bloco de salas de aulas “D” e no Laboratório de História; em Santa Cruz na FACISA e no restaurante universitário.

² Ressalta-se que, em virtude da duração desta edição do programa e da persistência da necessidade de acompanhamento por parte de alguns discentes, um mesmo estudante pode estar sendo contabilizado nas estatísticas de ambos os anos (2016 e 2017).

Em relação aos projetos de adequação à revisão da NBR 9050-2015, estão em andamento o projeto de reforma de readequação da Escola de Música; foram concluídos todos os projetos arquitetônicos, projetos complementares e orçamento das edificações do CERES Caicó; concluíram-se: os projetos do sistema de sinalização externa para pedestres e sinalização interna básica; os projetos de reforma do edifício da Reitoria contemplando 06 rampas; os projetos de reforma do edifício do Departamento de Artes – DEART, contemplando 02 rampas; os projetos de reforma do edifício da BCZM contendo 02 rampas.

Cabe destacar, ainda, que estão em andamento: projeto para rota acessível levando o ponto de ônibus da praça cívica ao DEART e à Secretaria de Ensino a distância – SEDIS (projeto na fase de estudo preliminar); procedimentos para instalação de plataformas de percurso vertical e elevadores referentes ao contrato 64/2016 (previsão de instalação de 25 equipamentos até o final de 2018); projeto do sistema de sinalização externa para pedestres; execução da praça de convivência da BCZM com 769,00 m² (parcialmente concluída, faltando apenas instalação dos pisos táteis).

Empréstimo de Tecnologia Assistiva

Os alunos com NEE, principalmente aqueles com deficiência visual, podem solicitar o empréstimo de notebooks ou de outros recursos (lupas manuais, eletrônicas, bengalas, gravador, etc.) para fazer uso durante sua formação acadêmica.

Observa-se, entre 2016 e 2017, um decréscimo de 23% no número relativo de empréstimos de tecnologia assistiva. Em 2017 houve crescimento de 100% no número de empréstimos de lupa de apoio tipo pedra 4x; manteve-se o número de *tablets* e minigravadores digitais de voz emprestados; e houve diminuição de 33% no número de *notebooks* e de 100% no número de lupas eletrônicas tipo *mouse* emprestados. O Quadro 9 abaixo ilustra esses dados.

Quadro 9 - Quantitativo de empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva nos anos de 2016 e 2017.

Equipamento de tecnologia assistiva	Ano		Percentual (%)
	2016	2017	
Notebook	15	10	-33%
Tablet	2	2	0%
Minigravador digital de voz	2	2	0%
Lupa eletrônica tipo mouse	1	0	-100%
Lupa de apoio tipo pedra 4x	1	2	100%

Fonte: CAENE

Acessibilidade e educação a distância

Sobre o material audiovisual para educação à distância, as ações desenvolvidas incluem o levantamento, a aplicação e o aprimoramento de parâmetros teóricos e técnicos de audiodescrição (AD), da legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e da tradução-interpretação em Libras (TIL), com base na literatura da área e nos conhecimentos específicos envolvidos na produção e edição de vídeos.

Diante da necessidade da elaboração de material didático a ser utilizado com inserção de recursos de acessibilidade para atender tanto aos cursos de graduação da UFRN quanto aos cursos ofertados pelo AVASUS ao aluno com deficiência, garantindo o seu direito à educação, a Secretaria de Educação a Distância da Universidade, por meio do setor de Acessibilidade, juntamente com CAENE, apresenta, a seguir, ações realizadas em 2017.

Para atender as demandas dos cursos de graduação da EaD, o setor realizou um levantamento das disciplinas que seriam cursadas pelos alunos com deficiência. Ademais, cada deficiência exige determinado tipo de material que pode ser apenas a ampliação do material (para

alunos com baixa visão) ou a descrição de imagens (para os cegos). No total, no ano de 2017, 18 disciplinas tiveram seus materiais didáticos acessíveis conforme pode ser visualizado na Quadro 10 abaixo.

Quadro 10 - Levantamento dos materiais acessíveis dos cursos da EaD

Curso	Disciplinas	Recurso
Matemática	Álgebra Abstrata	Ampliação A4 paisagem
	Métodos e Modelos Matemáticos	
Física	Int. à Física Quântica	Descrição de imagens (inúmeros de imagens)
	Pesquisa em Ensino de Física	
	Conceitos de Física e de Partículas Elementares	
	Astrofísica e Cosmologia	
	Conceitos de Física da Matéria Condensada	
	Física Moderna Experimental	
Letras	Introdução aos Estudos Gramaticais	Ampliação A4 paisagem
	Teoria da Literatura I	
Matemática	Ciências da Natureza e Realidade	
	Matemática e Realidade	
	Fundamento da Educação	
História	Introdução a História	
	Pré-história	
	História Antiga I	
Disciplinas complementares	Introdução a Educação a Distância	
	Leitura, Interpretação e Produção de Textos	

Fonte: SEDIS

Além dos cursos de graduação, a SEDIS, em parceria com o Ministério da Saúde, realiza cursos de capacitação para servidores da área da Saúde. No ano de 2017, foram certificados, por meio do seu ambiente virtual, mais de 80.000 alunos em diversos cursos a distância. No total, produziram-se 143 vídeos com Audiodescrição (AD), 143 vídeos com Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) e foram transformados 149 arquivos em mp3 e em txt conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Levantamento de dados dos materiais acessíveis dos Cursos do AVASUS

Cursos	Qnt. Vídeos (AD e LSE)	PDFs convertidos em MP3 e txt.
ACE para Instrutor	12	15
ACE para aluno	11	14
ACS para Instrutor	18	18
ACS para aluno	16	16
Estimulação precoce	51	47
Qualificação em triagem ocular	6	4
A importância do brincar	5	4
Suporte básico de vida	19	18
Clínica ampliada e apoio matricial	5	13
Total	143	149

Fonte: SEDIS

A UFRN com a atuação da SEDIS, produz, também, vídeos com notícias; com resumo dos eventos promovidos pela instituição; videoaulas; edita palestras, etc. Vale destacar que todo esse material produzido recebe recursos de acessibilidade. Em 2017, aproximadamente 119 vídeos foram adaptados com LSE.

Vale destacar, ainda, que visando favorecer o desenvolvimento dos alunos em seus aspectos culturais, foi realizada, em parceria com produtores locais, acessibilidade das curtas metragens. Nesse caso, dois vídeos receberam recursos de LSE e um deles de AD.

Quadro 11 - Levantamento dos materiais acessíveis das curtas metragens

Curtas	AD	LSE	Libras
No mato da Mangabeiras	[em andamento]	feito	feito
As mulheres das Rocas	[em andamento]	feito	[em andamento]

Fonte: SEDIS

O setor de Acessibilidade - SEDIS atendeu 10 alunos com deficiência no ano em questão. Como em 2017.2 houve entrada de novos alunos nos cursos da EaD, houve 22 alunos com deficiência ingressos. Desses, 6 alunos têm deficiência visual; 2, deficiência auditiva; 13, física; e 1 está pendente. Dos alunos veteranos, apenas 3 têm deficiência, sendo que dois deles vão se formar em 2018.

Por fim, é importante informar que o setor de Acessibilidade da SEDIS/UFRN presta orientação à comunidade acadêmica em geral e, particularmente, oferece suporte aos professores dos cursos da EaD em relação ao material para atender o aluno com deficiência dos cursos da EaD: 1.Consultoria ePUB – Audiodescrição; 2. Consultoria LIBRAS \ em vários períodos; 3. Consultoria/Avaliação das legendas dos audiovisuais (4h) - Estudo de recepção da Legendagem para Surdos e Ensurdidos (4 participantes); 4. Conversa sobre a disciplina Física Experimental e alguns recursos que poderão auxiliar o aluno durante os experimentos; 5. Testes de equipamentos e aplicativos (Experimentos para a disciplina Estágio supervisionado III, para o aluno com DV); 6. Treinamento na plataforma Moodle para Professores de LIBRAS; 7. Reunião com a Coordenação do Curso de Licenciatura em Física (para orientações de adaptação do material didático).

Estudantes com NEE assistidos

Quanto ao número de alunos em atendimento ou avaliação para futuro acompanhamento, esse totaliza 270 estudantes, sendo que 237 estão matriculados no Ensino Superior (sendo 229 na graduação, 1 na pós-graduação *lato sensu* e 7 na pós-graduação *stricto sensu*); 10 no Ensino Técnico e 22 na Educação Básica (sendo 12 na educação infantil e 10 no ensino fundamental). Destaca-se, ainda, 1 estudante em formação complementar/curso de idiomas no Ágora. No tocante à modalidade de ensino, 15 estão matriculados no ensino a distância e os demais (255) na modalidade presencial.

No processo de acompanhamento aos estudantes com NEE, em 2016 foram realizados 899 atendimentos e, no ano de 2017, foi realizado um total de 2010 (dois mil e dez) atendimentos, de maneira que houve aumento relativo de 123,5%. A respeito dos estudantes, obteve-se um total de 1537 atendimentos, sendo 913 atendimentos pedagógicos, 353 atendimentos psicológicos e 271 atendimentos sociais. Sobre as ações junto aos familiares, somou-se um total de 150 atendimentos. Em relação ao corpo docente, orientadores acadêmicos e coordenadores de curso, tem-se um total de 231 atendimentos. Por fim, no que se refere aos tutores inclusivos, um total de 92 atendimentos aconteceram. Os quantitativos mencionados e o comparativo percentual dos mesmos em relação ao ano de 2016 são apresentados no Quadro 12 abaixo.

Quadro 12 – Distribuição comparativa dos procedimentos realizados pela equipe da CAENE no acompanhamento junto aos alunos com NEE no ano de 2016/2017.

Público-alvo/ Tipos de atendimento ²		Quantitativo 2016	Total 2016	Quantitativo 2017	Total 2017	Comparativo (%)	
Alunos	Atendimentos sociais	1**	782	271	1537	2700%	96%
	Atendimentos Psicológicos	143**		353		146%	
	Atendimentos pedagógicos	638		913		43%	
Atendimento a professores, coordenadores de curso ou orientadores acadêmicos.		117		231		97%	
Atendimento a tutores inclusivos		Não contabilizado		92		xxx	
Atendimento a familiares		Não contabilizado		150		xxx	
Total		899		2010		123%	
**Tal quantitativo de atendimentos se justifica pelo afastamento da profissional assistente social – até então única no setor, para capacitação (Mestrado), bem como pelo afastamento até julho de 2016 de uma das profissionais psicólogas para capacitação (Doutorado).							

Fonte: CAENE

Destacam-se ações de permanência aos estudantes com deficiência e vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso da bolsa acessibilidade; e ações que beneficiam os estudantes com NEEs na medida em que contribuem para o efetivo funcionamento da CAENE e do LA na BCZM, considerando-se o aspecto formativo aos discentes beneficiados pelas bolsas, como é o caso das bolsas de apoio técnico e tutoria inclusiva. O Quadro 13 apresenta um comparativo entre os anos de 2016/2017 por tipo de bolsa/auxílios vinculados à CAENE.

Quadro 13 - Distribuição comparativa 2016/2017 por tipo de bolsa/auxílios vinculados à CAENE.

Tipo de bolsa concedida	Ano		Comparativo (%)
	2016	2017	
Bolsa Acessibilidade	25	31	+24%
Apoio Técnico	15	11	-26,6%
Bolsa Tutoria Inclusiva	13	13	0%
TOTAL	53	54	+1,88%

Fonte: CAENE

Observa-se que, em 2017, houve aumento de 1,88% no total de bolsas/auxílios vinculados à CAENE, com crescimento de 24% no número de bolsas acessibilidade; e decréscimo de 26,6% no número de bolsas de apoio técnico.

Outros destaques acerca do tema

Nesse ano de 2017, registra-se uma ação muito importante relacionada ao RIA: a proposta de formação de uma Rede Cooperativa formada por Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem acervos adaptados no Brasil, com objetivo de cooperação técnica, pesquisa e acesso as coleções adaptadas.

Foi produzido *Glossários em Libras* por um docente da Instituição. Ademais, 101 vídeos curtos com termos ligados à literatura receberam recursos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Realizou-se o II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica, para o qual 4 vídeos curtos receberam LSE e Libras, além do apoio da UFRN no sentido de oferecer audiodescrição ao vivo e consultoria no evento.

Cabe ressaltar, ainda, o resultado das capacitações com a temática Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que até 2017 já formou 374 servidores, entre turmas presenciais e EaD. Esse número representa 6,89% do quadro de servidores ativos da Instituição. Além de superar a previsão legal de 5%, estabelecida por meio do Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, planeja-se alavancar esse resultado para 10% até 2020, conforme previsto no Plano de Logística Sustentável da UFRN. Com isso, a instituição vem contribuindo para a implementação de um atendimento de excelência na Instituição, alinhada com a perspectiva de inclusão das pessoas com deficiência.

O setor de Mídias Sociais/SEDIS produziu e cobriu um evento (palestra) com a primeira professora com Síndrome de Down do Brasil. O evento ocorreu no auditório da SEDIS.

Figura 26 - Cobertura de evento sobre Síndrome de Down



Fonte: SEDIS

Além disso, houve o aumento do tempo de veiculação de conteúdos no modo acessível na programação local da TVU em 10% alcançando 30 minutos semanais, com implantação do mecanismo de legenda oculta e do sistema Libras no interprograma "Cena Potiguar"; reformulação do Portal da UFRN com implantação de novas funcionalidades para inserção de conteúdo informativo em formato textual, sonoro e audiovisual, com aperfeiçoamento dos canais de interatividade e acessibilidade dos usuários; produção de 25 vídeos institucionais pelo Setor de Audiovisual da AGEKOM, postagem no canal do YOUTUBE, com destaque para os projetos "Tô no Campus" com versão no sistema Libras.

Têm relevância também a realização de ações pelo NAC/UFRN utilizando recursos do Plano de Cultura da UFRN, dentre as quais, em destaque aquelas vinculadas ao tema acessibilidade: 1. Curso de Acessibilidade em Museus/Local: Museu Câmara Cascudo; 2. Fórum Pensar a Infância/Local: Auditório do Centro de Educação/UFRN/Debate - Metodologias do ensinar: as possibilidades dentro e fora de sala de aula: Encontro – Acessibilidade: o audiovisual para todos.

Sobre do tema inclusão e acessibilidade, ressaltam-se ainda as seguintes contribuições institucionais:

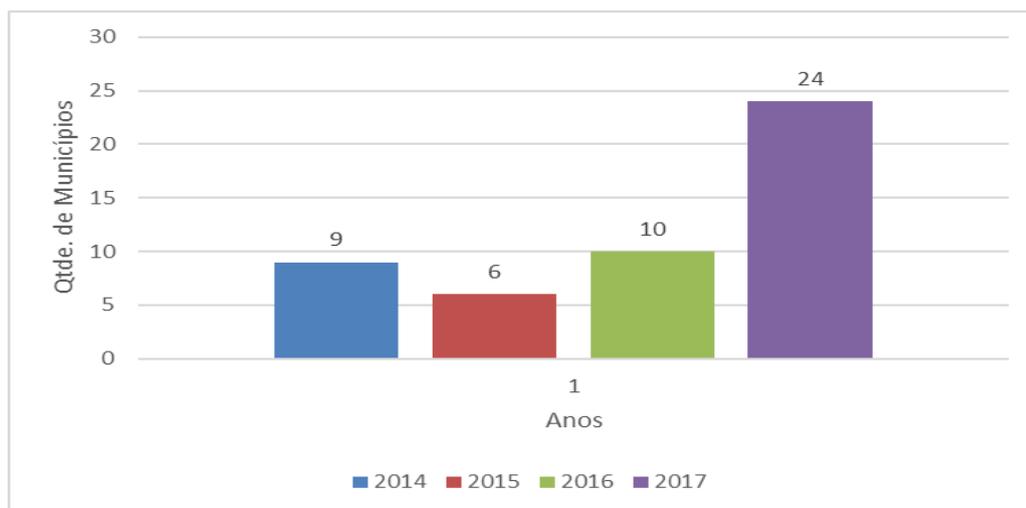
- O Setor de Produção Multimídia/SPM, que tem por finalidade apoiar as ações do IMD no que diz respeito à produção de materiais didáticos de cunho educacional para EaD, concretizou a seguinte ação associada ao tema acessibilidade: Desenvolvimento da funcionalidade de acessibilidade, disponibilizando ao aluno as opções de AutoContraste e controle do tamanho da fonte.
- O programa estratégico Projeto Rede Giga Metrópole/IMD também contribui com a implantação de infraestrutura de conectividade às escolas públicas municipais, postos de saúde e delegacias e estaduais localizadas na região metropolitana de Natal, ampliando as oportunidades de inclusão social e acessibilidade aos conteúdos educacionais.

7.6 Outras Informações Relevantes da Gestão

Além das informações já elencadas, ressaltam-se as seguintes realizações acerca do relacionamento com a sociedade por parte da UFRN: o programa Trilhas Potiguares, a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura – CIENTEC (essas duas primeiras já abordadas ao longo deste Relatório, mas aqui enfatizadas), o Programa Aprendizagens ao longo da vida, a Mostra de Profissões, a implantação do Parque Metrópole, o desenvolvimento de ações em Direitos Humanos e Justiça.

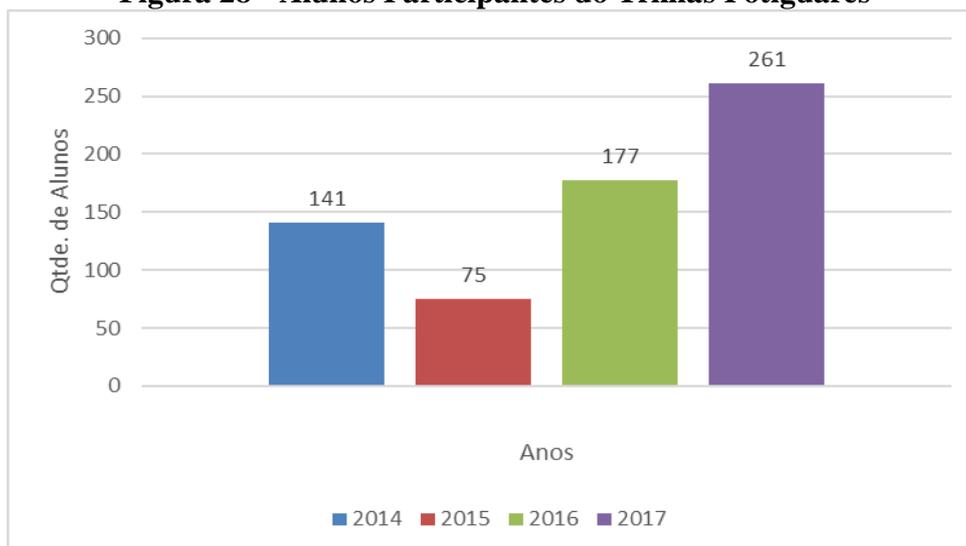
Destaca-se que o principal programa de extensão da UFRN, o Trilhas Potiguares, apresentou um crescimento de 140% da participação dos municípios, culminando com a adesão de 24 municípios. Vale destacar que, em toda história de realização do programa, pela primeira vez esse quantitativo foi alcançado. Essa elevação provavelmente resultou em um impacto social maior, mas gerou um grande desafio para a equipe da PROEX, visto que a seleção de coordenadores, de discentes, logística de material, de comunicação, de transporte, entre outros aspectos, tomou proporções elevadas de complexidade. As figuras a seguir (27 e 28) ilustram a evolução do quantitativo de municípios integrantes e de alunos participantes, respectivamente.

Figura 27 – Municípios Integrantes do Trilhas Potiguares



Fonte: Anuário Trilhas Potiguares

Figura 28 - Alunos Participantes do Trilhas Potiguares



Fonte: Anuário Trilhas Potiguares

Vale destacar, ainda, que o Programa Trilhas Potiguares realizou sua primeira edição internacional. Em parceria com a Universidade Pedagógica - Maxixe, de Moçambique, a equipe da UFRN desenvolveu ações na cidade de Maxixe, no período de 30 de outubro ao dia 3 de novembro de 2017. O Programa Trilhas Brasil-Moçambique foi de fundamental importância, especialmente para o sistema educacional, uma vez que foram desenvolvidas oficinas e reuniões de trabalho em escolas, tendo como público-alvo professores, gestores, coordenadores acadêmicos e estudantes.

O desenvolvimento de oficinas abordou temas como cuidados em saúde, higiene pessoal (incluindo saúde bucal), prevenção ao suicídio, educação ambiental, práticas pedagógicas, currículo escolar, metodologias educacionais, oficina de dança, além de ações que abordavam música, atividades lúdicas e artes se constituíram como o cerne do projeto que buscava a transformação da realidade social e comunitária, bem como a formação pessoal, profissional e técnica dos discentes e docentes da UFRN envolvidos.

A interação e o intercâmbio de experiências, especialmente entre a equipe brasileira e moçambicana, foi um dos acontecimentos mais valorizados de todo o trabalho desenvolvido. Seguem abaixo alguns dados quantitativos que refletem a importância do trabalho inédito desenvolvido:

Quadro 14 - Dados quantitativos do programa Trilhas Brasil - Moçambique

Público local contemplado	5.000
Quantidade de coordenadores - UFRN	2
Quantidade de discentes - UFRN	12
Quantidade de cursos dos discentes - UFRN	9
Quantidade de coordenadores - Universidade Pedagógica	2
Quantidade de discentes - Universidade Pedagógica	6
Quantidade de cursos dos discentes – Universidade Pedagógica	4
Número de ações desenvolvidas	30

Fonte: Anuário Trilhas Potiguares

As ações desenvolvidas no contexto do Programa Trilhas Brasil-Moçambique abriram espaço para novas parcerias e cooperação, tanto no âmbito educacional, quanto social. Estão em andamento tratativas para a realização de cursos de capacitação e qualificação de professores em diferentes níveis de ensino (primário, secundário e superior), projetos de extensão e de pesquisa em

parceria com a Universidade Pedagógica e governos provinciais e distritais, a exemplos de projetos com vistas ao desenvolvimento local e regional, com viés produtivo e técnico.

Outra ação de grande importância foi a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CIENTEC. A XXIII edição, realizada em 2017, apresentou o tema “Equações criativas, soluções para a vida”, propondo refletir sobre novos caminhos e novas possibilidades para a construção de uma vida plena e integrada a todas as esferas da existência.

Figura 29 - Cartaz de divulgação da XXIII CIENTEC 2017



Fonte:PROEX, 2017

As próximas tabelas a seguir (quadros 15, 16 e 17) apresentarão os dados quantitativos relacionados à edição do ano de 2017.

Quadro 15 - Trabalhos Submetidos e Aprovados

TIPOS DE TRABALHO	ESTANDES	PÔSTERES	REUNIÕES ACADÊMICAS	TOTAL
Trabalhos submetidos	177	635	175	987
Trabalhos apresentados	95	833	166	1.094

Fonte: Setor de Eventos/PROEX.

Apesar da diminuição do recurso que financia a CIENTEC, o que implicou na diminuição dos estandes para o ano de 2017 (202 em 2016, 95 em 2017), todas as outras modalidades de trabalho cresceram. Os pôsteres aumentaram de 669 para 833, representando 25% de crescimento e as reuniões acadêmicas científicas saltaram de 79 para 166, aumento de 110% em relação a 2016.

Os números referentes aos integrantes de trabalhos submetidos, quase seis mil pessoas, demonstram a grandeza da produção científica e extensionista da UFRN. A seguir serão expostos os quantitativos dos integrantes dos trabalhos apresentados por tipo de participante.

Quadro 16 – Integrantes dos Trabalhos Apresentados

TIPO DE PARTICIPANTE	ESTANDES	PÔSTERES	REUNIÕES ACADÊMICAS	TOTAL
Autores/coautores	827	3.055	-	3.882
Colaboradores	382	-	122	504
Orientadores	118	917	-	1.035
Ministrantes	-	-	431	431

Fonte: Setor de Eventos – PROEX.

Para garantir o funcionamento e a organização do evento, a PROEX possui um setor que se dedica ao planejamento, organização, gestão e avaliação da CIENTEC. As linhas gerais do evento são definidas pela Comissão Acadêmica, a qual é constituída por docentes da UFRN. Além desses atores, mais de 200 estudantes e 300 trabalhadores efetivos, terceirizados e externos auxiliam na promoção do evento. Ademais, a CIENTEC conta com a participação de diversas outras pessoas e setores da UFRN e da sociedade de maneira geral, reforçando o caráter institucional do evento.

Quadro 17 – Equipe organizadora

Equipe de organização	CIENTEC
Estudantes voluntários	217
Colaboradores externos	300
Colaboradores internos	61

Fonte: Setor de Eventos/ PROEX.

Outra realização que demonstra o relacionamento da UFRN com a sociedade é o programa “Aprendizagens ao Longo da Vida”. O programa visa à indução de ações educativas que favoreçam o enfrentamento às ameaças globais e importantes questões sociais (doenças emergentes ou negligenciadas; deficiências no ensino de ciências e matemática; violência e preconceito contra a mulher e pessoas LGBT; problemas associados ao semiárido e outros).

No ano de 2017 foram lançados dois editais vinculados ao programa. O primeiro edital oferecia financiamento para a elaboração de cursos EaD para alunos egressos da UFRN com foco nos cursos de licenciatura dos polos de educação a distância no interior do estado. Foram aprovados 34 cursos que se encontram em processo de desenvolvimento, com previsão de início para o primeiro semestre de 2018. O segundo edital foi direcionado aos produtos de extensão em forma de vídeo, com o objetivo de dar destaque aos resultados concretos das ações de extensão, tendo 21 propostas de ação aprovadas.

Igualmente relevante para a gestão é a realização da “Mostra de Profissões”. Em 2017, o evento foi realizado nos 4 campi: Campus Central/Natal (9ª edição), FACISA/Santa Cruz (5ª edição), CERES/Currais Novos (5ª edição) e CERES/Caicó (6ª edição). O quadro 18 ilustra o número de participações nos eventos.

Quadro 18 – Número de participações, por campi, na Mostra de Profissões de 2015 a 2017

CAMPUS	Nº DE PARTICIPAÇÕES		
	2015	2016	2017
Central – Natal	22.505	25.860	23.406
CERES – Caicó	1.100	1.162	263
CERES – Currais Novos	400	400	513
FACISA – Santa Cruz	700	700	525
Total	24.705	28.122	24.707

Fonte: Coordenação da Mostra de Profissões/DDPed/PROGRAD.

A divulgação dos eventos é realizada nas escolas e redes sociais, com destaque para a divulgação com visitas nas escolas de ensino médio realizada por docentes e estudantes da graduação. A partir dessas visitas, é possível levar a programação do evento acerca de 140 escolas públicas, privadas e outros espaços comunitários de educação.

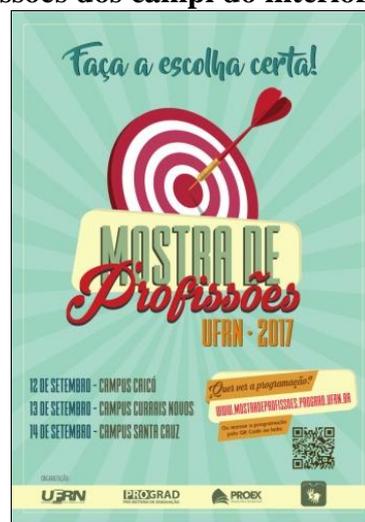
Dentre as ações realizadas em 2017 para a Mostra de Profissões, destacam-se: a produção e distribuição de 25 mil folders, com a programação do evento nos 3 campi e a atualização da Revista de cursos Escolh@UFRN. Institucionalmente, é relevante destacar a parceria com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC e Secretarias Municipais de Educação, as quais disponibilizam transporte para a participação de estudantes das escolas públicas.

Figura 30 - Cartaz da Mostra de Profissões do Campus de Natal - 2017



Fonte: Coordenação da Mostra de Profissões/DDPed/PROGRAD.

Figura 31 - Cartaz das Mostras de Profissões dos campi do interior - 2017



Fonte: Coordenação da Mostra de Profissões/DDPed/PROGRAD.

A 9ª Mostra de Profissões em Natal e as Mostras dos campi do interior teve um envolvimento de cerca de 1.200 pessoas, entre docentes e estudantes da graduação. O sucesso do evento é resultado do esforço das equipes para visitar as escolas e divulgar o evento, incluindo a interlocução com as Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação para transportar os estudantes. Essa parceria é fundamental, haja vista que os estudantes, sobretudo dos municípios vizinhos, têm dificuldades de deslocar-se até os locais do evento.

Entre as atividades da programação, realizaram-se: palestras dos cursos, palestra de orientação profissional e palestra sobre o acesso à UFRN via SiSU, sendo contabilizadas, aproximadamente, 270 palestras para um público de 26 mil estudantes em Natal. Para realização do evento no interior, a PROGRAD organiza a logística de deslocamento de professores de Natal, priorizando a participação dos cursos que não são ofertados nos campi do interior, tais como: Engenharia, Ciência e Tecnologia, Música, Geofísica e demais cursos do CCET.

No questionário que traçou o perfil do participante, identificou-se que, em Natal, 48% dos estudantes declararam-se oriundos da rede pública; 45% declararam-se concluintes do 3º ano do ensino médio e 78,4% informaram que residem na grande Natal. Dentre os dados coletados, destacamos que 85% do total de consultados declararam que o evento ajudou na escolha do curso.

No contexto de ações estruturadoras da gestão da pesquisa aplicada na UFRN, a instalação do Parque Tecnológico Metrópole Digital consistiu em mais um grande destaque de 2017, mediante a promoção na criação e no fortalecimento de um polo de desenvolvimento em TI no Rio Grande do Norte (<https://portal.imd.ufrn.br/portal/parque-tecnologico>). Entre as ações propostas pelo Parque, estão a indução do desenvolvimento econômico, social, humano, local e regional; o

fomento da interação entre a universidade e o setor produtivo; a oferta de um ambiente propício ao desenvolvimento de novas tecnologias; a criação e a consolidação de empresas de TI; entre outras.

Foi de grande importância, também, algumas ações desenvolvidas pela UFRN relacionadas ao tema Direitos Humanos e Justiça. Em abril de 2017 realizou-se o Seminário de Educação em Direitos Humanos – compromisso e desafio das Universidades. O evento resultou da assinatura do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos, firmado entre as universidades e a SECADI/MEC. Outro destaque foi a participação da UFRN na Câmara Técnica de Mapeamento de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). A Câmara, formalizada em 2014, realiza o mapeamento da incidência de violência do estado, com vistas a subsidiar as políticas públicas de enfrentamento à violência. Atualmente, a PROEX/UFRN compõe dois grupos de trabalho na referida câmara: GT de mortalidade infanto-juvenil e GT de monitoramento e rastreamento de apreensão de armas de fogo.

Figura 32 - Seminário de Educação em Direitos Humanos: compromisso e desafio das Universidades.



Fonte: www.proex.ufrn.br

A UFRN participa, através da PROEX, do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania (COEDHUCI). O conselho é um espaço institucional vinculado ao governo do estado do RN, que conta com a participação paritária de instituições governamentais e da sociedade civil. Realiza monitoramento e fiscalização das políticas públicas voltadas para a temática e promove ações de promoção de direitos humanos.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1. Desempenho financeiro no exercício

Esse item tem como finalidade demonstrar os resultados obtidos por essa UPC na condução da sua Gestão Financeira. Entende-se que boa parte dos pontos relacionados sobre o tema já foram abordados em diversos itens anteriores, a exemplo dos itens relacionados com as “Informações sobre as realizações das receitas” e “Informações sobre a execução das despesas”.

Durante o exercício financeiro de 2017 houve algumas dificuldades para a execução das metas estabelecidas, decorrente, principalmente, de contingenciamentos realizados, limitação de gastos e da tempestividade dos ingressos financeiros. Do lado orçamentário tivemos contingenciamento realizado na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2017, realizado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, que inicialmente foram nos montantes de: 10% dos recursos de custeio fonte tesouro; 40% dos recursos de investimento fonte tesouro; e 15% do orçamento de recursos próprios.

Ao longo de todo o exercício a UFRN sempre esteve em várias tratativas junto ao MEC sobre a necessidade da liberação de tais valores, tendo em vista o prejuízo nas atividades que tais bloqueios poderiam causar. Somente nos meses de novembro e dezembro os valores bloqueados foram liberados no SIAFI para utilização. Ainda sim, não foi possível a utilização dos recursos de capital que estavam bloqueados, pois apesar da liberação dos valores não foi enviado os limites de empenho correspondentes, o que acabou gerando impacto negativo tanto nas ações voltadas aos Investimentos em Obras como na Aquisição de Materiais Permanentes.

Além dos bloqueados já mencionados, também houve a edição de portaria para limitação de gastos em diversas naturezas de despesas. No dia 16 de fevereiro de 2017 o MPDG editou a Portaria nº 28/2017 que tinha como objetivo “estabelece limites para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo, no exercício de 2017”. Com a publicação da referida portaria, o MEC estabeleceu os limites de empenho para cada Universidade até dezembro/2017 para a totalidade dos itens que faziam parte daquela portaria.

Ou seja, além do bloqueio de uma parcela significativa do orçamento ainda houve a limitação de gastos por natureza de despesas, o que inicialmente gerou grandes dificuldades na gestão desses recursos. Mas, com a publicação do Decreto nº 9.046/2017, de 5 de maio de 2017, houve a revogação tácita da Portaria nº 28 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, de 16 de fevereiro de 2017, tornando sem efeito o limite imposto aos empenhos para contratação de bens e serviços e concessão de diárias e passagens.

Em substituição à Portaria MPDG nº 28/2017, foi publicada a Portaria MPDG nº 234, de 19 de julho de 2017, que trouxe as mesmas limitações quanto às contratações, contudo sem fazer referência a limites para empenho, dando maior autonomia aos órgãos para a gestão dos recursos orçamentários.

Com relação às liberações de financeiro, identificamos uma melhora quando comparado ao exercício de 2016. Durante todo o exercício as liberações de financeiro para pagamento aos fornecedores ocorreram, em média, duas vezes ao mês, sendo uma na primeira e a outra na segunda quinzena do mês. Nem sempre essas liberações eram realizadas na totalidade das contas a pagar, gerando um maior atraso no pagamento aos fornecedores, mas, durante o segundo semestre do exercício passou a ser mais freqüente na segunda liberação do mês ocorrer à liberação da totalidade a pagar.

Podemos confirmar isso pela geração líquida de caixa do exercício, apresentada na Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC. No exercício, as Atividades das Operações geraram um fluxo de caixa positivo de R\$ 86.617.968,76, ao passo que as Atividades de Investimentos geraram um fluxo negativo de R\$ 46.549.405,19, fazendo com que no exercício do relatório a Geração Líquida de Caixa resultasse no montante positivo de R\$ 40.068.563,57, contra o montante de R\$ 16.495.101,52 em 2016, ou seja, um aumento de 142,91%. Isso se deve, principalmente, pelo maior fluxo de financeiro recebido do MEC e por liberações de financeiro de Termos de Execução Descentralizada – TED's.

Outra grande dificuldade enfrentada em 2017 diz respeito às liberações de financeiro para pagamento das emendas individuais e de bancada. No final do exercício de 2016 a UFRN recebeu a liberação do valor de R\$ 7.000.000,00 referente a uma emenda parlamentar da bancada do Estado do RN. Entre o final do exercício de 2016 e início de 2017 os fornecedores começaram a realização e entrega dos serviços e, conseqüentemente, fazer as solicitações do pagamento devido.

A UFRN ficou praticamente 06 meses sem receber a liberação desse financeiro, gerando enormes transtornos aos nossos fornecedores e a própria gestão, tendo em vista que nesse período obras foram paralisadas por falta de pagamento, equipamentos importantes adquiridos quase chegaram ao ponto de ser recolhido pelos fornecedores etc, tudo em virtude desse atraso na liberação por parte do Governo Federal.

8.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

8.2.1 – Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

A Universidade, como unidade orçamentária da estrutura administrativa do Ministério da Educação, tem neste, sua principal fonte de financiamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Utiliza-se de recursos da Matriz Andifes, alocados em ações orçamentárias como: 20GK, 20RK, 20RI, 20RL, 2522 2994, 4002 e 8282, conforme detalhado no item “4.3.2- Execução física e financeira das ações da Lei Anual de responsabilidade da unidade”.

Em seu PDI 2010-2019, encontram-se estabelecidas as diversas políticas acadêmicas e de gestão. Na sua Política de Ensino, suas ações estão estruturadas para superar os seguintes desafios:

- Ensino de graduação
 - o fortalecimento e disseminação da flexibilidade curricular nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
 - a criação de espaços diversificados de formação nos cursos de graduação;
 - o estímulo ao desenvolvimento de práticas pedagógicas com a utilização de recursos das novas tecnologias de apoio ao ensino e à aprendizagem;
 - o estímulo à mobilidade estudantil;
 - a atualização dos projetos pedagógicos; e,
 - o estímulo à articulação entre os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura.
- Educação a distância
 - a expansão da oferta de licenciaturas para atender às demandas da região;
 - a oferta de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu;
 - a oferta de cursos de extensão para atender às demandas acadêmicas; e,

- a instituição de grupos de pesquisa, tendo a Educação a Distância como objeto de estudo.
- Ensino de pós-graduação – encontra-se estruturada ao redor dos seguintes eixos:
 - consolidação e melhoria da qualidade dos programas em funcionamento;
 - expansão do sistema, referenciada em áreas estratégicas; e,
 - ampliação das ações integradoras com os cursos de graduação, estimulando a produção do conhecimento.

Da mesma forma, encontra-se estabelecida no PDI a Política de Pesquisa da instituição, também estruturada na forma de eixos, descritos abaixo:

- Estruturação da Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação para o Desenvolvimento Social.
- Inserção da UFRN no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação Nacional.
- Redes e Núcleos para a Consolidação da Pesquisa

A realização desses eixos deve se dar através das seguintes ações:

- consolidação da política de inovação, realçando o papel do Núcleo de Inovação Tecnológica;
- articulação e participação ativa na implantação de um Parque Tecnológico e na estruturação de uma Central de Empresas Juniores, com apoio à criação e manutenção de Incubadoras;
- inserção da UFRN no Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), nos seus três domínios: Extensão Tecnológica, Serviços Tecnológicos e Centros de Inovação;
- apoio aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) coordenados pela UFRN;
- ampliação e qualificação do programa de formação de recursos humanos para a pesquisa;
- ampliação do número de grupos de pesquisa, projetos e bolsistas de produtividade; e,
- criação e/ou reestruturação das Redes e Núcleos Temáticos Disciplinares e Interdisciplinares.

O objetivo geral da Política de Extensão é fortalecer o compromisso social da UFRN, mediante a ampliação e a qualificação de suas ações. Suas diretrizes principais são:

- expansão e qualificação das ações de extensão;
- fortalecimento e ampliação de interfaces com os movimentos sociais, segmentos produtivos e institucionais;
- ampliação e diversificação da produção artístico-cultural;
- aprimoramento de gestão e da avaliação dos projetos; e,
- adoção de mecanismos para maior visibilidade das ações institucionais.

Em que pese a garantia constitucional de financiamento de suas atividades, a UFRN estimula sua comunidade acadêmica a preparar projetos acadêmicos de interesse institucional (da própria UFRN ou de outros órgãos públicos) ou da sociedade civil, que demandam a participação de seus especialistas. Normalmente, tais projetos exigem o aporte de recursos para a sua execução, sendo estes oriundos do próprio orçamento de custeio ou pleiteados junto aos órgãos financiadores (agências de fomentos, instituições privadas, outros órgãos da administração federal, estadual, municipal, etc.).

Obtidos os recursos, as áreas responsáveis assumem a coordenação e execução dos projetos, recebendo apoio dos órgãos internos responsáveis pelo planejamento, orçamento, contabilidade e finanças da UFRN, que orientam quanto ao atendimento dos objetivos estabelecidos e cumprimento das metas fixadas.

Embora as políticas acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) incentivem o desenvolvimento de atividades nestas áreas e uma maior interação com a sociedade, não existe, do ponto de vista da captação de recursos adicionais, uma política estabelecida com este fim.

Para os fins a que se destina este relatório, é importante ressaltar que o detalhamento dos valores arrecadados a título de recursos próprios foi apresentado por essa UPC no item “4.3.7 – Informação sobre a Realização das Receitas” desse relatório.

8.2.2 – Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.

A UFRN realiza a captação de recursos basicamente de duas formas: Termos de Execução Descentralizada – TEDs; e Arrecadação de Receitas Próprias. Os recursos que são captados por TEDs têm sua aplicação realizada, exclusivamente, conforme o estabelecido nos seus respectivos planos de trabalho e/ou aplicação, sendo vedada sua aplicação em objeto diferente do que foi proposto e aprovado, salvo nos casos de pedido de remanejamento autorizado pelo órgão concedente.

Ao final da vigência e da execução do projeto é apresentado ao órgão concedente o relatório de cumprimento do objeto, juntamente com a prestação de contas, para análise e aprovação dos resultados alcançados. No tocante as Receitas Próprias, conforme já demonstrado no item “Informação sobre a realização das receitas”, a UFRN arrecadou o montante de R\$ 29.236.480,60 a título de Receita Orçamentária Líquida, decorrente de contratos de alugueis, mensalidades de cursos de especialização, realização de concursos públicos, rendimento de aplicações financeiras e outros.

Os recursos arrecadados são distribuídos internamente para as respectivas unidades que deram origem àquela arrecadação, por exemplo, se o curso de especialização “A” arrecadou no exercício o montante “X” esse valor é alocado na sua unidade orçamentária para uso na manutenção e desenvolvimento do curso. Os valores arrecadados na organização de concursos públicos, por exemplo, são alocados em favor da COMPERVE para o custeio de todas as despesas envolvidas para a realização dos certames. A seguir apresentamos o quadro demonstrativo da alocação (uso) dos recursos próprios arrecadados no exercício:

Quadro 1 – Alocação dos Recursos Próprios por Natureza de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupo de Despesa	Natureza de Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.033.082,92	9.696.263,09	9.696.263,09
	339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.128.488,51	2.980.784,52	2.980.484,54
	339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.121.323,45	746.410,32	705.955,50
	339147 OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	957.716,88	804.271,01	804.271,01
	339030 MATERIAL DE CONSUMO	564.543,47	296.090,51	294.844,70
	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	466.376,61	466.376,61	466.376,61
	339018 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	438.281,85	344.005,30	344.005,30
	339020 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	369.200,00	369.200,00	369.200,00
	339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	308.592,46	182.913,79	182.913,79
	- Outras Despesas	90.622,05	86.598,76	86.598,76
INVESTIMENTOS	449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.676.173,53	173.776,93	173.776,93
	449051 OBRAS E INSTALACOES	2.254.448,85	-	-
	449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	359.000,00	-	-
	449093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	76.113,42	-	-
Total		24.843.964,00	16.146.690,84	16.104.690,23

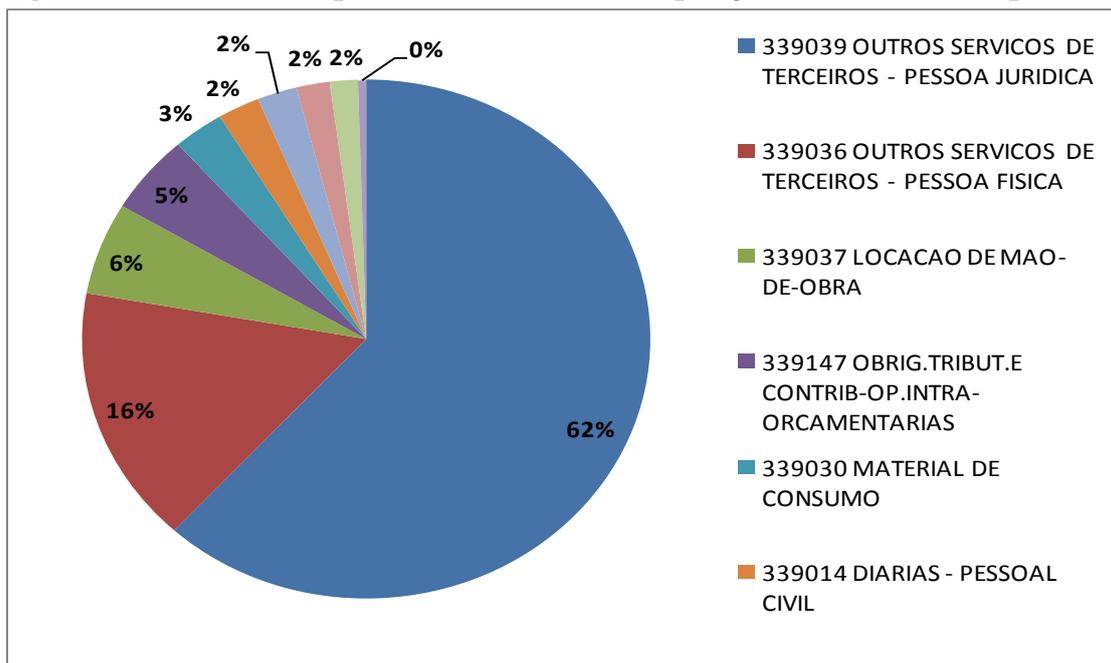
Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme demonstrado pelo quadro acima, o total empenhado no exercício com recursos próprios dessa UPC totalizaram o montante de R\$ 24.843.964,00, ou seja, 85% dos recursos arrecadados no exercício. Do montante empenhado com recursos próprios no exercício, 78,40% foi destinado para as ações de Custeio (Despesas Correntes) e 21,60% com Investimentos realizados.

Do valor total de R\$ 5.365.735,80 empenhados como Investimentos no exercício, 49,88% foi destinado para aquisição de Equipamentos e Material Permanentes e 42,02% para Obras e Instalações.

Já em relação às Despesas Correntes, 61,78% do total empenhado foram destinados para natureza 339039 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, seguido pela ND 339036 - Serviços de Terceiros Pessoa Física com 16,06% do total, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Outras Despesas Correntes – Composição dos valores empenhados



Fonte: Tesouro Gerencial

Do montante total empenhado, Custeio e Capital, foi liquidado nesse exercício o valor de R\$ 16.146.690,84, que corresponde a 65% de todo o valor empenhado, e foi pago o montante de R\$ 16.104.690,23, ou seja, 99% dos valores liquidados foram devidamente pagas no próprio exercício, gerando um saldo insignificante de Restos a Pagar Processados em fonte própria.

Durante o exercício de 2017 tivemos algumas dificuldades enfrentadas com relação à limitação de empenho dos recursos próprios. Dos R\$ 29.236.480,60 que foram arrecadados no exercício, só houve autorização de empenho do montante de R\$ 26.187.713,62, ou seja, houve um contingenciamento orçamentário da ordem de 10% do orçamento arrecadado em recursos próprios.

No tocante as movimentações financeiras não houve limitações quanto aos recursos próprios, pois esses são arrecadados diretamente a essa UPC, ficando essa restrição limitada aos recursos financeiros enviados pelo MEC que, como já relatado no item da execução das despesas.

8.3 - Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e avaliação e mensuração de Ativos e Passivos.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN aplica em seus procedimentos contábeis os dispositivos das NBC T 16.9 e 16.10, além das Macrofunções Siafi 02.03.30 e 02.03.35 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

O registro da Depreciação teve seu início no ano de 2010 para os bens colocados em condições de uso a partir daquele ano, já que os mesmos apresentavam valor monetário próximo da realidade, o que excluía a necessidade de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável.

Os bens colocados em condições de uso anterior a esse período passaram por processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão. Para tanto, estamos adotando a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção Siafi 02.03.30.

O método de cálculo dos encargos utilizado é o das quotas constantes, método esse padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável. A taxa de Depreciação segue a tabela de vida útil dos bens, estabelecida pela STN. Sendo assim, um bem com vida útil de 10 anos tem uma taxa de Depreciação de 10% a.a, sendo depreciados até atingir o seu Valor Residual, valores esses que também seguem os padrões para toda a Administração Pública Federal.

Com relação à Amortização, atualmente 100% do Ativo Intangível da instituição é composto por Softwares. O método de amortização adotado pela UFRN, que segue o padrão para toda a Administração Pública Federal, é o das quotas constantes. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo.

A partir de jan/2016 a conta 12411.00.00 - Softwares (ativo intangível) foi segregada em 12411.01.00 - Softwares com vida útil definida e 12411.02.00 - Softwares com vida útil indefinida. Apenas os Softwares classificados com vida útil definida estão sujeitos à amortização.

A vida útil desses Bens Intangíveis da UFRN é definida pelo prazo de licença do referido Software, ou seja, se a licença do Software X foi de 2 anos, o mesmo será 100% amortizado nesses 2 anos. Quando o Software adquirido não tem prazo de licença, o mesmo é classificado como vida útil indefinida e não será amortizado. Ao final de cada exercício é realizada consulta aos setores responsáveis pelo software para saber se o mesmo está em uso, pois caso não esteja será baixado.

O valor residual padrão adotado para os Bens Intangíveis no âmbito da UFRN é zero, exceto quando:

- a) haja compromisso de terceiro para comprar o ativo ao final da sua vida útil;
- ou
- b) exista mercado ativo para ele e:

- I. o valor residual possa ser determinado em relação a esse mercado; e
- II. seja provável que esse mercado continuará a existir ao final da vida útil do ativo.

A adoção dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, em conjunto com a Macrofunção SIAFI 02.03.30 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, além de manter atualizados os valores dos ativos desta Instituição, gerou um impacto no exercício de R\$ 57.564.440,35 a título de Depreciação, Amortização e Exaustão, conforme apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP. Os valores relativos à Depreciação, Amortização e/ou Exaustão de exercícios anteriores, assim como as Reavaliações e/ou Reduções a Valor Recuperável, são registrados diretamente no Patrimônio deste Órgão, não impactando o resultado do exercício.

Os procedimentos quanto a Amortização dos Bens Intangíveis foram iniciados em 2016 na UFRN, e geram um impacto em 2017 de R\$ 772.190,92 (já computado no somatório supracitado) a título de Amortização de Softwares.

Já em relação às metodologias adotadas com relação à avaliação e mensuração no âmbito dessa UPC, informamos que é observado o disposto na NBC T 16.10, ou seja, para os itens do ativo imobilizado a mensuração e/ou avaliação é feita com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período em que foi incorrido.

Os estoques também são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção, salvo quando esse valor é superior ao valor de mercado, sendo assim adotado o valor de mercado. As saídas do almoxarifado são realizadas pelo custo médio ponderado.

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

Os intangíveis são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Tabela 1 – Vida Útil e Valor Residual dos Bens Móveis da UFRN

Conta Contábil	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (anos)
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIP. E UTENS. MED., ODONT., LABOR. E HOSP	15	20
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIP. PARA ESPORTES E DIVERSOES	10	10
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAL	20	10
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	10	10
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10
1.2.3.1.1.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO	10	10
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO DIVERSOS	10	10
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	10	0
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL	15	10
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10
1.2.3.1.1.05.05	AERONAVES	-	-

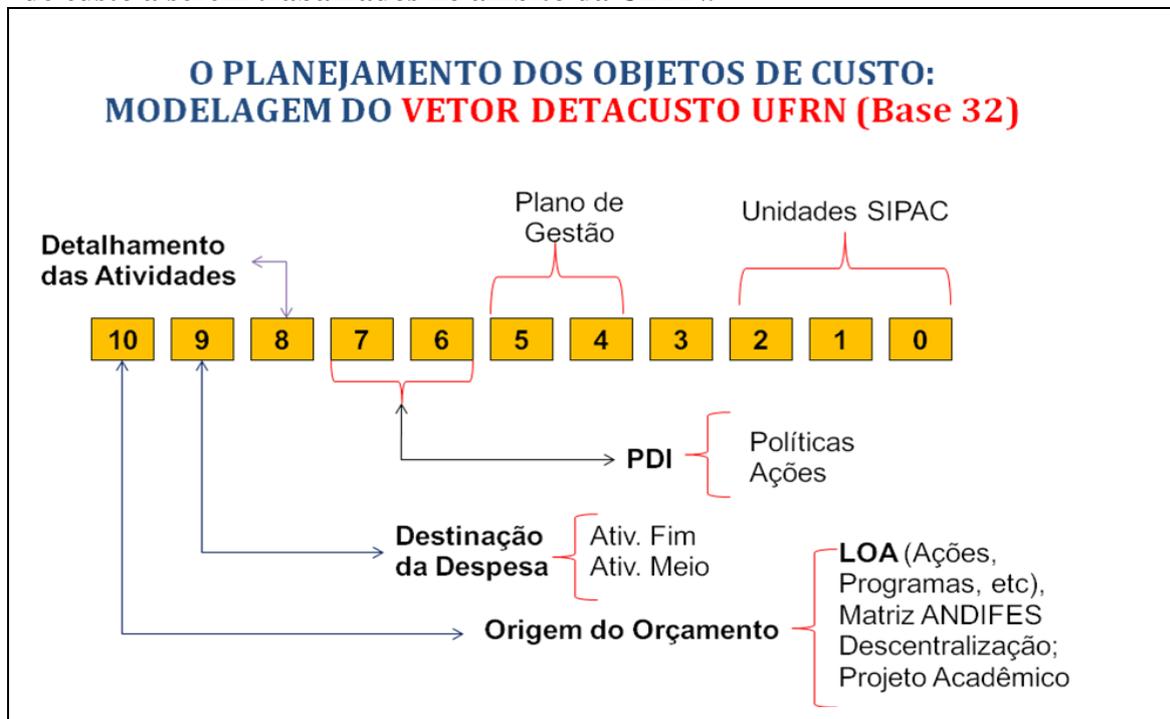
8.4. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Informações básicas

Como foi registrado nos Relatórios de Gestão dos anos anteriores, o sistema de apuração de custos no âmbito da UFRN, avançou significativamente na elaboração do projeto piloto, conduzido pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC). A proposta contida no convite foi para a UFRN fazer parte de um projeto piloto na área de custos do qual faziam parte a **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, a **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, a **Universidade de Brasília** e um **dos Institutos Federal de Minas Gerais**. O projeto piloto no âmbito do MEC contou com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional e teve como principal objetivo implantar no âmbito da administração federal a integração da execução orçamentária e financeira ao Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, desenvolvido pela STN.

No entanto, apesar de todos os desafios da gestão da UFRN, a premissa de sistema (SIPAC/SIAFI) necessária à integração da execução orçamentária e financeira ao Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, desenvolvido pela STN, não se concretizou, razão pela qual todo o estudo e proposição do modelo de custos desenvolvido por esta Universidade, baseado em objetos de custos previamente definidos pela gestão (conforme Figura 2), não logrou êxito na forma como idealizado.

Figura 2- Modelo proposto para o mapeamento DETACUSTO dos objetos de custo a serem trabalhados no âmbito da UFRN.



Fonte: PROAD

Dos desafios para a gestão

Apesar de não haver êxito na implantação do sistema de custos no âmbito desta Universidade, conforme planejado e sustentado nos relatórios de gestão dos exercícios anteriores, é importante assinalar que no âmbito dos Sistemas SIG, sobretudo no SIPAC, é possível obter relatórios gerenciais quanto à realização de despesas e em quais naturezas, cabendo à gestão, como desafio, que na premissa de realização da despesa o próprio sistema administrativo interno já permita o enquadramento daquela despesa nos objetos de custo definidos pela gestão (a exemplo do modelo ilustrado na fig.1), de modo que ao menos na perspectiva de sistema de gestão interna, já se tenham relatórios de custos integrados aos objetivos e estratégias da instituição.

Na consecução de tal objetivo, se coloca também a favor do desafio, a própria disponibilização, pelo Governo Federal, do Portal de Custos, o qual, conforme destacado quando de sua apresentação, “objetiva fomentar nos órgãos, a gestão de custos, sendo um instrumento especialmente indicado para aqueles que ainda não desenvolveram seus próprios modelos, podendo servir como um ponto de partida para que elaborem, posteriormente, seus modelos personalizados para atendimento às suas especificidades e necessidades”¹.

8.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

Esse item apresenta as Demonstrações Contábeis obrigatórias dessa UPC, na ordem abaixo, acompanhada das respectivas Notas Explicativas, ambos apresentados no anexo 5 desse relatório. Os Demonstrativos que compõem esse item são:

I – Balanço Patrimonial - BP;

II – Balanço Financeiro - BF;

III – Balanço Orçamentário - BO;

IV – Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP; e

V – Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC.

¹ BRASIL, 2017. Manual do Portal de Custos do Governo Federa. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/626285/Manual+do+Portal+de+Custos/de71664f-db7f-48dd-a41d-89c5d8672934>. Acesso em: 14 fev. 18

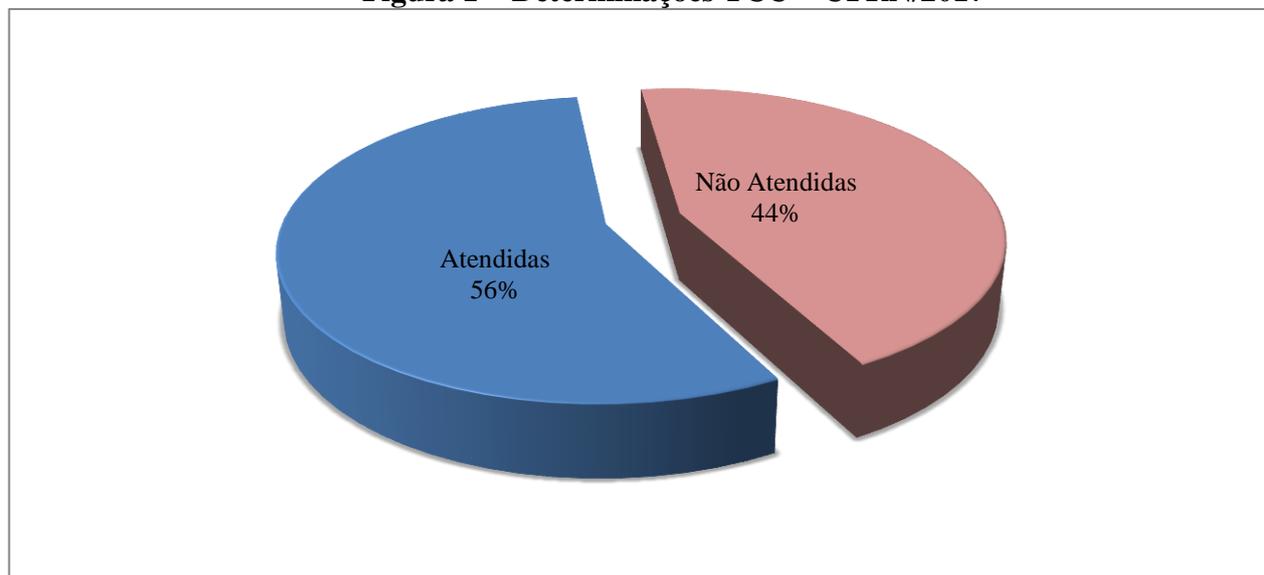
9 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União

Visão Geral sobre as Deliberações feitas pelo TCU em Acórdãos do Exercício de Referência

Durante o exercício de 2017 a UFRN recebeu 43 determinações do TCU e nenhuma recomendação. Dessas 43 determinações, 24 foram consideradas pela unidade responsável pela implementação como atendidas, ao passo que 19 permanecem pendentes de atendimento, conforme Figura 1.

Figura 1 – Determinações TCU – UFRN/2017



Fonte: Auditoria Interna/UFRN

Formas que a UFRN dispõe para o efetivo acompanhamento das deliberações do Tribunal

A UFRN realiza monitoramento das deliberações emitidas pelo TCU através do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC. Tal sistema vem sendo ajustado para melhor atender às necessidades dos usuários interessados (Auditoria Interna e demais unidades responsáveis por alguma deliberação).

O Gabinete da Reitoria é a unidade responsável por recepcionar os ofícios que encaminham os Acórdãos e enviá-los às unidades interessadas e à Auditoria Interna para conhecimento e inserção no SIPAC. Nesta unidade, há servidores destacados para o acompanhamento dos prazos estipulados. Normalmente é marcada reunião com essas unidades para discussão, estabelecimento das estratégias para o pleno atendimento e identificação dos responsáveis por cada deliberação.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP designou um servidor para o acompanhamento das demandas dos órgãos de controle, incluindo os Acórdãos relativos à área de pessoal encaminhados pela SEFIP/TCU diretamente à essa Pró-Reitoria. Esses Acórdãos também são enviados à Auditoria Interna para conhecimento e inserção no SIPAC.

A Auditoria Interna tem a incumbência de notificar as unidades responsáveis, através de um módulo do SIPAC denominado “Auditoria e Controle Interno”, para que elas informem as providências adotadas, visando o acompanhamento de cada determinação/recomendação.

Deliberações do TCU decorrentes de julgamento de Contas Anuais de Exercícios Anteriores que estejam pendentes de Atendimento

A UFRN teve suas contas julgadas nos exercícios de 2007 a 2012, além do exercício de 2015. No entanto, a prestação de contas deste último ano ainda não foi analisada pelo TCU.

Com relação às deliberações com pendências de atendimento, a UFRN possuía apenas uma recomendação nesta situação referente ao processo de prestação de contas do exercício de 2011 (Item 1.8 – Acórdão 458/2014-TCU-2ª Câmara – demonstrada do Relatório de Gestão de 2016), entretanto a unidade responsável – Superintendência de Infraestrutura (INFRA) – afirmou o seu **atendimento** no ano de 2017.

Determinações do TCU que remetem a obrigação de informar sobre o andamento das providências para o Relatório de Gestão Anual

Quadro 01 – Caracterização da determinação/recomendação do TCU – com obrigação de informar sobre as providências no Relatório de Gestão Anual				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
035.719/2012-5	10.960/2016 – SEGUNDA CÂMARA	1.7	Ofício 1141/2016-TCU/SECEX-RN	18/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que: 1.7.1. adote as medidas necessárias para obter os reembolsos dos valores elencados nos subitens “b.4.1” a “b.4.14” deste acórdão, implementando previamente, quando for o caso, as ações necessárias para a exata identificação daqueles valores apontados como estimativa e aqueles para os quais não se comprovou a realização dos reembolsos; 1.7.2. no próximo relatório de gestão, informe o resultado das medidas adotadas relativas às constatações de ausência de reembolso de que trata o subitem anterior.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Nesse acórdão, foram mencionadas 15 ocorrências pendentes de reembolso pelos entes cessionários, totalizando um montante de R\$ 520.126,96, tendo sido ressarcido R\$ 67.328,59, restando R\$ 452.798,37 a ser ressarcido, mediante os processos administrativos abertos. Informamos ainda, que das 15 (quinze) ocorrências, 2 (duas) já foram totalmente quitadas, 3 (três) parcialmente reembolsadas e 10 (dez) não reembolsaram nenhum valor.				

Fonte: Auditoria Interna/UFRN

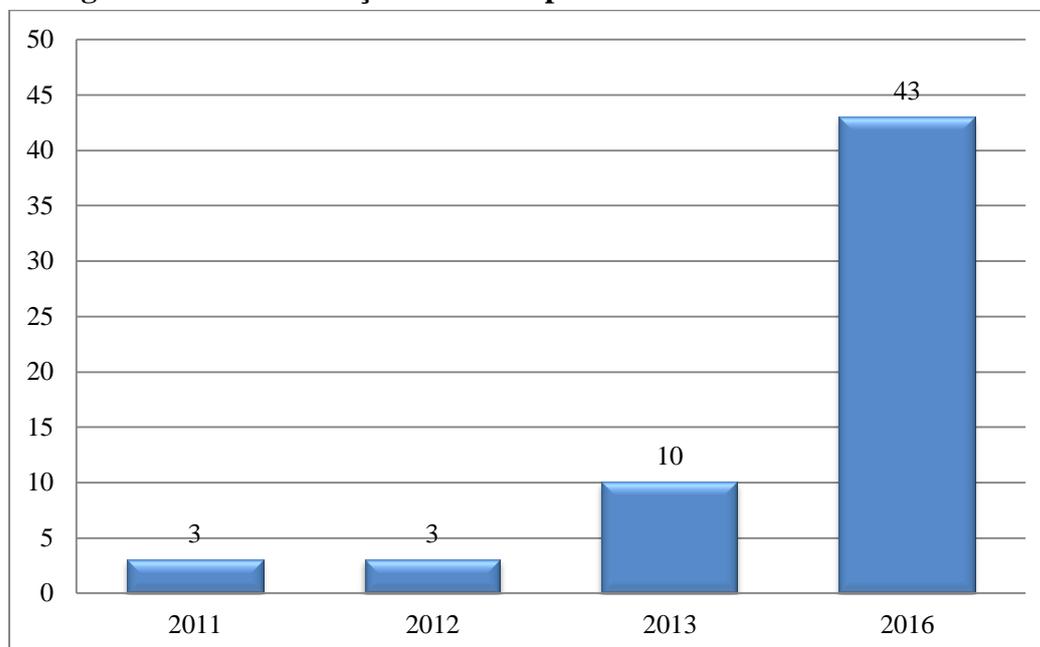
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As recomendações emitidas pela Controladoria-Geral da União – CGU, órgão de controle interno a que a UFRN está vinculada, são acompanhadas pela UFRN através do sistema Monitor da própria CGU. Nesse sistema, o órgão de controle cadastra as recomendações emitidas à UFRN quando da emissão de seus relatórios e a Universidade informa as providências adotadas para o atendimento de cada recomendação. O acompanhamento das recomendações é feito tanto pela CGU, ao analisar uma atualização de providência informada, quanto pela UFRN quando responde e também quando recebe o resultado da análise realizada pelo órgão de controle interno acerca da providência adotada.

Em consulta ao sistema Monitor, durante o exercício de 2017, a CGU inseriu 53 recomendações destinadas à UFRN, referentes à Nota de Auditoria nº 201405558-CGU, todas consideradas como atendidas ao final do período de referência.

Além dessas, a Universidade ainda possui 59 recomendações com pendências de atendimento referente a anos anteriores.

Figura 2 - Recomendações da CGU pendentes de atendimento em 31/12/2017



Fonte: Sistema Monitor - CGU

Conforme observado na Figura 2, de acordo com o sistema Monitor da CGU, existem três recomendações emitidas em 2011, três emitidas em 2012, dez emitidas em 2013 e 43 emitidas em 2016 que ainda se encontram pendentes de atendimento.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

As medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário envolvem a apuração de qualquer indício de irregularidade, cujo conhecimento pode ocorrer por meio de denúncia, representação ou conhecimento notório de algum fato. Em regra, essa apuração se inicia com um levantamento preliminar de informações e, se for o caso, culmina na abertura de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

A apuração no âmbito dos processos disciplinares é regida pelas Leis n.º 8.112/90, n.º 9.784/99, Regimento Geral da UFRN e pela Resolução n.º 36/2016 do Conselho Superior de Administração (CONSAD). Essa espécie de apuração é detalhada no item 5.3 "Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos".

Com base no controle de dados e atos quanto aos procedimentos disciplinares, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 02- Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
01			01					

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Em relação ao caso assinalado, na coluna “*outros casos*”, esclarece-se que se refere a processo em que houve perda de progressão vertical: 23077.022188/2017-13. Os descontos no contracheque do servidor estão sendo realizados desde o mês de dezembro de 2017, cujo valor total para ressarcimento é R\$ 26.024,33 (vinte e seis mil e vinte e quatro reais e trinta e três centavos).

Outros processos disciplinares foram instaurados no ano de 2017, ou tramitaram nele, com apuração inicial apontando para uma possível responsabilização por dano ao Erário. Esses processos estão contemplados em quantitativos constantes na 8ª tabela contida no item 5.3, sendo que, das apurações encerradas, no processo n.º 23077.022188/2017-13 é que foi possível atribuir responsabilidade e sua respectiva ação de restituição via folha de pagamento.

9.4 – Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993.

Essa UPC observa as disposições do art 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao pagamento das contratações de Bens, Serviços, Locações e Obras, através de controle realizado por Planilhas Eletrônicas, que fica disponível para consulta e conhecimento a qualquer momento por parte dos fornecedores, salvo quando presente relevantes razões de interesse público para a não observância.

O artigo em referência determina que cada Unidade da Administração, no pagamento das obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos, para cada fonte diferenciada de recurso. A unidade responsável pelos pagamentos dessa UPC recebe as demandas de pagamento de diversos setores internos, que são responsáveis pelos recebimentos dos Materiais e/ou Serviços e pelo ateste que foram efetivamente realizados, para posterior envio do processo ao setor responsável pelo pagamento.

Com a publicação, pelo MPOG, da IN nº 02/2016, de 06 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – Sigs, foi criada uma subdivisão por categorias de contratos, além de ficar definido como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, o recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato, considerando como ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Sendo assim, até meados de Julho/2017 essa UPC adotou integralmente a metodologia estabelecida pela IN nº 02/2016, achando por bem publicar uma portaria para regulamentar internamente esses procedimentos no âmbito da UFRN. Primeiramente foi publicada a Portaria nº 1.805/2017 – Gabinete do Reitor, com o objetivo de regulamentar a ordem cronológica de pagamentos das obrigações contratuais da UFRN.

Em decorrência do relatório da nossa Auditoria Interna, que solicitava a mudança e/ou inclusão de alguns itens nessa portaria, no dia 14/12/2017 foi editada a Portaria nº 2.492/2017 – Gabinete do Reitor, tornando a portaria anterior sem efeito e fazendo as alterações sugeridas pela AUDIN em seu relatório.

Durante o exercício de 2017 a planilha com a ordem cronológica de pagamento ficou disponível na secretaria da Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, tendo em vista a atualização que estava sendo feita no site eletrônico da Pró-Reitoria de Administração – PROAD. No dia 14/12/2017 o site da PROAD foi ao ar, e através do endereço [HTTP://www.proad.ufrn.br/documentos](http://www.proad.ufrn.br/documentos) qualquer interessado pode ter acesso não só a planilha com a ordem cronológica dos pagamentos, como aos normativos que tratam do assunto (IN e Portaria da UFRN) e a um arquivo com a orientação de uso da planilha.

Figura 3 – Modelo da planilha de controle da UPC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS							
RECURSOS TESOUREIRO NACIONAL - MEC (FONTE: 0100 E 0112)							
PAGAMENTOS A REALIZAR							
Classificação	Data Ateste	Data Inclusão	Processo	Favorecido	Ordem Pagto.	Valor	
Pequenos credores	23/10/2017	22/12/2017	81351/2017	LEANDRO SILVA REGIS DE OLIVEIRA 56575157149	(vazio)	R\$	610,90
Pequenos credores	31/10/2017	22/12/2017	69100/2017	BASPRIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	(vazio)	R\$	55,00
Pequenos credores	14/11/2017	22/12/2017	77818/2017	K S RODRIGUES DA SILVA - EPP	(vazio)	R\$	433,50
Pequenos credores	14/11/2017	22/12/2017	77364/2017	K S RODRIGUES DA SILVA - EPP	(vazio)	R\$	733,24
Pequenos credores	30/11/2017	22/12/2017	80577/2017	ISALTEC.COMERCIO DE INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA	(vazio)	R\$	1.644,08
Pequenos credores	01/12/2017	22/12/2017	81889/2017	N. SANTOS ACESSORIOS LTDA ME	(vazio)	R\$	260,00
Pequenos credores	01/12/2017	22/12/2017	81883/2017	N. SANTOS ACESSORIOS LTDA ME	(vazio)	R\$	780,00
Pequenos credores	01/12/2017	22/12/2017	81876/2017	LEANDRO SILVA REGIS DE OLIVEIRA 56575157149	(vazio)	R\$	11,60
Pequenos credores	01/12/2017	22/12/2017	81332/2017	K S RODRIGUES DA SILVA - EPP	(vazio)	R\$	43,84
Pequenos credores	01/12/2017	22/12/2017	80576/2017	BUYNET IMP. EXP. EIRELI - ME	(vazio)	R\$	7.860,00
Pequenos credores	04/12/2017	22/12/2017	81895/2017	RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAS LTDA - ME	(vazio)	R\$	766,85
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	79720/2017	J NUNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP	(vazio)	R\$	99,75
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	81384/2017	AGNUS COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	(vazio)	R\$	217,00
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	81379/2017	RCP COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS EIRELI - EPP	(vazio)	R\$	1.500,00
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	81378/2017	FUJISOM VIDEO FOTO E SOM LTDA - ME	(vazio)	R\$	6.032,00
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	81372/2017	BASPRIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	(vazio)	R\$	1.500,00
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	81325/2017	IJJ - COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICO LTDA - EPP	(vazio)	R\$	825,00
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	81324/2017	IJJ - COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICO LTDA - EPP	(vazio)	R\$	825,00
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	80786/2017	J NUNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP	(vazio)	R\$	34,10
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	80781/2017	J NUNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP	(vazio)	R\$	98,04
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	80778/2017	J NUNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP	(vazio)	R\$	4,76
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	80579/2017	J. L. DO B. GUIMARAES - JBX PRODUTOS EIRELI - ME	(vazio)	R\$	1.007,88
Pequenos credores	06/12/2017	22/12/2017	79795/2017	LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA - ME	(vazio)	R\$	1.000,00
Pequenos credores	07/12/2017	22/12/2017	79742/2017	J NUNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP	(vazio)	R\$	110,07
Pequenos credores	07/12/2017	22/12/2017	81359/2017	LEANDRO SILVA REGIS DE OLIVEIRA 56575157149	(vazio)	R\$	15,60
Pequenos credores	07/12/2017	22/12/2017	81237/2017	REJANE A. M. A. BAY - ME	(vazio)	R\$	3.837,86
Pequenos credores	07/12/2017	22/12/2017	80806/2017	PRO-INFO ENERGIA IN INTERRUPTA E INFORMATICA LTDA - EPP	(vazio)	R\$	636,00
Pequenos credores	07/12/2017	22/12/2017	80805/2017	PRO-INFO ENERGIA IN INTERRUPTA E INFORMATICA LTDA - EPP	(vazio)	R\$	3.612,00
Pequenos credores	11/12/2017	22/12/2017	81874/2017	LEANDRO SILVA REGIS DE OLIVEIRA 56575157149	(vazio)	R\$	58,40
Pequenos credores	11/12/2017	22/12/2017	81556/2017	J NUNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP	(vazio)	R\$	140,80

12/01/2018/17:32

1/2

Fonte: DCF/PROAD

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Considerando a suspensão liminar dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013, informa-se que no exercício de 2017 não foram realizadas revisões dos contratos visando administrativamente ao ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 3 – Despesas com Publicidade

Valores em R\$ 1,00

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2080 / 20RK	6.400,00	1.600,00
Legal	2080 / 20RK	91.188,49	51.237,43
Utilidade Pública	2080 / 20RK	250.600,00	-

Fonte: Tesouro Gerencial

A UFRN não tem nenhum contrato firmado com agências prestadoras de serviço de publicidade e propaganda para os serviços de Publicidade Institucional, Publicidade Mercadológica e Publicidade de Utilidade Pública, havendo apenas contratos para Publicidade Legal (publicações no diário oficial da união – DOU e em jornais de grande circulação).

Contudo, como detentora de duas emissoras abertas de radiodifusão, uma de televisão e outra de rádio, a Universidade recorre a uma sistemática de veiculação de conteúdo promocional junto a esses dois veículos, sendo que as peças publicitárias demandadas são elaboradas e produzidas internamente. Ao usar suas próprias mídias, frequentemente, a UFRN incumbe-se de realizar ações de PUBLICIDADE E PROPAGANDA (sob o conceito de Promoção Institucional). Para essa tarefa, a Instituição estruturou setor especializado, no caso uma Coordenadoria de Promoção Institucional instalada na Superintendência de Comunicação.

Os recursos empenhados em Publicidade Legal, referidos no quadro acima, foram destinados à publicação de atos oficiais da UFRN no Diário Oficial da União, por intermédio do Contrato nº 11/2017 firmado com a Imprensa Nacional; e à publicação de atos oficiais da UFRN em jornais impressos, por meio do Contrato nº 35/2013 com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O valor empenhado como despesas com Publicidade de Utilidade Pública, no valor de R\$ 250.600,00, foi decorrente de erro no momento do empenho. Em 2017 foram feitos 02 (dois) empenhos na natureza de despesa 339039.93 – Serviços de Publicidade de Utilidade Pública quando na verdade deveria ser na natureza 449039.93 – Aquisição de Software, pois ambos os empenhos eram referentes à aquisição de software, que são ativos intangíveis. Tal falha só foi identificada em 2018, e os empenhos já foram devidamente cancelados e corrigidos.

Já o valor de R\$ 6.400,00 referente à publicidade institucional foi decorrente da contratação de empresa para a divulgação de mídias do Instituto Metr pole Digital – IMD em site especializado, com 03 peças, sendo dois superbanners e um banner vertical.

9.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art.3º do Decreto 5.626/2005

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida efetivamente no ano de 2002, por meio da publicação da Lei nº 10.436, que a caracterizou como “um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria” e “oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 5.626 de 2005, regulamentou a Lei nº 10.436 de 2002. Os seus nove capítulos envolvem a garantia do direito à educação e à saúde às pessoas surdas, entre outros aspectos, e vem impactando a área de forma bastante significativa.

A partir da publicação do referido Decreto as instituições de educação superior têm enfrentado alguns desafios estabelecidos na norma, dentre elas, a que determina o art.3º do supracitado Decreto, ou seja, a inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, em caráter obrigatório.

Com a obrigatoriedade da oferta da disciplina em questão aos cursos de formação de professores, os desafios que se apresentaram, num primeiro momento, estavam relacionados à reformulação das estruturas curriculares dos cursos alvo, de forma a contemplar a disciplina de LIBRAS, bem como suas implicações: a contratação de docentes surdos ou ouvintes para ministrar a disciplina; a renovação de acervo bibliográfico a partir da aquisição de obras específicas que tratam do tema, dentre outros fatores.

A UFRN, com a finalidade de não só atender ao Decreto, mas também de efetivamente formar os futuros educadores de surdos numa perspectiva crítica, com um embasamento teórico sólido que venha a subsidiar a prática pedagógica, além de inserir a disciplina de Libras nos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura e de Fonoaudiologia, criou em 2013 o curso de Letras, Licenciatura, habilitação em LIBRAS, que teve seu funcionamento iniciado no período letivo 2013.2, e foi reconhecido em 2017, após avaliação externa realizada por especialistas do MEC/INEP, conforme Portaria nº 1.011 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior /MEC.

O anexo 6 apresenta os cursos de graduação da UFRN que ofertam Libras como disciplina obrigatória, atendendo na íntegra o art. 3º do Decreto-Lei nº 5.626 de 2005 que regulamentou a Lei nº 10.436.

ANEXOS

Anexo I

Principais Resoluções dos
Colegiados Superiores emitidas em
2017

Anexo 1: Quadro 01 - Resoluções 2017

Normativo/Data	Ementa
Resolução nº 001/2017-CONCURA, de 29 de março de 2017	Emite parecer na prestação de contas da Reitora da UFRN referente ao exercício de 2016.
Resolução nº 008/2017-CONSAD, de 30 de março de 2017	Dispõe sobre a cobrança de taxas para prestação de serviços de revalidação e reconhecimento de Diploma de curso de Graduação, de Mestrado e de Doutorado realizados no exterior.
Resolução nº 011/2017-CONSAD, de 06 de abril de 2017	Institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 012/2017-CONSAD, de 06 de abril de 2017	Regulamenta o Viver em Harmonia – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 016/2017-CONSAD, de 04 de maio de 2017	Institui a Política de Gestão de Riscos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e cria o Comitê de Governança, Riscos e Controles.
Resolução nº 019/2017-CONSAD, de 19 de maio de 2017	Aprova a distribuição interna dos recursos orçamentários do Tesouro Nacional, aprovados através da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, destinados a Outras Despesas Correntes e de Capital das Unidades que integram a estrutura acadêmica e administrativa da Universidade, para o exercício do ano de 2017.
Resolução nº 025/2017-CONSAD, de 29 de junho de 2017	Institui e regulamenta o Programa de Capacitação e Qualificação – PCQ dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 030/2017 – CONSAD, de 26 de julho de 2017	Regulamenta as atividades de prestação de serviços em projetos acadêmicos realizadas por servidores e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 039/2017 – CONSAD, de 21 de setembro de 2017	Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PGTIC/UFRN) e altera o Art. 2º da Resolução nº 056/2011-CONSAD, de 15 de dezembro de 2011, e o Art.10 da Resolução nº 016/2017-CONSAD, de 04 de maio de 2017.
Resolução nº 040/2017 – CONSAD, de 21 de setembro de 2017	Estabelece normas sobre a organização, elaboração e acompanhamento do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PLS – UFRN).
Resolução nº 062/2017-CONSAD, de 16 de novembro de 2017	Emite parecer favorável à criação da Biblioteca Setorial Moacyr de Góes do Centro de Educação – CE e a integra ao Sistema de Bibliotecas – SISBI, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 070/2017-CONSAD, de 07 de dezembro de 2017	Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 073/2017-CONSAD, de 20 de dezembro de 2017	Aprova o Plano Diretor do Campus de Santa Cruz, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 076/2017-CONSAD, de 21 de dezembro de 2017	Aprova o Plano de Gestão de Riscos – PGR, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 077/2017-CONSAD, de 21 de dezembro de 2017	Aprova o Plano de gestão de Logística Sustentável – PLS, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Resolução nº 017/2017-CONSEPE, de 21 de fevereiro de 2017	Institui a Política de Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 041/2017-CONSEPE, de 28 de março de 2017	Dispõe sobre a revalidação de diplomas de cursos de graduação emitidos por instituições estrangeiras de ensino superior.
Resolução nº 044/2017-CONSEPE, de 04 de abril de 2017	Dispõe sobre a Política Linguística da UFRN.

Resolução nº 067/2017-CONSEPE, 13 de junho de 2017	Regulamenta o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção na carreira do Magistério Superior Federal na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Resolução nº 069/2017-CONSEPE, de 20 de junho de 2017	Aprova as normas sobre a natureza, as condições de contratação e renovação e o Processo Seletivo de Professor Visitante e Professor Visitante Estrangeiro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 077/2017-CONSEPE, de 27 de junho de 2017	Dispõe sobre as modalidades e ações de extensão universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 181/2017-CONSEPE, de 14 de novembro de 2017	Aprova a política de melhoria da qualidade dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação oferecidos pela UFRN.
Resolução nº 182/2017-CONSEPE, de 14 de novembro de 2017	Institui a Política de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 189/2017-CONSEPE, de 20 de novembro de 2017	Dispõe sobre a Política de Internacionalização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 205/2017 - CONSEPE, de 19 de dezembro de 2017	Estabelece procedimentos e critérios para validação da autodeclaração de pessoas com deficiência nos processos seletivos para ingresso nos cursos de nível técnico e de Graduação da UFRN, em decorrência do disposto nas Leis no. 12.711/2012 e no. 13.409/2016, e dá outras providências.
Resolução nº 006/2017-CONSUNI, de 31 de março de 2017	Aprova a criação do Complexo de Esportes e Eventos – COESPE, Unidade Suplementar vinculada à Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em complemento ao disposto no inciso XIII, do art. 334, da Resolução no 020/2015-CONSUNI, de 04 de novembro de 2015, que aprovou o Regimento Interno da Reitoria da UFRN.
Resolução nº 007/2017-CONSUNI, de 31 de março de 2017	Aprova Regimento Interno do Complexo de Esportes e Eventos – COESPE, Unidade Suplementar vinculada à Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 009/2017-CONSUNI, de 29 de maio de 2017	Aprova Regimento Interno do Núcleo de Arte e Cultura – NAC, Unidade Suplementar vinculada à Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
Resolução nº 016/2017-CONSUNI, de 02 de agosto de 2017	Dispõe sobre alterações ao Regimento Interno do Instituto Metrópole Digital da UFRN instituído através da Resolução nº 032/2015-CONSUNI, de 07 de dezembro de 2015, e cria o Parque Tecnológico Metrópole Digital.

Fonte: Sítio Eletrônico da UFRN. Disponível em https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/colégiados/filtro_busca.jsf. Acesso em 23 jan 2018.

Anexo II

Unidades Organizacionais

Anexo 2: Quadro 03 - Unidades Organizacionais

GRUPO	UNIDADES ORGANIZACIONAIS	QUANTIDADE DE UNIDADES/GRUPO
Reitoria	Gabinete do Reitor	20
	Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD	
	Pró-reitoria de Pesquisa – PROPESQ	
	Pró-reitoria de Pós-Graduação – PPg	
	Pró-reitoria de Extensão – PROEX	
	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE	
	Pró-reitoria de Planejamento e Coordenação Geral – PROPLAN	
	Pró-reitoria de Administração – PROAD	
	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP	
	Secretaria de Educação à Distância – SEDIS	
	Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais – SRI	
	Secretaria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica – SEBTT	
	Secretaria de Gestão de Projetos – SGP	
	Superintendência de Infraestrutura – INFRA	
	Superintendência de Informática – SINFO	
	2) Centros Acadêmicos	
Auditoria interna		
Assessoria de Acompanhamento das Ações dos Hospitais Universitários		
Assessoria de Comunicação		
Procuradoria Jurídica		
Centro de Biociências – CB		
Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET		
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA		
3) Unidades Acadêmicas Especializadas	Centro de Ciências da Saúde – CCS	9
	Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA	
	Centro de Educação – CE	
	Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES (2)	
	Centro de Tecnologia – CT	
	Escola Agrícola de Jundiá – EAJ – Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias	
	Escola de Ciências e Tecnologia – ECT	
	Escola de Saúde da UFRN – ESUFRN – Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde	
	Escola de Música – EMUFRN	
4) Unidades Suplementares	Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte – EMCM	13
	Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí – FACISA	
	Instituto do Cérebro	
	Instituto de Química -	
	Instituto Metrópole Digital- IMD	
	Instituto Internacional de Física – IIF	
	Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte – IMT-RN	
	Núcleo Permanente de Concursos – COMPERVE	
Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM (20 setoriais)		
Hospital Universitário Onofre Lopes		
Maternidade Escola Januário Cicco		
Hospital Universitário Ana Bezerra		
Superintendência de Comunicação – COMUNICA		

	Editoria Universitária – EDUFRN	
	Museu Câmara Cascudo – MCC	
	Complexo de Esportes e Eventos- COESPE	
	Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos – NUPLAM	
	Núcleo de Arte e Cultura – NAC	
5) Núcleos Interdisciplinares de Estudos	Núcleo Avançado de Políticas Públicas	8
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saúde Coletiva e Nutrição	
	Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-rio-grandense	
	Núcleo de Aquicultura e Pesca	
	Núcleo de Educação para Ciência	
	Núcleo de Estudos do Petróleo e Energias Renováveis	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Meio Ambiente	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, gênero e direitos humanos – TIRÉSIAS	
	58	
	58	

Fonte: Estatuto da UFRN

Anexo III

Informações sobre as áreas ou
subunidades estratégicas

Anexo 3: Quadro 04 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
UNIDADES DE ACESSORIA/FISCALIZAÇÃO				
Chefia de Gabinete	Auxiliar direta e pessoalmente o Reitor e o Vice-reitor no desempenho de obrigações funcionais, inerentes ao exercício da Reitoria.	Célia Maria da Rocha Ribeiro	Chefe de Gabinete	2017
Procuradoria Jurídica	Promover o assessoramento jurídico da Universidade, que será prestado pela Procuradoria Geral Federal, nos termos da legislação vigente.	Giuseppi da Costa	Procurador Geral	2017
Auditoria Interna	Assessorar ao Reitor e aos demais gestores da UFRN no cumprimento de metas , na comprovação da legalidade e na avaliação de resultados , quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão.	Halcima Melo Batista	Auditora Geral	2017
Ouvidoria	Buscar soluções para as demandas da sociedade à UFRN, oferecendo informações e recebendo sugestões que visem a contribuir para a melhoria de suas atividades.	Joseleno Marques	Ouvidor	2017
Assessoria de Acompanhamento das Ações dos Hospitais Universitários	Assessorar o Reitor em assuntos inerentes aos hospitais universitários e acompanhar e avaliar a execução das ações nesses hospitais	Juarez da Costa Ferreira	Assessor	2017
Assessoria de Comunicação	Planejar, coordenar e executar a divulgação de ações administrativas, eventos ou outras matérias de interesse da Reitoria, seja no âmbito interno ou externo; responsabilizar-se pela intermediação de matérias e entrevistas, sugestão de pautas e coordenação dos contatos da mídia com o Reitor; manter o Reitor informado sobre o noticiário referente às atividades universitárias e assessorá-lo, quando solicitada; exercer a função de porta-voz do Reitor nos contatos com a imprensa, sempre que solicitado; desenvolver articulações permanentes com assessorias de comunicação de outras instituições federais de ensino superior; sugerir medidas ou promoções que visem a uma maior integração com a comunidade universitária.	Francisca Sirleidey Pereira (13 Agosto/2017) Wilson Galvão de Freitas Teixeira (14 Agosto/2017)	Assessora	2017
PRÓ-REITORIAS E UNIDADES COM NATUREZA DE SECRETARIA				
Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação Geral – PROPLAN	Dirigir e coordenar o sistema de planejamento.	João Emanuel Evangelista de Oliveira	Pró-Reitor	2017

Pró-Reitoria de Administração – PROAD	Supervisionar e coordenar as áreas de contabilidade, finanças, material, patrimônio, segurança, transportes e serviços gerais.	Anailson Márcio Gomes	Pró-Reitor	2017
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP	Planejar e gerir administrativamente a formulação e implementação da política de gestão de pessoas da Universidade, sendo também responsável por supervisionar e coordenar as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano de Gestão, aprovados pelo Conselho Universitário, na UFRN.	Mirian Dantas dos Santos	Pró-Reitora	2017
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE	Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de assistência ao estudante, em articulação com as ações acadêmicas, no decorrer de sua trajetória universitária.	Edmilson Lopes Júnior	Pró-Reitor	2017
Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD	Planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de ensino de graduação.	Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá	Pró-Reitora	2017
Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PPG	Propor, gerir, supervisionar e avaliar as políticas de pós-graduação e de capacitação docente.	Rubens Maribondo do Nascimento	Pró-Reitor	2017
Pró-Reitoria de Extensão – PROEX	Planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades de extensão universitária.	Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes	Pró-Reitora	2017
Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ	Propor, coordenar, executar e avaliar as políticas de pesquisa científica e tecnológica e de inovação.	Jorge Tarcísio da Rocha Falcão	Pró-Reitor	2017
Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais – SRI	Promover, coordenar, estimular, supervisionar, controlar e avaliar as atividades internacionais e as ações de mobilidade acadêmica nacional e internacional.	Márcio Venício Barbosa	Secretário	2017
Secretaria de Educação à Distância - SEDIS	Articular e pelo fomentar programas e políticas, em nível institucional, das ações de educação à distância, bem como por suporte e assessoria a essas ações.	Maria Carmem Freire Diógenes Rego	Secretária	2017

Secretaria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica SEBTT	Planejar, acompanhar e avaliar políticas e atividades realizadas no âmbito das Unidades de Educação Básica, Técnica e Tecnológica.	Zilmar Rodrigues de Souza	Secretário	2017
Secretaria de Gestão de Projetos SGP	Promover a divulgação e aplicação do conhecimento científico produzido pela Universidade, através do gerenciamento de ações internas e externas em articulação com a sociedade, concretizadas em projetos acadêmicos voltados à promoção do desenvolvimento econômico e social.	Josué Vitor de Medeiros Júnior	Secretário	2017
Superintendência de Informática – SINFO	Gerenciar as atividades de informática na UFRN, por meio da gestão dos sistemas de gestão integrados e da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação atualizados e disponíveis aos usuários.	Apuena Vieira Gomes	Superintendente	2017
Superintendência de Infraestrutura – SIN	Propor e gerenciar as atividades de infraestrutura.	Marcelo Bezerra de Melo Tinoco (28 janeiro /2017) Cássio Câmara Freire (29 janeiro a 16 fevereiro /2017) Luiz Pedro de Araújo (17 fevereiro/2017)	Superintendente	2017
CENTROS ACADÊMICOS				
Centro de Biociências - CB	Oferecer Cursos de Graduação e Programas de Pós-graduação nas Ciências Biológicas e áreas afins, contemplando a iniciação científica dos estudantes, assim como capacitar os corpos docente, discente e técnico-administrativo.	Graco Aurélio Câmara de Melo Viana	Diretor de Centro	2017
Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET	Desenvolver, academicamente, os Cursos de Graduação e os Programas de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, integrando a iniciação científica, iniciação tecnológica e estágio dos estudantes.	Djalma Ribeiro da Silva	Diretor de Centro	2017
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA	Realizar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, promover a integração entre as várias áreas de conhecimento do	Maria das Graças Soares Rodrigues	Diretora de Centro	2017

	Centro, divulgação das atividades do Centro.			
Centro de Ciências da Saúde - CCS	Promover o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, incentivar a capacitação de seu pessoal docente e técnico-administrativo, desenvolver a qualificação de seu pessoal discente, desenvolver uma política voltada para os interesses da sociedade e em particular do Estado do Rio Grande do Norte.	Hênio Ferreira de Miranda	Diretor de Centro	2017
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	Fomentar o desenvolvimento acadêmico dos Cursos e os Programas de Graduação e de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, a reflexão filosófico-crítica, a investigação científica e a construção do conhecimento por meio da pesquisa; promover a extensão universitária com a aplicação e a transferência do conhecimento, a capacitação e a formação de seus quadros docente e técnico- administrativo.	Maria Arlete Duarte de Araújo	Diretora de Centro	2017
Centro de Educação - CE	Desenvolver, academicamente, os Cursos e os Programas de Graduação, de Pós-Graduação e de Formação Continuada, na área das Ciências da Educação, integrando a iniciação científica dos estudantes, a reflexão filosófico-crítica, a investigação científica e a construção do conhecimento por meio da integração da pesquisa, do ensino e da extensão, a promoção da extensão universitária com a aplicação e a transferência do conhecimento produzido, a capacitação e a formação de seus quadros docente e técnico- administrativo.	Márcia Maria Gurgel Ribeiro	Diretora de Centro	2017
Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES	Ministrar o ensino superior nas áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos de graduação e os cursos e programas de Pós-Graduação nele existentes; contribuir para a melhoria educacional e socioeconômica da região do Seridó e de áreas adjacentes, observando as peculiaridades de sua cultura; formar e capacitar profissionais, atualizando seus conhecimentos através de projetos, cursos, programas e eventos de extensão; desenvolver e difundir a pesquisa científica, estabelecendo uma relação entre teoria e prática com vistas à aplicabilidade dos seus resultados.	Sandra Kelly de Araújo	Diretora de Centro	2017
Centro de Tecnologia - CT	Desenvolver, academicamente, os Cursos de Graduação e os Programas de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, integrando a iniciação científica, iniciação tecnológica e estágio dos estudantes.	Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara de Queiroz	Diretor de Centro	2017

UNIDADES ACADÊMICAS ESPECIALIZADAS				
Escola Agrícola de Jundiá - EAJ - Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias	Promover o desenvolvimento do ensino voltado para a agropecuária em seus diversos níveis, no âmbito da UFRN, com o objetivo de atender as necessidades profissionais da sociedade local, regional e nacional através da inserção de cursos já existentes na universidade, ligados às Ciências Agrárias e a implantação de novos cursos de formação tecnológica em níveis médio, de graduação e de pós-graduação na mesma área de conhecimento.	Júlio César de Andrade Neto	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2017
Escola de Ciências e Tecnologia - ECT	Promover o desenvolvimento dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, integrando a iniciação científica, a iniciação tecnológica, as atividades de estágio dos estudantes, assim como outras atividades necessárias à formação discente.	Douglas do Nascimento Silva	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2017
Escola de Música - EMUFRN	Cumprir objetivos especiais de ensino, pesquisa e extensão em música, além de promover o desenvolvimento musical em suas diversas modalidades no âmbito da Universidade e da sociedade como um todo.	Jean Joubert Freitas Mendes	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2017
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí - FACISA	Oferecer um ensino de excelência para a formação de profissionais, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde das áreas de formação, além de desenvolver pesquisas voltadas à solução de problemas de saúde relacionados à população e atividades de extensão, promovendo também assistência aos estudantes.	Edvaldo Vasconcelos de Carvalho Filho	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2017
Instituto de Química	Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, das pesquisas e da extensão na área.	Ótom Anselmo de Oliveira	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2017
Instituto do Cérebro - IC	Permitir, por meio do ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde e educação, com particular ênfase em Neurociências, desenvolvendo pesquisas voltadas à aplicação clínica das Neurociências, em especial no que diz respeito à neurologia, psiquiatria, neurocirurgia, fisioterapia, fonoaudiologia e neuroprostética, também cabe ao Instituto desenvolver atividades de extensão de forma a contribuir para melhoria da saúde da população, com foco nas cidades de Natal e Macaíba (RN);	Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2017
Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte	Promover a formação de profissionais de saúde no interior do Rio Grande do Norte, tanto em nível da graduação em Medicina quanto	George Dantas de Azevedo	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2017

- EMCM	da especialização (residências) e da pós-graduação <i>stricto sensu</i> ; desenvolver pesquisas voltadas para a solução de problemas de saúde da população e realizar atividades de extensão, promovendo também assistência aos estudantes.			
Instituto Metrôpole Digital - IMD	Articular ações internas e externas que visem ampliar os mecanismos de cooperação com outras instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento, empresas e demais entidades da sociedade civil e órgãos nacionais e internacionais do setor de Tecnologia da Informação (TI) e prover suporte para desenvolvimento na UFRN de pesquisas científicas e tecnológicas, além de contribuir para a consolidação da infra-estrutura de pesquisa, ensino e extensão em TI na UFRN.	José Ivonildo do Rego	Diretor do Instituto	2017
Escola de Saúde - ESUFRN - Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde	Planejar, executar e avaliar programas de formação de profissionais na área da saúde e, simultaneamente, desenvolver, preservar e difundir conhecimentos.	Edilene Rodrigues da Silva	Diretora da Escola	2017
UNIDADES SUPLEMENTARES				
Superintendência de Comunicação -COMUNICA	Integrar, através dos seus veículos, as ações na área de comunicação, visando otimizar e implementar a política de comunicação interna e externa.	José Zilmar Alves da Costa	Superintendente	2017
Instituto Internacional de Física - IIF	Desenvolver e realizar pesquisas científicas na sua área de atuação, além de exercer papel decisivo em prol do desenvolvimento científico do País, servindo como ligação entre os setores de pesquisa básica e aplicada em áreas estratégicas para a economia brasileira.	Álvaro Ferraz Filho	Diretor do Instituto	2017
Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte - IMT-RN	Articular ações internas e externas visando ampliar os mecanismos de cooperação entre a UFRN e outras instituições, assim como fornecer suporte para desenvolvimento de pesquisas na área de doenças infecciosas, apoiando atividades de ensino, extensão e divulgação na área de doenças infecciosas.	Selma Maria Bezerra Jerônimo	Diretora do Instituto	2017
Biblioteca Central Zila Mamede - BCZM	Administrar, planejar, coordenar e fiscalizar as atividades do Sistema de Bibliotecas-SISBI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	Magnólia de Carvalho Andrade	Diretora da Biblioteca	2017
Editora Universitária - EDUFRN	Editar obras de natureza cultural e acadêmica nas diversas áreas do conhecimento, divulgar a produção acadêmica e editar documentos	Luis Álvaro Sgadari Passegi	Diretora da Editora	2017

	de interesse da Instituição, incentivar a produção e buscar parcerias coeditoriais para a publicação de material didático oriundo de pesquisas e de atividades de extensão desenvolvidas na UFRN, assim como contribuir para a ampliação do acervo da Biblioteca Central Zila Mamede e das bibliotecas setoriais da UFRN.			
Museu Câmara Cascudo - MCC	Preservar, conservar e divulgar as ciências naturais e antropológicas objetivando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.	Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos (19 fevereiro 2017) Everardo Araújo Ramos (20 fevereiro 2017)	Diretora do Museu	2017
Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos - NUPLAM	Desenvolver atividades de produção de medicamentos para apoio ao Sistema Único de Saúde, Hospital Universitário e Secretarias Municipais de Saúde, além de contribuir com o campo de estágios supervisionados específicos, abrangendo diferentes cursos de graduação.	Carlos José de Lima	Diretor do Núcleo	2017
Núcleo Permanente de Concursos - COMPERVE	Realizar processos seletivos, concursos públicos, estudos e pesquisas, avaliações e análises de situações educacionais e afins. Além de subsidiar as instâncias acadêmicas da Universidade com informações sobre ingresso, permanência e trajetória de alunos da UFRN.	Magda Maria Pinheiro de Melo	Diretora do Núcleo	2017
Núcleo de Arte e Cultura - NAC	Fomentar a formação, difusão e articulação do patrimônio artístico-cultural da UFRN, assessorando a Reitoria na gestão da política cultural da instituição e contribuindo para a memória e a preservação desse patrimônio.	Teodora de Araújo Alves	Diretor do Núcleo	2017
Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL	Promover de forma integrada o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência, no âmbito das ciências da saúde.	Stênio Gomes da Silveira	Superintendente do Hospital	2017
Maternidade Escola Januário Cicco	Funcionar como um campo de ensino e aplicação prática para as profissões da área da saúde, cumprindo um meritório trabalho de ensino, pesquisa e atenção à população pobre.	Kleber de Melo Moraes (31 agosto de 2017) Luiz Murillo Lopes de Britto	Superintendente da Maternidade	2017

		(01 setembro de 2017)		
Hospital Universitário Ana Bezerra	Assistir a saúde do município de Santa Cruz e cidades vizinhas, recebendo acadêmicos de vários cursos na nossa universidade oferecendo a esses, um estágio prático e colaborativo, no atendimento prestado.	Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa	Superintendente do Hospital	2017
Complexo de Esportes e Eventos COESPE	Atender a comunidade universitária e a população; oferecer ao esporte conhecimento técnico-científico produzido na Universidade; promover o esporte de inclusão e o entretenimento; e apoiar o desenvolvimento de atletas de alto rendimento.	Suzet de Araújo Tinoco Cabral (30 julho 2017) José Pereira de Melo (31 julho 2017)	Diretora do Complexo	2017

Fonte: PROGESP - UFRN

Anexo V

Demonstrações contábeis exigidas
pela Lei nº 4.320 e Notas
Explicativas

Anexo 4: Quadro 05 – Resumo Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição do processo	Produtos e Serviços	Principais Beneficiários	Unidades acadêmico-administrativas responsáveis
<p align="center">Promover o ensino de graduação</p>	<p>Ofertar à população formação acadêmica e profissional de nível superior, em nível de bacharelado, licenciatura e tecnológico, com ingresso por meio do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e da seleção do SiSU (Sistema de Seleção Unificada) utilizado pelo MEC.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadastro na UFRN dos alunos selecionados pelo SiSU. - Matrícula nos componentes curriculares do 1º período do curso escolhido. - A partir do 2º período o aluno faz a sua matrícula por meio do SIGAA. - Avaliação da aprendizagem e da assiduidade conforme o título VII do Regulamento de Graduação da UFRN. - Mensuração do rendimento acadêmico acumulado conforme o título VIII do Regulamento de Graduação da UFRN. - Verificação da Integralização curricular e diplomação. 	<p>Formação acadêmica e profissional de nível superior, com Diplomação de graduados</p>	<p>Portadores de certificado de conclusão do ensino médio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PROGRAD. - Centros acadêmicos. - Unidades acadêmicas especializadas. - Departamentos acadêmicos. - Coordenações dos Cursos de graduação.

<p>Promover o Ensino de pós-graduação</p>	<p>Desenvolvimento das atividades de ensino de pós-graduação, permitindo a educação continuada aos portadores de diplomas de graduação, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento da ciência e com as demandas da sociedade norte-rio-grandense se caracterizando como um importante instrumento de qualificação acadêmica e profissional.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação e aprovação dos programas de cursos de pós-graduação nos conselhos de centro ou de unidade acadêmica. - Aprovação da proposta pela Comissão de Pós-graduação da PROPESQ. - Encaminhamento de propostas de programas ou cursos à apreciação da CAPES. - Publicação de edital. - Processo seletivo por meio de provas, defesa de projeto e/ou análise de currículo científico. - Matrícula nas vagas disponíveis. - Frequência dentro do percentual exigido. - Exames de qualificação. - Exames de proficiência. - Defesa de Tese ou Dissertação. - Diplomação. 	<p>Formação de mestres e doutores.</p>	<p>de Portadores de diploma e de nível superior.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PPG. - Centros acadêmicos. - Departamentos acadêmicos. - Colegiados de cursos de pós-graduação. - Coordenações de cursos de pós-graduação.
--	---	--	--	--

<p>Promover a Extensão universitária</p>	<p>Atividade orientada para promover a interação transformadora entre a instituição universitária e as demais instituições, órgãos, grupos e movimentos sociais, mediante programas e projetos científicos, culturais, educativos e artísticos.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e cadastro da Proposta de projeto de extensão por docente ou servidor técnico. - Aprovação da proposta pelo Departamento. - Aprovação pela comissão de Extensão da Pró-reitoria. - Execução do projeto. - Apresentação do relatório final. - Certificação do projeto de extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos e eventos ofertados à sociedade. - Programas e Projetos desenvolvidos com a comunidade interna e externa. - Feiras de Ciências e Tecnologia. - Campanhas 	<p>Sociedade em geral. Comunidade Acadêmica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PROEX. - Departamentos acadêmicos.
<p>Promover a pesquisa</p>	<p>Desenvolvimento da pesquisa qualificada e identificada com os interesses socioeconômicos do estado e do país.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de projetos de pesquisa por um docente e cadastro no SIGAA. - Aprovação pelos avaliadores cadastrados na PROPESQ. - Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, Comitê de Ética no uso de seres humanos na pesquisa e Comitê de Ética no uso de animais em pesquisa. - Apreciação pela Comissão de Pesquisa da PROPESQ. - Realização da pesquisa. - Apresentação de relatório final e publicação dos resultados científicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação de relatório final. - Submissão de artigos científicos para periódicos especializados. - Publicação de livros ou capítulos de livros. - Publicação dos resultados obtidos na pesquisa. 	<p>Sociedade em geral. Comunidade Acadêmica e científica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PROPESQ. - Centros acadêmicos. - Departamentos acadêmicos. - Colegiados de cursos de pós-graduação. - Comitê de Ética em Pesquisa, Comitê de Ética no uso de seres humanos na pesquisa e Comitê de Ética no uso de animais em pesquisa

Fonte: PROPLAN – UFRN.

Anexo V

Demonstrações contábeis exigidas
pela Lei nº 4.320 e Notas
Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.333.307.518,43	1.223.754.000,80	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.333.307.518,43	1.223.754.000,80

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	108.184.033,41	68.175.357,43	PASSIVO FINANCEIRO	287.440.439,15	135.831.880,19
ATIVO PERMANENTE	1.225.123.485,02	1.155.578.643,37	PASSIVO PERMANENTE	959.944.645,10	959.035.470,11
			SALDO PATRIMONIAL	85.922.434,18	128.886.650,50

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	300.586.086,19	204.654.091,45	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	830.886,69	4.849.534,73
Execução dos Atos Potenciais Ativos	300.586.086,19	204.654.091,45	Execução dos Atos Potenciais Passivos	830.886,69	4.849.534,73
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	10.926.497,28	10.926.497,28	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	285.586.045,36	187.817.618,04	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	830.886,69	4.849.534,73
Direitos Contratuais a Executar	4.073.543,55	5.909.976,13	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	300.586.086,19	204.654.091,45	TOTAL	830.886,69	4.849.534,73

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-134.207.425,97
Recursos Vinculados	-45.048.979,77
Educação	-80.751.989,05
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-15.804.985,95
Operação de Crédito	-496.179,13
Doações	-428.674,64
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	52.376.410,13
Outros Recursos Vinculados a Fundos	56.438,87
TOTAL	-179.256.405,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	29.236.480,60	37.409.705,77	Despesas Orçamentárias	1.966.373.815,41	1.647.046.513,93
Ordinárias	466.179,20	378.312,90	Ordinárias	412.215.225,07	436.239.953,91
Vinculadas	28.975.284,12	37.244.079,77	Vinculadas	1.554.158.590,34	1.210.806.560,02
Educação	238.739,32		Educação	968.222.788,11	997.307.207,52
Alienação de Bens e Direitos	10.050,00	12.335,00	Seguridade Social (Exceto RGPS)	558.735.585,91	189.884.430,14
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	28.726.494,80	37.231.744,77	Operação de Crédito	1.075.000,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-204.982,72	-212.686,90	Doações	443.200,10	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	25.477.416,74	21.663.291,33
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	204.599,48	1.951.631,03
Transferências Financeiras Recebidas	1.992.119.578,61	1.766.306.506,37	Transferências Financeiras Concedidas	177.752.048,68	162.072.820,78
Resultantes da Execução Orçamentária	1.885.332.940,52	1.683.868.391,69	Resultantes da Execução Orçamentária	169.768.204,43	157.005.706,31
Repasse Recebido	1.715.802.374,92	1.528.318.078,56	Repasse Concedido	237.638,83	1.455.393,18
Sub-repasse Recebido	169.530.565,60	155.550.313,13	Sub-repasse Concedido	169.530.565,60	155.550.313,13
Independentes da Execução Orçamentária	106.786.638,09	82.438.114,68	Independentes da Execução Orçamentária	7.983.844,25	5.067.114,47
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	103.830.689,63	78.737.856,77	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.112.959,93	4.503.586,73
Demais Transferências Recebidas	144.149,00	630.527,76	Movimento de Saldos Patrimoniais	870.884,32	563.527,74
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.811.799,46	3.069.730,15	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	261.601.047,41	110.713.644,09	Despesas Extraorçamentárias	98.762.678,96	88.815.420,00
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.611.389,34	5.770.911,32	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.528.968,92	25.081.024,83
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	255.687.336,50	102.478.834,97	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	89.032.773,69	61.270.497,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.302.291,57	2.433.787,80	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.200.936,35	2.433.787,80
Outros Recebimentos Extraorçamentários	30,00	30.110,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	30.110,00
Restituições a Pagar	30,00		Demais Pagamentos		30.110,00
Arrecadação de Outra Unidade		30.110,00			
Saldo do Exercício Anterior	68.115.469,84	51.620.368,32	Saldo para o Exercício Seguinte	108.184.033,41	68.115.469,84
Caixa e Equivalentes de Caixa	68.115.469,84	51.620.368,32	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.184.033,41	68.115.469,84
TOTAL	2.351.072.576,46	1.966.050.224,55	TOTAL	2.351.072.576,46	1.966.050.224,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	30.382.007,00	30.382.007,00	29.236.480,60	-1.145.526,40
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	8.935.151,00	8.935.151,00	7.228.663,74	-1.706.487,26
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.187.400,00	4.187.400,00	1.914.259,19	-2.273.140,81
Valores Mobiliários	4.747.751,00	4.747.751,00	5.314.404,55	566.653,55
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	21.350.052,00	21.350.052,00	20.737.659,19	-612.392,81
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	21.251.576,00	21.251.576,00	20.561.896,57	-689.679,43
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	98.476,00	98.476,00	175.762,62	77.286,62
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	96.804,00	96.804,00	1.270.157,67	1.173.353,67
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	16.351,00	16.351,00	3.480,72	-12.870,28
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.152,00	3.152,00	1.266.676,95	1.263.524,95
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	77.301,00	77.301,00	-	-77.301,00
RECEITAS DE CAPITAL	156.919,00	156.919,00	-	-156.919,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	156.919,00	156.919,00	-	-156.919,00
Alienação de Bens Móveis	156.919,00	156.919,00	-	-156.919,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	30.538.926,00	30.538.926,00	29.236.480,60	-1.302.445,40
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	30.538.926,00	30.538.926,00	29.236.480,60	-1.302.445,40
DEFICIT			1.937.137.334,81	1.937.137.334,81
TOTAL	30.538.926,00	30.538.926,00	1.966.373.815,41	1.935.834.889,41
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.564.798.234,00	1.648.077.555,00	1.881.335.069,20	1.702.819.991,68	1.698.265.045,08	-233.257.514,20
Pessoal e Encargos Sociais	1.340.631.324,00	1.417.145.568,00	1.410.730.229,49	1.410.730.229,49	1.410.730.229,49	6.415.338,51
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	224.166.910,00	230.931.987,00	470.604.839,71	292.089.762,19	287.534.815,59	-239.672.852,71
DESPESAS DE CAPITAL	79.797.636,00	75.422.501,00	85.038.746,21	7.866.487,23	7.810.044,49	-9.616.245,21
Investimentos	79.797.636,00	75.422.501,00	85.038.746,21	7.866.487,23	7.810.044,49	-9.616.245,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.644.595.870,00	1.723.500.056,00	1.966.373.815,41	1.710.686.478,91	1.706.075.089,57	-242.873.759,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.644.595.870,00	1.723.500.056,00	1.966.373.815,41	1.710.686.478,91	1.706.075.089,57	-242.873.759,41
TOTAL	1.644.595.870,00	1.723.500.056,00	1.966.373.815,41	1.710.686.478,91	1.706.075.089,57	-242.873.759,41

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.945.075,66	60.750.634,50	53.047.103,56	52.824.238,68	3.457.880,53	15.413.590,95
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.945.075,66	60.750.634,50	53.047.103,56	52.824.238,68	3.457.880,53	15.413.590,95
DESPESAS DE CAPITAL	10.671.371,01	41.728.200,47	36.210.737,64	36.208.535,01	7.508.894,53	8.682.141,94
Investimentos	10.671.371,01	41.728.200,47	36.210.737,64	36.208.535,01	7.508.894,53	8.682.141,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	21.616.446,67	102.478.834,97	89.257.841,20	89.032.773,69	10.966.775,06	24.095.732,89

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.622.994,34	7.131.019,62	5.998.143,23	214.188,37	2.541.682,36
Pessoal e Encargos Sociais	-	45.974,74	5.531,69	40.443,05	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.622.994,34	7.085.044,88	5.992.611,54	173.745,32	2.541.682,36
DESPESAS DE CAPITAL	2.485.372,99	389.220,07	2.530.825,69	48.846,06	294.921,31
Investimentos	2.485.372,99	389.220,07	2.530.825,69	48.846,06	294.921,31
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	4.108.367,33	7.520.239,69	8.528.968,92	263.034,43	2.836.603,67



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.181.400.181,17	1.864.378.658,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	22.654.200,47	31.469.239,74
Venda de Mercadorias	877,50	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	22.653.322,97	31.469.239,74
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.873.775,66	5.149.226,60
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.692,64	4.634,65
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.868.083,02	5.144.591,95
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.007.976.615,89	1.779.754.334,20
Transferências Intragovernamentais	1.992.173.578,61	1.766.306.506,37
Transferências Intergovernamentais	-	29.762,22
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	15.803.037,28	13.418.065,61
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	143.559.658,31	47.342.361,94
Reavaliação de Ativos	143.271.360,64	27.367.947,26
Ganhos com Alienação	-	38.215,68
Ganhos com Incorporação de Ativos	20.063,24	4.014.873,21
Ganhos com Desincorporação de Passivos	268.234,43	15.921.325,79
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.335.930,84	663.495,61
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.335.930,84	663.495,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.001.239.797,78	2.750.430.518,02
Pessoal e Encargos	927.765.210,71	851.102.259,48
Remuneração a Pessoal	730.432.154,23	665.858.618,65
Encargos Patronais	146.361.910,33	133.311.557,13
Benefícios a Pessoal	50.755.009,41	51.794.907,49
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	216.136,74	137.176,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	534.968.850,88	460.785.856,32
Aposentadorias e Reformas	468.449.665,81	402.769.744,11
Pensões	65.783.041,94	57.397.283,78
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	736.143,13	618.828,43
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	297.655.884,10	241.888.187,52
Uso de Material de Consumo	16.015.348,60	16.010.362,52
Serviços	224.076.095,15	186.729.850,64
Depreciação, Amortização e Exaustão	57.564.440,35	39.147.974,36
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	34.572,56	10.417,70
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	24.704,45	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	9.868,11	10.417,70
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	187.914.720,56	185.732.743,83
Transferências Intragovernamentais	177.752.048,68	162.072.820,78
Transferências Intergovernamentais	-	20.620.484,78
Transferências a Instituições Privadas	83.035,26	111.846,95
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	10.079.636,62	2.927.591,32
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.790.403,62	10.821.593,80
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.005.745,58	396,99
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	566.144,92	608.006,97
Incorporação de Passivos	54.000,00	-
Desincorporação de Ativos	164.513,12	10.213.189,84



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 19/01/2018	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	2.173.754,70	2.889.229,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	413.216,01	378.234,55
Contribuições	1.760.538,69	2.510.994,65
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	48.936.400,65	997.200.230,17
Premiações	10.190,00	114.500,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	48.572.296,49	45.931.384,33
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	950.803.767,23
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	353.914,16	350.578,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	180.160.383,39	-886.051.859,93

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	86.617.968,76	67.064.628,70
INGRESSOS	2.022.658.380,78	1.806.030.009,94
Receitas Derivadas e Originárias	29.236.480,60	37.259.605,77
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.914.259,19	3.084.543,37
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	20.737.659,19	28.377.898,15
Remuneração das Disponibilidades	5.314.404,55	5.144.591,95
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.270.157,67	652.572,30
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.993.421.900,18	1.768.770.404,17
Ingressos Extraorçamentários	1.302.291,57	2.433.787,80
Restituições a Pagar	30,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.992.119.578,61	1.766.306.506,37
Arrecadação de Outra Unidade	-	30.110,00
DESEMBOLSOS	-1.936.040.412,02	-1.738.965.381,24
Pessoal e Demais Despesas	-1.609.956.425,14	-1.438.886.201,53
Legislativo	-	-
Judiciário	-787.115,81	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-323.390,39
Defesa Nacional	-683.578,17	-525.564,68
Segurança Pública	-819.040,24	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-343.879,10	-
Previdência Social	-531.823.093,67	-458.984.648,11
Saúde	-64.335.976,19	-24.952.434,19
Trabalho	-145.721,84	-489.248,88
Educação	-1.008.837.366,56	-948.909.405,91
Cultura	-928.415,21	-466.095,00
Direitos da Cidadania	-28.851,72	-1.473.074,71
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-522.437,36	-1.842.467,87
Agricultura	-	-6.211,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 19/01/2018	PÁGINA 2
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Organização Agrária	-525.485,82	-699.663,34
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-134.504,00	-
Desporto e Lazer	-40.959,45	-213.996,85
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-147.131.001,85	-135.542.461,13
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-147.047.966,59	-135.430.614,18
Outras Transferências Concedidas	-83.035,26	-111.846,95
Outros Desembolsos das Operações	-178.952.985,03	-164.536.718,58
Dispêndios Extraorçamentários	-1.200.936,35	-2.433.787,80
Transferências Financeiras Concedidas	-177.752.048,68	-162.072.820,78
Demais Pagamentos	-	-30.110,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-46.549.405,19	-50.569.527,18
INGRESSOS	-	150.100,00
Alienação de Bens	-	150.100,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-46.549.405,19	-50.719.627,18
Aquisição de Ativo Não Circulante	-39.536.491,58	-46.367.415,96
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-7.012.913,61	-4.352.211,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	40.068.563,57	16.495.101,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	68.115.469,84	51.620.368,32
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	108.184.033,41	68.115.469,84



Notas Explicativas – Exercício de 2017

1.1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da UFRN foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e compõem a Prestação de Contas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

As Demonstrações foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, Manual SIAFI, NBCASP / NBC – T 16 / TSP e qualquer outra orientação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central de Contabilidade Federal.

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I - Balanço Patrimonial - BP;
- II - Balanço Financeiro – BF;
- III - Balanço Orçamentário – BO;
- IV - Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e
- V - Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

1.2 - Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

Durante o exercício de 2017 não houve mudanças de critérios e procedimentos contábeis

1.3 - Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

1.3.1 - Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na datado Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

1.3.2 - Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

1.3.3 - Imobilizado

O imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial os elementos do ativo imobilizado ficam sujeito a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como despesa do período.

1.3.4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do



Notas Explicativas – Exercício de 2017

montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

1.3.5 - Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 020330, disponível no site da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

1.3.6 - Depreciação, Amortização e Exaustão

1.3.6.1 - Bens Móveis

O registro da Depreciação teve seu início no ano de 2010 para os bens colocados em condições de uso a partir daquele ano, já que os mesmos apresentavam valor monetário próximo da realidade, o que excluía a necessidade de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável.

Os bens colocados em condições de uso anterior a esse período estão passando por processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, transcrito abaixo, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão. Para tanto, estamos adotando a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

O método de cálculo dos encargos utilizado é o das quotas constantes, método esse padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável. A taxa de Depreciação, Amortização e Exaustão seguem a tabela de vida útil dos bens, estabelecida pela STN. Sendo assim, um bem com vida útil de 10 anos tem uma taxa de Depreciação de 10% a.a, sendo depreciado até atingir o seu Valor Residual, valores esses que também seguem os padrões para toda a Administração Pública Federal.

1.3.6.2 Bens Intangíveis

Os procedimentos quanto a Amortização dos Bens Intangíveis no âmbito da UFRN tiveram início no exercício de 2016, apesar do sistema interna ainda está em fase de adaptação.

O método de amortização adotado pela UFRN, que segue o padrão para toda a Administração Pública Federal, é o das quotas constantes. A amortização para cada período deve é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo.

A partir de jan/2016 a conta 12411.00.00 - Softwares (ativo intangível) foi segregada em 12411.01.00 - Softwares com vida útil definida e 12411.02.00 - Softwares com vida útil indefinida. Apenas os Softwares classificados com vida útil definida estão sujeitos à amortização.

A vida útil dos Bens Intangíveis da UFRN, que até o momento 100% dos valores registrados eram referentes aos Softwares, é definida pelo prazo de licença do referido Software. Quando o Software adquirido não tem prazo de licença, o mesmo é classificado como vida útil indefinida e não será amortizado. Ao final de cada exercício é realizada consulta aos setores responsáveis pelo software para saber se o mesmo está em uso, pois caso não esteja será baixado.

O valor residual padrão adotado para os Bens Intangíveis no âmbito da UFRN é zero, exceto quando:

- a) haja compromisso de terceiro para comprar o ativo ao final da sua vida útil; ou
- b) exista mercado ativo para ele e:
 - I. o valor residual possa ser determinado em relação a esse mercado; e



Notas Explicativas – Exercício de 2017

II. seja provável que esse mercado continuará a existir ao final da vida útil do ativo.

1.3.6.3 Bens Imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.3.7 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFRN e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFRN, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

1.3.8 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

1.3.9 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFRN. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

1.3.10 Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

Durante o exercício, são consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas essas despesas e aquelas inscritas em restos a pagar não processados. Os restos a pagar não processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964, e ainda atende aos preceitos do artigo 42da Lei Complementar nº 101/2000.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não-processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade. A partir de 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654/2011, que alterou o art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, a inscrição em Restos a Pagar não processados a liquidar foi condicionada a indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada.

Também foi criada rotina contábil de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação em cumprimento ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e nos Princípios de Contabilidade. A inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação foi condicionada à ocorrência prévia do fato gerador, porém a sua liquidação não poderia ser efetuada.

Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

1.4 - Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

1.4.1 - Balanço Patrimonial

1.4.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Abaixo apresentamos a sua segregação:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Detalhamento

	Valores em R\$ 1,00			
Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AV%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	53.935.311,83	16.453.604,31	227,80%	49,86%
Bancos conta Movimento (CEF)	107.991,53	107.991,53	0,00%	0,10%
Recursos da Conta Única Aplicados	54.140.730,05	51.553.874,00	5,02%	50,05%
Total	108.184.033,41	68.115.469,84	232,82%	100,00%

Fonte: Siafi



Notas Explicativas – Exercício de 2017

A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento” represente os valores disponíveis na conta única da UFRN para pagamento da suas obrigações. Essa conta representou ao final do exercício 49,86% do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. O aumento de 227,80% nessa conta no comparativo com o exercício encerrado em 2016 decorre, principalmente, da liberação de financeiro pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS no dia 29/12/2017, no valor de R\$ 35 milhões, referente ao TED nº 54/2017.

Os valores registrados em contas da Caixa Econômica Federal – CEF são decorrentes de depósitos em caução referente a diversas garantias de contratos administrativos da UFRN.

1.4.1.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis até o término do exercício seguinte. Abaixo apresentamos o seu respectivo detalhamento:

Tabela 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Detalhamento

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Valores em R\$ 1,00			
	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AV%
13º Salário - Adiantamento	12.513.890,03	44.542.431,32	-71,91%	60,83%
Salários e Ordenados - Adiantamento	5.399.182,04	3.394.300,36	59,07%	26,25%
Adiantamento de Férias	1.529.695,27	25.398.687,92	-93,98%	7,44%
Crédito a Receber por Cessão de Pessoal	1.127.611,53	692.201,31	62,90%	5,48%
Suprimento de Fundos	0,00	24.526,87	-100,00%	0,00%
Adiantamento de Transferências Voluntárias	0,00	8.701.274,28	-100,00%	0,00%
Total	20.570.378,87	82.753.422,06	-75,14%	100,00%

Fonte: Siafi

No comparativo com o exercício de 2016 esse grupo apresentou uma variação negativa de 75,14%. As contas “Suprimento de Fundos” e “Adiantamento de Transferências Voluntárias” tiveram variação negativa de 100%. Os suprimento de fundos decorre da própria legislação, que diz que a baixa e reclassificação dos suprimentos deve ocorrer dentro do próprio exercício financeiro. O saldo de 2016 foi decorrente justamente de uma falha na reclassificação que não foi gerada até o dia 31/12/2016.

A variação negativa de -100% na conta “Adiantamento de Transferências Voluntárias” foi decorrente da baixa do saldo dessa conta em atendimento ao Acórdão nº 1320/2017-TCU. Já as variações das contas “13º Salário – Adiantamento” e “Adiantamento de Férias” decorre da baixa que é realizada no final do exercício, tendo em vista que esses valores são provisionados em 1/12 avos e baixados no pagamento final.

1.4.1.3 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, a UFRN apresentou um saldo de R\$ 1.193.269.663,40 bilhões relacionados a imobilizado, um acréscimo de 12,44% quando comparado com o exercício anterior. Na tabela a



Notas Explicativas – Exercício de 2017

seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o exercício de 2017 e o ano anterior.

Tabela 3 – Imobilizado – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH%
Bens Móveis	289.491.606,49	286.806.148,44	0,94%
(+) Valor Bruto Contábil	471.318.882,06	436.949.144,21	7,87%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	181.827.275,57	150.142.995,77	21,10%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	903.778.056,91	774.424.861,07	16,70%
(+) Valor Bruto Contábil	946.959.360,21	792.336.523,78	19,51%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	43.181.303,30	17.911.662,71	141,08%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	1.193.269.663,40	1.061.231.009,51	12,44%

Fonte: Tesouro Gerencial

O aumento de 141,08% na depreciação dos Bens Imóveis decorre, principalmente, das reavaliações realizados ao longo de todo exercício de 2017, gerando aumentos relevantes nos valores de alguns imóveis e, conseqüentemente, nos valores de depreciação.

1.4.1.4 - Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFRN em 31/12/2017 totalizavam R\$ 289.491.606,49 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 4 – Bens Móveis - Composição

	Valores em R\$ 1,00			
Bens Móveis	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	227.762.509,66	212.339.649,40	7,26%	48,32%
Bens de Informática	107.278.599,43	92.831.056,14	15,56%	22,76%
Móveis e Utensílios	59.279.709,71	55.892.579,88	6,06%	12,58%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	40.391.245,06	37.498.376,27	7,71%	8,57%
Veículos	23.075.933,08	22.147.546,39	4,19%	4,90%
Bens Móveis em Andamento	8.152.157,13	10.861.208,14	-24,94%	1,73%
Demais Bens Móveis	5.293.802,22	5.293.802,22	0,00%	1,12%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	70.864,80	70.864,80	0,00%	0,02%
Bens Móveis em Almoxarifado	7.190,95	7.190,95	0,00%	0,00%
Armamentos	6.870,02	6.870,02	0,00%	0,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	(181.827.275,57)	(150.142.995,77)	21,10%	
Total	289.491.606,49	286.806.148,44	0,94%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos Bens Móveis registrados na UFRN em 31/12/2017, 48,32% do valor bruto refere-se a **Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas**, seguido pelos **Bens de Informática** com 22,76% e **Móveis e Utensílios** com 12,58%. Juntos, esses 03 (três) grupos representam 83,66% do valor bruto dos Bens Móveis.

Praticamente em todos os grupos houve variação positiva no comparativo com o exercício anterior, decorrente principalmente de novas aquisições durante o ano. O grupo **Bens Móveis em Andamento** apresentou uma variação negativa de -24,94% decorrente da finalização de importações em andamento de bens móveis, que após finalizado o saldo da conta é baixado e transferido para o grupo patrimonial correspondente ao bem.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

1.4.1.5 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFRN em 31/12/2017 totalizavam R\$ 903.778.056,91 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Bens Imóveis – Composição.

Bens Imóveis	Valores em R\$ 1,00			
	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AV%
Bens de Uso Especial	613.845.811,17	471.977.208,30	30,06%	64,82%
Bens Imóveis em Andamento	328.251.187,74	315.880.396,53	3,92%	34,66%
Instalações	4.862.361,30	4.478.918,95	8,56%	0,51%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(43.181.303,30)	(17.911.662,71)	141,08%	
Total	903.778.056,91	774.424.861,07	16,70%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme tabela acima, os **Bens de Uso Especial** correspondem a 64,82% do valor bruto de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFRN, perfazendo o montante de R\$ 613.845.811,17 milhões em 31/12/2017.

Os valores registrados a título de **Bens Imóveis em Andamento** se referem às obras em andamento no âmbito da UFRN, mas destacamos que boa parte desse valor é referente a obras que já foram finalizadas, mas não foram baixadas no SIAFI para posterior inclusão no SpiuNet. Atualmente já estamos fazendo tal levantamento para a regularização.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da UFRN até o final do exercício de 2017 são constituídos de **Imóveis de Uso Educacional** no valor de R\$ 397.978.883,55, ou 64,83% do total, seguido de **Outros Bens Imóveis de Uso Especial** no montante de R\$ 98.385.666,35, sendo desse valor R\$ 93.132.726,77 referente a Hospitais. Abaixo apresentamos a composição detalhada:

Tabela 6 - Bens de Uso Especial – Composição

Bens Imóveis de Uso Especial	Valores em R\$ 1,00			
	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AH%
Imóveis de Uso Educacional	397.978.883,55	354.014.286,66	12,42%	64,83%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	98.385.666,35	95.033.287,95	3,53%	16,03%
Fazendas, Parques e Reservas	94.130.945,26	11.241.281,34	737,37%	15,33%
Edifícios	13.198.688,83	5.065.774,74	160,55%	2,15%
Imóveis Residenciais e Comerciais	9.613.620,04	6.149.274,65	56,34%	1,57%
Terrenos, Glebas	415.000,00	422.873,20	-1,86%	0,07%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	123.007,14	50.429,76	143,92%	0,02%
Total	613.845.811,17	471.977.208,30	30,06%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Até o encerramento do exercício de 2017 houve diversos lançamentos que contribuíram para as variações apresentadas na tabela acima. A UFRN vem realizando, através da contratação de empresa especializada, a reavaliação de todos os seus Bens Imóveis que estavam com valores defasados e estavam com o prazo de 2 (dois) anos de reavaliação vencido.

A maior variação ocorreu no grupo **Fazendas, Parques e Reservas**, que apresentou uma variação positiva de 737,37% no comparativo. Essa variação foi referente a reavaliação do imóvel denominado "Escola Agrícola de Jundiá", localizada na Rodovia RN 156, km 03, CEP 59280-000, Município de Macaíba/RN.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Tal imóvel pertence a UFRN e tem uma área total de 12.090.305,00 m², sendo um total de área construída de 35.433,02 m². Após todo o trabalho técnico especializado realizado pela empresa Geosolos- Consultoria, Projetos e Serviços LTDA, o imóvel foi avaliado em R\$ 89.663.486,62, sendo desse valor R\$ 63.865.928,65 o valor total do terreno e R\$ 25.797.557,97 o valor de todas as benfeitorias e/ou construções existentes em toda essa área.

Tal imóvel já estava registrado no SpiuNet através do RIP 1741 00016.500-7 pelo valor total de R\$ 6.773.822,70, sendo assim, foi registrado o valor total da reavaliação do referido imóvel no valor de R\$ 82.889.663,92.

Outro grupo que apresentou uma variação significativa foi o de **Edifícios**, com uma variação positiva de 160,55%. Tal variação também foi decorrente da reavaliação do imóvel de RIP 1741 00288.500-1 denominado “Antiga Escola de Serviço Social”, prédio esse onde hoje funciona a Câmara Municipal de Natal.

Apenas o grupo **Terrenos, Glebas** apresentou uma variação negativa decorrente do processo também de reavaliação, mas que no final apontou um valor menor do que o já registrado no SpiuNet.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente. Não houve reavaliação no trimestre avaliado.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

É indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo em 31/03/2017. No período analisado não houve nenhum registro de Redução ao valor recuperável.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis



Notas Explicativas – Exercício de 2017

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.4.1.6 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados a cada 2 anos em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, a UFRN apresentou um saldo de R\$ 2.484.587,43 milhões relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para o 3º trimestre de 2017 e o ano anterior.

Tabela 7 – Intangível – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	3.026.336,52	842.121,44	259,37%
Software com Vida Útil Indefinida	793.354,48	250.958,38	216,13%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(1.335.103,57)	(562.912,65)	137,18%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Total	2.484.587,43	530.167,17	368,64%

Fonte: Tesouro Gerencial.

No intangível, destaca-se os Softwares com vida útil definida, que representa cerca de 79,22% do valor bruto do grupo. Dentre esses, os Softwares mais relevantes em termos de valor são:

- IS16A9454 - Valor de R\$ 1.953.350,00 referente a licença de uso de software, por três anos, para gateway de email para proteção de pelo menos 1.000 contas de email;
- IS13A1981 – Valor de R\$ 369.500,00 referente a Kit para atualização de licenças FULL dos produtos relacionados a seguir em suas respectivas quantidades: VCS-STD-A, 1(uma) unidade, VS4-ENT-PL-A, 12(doze) unidades, VS5-ENT-PL-A, 22 (vinte duas) unidades, VCS5-STD-A, 2(duas) unidades, VCHB-VCMS-A, 1(uma) unidades, VC-SRM-ENT-VM-A, 100(cem) unidades, VU4-EN-100-A, 1(uma) unidade, Garantia do fabricante mínima de 36 meses;
- IS16E0479 – Valor de R\$ 365.603,13 referente a aquisição de licença de uso da base de dados da empresa Bloomberg Finance para o programa de Pós-Graduação em Administração da UFRN.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Até o presente momento a UFRN não realizou nenhum *impairment* nos seus ativos intangíveis. A avaliação dos ativos do intangível deve ocorrer quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada a cada 2 anos, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o



Notas Explicativas – Exercício de 2017

valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Até o encerramento de 2017 houve apenas um lançamento a título de ajuste de exercícios anteriores do intangível, no valor de R\$ 205.151,53. Esse ajuste ocorreu em virtude que o controle do intangível ainda está sendo realizado por planilha do Excel, enquanto nosso sistema interno está finalizando o módulo do intangível. Houve um erro na planilha de controle que não tava calculando corretamente a amortização de alguns bens, e como essa amortização era referente a exercício anterior a 2017 a contrapartida do lançamento contábil é o próprio Patrimônio Líquido.

1.4.1.7 – Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais os empregados ou servidores tenham direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Abaixo apresentamos o detalhamento dessa conta:

Tabela 8 - Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – Composição

			Valores em R\$ 1,00	
Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AH%
Décimo Terceiro Salário a Pagar	8.132.292,20	7.333.120,55	10,90%	90,50%
Outros Encargos Sociais	853.466,78	853.466,78	0,00%	9,50%
Salários, Remunerações e Benefícios	-	64.943,05	-100,00%	0,00%
Férias a Pagar	-	-	-	0,00%
FGTS	-	5.319,19	-100,00%	0,00%
INSS Contribuição s/ Serviços de Terceiros	-	87.937,64	-100,00%	0,00%
Total	8.985.758,98	8.344.787,21	7,68%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

No comparativo com o exercício anterior esse grupo apresentou uma variação positiva de 7,68%, ou seja, em linha com os valores apresentados no ano anterior. No final do exercício a conta 13º salário a pagar representou 90,50% do total.

O valor registrado na conta “Outros encargos sociais” ao final de 2016 foi o mesmo que ao final de 2017, sem novas movimentações no exercício. A inscrição no valor de R\$ 853.466,78 na Conta Contábil 2.1.1.4.1.98.00 – Outros Encargos Sociais, trata-se de valores devidos a título de obrigação patronal previdenciária junto ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS, conforme Acórdãos nº 1888/2007 (Prestação de Contas da UFRN, exercício de 2002), e 2311/2007 (prestação de Contas da UFRN, exercício de 2004).

Historicamente, o Ministério da Educação inscreveu em orçamento os valores correspondentes aos precatórios, conforme informado pelo Poder Judiciário. No entanto, não havia previsão orçamentária para fazer face às despesas referentes à obrigação previdenciária decorrente do pagamento desses precatórios. Então, ao promovermos os pagamentos dos precatórios, procedemos às retenções previdenciárias e aos devidos recolhimentos, através de DARF eletrônico, mas ficou pendente a parcela referente ao encargo patronal.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

1.4.1.8 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, a UFRN apresentou um saldo em aberto de R\$ 7.249.027,51 milhões relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo 100% das obrigações de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

Valores em R\$ 1,00

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AH%
Nacionais	7.249.027,51	10.997.460,04	-34,08%	100,00%
Estrangeiros	0,00	837,00	-100,00%	0,00%
Total	7.249.027,51	10.998.297,04	-34,09%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

A totalidade dos fornecedores e contas a pagar são de curto prazo e se refere em sua totalidade a fornecedores nacionais. No comparativo com o ano imediatamente anterior, houve uma queda de 34,09% nas contas a pagar. Tal fato se deve ao aumento do percentual de repasse de financeiro pelo MEC, que durante boa parte do exercício passou a repassar a totalidade de financeiro para os pagamentos.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Gestora	31/12/2017	AV%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	7.247.937,51	99,98%
CENTRO DE BIOCENCIAS DA UFRN	1.090,00	0,02%
CENTRO DE CIENCIAS DA SAUDE DA UFRN	-	0,00%
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDO/UFRN	-	0,00%
CENTRO DE CIENCIAS HUM.E LETRAS ARTES DA UFRN	-	0,00%
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFRN	-	0,00%
MATERNIDADE ESCOLA JANUARIO CICCO DA UFRN	-	0,00%
Total	7.249.027,51	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

A unidade gestora UFRN é responsável por 99,98% do total a ser pago. Esse fato se deve por ser essa UG a Matriz da UFRN e responsável pela execução de praticamente a totalidade do orçamento anual, sendo apenas uma pequena parcela descentralizada para as UGs filhas.

Dentre as UGs filhas, a única que ficou com saldo em aberto foi a 153109 – Centro de Biotecnologias da UFRN. Com 0,02% ou R\$ 1.090,00. As demais pagaram 100% das contas a pagar até o encerramento do exercício.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

		Valores em R\$ 1,00	
Fornecedor	31/12/2017	AV%	
0846928000019 FUNDAÇÃO NORTE RIO GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA	2.903.856,91	40,06%	
0778383200017 CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	1.425.953,48	19,67%	
0214182300016 GARRA VIGILANCIA LTDA	843.811,49	11,64%	
0315914500012 S.S. EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	479.990,54	6,62%	
0000000000019 BANCO DO BRASIL SA	462.539,05	6,38%	
0698263000019 SALMOS COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS EIRELI - EPP	195.945,22	2,70%	
Demais Fornecedores	936.930,82	12,92%	
Total	7.249.027,51	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação aos fornecedores, podemos notar que a Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura - FUNPEC representa 40,06% do total a ser pago na data de 31/12/2017, seguido pela Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra com 19,67% e Garra Vigilância Ltda com 11,64%. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Funpec: Valores decorrente de diversos contratos acadêmicos firmados entre a UFRN e a Funpec que constituem verdadeiros acordos de cooperação, com a finalidade de agilizar e flexibilizar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, previstas nos projetos acadêmicos desenvolvidos pela comunidade universitária, mediante a gestão administrativa e financeira dos recursos repassados.

Importante destacar que os contratos são celebrados não só com recursos próprios da UFRN, mas também com os recursos recebidos por Termos de Execução Descentralizada – TED oriundo de diversos Ministérios, principalmente aqueles recebidos de diversos órgãos pelo uso dos Sistemas Institucionais Integrados de Gestão da UFRN - SIG.

Apesar da singularidade desses instrumentos contratuais, esclarece-se que a UFRN observa com regularidade e rigor os ditames legais previstos para os contratos e para os convênios que são celebrados com a fundação de apoio.

Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda: Valores decorrentes da execução dos contratos nº 46 e 49/2016, cuja finalidade é a prestação de serviços de locação de mão de obra apoio Administrativo, Técnico e Operacional para as áreas administrativas e acadêmicas da UFRN e Construção Civil

Garra Vigilância Ltda: Essa é a antiga empresa que prestava os serviços de vigilância armada na UFRN. Durante alguns meses a UFRN ficou pagando diretamente os salários dos trabalhadores, restando esse saldo em questão que está aguardando decisão judicial para a sua destinação.

S.S. Empreendimentos e Serviços Eireli: Serviços continuados de limpeza, higienização e conservação dos ambientes internos e externos da UFRN.

Banco do Brasil S/A: A maior parte desse valor é corresponde a um processo de Importação em Andamento do projeto Pro-Equipamentos da CAPES/PROAP. Os demais valores são referentes aos pagamentos das diversas bolsas aos alunos da UFRN que são processados por meio de LC – Lista de Credores.

1.4.1.9 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Abaixo apresentamos seu respectivo detalhamento:



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016	Valores em R\$ 1,00	
			AH%	AH%
INSS	199.901,93	97.626,38	104,76%	24,75%
Impostos e Contribuições Diversos Devido	193.921,19	51.184,21	278,87%	24,01%
ISS	122.324,20	44.063,36	177,61%	15,15%
Depósitos e Cauções Recebidos	107.991,53	107.991,53	-	13,37%
Depósitos por Devolução de Valores	66.066,97	-	-	8,18%
Incentivos a Educação, Cultura e Outros	55.756,00	317.140,00	-82,42%	6,90%
Depósitos de Terceiros	35.288,25	-	-	4,37%
Diárias a Pagar	10.902,03	10.160,61	7,30%	1,35%
Auxílios Financeiros a Pesquisador	7.912,00	10.432,00	-24,16%	0,98%
Depósitos Retidos de Fornecedores	7.399,85	-	-	0,92%
Indenizações, Restituições e Compensações	65,00	35,00	85,71%	0,01%
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	-	5.371,89	-100,00%	0,00%
Retenções Entidades Representativas	-	212,50	-100,00%	0,00%
Total	807.528,95	644.004,98	25,39%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação as Demais Obrigações a Curto Prazo, as obrigações com INSS representam 24,75% do total, seguido por Impostos e Contribuições Diversos com 24,01% e ISS com 15,15%, que juntos representam 63,91%. Todos esses valores são decorrentes de retenções que são realizadas na fonte, na qualidade de substituto tributário, nos diversos pagamentos realizados aos fornecedores.

1.4.1.10 – Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído por um lançamento do dia 30/12/2016, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no valor de R\$ 950.803.767,23 a título de Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas de Longo Prazo, conta contábil 22.791.04.00.

Tal lançamento visa o cumprimento da Portaria Conjunta nº 8/2015 PGF/STN que diz em seu Art. 3º que durante cada exercício financeiro, a Procuradoria-Geral Federal informará à Secretaria do Tesouro Nacional e à direção central das autarquias e fundações públicas federais, o montante sobre as ações judiciais ajuizadas contra as Autarquias e as Fundações Públicas que importem em riscos fiscais.

Segundo a PGF, os valores foram lançados como estimativa em face da Reclamação Trabalhista proposta em execução de sentença, pela ADURN, na RT 139900-97.1991.5.21.0003, em junho/15. A totalidade dos registros lançados a título de Provisões a longo prazo até 31/12/2017 estão registrados na Unidade Gestora – UG 153103, UG Matriz da UFRN.

1.4.1.11 – Resultado do Exercício

A apuração do resultado do exercício é efetuada no mês 013 (apuração de resultado), com base na diferença do saldo nas contas das classes 1 - Ativo e 2 – Passivo, assim como na diferença das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA com as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.

No exercício de 2017 a UFRN apresentou um resultado positivo de R\$ 180.160.383,39, contra um resultado negativo em 2016 de R\$ 886.051.859,93. A diferença apurado no comparativo entre 2017 x 2016 se dar pelo reconhecimento da provisão de longo prazo no valor de R\$ 950.803.767,23 em 2016, gerando um resultado negativo naquele ano.

1.4.1.12 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Essa conta registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Em 2017 a UFRN apresentou um saldo negativo de R\$ 67.661.879,47 contra um saldo positivo de R\$ 1.211.382,22 no exercício de 2016. Tamaña diferença foi decorrente de 03 (três) fatores: i – baixa contábil, realizada pela STN, da conta “Adiantamento de Transferências Voluntárias” em atendimento ao Acórdão nº 1320/2017-TCU – R\$ 9.254.952,75; ii – baixa de provisões de exercícios anteriores relativas ao adiantamento do 13º salário – R\$ 27.199.770,04; e iii – baixa de provisões de exercícios anteriores referente ao 1/3 de férias – R\$ 24.744.619,93.

1.4.2 - Balanço Financeiro

1.4.2.1 – Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias são classificadas em **Ordinárias** e **Vinculadas**. As **Receitas Ordinárias** compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Já as **Receitas Vinculadas** compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

No exercício de 2017 as Receitas orçamentárias da UFRN totalizaram R\$ 29.236.480,60 já com as deduções da receita. Esse valor representa apenas 1,24% do total dos ingressos do Balanço Financeiro, demonstrando que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes de transferências do Ministério da Educação – MEC, que representa mais de 95% dos ingressos.

O valor arrecadado em 2017 no valor de R\$ 466.179,20 a título de Receitas Ordinárias foi 23,23% superior a 2016. Esse valor é referente às indenizações e restituições ao erário decorrente de descontos realizados na folha de pagamento de pessoal.

As Receitas Vinculadas apresentaram uma variação negativa de 22,20% no comparativo 2017 x 2016. O principal fator para tal variação é foi decorrente da devolução do valor de R\$ 6.470.656,89 do Contrato Acadêmico de Número 3023.21.1411, firmado entre esta Universidade e a Fundação de Apoio RN – FUNPEC, realizada no exercício de 2016.

Além disso também houve em 2016 a arrecadação de um valor de R\$ 1.151.023,44 referente a aluguéis em atraso devidos pela Câmara Municipal de Natal, o que também contribuiu para o aumento na base de comparação entre 2017 x 2016.

A seguir apresentamos a tabela demonstrando a arrecadação das receitas orçamentárias, por natureza de receita para exercício financeiro de 2017:



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Tabela 12 – Previsão x Arrecadação da Receita Orçamentária – Composição

Natureza de Receita	Valores em R\$ 1,00				
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Bruta	Deduções	Receita Líquida
13100111 ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	4.147.054,00	4.147.054,00	1.761.314,99	(2.493,11)	1.758.821,88
13100112 ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS			5.641,18		5.641,18
13210011 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	4.747.751,00	4.747.751,00	5.314.404,55		5.314.404,55
16100111 SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	18.226.882,00	18.226.882,00	15.595.489,42	(178.275,65)	15.417.213,77
16100112 SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.			2.004,84		2.004,84
16100211 INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	3.017.743,00	3.017.743,00	3.570.906,24	(5.373,50)	3.565.532,74
16100212 INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.			60,00		60,00
16100311 SERV.DE REGIST.,CERTIF.E FISCALIZ.-PRINCIPAL			26,00		26,00
16100411 SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL			23.247,07		23.247,07
16909911 OUTROS SERVICOS-PRINCIPAL	98.476,00	98.476,00	175.762,62		175.762,62
18000000 RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR			0,00		0,00
19100111 MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.			516,74		516,74
19100911 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	16.351,00	16.351,00	2.963,98		2.963,98
19219911 OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL			465.777,06		465.777,06
19219913 OUTRAS INDENIZACOES-DIVIDA ATIVA			402,14		402,14
19220110 RESTITUICAO DE CONVENIOS - PRIMARIAS				(0,03)	(0,03)
19220611 RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.			238.690,98		238.690,98
			336.573,93		336.573,93
19220612 RESTIT.DE DESPESAS EXERC.ANTERIORES-MUL.JUR.			48,34		48,34
19229911 OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	3.152,00	3.152,00	233.965,60	(8.790,43)	225.175,17
19229912 OUTRAS RESTITUICOES-MULTAS E JUROS			9,36		9,36
19909911 OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	77.301,00	77.301,00			
22130011 ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	156.919,00	156.919,00	10.050,00	(10.050,00)	0,00
73100111 ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	40.346,00	40.346,00	149.796,13		149.796,13
76100111 SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	6.951,00	6.951,00	1.553.812,15		1.553.812,15
Total	30.538.926,00	30.538.926,00	29.441.463,32	(204.982,72)	29.236.480,60

Fonte: Tesouro Gerencial

Podemos notar que a Natureza de Receita **16100111 – Serv. Administrativos e Comerciais Gerais – Principal** foi responsável por 52,73% de todas as Receitas Líquidas arrecadas no exercício, seguido pela Natureza **13210011 – Remuneração de Depósitos Bancários** com 18,18% e **16100211 – Inscrição em Concursos e Proc. Seletivos** com 12,20%. Juntas, essas três naturezas representam 83,11% de todas as receitas arrecadas em 2017.

1.4.2.2 – Transferências Financeiras Recebidas

Essas contas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra-orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar.

Em 2017 foi recebido pela UFRN o montante de R\$ 1.885.332.940,52 a título de transferências **Resultantes da Execução Orçamentária**, e o valor de R\$ 106.786.638,09 **Independente da Execução Orçamentária**, acréscimos de 11,96% e 29,54%, respectivamente, no comparativo com o ano anterior.

A seguir apresentamos o detalhamento dos Repasses e Sub-repasses Recebidos por Fonte de Recursos:

Tabela 13 – Repasse Recebido – Por Fonte de Recursos

Fonte de Recursos	Valores em R\$ 1,00			
	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AV%
0112000000 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	859.526.491,47	898.563.619,55	-4,34%	50,09%
0169000000 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	489.118.373,30	103.600.790,00	372,12%	28,51%
0100000000 RECURSOS ORDINARIOS	242.322.385,54	392.978.480,07	-38,34%	14,12%
- Outras Fontes	124.835.124,61	133.175.188,94	-6,26%	7,28%
Total	1.715.802.374,92	1.528.318.078,56	12,27%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Os valores acima correspondem aos repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação – MEC para execução do orçamento anual da UFRN. A fonte com maior representatividade nos repasses recibos foi a 0112, destinada a manutenção do ensino, com 50,09%. Logo abaixo apresentamos o detalhamento dos Sub-Repasses Recebidos:

Tabela 14 – Sub-repasses Recebidos – Por Fonte de Recursos

Fonte de Recursos	Valores em R\$ 1,00			
	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AV%
0112000000 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	117.242.223,68	112.472.734,83	4,24%	69,16%
0100000000 RECURSOS ORDINARIOS	26.593.333,30	21.065.974,34	26,24%	15,69%
0112915063 RESIDENCIA EM SAUDE - SESU/MEC	23.637.385,71	18.728.346,82	26,21%	13,94%
0250262430 RECURSOS DIRET.UNIVERS.FEDERAL DO RN.	1.944.792,29	3.133.276,08	-37,93%	1,15%
0250263740 RECURSOS DIRET.ARREC.COMPLEXO HOSP.SAUDE UFRN	57.732,90	149.981,06	-61,51%	0,03%
6153000100 PREF MUN DE ORIXIMINA	50.021,94	-	-	0,03%
6386369011 RECEITA DE PARTIC.SEGURO DPVAT-SNT-FNS	5.075,78	-	-	0,00%
0250262640 RECURSOS DIRET.ARREC.-UNIV.FED.RUR.SEMI-ARIDO	0,00	-	-	0,00%
Total	169.530.565,60	155.550.313,13	8,99%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Esses valores representam os sub-repasses recebidos em 2017 e no ano anterior, decorrentes de transferências entre Unidades Gestoras - UG's do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual. A exemplo dos Repasses, a fonte 0112 foi responsável pela maior parte dos Sub-repasses, com 69,16% do total.

No tocante aos repasses **Independentes da Execução Orçamentária**, dos R\$ 106.786.638,09 recebidos em 2017, 97,23% são repasses para o pagamento de Restos a Pagar Processados e Não Processados. No comparativo entre 2017 x 2016, houve um aumento de 29,54% nesses repasses.

Os valores a título de **Movimentação de Saldos Patrimoniais** são decorrentes do recolhimento dos tributos retidos na fonte com a utilização do tipo de recurso 2 – Com Vinculação de Restos a Pagar.

1.4.2.3 – Despesas Orçamentárias

No exercício de 2017 as Despesas Orçamentárias representaram 83,64% de todos os dispêndios, sendo 21% referente as Despesas Ordinárias e 79% de Despesas Vinculadas. No comparativo 2017 x 2016 as Despesas Orçamentárias tiveram um acréscimo de 19,39%.

No Balanço Financeiro as Despesas Vinculadas são apresentadas pela sua classificação funcional, ou seja, segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo.

Em 2017 a função **Educação** respondeu sozinha por 62,30% de todas as despesas vinculadas do exercício, seguido por **Seguridade Social (Exceto RGPS)** com 35,95%. No comparativo com o ano anterior, essas funções apresentaram um aumento 41% e 23%, respectivamente.

Para melhor compreensão dos valores totais das Despesas Orçamentárias, apresentamos abaixo o detalhamento segregando as Despesas Pagas das liquidadas a pagar e das apenas empenhadas, por Grupo de Despesa.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Tabela 15 – Despesas Orçamentárias – Por Estágio da Despesa

Valores em R\$ 1,00

Estágio da Despesa	Grupo de Despesa	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Empenhadas a Liquidar	Investimentos	77.172.258,98	41.728.200,47
	Outras Despesas Correntes	178.515.077,52	60.750.634,50
Despesas Liquidadas a Pagar	Investimentos	56.442,74	342.392,11
	Outras Despesas Correntes	4.554.946,60	5.382.544,47
	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	45.974,74
Despesas Pagas	Investimentos	7.810.044,49	20.711.441,94
	Outras Despesas Correntes	287.534.815,59	261.196.551,68
	Pessoal e Encargos Sociais	1.410.730.229,49	1.256.888.774,02
Total		1.966.373.815,41	1.647.046.513,93

Fonte: Tesouro Gerencial

Destacamos do quadro acima que, do total das Despesas Orçamentárias de 2017, 86,76% se refere a Despesas Pagas no exercício, 13% foram apenas empenhadas e 0,24% estavam liquidadas pendente de pagamento.

No quesito Grupo de Despesa, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram 71,74% de todas as Despesas Orçamentárias de 2017, seguidas pelas Outras Despesas Correntes (Custeio) com 24% e, por último, as despesas com Investimentos (Capital) com 4,26%.

1.4.2.4 – Transferências Financeiras Concedidas

Reflete a movimentação de recursos financeiros entre as Unidades Gestoras – UG da UFRN (Sub-repasses) e entre UG's de outros Órgãos Federais (Repasses). No exercício de 2017 o total das transferências representou apenas 7,56% de todos os dispêndios.

No tocante as transferências concedidas, 95,50% foram Resultantes da Execução Orçamentária, ao passo que 4,50% foram Independentes da Execução Orçamentária. Das Resultantes da Execução Orçamentária, 99,86% foi referente a Sub-repasses Concedidos, ou seja, transferências entre as unidades internas da UFRN.

A Unidade Gestora 150426 – Complexo Hospitalar de Saúde foi responsável pelo recebimento da maior parte dos Sub-repasses Concedidos, decorrente do pagamento da folha de pessoal de todos os servidores que são lotados nos Hospitais Universitários da UFRN, cujo pagamento é centralizado na referida UG.

No quesito relativo às transferências **Independentes da Execução Orçamentária**, praticamente a totalidade dos recursos foi referente a transferências realizadas pela UG Setorial Financeira, 153103, para as UG's subordinadas realizarem o pagamento de Restos a Pagar Processados e Não Processados a pagar.

O pequeno valor referente aos Movimentos de Saldos Patrimoniais é decorrente do estorno de algumas receitas recebidas indevidamente e de restituições ao erário em virtude de descontos na folha de pagamento de pessoal.

1.4.3 – Balanço Orçamentário – BO

1.4.3.1 – Receitas Orçamentárias

No exercício de 2017 a UFRN apresentou um montante de R\$ 29.236.480,60 milhões a título de Receita Realizada Líquida, o que representa 95,74% da Previsão de Arrecadação Atualizada para



Notas Explicativas – Exercício de 2017

todo o exercício de 2017. 100% das receitas arrecadadas foram referentes a Receitas Correntes, não havendo no exercício nenhuma arrecadação de Receita de Capital.

Dentre as receitas arrecadadas no exercício de 2017, as de maior representatividade foram as Receitas de **Serviços Administrativos e Comerciais Gerais** no valor de R\$ 20.561.896,57, que representa 70,33% de todas as receitas arrecadadas. Em seguida temos as receitas de **Valores Mobiliários** no montante de R\$ 5.314.404,55, que representa 18,18% das receitas no exercício. Abaixo apresentamos o quadro das maiores realizações da receita no comparativo Receita Realizada x Previsão Atualizada:

Quadro 1 – Receita Realizada x Previsão Atualizada da Receita

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	40186,45%	4,33%
2	Outros Serviços	178,48%	0,60%
3	Valores Mobiliários	111,94%	18,18%
4	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	96,75%	70,33%
5	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	45,71%	6,55%
6	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	21,29%	0,01%
7	Demais Receitas Correntes	0,00%	0,00%

No exercício de 2017 as receitas com **Indenizações, Restituições e Ressarcimentos** apresentou a maior variação, com 40.186,45%, ou seja, foi arrecado um valor de R\$ 1.266.676,95 para uma previsão de apenas R\$ 3.152,00. Essa diferença se dar, principalmente, em virtude dos lançamentos de restituição que são realizados na Folha de Pagamento por descontos realizados diretamente na fonte para restituição ao erário.

Com relação ao comparativo entre o exercício de 2017 x 2016, apresentamos abaixo a tabela comparativa da Receita Realizada:

Tabela 16 – Comparativo Receita Realizada 2017 x 2016

		Valores em R\$ 1,00			
RECEITAS REALIZADAS	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AV%	
RECEITAS CORRENTES	29.236.480,60	37.259.605,77	-21,53%	100,00%	
Receita Patrimonial	7.228.663,74	8.229.135,32	-12,16%	24,72%	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.914.259,19	3.084.543,37	-37,94%	6,55%	
Valores Mobiliários	5.314.404,55	5.144.591,95	3,30%	18,18%	
Receitas de Serviços	20.737.659,19	28.377.898,15	-26,92%	70,93%	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.561.896,57	28.222.210,24	-27,14%	70,33%	
Outros Serviços	175.762,62	155.687,91	12,89%	0,60%	
Outras Receitas Correntes	1.270.157,67	652.572,30	94,64%	4,34%	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.480,72	10.005,88	-65,21%	0,01%	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.266.676,95	629.907,92	101,09%	4,33%	
Demais Receitas Correntes	-	12.658,50	-100,00%	0,00%	
RECEITAS DE CAPITAL	-	150.100,00	-100,00%	0,00%	
Alienação de Bens	-	150.100,00	-100,00%	0,00%	
Alienação de Bens Móveis	-	150.100,00	-100,00%	0,00%	
Total	29.236.480,60	37.409.705,77	-21,85%	100,00%	

Fonte: Balanço Orçamentário

No comparativo com o exercício anterior, a receita arrecada até o final daquele ano representava 127,50% da previsão atualizada para o exercício de 2016, ou seja, houve um excesso de arrecadação de 27,50%, ao passo que em 2017 esse percentual foi de 95,74%, ou seja,



Notas Explicativas – Exercício de 2017

analisando 2017 x 2016 a receita arrecada teve uma perda percentual em relação à previsão de 31 p.p.

Com relação à Receita Realizada, verificamos que as receitas arrecadas em 2017 foram 21,85% menores do que as arrecadadas no mesmo período de 2016. As principais variações ocorridas no comparativo acima foram:

- a) Queda de 35,39% na natureza de receita 16100111 - Serv. Administrativos e Comerciais Gerais. No exercício de 2016 houve uma Receita não recorrente referente à devolução do montante de R\$ 6.470.656,89 do Contrato Acadêmico de Número 3023.21.1411, firmado entre esta Universidade e a Fundação de Apoio do RN – FUNPEC. Esse contrato destinava-se a Implantação do Instituto de Medicina Tropical no Rio Grande do Norte – IMT, construção que seria realizada pela Funpec, mas acabou a própria UFRN realizando, gerando a devolução desses valores que foram enviados com essa finalidade;
- b) Queda de 39,51% nas receitas com aluguéis. Houve no exercício de 2016 o pagamento de valores em atraso por parte da Câmara Municipal de Natal no montante de R\$ 1.151.023,44, aumentando a base de comparação de 2016. Excluindo essa arrecadação, a receita de aluguéis teria se mantido estável, com um leve aumento de 0,14% em relação a 2016;

A seguir apresentamos a segregação das Receitas Orçamentárias por Natureza de Receita no exercício de 2017:

Tabela 17 – Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza de Receita

Natureza de Receita	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Bruta	Valores em R\$ 1,00	
				Deduções	Receita Líquida
13100111 ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	4.147.054,00	4.147.054,00	1.761.314,99	(2.493,11)	1.758.821,88
13100112 ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS			5.641,18		5.641,18
13210011 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	4.747.751,00	4.747.751,00	5.314.404,55		5.314.404,55
16100111 SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	18.226.882,00	18.226.882,00	15.595.489,42	(178.275,65)	15.417.213,77
16100112 SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.			2.004,84		2.004,84
16100211 INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	3.017.743,00	3.017.743,00	3.570.906,24	(5.373,50)	3.565.532,74
16100212 INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.			60,00		60,00
16100311 SERV.DE REGIST.,CERTIF.E FISCALIZ.-PRINCIPAL			26,00		26,00
16100411 SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL			23.247,07		23.247,07
16909911 OUTROS SERVICOS-PRINCIPAL	98.476,00	98.476,00	175.762,62		175.762,62
18000000 RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR			0,00		0,00
19100111 MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.			516,74		516,74
19100911 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	16.351,00	16.351,00	2.963,98		2.963,98
19219911 OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL			465.777,06		465.777,06
19219913 OUTRAS INDENIZACOES-DIVIDA ATIVA			402,14		402,14
19220110 RESTITUICAO DE CONVENIOS - PRIMARIAS				(0,03)	(0,03)
19220611 RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.			238.690,98		238.690,98
19220612 RESTIT.DE DESPESAS EXERC.ANTERIORES-MUL.JUR.			336.573,93		336.573,93
19229911 OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	3.152,00	3.152,00	48,34	(8.790,43)	48,34
19229912 OUTRAS RESTITUICOES-MULTAS E JUROS			9,36		9,36
19909911 OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	77.301,00	77.301,00			
22130011 ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	156.919,00	156.919,00	10.050,00	(10.050,00)	0,00
73100111 ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	40.346,00	40.346,00	149.796,13		149.796,13
76100111 SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	6.951,00	6.951,00	1.553.812,15		1.553.812,15
Total	30.538.926,00	30.538.926,00	29.441.463,32	(204.982,72)	29.236.480,60

Fonte: Tesouro Gerencial

A Natureza de Receita **16100111 – Serv. Administrativos e Comerciais Gerais – Principal** respondeu por 52,73% do total das receitas arrecadas no exercício, seguida pela **13210011 – Remuneração de Depósitos Bancários - Principal** com 18,18% e pela receita com **16100211 – Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal** com 12,20%, juntas essas 03 naturezas representam 83,11% do total.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

1.4.3.2 – Despesas Orçamentárias

A despesa orçamentária, assim como a receita orçamentária, é classificada em duas categorias econômicas: Despesas Correntes e de Capital. As Despesas Correntes são todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Já as de Capital contribuem para a formação ou aquisição de um bem.

1.4.3.3 – Despesas Correntes

Das despesas correntes empenhadas até o final do exercício de 2017, 74,98% foram relativas a Pessoal e Encargos Sociais e 25,02% de Outras Despesas Correntes. Do total das despesas correntes empenhadas, 90,51% foi objeto de liquidação e 90,26% foram devidamente pagas.

No tocante as Outras Despesas Correntes, podemos notar que o valor apresentado na coluna “Despesas Empenhas” de R\$ 470.604.839,71 é superior ao valor da coluna “Dotação Atualizada” de R\$ 230.931.987,00. Isso se dar pelo fato da UFRN também executar orçamento de outros órgãos que são enviados através de Termos de Execução Descentralizada – TEDs, pois nesses casos os valores da dotação estão no Balanço Orçamentário do órgão concedente, constando em nosso balanço apenas a execução.

Só a título de Destaque Recebidos, ou seja, orçamento que a UFRN recebeu de outros órgãos por Termos de Execução Descentralizada – TEDs, recebemos no exercício de 2017 o montante de R\$ 287.078.297,04.

Para melhor detalhamento das Despesas Correntes, abaixo apresentamos a tabela que segrega as despesas por Categoria Econômica e por Natureza de Despesa:

Tabela 18 – Despesas Correntes por Natureza

Valores em R\$ 1,00					
Categoria	Natureza de Despesa	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
	335041 CONTRIBUIÇÕES	83.035,26	83.035,26	83.035,26	
	339004 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.585.674,02	1.585.674,02	1.585.674,02	
	339008 OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	3.468.853,91	3.468.853,91	3.468.853,91	
	339014 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.156.763,37	3.156.763,37	3.153.748,90	
	339018 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.949.029,16	21.225.172,75	21.224.592,75	
	339020 AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.117.915,00	882.487,70	882.487,70	
	339030 MATERIAL DE CONSUMO	13.269.074,47	9.226.753,64	8.811.872,59	
	339031 PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	10.190,00	10.190,00	10.190,00	
	339032 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA	308.909,89	162.947,62	147.523,95	
	339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.100.880,62	3.297.293,19	3.289.493,38	
	339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16.407.586,63	12.473.329,75	12.277.806,67	
	339037 LOCAÇÃO DE MÁQUINA-DE-OBRA	57.813.080,73	54.098.918,32	51.447.852,16	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	271.175.931,41	109.068.178,90	107.815.776,54	
	339046 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	28.289.891,12	28.289.891,12	28.289.891,12	
	339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	462.014,38	440.693,41	440.693,41	
	339048 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	21.283.788,43	20.407.520,85	20.393.264,85	
	339049 AUXÍLIO-TRANSPORTE	810.153,89	810.153,89	810.153,89	
	339059 PENSÕES ESPECIAIS	37.069,60	37.069,60	37.069,60	
	339091 SENTENÇAS JUDICIAIS	270,12	270,12	270,12	
	339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	352.028,75	352.028,75	352.028,75	
	339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.649.345,07	17.648.332,07	17.648.332,07	
	339096 RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	18.003,09	18.003,09	18.003,09	
	339139 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INTRA)	170.069,15	123.749,70	123.749,70	
	339147 OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.-OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.083.991,64	5.221.161,16	5.221.161,16	
	339193 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.290,00	1.290,00	1.290,00	
	Subtotal	470.604.839,71	292.089.762,19	287.534.815,59	
	319001 APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	453.838.373,02	453.838.373,02	453.838.373,02	
	319003 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	69.429.739,45	69.429.739,45	69.429.739,45	
	319004 CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	18.855.767,39	18.855.767,39	18.855.767,39	
	319007 CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	1.438.897,96	1.438.897,96	1.438.897,96	
	319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	701.043.972,53	701.043.972,53	701.043.972,53	
	319013 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	53.187,56	53.187,56	53.187,56	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	11.271.171,17	11.271.171,17	11.271.171,17	
	319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	9.134.620,47	9.134.620,47	9.134.620,47	
	319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.422.713,05	4.422.713,05	4.422.713,05	
	319096 RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	198.133,65	198.133,65	198.133,65	
	319113 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	141.043.653,24	141.043.653,24	141.043.653,24	
	Subtotal	1.410.730.229,49	1.410.730.229,49	1.410.730.229,49	
	Total	1.881.335.069,20	1.702.819.991,68	1.698.265.045,08	

Fonte: Tesouro Gerencial



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Da tabela acima podemos ver que das despesas empenhadas com Pessoal e Encargos Sociais, 49,69% foi referente à rubrica **Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**, seguido pela rubrica **Aposent.RPPS, Reserv.Remuner. e Refor.Militar** com 32,17%.

Já com relação às Outras Despesas Correntes o maior percentual empenhado foi na rubrica **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, que sozinha representa 57,62% do total empenhado no exercício de 2017. A rubrica **Locação de Mão-de-obra** representou 12,28% do total do grupo. Juntas, essas duas naturezas respondem por 69,90% dos valores empenhados em 2017.

1.4.3.4 – Despesas de Capital

As despesas de capital empenhadas no exercício de 2017 representaram apenas 4,32% do total das despesas orçamentárias, com um montante de R\$ 85.038.746,21. A exemplo das Despesas Correntes, o valor empenhado também foi superior a dotação atualizada, que conforme explicado anteriormente, decorre do recebimento de recursos descentralizados por outros órgãos. Com relação ao valor da Dotação Atualizada, esse montante representa 13,50%. Abaixo apresentamos o detalhamento das despesas de capital por natureza de despesa.

Tabela 19 – Despesas de Capital por Natureza

Valores em R\$ 1,00				
Categoria	Natureza Despesa	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
Investimentos	449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	41.149.121,00	813.195,00	813.195,00
	449051 OBRAS E INSTALACOES	19.589.946,48	1.184.571,81	1.184.571,81
	449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	24.112.287,84	5.757.442,95	5.701.000,21
	449092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	111.277,47	111.277,47	111.277,47
	449093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	76.113,42		
Total		85.038.746,21	7.866.487,23	7.810.044,49

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme demonstrado na tabela acima, dos valores empenhados 48,39% foi referente a aquisição Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica, seguido por de Equipamentos e Material Permanente com 28,35% e Obras e Instalações com 23,04%. Dos valores empenhados, 9,25% foi objeto de liquidação e 9,18% foram pagas. Esses baixos percentuais se devem ao fato de muitos empenhos terem sido realizados em dezembro.

1.4.3.5 – Restos a Pagar

A UFRN finalizou o exercício de 2017 com um saldo de R\$ 24.095.732,89 a título de Restos a Pagar Não Processados - RPNP e R\$ 2.836.603,67 referente aos Restos a Pagar Processados – RPP, ou seja, 89,46% do saldo de Restos a Pagar do exercício são de RPNP.

Os Restos a Pagar Não Processados – RPNP são todas aquelas despesas que passaram apenas pela fase de Empenho da Despesa, restando ainda a Liquidação e Pagamento. Já os Restos a Pagar Processados são todos aqueles que já passaram pela fase de Empenho e Liquidação.

Abaixo apresentamos as Tabelas que demonstram a segregação dos RPNP por Grupo de Despesa e por Unidade Gestora – UG:

Tabela 20 – Restos a Pagar Não Processados por Grupo de Despesa

Restos a Pagar Não Processados						
Grupo de Despesa	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Liquidados	Pagos	Saldo
Investimentos	41.728.200,47	10.671.371,01	7.508.894,53	36.210.737,64	36.208.535,01	8.682.141,94
Outras Despesas Correntes	60.750.634,50	10.945.075,66	3.457.880,53	53.047.103,56	52.824.238,68	15.413.590,95
Total	102.478.834,97	21.616.446,67	10.966.775,06	89.257.841,20	89.032.773,69	24.095.732,89

Fonte: Tesouro Gerencial



Notas Explicativas – Exercício de 2017

No exercício o saldo dos RPNP ficou segregado em 63,96% em Outras Despesas Correntes e 36,04% em Investimentos. Do montante total inscrito e reinscrito no trimestre analisado, 71,92% foi objeto de liquidação e 71,74% foram devidamente pagos.

Quando analisamos a proporção de pagamento levando em consideração apenas os empenhos liquidados, vemos que 99,74% dos valores liquidados foram devidamente pagos. Por fim, o saldo final do trimestre em RPNP corresponde 19,41% dos valores inscritos e reinscritos.

Tabela 21 – Restos a Pagar Não Processados por Unidade Gestora

Unidade Gestora	Valores em R\$ 1,00					
	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Liquidados	Pagos	Saldo
153103 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	99.136.735,06	20.993.612,86	10.721.439,11	85.948.295,76	85.723.228,25	23.685.680,56
153104 HOSPITAL UNIVERSITARIO ANA BEZERRA		43.445,83				43.445,83
153107 CENTRO DE CIENCIAS DA SAUDE DA UFRN	1.076.838,51		76.130,51	1.000.708,00	1.000.708,00	0,00
153108 HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES DA UFRN	40.270,30	69.481,30	2.355,90	37.914,40	37.914,40	69.481,30
153109 CENTRO DE BIOCENCIAS DA UFRN	881.465,91	154.666,65	129.145,38	783.631,23	783.631,23	123.355,95
153110 MATERNIDADE ESCOLA JANUARIO CICCO DA UFRN		252.636,64	19.383,12	233.253,52	233.253,52	0,00
153113 CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFRN	460.898,85		1.273,89	424.384,80	424.384,80	35.240,16
153253 CENTRO DE CIENCIAS HUM.E LETRAS ARTES DA UFRN	674.221,38	8.317,57	14.213,41	626.702,64	626.702,64	41.622,90
153977 CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDO/UFRN	208.404,96	94.285,82	2.833,74	202.950,85	202.950,85	96.906,19
Total	102.478.834,97	21.616.446,67	10.966.775,06	89.257.841,20	89.032.773,69	24.095.732,89

Fonte: Tesouro Gerencial

No tocante a distribuição do saldo dos RPNP pelas Unidades Gestoras – Ugs da UFRN, a UG 153103 – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que é responsável pelo CNPJ matriz da UFRN, é responsável por 98,30% do saldo ao final de 2017, seguido pela UG 153109 – Centro de Biotecnologias com 0,51%. Essa concentração na UG 153103 se dar em virtude de apenas uma pequena parcela do orçamento da UFRN ser distribuída para as UGs subordinadas, sendo a grande maioria do orçamento executado na administração central.

Tabela 22 – Restos a Pagar Processados por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Valores em R\$ 1,00				
	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Investimentos	389.220,07	2.485.372,99	48.846,06	2.530.825,69	294.921,31
Outras Despesas Correntes	7.131.019,62	1.622.994,34	214.188,37	5.998.143,23	2.541.682,36
Total	7.520.239,69	4.108.367,33	263.034,43	8.528.968,92	2.836.603,67

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação aos Restos a Pagar Processados, o saldo ao final de 2017 foi de R\$ 2.836.603,67, sendo 89,60% do saldo referente a Despesas Correntes, seguido pelas Despesas de Investimento com 10,40%. Dos valores inscritos e reinscritos no exercício, aproximadamente 73,34% foi objeto de pagamento, ficando 24,39% pendente de pagamento até o final do ano. Apenas 2,27% dos valores foram objetos de cancelamento.

A seguir apresentamos a tabela com a segregação do saldo de RPP por Unidade Gestora – UG.

Tabela 23 – Restos a Pagar Processados por Unidade Gestora

Unidade Gestora	Valores em R\$ 1,00				
	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
153103 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	7.464.183,03	4.099.126,38	228.254,41	8.499.541,33	2.835.513,67
153109 CENTRO DE BIOCENCIAS DA UFRN	500,00	9.076,45	8.486,45		1.090,00
153110 MATERNIDADE ESCOLA JANUARIO CICCO DA UFRN	55.556,66		26.293,57	29.263,09	0,00
153977 CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDO/UFRN		164,50		164,50	0,00
Total	7.520.239,69	4.108.367,33	263.034,43	8.528.968,92	2.836.603,67

Fonte: Tesouro Gerencial



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Mais uma vez a UG 153103 responde pela maioria do saldo de Restos a Pagar, sendo responsável por 99% do saldo dos RPP no final do trimestre analisado. Do saldo de R\$ 5.122.019,06, 94,97% é concentrado em 03 fornecedores, a saber:

Tabela 24 – Restos a Pagar Processados por Fornecedor

Valores em R\$ 1,00		
Fornecedor	Saldo a Pagar	AV%
08469280000193 FUNDAÇÃO NORTE RIO GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA	1.559.981,52	54,99%
02141823000162 GARRA VIGILANCIA LTDA	844.589,79	29,77%
00000000000191 BANCO DO BRASIL SA	289.462,85	10,20%
Outros Fornecedores	142.569,51	5,03%
Total	2.836.603,67	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

O saldo do fornecedor FUNPEC é decorrente de diversas apropriações de recursos descentralizado por outros órgãos, por meio de termos de cooperação, para o Contrato nº 4111.21.1413 cujo objeto é o Desenvolvimento, Pesquisa e Inovação em Sistemas Integrados de Gestão.

O valor do fornecedor Banco do Brasil SA é decorrente de aquisição de equipamentos mediante processo de importação, com recursos do programa Pró-Equipamentos da CAPES. Como a importação é referente a vários equipamentos, os pagamentos estão sendo realizados aos poucos, conforme os trâmites de fechamento de câmbio.

Por fim, o saldo da empresa Garra Vigilância Ltda é referente ao saldo final do antigo contrato de prestação de serviços de vigilância armada, que ficou retido na UFRN em virtude de ações judiciais (Processos 0001423-54.2015.5.21.0003 e 0001200-50.2016.521.0041) por falta de pagamento de salários e encargos. Estamos aguardando o pedido para depósito judicial de tal valor.

1.4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

1.4.4.1 – Variações Patrimoniais Aumentativas

A seguir apresentamos as variações mais significativas ocorridas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP no tocante as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's do exercício de 2017 e do exercício anterior.

1.4.4.1.1 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Esse grupo apresentou uma variação negativa de 28,01% no comparativo com o exercício anterior. A diminuição dessa VPA é decorrente do menor volume de arrecadação de receitas com serviços, conforme já citado no item 1.4.2.1 desse relatório.

1.4.4.1.2 – Juros e Encargos de Mora

Esse grupo, apesar da baixa relevância em termos monetários, apresentou uma variação positiva de 22,83% no comparativo 2017 x 2016. Essa variação é decorrente do maior número de atrasos nos pagamentos das GRU's referente aos aluguéis em favor da UFRN, gerando um aumento na receita referente a Juros e Encargos de Mora, aumentando, conseqüentemente, a respectiva VPA em questão.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

1.4.4.1.3 – Reavaliação de Ativos

Ao final do exercício de 2017 a UFRN apresentou uma VPA a título de Reavaliação de Ativos no montante de R\$ 143.271.360,64, contra um valor de R\$ 27.367.947,26 no exercício de 2016, ou seja, uma variação positiva de 423,50%.

Durante todo o exercício de 2017 houve diversos lançamentos que contribuíram para essa elevada variação. A UFRN vem realizando, através da contratação de empresa especializada, a reavaliação de todos os seus Bens Imóveis que estavam com valores defasados e estavam com o prazo de 2 (dois) anos de reavaliação vencido.

No total foram realizados 11 lançamentos referentes às reavaliações dos bens imóveis, onde destacamos abaixo os 03 principais lançamentos:

- a) A maior variação ocorreu no grupo **Fazendas, Parques e Reservas**. Essa variação foi referente à reavaliação do imóvel denominado "Escola Agrícola de Jundiá", localizada na Rodovia RN 156, km 03, CEP 59280-000, Município de Macaíba/RN. Tal imóvel pertence a UFRN e tem uma área total de 12.090.305,00 m², sendo um total de área construída de 35.433,02 m². Após todo o trabalho técnico especializado realizado pela empresa Geosolos-Consultoria, Projetos e Serviços LTDA, o imóvel foi avaliado em R\$ 89.663.486,62, sendo desse valor R\$ 63.865.928,65 o valor total do terreno e R\$ 25.797.557,97 o valor de todas as benfeitorias e/ou construções existentes em toda essa área. O imóvel já estava registrado no SpiuNet através do RIP 1741 00016.500-7 pelo valor total de R\$ 6.773.822,70, sendo assim, foi registrado o valor total da reavaliação do referido imóvel no valor de R\$ 82.889.663,92.
- b) Lançamento no valor de R\$ 19.140.151,27 no grupo **Imóveis de Uso Educacional** referente ao imóvel de RIP 1639 00003.500-8 referente a reavaliação do imóvel denominado "Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES", localizado no município de Caicó/RN.
- c) Lançamento no valor de R\$ 12.544.899,43 também no grupo **Imóveis de Uso Educacional** referente ao imóvel de RIP 1661 00023.500-3 referente a reavaliação do imóvel denominado "Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES" localizado no município de Currais Novos/RN.

1.4.4.1.4 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Em 31/12/2017 a UFRN apresentou um saldo de R\$ 20.063,24 no referido grupo, contra um valor de R\$ 4.014.873,21 em 2016, ou seja, uma variação negativa de 99,50% no comparativo. Esses valores são referentes às diversas transferências que foram realizadas no 2º trimestre de 2016 de movimentação e transferência de bens móveis entre as Unidades Gestoras da UFRN, ou seja, quando a UG Matriz transfere os bens para as UGs filhas ou quando as UGs filhas fazem recolhimento dos bens à UG Matriz para recolhimento ou alienação, por exemplo.

Importante destacar que essas movimentações entre UG's do mesmo órgão geram apenas fatores permutativos, uma vez que essas VPA's são compensadas pelas VPD's que também foram registradas na UG que transfere.

1.4.4.1.5 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Esse grupo apresentou uma variação negativa de 98,32% no comparativo com o exercício de 2016, o que representou uma variação monetária de R\$ 15.653.091,36. Essa variação é decorrente dos lançamentos realizados pela SPO/MEC, nas UGs 153103 e 150426, até o 2º trimestre de 2016, referente ao estorno da baixa de recursos diferidos

Já o valor de R\$ 268.234,43 de 2017 é relativo a baixa de passivos com ISF P, que são gerados após o cancelamento de Restos a Pagar Processados caso o órgão necessite realiza o pagamento futuramente. Como tais valores não eram mais devidos, foram baixados.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

1.4.4.1.6 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 2017 esse grupo apresentou o valor de R\$ 1.335.930,84 contra um valor de R\$ 663.495,61 para o exercício de 2016, ou seja, uma variação positiva de 101,35% no comparativo.

Essa variação decorre, principalmente, dos valores arrecadados através de Guia de Recolhimento da União – GRU, classificados como Indenizações e Restituições devidas a UFRN e/ou ao Tesouro Nacional. Até o final de 2017, foi registrado o montante de R\$ 1.330.379,04 a título de Indenização e Restituições, ou seja, 99,58% do total, sendo R\$ 466.179,20 de Indenizações e R\$ 864.199,84 de Restituições.

1.4.4.2 – Variações Patrimoniais Diminutivas

A seguir apresentamos as variações mais significativas ocorridas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP no tocante as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's.

1.4.4.2.1 – Pessoal e Encargos

No exercício de 2017 a UFRN apresentou uma VPD a título de Pessoal e Encargos no montante de R\$ 927.765.210,71, ou seja, uma variação positiva de 9,01% quando comparado ao ano anterior. Desses valores a conta Remuneração a Pessoal responde por 78,73%, seguido por Encargos Patronais com 15,77%

O aumento dessa VPD decorre principalmente dos aumentos salariais dos servidores da UFRN mediante progressão na carreira, incentivos a qualificação, contratação de novos servidores, dentre outros. Essa VPD representa sozinha 42,53% de todas as VPD's de 2017.

1.4.4.2.2 – Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Esse grupo apresentou uma variação positiva de 57,56% no comparativo com o exercício anterior. Esse valores são referentes aos valores pagos pela UFRN para reembolso de servidores cedidos à esse órgão, e o aumento foi decorrente do acréscimo de uma cessão em 2017.

1.4.4.2.3 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Esse grupo apresentou uma variação positiva de 47,04% em relação a 2016. O maior destaque dessa variação está na conta de Depreciação de Bens Imóveis. Em 2017 o montante registrado a título de Depreciação de Bens Imóveis foi de aproximadamente R\$ 25,2 milhões.

Já analisando os valores até do exercício anterior, esse valor foi de aproximadamente R\$ 7,2 milhões, ou seja, uma variação aproximada de 250%. Esse fato se deve as diversas reavaliações feitas nos imóveis da UFRN e registradas ao longo de 2017, aumentando significativamente o valor dos imóveis.

Esse fato também fica evidenciado no aumento de 423,50% da VPA Reavaliação de Ativos, assim como no aumento da conta de Bens Imóveis no Balanço Patrimonial.

1.4.4.2.4 – Transferências Intergovernamentais

Houve uma variação negativa de 100% no comparativo com 2016, no montante total de R\$ 20.620.484,78. O motivo de tal variação foi em decorrência dos lançamentos gerados em 2016 para regularização da Equação 702 – Convênios – Controle Contas Patrimoniais x Controle Classe 8.

Para tal regularização, foi realizada a baixa dos valores da conta contábil 11311.04.00 – Adiantamento de Transferências Voluntárias, com base movimentação das contas 81221.01.02 e 81221.01.03, referente a valores de prestações de contas aprovadas e que não foram baixadas na conta 11311.04.00. Tal operação não ocorreu em 2017, por isso a variação.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

1.4.4.2.5 – Outras Transferências e Delegações Concedidas

Ocorreu uma variação positiva de 244,30% no comparativo com 2016, gerando uma diferença em termos monetários de R\$ 7.152.045,30. Esses valores são decorrentes de diversas transferências de Bens Móveis realizadas entre as Unidades Gestoras – Ugs da UFRN.

Por se tratar de transferência dentro do mesmo órgão, também é gerada uma contrapartida nas VPAs pelo recebimento na UG de destino, ou seja, gerando um lançamento contábil permutativo no balanço geral da UFRN.

1.4.4.2.6 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas

Esse grupo apresentou uma variação de 253.242,80%, saindo de R\$ 396,99 em 2016 para o montante de R\$ 1.005.745,58 no exercício de 2017. Esse valor registrado em 2017 é decorrente, exclusivamente, da reavaliação do imóvel denominado “DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA E LIMNOLOGIA - ÁREA II”, que após passar pelo processo de reavaliação foi verificado que o valor atual era inferior ao já registrado no SpiuNet, sendo assim houve uma redução do seu valor com base no laudo de avaliação.

1.4.4.2.7 – Desincorporação de Ativos

Esse grupo de VPD apresentou uma variação negativa de 98,39%. Essa variação é decorrente dos lançamentos gerados em 2016 para regularização do Sub-repasse Diferido nas UGs subordinadas, com saldo devedor invertido, em atendimento ao comunicado da SPO/MEC nº 2016/0445875.

Por se tratar de lançamentos entre UGs do mesmo órgão, tais lançamentos são permutativos, tendo em vista que é gerada uma VPD na UG Matriz que realiza a regularização e uma VPA na UG subordinada favorecida do lançamento.

1.4.4.2.8 – Contribuições

No exercício de 2017 o grupo Contribuições apresentou uma variação negativa de 29,89% no comparativo com 2016. O maior volume dessas contribuições é decorrente do pagamento das obrigações patronais sobre o serviço prestado por pessoa física.

Sendo assim, a variação negativa apresentado é em virtude do menor volume de pagamentos realizados por serviços prestados por pessoa física, logo o montante recolhido como obrigação patronal também é menor, tendo em vista que valor corresponde ao percentual de 20% sobre os serviços.

1.4.4.2.9 – Premiações

Apesar da pouca relevância monetário desse grupo, o mesmo apresentou uma variação negativa de 91,10%. Tal variação foi em decorrência do pagamento realizado em 2016 de premiação decorrente do edital para mobilidade docente. Até o encerramento de 2017 apenas 04 pagamentos foram realizados, no total de R\$ 10.190,00.

1.4.4.2.10 – Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apresentado em 2017 foi de R\$ 180.160.383,39, contra um resultado negativo de R\$ 886.051.859,93 que foi apurado no exercício anterior. O principal fator determinante para a diferença no resultado entre esses dois exercícios está no lançamento de provisões de longo prazo realizadas em 2016, conforme explicado no item 1.4.1.10 das Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial.



Notas Explicativas – Exercício de 2017

Além disso, o aumento gerado na VPA de Reavaliação de Ativos em 2017 também contribuiu para o aumento expressivo no resultado apresentado nesse exercício. Se não houvesse o registro da referida provisão em 2016, o resultado apresentado para aquele ano seria de R\$ 64.751.907,30, ou seja, ao aumento de 178% em 2017.

Anexo VI

Cursos de graduação que ofertam
Libras como disciplina obrigatória

Anexo 6: Quadro 4 - Cursos de graduação que ofertam Libras como disciplina obrigatória

Nº de ordem	Curso	Cód. Curso (e-MEC)	Município(s)	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	*Publicação
1	Artes Visuais - Licenciatura	95667	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000123&nivel=G
2	Ciências Biológicas - Licenciatura	312332	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635035&nivel=G
3	Ciências biológicas - EaD - Licenciatura	120887	Caicó, Currais Novos, Guamaré, Luís Gomes, Nova Cruz	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=9295710&nivel=G
4	Ciências sociais - Licenciatura	12315	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635038&nivel=G
5	Dança - Licenciatura	116774	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=7264330&nivel=G
6	Educação Física - Licenciatura	312327	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635041&nivel=G
7	Educação Física – EaD - Licenciatura	1193750	Caicó, Caraúbas, Currais Novos, Guamaré, Grossos, Luís Gomes, Macau, marelino Vieira, Martins, Nova Cruz	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=50688664&nivel=G
8	Educação Física - parfor	**		Sim	**
9	Filosofia - Licenciatura	312321	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635047&nivel=G
10	Física - Licenciatura	312334	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635050&nivel=G
11	Física – EaD - Licenciatura	99892	Campina grande (pb), Currais Novos, Extremoz, Luís Gomes, Macau, Martins, Nova Cruz	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000124&nivel=G
12	Fonoaudiologia - Bacharelado	116764	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=7410980&nivel=G
13	Geografia - Licenciatura	312323	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635053&nivel=G
14	Geografia – EaD - Licenciatura	111314	Caicó, Extremoz, Luís Gomes, Macau, Marcelino Vieira, Martins, Nova Cruz	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2671321&nivel=G

15	Geografia - Licenciatura	12351	Caicó	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635055&nivel=G
16	História – EaD – Licenciatura	1299294	Caraúbas, Macau Parnamirim, São Gonçalo do Amarante	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=50913238&nivel=G
17	História - Licenciatura	12324	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635057&nivel=G
18	História - Licenciatura	12350	Caicó	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635060&nivel=G
19	Letras – francês - Licenciatura	32296	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=118836561&nivel=G
20	Letras – inglês - Licenciatura	34277	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=118840295&nivel=G
21	Letras - Língua espanhola - Licenciatura	116564	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=118880834&nivel=G
22	Letras - Língua portuguesa - Licenciatura	31160	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=118921874&nivel=G
23	Letras - língua espanhola - Licenciatura	116625	Currais Novos	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=118922026&nivel=G
24	Letras - língua portuguesa e libras - Licenciatura	1279038	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=118921874&nivel=G
25	Letras - língua portuguesa - Licenciatura	110830	Currais Novos	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=118922626&nivel=G
26	Letras - Língua portuguesa – EaD - Licenciatura	1170261	Caicó, Currais Novos, Nova Cruz, Parnamirim	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=50852239&nivel=G
27	Licenciatura em ciências sociais – prounera - Licenciatura	**	Currais Novos	Sim	**
28	Matemática - Licenciatura	312333	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000054&nivel=G
29	Matemática – EaD - Licenciatura	99898	Currais Novos, Extremoz, lajes, Macau, Marcelino Vieira, Nova Cruz	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000134&nivel=G
30	Matemática – parfor - Licenciatura	**		Sim	**
31	Matemática - Licenciatura	12354	Caicó	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000055&nivel=G
32	Música - Licenciatura	18395	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=111635069&nivel=G

33	Pedagogia - Licenciatura	20938	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000063&nivel=G
34	Pedagogia – EaD - Licenciatura	1193519	Caicó, Caraúbas, Currais Novos, Grossos, Guamaré, Luís Gomes, Macau, Marcelino Vieira, Martins, Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Nova Cruz	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=50799262&nivel=G
35	Pedagogia - Licenciatura	12353	Caicó	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000064&nivel=G
36	Química - Licenciatura	312335	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=111635075
37	Química – EaD- Licenciatura	99896	Caicó, Campina Grande (PB), Currais Novos, Extremoz, Nova Cruz	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000144&nivel=G
38	Teatro - Licenciatura	108336	Natal	Sim	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000158&nivel=G

Fonte: SIGAA

(*) A UFRN disponibiliza as informações listadas no Art. 99 da Portaria MEC nº 23/2017, conforme consta nos *links* citados, mas ressalta que virtude da recente publicação da Portaria (DOU de 22/12/17) as informações contidas nos mesmos encontram-se em fase de atualização.

(**) Cursos que não possuem código e-MEC, pois pertencem a Programas de formação em nível nacional, criados pelo MEC e, portanto, não são cursos com oferta regular pela UFRN.

APÊNDICES

Apêndice I

Relatório de Acompanhamento

SIGPP 2017



PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - PROPLAN
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO SIGPP 2017

NATAL (RN)

2017

REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

João Emanuel Evangelista de Oliveira

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Dantas de Melo

Equipe Técnica

Alexandre Flávio Silva de Queiroz

André Luis Veras de Sandes Freitas

Emmanuelle de Oliveira Ferreira

Evane Lopes Tavares

Fátima Pereira Gouvinhas

Heloiza Henê Marinho da Silva

Inauro Mano Evas

Marcio Capriglione

Maria Pepita Vasconcelos de Andrade

Valeska Mariana Dias Melo

Apoio / bolsista

Fábio Jordão de Oliveira Pegado

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Metodologia
3. Resultados
4. Considerações Finais

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da experiência do processo de planejamento das Unidades Acadêmico-Administrativas que compõem a Administração Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, no ano de 2017, por meio da utilização do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos - SIGPP, instrumento de planejamento e gestão institucional.

O processo tem como base o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, aprovado pela Resolução nº 015/2010-CONSUNI de 27 de outubro de 2010 e atualizado pela Resolução nº 019/2015-CONSUNI, de 04 de novembro de 2015. Fundamenta-se também no plano “Avanços e Desafios: Plano de Gestão 2015-2019”, aprovado pela Resolução nº 023/2015-CONSUNI, de 25 de novembro de 2015 e nas diversas políticas e normas estabelecidas por seus órgãos colegiados superiores.

Sendo assim, a concepção de universidade que orienta o futuro da UFRN está centrada na Missão e Visão de Futuro estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, sem desconsiderar o papel da Universidade na contemporaneidade.

A utilização do SIGPP como instrumento de planejamento operacional, para registro e acompanhamento do Plano Anual de Metas da gestão, vem sendo consolidada ao longo dos anos, num processo de revitalização de seu uso iniciado em 2015. Dentre suas características principais, o SIGPP permite, além do cadastramento de metas, as definições de suas etapas, indicadores, parcerias com outras unidades da administração da UFRN, além do registro dos resultados previstos, responsável(is) pela meta, etc. O princípio da flexibilidade, que orienta o processo de planejamento, permite ainda a revisão e atualização das metas cadastradas no SIGPP pelas Unidades. Nesse processo de construção e reconstrução do objeto planejado, foi então considerada a dinâmica da realidade institucional em suas diferentes circunstâncias.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho teve um enfoque participativo por meio de uma sequência de reuniões com as Unidades Acadêmico-Administrativas que compõem a Administração Central da UFRN, das quais participaram pró-reitores, técnicos e assessores. Além do caráter participativo, a metodologia buscou assegurar o comprometimento de todos, bem como um entendimento conceitual sobre objetivos e metas no âmbito do processo de planejamento e gestão institucional.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho de adequação das metas do SIGPP foram os seguintes:

- a) Em fevereiro de 2017, foi definida pela Administração Central, com o auxílio da PROPLAN, as prioridades para o planejamento de metas de 2017;
- b) Durante os meses de fevereiro e março, as unidades da Administração Central cadastraram suas metas anuais no SIGPP;
- c) No início de abril foi apresentada ao *staff* da UFRN uma análise das metas pela PROPLAN, onde foram identificados alguns aspectos, tais como:
 - i. Número total de metas cadastradas;
 - ii. Análise do alinhamento das metas com o PDI e o Plano de Gestão;
 - iii. Análise do comprometimento das metas com as prioridades definidas pela Administração Central;
 - iv. Análise de inadequações quanto aos aspectos conceituais de definição de metas.
- d) No início de julho foi realizada reunião de avaliação semestral de acompanhamento das metas, com a participação de todo o *staff*. Dentre os aspectos analisados, cumpre destacar as observações:
 - i. Aperfeiçoamento da descrição das metas pelas unidades;
 - ii. Esforço relevante das unidades em alinhar suas metas ao PDI e ao Plano de Gestão;
 - iii. Foco da análise da PROPLAN na verificação das informações referente às metas preenchidas pelas Unidades (etapas, indicadores, resultados previstos e parcerias).
 - iv. Nesse momento de avaliação, foram solicitadas informações adicionais às unidades:
 1. Inserção das observações pertinentes a cada etapa nos resultados parciais;

2. Preenchimentos das informações solicitadas pelo SIGPP no módulo Resultado Final (avanços obtidos, dificuldades encontradas e medidas tomadas).
- e)** Em setembro, foi realizada outra reunião com o *staff* para o acompanhamento das metas, onde foram discutidos detalhadamente os percentuais de cumprimento de cada uma e ressaltada a relevância dos seguintes aspectos:
1. O processo de sensibilização das equipes, em especial, dos responsáveis pelas metas, para a importância de sua realização;
 2. A necessidade de estabelecer um planejamento da execução das metas com um cronograma exequível até o fim do ano;
 3. A criação de mecanismo de acompanhamento e avaliação periódica do cumprimento das metas pelas unidades;
- f)** Por fim, em dezembro de 2017, foi realizada a reunião anual de avaliação das metas do *staff* da Administração Central, com apresentação dos resultados pelas unidades.

3. RESULTADOS

Conforme registrado no tópico referente à Metodologia, o trabalho de planejamento e definição das metas de 2017 foi desenvolvido em várias etapas. Na **etapa (a)** foram definidas algumas prioridades dentre as metas estratégicas do PDI para serem trabalhadas em 2017:

- **Meta 1 - Elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação em 12,9%, passando de 62% em 2014 para 70% em 2019;**
- **Meta 2 - Expansão das matrículas do ensino de graduação em 8,3%, passando de 32.449 em 2014 para 35.149 em 2019;**
 - Identificar causas e estabelecer submetas de redução da retenção e da evasão por cursos e/ ou área de conhecimento, e
 - Intensificar a mobilidade de estudantes estrangeiros nos cursos da UFRN.
- **Meta 3 - Qualificação dos cursos de graduação, até 2019, com 80% dos cursos avaliados, segundo indicadores do INEP, obtendo conceitos 4 ou 5;**
- **Meta 4 - Expansão da atividade de pesquisa:**
 - 15% para os grupos de pesquisa, passando de 345 em 2014 para 397 em 2019;
 - 20% para os projetos de pesquisa, passando de 877 em 2014 para 1.052 em 2019.
- **Meta 15 - Expansão da internacionalização:**
 - 100% para o número de acordos de cooperação internacional, passando de 197 em 2014 para 394 em 2019;
 - 100% para o número de professores/ pesquisadores visitantes estrangeiros, passando de 62 em 2014 para 124 em 2019;
 - 100% para os alunos estrangeiros na UFRN, passando de 68 alunos de mobilidade de graduação em 2014 para 132 em 2019; de 60 alunos regulares na graduação em 2014 para 120 em 2019; e de 63 alunos de pós-graduação em 2014 para 126 em 2019.
- **Meta 17 - Modernização da gestão universitária:**
 - Com a atualização e a otimização, até 2019, de 50% das funcionalidades implantadas nos sistemas SIG-UFRN, associadas aos processos administrativos;

→ Com a adoção de processos eletrônicos, até 2019, de 80% dos processos administrativos com formalização, comunicação e transmissão em formato totalmente digital.

Na **etapa (c)** foi realizada uma primeira análise das metas cadastradas pelas unidades em 2017, onde foi possível observar:

- o total de metas cadastradas, que passou de 241 metas em 2016 para 181 metas em 2017. Tal fato deveu-se a um melhor entendimento por parte das unidades do conceito de meta, uma vez que em 2016 muitas atividades rotineiras das unidades foram cadastradas como metas. Por outro lado, observou-se um aumento no total de unidades da Administração Central que cadastraram suas metas, passando de 19 em 2016, para 21 em 2017 (de um total de 22 unidades);
- foi analisada a distribuição das metas entre os eixos programáticos do Plano de Gestão, uma vez que o SIGPP exige o estabelecimento dessa relação. O resultado encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 1 – Quantitativo das Metas por Eixo do Plano de Gestão

EIXOS		Nº de metas	Percentual (em relação ao total)
I	Qualidade acadêmica, interiorização e internacionalização	42	23,2%
II	Gestão eficiente, participativa e transparente	60	33,1%
III	Cidadania, inclusão social e sustentabilidade	39	21,5%
IV	Ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento	31	17,1%
V	Gestão de pessoas, desenvolvimento institucional e qualidade de vida	9	5%
TOTAL DE METAS		181	100%

Fonte: PROPLAN/UFRN (março 2017)

- o alinhamento das metas cadastradas pelas unidades com as metas do PDI, com destaque para aquelas consideradas prioritárias pela Administração Superior, cujo resultado é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Alinhamento das Metas das Unidades com as Metas Estratégicas do PDI

METAS DO PDI		Número de metas	Percentual (em relação ao total)
META 1	Elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação em 12,9%, passando de 62% em 2014 para 70% em 2019.	13	7,2%
META 2	Expansão das matrículas do ensino de graduação em 8,3%, passando de 32.449 em 2014 para 35.149 em 2019.	4	2,2%
META 3	Qualificação dos cursos de graduação, até 2019, com 80% dos cursos avaliados, segundo indicadores do INEP, obtendo conceitos 4 ou 5.	6	3,3%
META 4	Expansão do sistema de pós-graduação stricto sensu em 26,4%, passando de 106 cursos em 2014 para 134 em 2019, sendo: 1 - 32,3% para o doutorado, passando de 34 cursos em 2014 para 45 cursos em 2019; 2 - 10,9% para o mestrado acadêmico, passando de 55 cursos em 2014 para 61 cursos em 2019; 3 - 64,7% para o mestrado profissional, passando de 17 cursos de 2014 para 28 cursos em 2019.	2	1,1%
META 5	Qualificação do sistema de pós-graduação, elevando o conceito CAPES em 10,4% dos cursos até 2019, sendo: 1 - 17,6% para o doutorado, o que corresponde a 6 dos 34 cursos ofertados; 2 - 5,5% para o mestrado acadêmico, o que corresponde a 3 dos 55 cursos ofertados; 3 - 17,6% para o mestrado profissional, o que corresponde a 2 dos 17 cursos ofertados.	5	2,8%
META 6	Expansão das matrículas do ensino da educação profissional técnica de nível médio e da educação básica em 39,9%, passando de 5761 em 2014 para 8.060 em 2019, sendo: 1 - 50,6% para o Instituto Metrópole Digital, passando de 1.700 em 2014 para 2.560 em 2019; 2 - 11,1% para a Escola de Saúde, passando de 767 em 2014 para 852 em 2019; 3 - 40% para a Escola Agrícola de Jundiá, passando de 2.700 em 2014 para 3.780 para 2019; 4 - 30,8% para a Escola de Música, passando de 292 em 2014 para 382 em 2019; 5 - 60,3% para o Núcleo Educacional Infantil/Colégio de Aplicação, passando de 302 em 2014 para 484 em 2019.	1	0,6%
META 7	Expansão da atividade de pesquisa: 1 - 15% para os grupos de pesquisa, passando de 345 em 2014 para 397 em 2019; 2 - 20% para os projetos de pesquisa, passando de 877 em 2014 para 1.052 em 2019.	4	2,2%
META 8	Expansão do número de bolsas de pesquisa e de inovação tecnológica: 1 - 15% para as bolsas de pesquisa e inovação tecnológica destinadas a alunos, passando de 1.385 em 2014 para 1.593 em 2019; 2 - 10% para as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq, passando de 168 em 2014 para 185 em 2019.	3	1,7%
META 9	Expansão das atividades de inovação: 1 - 150% para os contratos de licenciamento de tecnologia, passando de 4 em 2014 para 10 em 2019; 2 - 90,5% para os pedidos de registro de patentes, passando de 105 em 2014 para 200 em 2019; 3 - 500% para as concessões de cartas-patente, passando de 1 em 2014 para 6 em 2019; 4 - 110,5% para o registro de programas de computador, passando de 38 em 2014 para 80 em 2019; 5 - 114,3% para o registro de marcas, passando de 14 em 2014 para 30 em 2019.	7	3,9%
META 10	Expansão das atividades de Empreendedorismo: 1 - 52% para o número de empresas juniores, passando de 25 em 2014 para 38 em 2019; 2 - 100% para o número de incubadoras, passando de 4 em 2014 para 8 em 2019; 3 - 143,5% para o número de empresas incubadas, passando de 23 em 2014 para 56 em 2019.	1	0,6%
META 11	Expansão do número acumulado de publicações indexadas e de citações das publicações da UFRN na plataforma Web of Science: 1 - 109,4% para o número acumulado de publicações indexadas, passando de 9.505 em 2014 para 19.900 em 2019; 2 - 94% para o número acumulado de citações das publicações da UFRN, passando de 8.234 em 2014 para 16.037 em 2019.	1	0,6%

META 12	Expansão das atividades de extensão: 1 - 15% para as ações de extensão, passando de 1.503 em 2014 para 1.728 em 2019 e; 2 - 15% para as bolsas de extensão, passando de 750 em 2014 para 863 em 2019.	13	7,2%
META 13	Expansão da participação nas atividades de extensão: 1 - 10,4% para o corpo docente, passando de 67% do total de docentes em 2014 para 74% em 2019; 2 - 11,5% para o corpo técnico-administrativo, passando de 26% do total dos servidores técnico-administrativos em 2014 para 29% em 2019; 3 - 14,8% para o corpo discente, passando de 27% do total de alunos matriculados em 2014 para 31% em 2019.	3	1,7%
META 14	Inclusão de ações de extensão, até 2019, em 100% dos projetos pedagógicos de cursos de graduação.	1	0,6%
META 15	Expansão da internacionalização: 1 - 100% para o número de acordos de cooperação internacional, passando de 197 em 2014 para 394 em 2019; 2 - 100% para o número de professores/pesquisadores visitantes estrangeiros, passando de 62 em 2014 para 124 em 2019; 3 - 100% para os alunos estrangeiros na UFRN, passando de 68 alunos de mobilidade de graduação em 2014 para 132 em 2019; de 60 alunos regulares na graduação em 2014 para 120 em 2019; e de 63 alunos de pós-graduação em 2014 para 126 em 2019.	12	6,6%
META 16	Reestruturação e expansão da capacidade de atendimento dos hospitais universitários: 1 - 21,9% para os leitos de internação geral, passando de 398 em 2014 para 485 em 2019; 2 - 202,4% para os leitos de internação intensiva (UTI), passando de 29 em 2014 para 88 em 2019.	0	0,0%
META 17	Modernização da gestão universitária: 1 - com a atualização e a otimização, até 2019, de 50% das funcionalidades implantadas nos sistemas SIG-UFRN, associadas aos processos administrativos; 2 - com a adoção de processos eletrônicos, até 2019, de 80% dos processos administrativos com formalização, comunicação e transmissão em formato totalmente digital.	22	12,2%
TOTAL DE METAS:		98	54,1%

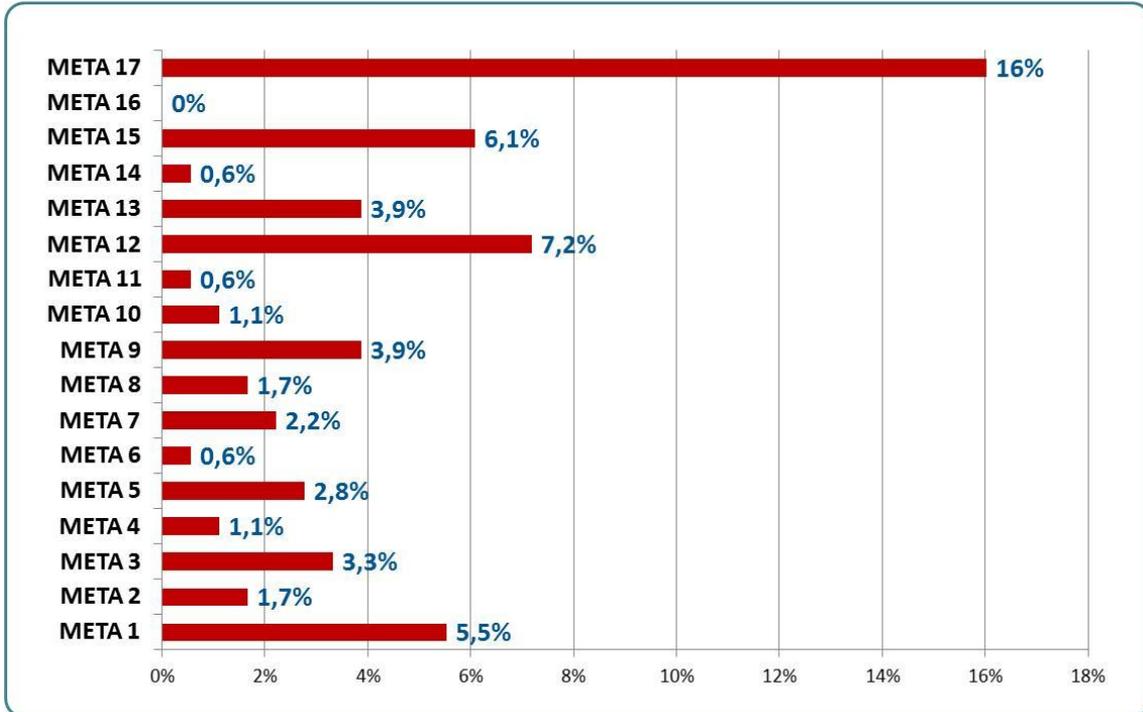
Fonte: PROPLAN/UFRN (março 2017)

- A partir da análise das metas cadastradas pelas unidades, foi observado algumas inadequações quanto aos aspectos conceituais da definição de metas, tais como:
 - Existem metas ainda não quantificadas;
 - Há metas que estabelecem percentual de realização esperado, mas sem referência em relação aos valores absolutos;
 - Certas metas são, na verdade, são mais caracterizadas como objetivos.
 - Algumas metas correspondem a atividades rotineiras da unidade.

Na **etapa (d)**, a partir da avaliação semestral do acompanhamento das metas, foram observados os seguintes resultados:

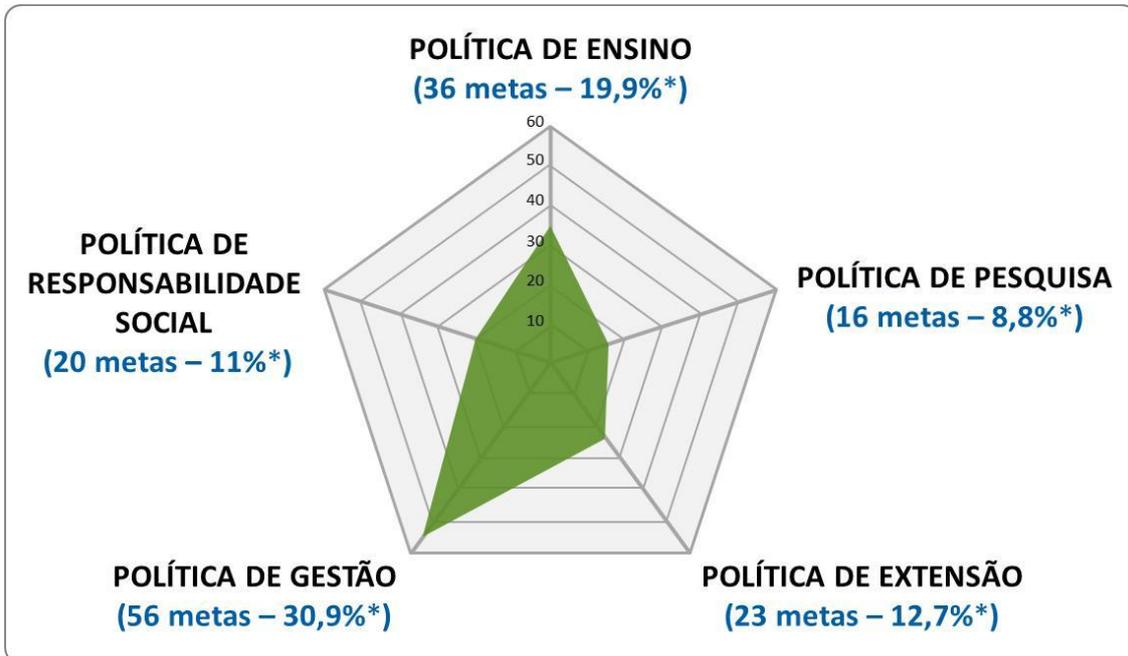
- Foi constatado maior empenho das unidades em alinhar suas metas ao PDI (metas e políticas) e ao Plano de Gestão (eixos programáticos), conforme demonstrado nos gráficos (1, 2 e 4) abaixo:

Gráfico 1 - Alinhamento com as Metas do PDI



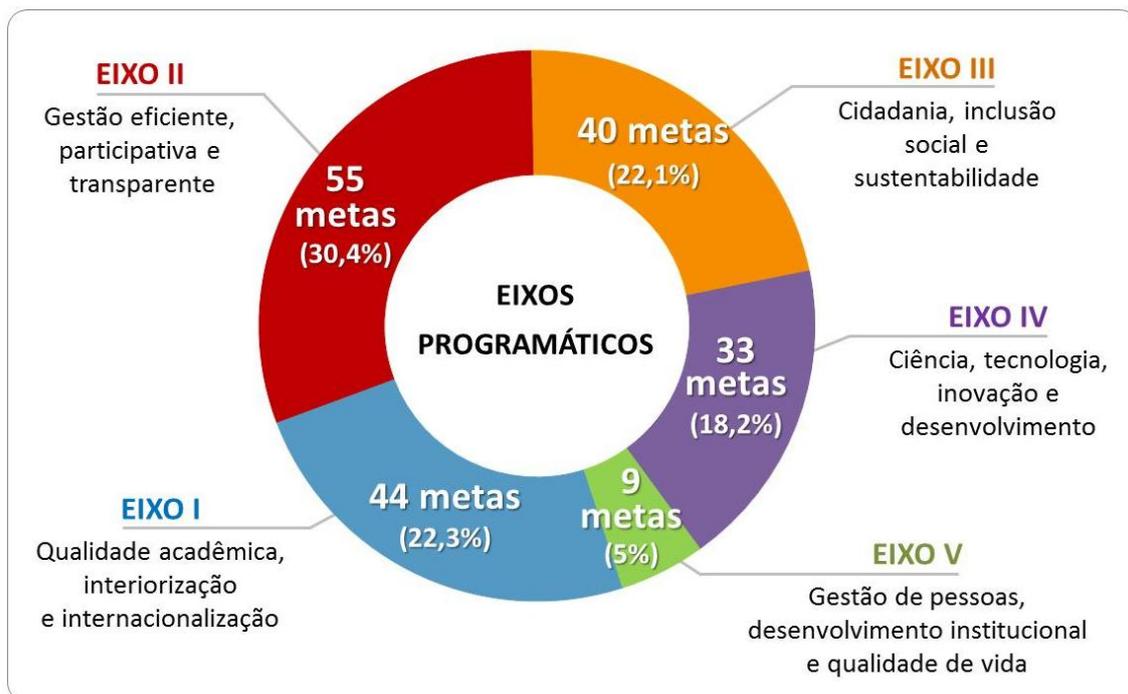
Fonte: PROPLAN/UFRN (julho 2017)

Gráfico 2 - Alinhamento com as Políticas do PDI



Fonte: PROPLAN/UFRN (julho 2017)

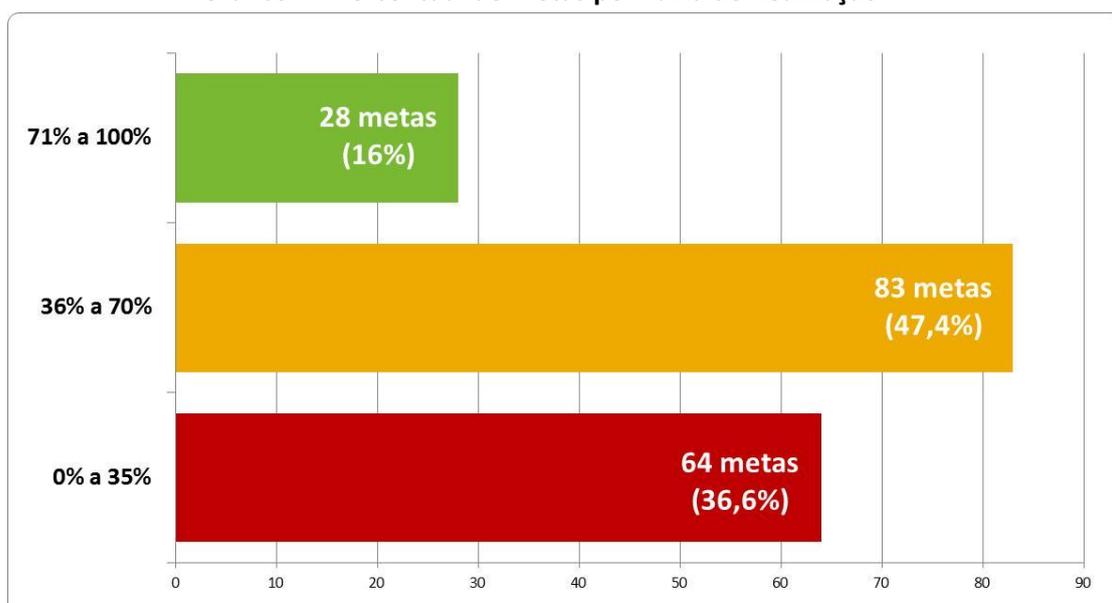
Gráfico 3 - Alinhamento com os Eixos Programáticos do Plano de Gestão



Fonte: PROPLAN/UFRN (julho 2017)

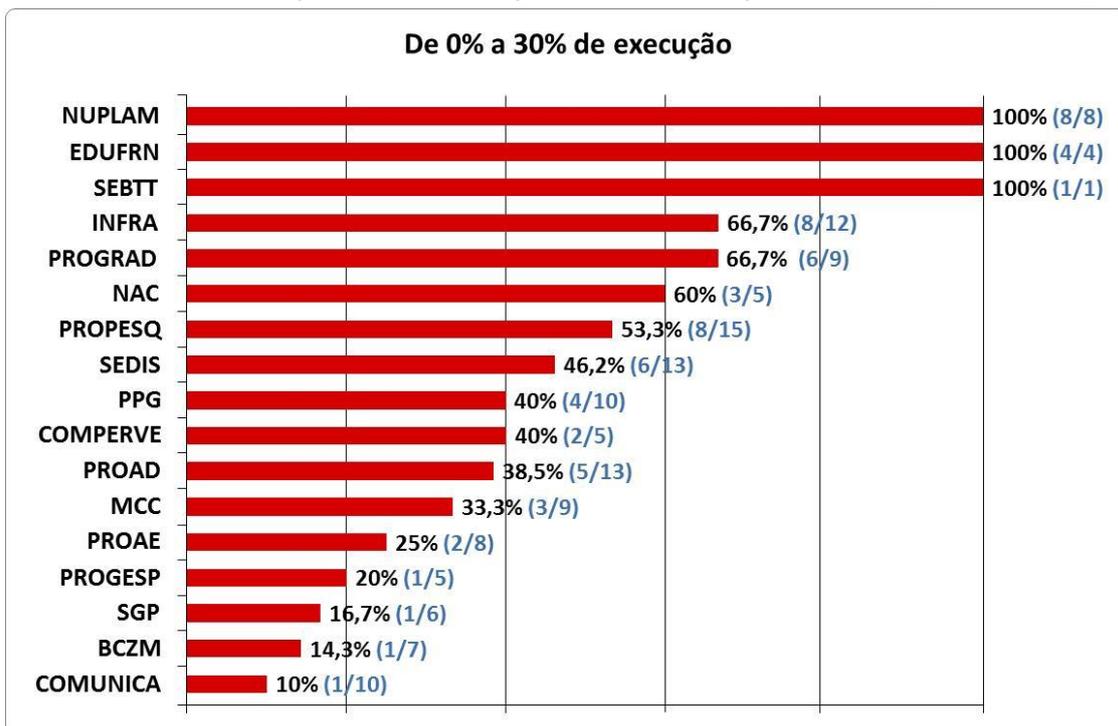
Na **etapa (e)**, realizada no mês de setembro, foi dado ênfase ao percentual de cumprimento das metas de cada uma das unidades da Administração Central. Nessa análise, foi demonstrado o percentual de realização médio das metas das unidades divididas em três faixas de realização (de 0% a 35%, de 36% a 70% e de 71% a 100%), conforme demonstrado nos gráficos (4, 5, 6 e 7) abaixo:

Gráfico 4 - Percentual de Metas por Faixa de Realização



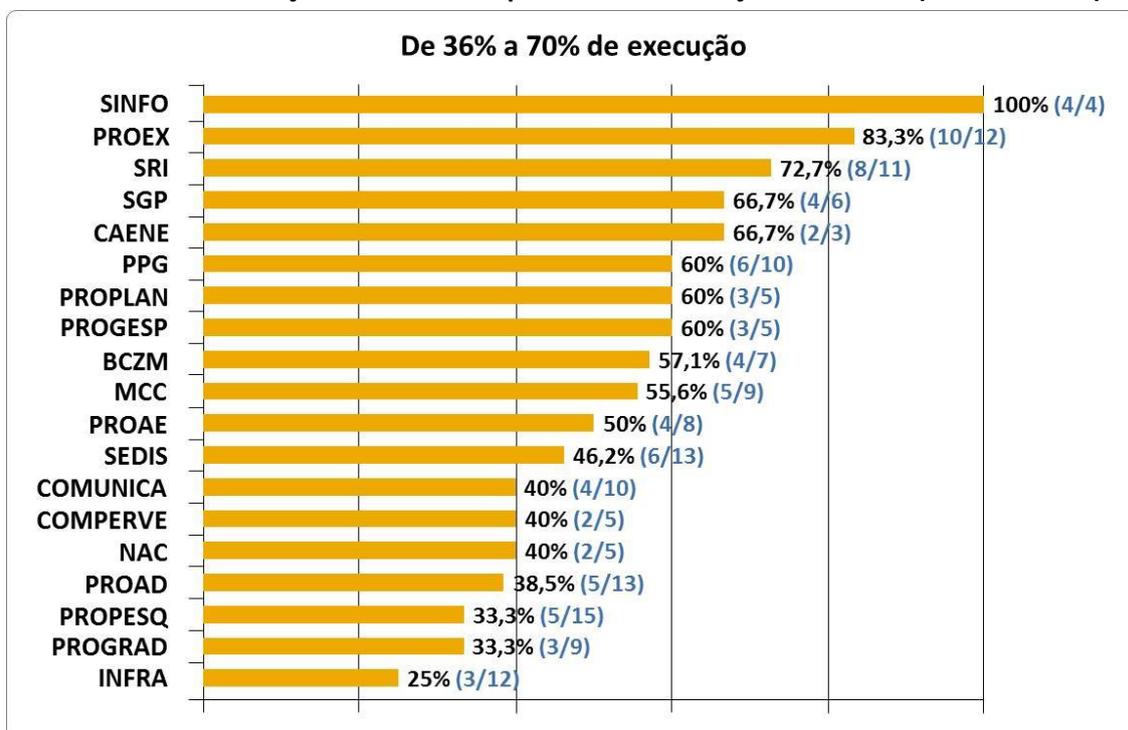
Fonte: PROPLAN/UFRN (setembro 2017)

Gráfico 5 – Distribuição das Unidades por Faixa de Execução das Metas (de 0% a 30%)



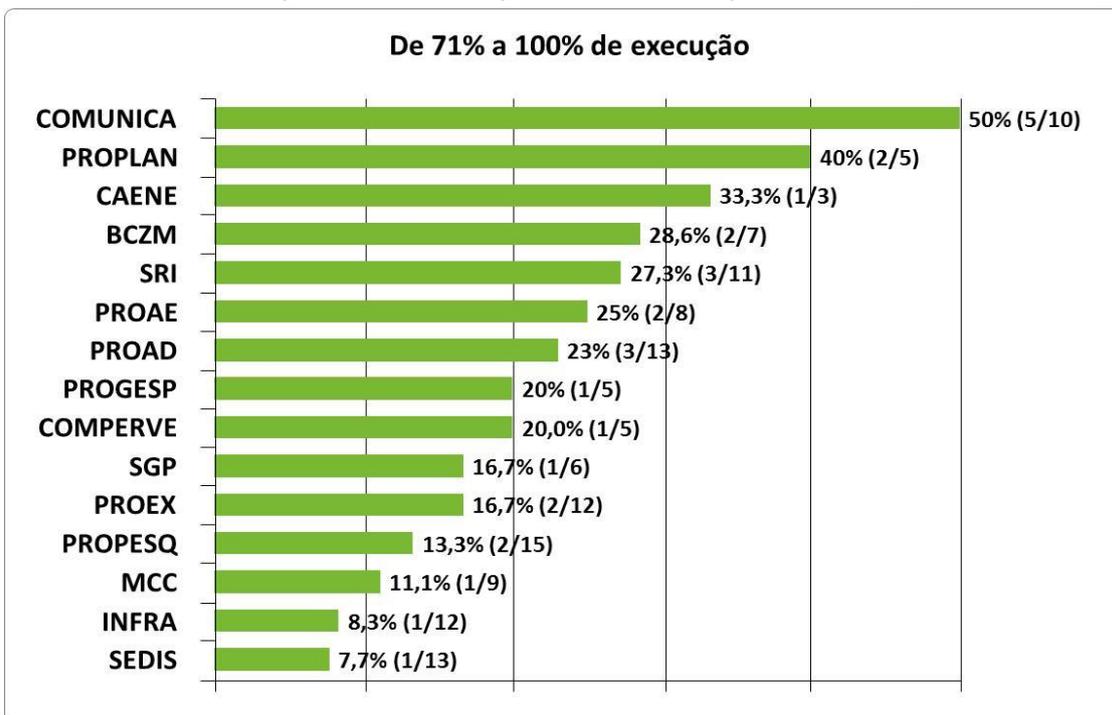
Fonte: PROPLAN/UFRN (setembro 2017)

Gráfico 6 – Distribuição das Unidades por Faixa de Execução das Metas (de 36% a 70%)



Fonte: PROPLAN/UFRN (setembro 2017)

Gráfico 7 – Distribuição das Unidades por Faixa de Execução das Metas (de 71% a 100%)

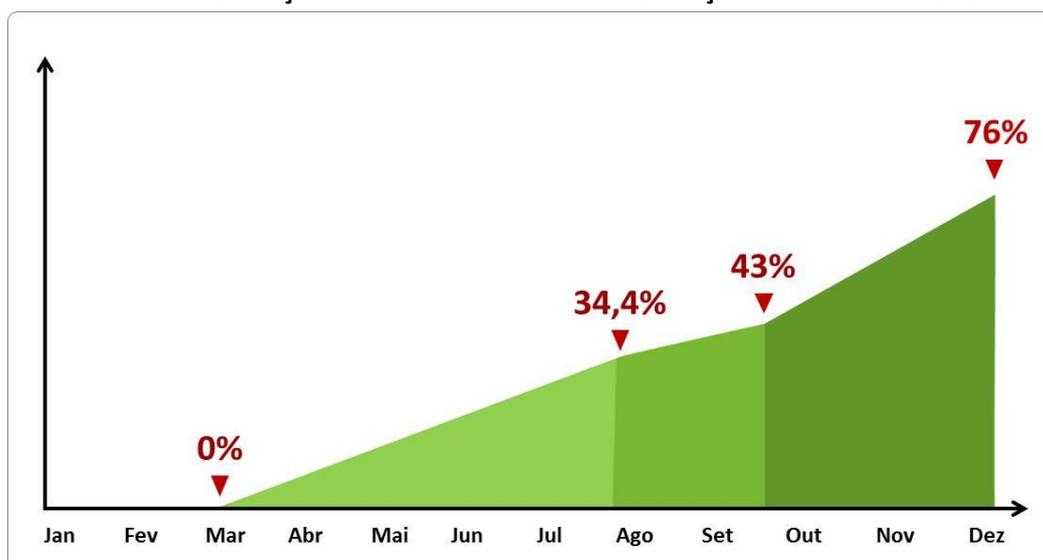


Fonte: PROPLAN/UFRN (setembro 2017)

Por fim, na **etapa (f)**, na reunião anual de avaliação das metas, acontecida em dezembro, as unidades apresentaram suas principais realizações, bem como foi demonstrado os resultados gerais das metas do SIGPP em 2017.

- Foi demonstrada a evolução do percentual médio de execução das metas das unidades em 2017, como está demonstrado no gráfico abaixo:

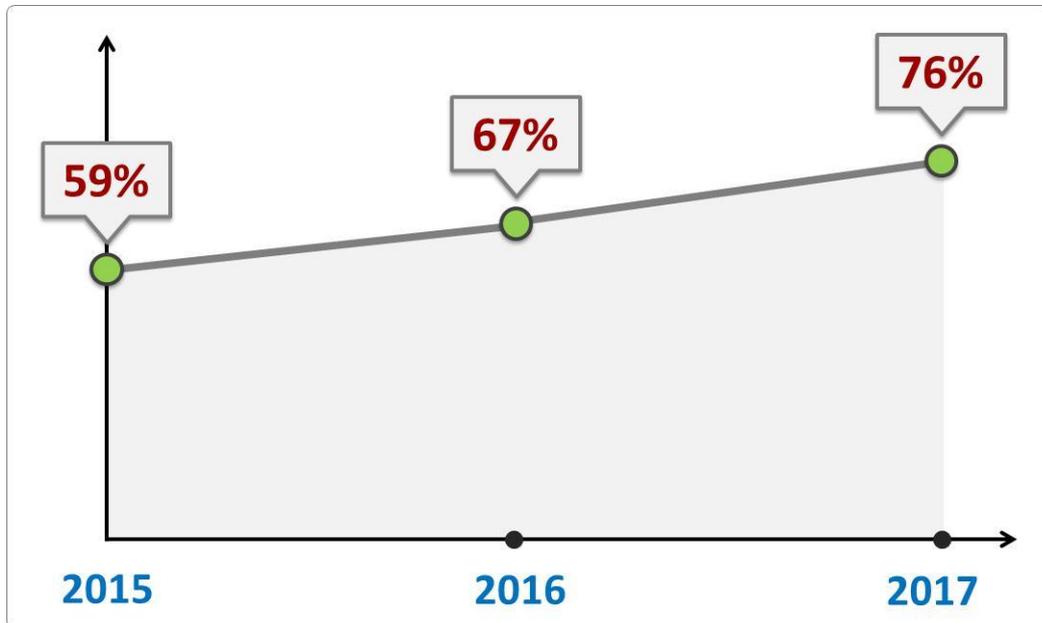
Gráfico 8 – Evolução do Percentual Médio de Execução das Metas em 2017



Fonte: PROPLAN/UFRN (dezembro 2017)

- Também foi apresentada a evolução do percentual médio de realização das metas de 2015 a 2017:

Gráfico 9 – Evolução do Percentual de Execução das Metas (2015-2017)



Fonte: PROPLAN/UFRN (dezembro 2017)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de planejamento e avaliação, quando desenvolvido de forma priorizada e contínua, se constitui em um eficiente instrumento de alinhamento estratégico e de mensuração dos resultados.

O acompanhamento das metas cadastradas no SIGPP pelas Unidades da Administração Central da UFRN possibilitou à PROPLAN concluir que avanços foram obtidos no decorrer do processo de análise e ajuste dessas metas. Nesse sentido, destaca-se que as Unidades cadastraram suas metas com o acompanhamento sistemático da PROPLAN; além disso, as análises foram focadas na vinculação das metas com o PDI (Metas estratégicas e Políticas) e com o Plano de Gestão (Eixos Programáticos e Linhas de Ação).

Ressalta-se, ainda, que os resultados das análises permitem enfatizar outros aspectos identificados durante o desenvolvimento desse trabalho, quais sejam:

- a) O planejamento das metas pelas Unidades foi referenciado no PDI, com ênfase nas metas estabelecidas como prioritárias, e no Plano de Gestão;
- b) O SIGPP precisa de ajustes para permitir a vinculação das metas propostas pelas Unidades com mais de uma Linha de Ação do Plano de Gestão.
- c) O SIGPP é um instrumento de planejamento e gestão cujo modelo prioriza as metas; não obstante, há um conjunto de atividades desenvolvidas pelas Unidades que não podem ser contempladas com registro no Sistema;

Em síntese, o que se depreende da análise das metas é que uma vez construídas com base no plano estratégico (PDI 2010-2019) e no plano tático (Plano de Gestão 2015-2019), a Universidade revela uma clareza de rumo, com direção e unidade de ações.

“Não se gerencia o que não se mede. Não se mede o que não se define. Não se define o que não se entende. Não há sucesso no que não se gerencia.”

William Edward Deming

18- RELATÓRIO DE INSTANCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

Inserção de dados no Sistema CGU-PAD em 2017 separados por ano de instauração, espécie e rito

Ano de Instauração	Qtde	Sindicância	PAD - Rito Ordinário	PAD - Rito Sumário
2006	2	2	0	0
2007	2	2	0	0
2016	8	5	3	0
2017	49	16	33	0
Total	61	25	36	0

Fonte: CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (Consulta PAD-Emissão de Relatório - filtro por Data de Cadastramento - período 01/01/2017 a 31/12/2017)

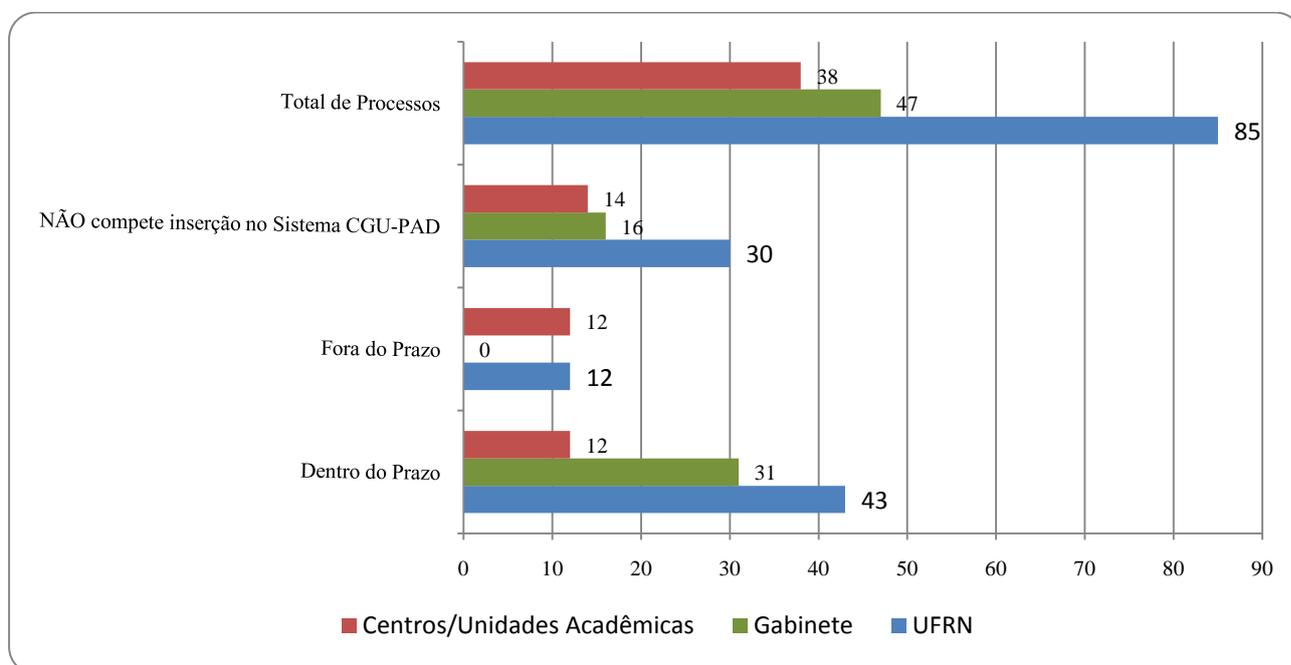
Relatório link: [Processos Cadastrados em 2017 - CGU](#)

Processos instaurados em 2017, conforme Portaria n.º 1.043/07, separados por unidade instauradora

Situação em relação ao Sistema CGU-PAD	Qtde	Gabinete	Centros/Unidades Acadêmicas
Dentro do Prazo	43	31	12
Fora do Prazo	12	0	12
Não compete inserção no Sistema CGU-PAD	30	16	14
Total de Processos	85	47	38

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

**Gráfico Demonstrativo dos Processos Disciplinares instaurados em 2017
EM RELAÇÃO AO SISTEMA CGU-PAD**



Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Relatório link: [Processos cadastrados sistema CGU - Portaria n.º 1.043/07](#)

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	37
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	24
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	61

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data de Cadastro	Tipo de Processo
23077080875201664	09/01/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077000374201793	09/01/2017	Sindicância
23077063879201688	09/01/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077076665201671	11/01/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077039362201678	13/01/2017	Sindicância
23077073375201676	13/01/2017	Sindicância
23077079384201671	01/02/2017	Sindicância
23077059322201642	01/02/2017	Sindicância
23077073056201661	14/02/2017	Sindicância
23077006048201790	15/02/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077011803201758	07/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077012573201744	07/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077059757201697	07/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077007387201793	16/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077014395201796	21/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077017147201705	23/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077016048201706	23/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077022717201771	18/04/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077042677200621	12/05/2017	Sindicância
23077036080200728	16/05/2017	Sindicância
23077018860201768	17/05/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data de Cadastro	Tipo de Processo
23077077794201687	22/05/2017	Sindicância
23077022188201713	23/05/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077015049201725	25/05/2017	Sindicância
23077043662200761	29/05/2017	Sindicância
23077002077200620	29/05/2017	Sindicância
23077026663201712	31/05/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077032360201739	01/06/2017	Sindicância
23077034300201751	14/06/2017	Sindicância
23077031579201711	23/06/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077036072201753	23/06/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077036092201724	23/06/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077038779201702	04/07/2017	Sindicância
23077030873201713	18/07/2017	Sindicância
23077036540201790	27/07/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077044168201795	27/07/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077047199201706	04/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077047427201730	08/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077047416201750	08/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077040379201759	09/08/2017	Sindicância
23077038245201778	09/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077030382201764	09/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077030477201788	11/08/2017	Sindicância
23077047591201747	18/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077030178201743	21/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077054152201791	05/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077039954201771	11/09/2017	Sindicância
23077056277201755	20/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077058775201732	28/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077060345201781	05/10/2017	Sindicância
23077058020201738	13/10/2017	Sindicância
23077067811201759	27/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077067816201781	30/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077070517201724	09/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077071609201721	20/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077012289201778	20/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077039384201719	20/11/2017	Sindicância
23077073282201722	23/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data de Cadastro	Tipo de Processo
23077053439201701	06/12/2017	Sindicância
23077073064201798	14/12/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23077072349201710	18/12/2017	Sindicância

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte	
Período:	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	22
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	3
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	12
Total de Procedimentos "Julgados"	17
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	1
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	55

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23077000374201793	Sindicância	04/01/2017	Decisão
23077006048201790	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	03/02/2017	Encaminhado para Julgamento
23077036072201753	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	19/06/2017	Encaminhado para Julgamento
23077036092201724	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	19/06/2017	Encaminhado para Julgamento
23077036540201790	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	26/07/2017	Encaminhado para Julgamento
23077044168201795	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	26/07/2017	Encaminhado para Julgamento
23077030382201764	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	27/07/2017	Encaminhado para Julgamento
23077047427201730	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	04/08/2017	Encaminhado para Julgamento
23077047416201750	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	07/08/2017	Encaminhado para Julgamento
23077038245201778	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	08/08/2017	Encaminhado para Julgamento
23077056277201755	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	12/09/2017	Encaminhado para Julgamento
23077077794201687	Sindicância	17/05/2017	Encaminhado para Julgamento
23077032360201739	Sindicância	01/06/2017	Encaminhado para Julgamento
23077075505201796	Processo Administrativo	28/11/2017	Indiciamento/Citação/Defesa

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23077030873201713	Sindicância	01/06/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23077075720201797	Sindicância	27/11/2017	Indiciamento/Citação/Defesa
23077011803201758	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	03/03/2017	Instauração/Instrução
23077016048201706	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	20/03/2017	Instauração/Instrução
23077017147201705	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	20/03/2017	Instauração/Instrução
23077022717201771	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	17/04/2017	Instauração/Instrução
23077031579201711	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	14/06/2017	Instauração/Instrução
23077047199201706	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	03/08/2017	Instauração/Instrução
23077030178201743	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	15/08/2017	Instauração/Instrução
23077047591201747	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	17/08/2017	Instauração/Instrução
23077054152201791	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	04/09/2017	Instauração/Instrução
23077058775201732	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	27/09/2017	Instauração/Instrução
23077067811201759	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	27/10/2017	Instauração/Instrução
23077067816201781	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	27/10/2017	Instauração/Instrução
23077070517201724	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	07/11/2017	Instauração/Instrução
23077071609201721	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	13/11/2017	Instauração/Instrução
23077012289201778	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	14/11/2017	Instauração/Instrução
23077073282201722	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/11/2017	Instauração/Instrução
23077073064201798	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	08/12/2017	Instauração/Instrução
23077042803201708	Sindicância	03/08/2017	Instauração/Instrução
23077060345201781	Sindicância	02/10/2017	Instauração/Instrução
23077053439201701	Sindicância	07/11/2017	Instauração/Instrução
23077072349201710	Sindicância	13/11/2017	Instauração/Instrução
23077076260201714	Sindicância	30/11/2017	Instauração/Instrução
23077007387201793	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	09/02/2017	Processo Julgado
23077012573201744	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	02/03/2017	Processo Julgado
23077059757201697	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	02/03/2017	Processo Julgado
23077014395201796	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	07/03/2017	Processo Julgado
23077022188201713	Processo Administrativo	11/04/2017	Processo Julgado

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23077026663201712	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	12/05/2017	Processo Julgado
23077018860201768	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	16/05/2017	Processo Julgado
23077015049201725	Sindicância	23/05/2017	Processo Julgado
23077030477201788	Sindicância	23/05/2017	Processo Julgado
23077034300201751	Sindicância	08/06/2017	Processo Julgado
23077038779201702	Sindicância	12/06/2017	Processo Julgado
23077040379201759	Sindicância	19/07/2017	Processo Julgado
23077039954201771	Sindicância	31/08/2017	Processo Julgado
23077056479201705	Sindicância	14/09/2017	Processo Julgado
23077058020201738	Sindicância	20/09/2017	Processo Julgado
23077039384201719	Sindicância	28/09/2017	Processo Julgado
23077061616201715	Sindicância	06/10/2017	Processo Julgado

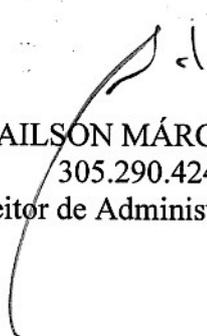
19.0- DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

19.1- Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, **ANAILSON MÁRCIO GOMES**, CPF nº 305.290.424-87, Pró-reitor de Administração, exercido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal, 05 de fevereiro de 2018.



ANAILSON MÁRCIO GOMES
305.290.424-87
Pró-reitor de Administração / UFRN

19.2- Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal, concessão de pensão civil, alteração do fundamento legal de ato concessório e concessão de aposentadoria, do ano de 2017, relativos ao pessoal da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso II do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2017.

Natal, 21 de Fevereiro de 2018.



Solange Álvares dos Santos

720.888.504-49

Diretora de Administração de Pessoal

Diretoria de Administração de Pessoal

Estrutura de Controles Internos

No âmbito da Diretoria de Administração de Pessoal, são adotadas providências para o acompanhamento sistemático dos prazos para cadastramento de atos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensão no SISAC/TCU.

O controle é gerenciado por servidores que realizam esse trabalho dentro dos respectivos setores (Coordenadoria de Provimento e Controle de Cargos – atos de admissão; Setor de Análise de Processos – atos de aposentadoria e pensão).

O acompanhamento é realizado por meio de planilhas eletrônicas que são preenchidas com os dados do respectivo processo, facilitando o controle dos prazos, uma vez que as mesmas sinalizam de forma preventiva os prazos a vencer. Regularmente, o servidor responsável pelo cadastramento do ato verifica a planilha eletrônica que foi desenvolvida para acompanhar o prazo final de cadastro.

A partir da adoção dessas medidas, os atos do corrente exercício passaram a ser cadastrados de forma tempestiva no SISAC.

19.3- Declaração e cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Natal, 21 de Fevereiro de 2018.



Solange Alvares dos Santos

720.888.504-49

Diretora de Administração de Pessoal

Diretoria de Administração de Pessoal

19.4- Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Nada a declarar.

**19.5 Declaração sobre a
conformidade contábil dos atos e
fatos da gestão orçamentária,
financeira e patrimonial**

19.5 – Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

I. Processo de Verificação

A conformidade Contábil desta UPC é realizada diariamente e mensalmente para os registros de conformidades de Gestão e Contábil, respectivamente, no Sistema de Administração Federal – SIAFI.

O registro mensal é efetuado por profissional habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC/RN), em dia com suas obrigações profissionais, lotado na Unidade Setorial de Contabilidade dessa UPC e credenciado no SIAFI para esta finalidade. Além disso é observada a segregação de função no processo de registro, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº 01, de 06 de abril de 2001.

Durante o exercício de 2017, foram verificadas as seguintes transações:

a. Consultas Desequilíbrio de Equação de Auditor - CONDESAUD

a) Não foi constatada restrição contábil nas Unidades Gestoras – UG do Órgão 26243, em dezembro de 2017.

b. Consulta Inconsistências – Outros – CONINCONS

A partir do exercício de 2015, devido a implantação no novo PCASP, essa transação passou a integrar a CONDESAUD. Portanto, como já informado anteriormente, não houve registro de equações objeto de Restrição Contábil para as UG'S deste Órgão.

c. Balancete Contábil

Não foi encontrada conta contábil com saldo invertidos, conforme consultas ao balancete e relatórios do Tesouro Gerencial

d. Consulta Conformidade de Registros de Gestão (CONCONFREG)

Nenhuma unidade gestora deixou de registrar a conformidade de gestão.

e. Conformidade de Órgão Superior - Setorial de Contabilidade.

Não foi registrada restrição contábil para o Órgão 26243 no encerramento do exercício de 2017 por parte da Setorial Contábil do MEC.

II. Quantidade de Ocorrências por Classificação no Registro da Conformidade.

Apresentamos abaixo quadro demonstrativo das ocorrências registradas no exercício de 2017, segregado por unidade gestora.

Quadro 15.6.1 – Quantidade de Ocorrências por Classificação e por UG

UG	Mês de Referência - Exercício de 2017											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
153103												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
153104												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
153107												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
153108												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
153109												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
153110												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
153113												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
153253												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
153977												
Alerta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressalva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: SIAFI Operacional

III. Ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão.

- 1) Alguns Grupos de Materiais estão apresentando diferença entre o Relatório Mensal de Bens - RMB e saldo registrado no SIAFI. Já foi verificado que alguns erros aconteceram na época da migração do sistema patrimonial antigo para o atual. Os setores responsáveis já estão cientes para resolver tais pendências e regularizar tal situação, mas devido à quantidade de bens há uma grande dificuldade em localizar tais erros, e por isso o trabalho ainda não foi concluído. (Restrição 640 – Saldo contábil bens móveis não confere c/ RMB)
- 2) Grupo Contábil representativo dos Bens Imóveis, tendo em vista o saldo alongado na conta 12.321.06.01 – Obras em Andamento. Foi verificado que o montante registrado na conta contábil 12.321.06.01 – Obras em Andamento está com saldo alongado, pois a maior parte desse saldo é decorrente de obras que já foram finalizadas e entregues, sendo o procedimento correto a baixa desses valores e posterior registro no SPIUNET. Para 2018 será criada uma força tarefa para o levantamento de todas as obras concluídas para posterior ajuste entre SIAFI x SPIUNET. (Restrição 632 – Saldo alongado/indevido contas transitórias ativo não circulante – imobilizado)

19.6 -Declaração do sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação	Código da UG Setorial
26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	153103

De acordo com análise realizada nos demonstrativos balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017 do órgão 26243, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, **EXCETO** no tocante a:

Ressalvas:

- a) Grupo Contábil representativo dos Bens Móveis da Instituição, tendo em vista divergência em relação ao Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, disponibilizado pelo sistema informatizado interno da Instituição (SIPAC);
- b) Grupo Contábil representativo dos Bens Imóveis, tendo em vista o saldo alongado na conta 12.321.06.01 – Obras em Andamento.

Apresento a (s) justificativa (s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2017.

- a) Alguns Grupos de Materiais estão apresentando diferença entre RMB e saldo SIAFI. Já foi verificado que alguns erros aconteceram na época da migração do sistema patrimonial antigo para o atual. Os setores responsáveis já foram informados para resolver tais pendências e regularizar tal situação, mas devido à quantidade de bens e a falta de pessoal o trabalho não foi iniciado;
- b) Foi verificado que o montante registrado na conta contábil 12.321.06.01 – Obras em Andamento está com saldo alongado, pois a maior parte desse saldo é decorrente de obras que já foram finalizadas e entregues, sendo o procedimento correto a baixa desses valores e posterior registro no SPIUNET. Para 2018 será criada uma força tarefa para o levantamento de todas as obras concluídas para posterior ajuste entre SIAFI x SPIUNET.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Natal / RN	Data	10/01/2018
Contador Responsável	 Rafael Rivera Monteiro Cruz	CRC n.º	CRC/RN 009330-O

**20 Informações sobre projetos
desenvolvidos pelas fundações de
apoio regidas pela Lei 8.958/1994**

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		FUNDAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA						
CNPJ:		08.469.280/0001-93						
Página na Internet:		www.funpec.br						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento Celebrado						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PESQUISA	4111.21.1413	CONTRATO ACADÊMICO	Obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "Desenvolvimento, Pesquisa e Inovação em Sistemas Integrados de Gestão".	30/12/2013	31/12/2018	R\$ 51.128.402,78	R\$ 11.369.254,76
2	PESQUISA CIENTÍFICA - BÁSICA/EXTENSÃO -CURSO DE DIVULGAÇÃO	4913.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: "PROJETO APLICADO A FORMAÇÃO DO SUS PARA O MAIS MÉDICOS E O MAIS ESPECIALIDADES", que consiste em pesquisar, elaborar, especificar, desenvolver e aplicar protocolos e processos para educação permanente dos trabalhadores do sistema únicos de saúde que estejam em consonância com as Políticas Nacionais de Educação Permanente em Saúde. Também perfaz este objetivo, estudar, pesquisar e desenvolver ferramentas para prover suporte on line a quaisquer modalidade de formação para os médicos do Programa mais Médicos, do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica - PROVAB e também para os médicos do Programa Mais Especialidades. Pesquisar processos de operação logística para formação em larga escala no campo da educação permanente na saúde.	17/12/2015	16/12/2018	R\$ 26.615.519,88	R\$ 6.951.794,94

3	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FOMENTO À INOVAÇÃO	5381.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “PROMOÇÃO DA PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL”, que consiste em apoiar ações de pesquisa, inovação e inclusão digital através da formação, incubação de empresas e desenvolvimento técnico e científico em Tecnologia da Informação através do Instituto MetrÓpole Digital (IMD).	03/11/2016	02/11/2021	R\$ 20.074.342,10	R\$ 4.268.422,57
4	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PESQUISA	3423.21.1412	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao Projeto Acadêmico de Desenvolvimento Institucional com Pesquisa sem inovação, intitulado: “Consolidação do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ICe”, que consiste em consolidar as atividades de pesquisa, ensino e extensão de forma articulada com o objetivo de manter uma produção científica de competitividade internacional, formar recursos humanos qualificados e intervir socialmente a partir de ações educativas junto a diversos públicos alvos.	19/10/2012	18/10/2017	R\$ 18.740.772,41	R\$ 4.481.187,46
5	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - ESTUDO	4810.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira ao Projeto Acadêmico intitulado: “Projeto de Desenvolvimento Institucional – Ações Acadêmicas 2015-2019”, que consiste em assegurar um processo de autoavaliação com transparência e participação da comunidade acadêmica, sobre o que faz a UFRN em relação à sua missão, à visão do futuro, aos objetivos e às ações que desenvolve na busca de melhor qualidade acadêmica, com base no PDI 2010-2019.	30/04/2015	30/04/2020	R\$ 16.954.706,51	R\$ 2.364.568,32

6	ASSOCIADOS - PESQUISA E EXTENSÃO SEM INOVAÇÃO	4918.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: “Pesquisa Aplicada a Implementação de Processos Educacionais em Sistemas Integrados de Formação e Comunicação em Saúde”, que consiste em Pesquisar metodologias, processos e protocolos educacionais com o propósito de desenvolver e implantar na SGTES/MS uma plataforma composta para gestão educacional na saúde. Para tanto, tem como objeto o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação que irão compor as estratégias educacionais da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Com isso, será possível aprimorar os processos atuais de gestão no campo da educação no SUS e fortalecer as práticas de controle, avaliação de impacto no serviço, avaliação da qualidade, monitoramento e auditoramento.	18/12/2015	17/12/2018	R\$ 14.951.860,00	R\$ 7.437.094,00
7	ASSOCIADOS - EXTENSÃO E ENSINO	4747.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente contrato, obter o apoio na execução nas atividades e na gestão administrativa financeira da CONTRATADA ao projeto acadêmico sob o título “PROFORMAÇÃO: Programa de Formação continuada de Profissionais da Educação Básica”, que consiste em ofertar cursos de formação continuada nos níveis de Aperfeiçoamento (extensão) e especialização pós- graduação latu sensu) destinados a profissionais do magistério das redes públicas de ensino, abrangendo as etapas da educação infantil, do ensino fundamental e médio, considerando modalidades e temáticas relacionadas a educação básica, durante o período de – 2015-2019.	30/04/2015	31/12/2019	R\$ 1.621.597,09	R\$ 692.299,77
8	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - OBRAS LABORATORIAIS	4782.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente contrato, obter o apoio na execução nas atividades e na gestão administrativa financeira da CONTRATADA ao projeto acadêmico sob o título “Desenvolvimento Institucional com Ênfase na Melhoria e Implementação dos Ambientes	30/04/2015	30/04/2017	R\$ 13.028.062,64	R\$ 4.161.111,86

				Laboratoriais”, que consiste em dar suporte à elaboração de projetos, análises e demais documentos técnicos necessários ao desenvolvimento de obras laboratoriais no âmbito da UFRN, nas diversas áreas do conhecimento.				
9	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - ESTUDO CT&I	4618.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto acadêmico intitulado: “Física e suas linhas de frente”, que consiste em contribuir para o fortalecimento da internacionalização da Física na UFRN, no Norte e no Nordeste do País.	27/01/2015	26/01/2017	R\$ 10.332.903,18	R\$ 62.349,63
10	PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA	5007.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: “Avaliação da Atenção Básica no 3º Ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da AB (PMAQ)”, que consiste em realizar a verificação in loco do conjunto de padrões de qualidade dos processos de trabalho das equipes de atenção básica (EAB), equipes de saúde bucal (ESB) e núcleos de apoio ao saúde família (NASF), no âmbito do PMAQ-AB, com objetivo de subsidiar o processo de certificação de qualidade e tomada de decisão na definição de parâmetros de qualidade para melhoria e expansão das ações de atenção e prevenção, particularmente nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.	30/12/2015	29/12/2017	R\$ 5.143.508,89	R\$ 164.639,75
11	ASSOCIADOS - PESQUISA E EXTENSÃO	4171.21.1413	CONTRATO ACADÊMICO	Obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “APOIO A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE NAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE”.	30/12/2013	31/07/2017	R\$ 4.227.653,24	0

12	PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA	4935.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: "PROJETO TELEREGULAÇÃO E MAIS ESPECIALIDADES", que consiste em estudar e o desenvolver processos e metodologias para tratar o problema da regulação de exames (operador não dependente - são exames que podem ser realizados por um técnico, sem a necessidade um especialista) oriundos das diversas UBS do Brasil e de diversas especialidades médicas.	17/12/2015	16/12/2018	R\$ 4.024.390,24	R\$ 2.051.219,52
13	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - EXTENSÃO	3520.21.1413	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto acadêmico intitulado: "Projeto PoP-RN – Operação do Ponto de Presença da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) no Rio Grande do Norte", que consiste em garantir a operação do PoP-RN em nível de excelência, de forma a prover conectividade lógica ao "backbone" da Rede Nacional de Pesquisas (RNP), da Rede Ipê, para todas as instituições habilitadas pelo Comitê Gestor Internet Brasil e localizados no Rio Grande do Norte, e também prover conectividade física, através da Rede GigaNatal, a todas as instituições com sítios na região metropolitana de Natal, que tenham sido aprovadas pelo Comitê Gestor Local e pela RNP, em especial a UFRN, como instituição acolhedora do PoP-RN e do Centro de Operações da Rede GigaNatal.	23/09/2013	22/09/2018	R\$ 3.913.015,90	R\$ 843.344,08
14	PESQUISA CIENTÍFICA - INOVAÇÃO	4868.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui o objeto presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "SmartMetropolis - Plataforma e Aplicações para Cidades Inteligentes", que consiste em desenvolver soluções de tecnologia da informação que ajudem a resolver problemas das cidades e regiões metropolitanas atuais.	22/10/2015	21/10/2020	R\$ 3.609.907,74	R\$ 1.150.103,15

15	ASSOCIADOS - PESQUISA E EXTENSÃO SEM INOVAÇÃO	4163.21.1413	CONTRATO ACADÊMICO	Obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao Projeto Acadêmico intitulado: "I-rh: UMA PLATAFORMA INTELIGENTE DE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM SAÚDE".	30/12/2013	29/06/2017	R\$ 3.507.000,00	0
16	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	4272.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Promover capacitação e apoio técnicos à elaboração de minuta de Plano de Planos Municipais de Saneamento Básico de municípios do estado do Rio Grande do Norte, conforme Termo de Referência da FUNASA, a partir de pesquisa de perfil e diagnóstico socioeconômico e sanitário municipal.	17/12/2015	16/12/2018	R\$ 3.422.525,43	R\$ 1.017.937,91
17	ENSINO - GRADUAÇÃO	4953.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: "Implantação e Oferta dos cursos de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na modalidade à distância no Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no ano de 2015".	20/11/2015	30/04/2017	R\$ 2.903.838,53	R\$ 975.083,18
18	PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA	4547.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui o objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "AVA-SUS: Desenvolvimento de um sistema Integrado de Ambientes Virtuais de Aprendizado para o Ministério da Saúde", que consiste em desenvolver um sistema integrado para gerenciar ambientes virtuais de aprendizagem para a formação de profissionais de saúde de nível médio e superior.	10/02/2015	09/02/2017	R\$ 2.865.896,80	R\$ 23.715,57
19	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	5317.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "Desenvolvimento de Métodos Analíticos Aplicados à Caracterização de Combustíveis", que consiste em pesquisar e desenvolver metodologias analíticas para caracterização físico-	05/08/2016	04/02/2019	R\$ 2.681.254,98	R\$ 993.096,16

				química de combustíveis líquidos (gasolinas, óleo diesel, etanol hidratado) e misturas complexas de hidrocarbonetos, visando o monitoramento da qualidade destes de acordo com as normas da ANP, ampliando a capacidade de pesquisa instalada na área de qualidade de combustíveis automotivos.				
20	PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA	4630.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto acadêmico intitulado: “Análise dos processos de avaliação realizados pela COMPERVE”, que consiste em analisar os processos avaliativos realizados pela COMPERVE, por meio da análise de perfis socioeconômicos e cognitivos dos candidatos, com o intuito de colaborar na formação de políticas acadêmico avaliativas e no desenvolvimento de estudos científicos e técnicos na área da educação e em temáticas de sua interface. Além de avaliar os egressos da UFRN, por intermédio das provas realizadas em processos seletivos, com o objetivo de identificar e caracterizar níveis de desenvolvimento de habilidades para o início da atividade profissional.	30/04/2015	30/04/2018	R\$ 2.671.431,32	R\$ 892.705,59
21	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	5369.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Pesquisa e desenvolvimento de catalisadores heterogêneos aplicados à obtenção e melhoria da qualidade de combustíveis”, que consiste na pesquisa e o desenvolvimento de catalisadores heterogêneos nanoestruturados do tipo aluminossilicatos, para aplicação em processos de interesse da indústria química e petroquímica.	07/10/2016	06/04/2019	R\$ 2.075.160,84	R\$ 819.050,24
22	EXTENSÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	3756.21.1412	CONTRATO ACADÊMICO	Fomentar e desenvolver a prática esportiva na UFRN, através da formação e treinamento de equipes desportivas, visando a representar com dignidade a	07/12/2012	31/12/2017	R\$ 2.072.475,92	R\$ 383.677,47

				UFRN em competições locais, regionais e nacionais, assim como oferecer várias alternativas de práticas esportivas, nas modalidades de voleibol, basquete, handebol, futsal, natação e judô a estudantes universitários, favorecendo um melhor desenvolvimento físico, técnico, psicológico e social, melhorando, por conseguinte, sua qualidade de vida.				
23	ASSOCIADOS - EXTENSÃO E ENSINO	4795.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO ACADÊMICA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS DOS CURSOS DE DIREITO DA UFRN NOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA – NPJ”, que consiste em proporcionar, fundamentalmente, atividade extensionista, com a prestação da assistência jurídica e judiciária à população carente.	30/04/2015	30/04/2020	R\$ 1.798.783,72	R\$ 469.734,20
24	PESQUISA	3544.21.1412	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico de Pesquisa Aplicada sob o título: “LEITURA + NEUROCIÊNCIAS – Melhoria da Compreensão Leitora no Programa Mais Educação: Tempo, Espaço e Atividades Linguístico-Pedagógicas Inovadoras na educação Integral”, que consiste em realizar pesquisa experimental em sala de aula de alfabetização na interface educação, psicolinguística e neurociências para melhorar a competência leitora de alunos do ensino fundamental de escola pública, cuja ação se dará em consonância com o Programa Mais Educação da Secretaria de Educação Básica – SEB do Ministério da Educação”.	29/10/2012	07/06/2017	R\$ 1.473.386,70	0

25	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - ESTUDO	4488.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto intitulado: “Ampliação dos Espaços de Apoio à Formação Complementar dos Discentes nos Ambientes de Radiodifusão Universitária”, que consiste em ampliar os espaços de apoio à formação complementar dos Discentes do curso de Comunicação Social da UFRN, nas habilitações Jornalismo, Radialismo, e Publicidade e Propaganda, em práticas de comunicação social como complementaridade curricular, nos veículos de comunicação institucional.	27/08/2014	26/08/2018	R\$ 1.467.762,28	R\$ 367.623,72
26	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - ESTUDO DE CT&I	5594.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “ESTUDO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM MEDICAMENTOS”, que consiste em utilizar a modernização do parque produtivo industrial do NUPLAM para o desenvolvimento produtivo com inovação tecnológica.	30/12/2016	29/12/2017	R\$ 1.550.377,05	R\$ 1.550.377,05
27	PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA	4236.21.1413	CONTRATO ACADÊMICO	Obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “ Repovoamento de espécies no litoral e interior do Rio Grande do Norte”.	30/12/2013	30/09/2017	R\$ 1.416.092,57	0
28	ASSOCIADOS - EXTENSÃO E ENSINO SEM INOVAÇÃO	4619.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao projeto acadêmico intitulado: “Curso de especialização sobre gestão da política de DST, AIDS, Hepatites virais e tuberculose”, que consiste em qualificar, ao nível de especialização ou de atualização, gestores/profissionais no processo de trabalho em saúde para planejar e programar ações, gerir recursos e avaliar sistemas e práticas de gestão em DST, Aids, Hepatites virais e tuberculose.	03/03/2015	30/06/2017	R\$ 1.344.724,58	0

29	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM ENSINO	4608.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto intitulado: “Expansão e Consolidação do PROFLETAS”, que consiste em expandir e consolidar a rede de IES que constituem o PROFLETAS – Mestrado Profissional em Letras, cuja finalidade é capacitar professores de Língua Portuguesa de escolas públicas do ensino fundamental, que tenham diploma de graduados em letras e se encontrem ministrando aulas de Língua Portuguesa.	11/12/2014	11/01/2018	R\$ 1.181.393,00	R\$ 469.535,30
30	PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA	3549.21.1412	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob título “Programa PROARQUIPÉLAGO – Desenvolvimento tecnológico de projetos no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP)”, que consiste em dar apoio científico ao desenvolvimento dos projetos científicos realizados no âmbito do Programa Proarquipelago.	07/12/2012	07/06/2017	R\$ 920.000,00	0
31	ENSINO - ESPECIALIZAÇÃO	4611.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “PROGRAMA NACIONAL EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL”, que consiste em formar, em nível de especialização, na temática da Educação, Pobreza e Desigualdade Social, profissionais da educação básica e outros envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos.	11/12/2014	20/12/2017	R\$ 856.400,00	0
32	EXTENSÃO - ESTUDO	0491/2015	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui o objeto presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e Financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título: “MULHERES CONQUISTANDO AUTONOMIA ECONÔMICA: AÇÕES PARA INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DAS MULHERES DO Rio Grande do Norte no mundo do trabalho, que	09/12/2015	08/05/2018	R\$ 844.448,36	R\$ 28.851,72

				consiste em estabelecer, com as mulheres e suas organizações representativas, processos formativos e de capacitação, bem como fomentar ações com gestores públicos e atores da sociedade civil visando fortalecer a autonomia econômica das mulheres do RN, contribuindo para o aumento da inserção e permanência no mundo do trabalho, por meio da articulação, ampliação e diversificação da oferta e demanda de ações, numa perspectiva crítico-feminista.				
33	EXTENSÃO - ESTUDO	4524.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto intitulado: “Projeto para Preservação e Digitalização do Acervo Documental Referente ao Programa Nacional do Livro Didático/PNLD (Ampliação 2011 A 2015) E Do Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE (Instalação 2005 A 2015)”, que consiste em dar continuidade à preservação do Acervo Documental e incorporação do acervo do Programa Nacional Biblioteca na Escola 2005 a 2015 – doravante referenciados nesse documento como acervos – por meio da ampliação do MEMORIAL DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO na UFRN.	28/11/2014	26/02/2018	R\$ 839.358,43	0
34	EXTENSÃO - ESTUDO PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	5385.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Rede Giga Metrópole”, que consiste em especificar, a partir de estudos realizados pela equipe do projeto, soluções para a conectividade física de instituições localizadas na RMN, com base nas tecnologias mais recentes que utilizam infraestrutura óptica e sem fio.	23/12/2016	22/01/2019	R\$ 760.162,91	R\$ 476.271,72
35	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - EXTENSÃO	3764.21.1413	CONTRATO ACADÊMICO	Obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao Projeto acadêmico de extensão, intitulado: “Fortalecimento de Ações para Atendimento aos Estudantes com necessidades	16/04/2013	15/05/2017	R\$ 742.150,99	0

				educacionais especiais na UFRN”.				
36	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - ESTUDO	4945.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: “Plano de Cultura da UFRN”, que consiste em cadastrar o Plano de Cultura UFRN, anteriormente enviado e aprovado no Edital Mais Cultura nas Universidades/MINC/MEC.	01/12/2015	30/11/2017	R\$ 725.000,00	R\$ 662.499,97
37	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	4800.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: “NOVAS PROFISSÕES E OCUPAÇÕES EM SAÚDE FRENTE ÀS NECESSIDADES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL”, que consiste em mapear e caracterizar as novas profissões e ocupações em saúde que vem emergindo nos níveis médio e superior, frente ao atual contexto e perfil sanitário brasileiro na perspectiva de analisar suas inserções e/ou contribuições para os serviços de saúde do Brasil, procurando estabelecer um paralelo com outros países.	02/07/2015	13/02/2017	R\$ 668.500,00	R\$ 48.613,30
38	EXTENSÃO - ESTUDO	4683.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto acadêmico intitulado: “ Capacitação para o manejo clínico do HIV/AIDS e hepatites virais na atenção básica” que consiste em desenvolver processo de educação permanente para o manejo clínico de DST, HIV/AIDS e hepatites virais na atenção básica, visando qualificar e descentralizar o cuidado nas redes de atenção.	03/03/2015	27/02/2017	R\$ 660.629,89	0
39	EXTENSÃO - ESTUDO	4685.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao projeto acadêmico intitulado: “Produção audiovisual e	27/02/2015	27/02/2017	R\$ 636.448,33	0

				construção de redes sociais colaborativas digitais como recursos pedagógicos na educação permanente de profissionais de saúde para atenção integral às DST/HIV/AIDS”, que consiste em uma ação voltada para o desenvolvimento de ações educativas, sociais, artísticas, comunicação, direitos humanos, meio ambiente, saúde, trabalho, culturais e científicas ou tecnológicas, articuladas com o ensino, a pesquisa e a extensão.				
40	EXTENSÃO - ESTUDO	4686.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente contrato, obter o apoio na execução nas atividades e na gestão administrativa financeira da CONTRATADA ao projeto acadêmico sob o título “CAPACITAÇÃO PARA O MANEJO CLÍNICO DA SÍFIKLES E OUTRAS DSTs NAS REDES DE ATENÇÃO E SAÚDE” , que consiste em habilitar profissionais de nível superior do município de Natal e região metropolitana inseridos em ESF, NASFM, SAE, maternidades, urgênciase emergência e gestão distrital e central no processo de trabalho em saúde para o manejo clínico da sífilis e outras DSTs nas redes de atenção a saúde , tendo como foco na atenção básica (AB) articulando AB aos demais pontos de atenção a rede SUS em Natal e região metropolitana.	27/02/2015	27/02/2017	R\$ 632.980,45	0
41	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM EXTENSÃO	4242.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto intitulado: “CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA EDUCADORES DE ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS ENTRE OS ESCOLARES”, que consiste em promover capacitação para profissionais que atuam na rede pública de ensino.	22/09/2014	31/12/2017	R\$ 627.320,00	0
42	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - ESTUDO	5056.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: “Elaboração dos projetos executivos para implantação da 1ª fase do Parque	28/12/2015	27/12/2016	R\$ 524.280,00	0

				Tecnológico do Rio Grande do Norte", com vistas à fomentar novos projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico através da sinergia entre academia, empresas e estado, potencializando a transformação de um conhecimento científico em desenvolvimento econômico e social.				
43	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	5348.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "Pesquisa-Ação em Administração, Mercado e Relações de Gênero na Economia Solidária: aplicação, avaliação e aperfeiçoamento de metodologia de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (Natal, 2016/2017)", que consiste em desenvolver, aplicar e avaliar estratégias metodológicas de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) por meio da realização de pesquisa-ação junto a 20 empreendimentos autogeridos por mulheres na Região Metropolitana de Natal.	22/08/2016	21/02/2018	R\$ 625.000,00	R\$ 610.962,45
44	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	5562.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "Tecnologia 3D na capacitação de alunos e professores e no desenvolvimento de próteses e órteses", que consiste em planejar, desenvolver, testar, executar, aplicar tecnologia em conjunto com uma equipe multidisciplinar, na área de bioengenharia propiciando uma melhor qualidade de vida dos pacientes.	04/11/2016	03/11/2018	R\$ 450.000,00	R\$ 20.869,56
45	PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA	4961.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: "CIÊNCIA E ENGENHARIA DE PETRÓLEO PRH-ANP 43 (PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS DA	27/11/2015	13/11/2018	R\$ 335.684,73	R\$ 10.662,47

				AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS)", que consiste em desenvolver pesquisa aplicada para o setor do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, bem como a formação de recursos humanos especializados para atender à demanda industrial. O PRH-ANP 43 buscará constantemente aproximar o setor industrial da universidade, através de pesquisas aplicadas, visitas técnicas, palestras de profissionais, concessão de estágios, recrutamento etc.				
46	ENSINO - MESTRADO PROFISSIONAL	4169.21.1413	CONTRATO ACADÊMICO	Obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "PROFLETRAS - Mestrado Profissional em Letras".	30/12/2013	31/12/2017	R\$ 328.509,25	0
47	EXTENSÃO - ESTUDO	5062.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: "Qualificação para o Cuidado no Âmbito das Redes de Atenção em Situações de Uso/Abuso de Álcool e Outras Drogas".	17/12/2015	30/06/2017	R\$ 317.191,00	0
48	ENSINO - GRADUAÇÃO EXTENSÃO - CURSO DE CAPACITAÇÃO	5597.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "Apoio à segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar, 2016", que consiste na execução do plano de trabalho do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANE/UFRN para o desenvolvimento de produtos que envolvam ensino e extensão no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no RN.	42720	42993	R\$ 269.985,29	R\$ 269.985,29
49	ENSINO- ESPECIALIZAÇÃO EXTENSÃO - CURSO DE CAPACITAÇÃO	4987.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: "Implantação e Oferta dos cursos de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	27/11/2015	06/01/2017	R\$ 236.286,89	0

				na modalidade à distância no Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no ano de 2015", que consiste em apoiar a segurança alimentar e nutricional do ambiente escolar, contribuindo para o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação do Escolar.				
50	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FOMENTO À INOVAÇÃO	5277.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "O Cultivo Consorciado de Cnidocolus Quercifolius Pohl. (faveleira sem espinhos) e Carthamus tinctorius L., Espécies Cotadas para Sequestro de Carbono e Produção de Biodiesel no Semiárido Nordestino", que consiste em aprofundar estudos nas áreas de agronomia, anatomia, bioquímica, fisiologia e química, para estabelecer o cultivo do cártamo e da faveleira como culturas viáveis para a produção de biocombustíveis no semiárido nordestino.	08/07/2016	07/07/2019	R\$ 200.000,00	R\$ 3.265,20
51	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - ESTUDO	4692.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente contrato, obter o apoio na execução nas atividades e na gestão administrativa financeira da CONTRATADA ao projeto acadêmico sob o título "divulgação dos cursos de graduação da UFRN por meio radiofônico" que consiste em contribuir para a socialização dos cursos de graduação da UFRN direcionado aos postulantes à UFRN.	23/03/2015	22/02/2017	R\$ 197.000,00	R\$ 862,67
52	PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA	4245.21.1413	CONTRATO ACADÊMICO	Obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título "PRH 51 – Programa de formação de pessoal em estudo e monitoramento ambiental da margem equatorial brasileira aplicados a atividades petrolíferas, com ênfase no setor petróleo, gás e biocombustíveis".	30/12/2013	12/11/2018	R\$ 191.008,80	0
53	ASSOCIADOS - PESQUISA E ENSINO SEM INOVAÇÃO	4607.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente contrato, obter o apoio das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto acadêmico intitulado: "Formação Continuada e Sala de Recurso Multifuncional: um	29/12/2014	31/01/2017	R\$ 136.910,00	0

				Estado Exploratório”, que consiste em implementar um programa de formação continuada em serviço de 44 professores de 22 municípios do Rio Grande do Norte para atuação nas salas de recursos multifuncionais.				
54	ENSINO - MESTRADO PROFISSIONAL	5432.21.1416	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “PROFLETRAS-UFRN/NATAL”, que consiste em capacitar professores de Língua Portuguesa para o exercício da docência no Ensino Fundamental, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País e, sobretudo, no estado do Rio Grande do Norte, e para o desenvolvimento institucional da UFRN.	11/11/2016	10/04/2019	R\$ 93.720,71	R\$ 3.651,36
55	EXTENSÃO- PROGRAMAS ENSINO- GRADUAÇÃO/PES QUISA CIENTÍFICA APLICADA	5044.21.1415	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico intitulado: Projeto Mais médicos para o Brasil: fortalecendo a educação permanente e a inovação das práticas na atenção primária em saúde”.	30/12/2015	29/07/2017	R\$ 45.000,00	0
56	EXTENSÃO - CURSO DE CAPACITAÇÃO	4637.21.1414	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto acadêmico intitulado: “Curso de Extensão a Distancia Formação Continuada em Conselho Escolar”, que consiste em capacitar dirigentes e técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação dos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe em Conselho Escolar, qualificando-os para o trabalho com a gestão democrática nos sistemas ou redes onde atuam.	23/12/2014	31/03/2017	R\$ 40.351,80	0
57	ENSINO - ESPECIALIZAÇÃO	5019.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico de Ensino sob o título “Curso de	07/12/2017	06/11/2019	R\$ 1.209.495,58	0

				Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde”, que consiste qualificar os processos de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito do setor público da saúde através da capacitação dos técnicos que atuam nas dimensões política, técnica e administrativa.				
58	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	5656.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Sistema de Monitoramento e gestão territorial e descentralizada do Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Leite (PAA-Leite)”.	06/11/2017	05/05/2019	R\$ 254.185,26	R\$ 98.042,78
59	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - ESTUDO	5667.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Inclusão e Acessibilidade Acadêmica: estratégias, mediação para o ensino-aprendizagem e serviços de apoio”, que consiste em ampliar e fortalecer a política institucional de inclusão para às pessoas com deficiência, ou outras Necessidades Educacionais Especiais (NEE), por meio de estratégias, mediação para o ensino-aprendizagem e serviços de apoio que potencializem o desenvolvimento, a participação e o sucesso acadêmico desse público na UFRN.	30/03/2017	29/03/2020	R\$ 792.903,42	R\$ 291.486,34
60	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	5710.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “A Física e as Fronteiras do Conhecimento”, que consiste em realizar plenamente a Programação Científica do IIFUFRN, fomentando a pesquisa em áreas de fronteira, fortalecendo a internacionalização da pesquisa em Física na UFRN e	02/03/2017	01/03/2018	R\$ 8.500.000,00	R\$ 8.363.860,18

				contribuindo fortemente para o desenvolvimento científico do Norte e do Nordeste do País.				
61	ENSINO - GRADUAÇÃO	6005.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Implantação e Oferta dos cursos de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na modalidade à distância no Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) - ofertas 2017 (edital 75 / 2014)”.	08/09/2017	07/09/2022	R\$ 6.843.088,00	R\$ 1.544.741,06
62	ENSINO - ESPECIALIZAÇÃO	6025.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica III – Rede Cegonha”, que consiste em formar Enfermeiros Obstétricos, com perfil humanístico e ético, capazes de atuar como colaboradores na mudança de modelo de atenção ao parto e nascimento, contribuindo para a melhoria dos indicadores perinatais.	29/01/2017	28/03/2019	R\$ 300.000,00	0
63	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	6031.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Desenvolvimento de um modelo de governança para aquisições no contexto de universidades públicas”.	08/09/2017	07/09/2020	R\$ 249.392,00	R\$ 48.238,40
64	ENSINO - ESPECIALIZAÇÃO	6090.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Residência em tecnologia da Informação Aplicada à Área Jurídica – Justiça Federal”, que consiste em implantar mais uma turma do programa de residência em Tecnologia da Informação para Área Jurídica na Universidade federal	20/11/2017	19/11/2019	R\$ 671.274,85	R\$ 604.788,33

				do Rio Grande do Norte (UFRN) em parceria com instituições do Poder Judiciário e correlatas.				
65	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	6120.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Gestão da Rede Brasileira de Bioquerosene e hidrocarbonetos renováveis para aviação”.	06/11/2017	05/11/2019	R\$ 337.000,00	R\$ 320.100,00
66	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - ESTUDO DE CT&I	6186.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico na vertente de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Estudo de CT&I sob o título “PESQUISA APLICADA PARA INTEGRAÇÃO INTELIGENTE ORIENTADA AO FORTALECIMENTO DAS REDES DE ATENÇÃO PARA RESPOSTA RÁPIDA À SÍFILIS”, que consiste em pesquisar, planejar, elaborar e desenvolver metodologias para a construção de soluções nacionais e integradas para o monitoramento em rede da sífilis, com implantação de salas de situações nos estados e municípios, por meio de ações mediadas por tecnologia e da utilização de estratégias de comunicação.	29/12/2017	28/12/2020	R\$ 165.533.021,00	0
67	EXTENSÃO - EVENTO	6205.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Fórum Pensar a Infância”.	27/10/2017	26/04/2018	R\$ 287.129,52	R\$ 265.699,24
68	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FOMENTO À INOVAÇÃO	6232.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “PROGRAMA DE ERGONOMIA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (Software ERGO)”, que	20/11/2017	19/11/2019	R\$ 262.200,00	R\$ 182.327,48

				consiste em desenvolver um software interativo para prevenção de problemas ergonômicos dos servidores da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, bem como buscar o controle efetivo dos riscos ergonômicos identificados em cada atividade laboral por meio de um programa de Ergonomia, com o intuito, de promover a eliminação ou a diminuição dos riscos.				
69	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	6255.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico sob o título “Análise do funcionamento e das condições de trabalho das estruturas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Sistema Único de Saúde”, que consiste em analisar a organização, o funcionamento e as condições de trabalho das estruturas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde das regiões Sul e Sudeste.	07/12/2017	06/04/2021	R\$ 2.614.128,68	0
70	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FOMENTO À INOVAÇÃO	6258.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico na vertente de DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FOMENTO À INOVAÇÃO sob o título “Game Calc – Utilização de Jogos Digitais no Ensino de Pré-Cálculo”, que consiste em melhorar o ensino de pré-cálculo nos cursos da uab, através da criação de um jogo que ajudará no desenvolvimento das competências da disciplina.	16/11/2017	15/01/2019	R\$ 127.672,57	R\$ 118.000,00
71	EXTENSÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	6286.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico na vertente de extensão sob o título “Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio”, que consiste em retomar as ações	29/12/2017	28/01/2019	R\$ 434.440,00	0

				desenvolvidas pelo centro de referência em direitos humanos, contribuindo para o incentivo e disseminação da cultura de respeito aos direitos humanos, oferecendo orientação gratuita para a população sobre direitos e serviços presentes no território e fomentando a articulação com a rede de atores locais, tanto junto ao poder público quanto à sociedade civil e movimentos sociais.				
72	EXTENSÃO - CURSO DE CAPACITAÇÃO	6290.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico de Ensino sob o título “Apoio à segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar, 2017”, que consiste em executar o plano de trabalho do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANE/UFRN-2017 para contribuir para o aprimoramento da execução do PNAE, por meio do desenvolvimento de produtos que envolvam ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.	01/12/2017	30/09/2018	R\$ 374.389,93	0
73	Extensão – estudo e pesquisa científica aplicada	6302.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico na vertente de extensão e pesquisa sob o título “IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO GERIÁTRICA GLOBAL (SAÚDE E FUNCIONALIDADE) BASEADO EM UMA PLATAFORMA DIGITAL PARA TOMADA DE DECISÕES, MONITORAMENTO E PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO”. que consiste em implementar no Município de Parnamirim-RN um Sistema de Avaliação Geriátrica Global (Saúde e Funcionalidade) baseado em uma Plataforma Digital para Tomada de Decisões, Monitoramento e Promoção do Envelhecimento Ativo.	29/12/2017	28/09/2019	R\$ 486.420,10	0

74	PESQUISA CIENTÍFICA - APLICADA	6338.21.1417	CONTRATO ACADÊMICO	Constitui objeto do presente CONTRATO, obter o apoio na execução das atividades e na gestão administrativa e financeira da CONTRATADA ao Projeto Acadêmico na vertente de pesquisa sob o título “Análise das políticas e ações do campo da gestão e regulação do trabalho, implantadas no âmbito estadual do SUS”, que consiste em Avaliar as políticas e ações do campo da gestão e regulação do trabalho, implantadas no âmbito estadual do SUS, ressaltando seus avanços e dificuldades, tendo em vista elaborar uma agenda de cooperação técnica entre o Ministério da Saúde, Conselho nacional de Secretários Estaduais de Saúde e Secretarias Estaduais de Saúde.	29/12/2017	28/11/2020	R\$ 2.003.871,06	0
TOTAIS							R\$ 428.979.815,06	R\$ 67.933.705,72

Fonte: PROAD/Dir. de Contabilidade e Finanças/PROPLAN/Coord. de Convênios e Contratos